



MEDIEVALISTA

JULHO - DEZEMBRO 2024 - N.º 36

ISSN 1646-740X





Editores Convidados | Guest Editors

Stéphane Péquignot - École pratique des hautes études – PSL
Diana Martins – IEM / NOVA FCSH

Director | Chief Editor

Luís Filipe Oliveira – UAlg e IEM / NOVA FCSH

Subdirector | Co-Editor in Chief

João Luís Inglês Fontes – IEM / NOVA FCSH e CEHR-UCP

Redacção | Associate Editors

Adelaide Millán da Costa – UAb e IEM / NOVA FCSH
Inês Calderon Medina – Estudios Medievales, Instituto de Historia. CCHS
Isabel Cristina Fernandes – IEM / NOVA FCSH e GEsOS / C. M. Palmela
Isabel Barros Dias – UAb, IELT | IEM / NOVA FCSH
Javier Albarrán – UAM – FFL, Dep. Historia Antigua, Medieval y Paleografía y Diplomática
Leonardo Funes – UBA - Dep. de Letras
Manuel Luís Real – CITCEM | IEM / NOVA FCSH
Maria Filomena Coelho – UNB - HIS
Pedro Chambel – IEM / NOVA FCSH
Pedro Flor - UaB e IHA / NOVA FCSH
Rémy Cordonnier – Bibliothèque d'agglomération de Saint-Omer
Robert Portass – University of Lincoln, Medieval Studies Research Goup

Consultora técnica / Technical advisor

Maria Coutinho – CITAR-EA / UCP Porto
Paula Ochôa – CHAM / NOVA FCSH

Assistente Editorial | Editorial Assistant

Beatriz Gil – IEM / NOVA FCSH

Publicação | Publisher

IEM / NOVA FCSH - Instituto de Estudos Medievais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Concepção gráfica e paginação / Graphic design and layout

Beatriz Gil – IEM / NOVA FCSH

A propriedade intelectual dos conteúdos pertence aos respectivos autores e os direitos de edição e publicação à *Medievalista*. Os conteúdos dos artigos são da inteira responsabilidade científica e ética dos seus autores, bem como os critérios ortográficos adoptados.

Avaliação por *double blind peer review*.

The intellectual property of the journal's contents belongs to the authors and the editing and publishing rights belongs to the *Medievalista*. The contents of the articles are those of the scientific and ethical responsibility of their authors, as well as the spelling criteria adopted.

Evaluation by double blind peer review.



Esta revista é financiada por fundos nacionais através dos Financiamentos Base, com a referência UIDB/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDB/00749/2020) e Programático, com a referência UIDP/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDP/00749/2020), do Instituto de Estudos Medievais.

This journal is funded by national funds: Base funding, with reference UIDB/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDB/00749/2020), and Programmatic funding, UIDP/00749/2020 (DOI 10.54499/UIDP/00749/2020), from the Institute for Medieval Studies.



ÍNDICE

Contents

Editorial | *Editorial*

De tradição e inovação

Of tradition and innovation

Luís Filipe Oliveira, João Luís Fontes

7

DESTAQUE | *HIGHLIGHT*

“Panem nostrum quotidianum da nobis hodie”: sobre uma escassez cerealífera nas terras de Alcobaça (1438-1440)

“Panem nostrum quotidianum da nobis hodie”: about a cereal shortage in the lands of Alcobaça (1438-1440)

Iria Gonçalves

15

Servir le roi autor de 1300: Guillaume de Nogaret ou la mystique de l'autorité monarchique en actes

Serving the king around 1300: Guillaume de Nogaret or the mystique of monarchical authority into action capital

Philippe Josserand

75

NÚMERO TEMÁTICO | *THEMATIC NUMBER*

“Diplomacia dos Príncipes Herdeiros”

“Diplomacy of the Crown Princes”

La diplomatie des princes héritiers (XIIIe-XVIe siècles) – une introduction

The Prince Heir's diplomacy (13th-16th) – an Introduction

Stéphane Péquignot

95

La diplomacia del heredero en Castilla: el caso de Alfonso X

The prince's diplomacy in Castille: Alfonso X

Oscar Villarroel González

119

- Une diplomatie sur le temps long: les princes héritiers aragonais dans les négociations de mariage anglo-aragonais (1273-1291)**
Diplomacy over time: the role of the Aragonese Crown Princes in the Anglo-Aragonese marriage negotiations from 1273 to 1291
 Zoe Plaza-Leroux 147
- Philippe le Bel avant Philippe IV, quelle diplomatie? (1276 - 1285)**
Philip the Fair before Philip IV, which diplomacy? (1276 - 1285)
 Léo Perret 167
- De l'obéissance à la révolte ? L'Action diplomatique d'Alphonse, prince héritier de Denis du Portugal (1291-1325)**
From obedience to rebellion? Diplomatic action by Afonso, Crown Prince of Denis of Portugal (1291-1325)
 Diana Martins 195
- Le rôle des *primogénits* aragonais dans la conquête du *Regnum Sardiniae et Corsicae* (1323-1421)**
The role of the Aragonese primogénits in the conquest of the Regnum Sardiniae et Corsicae (1323-1421)
 Vannina Marchi van Cauwelaert 227
- “O melhor e mais obediente filho”: Duarte, infante de Portugal, na diplomacia ibérica (1412-1433)**
“The best and most obedient son”: Duarte, Prince of Portugal, in Iberian Diplomacy (1412-1433)
 Tiago Viúla de Faria 255
- In the name of the father? The diplomacy of Prince João of Portugal (1474-1481)**
Em nome do pai? A diplomacia do príncipe João de Portugal (1474-1481)
 Diogo Faria 281
- Like Father, like Son? A glimpse at some cases of parallel diplomacy in 15th century Mamluk Cairo**
Tal pai, tal filho? Um vislumbre de alguns casos de diplomacia paralela no Cairo Mamluk do século XV
 Malika Dekkiche 313
- Catherine de Médicis avant Catherine de Médicis: la diplomatie, espace politique d'une princesse héritière (1533-1547)**
Catherine de' Medici before Catherine de' Medici: diplomacy as political space for a female heir (1533-1547)
 Pierre Nevejans 339

OUTROS ARTIGOS | OTHER ARTICLES

Os Ducas e a recompensa dificilmente dividida: a busca (fracassada) por poder partilhado no governo de Aleixo I (1081-1118)

The Doukai and the hardly apportioned reward: the (failed) quest for shared power under Alexios I (1081-1118)

João Vicente de Medeiros Publio Dias

343

RECENSÕES | BOOK REVIEWS

BAUDIN, Arnaud; JOSSERAND, Philippe (eds.) – *D’Orient en Occident: Les Templiers des origines à la fin du XIIe siècle: Actas du colloque international Troyes-Abbaye de Clairvaux, 3-5 novembre 2021.* [Gent]: Snoeck, 2023.

Almudena Bouzón Custodio, Luis Manuel Ibáñez Beltrán

377

HAWKE, Ethan – *Rules for a Knight. The Last Letter of Sir Thomas Lemuel Hawke.* [London:] Penguin Books, 2015.

Miguel Alarcão

393

CORRAL DÍAZ, Esther e VIEIRA, Yara Frateschi (coord.) – *Mulleres medievais. Textos e imaxes na lírica galego-portuguesa. Con dous apêndices sobre antecedentes e supervivências na lírica peninsular.* Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela / Xunta de Galicia, 2023, (323 pp.)

Isabel Barros Dias

403

OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media: relaciones, contactos, influencias (siglos XII-XV).* Madrid: Editorial Dykinson, 2023 (572 pp.)

David Nogales Rincón

411

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO | RESEARCH NOTES

Cerâmica, povoamento e formações sociais entre Tejo e Mondego, nos séculos VI a XIV

Pottery, settlement and social formations between Tejo and Mondego rivers, 6th to 14th centuries

Marco Liberato

427

Las residencias regias del reino de Mallorca (ss. XIII-XV). Un estudio de la arquitectura medieval en contexto

Royal residences in the Kingdom of Majorca (13th-15th centuries). A study of medieval architecture in context

Marta Fernández Siria

447

Estudar a caça régia segundo os seus espaços e oficiais

Studying royal hunting through its spaces and its officials

The hospital renaissance in the Iberian Peninsula (14th-16th centuries)*O renascimento hospitalar na Península Ibérica (séculos XIV-XVI)*

Raúl Villagrasa-Elías

479

VARIA | VARIA**“To my surprise, I discovered...”: Harvey Sharrer e a Literatura Portuguesa***“To my surprise, I discovered...”: Harvey Sharrer and Portuguese Literature*

Cristina Sobral

497

Hoje há História da Cultura, amanhã não sabemos (nos 20 anos do IEM)*Today there is History of Culture, tomorrow who knows? (in the 20 years of the IEM))*

António Resende de Oliveira

521

O IEM e os estudos medievais em Portugal: passado, presente e futuro. In memoriam José Mattoso e Luís Krus*The IEM and medieval studies in Portugal: past, present and future. In memoriam José Mattoso and Luís Krus*

Gonçalo Melo da Silva

533



Editorial – De tradição e inovação

Editorial – Of tradition and innovation

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8315>

Em 2024, o Instituto de Estudos Medievais (IEM) celebrou vinte anos de existência como unidade de investigação. Com algum atraso, é certo — foi em 2002 que se apresentou à primeira avaliação da FCT —, mas talvez inevitável quando se estuda uma época que tinha outra concepção do tempo, mas que sabia como apreciar o valor dos rituais e das cerimónias. Como de regra, assim se fez. A celebração foi, desde logo, uma comemoração, uma recordação em comunidade dos fundadores do Instituto e da herança destes, acompanhada pela evocação do percurso do IEM e das realizações e sucessos que este alcançara naquele período. De tudo se fez memória no renovado portal do Instituto (<https://iem.fcsh.unl.pt/20-anos-iem/>), com recurso a fotografias, a cartazes e a testemunhos de investigadores doutras unidades e instituições, dentro e fora do país.

Mas a recordação do passado e da herança comuns — a aposta nos estudos interdisciplinares, no trabalho em equipa, na partilha e na discussão, na disseminação dos saberes, ou na atenção aos mais jovens — foi completada por momentos de balanço e de reflexão. O primeiro deles para sublinhar a preocupação geral com a degradação das condições da vida científica. Criada em parte pela lenta renovação dos docentes universitários e pela atrofia dos quadros de pessoal, mas sobretudo pela precaridade do emprego científico, dos investigadores aos gestores de ciência e de comunicação. Problemas sem solução à vista, mas agravados pela ausência de

políticas claras de apoio à investigação, pela irregularidade e pela incerteza dos financiamentos, ou pela singular e habitual alteração de prazos, de procedimentos, de critérios e de formulários, muitas vezes sem avisos atempados. Os efeitos de tudo isto não são irrelevantes e não podem, nem devem, ser ignorados. Ora porque tornam mais difícil a programação das unidades de investigação, ora porque criam, sobretudo, um ambiente nefasto, que convida ao desânimo e à desistência, ou que promove, em contrapartida, a selecção dos melhores, os mais aptos para publicar em contínuo e para estar presente em toda a parte. Para serem conhecidos e para terem, em suma, impacto instantâneo, esse capital mediático dos dias de hoje. É o que lhes pode assegurar acesso a recursos cada vez mais escassos, os lugares, os projectos e financiamentos, mas que os transforma em unidades autónomas de produção de saberes em série, muito menos em investigadores que fazem ciência e revelam segredos do mundo e do passado.

Houve felizmente reflexões mais animadoras e de maior futuro. Serviram umas para assinalar a continuidade das linhas tradicionais de investigação, desenvolvidas em torno das formas de exercício e de representação dos poderes, da história da vida económica e das cidades, mas que mantiveram o dinamismo anterior, renovando perspectivas e multiplicando escalas de observação. Outras sublinharam as áreas em que o IEM produziu novidade, como a Arquivística Histórica e a Arqueologia, ou a Iluminura, com os estudos da cor e dos materiais. Também se destacaram, por fim, as linhas de investigação emergentes no IEM, dirigidas para o estudo das pequenas cidades do interior, das formas de vida religiosa, da simbologia heráldica, da paisagem e do ambiente, ou das viagens e da diplomacia. De uma ou doutra forma, todas contribuíram para consolidar esta pequena unidade de investigação como um centro de referência nos estudos medievais. Com pouco mais de 20 Anos, o IEM continua um ser um instituto jovem e dinâmico, em grande parte porque tem sabido aliar a inovação com a tradição.

A Medievalista tem procurado honrar esta imagem de marca do IEM. Sem perder a identidade, nem a regularidade, adaptou-se de igual modo aos novos tempos e às novas exigências. Desses desenvolvimentos se deixou nota detalhada nos últimos números, e o propósito de os evocar agora serve apenas para registar como o velho e o novo se voltam a combinar na revista aqui apresentada. Num artigo que regressa

à história dos preços e retoma o antigo problema das crises cerealíferas, a Prof^a Iria Gonçalves partilha novidades importantes sobre a natureza destes fenómenos em ambientes rurais e sobre as respostas locais à escassez de cereais e ao aumento dos preços. Ao cruzar a história política com a biografia dos servidores dos reis, Philippe Josserand, recupera no segundo destaque, a personalidade de Guillaume Nogaret, um jurista que serviu Filipe IV, o Belo. Mais conhecido pela lenda negra que lhe foi associada, pelo papel que teve no confronto com Roma, na prisão dos freires do Templo e na extinção da Ordem, teve um contributo decisivo na construção da autoridade sagrada da monarquia francesa. Por outro lado, os trabalhos do dossier temático, editado por Stéphane Péquignot e Diana Martins, exploram um tópico novo — a diplomacia dos príncipes herdeiros —, de cuja importância se suspeitava, mas do qual não havia dados disponíveis e sistemáticos. Por fim, João Vicente Dias trata o problema da gestão de conflitos e de expectativas no contexto da ascensão ao poder imperial de Aleixo I e dos Comenos, em 1081, assunto no qual as mulheres jogam papéis decisivos, com repercussões diversas nos discursos e nas memórias cronísticas desse período.

As seções fixas da revista cumprem a diversidade habitual. A literatura e os estudos literários são tema de duas resenhas. Na primeira, Miguel Alarcão comenta um romance sobre o imaginário cavaleiresco de finais da Idade Média, feito a partir de um manuscrito inventado, à maneira de Borges, ou de Eco, obra que ele posiciona no campo actual do Medievalismo. Na outra, Isabel Barros Dias dá a conhecer uma obra colectiva sobre a representação das mulheres na lirica medieval galego-portuguesa, destinada ao público em geral, mas útil a todos pela visão panorâmica e pelos materiais que compendia. As restantes resenhas são de investigadores do país vizinho. Os resultados de um colóquio recente sobre as origens, a implantação geográfica e o património construído da Ordem do Templo são analisados por Almudena Bouzón Custodio e Luis Manuel Ibáñez Beltrán, enquanto David Nogales Rincón resenheia outro estudo das relações luso-castelhanas, atento à dimensão política (oposição e aliança), mas também à circulação de objectos de prestígio, de práticas e de modelos culturais.

Nas notas de investigação, Marco Liberato sintetiza os dados de uma interessante investigação que, cruzando o registo arqueológico com as formas do povoamento,

procurou fazer história e esclarecer, por um lado, a transição da sociedade antiga para a medieval, mas, sobretudo, a instalação de duas formações sociais distintas (a islâmica e a cristã) no território compreendido entre o Tejo e o Mondego, a partir de meados do século IX. A análise não se confina, contudo, a esta cronologia e traz anotações decisivas sobre a sobrevivência dos protótipos meridionais e dos oleiros respectivos, ou sobre os contextos de síntese dos séculos XIII e XIV. Datam deste período as residências régias do reino de Maiorca estudadas por Marta Fernández Siria, numa investigação que junta as fontes literárias e de arquivo com os vestígios da arte e da arquitectura, para recuperar os usos e as transformações dos espaços palatinos. Ao contrário destas construções, onde a polivalência era de regra, posto que houvesse aposentos femininos desde inícios do XIV, os hospitais das coroas de Aragão e de Castela analisados por Raúl Villagrasa-Elias conheceram um processo de reforma, ou de renascimento, que os transformaram em estruturas complexas, com equipas mais profissionais e edifícios maiores. Deste estudo resultou, ainda, um portal em linha, ferramenta útil para quem trabalha estas instituições. A secção encerra com uma investigação sobre os espaços e os oficiais da caça régia, com novidades sobre a organização das coutadas e sobre os vários servidores que por elas respondiam.

Dois dos trabalhos publicados na *Varia* respeitam às comemorações dos 20 Anos do IEM. Pertence a Gonçalo Melo da Silva o texto que faz um balanço do colóquio promovido pelo Instituto em Janeiro de 2024, no qual se pretendia reflectir sobre o percurso deste e a situação actual dos estudos medievais, os desafios do presente e as perspectivas de futuro. O outro é a comunicação escrita de António Resende de Oliveira a esse mesmo colóquio, então lida na ausência do autor. Traz um balanço imortante sobre o ensino da História da Cultura nas universidades portuguesas, a par de uma enorme preocupação sobre o futuro da disciplina. Como a Paleografia e a Diplomática, a História da Cultura está sob ameaça, por causa da política de contenção de custos, da redução do corpo docente e da quebra da continuidade entre gerações de investigadores.

O texto de Cristina Sobral que abre a *Varia* e no qual se presta uma merecida homenagem a Harvey Sharrer integra-se bem nestas evocações da riqueza e do dinamismo do passado e das inquietações dos tempos actuais. Mesmo sem entrar

em pormenores, importa notar que boa parte das descobertas que Sharrer realizou foram o resultado da verificação sistemática de todos os manuscritos, de todas as cotas e de todas as pistas, tal como ele reconhece em alguns trabalhos. Trata-se de um velho princípio da heurística histórica, hoje mais esquecido, porque obriga a uma investigação lenta, que o tempo ajuda a amadurecer. Meritória por certo, mas que parece cada vez mais estranha na vertigem dos dias que correm.

Luís Filipe Oliveira

João Luís Fontes

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

OLIVEIRA, Luís Filipe; FONTES, João Luís – “Editorial – De tradição e inovação”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 7-11. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

DESTAQUES

HIGHLIGHTS



MEDIEVALISTA

N.º36 | Julho – Dezembro 2024

ISSN 1646-740X

***Panem nostrum quotidianum da nobis
hodie. Sobre uma escassez cerealífera
nas terras de Alcobaça (1438-1440)***

Panem nostrum quotidianum da nobis hodie.
On a Cereal Shortage in the Lands of Alcobaça (1438-1440)

Iria Gonçalves

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
Centro de Estudos Históricos
1070-312 Lisboa, Portugal

Data recepção do artigo / Received for publication: 16 de Abril de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8318>

RESUMO

Os europeus da Idade Média sempre valorizaram o pão dentro do seu sistema alimentar, sobretudo à medida que a carne, outro alimento altamente valorizado, se ia tornando mais escassa. Mas, por tradição mais que milenar, na Europa e no Mediterrâneo, o pão era o alimento por excelência, o único que os fiéis pediam a Deus nas suas orações por ser aquele cuja falta era sinónimo da fome. O cereal cultivava-se por toda a parte, sem que isso impedisse as épocas de escassez e de carestia, tanto no campo, como nas cidades. Se estas últimas tinham outros meios para responder a essas crises e estes fenómenos foram aí mais estudados, mal se conhece o modo como os homens dos campos reagem a tais adversidades. A partir de um livro com a contabilidade do mosteiro de Alcobaça dos anos de 1437-1440, analisa-se a resposta do mundo rural à crise cerealífera de 1438-1440. Mais clara no que respeita ao mosteiro, já que as reacções dos camponeses são mais difíceis de sondar, por estarem filtradas pelo olhar do senhorio. Em 1439, a redução em dois terços das receitas de cereal da abadia foi compensada pelo cultivo do milho-alvo, um cereal de primavera que podia substituir o trigo e a cevada. Mas a crise teve outros efeitos, como a espiral dos preços do cereal, o aumento das taxas de extração de farinha e a diminuição da qualidade do pão de cada dia, ou o recurso a alimentos de substituição. Dos monges aos camponeses, todos sentiram as consequências desta crise, embora em escalas e em modos muito diferentes.

Palavras-chave: Crise cerealífera; espiral de preços; Empréstimos; Cultivos; Alimentos.

ABSTRACT

The Europeans of the Middle Ages have always valued bread within their food system, especially as meat, another highly valued food, became scarcer. But by tradition, more than a thousand years old, in Europe and the Mediterranean, bread was the food par excellence, the only one that the faithful asked God for in their prayers because it was the one whose lack meant hunger. Grain was grown everywhere, but this didn't stop times of scarcity and famine, both in the countryside and in the cities. While the latter had other means of responding to these crises and these phenomena have been better studied there, we barely know how rural people reacted to such adversities. The response of the rural world to the cereal crisis of 1438-1440 is analyzed through a book containing the accounts of the monastery of Alcobaça for the years 1437-1440. This is clearer for the monastery, since the peasants' reactions are more difficult to discern, as they are filtered through the eyes of the landlord. In 1439, the reduction of two-thirds in the abbey's cereal revenues was countered by the cultivation of target maize, a spring cereal that could replace wheat and barley. But the crisis had other effects, such as spiraling grain prices, rising flour extraction rates and a decline in the quality of daily bread, or the resort to substitute foods. From monks to peasants, everyone felt the consequences of this crisis, albeit on very different scales and in very dissimilar ways.

Keywords: Grain crisis; Price spiral; Loans; Crops; Food.



I – O pão em primeiro lugar

Os europeus da Idade Média sempre valorizaram sobremaneira o pão dentro do seu sistema alimentar, valorização que ao decorrer dos séculos foi aprofundando, à medida que um outro alimento, também ele altamente valorizado – a carne – se ia tornando mais escasso¹. Escassez devida, sobretudo, à diminuição das pastagens, provocada, esta, de modo especial, pelo aumento demográfico da Plena Idade Média e consequente movimento arroteador, na procura de mais alimentos reclamados pelo acréscimo de bocas e às restrições cada vez mais numerosas ao livre exercício da caça, também ela mais rarefeita na sequência desse mesmo acréscimo de terras conquistadas para a agricultura².

Todavia, o pão tinha já, à época, não só na Europa mais em toda a bacia mediterrânica, uma tradição mais do que milenar, tradição que o guindara a um lugar de grande preponderância, desde o Próximo Oriente até estes confins da Europa em que nos situamos. Quando, há dois mil anos, na Palestina, os discípulos de Jesus Lhe pediram que os ensinasse a orar, Ele compôs um texto onde a par de algumas invocações e expressões de louvor dirigidas a Deus Pai, Lhe eram feitos diversos pedidos. Só um, porém, de carácter material – o pedido de alimento: “o pão nosso de cada dia nos dai hoje”. Isto é, o alimento por excelência era já o pão, porque

¹ Massimo Montanari, com cópia de argumentos, deixou bem demonstrado, ao longo de vários dos seus trabalhos, como, no decorrer da Idade Média, a carne se foi tornando cada vez mais rara, não só nas mesas dos pobres como também nas das famílias acomodadas: MONTANARI, Massimo – *L'alimentazione contadina nell' Alto Medioevo*. Nápoles: Liguori Editore, 1979, pp. 211-218, 425-456; MONTANARI, Massimo – “Il ruolo della caccia nell'economia e nell'alimentazione dei ceti rurali dell'Italia del Nord. Evoluzione dell' Alto al Basso Medioevo”. In *La chasse au Moyen Âge. Actes du colloque de Nice (22-24 juin 1979)*. Paris: Belles Lettres, 1980, pp. 331-345; MONTANARI, Massimo – “Valeurs, symboles, messages alimentaires durant le Haut Moyen Âge”. *Médiévales* 5 (1983), p. 58; MONTANARI, Massimo – “Mutamenti economico-sociali e trasformazione del regime alimentari dei ceti rurali”. In *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*: Turim: Einaudi, 1984, p. 152; MONTANARI, Massimo – “La società medievale di fronte alla carestia”. In *Campagne medievali*, pp. 192-194; MONTANARI, Massimo – “Gli animali e l'alimentazione umana”. In *L'uomo di fronte al mondo animale nell'Alto Medioevo. XXXI Settimani di studi del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo*, t. I. Spoleto: Fondazione Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 1985, p. 620.

² Veja-se, por todos, MONTANARI, Massimo – *El hambre y la abundancia. Historia y cultura de la alimentación en Europa*. Trad. de Juan Vivanco. Barcelona: Crítica, 1993, p. 106.

o pão significava todo o alimento. Isto só podia traduzir um hábito cultural já profundamente arraigado em toda a população. Depois, a difusão do Cristianismo por todo o Ocidente veio, por assim dizer, sublimar o seu consumo.

Nascida e desenvolvida esta doutrina em ambiente mediterrânico, rapidamente assumiu como símbolos alimentares e utilizou como sinais visíveis nas suas celebrações culturais, os produtos que eram a base material e ideológica dessa civilização: o pão, o vinho, o azeite³. Basta lembrar, uma vez mais, que o pão, confeccionado com bom trigo, o cereal nobre⁴, podia transformar-se, no momento culminante da Eucaristia, ela própria designada, nos primeiros tempos do Cristianismo, por “Fracção do Pão”, no corpo de Cristo; que o vinho, naquele mesmo momento, se transformava no sangue do mesmo Cristo; que o azeite, utilizado nas unções rituais, acompanhava momentos decisivos da vida do cristão: a Unção Sacerdotal, o Baptismo, o Crisma, a Extrema Unção.

Por outro lado, não eram produtos oferecidos tal qual pela Natureza. Eram antes resultado do engenho humano actuando sobre os frutos que ela, a Natureza, criara. Eram produtos culturais e, portanto, afastados da “barbárie”. Nessa medida, tanto mais valorizados pelo povo romano, e em especial pelas suas elites.

Por tudo isto considerava-se que comer pão e beber vinho⁵ era uma clara afirmativa de promoção social.

³ MONTANARI, Massimo – *El hambre y la abundancia*, p. 26.

⁴ COMET, Georges – *Le paysan et son outil. Essai d'histoire technique des céréales (France, VIII^e-XV^e siècle)*. Roma: École française de Rome, 1992, p. 215; COMET, Georges – “Dur ou tendre? Propos sur le blé médiéval”. *Médiévales* 16-17 (1989), p. 105; KAPLAN, Steven Laurence – *Le meilleur pain du monde. Les boulangers de Paris au XVIII^e siècle*. Trad. de Pierre-Emmanuel Dauzat. Paris: Fayard, 1996, p. 55.

⁵ O azeite conheceu sorte um pouco diferente, dado que entre as camadas mais proeminentes da sociedade europeia acabou por ser preterido, por influência germânica, em favor da manteiga ou antes do que, ao tempo, se aplicava esse nome, mas não passava ainda de uma rudimentar conserva de leite azedo. Vejam-se: FEBVRE, Lucien – “Folklore et folkloristes. Problèmes et bilans”. In *Pour une histoire à part entière*. Paris: S.E.V.P.E.N, 1962, reimp. de 1982, p. 616; HÉMARDINQUIER, Jean-Jacques – “Les graisses de cuisine en France: essais de cartes”. In *Pour une histoire de l'alimentation. Cahier des Annales* 28 (1970), p. 259; MONTANARI, Massimo – *L'alimentazione contadina nell' Alto Medioevo*, p. 394; MONTANARI, Massimo “Tra lardo e olio: i grassi nell' alimentazione contadina e signorile dell' Alto Medioevo”. In BRUGNOLI, Andrea; VARANINI, Gian Maria (coord.) – *Olivi e olio nel Medioevo italiano*. Bolonha: CLUEB, 2005, p. 374.

Assim, e sobretudo na Baixa Idade Média, o pão era componente indispensável de qualquer cardápio, consideração transversal a todos os estratos sociais. Isto é, a falta de pão, mesmo que outros alimentos se encontrassem disponíveis, representava pouco menos que a fome⁶.

Tendo-se assim firmado o pão como alimento imprescindível para o sustento de todos, mas sobretudo para os menos abonados, que eram a enorme maioria da população, os camponeses afadigavam-se na produção de cereais, semeando-os por toda a parte onde qualquer nesga de terra os pudesse receber, com uma perseverança e uma insistência que as fontes da época documentam à saciedade. Nem importava que a terra fosse, ou não, adequada ao seu cultivo.

No entanto, a obtenção de cereais não era tarefa simples nem fácil na Idade Média e factores adversos contribuía para que a produção cerealífera fosse, muitas vezes, deficitária: o rendimento da semente era, em regra, muito baixo – uma produtividade de quatro, cinco sementes era considerada satisfatória⁷ – porque não só a qualidade dos solos nem sempre era a melhor, como já ficou dito – e na zona mediterrânica poucas vezes o era – como a fraca potência dos instrumentos de cultivo, a pouca ou nenhuma aportação de fertilizante, a deficiente força de trabalho, humana como animal, para isso contribuía; depois as deficientes condições de armazenamento que podiam provocar perdas consideráveis pelo apodrecimento

⁶ Conhecem-se alguns episódios e quase sempre protagonizados por figuras cimeiras da sociedade, que documentam isso mesmo. Veja-se, por exemplo, o que dizem CATARINO, Maria Manuela – “A carne e o peixe nos recursos alimentares das populações do Baixo Tejo”. In ALARCÃO, Miguel; KRUS, Luís; MIRANDA, Maria Adelaide (coord.) – *Animalia. Presença e representações*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 49, onde o protagonista é nada menos que Nuno Álvares Pereira, ou MONTANARI, Massimo – “La cerealicoltura nell’Italia del Sud: vocazione produttive e culturali”. In *Uomini, terre, boschi nell’ Occidente medievale*. Catânia: CUECM, 1992, p. 156, com personagem de estatura semelhante.

⁷ É este um assunto que tem interessado muitos investigadores. Podem ver-se, entre outros: DUBY, Georges – “Le grand domaine à la fin du Moyen Âge en France”. In *Hommes et structures au Moyen Âge*. Paris – La Haye: Mouton, 1973, p. 134; SLICHER VAN BATH, B. H. – *Historia agraria de Europa Occidental (500-1850)*. Trad. de F. M. Lorda Alaiz, 2ª ed. Barcelona: Península, 1978, p. 259; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3ª ed. Lisboa: Ed. Cosmos, 1978, pp. 48-49; COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de história rural)*. Vol. I. Coimbra: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, pp. 142-143; MONTANARI, Massimo – “Rese cerealicole e rapporti di produzione”. In *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*. Turim: Einaudi, 1984, pp. 55-85; COMET, Georges – *Le paysan et son outil*, pp. 313-315; PINTO, Giuliano – “Economia e società di un castello maremmano: Scarlino fra Quattro e Cinquecento”. In *Toscana medievale. Paesaggi e realtà sociali*. Florença: Casa Editrice le Lettere, 1993, p. 201.

dos cereais, pela propagação de diversas doenças, pelas razias que ratos e insectos podiam provocar, ajudavam a agudizar os problemas⁸; depois, ainda, os flagelos da Natureza, perante os quais a Idade Média se encontrava perfeitamente indefesa vinham, por vezes, destruir em poucas horas o resultado de todo o esforço que tão laboriosamente o agricultor depositara nas suas glebas durante meses de trabalho⁹. Quando não eram também aqueles atropelos que os homens provocavam¹⁰.

Todos estes factores e outros ainda actuavam um pouco por toda a parte no espaço geográfico em que nos inserimos – a Europa Mediterrânica –, onde poucos são os campos propícios ao cultivo dos cereais. Fernand Braudel afirma mesmo que “le blé et le pain ce sont les tourments sempiternels de la Méditerranée, les personnages décisifs de son histoire”¹¹. Esta região é uma terra de solos pobres, seca, com uma pluviosidade que nos anos normais apenas coincide com o nível hídrico mínimo do trigo¹², mas que sofre muitas e acentuadas quebras, sendo a chuva, ao mesmo tempo, mal repartida ao longo do ano, mais abundante durante a época fria, altura em que a vegetação pára, a cumprir o seu descanso invernal. Não pode ser uma terra propícia ao desenvolvimento da maior parte das plantas¹³. Só se exceptuam aquelas que crescem com raízes bastante profundas, capazes de poderem procurar a

⁸ Estes assuntos já prenderam a atenção de diversos investigadores como MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 111-112, 118-119; WOLFF, Philippe – *Automne du Moyen Âge ou Printemps des Temps Modernes? L'économie européenne au XIV^e et XV^e siècles*. Paris: Flammarion, 1986, p. 16; MENJOT, Denis – *Murcie castillane. Une ville au temps de la frontière (1243-milieu du XV^e s.)*. Vol. I. Madrid: Casa de Velázquez, 2002, p. 556; MONTEANO, Peio J. – *Los Navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad. Siglos XV y XVI*. Pamplona: Univ Públc Navarra/Nafarroako Unib Publik, 1999, p. 101 GONÇALVES, Iria – “A propósito do pão da cidade na Baixa Idade Média portuguesa”. In SILVA, Carlos Guardado da (coord.) – *Turres Veteras IX. História da Alimentação*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras – Universidade de Lisboa – Ed. Colibri, 2007, p. 53 e muitos outros.

⁹ Sobre os flagelos naturais que assolaram a Idade Média e sobretudo nos seus séculos finais pode ver-se uma boa síntese em BERLIOZ, Jacques – “Flagelos”, trad. de Vivian Coutinho de Almeida. In LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) – *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Trad. coord. por Hilário Franco Júnior, vol. I. Bauru - S. Paulo: EDUSC – Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 458-463.

¹⁰ Estes foram sobretudo as guerras que, nomeadamente na sua vertente de guerrilha – a “guerra guerreada”, na expressão da época –, se aplicava de forma sistemática a destruir as bases de subsistência do inimigo.

¹¹ BRAUDEL, Fernand – “La terre”. In BRAUDEL, Fernand (dir.) – *La Méditerranée: l'espace et la terre*. [Paris]: Flammarion, 1985, p. 41.

¹² RIERA I MELIS, Antoni – “Els pròdroms de les crisis agràries de la Baixa Edat Mitjana a la Corona d'Aragó. 1250-1300”. In *Miscel·lània en homenatge al P. Agustí Altisent*. Tarragona: Diputació de Tarragona, 1991, p. 36.

¹³ Fernand BRAUDEL (“La terre”, cit., p. 26) diz-nos mesmo que o clima mediterrânico é estranho e hostil à vida das plantas e que nele “l'équilibre se fait en definitive régulièrement contre l'homme” (*ib.*, p. 40).

humidade de que necessitam bem longe, no subsolo¹⁴, caso que não é, de forma alguma, o dos cereais. Pelo contrário, quando as plantas retomam a sua actividade vegetativa, com o regresso do calor, que se instala e tantas vezes aperta em desmesura, não é raro a colheita perder-se ou resultar drasticamente diminuída. Restava, para algumas culturas, o recurso à rega, mas esta estava muito longe de chegar à seara.

Todavia, como tão incisivamente deixou registado Georges Duby, os hábitos alimentares, uma vez estabelecidos e assumidos por uma qualquer sociedade, impõem-se de forma tirânica, obrigando por vezes a grandes sacrifícios para a obtenção dos produtos desejados¹⁵.

Assim sendo, nesta nossa região mediterrânica, os camponeses, que formavam a imensa maioria da população¹⁶, trabalhavam afincadamente para extrair das suas glebas uma produção cerealífera quase sempre insuficiente para alimentar todas as bocas¹⁷ e que quaisquer perturbações climáticas, as quais, em regra e de acordo com o que acima ficou dito eram representadas por uma seca mais prolongada ou severa, podiam tornar catastrófica¹⁸.

¹⁴ Como é o caso, entre todos significativo, da oliveira, a que se podem juntar a videira e algumas árvores de fruto.

¹⁵ DUBY, Georges – *Guerriers et paysans: VII^e-XII^e siècle. Premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard, 1973, p. 26. É assim que este autor se exprime: "... il ne faut pas croire qu'une société humaine se nourrisse de ce que la terre où elle est implantée serait la plus apte à produire, elle est prisonnière d'habitudes que se transmettent de génération en génération et qui se laissent difficilement modifier; elle s'acharne donc à vaincre les resistences du sol et du climat pour se procurer à toutes forces les aliments que lui imposent de consommer ses coutumes e ses rites". Dizeres incisivos e bem certos.

¹⁶ Entre 80 a 90% da população medieval era constituída por camponeses, de acordo com os cálculos de Fernand BRAUDEL ("La terre", cit., p. 40), com o que concordam vários outros investigadores.

¹⁷ É ainda Fernand Braudel quem reconhece que as difíceis condições destes solos e deste clima colocam grandes entraves à agricultura e agem sobre o povo mediterrânico "en le condanant sans fin à la sobriété" (*ib.*).

¹⁸ Sobre algumas destas dificuldades que se fizeram sentir durante a Idade Média, produzindo acentuadas quebras de produção cerealífera e consequentes carestias e mesmo fomes, existe uma numerosa bibliografia. Para Portugal podem ver-se os trabalhos de MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 35, 37; MATTOSO, José – "1096-1325". In MATTOSO, José (coord.) – *História de Portugal*. Vol. I – *A monarquia feudal (1096-1480)*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, p. 102; FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. Dissertação de Mestrado, pp. 85, 90, 97-98, 100, 102. Para outras partes da Europa poderei citar, como exemplo: LE ROY LADURIE, Emmanuel – *Histoire du climat depuis l'an mil*. Paris: Flammarion, 1967, p. 285; RUBIO VELA, Agustín – "Crisis agrarias y carestías en las primeras décadas del siglo XIV: el caso de Valencia". *Saitabi* 37 (1987), p. 144; RIERA I MELIS, Antoni – "Los sistemas

Ora, as gentes medievais não tinham forma de se opor ou contornar as condições naturais adversas, a não ser apelando para Deus a pedir a Sua intercessão, a implorar o milagre. Que nestas circunstâncias, no Mediterrâneo, era quase sempre o milagre da chuva. As preces, as rogativas, as procissões sucediam-se por toda a parte em alturas de aflição¹⁹, possivelmente com resultados diferentes de uns casos para os outros, de uns locais para os outros.

Durante estes transtornos de produção, sobretudo se sucediam em anos consecutivos, a fome instalava-se em áreas mais ou menos dilatadas, com maior ou menor intensidade, de acordo com a extensão e a violência dos fenómenos que a haviam causado.

alimentarios de los estamentos populares en el Mediterráneo noroccidental durante la Baja Edad Media”. In LÓPEZ OJEDA, Esther (coord.) – *Comer, beber, vivir: consumo y niveles de vida en la Edad Media hispánica. XXI semana de estudios medievales. Nájera del 2 al 6 de Agosto de 2010*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2011, p. 61; RIERA I MELIS, Antoni – “El mercat de cereals a la Corona catalanoaragonesa. La gestió de les crisis alimentaries al segle XIII”. In RIERA I MELIS, Antoni (coord.) – *Crisis frumentàries, iniciatives privades i polítiques públiques de proveïment a les ciutats catalanes durant la Baixa Edat Mitjana*. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, 2013, p. 53.

¹⁹ Estas preces implorando chuva na região em que nos inserimos encontram-se documentadas um pouco por todo o lado e já numerosos investigadores delas nos deram conta. Podem ver-se alguns deles: LARENAUDIE, Marie-Josephine – “Les famines en Languedoc aux XIV^e et XV^e siècles”. *Annales du Midi*, t. 64, fasc. 1 (1952), pp. 30-31; MUTJÉ VIVES, Josefina – *La ciudad de Barcelona durante el reinado de Alfonso el Benigno (1327-1336)*. Madrid – Barcelona: CSIC, 1987, p. 43; MUTJÉ VIVES, Josefina – “L’abastament de blat a la ciutat de Barcelona en temps d’Alfons el Benigne (1327-1336)”. In *Política, urbanismo y vida ciudadana en la Barcelona del siglo XIV*. Barcelona: CSIC, 2004, p. 218; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, p. 267; GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*. Porto: Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1987. p. 105; AGUADÉ NIETO, Santiago – “En los orígenes de una conyuntura depresiva. La crisis agraria de 1255-1266 en la Corona de Castilla”. In *De la sociedad arcaica a la sociedad campesina en la Asturias medieval*. Madrid: Universidad de Alcalá de Henares, 1988, p. 343; BOIS, Guy – “Sur les crises économiques médiévales”. *Acta historica et archeologica medievalia* 16-17 (1995-1996), p. 64; CRUSELLES, Enrique; CRUSELLES, José M.³; NARBONA, Rafael – “El sistema de abastecimiento frumentario de la ciudad de Valencia en el siglo XV: entre la subvención pública y el negocio privado”. In *La Mediterrània, àrea de convergència de sistemes alimentaris (segles V-XVIII). XIV Jornades d’estudis historics locals, Palma del 29 de novembre al 2 de desembre de 1995*. [Palma de Maiorca]: Institut d’Estudis Baleàrics, 1996, p. 306; FERNÁNDEZ-CUADRENCH, Jordi – “Les processons extraordinàries a la Barcelona baixmedieval (1339-1498). Assaig tipològic”. *Acta historica et archeologica medievalia* 26 (2005) - *Homenatge a la profesora Dr.^a Carme Batlle Gallart*, pp. 405-410; GIRALT RAVENTÒS, Emilio – “En torno al precio del trigo en Barcelona durante el siglo XVI”. *Hispania*, t. XVIII, n.º 70 (1958), p. 54; RUBIO VELA, Agustín – “Crisis agrarias y carestías”, p. 138. E podia continuar a lista de títulos, o que prova, penso, a generalidade do fenómeno.

Foram numerosos os períodos de escassez ou mesmo de crise cerealífera aguda que a Europa conheceu²⁰ e assim, naturalmente, também Portugal²¹.

É certo que os maiores problemas que afectavam a Europa meridional – a seca, como já referi e por vezes também o calor excessivo e extemporâneo – não eram os mesmos que afectavam as regiões setentrionais, onde aquelas condições até podiam ser favoráveis, mas onde se temiam as chuvas excessivas²² e os longos e rigorosos Invernos²³ que, por sua vez, atenuados como sempre o eram pelo clima meridional, podiam, aqui, ser benéficos. Deste modo, era raro que as condições meteorológicas fossem adversas ao mesmo tempo em toda a Europa, pelo que as regiões de produção normal e sobretudo excedentária podiam sempre encaminhar alguns cereais para aquelas onde a colheita fora deficitária. Só que os transportes não correspondiam àquilo que seria necessário em termos de agilidade e eficácia e resultavam demasiado caros para a maioria da população²⁴. Além de que, e apesar

²⁰ Foi desde há muito que os investigadores se interessaram em clarear estes períodos de escassez cerealífera que tantas marcas insofismáveis deixaram na documentação e procurar as suas causas e efeitos. Para uma cronologia mais ou menos completa desses sucessos é ainda útil o clássico estudo de ABEL, Wilhelm – *Crises agraires en Europe (XIII^e-XX^e siècles)*. Paris: Flammarion, 1973, *passim*.

²¹ Também em Portugal o assunto suscitou interesse desde há bastante tempo: DUARTE, Maria Teresa Lopes – *Para a história dos factores de crise no Portugal medieval: 1348-1438*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1974. Dissertação de Licenciatura, pp. 55-78; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 36-45, 257-282; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV de *Nova História de Portugal*. Dirig. por A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Ed. Presença, 1987, p. 30; MATTOSO, José – “1096-1325”, p. 102; FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal*, pp. 82 e seg.

²² Em algumas terras altas e vales húmidos do Sul europeu também o excesso de chuva podia ser prejudicial. Vejam-se, por exemplo: PERROY, Édouard – “À l’origine d’une économie contractée: les crises du XIV^e siècle”. In *Études d’histoire médiévale*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1979, p. 399; BERTHE, Maurice – *Famines et épidémies dans les campagnes navarraises à la fin du Moyen Âge*. Vol. 1. Paris: S.F.I.E.D, 1984, p. 30 e seg. Mas também no nosso país podiam acontecer chuvas excessivas, muito prolongadas e extemporâneas, capazes de destruir as culturas, como no-lo diz a *Crónica de Portugal de 1419*. Ed. crítica de Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998, pp. 100, 103-104.

²³ Podem ver-se: LE ROY LADURIE, Emmanuel – *Histoire du climat depuis l’an mil*, p. 285; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, p. 35; WOLFF, Philippe – *Automne ou Moyen Âge au Printemps des Temps Modernes?*, p. 15; WOLFF, Philippe – “L’approvisionnement des villes françaises au Moyen Âge”. In HIGOUNET, Charles (dir.) – *L’approvisionnement des villes de l’Europe occidentale au Moyen Âge et aux temps modernes*. Centre Culturel de l’Abbaye de Flaran, Cinquièmes journées internationales d’histoire, 16-18 Septembre 1983. Auch: Presses universitaires du Midi, 1985, p. 20, nota 55.

²⁴ Em trabalho anterior pude verificar que mesmo em uma pequena viagem por mar – mais rápida e menos onerosa do que por terra – entre o Porto e Lisboa, só oito dias após a partida de um navio com uma carga de cereais daquela primeira cidade se previa a descarga em Lisboa e o custo do transporte equivalia a um quarto do valor da mercadoria (GONÇALVES, Iria – “A propósito do pão da cidade na Baixa Idade Média”, p. 53, nota 22). Veja-se também HEERS, Jacques – *L’Occident aux XIV^e et XV^e siècles. Aspects économiques et sociaux*. 2.^a ed. Paris: Presses universitaires de France, 1966, p. 394.

de tudo, as disponibilidades resultavam sempre diminuídas e não chegavam para todos.

É certo que a Baixa Idade Média conheceu alguns progressos a nível tecnológico, sobretudo no respeitante à navegação e também a nível das técnicas comerciais, como sejam a aprendizagem da gestão do risco e do cálculo das margens de lucro²⁵, o que permitiu a circulação de mercadorias em espaços geográficos cada vez mais alargados e um mais rápido colmatar de lacunas onde quer que as houvesse. Mas tal progresso estava longe de ser suficiente e, além disso, os produtos chegavam muito mais caros ao local de consumo e tanto mais quanto de mais longe proviessem.

Claro que nestas conjunturas a cidade e o campo reagiam de forma diferente e sofriam também, diferentemente, as consequências destas penúrias. Como seria de esperar.

A cidade reagia com rapidez a qualquer indicio de carência cerealífera e bastava um simples rumor²⁶ de carestia para que todo o sistema de abastecimento frumentário se descontrolasse e entrasse em alerta e para que todos os mecanismos geralmente

²⁵ Como diz RIERA I MELIS, Antoni – ““Lo pus greu càrrech e perill que jurats d’aquesta ciutat han és tenir aquella sens fretura de blats”. El aprovisionamiento urbano de cereales en las ciudades de la Corona de Aragón durante la Baja Edad Media”. In SESMA MUÑOZ, Ángel (dir.) – *La Corona de Aragón en el centro de su historia. 1208-1458. Aspectos económicos y sociales. Zaragoza y Calatayud, 24 al 26 de noviembre de 2009*. Saragoça: Universidad de Zaragoza, 2010, p. 255; RIERA I MELIS, Antoni – “Tener siempre bien aprovisionada la población”. Los cereales y el pan en las ciudades catalanas durante la Baja Edad Media”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (ed.) – *Alimentar la ciudad en la Edad Media. Nájera. Encuentros internacionales del Medievo 2008. Del 22 al 25 de julio de 2008*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2009, p. 35.

²⁶ Por vezes nem era necessário que o cereal chegasse a faltar. Bastava o rumor a desencadear o medo. Sobre este assunto, embora para uma época um pouco posterior àquela aqui tratada, o que de modo algum invalida a comparação porque as circunstâncias são as mesmas, é significativo o que ficou dito em GONÇALVES, Iria – “Um problema a resolver: a vereação das Velas e os consumos essenciais”, *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e do Pico de 10 a 13 de Maio de 1993*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 175-188. Nas Velas, uma vila da ilha de S. Jorge, as autoridades municipais ficaram em alerta perante a suspeita de que o trigo ia faltar e acionaram os mecanismos necessários à superação de uma penúria que, ao fim e ao cabo, nem chegou a acontecer e que resultou na acumulação de uma quantidade excedentária de cereal que se tornou urgente distribuir pela população para que de todo se não perdesse. E tratava-se, aqui, de uma pequena vila açoriana; numa cidade grande ou média tudo alcançaria proporções bem maiores. E tanto o susto infundado como a distribuição forçada pelas casas dos vizinhos do cereal que ficara sem colocação não foi, de todo, uma originalidade da pequena vila açoriana, mas antes expediente comum às urbes medievais em semelhantes circunstâncias.

postos em acção nestas circunstâncias²⁷ fossem activados, com um enorme rol de consequências. Politicamente organizada, com órgãos directivos a quem não convinha permitir situações capazes de perturbarem seriamente a ordem pública, com instituições religiosas em regra dispostas a ajudar nas maiores carências, a cidade estava mais protegida²⁸.

Já são conhecidos diversos destes casos urbanos no seu desenrolar²⁹. É sobretudo a cidade que produz documentação. É ela, portanto, que os tempos pretéritos nos mostram com alguma clareza. No campo, tudo ou quase tudo se encontra envolto em maior silêncio. Não é o campo que fala e quando o faz é na perspectiva do senhor.

É certo que os camponeses, os produtores de alimentos, se encontravam, ao menos teoricamente – e isso tem sido defendido por alguns autores – em situação menos desesperada do que os cidadãos pobres ou mesmo remediados. E assim era, ao menos nos anos de colheita normal, e mesmo com produção deficitária podiam adiar um pouco os efeitos mais perniciosos de falta de alimentos, lançando mão de produtos outros e, inclusive, de uma ancestral actividade recolectora que, de todo,

²⁷ Para Portugal foram examinados alguns desses mecanismos em GONÇALVES, Iria – “A propósito do pão da cidade na Baixa Idade Média”, pp. 57-61.

²⁸ Por isso, em momentos de aflição, os camponeses acudiam à cidade na ânsia de encontrar algum remédio. Vários autores se referiram ao assunto como MARTÍNEZ CAMAÑO, Francisco – “Crisis de subsistencias y estructuras de poder: el ejemplo de Barcelona en los años 1339-1341”. In *La Mediterrània, àrea de convergència de sistemes alimentaris (segles V-XVIII). XIV Jornades d'estudis historics locals, Palma del 29 de novembre al 2 de desembre de 1995*. [Palma de Maiorca]: Institut d'Estudis Baleàrics, 1996, p. 251; RIERA I MELIS, Antoni – “*Panem nostrum quotidianum da nobis hodie*. Los sistemas alimenticios de los estamentos populares en el Mediterráneo noroccidental en la Baja Edad Media”. In IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (coord.) – *La vida cotidiana en la Edad Media. VIII semana de estudios medievales. Nájera, del 4 al 8 de Agosto de 1997*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 1998, p. 35; RIERA I MELIS, Antoni – ““Lo pus greu càrrech e perill””, p. 256; RIERA I MELIS, Antoni – ““Tener siempre bien aprovisionada la población””, p. 29; MONTANARI, Massimo – *El hambre y la abundancia*, pp. 74-75.

²⁹ São trabalhos como os de BENITO I MONCLÚS, Pere – “Fams i caresties a la Mediterrània occidental durant la Baixa Edat Mitjana. El debat sobre “Les crisis de la crisi”. *Recerques: història, economia, cultura* 49 (2004), pp. 179-194; BENITO I MONCLÚS, Pere – “Carestía y hambruna en las ciudades de Occidente durante da Edad Media. Algunos rasgos distintivos”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (ed.) – *Alimentar la ciudad en la Edad Media. Nájera, Encuentros internacionales del Medievo 2008, del 22 al 25 de julio de 2008*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2009, pp. 299-313; MARTÍNEZ CAMAÑO, Francisco – “Crisis de subsistencias y estructuras de poder”, pp. 251-262; RIERA I MELIS, Antoni – “El mercat de cereals a la Corona catalanoaragonesa”, pp. 47-115; RIERA I MELIS, Antoni – ““Lo pus greu càrrech e perill””, pp. 233-277; RIERA I MELIS, Antoni – “Els pròdroms de les crisis agràries de la Baixa Edat Mitjana”, pp. 35-72; RUBIO VELA, Agustín – “Crisis agrarias y carestías”, pp. 131-147.

não terminara ainda³⁰. Mas isso não passava de um paliativo que apenas atrasava um pouco a chegada do inevitável. De resto encontravam-se desprotegidos, podendo apenas contar consigo próprios e com alguma ajuda da vizinhança, que em situação de penúria generalizada se encontrava em condição semelhante, mais carecendo de auxílio do que podendo prestá-lo. É certo que um ou outro mosteiro rico, sediado nas proximidades, podia mitigar um pouco os efeitos da catástrofe. Como o de Alcobaça, por exemplo. Mas esse auxílio não podia chegar a todos e era sempre insuficiente. Por isso, em situações catastróficas ou tendendo para tal, muitos camponeses demandavam a cidade, na perspectiva de algum auxílio. Só, porém, quando toda a esperança de poder sobreviver nas suas terras, e apoiados pelas estruturas agrárias que conheciam, se tinha já de todo desvanecido. Aliás, não lhes restando recursos, num ambiente que não era o seu e onde, portanto, teriam dificuldade em se movimentar, facilmente caíam na marginalização social. O que deve ter acontecido não poucas vezes³¹.

II – A penúria de 1438-1440

Se, como atrás ficou lembrado, era raro que as carências alimentares se verificassem ao mesmo tempo em toda a Europa, algumas houve que, efectivamente, alastraram por todo o seu espaço. Nestes casos, revestiam-se de uma enorme virulência, pela

³⁰ Nesta vertente, as matas, que haviam sempre desempenhado um papel muito importante na dádiva espontânea de uma gama muito variada de produtos continuavam ainda, de certo modo e embora de forma muito mitigada, a desempenhar essas funções. Para falar apenas de alimentos de origem vegetal, porque é destes que, de momento, se trata, continuavam ainda disponíveis nas matas, para quem os quisesse apanhar, muitos fungos de variedades diversas e sobretudo frutos secos com destaque para as castanhas, muitas das quais, embora produzidas por árvores em estado bravio, não deixavam de ser apreciadas, nomeadamente em períodos de dificuldades. Mas também as bolotas, as nozes, as avelãs, que também se podiam encontrar pelas matas. Podem ver-se, sobre este ponto: CHERUBINI, Giovanni – “La “civiltà” del castagno alla fine del Medioevo”. In *L’Italia rurale del basso Medioevo*. Roma – Bari: Biblioteca di Cultura Moderna Laterza, 1984, pp. 147-171; STOUFF, Louis – *Arlés à la fin du Moyen Âge*. Vol. II. Lille: Université de Provence, 1986, p. 473; IZQUIERDO BENITO, Ricardo – “El aprovechamiento del medio natural en el reino de Toledo durante los siglos bajomedievales”. In CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) – *El medio natural en la España medieval. Actas del I Congreso sobre ecohistoria e historia medieval*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2001, p. 171; FRÍAS ZURITA, Victor – “El medio natural en una sociedad señorializada: composición, explotación y apropiación del inculco en la Catalunya del Noreste (siglos X-XIII)”. In CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) – *El medio natural en la España medieval*, p. 282; RÍOS RODRÍGUEZ, María Luz – “Soutos bravos y soutos mansos: el castaño en Galicia (siglos XII-XIV)”. In CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) – *El medio natural en la España medieval*, pp. 475-488; GONÇALVES, Iria – “Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 321-350.

³¹ Veja-se, a este respeito GEREMEK, Bronislaw – *A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa*. Trad. de Maria da Assunção Santos. Lisboa: Terramar, 1995, p. 75.

impossibilidade, ou quase, da obtenção de um auxílio minimamente eficaz. Pelo menos para as famílias pobres ou nessa conjuntura caídas em pobreza³².

Assim foi aquela que assolou a Europa em 1438-1440, mas que se iniciou nas regiões setentrionais um ano antes³³ e que apenas se atenuou com a colheita deste último ano de 1440, retomando a normalidade durante os dois anos seguintes.

Naturalmente, também em Portugal essa carência se fez sentir com grande intensidade de Norte a Sul do País e sobejam-nos disso bastantes provas, embora, na sua maioria, de proveniência urbana, como de habitual.

As queixas partiam de muitos lados, mas, e era assim sempre, de Lisboa em primeiro lugar, porque, como a maior cidade do País, mais bocas tinha para alimentar; porque, como a mais rica e cosmopolita, maiores exigências os seus moradores colocavam na procura de todos os bens.

³² Diversos investigadores estudaram já este assunto, verificando o empobrecimento de largas camadas da população campesina, muitas vezes já muito próximas do limiar mínimo de subsistência mesmo em épocas de produção normal. Vejam-se, entre outros: GRAUS, Františck – “Au Bas Moyen Âge: pauvres des villes et pauvres des campagnes”. *Annales, E. S. C.*, 16.º ano, n.º 6 (Nov. Dez. 1961), pp. 1059-1060; MOLLAT, Michel – *Les pauvres au Moyen Âge. Etude sociale*. [Paris]: Hachette, 1978, pp. 87-90; RIERA I MELIS, Antoni – “Pobreza y alimentación en el Mediterráneo noroccidental en la Baja Edad Media”. In *La Mediterrània, àrea de convergència de sistemes alimentaris (segles V-XVIII), XIV Jornades d'estudis historics locals, Palma del 29 de novembre al 2 de desembre de 1995*. [Palma de Maiorca]: Institut d'Estudis Baleàrics, 1996, p. 50; RIERA I MELIS, Antoni – ““Lo pus greu càrrech e perill””, p. 236; MONTEANO, Peio J. – *Los Navarros ante el hambre*, p. 145.

³³ SIVÉRY, Gérard – “L'évolution du prix du blé à Valenciennes au XIV^e et XV^e siècles”. *Revue du Nord* 47 (1965), p. 186; SIVÉRY, Gérard – “Les profits de l'éleveur et du cultivateur dans le Hainaut à la fin du Moyen Âge”. *Annales, E. S. C.*, 31.º ano, n.º 3 (Maio-Jun. 1976), pp. 616-617; SIVÉRY, Gérard – *Structures agraires et vie rurale dans le Hainaut à la fin du Moyen Âge*, vol. II. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 1980, p. 542; CARPENTIER, Élisabeth – “Autour de la Peste Noir: famines et épidémies dans l'histoire du XIV^e siècle”. *Annales, E. S. C.*, 17.º ano, n.º 6 (Nov.-Dez. 1962), p. 1076; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 268-272; BOIS, Guy – *Crise du féodalisme. Économie rurale et démographie en Normandie orientale du 14^e siècle au milieu du 16^e siècle*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 1976, p. 303; BOIS, Guy – “Sur les crises économiques médiévales”, p. 69; IRSIGLER, Franz – “L'approvisionnement des villes de l'Allemagne occidentale jusqu'au XVI^e siècle”. In HIGOUNET, Charles (dir.) – *L'approvisionnement des villes de l'Europe occidentale au Moyen Âge et aux temps modernes. Centre Culturel de l'Abbaye de Flaran, Cinquièmes journées internationales d'histoire, 16-18 Septembre 1983*. Auch: Presses universitaires du Midi, 1985, p. 121. Léopold GÉNICOT, Marie Sylvie BOUCHAT-DUPONT e Béatrice DELVAUX (*La crise agricole du Bas Moyen Âge dans le Namurois*. Lovaina: Presses universitaires de Louvain, 1970, p. 12) mostram mesmo que na região objecto do seu estudo houve fomes durante toda a década de 30 do século XV.

Segundo o seu dizer, já 1438 “fora muy minguado de pam e todos outros mantimentos”³⁴ mas, no ano seguinte, os lamentos intensificaram-se. A cidade “ora ha mingoa e falimento de pam e outros mantijmentos”³⁵ e continuavam as queixas acerca do grande “falimento e neçesidade que ora em esta cidade ha”³⁶; “da mingoa que ora ha em ella [Lisboa] asy de legumes como dos outros mantimentos”³⁷; de como era “minguada de pam e doutros mantimentos”³⁸.

Mas também do Porto saíam queixumes “por a grande mjngoia de delle [pão] ham”³⁹; de Évora, e tanto que o rei permite à cidade que aos castelhanos que aí fossem vender cereal se pudesse pagar em ouro que levariam consigo; que, inclusivamente, pudessem comprar ouro com o dinheiro resultante da venda desse cereal e, mais ainda, que os portugueses pudessem ir a Castela comprar pão pagando-o, lá, com ouro⁴⁰; de Faro, onde vendiam “dante mão algũa fruyta pera ssoportarem ssuas vidas [...] por aazo da grande carestia de pam em que fomos postos asy como ainda somos”⁴¹. E mais tarde, em 1443, o rei lembrava o “grande trabalho em que nossos Regnos foram postos os anos pasados por a mjnga de pam que em elles auja”⁴².

Foram, pois, accionados na altura, todos os mecanismos considerados eficazes para fazer face ao problema. E nestas conjunturas o rei e os concelhos davam-se as mãos no sentido de, cada qual dentro da sua esfera de acção, conseguir a vinda do máximo possível de alimento. Todos temiam as perturbações causadas pela fome.

Alguns desses mecanismos só o rei podia manejá-los e, por iniciativa própria ou a pedido dos povos, ia-os pondo em funcionamento. Um dos mais importantes era sem

³⁴ *Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua história*. Publ. e pref. por João Martins da Silva Marques. Supl. ao vol. I (1057-1460). Lisboa: Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944, pp. 127-128.

³⁵ A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 33v.

³⁶ *Ib.*.

³⁷ *Ib.*, *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*. Vol. II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1958, p. 267.

³⁸ *Descobrimientos portugueses*, supl. ao vol. I, pp. 508-509.

³⁹ *Ib.*.

⁴⁰ *Documentos históricos da cidade de Évora*. Ed. por Gabriel Pereira, [2.^a ed.]. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1998, pp. 56-57.

⁴¹ *Documentos das Chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Ed. por Pedro de Azevedo. T. I (1415-1450), Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 519.

⁴² “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*. Nota prévia de J. A. Pinto Ferreira. Porto: Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, 1980, p. 277.

dúvida a isenção de impostos: sisas, dízimas, outras imposições⁴³. O erário régio e por vezes também os concelhios ressentiam-se, é certo, mas os mercadores tinham maior ganho assegurado e isso era, sem dúvida, um incentivo a não desprezar. Mas tanto ou ainda mais importante do que o lucro a obter era a segurança de pessoas e bens. A pirataria era prática corrente nas águas do Atlântico e o apresamento de mercadorias, navios e homens de um determinado país por piratas de um outro dava direito a igual acção por parte dos naturais do primeiro país sobre quaisquer outros do segundo, independentemente de serem, ou não, pessoalmente responsáveis por aquele furto. Era o direito de represália, muito fácil de exercer sobre qualquer navio que tivesse entrado a barra do porto.

Portugal, pouco farto de cereais, abastecia-se do exterior sobretudo a partir de determinadas regiões, que foram variando com o tempo e as circunstâncias⁴⁴. Durante o período em que se desenrolou a escassez cerealífera aqui em análise, era a Bretanha um dos nossos maiores abastecedores⁴⁵, embora o contencioso entre Portugueses e Bretões, talvez sobretudo os de Saint-Malo, expressamente designados em alguns documentos, devesse ser grande. Para que os navios bretões pudessem demandar os portos portugueses sem perigo nem temor, sucederam-se as cartas de segurança aos naturais do ducado, cartas que continuaram ainda depois de reposta, por esta vez, a normalidade⁴⁶. Mas também de Castela nos vinha trigo e também os mercadores castelhanos foram agraciados com cartas de segurança⁴⁷.

⁴³ A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 33v; liv. 20, fl. 22v; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. II, p. 267; BARROS, Henrique da Gama – *Historia da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2ª ed., org. por Torquato de Sousa Soares. Vol. IX. Lisboa: Sá da Costa, 1950, pp. 68-69, 72, 73; vol. X, Lisboa: Sá da Costa, s. d., pp. 283-284; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 268-270; FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal*, pp. 117-118.

⁴⁴ Veja-se uma resenha das regiões exportadoras de trigo para Portugal durante a Idade Média em MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 156-166.

⁴⁵ RAU, Virgínia – “Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomelini”. Sep. de *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2.ª s., vol. XXII, 1956, pp. 22-23; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 164-165. Num capítulo apresentado em cortes em 1448 diz-se mesmo que quando havia falta de pão eram os bretões os primeiros entre os estrangeiros a socorrer-nos (*Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. I, p. 217).

⁴⁶ *Descobrimientos portugueses*, vol. I, pp. 127-128, 508-509; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. I, p. 217; vol. II, p. 198; BARROS, Henrique da Gama – *Historia da administração pública em Portugal*, vol. IX, pp. 68-70; vol. X, pp. 283-284; FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal*, pp. 117-118.

⁴⁷ A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 23, 33v.

Aliás, Castela, aqui tão perto e podendo com mais facilidade e rapidez fazer chegar o seu trigo até nós, mereceu mais: receber o seu preço em ouro ou comprar ouro com o dinheiro recebido, como já atrás ficou lembrado⁴⁸. Era uma grande concessão, esta que a realza lhes fazia.

Nestas alturas, a liberalização das importações e exportações era também um trunfo a ser utilizado. Permitia-se a saca de variados produtos, mesmo para terra de mouros, o que era o máximo da concessão, desde que em troca viesse pão ao reino⁴⁹.

Por sua vez, as comunidades politicamente organizadas tudo faziam para procurar e atrair cereal até si: expediam-se cartas com pedidos urgentes de apoio⁵⁰; enviavam-se emissários onde quer que houvesse notícia da existência de trigo, por longe que ele se encontrasse⁵¹. A impressão que se colhe das fontes é que a procura e aquisição dos cereais implicava muitas e por vezes bem longas viagens. E não só daqueles que pretendiam um mercado para colocar o produto⁵². De todos quantos procuravam esse produto.

Todavia, em épocas de crise como esta de 1438-1440, era preciso mais do que isso para atrair os mercadores. Era preciso oferecer algumas contrapartidas suplementares que viessem juntar-se às já disponibilizadas. Neste sentido, cada um

⁴⁸ Veja-se o que atrás ficou dito e respectivas abonações na nota 40.

⁴⁹ *Descobrimientos portugueses*, vol. I, p. 393, supl. ao vol. I, p. 506; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. II, p. 181, 267 BARROS, Henrique da Gama – *Historia da administração pública em Portugal*, vol. IX, pp. 68-69; RAU, Virgínia – *A exploração e o comércio do sal de Setúbal. Estudo de história económica*, vol. I. Lisboa: s.n., 1951, p. 99; DUARTE, Maria Teresa Lopes – *P ara a história dos factores de crise no Portugal medieval*, p. 77; FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal*, pp. 117-118.

⁵⁰ *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV. Supl. de al'-Ulyā*, n.º 7. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1999-2000, pp. 27, 113, 204-205; *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, ed. por José Pereira da Costa, Funchal: Secretaria Regional de Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, p. 123. Respeita esta documentação a vários períodos de carências frumentárias, mas os mecanismos de que se lançava mão para as superar iam-se repetindo de acordo com as circunstâncias, as oportunidades, as necessidades.

⁵¹ *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, p. 210.

⁵² Relativamente à cidade que estuda, Eva Serra i Puig fala num constante “peregrinar” dos mercadores, sob as ordens das autoridades municipais, na procura do trigo destinado a manter a urbe abastecida (SERRA i PUIG, Eva – “Els cereals a la Barcelona del segle XIV”. In *Alimentació i societat a la Catalunya medieval*. Barcelona: CSIC, 1988, p. 77). O que acontecia por todo o lado. E se isso era assim habitualmente, ao menos em regiões, como a nossa, de fraca produção cerealífera, tudo se superlativava nos casos de “esterelidades” e, como é óbvio, tanto mais quanto mais violentas e prolongadas elas fossem.

oferecia o que lhe parecesse mais atractivo e estivesse nas suas possibilidades concretizar: arcar com os custos do pagamento das sisas⁵³, do armazenamento dos cereais⁵⁴ ou das dízimas e fretes de transporte⁵⁵. No Porto os próprios homens bons, que bem sabiam como o sal era necessário nos países do Norte europeu, para a conservação das suas abundantes pescarias, dispuseram-se a guardar rotativamente as portas da cidade para impedir a saída de sal sem a correspondente entrada de trigo⁵⁶.

À margem, ou quase, de todo este fervilhar, de todo este afã de procura, ficava o camponês, o produtor, que, quando terminasse de consumir aquilo que restara da sua lavra, após ter pago todos os tributos e direitos que oneravam a seara, ficava sem alimento e desprotegido. Com a morte no horizonte, nestes anos de penúria. Sobretudo aqueles que viviam do aluguer dos seus braços, que tantas vezes ficariam sem ocupação e sem o correspondente salário. O facto era mesmo reconhecido por homens mais ricos, os influentes concelhios, os que tinham assento nas assembleias municipais e nas reuniões de cortes e podiam fazer ouvir a sua voz. Em 1498 ficou dito, nas cortes então realizadas, que no reino “ha muytos homes pobres braceiros que tem muytos filhos e filhas os quaaes morrem de fome e andam Nus e esfarrapados por nam terem que lhes dar nem ssuas fazendas o podem sofrer”⁵⁷.

Alguns deles habitariam as terras de Alcobaça⁵⁸ e teriam sofrido as agruras destas fomes de 1438-1440.

⁵³ Como foi o caso de Loulé (*Actas de vereação de Loulé. Século XV. Supl. de al’-Ulyã*, n.º 10. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 2004, p. 189).

⁵⁴ E assim aconteceu no Porto (“*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*, pp. 470-471).

⁵⁵ Vantagens oferecidas pelo Funchal (*Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, pp. 111, 123).

⁵⁶ “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*, p. 172.

⁵⁷ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 116.

⁵⁸ O próprio abade reconhecia que os moradores da terra eram muito pobres e só tinham o que cavavam e lavravam por suas mãos (A. N. T. T., *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2ª incorporação* (a seguir: *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*), m. 4, n.º 124; *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça* (a seguir: *OCist, Alcobaça*), liv. 194, fl. 6 v-7; *Chancelaria de D. João III*, liv. 50, fl. 116; *Estremadura*, liv. 6, fl. 214v).

III – Nas terras de Alcobaça

Nestas, como em outras terras, raramente o camponês tinha oportunidade de fazer ouvir a sua voz. Se é que alguma vez tinha. Pelo menos de modo a chegar aos nossos dias. A não ser que fosse obrigado a vender ou de outra forma ceder as suas terras a uma igreja, a um mosteiro ou a algum influente da terra. Mas a documentação de carácter senhorial permite-nos, por vezes, alguns vislumbres destas gentes, dos ambientes em que viviam e das vicissitudes por que passavam.

A abadia de Alcobaça fez chegar até nós um precioso códice onde se encontra registada a sua contabilidade referente aos anos de 1437-1440, isto é, com início a 24 de Junho de 1437 e encerramento em igual dia de 1440⁵⁹. Abrange assim o período crucial desta crise agrária, permitindo-nos conhecer alguns aspectos do seu desenrolar, embora, repito, na perspectiva do senhor. Como não podia deixar de ser.

1 – As rendas cerealíferas da abadia

Como todos os grandes senhores da época, o mosteiro de Alcobaça não cobrava directamente as suas rendas; mas arrendava-as todos os anos a troco de uma quantia em dinheiro.

Mas esta abadia era uma enorme casa que sustentava continuamente um numeroso grupo de pessoas, para lá também dos numerosos hóspedes que recebia, dos muitos salários, em dinheiro e géneros, que pagava, dos pobres a quem auxiliava com dádivas de cereais. Gastavam-se diariamente no mosteiro volumosas quantidades de trigo⁶⁰. Por outro lado, tendo este produto uma colocação tão segura e rendosa em qualquer mercado onde fosse posto à venda, interessava ao senhor receber em géneros as rendas provenientes das suas imensas searas. Não de todas, naturalmente, porque elas se dispersavam em profusão em grande parte do País⁶¹, mas dos grandes coutos estremenhos e do pequeno mas importante couto

⁵⁹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14.

⁶⁰ Penso ter mostrado, em trabalho recente, que o pão que todos comiam nas terras de Alcobaça era, ao menos de forma muito maioritária, confeccionado com trigo (GONÇALVES, Iria – *À mesa, nas terras de Alcobaça, em finais da Idade Média*. S.l.: Direcção-Geral do Património Cultural / Mosteiro de Alcobaça / Cooperativa Agrícola de Alcobaça, 2017, pp. 131-141).

⁶¹ GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989, mapa entre as pp. 68-69.

alentejano: Beringel. Do primeiro porque aí se recolhia a maior quantidade de cereal; porque, alastrando por vários quilómetros à volta do mosteiro, o seu transporte para os celeiros centrais, na própria abadia, era mais fácil e menos oneroso⁶²; porque daí, quando era o caso, se podiam fazer vendas mais controladas e sob a supervisão directa dos monges. Do segundo porque localizado nos arredores de Beja, numa das regiões de solos mais ricos e adaptados à cultura do trigo que Portugal podia oferecer⁶³ e por isso habitual exportadora para fora do seu território, nomeadamente para Lisboa e para o Algarve⁶⁴; porque aí as condições de solo e clima permitiam a conservação do trigo durante vários anos⁶⁵, o que não acontecia nos coutos da Estremadura. Por isso aí detinha o mosteiro grandes celeiros e numerosos silos para armazenamento do trigo⁶⁶; por isso aí se faziam vultosos negócios⁶⁷.

Estas rendas, em anos de colheita normal, faziam entrar nos celeiros centrais do mosteiro quantidades muito volumosas de cereal⁶⁸ que, no entanto, se quisermos fazer fé nas queixas que de vez em quando os monges faziam chegar ao monarca, não bastavam para os gastos da casa. O mosteiro tinha tão grandes encargos, tanto na hospitalidade que, segundo dizia, tinha de manter, como em muitas outras

⁶² Sobre este aspecto é interessante verificar que são as vilas mais distantes de Alcobaça – Paredes e Pederneira a Norte, Alvorinha a Sul e Salir do Mato a Ocidente – aquelas que, de acordo com a documentação que nos resta não viam as suas rendas cerealíferas arrendadas a géneros. Adiante voltarei a abordar este assunto.

⁶³ FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas – *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval. O caso de Beja*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1991. Dissertação de Mestrado, pp. 48-49.

⁶⁴ FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas – *Organização do espaço e sistema social*, pp. 92-98.

⁶⁵ FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas – *Organização do espaço e sistema social*, p. 80.

⁶⁶ Conhecem-se, inclusivamente, várias doações de “covas de ter pão”, em Beja, de que a abadia foi beneficiária: A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 8, n.º 195; *OCist, Alcobaça*, liv. 11, fl. 134-135v, 135v-136, 136-136v, 136v-137.

⁶⁷ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 70, docs. n/ns.; *OCist, Alcobaça, 1ª incorporação, Documentos Particulares* (a seguir: *OCist, Alcobaça, 1ª inc., Docs. Particulares*), m. 38, n.º 17.

⁶⁸ Os monges avaliavam as suas rendas cerealíferas em quinhentos moios, avaliação que não seria muito desfazada da realidade, embora um tanto diminuída. Como adiante direi, no primeiro ano aqui em análise em que a colheita, se bem que não farta, talvez se não tenha afastado muito do normal, a abadia recebeu, provenientes do terrádigo pago nos coutos estremenhos, 444 moios de cereal, mas a eles se juntavam outras receitas – sobretudo jugadas solvidas em Aljubarrota e rendas pagas em trigo pelos vários moinhos que aí se encontravam em laboração e deviam ser utilizados por todos os moradores, em cumprimento das determinações que a isso os obrigavam – e perfaziam à volta de 523 moios. Juntavam-lhes ainda pingues rendas em trigo auferidas no couto de Beringel, essas impossíveis de contabilizar por falta de registo que até nós tenha chegado. Ou tenha sido encontrado até à data.

obrigações⁶⁹, que precisavam de uma carta régia mandando a todos os concelhos que deixassem o abade comprar nos seus termos pão para o mosteiro, “ca os frades d alcobaça nom podem garecer per o pam que ham se o nom comprarem”⁷⁰ e falam mesmo na “mjngua de pam que esse mosteiro padece”⁷¹. A ser assim, o que as vendas efectuadas desmentem, a não ser em conjunturas de escassez, em que se documentam compras, também a abadia sofreu durante esta penúria e se o pão não faltou – como de certo não faltou – tanto nas mesas monacais como também nas outras que a abadia sustentava, talvez algumas rações tivessem diminuído um tanto⁷² porque as rendas, essas, diminuíram bastante.

As rendas cerealíferas que alimentavam a abadia, também elas chegavam pelas mãos dos rendeiros. Cada uma das vilas com o respectivo termo⁷³ era arrendada separadamente, por quantidades estipuladas para cada um dos cereais agricultados na região: trigo, cevada, centeio e milho.

Esta forma de recebimento das rendas tinha para o senhor muitas vantagens. Se os camponeses eram obrigados a pagar – e pagavam – o quarto e o dízimo da sua produção total⁷⁴, quaisquer que fossem os cereais que tivessem cultivado e os quantitativos que tivessem recolhido de cada um deles, o senhor não estava subordinado às escolhas dos seus foreiros. Ele podia contratar com o rendeiro as quantidades que queria receber de cada um dos grãos e era isso o que fazia. Ao rendeiro restava como lucro e para pagamento das despesas que a arrecadação implicava, a diferença entre as quantias por ele acordadas com o mosteiro e as que efectivamente arrecadara. Independentemente de saber em que cereais se haviam verificado essas diferenças e os respectivos valores.

⁶⁹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 4, n.º 124; *OCist, Alcobaça*, liv. 194, fl. 6v-7; *Chancelaria de D. João III*, liv. 50, fl. 116; *Estremadura*, liv. 6, fl. 214.

⁷⁰ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 1ª inc.*, *Documentos Régios* (a seguir: *Docs. Régios*), m. 2, n.º 36.

⁷¹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 1ª inc.*, *Docs. Régios*, m. 4, n.º 22.

⁷² A. N. T. T., *Fragmentos*, cx. 13, m. 6, 1.º frag., fl. 1v, 2-2v, 2v-3, 5, onde se referem reduções sofridas pelas rações distribuídas aos monges, embora correspondentes a época um pouco posterior a esta que está em análise.

⁷³ Com excepção daquelas a que atrás me referi, na nota 62.

⁷⁴ O quarto da produção estabelecido como terrádigo para as searas dos coutos de Alcobaça não era em absoluto uniforme, mas as excepções eram tão poucas que podem, neste caso, negligenciar-se.

Todos os senhores preferiam as suas receitas cerealíferas em trigo. Era com ele que queriam confeccionado o pão que se servia às suas mesas e era ele que, colocado no mercado, trazia de volta os lucros mais significativos. O Abade de Alcobaça queria receber as suas rendas cerealíferas na base de dois terços de trigo para um terço de segunda.

A cevada era um cereal utilizado, ao menos nos anos de colheita normal e entre as famílias com algum poder económico, na alimentação animal, sobretudo cavalos e muar⁷⁵, sendo assim a base sobre que assentava todo o sistema de transportes e comunicações e da força militar⁷⁶. Era também importante por isso mesmo. Daquele terço que ficara reservado para os cereais de segunda o mosteiro recebia em cevada dois terços, isto é, dois nonos do total.

Apenas um nono restante ficava reservado para o centeio e o milho – miúdo ou alvo, porque o milho estava longe de chegar até nós e o painço quase não se encontra na documentação alcobacense –, que dividiam igualmente entre si essa porção. Eram estes, centeio e milho, cereais com pouco significado entre as famílias possidentes ou mesmo acomodadas. Isto em toda a zona mediterrânica e em Portugal em toda a sua metade sul. Teria que ser assim no mosteiro. Aliás, no âmbito das fontes proporcionadas por Alcobaça, milho e centeio aparecem sem utilização específica para lá de umas vagas referências à alimentação animal: aves e cães. As aves – de capoeira – podiam alimentar-se com milho e também com ele se confeccionavam boroas para os cães⁷⁷; os cavalos, além da cevada, podiam também receber uma ração de centeio⁷⁸. Nos anos de grande escassez, estes cereais chegavam às mesas da abadia⁷⁹.

⁷⁵ Segundo uma verba lançada no livro de contabilidade do mosteiro que chegou até nós, o infante D. Pedro, no contexto das circunstâncias em que lhe foi atribuída a regência do reino durante a menoridade de D. Afonso V e em que o D. Abade esteve a seu lado, numa das suas passagens pelo mosteiro deixou aí um cavalo que lá permaneceu 61 dias e durante esse tempo consumiu 31 alqueires de cevada (A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 348). Isto é, uma média de meio alqueire por dia.

⁷⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, p. 227. Este autor junta ainda parte do sistema moageiro.

⁷⁷ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 77, 131, 131v, 350.

⁷⁸ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 400-401v.^o.

⁷⁹ Adiante voltarei a este assunto.

Isto é, as percentagens de cada uma das gramíneas que o mosteiro reclamava para si correspondiam, efectivamente, à forma como elas se encontravam hierarquizadas, de acordo com o apreço que cada uma delas merecia. E essas percentagens, se quisermos transformar os dizeres da documentação, acima referidos, numa escala de valores mais consentânea com as formas de pensamento actual, teremos que ao trigo cabiam 66,6% das rendas, à cevada 22,2% e ao centeio e ao milho 5,6% a cada um⁸⁰.

Claro que a relação entre as quantias recebidas pelos monges e aquelas que correspondiam à punção exercida sobre a colheita dos camponeses podia não ser ajustada e dependia de diversos factores que passavam pelo número de interessados no arrendamento, pelo seu poder negocial, pelo estado das searas, pela capacidade de correr riscos por parte dos potenciais rendeiros e outros em cada altura actuaes, de acordo com as circunstâncias de momento. Mas se nem sempre as quantidades acordadas com os rendeiros entravam sem quebras nos celeiros monásticos, se, por vezes, demoravam anos a ser pagas, acabavam por se resolver, em regra, a contento de ambas as partes, terminando por vezes com algum do cereal a ser substituído por dinheiro⁸¹; se raramente as percentagens estabelecidas eram escrupulosamente respeitadas pelos rendeiros⁸², talvez por dificuldades acontecidas no preenchimento dos quantitativos respeitantes a alguns dos grãos, talvez por perdas sofridas em medições e transportes, talvez por outros motivos, de qualquer modo resultavam sempre bastante aproximadas das proporções estabelecidas nos contratos. Isto em anos de colheita normal e, mesmo que deficitária, não catastrófica.

Não assim quando a produção descia a níveis de ruptura ou muito próximo disso. O que aconteceu durante o período aqui em análise.

⁸⁰ Percentagens muito similares a estas foram encontradas numa região próxima por CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*. Vol. I. Cascais: Patrimonia, 2000, p. 195.

⁸¹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 49-84v., 190-217; *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 86, vários docs. n/ns.; m. 89, doc. n/n..

⁸² Veja-se o que ficou dito atrás na nota 68.

A colheita de 1437, se bem que não farta, resultou numa produção dentro da normalidade. Os monges encontraram homens interessados em tomar de arrendamento as suas rendas cerealíferas em todas as vilas dos coutos em que habitualmente elas eram arrendadas e arrecadaram nos seus celeiros 444 moios de cereal, de que 314 de trigo⁸³. O ano seguinte já foi um ano mau. Os monges já não conseguiram arrendar as suas rendas em todas as vilas mas apenas nas mais populosas e onde, possivelmente, residiam homens mais ousados ou mais habituados a correr riscos⁸⁴, pois as searas já tinham que mostrar bem a sua fraca qualidade. As rendas da abadia desceram a 243 moios⁸⁵, isto é, pouco mais de metade do ano anterior. Mas o pior ainda não tinha acontecido. A colheita de 1439 anunciava-se ainda mais desastrosa. Em nenhuma das vilas alcobacenses foi encontrado quem manifestasse interesse em tomar de arrendamento as rendas abaciais, pelo que todas elas foram cobradas directamente pelos monges. Que apenas conseguiram carrear para os seus celeiros 146 moios de cereal⁸⁶, quer dizer, tão-somente um terço do que tinham arrecadado em 1437⁸⁷. E se os proventos eclesiásticos sofreram um tal desgaste, nas eiras camponesas o desgaste foi ainda maior. Porque, recolhidas as rendas pelos próprios monges, toda ou quase toda a punção feita naquelas eiras foi transportada aos celeiros senhoriais e não há que ter em consideração os ganhos dos rendeiros. É certo que uma operação desta envergadura era muito dispendiosa. Dispendiosa em dinheiro, mas também em cereal. E não só porque, possivelmente – embora não se encontre documentado – alguns pagamentos terão sido feitos em géneros, como também porque a alimentação do grupo de trabalhadores, sem dúvida bastante numeroso, que colaborou na operação, terá sido feita, no todo ou em parte, à custa do mesmo cereal. Mas outros pagamentos – de transportes, medições – eram feitos a dinheiro, o que poupava o grão e, de qualquer modo, o que sempre se poupava era o lucro do

⁸³ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 49-84v.

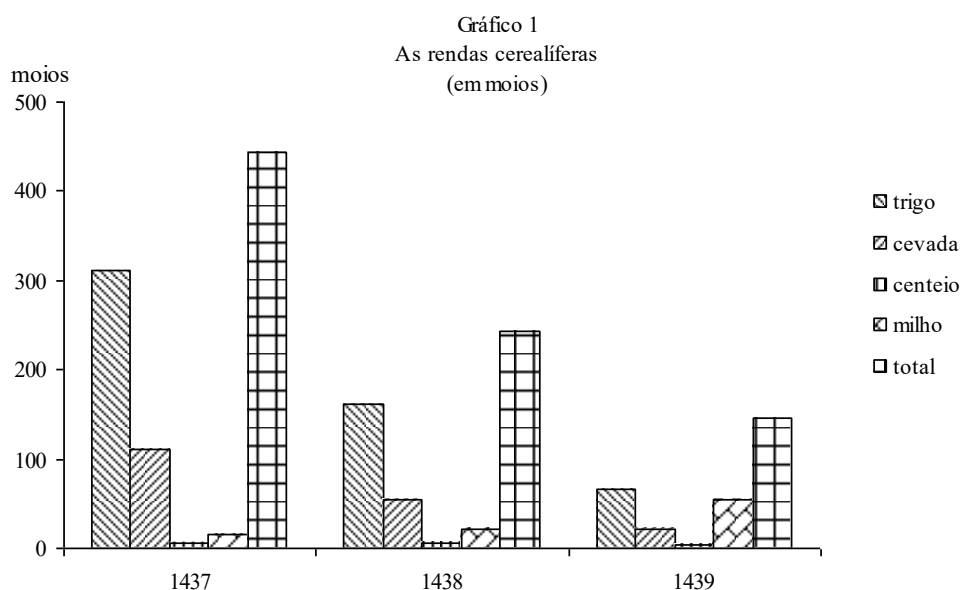
⁸⁴ Um desses homens foi João Formoso, que ficou a dever dez moios de trigo, pelo que fugiu da terra. Isso não impediu que o mosteiro lhe movesse um processo, alegando que poderia ter vendido aquele trigo, na época, por cinquenta reais o alqueire, o que equivaleria a uma soma na ordem dos 32.000 reais, quantia que o mosteiro reclamava. Foi condenado ao pagamento de 16.000 reais, o que reduzia, em metade, o valor do trigo, mas que, ainda assim, resultava numa quantia muito avultada (A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, 2ª inc., m. 62, n.º 18).

⁸⁵ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 190-217.

⁸⁶ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 327-357.

⁸⁷ Para tudo o que acabei de dizer veja-se o gráfico 1.

rendeiro. Em resumo: a quebra de produção deve ter sido bastante maior do que aquela documentada pelas receitas monásticas.



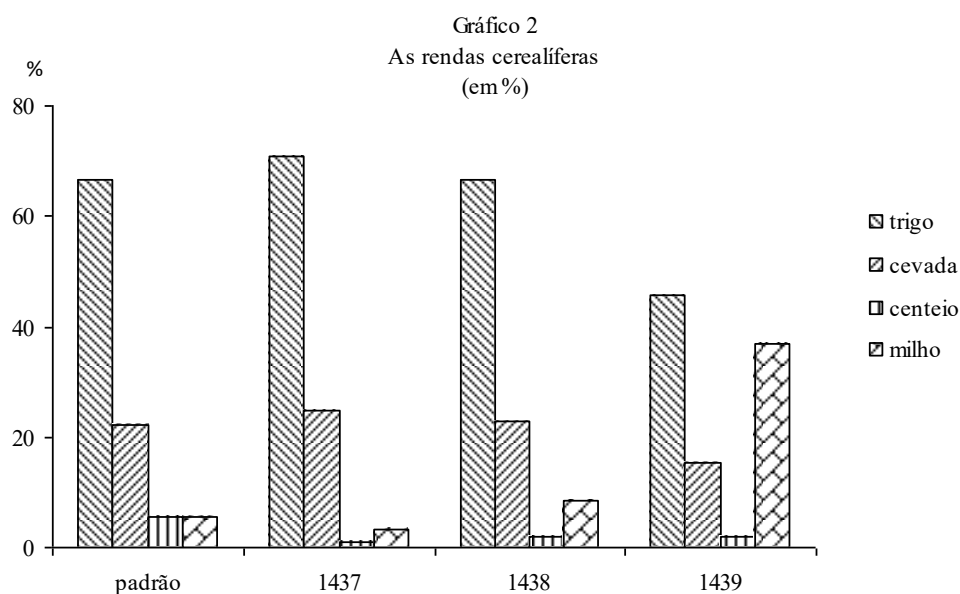
E o certo é que nesse ano ficaram registadas várias compras de trigo efectuadas pela abadia⁸⁸.

Como já atrás ficou dito, de uma maneira geral os rendeiros não faziam entrar no mosteiro um volume de cereais a corresponder rigorosamente às percentagens pedidas. Mas andava sempre muito próximo delas e por isso os monges, homens do seu tempo, um tempo em que o rigor do quantitativo não era valorizado em demasia, não faziam muita questão do facto. Queriam apenas que fosse cumprida a soma global ajustada com o rendeiro e que as proporções se não afastassem muito do que fora estabelecido. Tanto mais que quase sempre o trigo e a cevada se revelavam excedentários, ficando abaixo do acordado o milho e sobretudo o centeio. Para a abadia estava bem assim.

Aquando das colheitas de 1437 e 1438 ainda foi isso o que aconteceu. Comparando os quantitativos arrecadados com o padrão estabelecido verifica-se que, no primeiro daqueles anos, o trigo e a cevada, com os seus 70,4% e 24,8%, respectivamente, ultrapassaram os quantitativos pedidos, enquanto o milho e o centeio com os seus

⁸⁸ A. N. T. T., *OCist, Alcobaca*, liv. 14, fl. 367, 368, 368v.

3,4% e 1,1% ficaram bastante aquém. Em 1438 ainda se manteve o esquema habitual, com o trigo muito próximo de percentagem padrão – 66,7% – como também a cevada, embora esta um pouco mais excedentária, mas só ligeiramente – 22,8%. O centeio, como habitualmente, não preencheu a sua cota. Mas verifica-se já um elemento anómalo: o milho, em regra deficitário, como acima ficou dito, porque pouco cultivado, neste ano de 1438 ultrapassou a parte que lhe estava destinada, com os seus 8,4% do total⁸⁹.



As searas que iriam ser ceifadas em Julho desse ano mostraram, por certo desde cedo, aos olhos experientes dos camponeses que iriam ser, no mínimo, pouco fartas. Havia que fazer alguma coisa na tentativa de minorar a situação. E se os homens medievais não tinham grandes recursos perante conjunturas adversas, aqueles de que dispunham, esses não podiam ser desprezados.

Embora os cereais de Inverno fossem, de longe, os mais importantes e aqueles que, na verdade, saciavam a fome das populações, não podiam ser desprezados os cereais de Primavera, plantas menos exigentes sob o ponto de vista pedológico e com um ciclo vegetativo curto, permitindo, em situações de penúria, ajudar à sobrevivência

⁸⁹ Veja-se o gráfico 2 para o que ficou dito. Também em região próxima dos coutos, para os lados de Tomar, Abrantes, Torres Novas, estes dois cereais, e mais ainda o milho, não logravam alcançar grande expressão: CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 195-198.

das camadas sociais mais desprotegidas. Em situações adversas fazia-se bom uso desses cereais⁹⁰.

É certo que se conhecia o trigo tremês e que também em Alcobaça se semeava como grão de Primavera⁹¹, mas era o milho-alvo que de preferência desempenhava estas funções supletivas e talvez com uma produtividade que podia ser bastante compensadora⁹². Por todo o lado se semeava milho em situações de penúria, como documentação vária, de outras proveniências, não deixa que o esqueçamos. E de tal maneira isso se apresentava aos olhos de todos como alguma coisa de muito importante, que em diversos momentos, aquando de situações de escassez, eram os próprios homens bons, em cortes, que pediam ao monarca tornasse obrigatória a sementeira de milho⁹³.

Assim, sendo claro que nas terras de Alcobaça era também pelo milho que se começava a tentar suprir as deficiências da colheita, em 1438, chegada que era a

⁹⁰ Podem ver-se: CORTONESI, Alfio – “Colture, tecniche e lavoro nel Lazio bassomedioevale: i cereali, la vita, l’olivo”. In *Terre e signori nel Lazio medioevale: un’economia rurale nei secoli XIII-XIV*. Nápoles: Liguori Editore, 1988, p. 37; CORTONESI, Alfio – “Autoconsumo e mercado: a alimentação rural e urbana na Baixa Idade Média”. In FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (dir.) – *História da alimentação*. Vol. 2 – *Da Idade Média aos tempos actuais*. Trad. de Maria da Graça Pinhão e Catarina Gândara. Lisboa: Terramar, 2001, p. 32; FOSSIER, Robert – “L’assolement trienal autour de Saint-Quentin à la fin du XIII^e siècle”. In *Hommes et villages d’Occident au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1992, p. 506; TOUBERT, Pierre – “Disettes, famines et contrôle du risque alimentaire dans le monde méditerranéen au Moyen Âge”. In LECLANT, Jean; VAUCHEZ, André; SARTRE, Maurice (ed.) – *Pratiques et discours alimentaires en Méditerranée de l’Antiquité à la Renaissance. Actes du Colloque de la villa Kérylos à Beaulieu-sur-Mer, les 4, 5 et 6 octobre 2007*. Paris: Diffusion de Boccard, 2008, p. 457; MONTANARI, Massimo – *L’alimentazione contadina nell’Alto Medioevo*, p. 136.

⁹¹ Que podia ser semeado até Maio. A 24 desse mês saíram de Alcobaça alguns alqueires de trigo tremês para serem semeados na Ota (A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 208v.) na exploração que o mosteiro aí estava, então, a implementar (veja-se GONÇALVES, Iria – “Custos de montagem de uma exploração agrícola medieval”, *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizontes, 1988, pp. 219-233). E vários outros foram aí lançados à terra (A.N.T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 209v., 218v., 400).

⁹² Tanto quanto sei, quase não existem referências à produtividade do milho, assim nos solos portugueses como fora deles. Maria Helena da Cruz Coelho, trabalhando com uma documentação muito rica sobre este aspecto, carreou numerosas informações acerca da produtividade do trigo, em regra alta para a época porque os terrenos em causa eram de boa qualidade, prevalecendo o valor de uma semente para oito (COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média ib.*, vol. I, pp. 139-145; vol. II, apêndice III, pp. 1-13). Mas dá-nos para o milho, embora apenas a partir de sete parcelas de terra e com grandes oscilações, o valor de um: 22,9 (*ib.*, vol. I, p. 145). Dada a raridade da informação penso que é de reter este valor.

⁹³ Era sobretudo Lisboa, quase sempre aflita com falta de cereais e com tão numerosas bocas a alimentar, que tomava a iniciativa, mas outras cidades a seguiam. Podem ver-se: A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 15; liv. 16, fl. 44; *Estremadura*, liv. 4, fl. 166v; liv. 7, fl. 155v; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. I, pp. 192, 230; vol. II, p. 227.

altura das sementeiras de Primavera, semeou-se milho e com ele se supriram, no que toca às rendas da abadia, as habituais insuficiências do centeio.

Com a safra de 1439 tudo se modificou de forma drástica. Tudo tinha, aliás, que ser diferente. Nesse ano, em nenhuma das vilas se apresentou qualquer homem com interesse em tomar de arrendamento as receitas monásticas ou, se em alguma delas isso aconteceu, nenhum chegou a acordo com a abadia de modo a poder formalizar um contrato. A operação de cobrança ficou totalmente à responsabilidade dos monges.

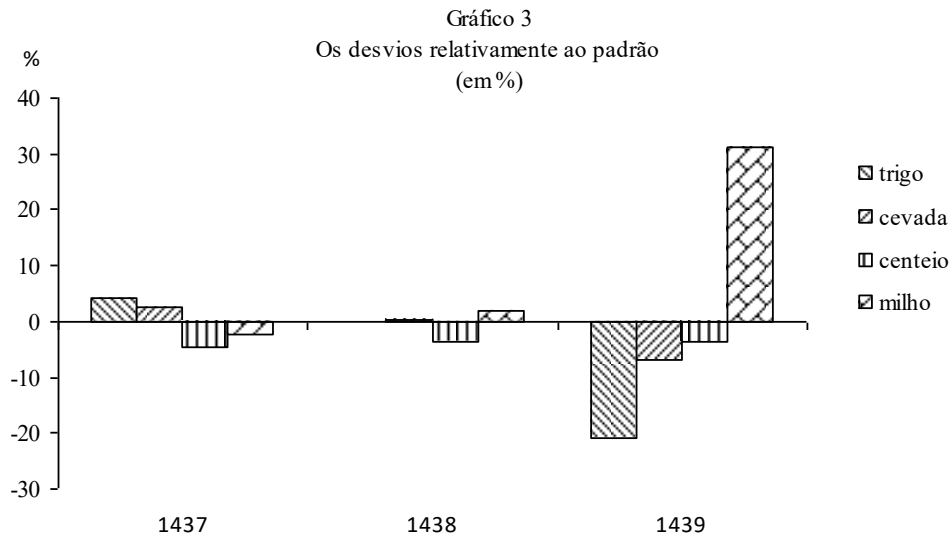
Feita a cobrança directamante, os cereais arrecadados nos celeiros monásticos tinham que corresponder, com bastante proximidade, à composição da colheita global de todas aquelas terras. Mas que, por sua vez, devia estar longe do que costumeiramente se praticava. O milho revelou-se como um dos cereais predominantes, a par do trigo. Isso só pode significar que, vista a calamitosa situação das sementeiras de Inverno, os camponeses se apressaram a lançar à terra todo o milho possível, na ânsia de ainda reverter, ao menos algum tanto, a situação que se avizinhava. A sua representação, assim sobrevalorizada, transformou por completo aquilo que eram as habituais participações numéricas de todos os cereais⁹⁴.

O que acabei de dizer penso que se torna mais claro quando analisamos os desvios verificados entre as rendas que chegavam ao mosteiro e o padrão estabelecido para a sua entrega. Nos dois primeiros anos aqui em análise, esses desvios estavam dentro da normalidade, se exceptuarmos a percentagem excedentária de milho em 1438, aliás pequena – 1,8% –, só merecendo reparo porque habitualmente esse cereal era deficitário. A grande diferença encontra-se em 1439, onde só o comportamento do centeio correspondeu ao costumado: não preencheu a respectiva cota⁹⁵. Por outro lado, a grande baixa percentual do trigo – menos 20,8% relativamente ao padrão – mas que, no entanto, foi ainda a gramínea mais cultivada,

⁹⁴ Para tudo isto veja-se o gráfico 2.

⁹⁵ Veja-se o gráfico 3.

torna-se tão inusitada quanto o milho, a ultrapassar, em 31,2% a percentagem padrão que lhe era atribuída⁹⁶.



2 – O pão que se comia

Já por mais de uma vez abordei alguns aspectos relacionados com o pão que se confeccionava nas terras de Alcobaça durante a Idade Média e nomeadamente na sua abadia⁹⁷. Não o farei de novo aqui. Mas talvez não seja inoportuno, perante o descalbro que os números atrás apontados mostram para a aneza de 1439, tecer algumas considerações sobre o assunto.

Não sabemos, e qualquer projecção sobre o tema será falível, com que intensidade grassou a fome nestas terras e muito menos se houve consequências ainda mais graves. Com base documental, como adiante referirei, apenas é possível saber que algumas famílias esgotaram completamente ou quase as suas reservas cerealíferas, a ponto de consumirem a própria semente. Nestas circunstâncias, houve, com toda a certeza, uma subalimentação agravada ao menos entre as famílias mais pobres e aquilo a que Armindo de Sousa chamou “fome cultural” em contraponto com a “fome

⁹⁶ Comparem-se os gráficos 1, 2 e 3.

⁹⁷ GONÇALVES, Iria – “Do pão quotidiano nas terras de Alcobaça (séculos XIV e XV)”. In *Actas Cister. Espaços. Territórios. Paisagens. Colóquio internacional, 16-20 de Junho de 1998, Mosteiro de Alcobaça*. Vol. I – *Economia e sociedade. Espiritualidade. Arquitectura*. Lisboa: IPPAR, 2000, pp. 21-26; GONÇALVES, Iria – *À mesa, nas terras de Alcobaça*, pp. 129-164.

biológica”⁹⁸, isto é, a falta de alimentos consagrados pelo costume, diferente da falta total de alimentos. E se o pão era o primeiro desses alimentos culturalmente consagrados, havia que confeccioná-lo de qualquer maneira.

É de crer que os monges continuaram, neste ano de penúria, a consumir o mesmo pão branco de sempre. Até porque as sêmeas que saíam de uma segunda peneiração da farinha destinada ao seu fabrico nunca se desperdiçavam, antes eram utilizadas na confecção de outros pães destinados a outras mesas postas na abadia. E, não obstante o grande abatimento das rendas, o trigo arrecadado pelo mosteiro era mais do que suficiente para a mesa monacal. Mas nem todos, no mosteiro, continuaram a comer o pão habitual.

Como sempre acontecia em todo o lado em circunstâncias semelhantes, a taxa de extracção de farinha aumentava e tanto mais quanto mais rareasse o cereal⁹⁹. Depois, todos os grãos de segunda entravam na panificação. Aqui, em primeiro lugar o milho, porque, de acordo com o que atrás ficou dito, era o mais abundante, mas também porque o milho-miúdo produz um pão de bastante boa qualidade¹⁰⁰. Mesmo dentro do mosteiro vemo-lo entrar no forno, juntamente com o centeio já após a safra de 1438, mas sobretudo da de 1439¹⁰¹, decerto para entrarem ambos no fabrico do pão destinado aos servidores da Ordem.

⁹⁸ SOUSA, Armindo de – “1325-1480”. In MATTOSO, José (coord.) – *História de Portugal*. Vol. I – *A monarquia feudal (1096-1480)*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, p. 342. Outros lhe chamaram, mais singelamente “fome quantitativa” e “fome qualitativa”, como, por exemplo, CARMONA, Juan Ignacio – *Cronica urbana del malvivir (s. XIV-XVII). Insalubridad, desamparo y hambre en Sevilla*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2000, p. 187. Sobre possíveis distinções entre diversos graus de fome têm interesse os trabalhos de BENITO I MONCLÚS, Pere – “Fams i caresties a la Mediterrània occidental durant la Baixa Edat Mitjana”, pp. 179-194; BENITO I MONCLÚS, Pere – “Las crisis alimenticias en la Edad Media: caracteres generales, distinciones y paradigmas interpretativos”. In LÓPEZ OJEDA, Esther (coord.) – *Comer, beber, vivir: consumo y niveles de vida en la Edad Media hispánica. XXI semana de Estudios Medievales. Nájera del 2 al 6 de Agosto de 2010*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2011, pp. 123-158.

⁹⁹ Charles-Marie de LA RONCIÈRE (“Alimentation et ravitaillement à Florence au XIV^e siècle”. *Archeologia Medievale* 8 (1981), p. 183) diz-nos que numa cidade como Florença a taxa de extracção de farinha podia subir a 88% ou até a 94% mesmo para os cereais de segunda, incluindo o espelta, uma gramínea revestida e portanto produzindo muitos mais farelos.

¹⁰⁰ Beatriz ARÍZAGA BOLUMBURU (“Las necesidades ineludibles: alimentación, vivienda y vestido”. In *Vizcaya en la Edad Media*, vol. III – *Evolución demográfica, económica, social y política de la comunidad vizcaína medieval*. San Sebastián: Haranburu, 1985, p. 16), estudando uma região do Norte peninsular, apresenta o milho como o melhor cereal panificável, ao lado e depois do trigo.

¹⁰¹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 213, 215, 217, 218v., 400-401v.

Sendo assim no mosteiro, não podia ser de outro modo nas vilas e aldeias que se espalhavam pelos coutos. Antes os efeitos negativos da escassez resultariam agravados. Como penso ter mostrado em trabalho anterior, os camponeses residentes nas terras de Alcobaça comiam sobretudo um pão confeccionado à base de farinha de trigo¹⁰², mas por certo, como é expectável e como acontecia em outros lugares, além da taxa de extracção de farinha se ter elevado ao máximo, como já ficou dito, a dona de casa pouparia o seu trigo, que iria juntando ao milho nas quantidades possíveis, para enriquecer o pão da família. Comia-se, assim, um pão cada vez mais escuro e áspero e também com menos qualidades nutritivas, não só porque com menor quantidade de trigo, como também porque, com uma seara debilitada, o próprio grão tinha diminuído de qualidade, apresentando-se menos denso e produzindo menos farinha¹⁰³.

Ao mesmo tempo, era habitual consumirem-se os cereais de segunda em outras preparações culinárias como as papas ou os caldos, consumo que, aliás, não se resumia aos períodos de escassez e chegou quase até aos nossos dias¹⁰⁴.

Nestas circunstâncias, a hierarquia dos cereais esvaía-se. Não só a segunda passava a desempenhar o papel do trigo – no fabrico do pão, como já ficou dito, mas também na distribuição de esmolas e outras dádivas por parte do mosteiro¹⁰⁵, no pagamento de salários¹⁰⁶ –, como a relação de preço entre ambos, tradicionalmente de um para dois ou próximo disso¹⁰⁷, se tornava paritária ou quase¹⁰⁸, o que também acontecia com os próprios cereais. Se, em anos normais, a eventual substituição de trigo por um cereal de segunda se fazia na base de um para dois, a acompanhar o

¹⁰² GONÇALVES, Iria – *À mesa, nas terras de Alcobaça*, pp. 142-146.

¹⁰³ COMET, Georges – *Le paysan et son outil*, p. 222.

¹⁰⁴ RIBEIRO, Orlando – “Milho”. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1968, p. 58.

¹⁰⁵ O Mosteiro tinha uma lista relativamente grande de pobres (A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 245-246) a quem dava como esmola determinadas quantidades de cereal, diferentes de uns para outros e que em anos normais eram solvidas em trigo, como os salários e outros pagamentos. Na safra de 1438 já várias esmolas foram dadas em milho e em 1439 mais ainda (A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 205-209, 211v., 218-218v., 344-352v.).

¹⁰⁶ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 234, 270v., 273v.-274.

¹⁰⁷ Veja-se, por todos, MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, p. 223.

¹⁰⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, p. 224; LE MENÉ, Michel – “Les temps difficiles (XIV^e XV^e siècles)”. In *La France du XI^e au XV^e siècle: population, société, économie*. Paris: PUF, 1996, p. 390.

comportamento dos preços, na aneza de 1439 e mesmo já na de 1438, vários pagamentos habitualmente feitos no cereal nobre foram-no em milho – “em preço de trigo”, segundo o dizer da época, isto é, na base de um para um¹⁰⁹. E este é mais um indício seguro da entrada cada vez mais volumosa dos grãos miúdos na panificação.

Não é possível saber se o pão dos camponeses, a partir daqui, ainda via a sua qualidade mais diminuída. É sabido como, em casos de fome extrema, e não imaginando os homens e as mulheres da Idade Média subsistir sem o pão, se farinavam para confeccioná-lo, além das castanhas e das bolotas sobretudo de azinheira, o que já era longamente tradicional, também legumes, raízes comestíveis e até cascas de árvores¹¹⁰. O medo de morrer de fome era real para largas camadas de população¹¹¹ e, por isso, ia-se muito longe na procura e na diversificação de alimentos, sobretudo para conseguir pão. Sempre o pão.

Não existem quaisquer indícios de elementos exógenos a entrarem na panificação nas terras de Alcobaça e não entraram, como toda a verosimilhança. Mas que o pão perdeu muito da sua qualidade e que as rações de muitos diminuíram bastante; que se utilizaram largamente os cereais de segunda, incluindo a cevada; que os mais pobres se sentiram acossados e que o medo de morrer de inanição bateu às suas portas, isso está dentro de toda a possibilidade que a documentação permite vislumbrar. Nem de outro modo se podia entender a reacção das gentes perante uma baixa de produção como aquela que ficou registada. Tanto mais que até em Beringel,

¹⁰⁹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 234, 344, 370v., 371v., 373v., 374.

¹¹⁰ Muitos investigadores tiveram já ocasião de verificar casos desta gravidade. Podem ver-se, entre outros: BOLENS, Lucie – “Pain quotidien et pains de disette dans l’Espagne musulmane”. In *Agronomes andalous du Moyen Âge*. Genebra- Paris: Librairie Droz, 1981, p. 265; BOLENS, Lucie – “Les aliments de la disette au Moyen Âge: une diététique à base de pains végétaux (Andalousie XI^e-XIII^e siècles)”. In *L’Andalousie du quotidien au sacré. XI^e-XIII^e siècles*. Aldershot-Brookfield: Variorum Reprints, Collected Studies, 1990, art. VII, pp. 2-4 STOUFF, Louis – *La table provençale. Boire et manger en Provence à la fin du Moyen Âge*. Avinhão: A Barthélemy, 1996, pp. 43-44; MONTANARI, Massimo – *El hambre y la abundancia*, pp. 55-56; MONTANARI, Massimo – “L’alimentazione contadina nell’ Italia tardomedievale”. In *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*. Turim: Einaudi, 1984, pp. 201-202; RIERA MELIS, Antoni – “Panem nostrum quotidianum da nobis hodie”, p. 38; SALRACH, Josep M. – “Frente al hambre en la Edad Media”. In RODRÍGUEZ, Ana (ed.) – *El lugar del campesino. En torno a la obra de Reyna Pastor*. València: CSIC / Universitat de València – Servei de Publicacions, 2007, p. 101.

¹¹¹ Veja-se o que diz DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV^e-XVIII^e siècles)*. Une cité assiégée. [Paris]: Fayard, 1978, pp. 162-167.

situado, como já atrás ficou dito, numa terra que exportava trigo para fora de região e ocupava aí um dos espaços mais produtivos, se viram, nesta altura, os celeiros monásticos a serem assaltados e despojados de todo o grão aí armazenado¹¹².

3 – O comportamento dos preços

Entretanto, os preços iam subindo. Aliás, os preços dos cereais panificáveis – o trigo em primeiro lugar – oscilavam constantemente e, mesmo em anos de produção normal, iam subindo à medida que a época das ceifas ia ficando mais afastada¹¹³ e podiam mesmo duplicar durante o ano agrícola¹¹⁴. Todavia, perante uma quebra real de produção, ou até mesmo uma simples ameaça, verdadeira ou imaginada, de que isso ia acontecer, os preços podiam subir de forma dramática.

Claro que o fenómeno era sobretudo urbano. A cidade vivia já muito dependente do mercado e qualquer oscilação na oferta de um produto tão sensível como o cereal era susceptível de produzir consequências da mais variada ordem. E da mais variada grandeza. Bastava que um rumor se espalhasse anunciando que o trigo iria faltar para que a afluência ao mercado crescesse em desmesura e provocasse ela própria uma carestia que ia aumentando à medida que o rumor crescia e alastrava¹¹⁵. Se a escassez de cereais se prolongava e às vezes por vários anos, a alta dos preços podia

¹¹² A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 4, n.º 129; *OCist, Alcobaça*, liv. 5, fl. 141v.; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 126; *Odiana*, liv. 4, fl. 258v-259.

¹¹³ Embora em ambiente urbano, vários investigadores puderam verificar grandes oscilações nos preços cerealíferos durante o ano agrícola. Como exemplo, poderei citar: STOUFF, Louis – “Une enquête économique en Provence au XIV^e siècle”. *Le Moyen Âge* 74 (1968), p. 522; LA RONCIÈRE, Charles-Marie de – *Prix et salaires à Florence au XIV^e siècle (1280-1380)*. Roma: École française de Rome, 1982, p. 95; HEERS, Jacques – *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles*, p. 394; BOIS, Guy – “Comptabilité et histoire des prix: les prix du froment à Rouen au XV^e siècle”. *Annales, E. S. C.*, 23.º ano, n.º 6 (Nov.-Dez. 1968), p. 1277.

¹¹⁴ SIVÉRY, Gérard – “L'évolution du prix du blé à Valenciennes”, p. 178.

¹¹⁵ Também este fenómeno foi já estudado por diversos investigadores. Podem ver-se, entre vários outros: ABEL, Wilhelm – *Crisis agraires en Europe*, p. 85; BENITO I MONCLÚS, Pere – “Carestía y hambruna en las ciudades de Occidente”, pp. 305-307; BENITO I MONCLÚS, Pere – “Las crisis alimenticias en la Edad Media”, pp. 127-129; AGUADÉ NIETO, Santiago – “Crisis de subsistencia, rentas eclesíásticas y caridad en la Castilla de la segunda mitad del siglo XV”. *En la España medieval* 2 (1982) - *Estudios en memoria del Profesor D. Salvador de Moxó*, t. I, p. 27; RIERA I MELIS, Antoni – “Pròleg”. In RIERA I MELIS, Antoni (coord.) – *Crisis frumentàries, iniciatives privades i polítiques públiques de proveïment a las ciutats catalanes durant la Baixa Edat Mitjana*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2013, p. 32.

tomar proporções assustadoras¹¹⁶ e arrastava consigo os preços de outros bens alimentares e não só¹¹⁷.

Naturalmente que em ambientes rurais como o que aqui está em análise, tudo, a este nível, se passava de modo diferente. Mas sendo os preços do trigo, como diz Antoni Riera Melis, que determinavam em última instância a conjuntura económica¹¹⁸, oscilações tão espectaculares como aquelas que por vezes se verificavam tinham, necessariamente, que alastrar as suas consequências a todos os ambientes. E assim também aos rurais, aos produtores. Como Alcobaça.

Em Alcobaça em data não muito anterior a Junho de 1437, mas impossível de precisar melhor¹¹⁹, o alqueire de trigo valia sete reais, mas logo subiu para dez e assim se foi mantendo ao longo do ano. Era um preço aceitável e praticado também em contextos urbanos, até porque em Junho do mesmo ano foi esse o valor de referência estipulado por D. Duarte para o pagamento de salários a oficiais do concelho de Lisboa¹²⁰. Mas esse foi um preço que não demorou muito a ser superado, com subidas constantes ao longo do ano de 1438, ano em que atingiu o preço de trinta reais, valor que até aí, tanto quanto a documentação permite saber, nunca fora atingido¹²¹, mas para rapidamente passar aos quarenta e aos cinquenta reais, valor que manteve, a par de outros menores. Todavia, e vista a fraca produção de 1439, subiram ainda um pouco mais, até ao valor máximo de cinquenta e cinco reais¹²².

¹¹⁶ Alguns autores encontraram subidas de preços na ordem dos 300% (BAULANT, Micheline – “Les prix des grains à Paris de 1431 à 1788”. *Annales, E. S. C.*, 23.º ano, n.º 3 (Maio-Jun. 1968), p. 537) e até de mais de 850% durante um período de oito anos de colheitas precárias (TRICARD, Jean – *Les campagnes limousines du XIV^e au XVI^e siècle. Originalité et limites d’une reconstruction rurale*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996, p. 38).

¹¹⁷ Veja-se a bibliografia citadas na nota 115.

¹¹⁸ RIERA I MELIS, Antoni – “Pròleg”, p. 23.

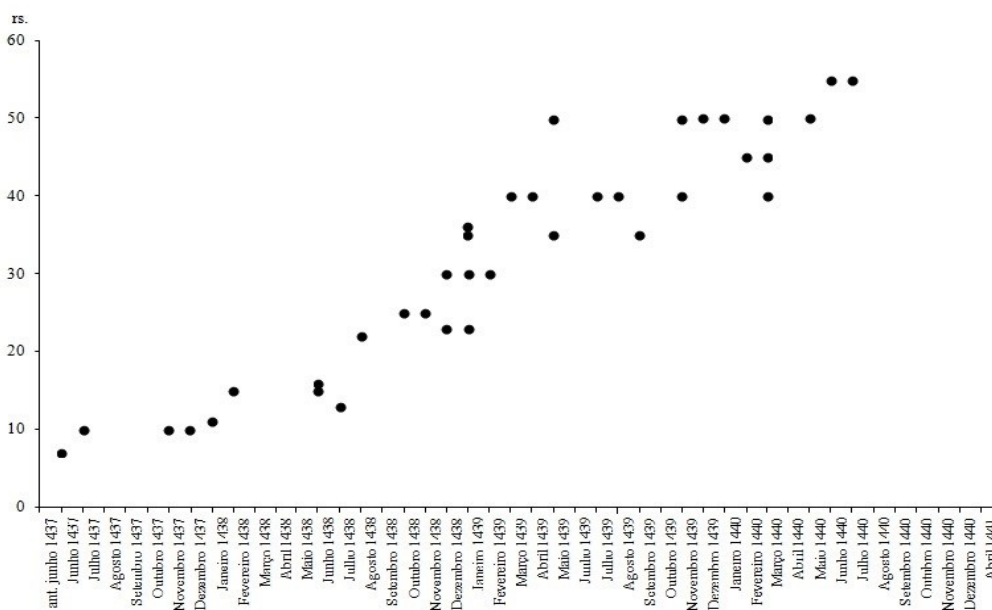
¹¹⁹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 18v.

¹²⁰ *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. II, p. 265.

¹²¹ FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal*, p. 120. Este autor publica uma lista de preços cerealíferos provenientes dos séculos XIV e XV a pp. 251-257. Uma outra boa lista de preços de cereais, mais alargada – entre os séculos XIII e XVI – foi elaborada por VIANA, Mário – “Alguns preços de cereais em Portugal (séculos XIII-XVI)”. *Arquipélago – História*, 2.ª série, 11-12 (2007-2008), pp. 212-272.

¹²² Para tudo o que acabei de dizer veja-se o gráfico 4.

Gráfico 4
A evolução dos preços do trigo
(em reais/alqueire)



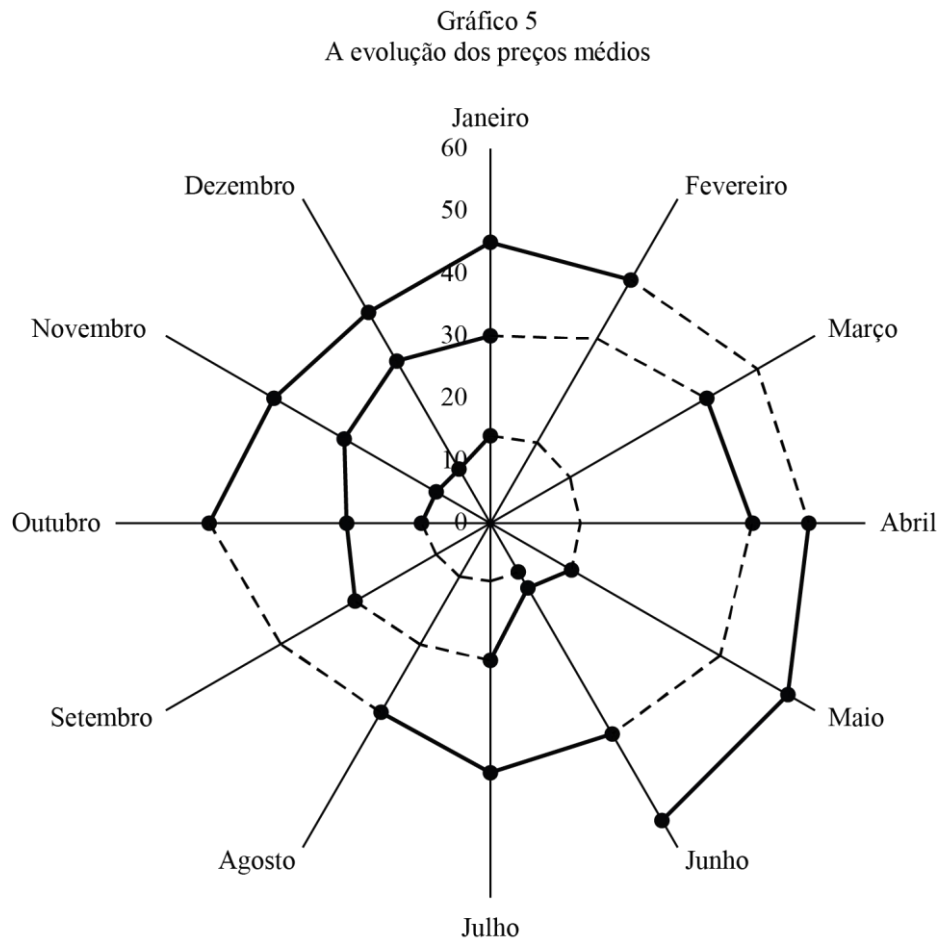
Preços praticados num mercado rural, como era o de Alcobaça, correspondentes, quase todos eles, a vendas feitas pelo mosteiro a revendedores que iriam apresentar o trigo em outros mercados, sem dúvida urbanos, esses preços só podiam subir bastante no consumidor final. A tornarem-se incomportáveis para muitas bolsas. A sugerirem-nos a verosimilhança, nesses lugares, da introdução de farinhas de várias espécies, algumas, talvez, de procedências exógenas, na panificação dos pobres, como acontecia com frequência¹²³. E como já atrás ficou lembrado.

Mesmo aqui, em Alcobaça, analisando os preços médios¹²⁴ que o trigo foi atingindo ao longo dos três anos documentados, infelizmente com algumas falhas de informação, vemos desenhar-se uma autêntica espiral de preços que nem sequer abranda com a aproximação das ceifas – o mês de Junho em que, eventualmente, até

¹²³ Veja-se a bibliografia citada na nota 110.

¹²⁴ Embora não tenham subsistido preços para todos os meses abrangidos pelo livro de contabilidade que chegou até nós, para vários deles ficaram registados dois ou mesmo três preços. Nesses casos procurei os valores médios. É certo que conjugar estes preços com aqueles que provêm de um registo único, para lá de outras incongruências, não é a forma mais correcta de trabalhar. Mas a nossa documentação medieval é tão parca em dados numéricos e concretamente em preços que toda a informação existente merece ser trabalhada com tanta minúcia quanta a possível e de todas as formas pertinentes. Desde que, naturalmente, fiquem ressalvadas as anomalias de que padecem.

já se poderia ceifar alguma seara mais temporã, semeada em lugar mais soalheiro – , antes mantém o maior preço de que nos ficou registo¹²⁵.



A colheita de 1440, por sua vez, já deve ter sido normal ou próximo disso, porque o preço de que nos ficou notícia após a ceifa desse ano – infelizmente de data impossível de precisar com rigor – mostra uma quebra brusca para os níveis anteriores à escassez¹²⁶. O que era habitual em casos semelhantes¹²⁷.

¹²⁵ Veja-se o gráfico 5.

¹²⁶ Veja-se o gráfico 4.

¹²⁷ ABEL, Wilhelm – *Crises agraires en Europe*, p. 87; HEERS, Jacques – *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles*, p. 394; BOIS, Guy – “Comptabilité et histoire des prix”, p. 1277.

4 – Alguns efeitos secundários

a – A valorização dos grãos inferiores

Sendo o trigo, nas terras de Alcobaça, o primeiro dos cereais panificáveis e o que todos mais consumiam em anos de colheita normal, porque o mais produzido em todas estas glebas, já atrás ficou visto como, em anos de escassez, o milho se lhe podia aproximar bastante em volume de colheita e, por isso mesmo, o podia substituir em diversas circunstâncias, inclusive na panificação do próprio mosteiro. Mas se o milho se apresentava, de entre os grãos secundários, como o mais proeminente, era apenas porque a sua condição de cereal de Primavera permitia uma larga sementeira suplementar, mas todos os outros o acompanhavam – uma presença benfazeja e sempre desejada.

Porém, não só os cereais de segunda: também as leguminosas. E era assim em todo o lado.

Em circunstâncias normais, os legumes conheciam um cultivo difuso por todo o lado. Sobretudo as favas, sem dúvida os mais importantes¹²⁸, até porque o seu grão tinha atingido já um tamanho relativamente grande, mas também ervilhas, chícharos, lentilhas, grãos-de-bico, feijões e outros ainda¹²⁹. Naturalmente, em épocas de escassez cerealífera, o seu cultivo intensificava-se e as suas formas de consumo diversificavam-se, a entrarem, como já atrás ficou dito, na própria panificação. Deste modo, já alguns investigadores os têm considerado como verdadeiros cereais de substituição¹³⁰.

¹²⁸ STOUFF, Louis – *La table provençale*, p. 74; MARANGES, Isidra – *La cuina catalana medieval, un festí per als sentits*. Barcelona: Rafael Dalmau, 2006, p. 291; MONTANARI, Massimo – *L'alimentazione contadina nell' Alto Medioevo*, p. 155; CORTONESI, Alfio – “Colture, tecniche e lavoro nel Lazio bassomedioevale”, p. 67; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – “Las necesidades iniludibles”, p. 17. Ana Maria RODRIGUES (*Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1995, p. 245) refere mesmo que é a fava a única leguminosa individualizada na documentação que trabalhou.

¹²⁹ Para lá da bibliografia citada na nota anterior podem lembrar-se ainda, entre outros: CORTONESI, Alfio – “Autoconsumo e mercado”, p. 35; FERNÁNDEZ SUÁREZ, Ana – *Teverga, un concejo de la montaña asturiana en la Edad Media*. Oviedo: Ediciones Idea, 1992, p. 109; TOUBERT, Pierre – “Disettes, famines et contrôle du risque alimentaire”, p. 457.

¹³⁰ BRAUDEL, Fernand – *Civilização material e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Trad. de Maria Antonieta Magalhães Godinho, t. I. Lisboa – Rio de Janeiro: Cosmos, 1970, p. 91; FERNÁNDEZ SUÁREZ, Ana – *Teverga, un concejo de la montaña asturiana en la Edad Media*, p. 109; CORTONESI, Alfio – “Autoconsumo e mercado”, p. 35.

Assim era, também, nas terras senhoreadas pelo mosteiro de Alcobaça.

É certo que a documentação – e repito: toda ela de proveniência monástica –, embora se refira com frequência às leguminosas, fá-lo quase sempre de forma estereotipada e englobando-as a todas no mesmo grupo e sem individualizar qualquer delas. As mais das vezes que as fontes alcobacenses as mencionam é no contexto dos contratos de locação de terras, onde ficava dito que delas se pagava o quarto da produção, na eira, como os cereais¹³¹. Mas a partir daí é o silêncio, ou quase. Arrendadas as rendas, os monges pareciam desinteressar-se delas e deixá-las, na sua totalidade, aos rendeiros.

Mas não assim os camponeses.

Em Alcobaça, como em todo o lado, qualquer família aldeã cultivava junto de casa, na horta que aí afeiçoara, uma grande variedade de vegetais, onde nunca faltavam algumas leguminosas. Destinavam-se ao autoconsumo e, na sua maior parte, tal como até épocas muito próximas de nós, eram consumidas em verde. E tanto mais era assim nas terras de Alcobaça quanto, para elas, usufruíam os camponeses da vantagem de não serem oneradas com qualquer punção, regalia que lhes era assegurada pelas primitivas cartas de povoamento¹³² e confirmada mais tarde pelos chamados forais manuelinos¹³³. E era essa uma vantagem apreciada e tanto que, numa determinada altura – finais do século XIV –, durante uma contenda entre Aljubarrota e o mosteiro, na lista de agravos apresentada em tribunal por aquela vila, constava o facto de que, desde havia três anos, o D. Abade lhes mandava quarter¹³⁴ as verças na horta, o que ia contra os seus direitos¹³⁵. Todavia, essas leguminosas cultivadas na horta ainda eram, talvez, as menos importantes, embora a sua época de produção – Primavera, princípios de Verão –, altura em que os cereais

¹³¹ GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, gráfico da p. 287.

¹³² A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 1, n.º 1.

¹³³ *Forais manuelinos do reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa*. Ed. por Luiz Fernando de Carvalho Dias. *Estremadura*. Beja: Ed. do Autor, 1962, pp. 148-161.

¹³⁴ Isto é, demarcavam quatro leiras e os monges escolhiam uma.

¹³⁵ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 62, n.º 6.

ceifados no ano anterior começavam a aproximar-se, perigosamente, da exaustão, elas fossem muito bem-vindas e afirmassem uma presença quase constante na mesa dos camponeses.

No entanto, o cultivo destas plantas em campo aberto era já o mais importante na Baixa Idade Média e encontrava-se bastante generalizado, conhecidos que eram os benefícios de vária ordem que daí advinham, tanto para as terras que enriqueciam, sobretudo em azoto, quando enterradas em verde, como para a alimentação, tanto humana como animal¹³⁶. Os legumes entravam assim no ciclo de rotação dos cereais, constituindo no mundo mediterrânico, como já foi notado, o equivalente ao que na época se praticava nos terrenos cerealíferos da Europa do Noroeste com o afolhamento trienal e a sementeira dos cereais de Primavera¹³⁷.

Eram estes que se secavam, que podiam ser consumidos ao longo de todo o ano, que nas épocas de penúria cerealífera podiam ser farinados e entrar na massa de que eram feitos os pães dos pobres ou eram confeccionados de várias outras maneiras. Eram estes que, na cidade, sintomaticamente, gozavam, como os cereais, da isenção de sisas e dízimas ou que, como estes, conferiam segurança aos mercadores que de fora aqui os fizessem chegar¹³⁸. Prova clara da importância que lhes era atribuída no seu papel de produtos supletivos dos cereais.

Nas terras de Alcobaça fazia-se também, de forma bastante generalizada, a sementeira, ao menos parcial, dos pousios com leguminosas¹³⁹ e se, como atrás ficou dito, o mosteiro parecia desinteressar-se daquele quarto que lhe pertencia, de acordo com a letra dos contratos de locação que celebrava com os camponeses,

¹³⁶ FOURQUIN, Guy – “Le temps de la croissance”. In DUBY, Georges; WALLON, Armand (dir) – *Histoire de la France rurale*. Vol. I - *La formation des campagnes françaises des origines au XIV^e siècle*. Dir. Georges Duby. Paris: Seuil, 1975, pp. 418-419; NEVEUX, Hugues – “Déclin et reprise: la fluctuation biséculaire”. In DUBY, Georges; WALLON, Armand (dir) – *Histoire de la France rurale*. T. II – *L’âge classique des paysans. 1340-1789*, dir. Emmanuel Le Roy Ladurie. Paris: Ed. du Seuil, 1975, p. 23.

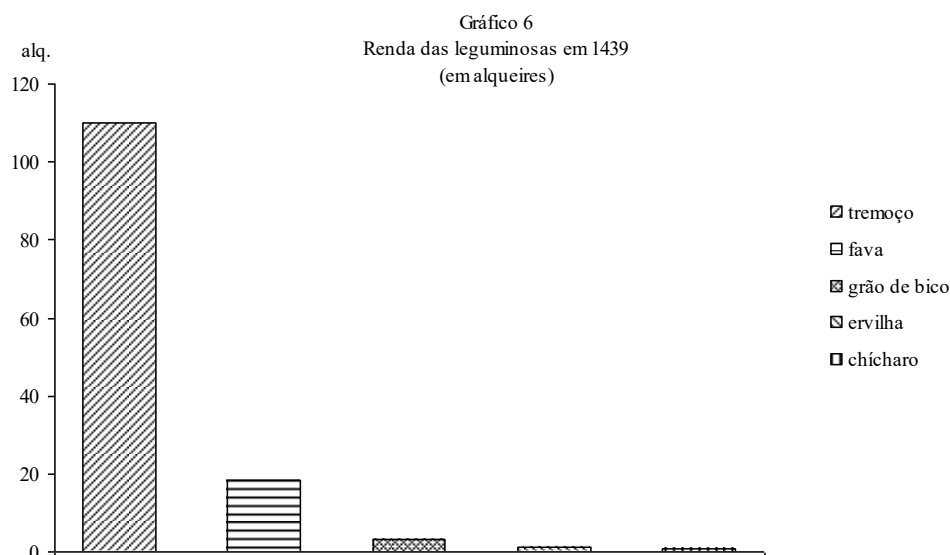
¹³⁷ TOUBERT, Pierre – “Disettes, famines et contrôle du risque alimentaire”, p. 457.

¹³⁸ Acontecia o mesmo em todos os períodos de escassez: *Descobrimientos portugueses*, vol. I, p. 231; supl. ao vol. I, pp. 506, 508-509; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. I, p. 201; vol. II, p. 267; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 265-267; FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal*, pp. 117-118.

¹³⁹ Abordei este assunto em *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, pp. 67, 219.

neste ano de 1439 arrecadou-as em todas as vilas onde também arrecadou o cereal¹⁴⁰.

Os legumes chegados ao mosteiro foram a fava, o grão-de-bico, o tremço, a ervilha e o chícharo. Quase todos em pequenas ou mesmo muito pequenas quantidades¹⁴¹.



Nota-se, neste enumerado, a falta de dois dos legumes mais cultivados e consumidos no Ocidente europeu: a lentilha e o feijão. Se nas hortas dos camponeses alcobacenses eles tinham alguma expressão, essa não podia ser grande, na medida em que não o comportava o espaço sempre tão pequeno e tão retalhado da horta. Aparentemente, não entravam no pousio das searas, nem sequer as lentilhas, nunca referidas nas fontes medievais de Alcobaça. Os feijões, pelo contrário, sabe-se que faziam parte do cardápio dos monges nos dias de abstinência ritual e em que por isso se consideravam menos bem alimentados. Mas eram adquiridos fora, em Santarém, por compra¹⁴². Quanto aos camponeses, ao menos o feijão deviam cultivá-lo, talvez a partir de algumas espécies já conhecidas que podiam consumir-se em verde, com a respectiva vagem¹⁴³. Apenas semeados na horta.

¹⁴⁰ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 328-334.

¹⁴¹ Veja-se o gráfico 6.

¹⁴² A. N. T. T., *Fragmentos*, cx. 13, m. 6, 1.º frag., fl. 6v.

¹⁴³ Veja-se BOLENS, Lucie – “Le haricot vert en Andalousie et en Méditerranée médiévale (phaseolus, dolichos, lübiã, judía)”. *Al-Qantara* 8 (1987), p. 73.

Os quantitativos de legumes secos arrecadados pela abadia neste ano de 1439, não obstante serem, como disse, pouco avultados, foram recolhidos em quantidades muito díspares desde os 113,5 alqueires de tremoços até ao menos de um alqueire de chicharos¹⁴⁴. O que talvez tenha algum significado em termos das utilizações que eram dadas a cada um deles e da conjuntura em que esta colheita se integrava.

Os tremoços, com os seus 82,7%¹⁴⁵ do conjunto, revelaram-se largamente maioritários em todo o espaço em consideração. Mas este legume conhecia utilizações outras, bem diferentes do consumo humano. É possível que, tal como acontecia em diversas paragens, eles fossem utilizados na alimentação animal, o que libertaria para os homens e as mulheres boa parte da cevada que em regra era consumida por animais. Mas sabemos que ainda em épocas muito posteriores àquelas que aqui estão em apreço, se faziam nestas terras grandes sementeiras de tremoço para azotar os solos, pelo seu enterramento na época da floração¹⁴⁶. Pelo que era necessário reservar grandes quantidades para lançar à terra no ano seguinte. Como, por outro lado, não podiam ser consumidos em verde, todos chegavam à eira, e aí a punção senhorial lá estava, para se exercer sobre eles. Por tudo isto avultaram de forma tão exuberante.

As favas eram também nestas terras, como em outros lugares, os legumes mais consumidos¹⁴⁷. Aqui, os seus 13,5% no conjunto das rendas monásticas não parecem confirmá-lo. Mas há alguns aspectos a tomar em consideração. Por um lado, a presença grandemente maioritária dos tremoços, a conseguir uma redução

¹⁴⁴ De novo remeto para o gráfico 6.

¹⁴⁵ Para as percentagens que aqui irei referir reporteimei-me a GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, tabela da p. 80.

¹⁴⁶ NATIVIDADE, Joaquim Vieira – *A região de Alcobaça. Algumas notas para o estudo da sua agricultura, população e vida rural. Obras várias*, vol. I. Lisboa: Imp. Libanio da Silva, s. d., p. 51.

¹⁴⁷ Podem ver-se, referidos a outros lugares: STOUFF, Louis – *La table provençale*, p. 74; MONTANARI, Massimo – *L'alimentazione contadina nell'Alto Medioevo*, p. 205; RIERA MELIS, Antoni – “Los sistemas alimentarios de los estamentos populares en el Mediterráneo noroccidental”, p. 89. Como legume de eleição que era, a fava foi ornada de muitas qualidades, reais ou simbólicas, crenças que o mundo antigo legou à Idade Média. Sobre este aspecto, e numa abordagem diferente, é interessante o trabalho de GARNSEY, Peter – “La fève: substance et symbole”. In AURELL, Martin; DUMOULIN, Olivier; THELAMON, Françoise (ed.) – *La sociabilité à table. Commensalité et convivialité à travers les âges. Actes du colloque de Rouen, 14-17 novembre 1990*. Ruão: Publications de l'Université de Rouen, 1992, pp. 317-323.

drástica das representações de todos os outros legumes; por outro, eles não se dirigiam, sequer na sua maior parte, à alimentação humana.

A fava, pelo contrário, destinava-se ao consumo humano, independentemente de à planta, que não ao grão, serem dadas outras utilizações, como o enterramento e a alimentação animal, e sabe-se que ela entrava com muita frequência em todas as mesas. Nos casos em que foi possível saber quando e a que ritmo isso acontecia, verificou-se uma presença assídua durante os meses de Abril/Maio, a denunciar, precisamente, a sua condição de legume verde. E isto em mesas com alguma ou mesmo muita exigência¹⁴⁸. Podendo os camponeses de Alcobaça alimentar-se livremente de legumes, tendo, muitos deles, exaurido as suas reservas cerealíferas¹⁴⁹, com uma ceifa que se anunciava mais desastrosa ainda do que a anterior, todas aquelas famílias se alimentariam, o mais possível, desse bem-vindo recurso que eram as favas. E que eram todos os outros legumes, sobretudo também as ervilhas, com apenas 2,4% nas receitas da abadia, mas podendo, do mesmo modo, comer-se livremente em verde. E todos os outros, que todos eram uma bênção em períodos de carência.

Penso que a fraca representação dos legumes secos destinados à alimentação humana se deveu, neste ano de 1439, a um grande aumento do seu consumo em verde, na falta dos cereais.

Um outro sucedâneo do pão, que também muito se utilizava em períodos de penúria e não só, era a castanha. As terras de Alcobaça não se encontram na zona preferencial do castanheiro, que procura terras mais frias, mas ele ainda aí cresce e frutifica com alguma facilidade. Em redor do mosteiro e até à Maiorga, erguiam-se pequenos soutos, matas mais cuidadas porque a dominância pertencia ao

¹⁴⁸ GONÇALVES, Iria – “Acerca da alimentação medieval”. In *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 205; AIROLDI, Paola – “La tavola del conte: speze per il cibo alla corte di Filippo I di Savoia (1269-1274)”. In COMBA, Rinaldo; NADA PATRONE, Anna Maria; NASO, Irma (org.) – *La mensa del principe. Cucina e regimi alimentari nelle corti sabaude (XIII-XV secolo)*. Cuneo – Alba – Rocca de' Baldi: Società studi storici di Cuneo, Famija albeisa, Museo e centro studi "Augusto Doro", 1997, p. 22.

¹⁴⁹ Adiante voltarei ao assunto.

castanheiro¹⁵⁰. Aliás, os seus frutos faziam parte, como os legumes, dos jantares monásticos nos dias em que a refeição era “magra”, isto é, nos dias em que, ritualmente, deviam alimentar-se de peixe¹⁵¹. Devido às suas qualidades nutritivas. Assim sendo, sobretudo em épocas de fome, fazia-se sempre das castanhas o maior consumo possível, utilizando-as cruas ou em diversas preparações culinárias, inclusive na panificação¹⁵². Embora mais moderadamente do que em outras regiões mais a Norte, porque o produto não abundava, também os camponeses alcobacenses não deixavam de introduzir a castanha nas suas refeições, sempre que isso se tornava possível.

b – Dificuldades subsequentes

Com maior ou menor intensidade, esta escassez cerealífera atingiu a generalidade das famílias, para lá daquela ínfima camada de gentes possidentes. De forma diferente na cidade e no campo, mas tanto nuns locais como noutros, a fome ou, ao menos, o seu fantasma muito nítido bateram a quase todas as portas. O que não podia ter deixado de acontecer, dado que acontecia com frequência mesmo em épocas de abastecimento normal. Ao menos nas casas de gente pouco abonada, que era a maioria. Giovanni Cherubini diz-nos mesmo que “la minaccia della fame o la fame pura e semplice erano [...] compagne inseparabili dell’uomo del Medioevo”¹⁵³.

Nesta medida, os camponeses trabalhavam afadigadamente durante o ano inteiro para o autosustento da família e para pagar todos os tributos devidos ao senhor da terra. Assim todos aqueles que habitavam os coutos alcobacenses, uma vez que viviam em terras senhoriais, que todas elas pertenciam ao mosteiro. Se uma ou outra família detinha, fora deste circuito, algumas glebas alodiais, tal facto não surgiu, nem

¹⁵⁰ Embora a documentação de Alcobaça não dê grande destaque a estes soutos – como as demais matas, eles pertenciam à reserva senhorial, sempre muito mais discretamente mencionada –, ainda assim eram-no de molde a conhecer-se bem a sua localização e importância (A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 25, n.ºs 578, 621; m. 33, n.º 821, fl. 3-3v.; m. 38, n.º 921; *OCist, Alcobaça, 1ª inc., Docs. Particulares*, m. 41, n.ºs 22, 37, 38; m. 42, n.º 11; *OCist, Alcobaça*, liv. 12, fl. 72v.-73, 105-105v.; liv. 15, fl. 13-73; liv. 136, fl. 102-103v.; liv. 183, fl. 97; liv. 212, fl. 64v.-65).

¹⁵¹ A. N. T. T., *Fragmentos*, cx. 13, m. 6, 1.º frag., fl. 6v.

¹⁵² Sobre este assunto veja-se GONÇALVES, Iria – “A árvore na paisagem rural do Entre-Douro-e-Minho”. In *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as inquirições de Afonso III*. Porto: CITCEM – Edições Afrontamento, 2012, pp. 53-58 e bibliografia aí citada.

¹⁵³ CHERUBINI, Giovanni – “La carestia del 1346-47 nell’inventario dei beni di un monasterio del contado aretino”. *Rivista di storia dell’agricoltura*, vol. X, n.º 2 (1970), p. 180.

seria expectável que surgisse, na documentação que temos disponível. De qualquer modo, não seriam muitas as famílias nessas condições e, se residiam nos coutos, é lógico pensar que aí teriam a maior parte dos seus interesses económicos. Em resumo: a generalidade destes camponeses via sempre substancialmente reduzidas as suas colheitas após os pagamentos devidos ao mosteiro. Poucos ou nenhuns excedentes seriam capazes de produzir.

Porém, neste final da Idade Média toda a sociedade, urbana como rural, encontrava-se já bastantes monetarizada, de modo que também os camponeses precisavam de algumas moedas para compra de um ou outro produto indispensável que não eram capazes de produzir e para satisfazer diversos encargos. Por isso, podiam mesmo precisar de aventurar-se a colocar no mercado algumas pequenas quantidades dos víveres que arrancavam à terra. O que, em regra, não era muito compensador, a não ser que o próprio fizesse o transporte. Neste caso, o mercado teria que ser próximo e as quantidades realmente pequenas.

Para os camponeses de Alcobaça, os mercados mais apropriados e revestindo já alguma dimensão eram os de Leiria e Óbidos, possíveis de atingir em menos de um dia, para homens que se deslocavam a pé ou, se se queria algo de maior dimensão, era preciso demandar Santarém, mas para isso gastava-se todo um dia de marcha a partir de Alcobaça¹⁵⁴. O que não assustaria caminheiros experientes como eram todos os camponeses medievais.

Ora, o trigo era um produto com larga aceitação em qualquer mercado urbano e tanto maior quanto mais pobre se revelasse a oferta do mesmo. Por outro lado, quando a inflação se manifestava actuante, então, sim, a venda de alguns alqueires de trigo podia apresentar-se como sendo compensadora¹⁵⁵.

¹⁵⁴ GONÇALVES, Iria – “Viajar na Idade Média: de e para Alcobaça na primeira metade do século XV”. In *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizontes, 1988, pp. 192-193.

¹⁵⁵ Era o que faziam alguns camponeses em circunstâncias semelhantes àquelas que aqui estão em análise: RIERA MELIS, Antoni – “Los sistemas alimentarios de los estamentos populares en el Mediterráneo noroccidental”, p. 94; MONTEANO, Peio J. – *Los Navarros ante el hambre*, p. 139; GAULIN, Jean-Louis; MENANT, François – “Crédit rural et endettement paysan dans l’Italie communale”. In BERTHE, Maurice (ed.) – *Endettement paysan et crédit rural dans l’Europe médiévale et moderne. Actes des XVII^{es} Journées internationales d’histoire de l’abbaye de Flaran, Septembre, 1995*. Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 1998, p. 62.

Por outro lado ainda, sabe-se que, em alturas de carência cerealífera, pequenos comerciantes e até artesãos apresentavam-se em mercados compensadores a vender trigo comprado a camponeses das proximidades ou até mais afastados¹⁵⁶, pelo que percorriam as aldeias com propostas por certo aliciadoras.

Não há notícia de semelhantes procedimentos nas terras de Alcobaça, mas as circunstâncias permitem, pelo menos, colocar as hipóteses de alguma destas ocorrências perante a subida documentada dos preços e a certeza do seu aumento bem maior em qualquer mercado urbano. É possível que um ou outro dos camponeses alcobacenses se sentisse aliciado ou até pressionado pelas circunstâncias a desfazer-se de algum do seu trigo, pensando subsistir, até melhores tempos, com os grãos de segunda e as leguminosas.

Mas o que é realmente seguro é que algumas famílias acabaram por esgotar completamente as suas reservas e viram-se constringidas a consumir também uma parte da semente.

Era esta uma situação aflitiva e desastrosa. E tanto assim que até as elites concelhias, aquelas cuja voz era audível porque tinham assento em cortes, se mostravam sensíveis a esta circunstância, a ponto de apresentarem o pedido de que, quando algum lavrador tivesse dívidas, o não mandassem penhorar nos bois de arado e na semente, se outros bens tivesse, “polla grande perda que se lhe sege por ficar sem boys e sem semente”¹⁵⁷.

Sem semente ou com pouca para lançar à terra, a colheita do ano seguinte encontrava-se seriamente comprometida, ainda que as condições meteorológicas e outras se mostrassem propícias ao desenvolvimento das plantas. Havia que envidar todos os esforços no sentido de colmatar a lacuna.

¹⁵⁶ RICHOU I LLIMONA, Montserrat – “Una decada d’abastament frumentari a Barcelona. La contribució de la iniciativa privada en els anys setanta del segle XIV”. In RIERA I MELIS, Antoni (coord.) – *Crisis frumentàries, iniciatives privades i polítiques públiques de proveïment a las ciutats catalanes durant la Baixa Edat Mitjana*. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, 2013, pp. 117-159.

¹⁵⁷ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, p. 106.

O recurso mais comum era recorrer ao empréstimo¹⁵⁸. Mas, em regra, na própria comunidade não havia muita margem de escolha, porque todas ou quase todas as famílias da região se encontravam em situação semelhante ou, quando muito, tinham à justa as quantidades de que precisavam para as suas searas.

Porém, o senhor tinha sempre excedentes e não lhe convinha que as terras ficassem improdutivas, uma vez que também seria participante do prejuízo. Emprestava cereal aos seus foreiros, para sementeira, sim, mas por vezes também para consumo.

Assim fizeram os monges alcobacenses nesta conjuntura depressiva. Entre 8 de Maio de 1439 e 3 de Março de 1440, emprestaram aos seus camponeses, entre trigo e milho, perto de oito moios de cereal¹⁵⁹, por vezes com a indicação de que se destinava à sementeira¹⁶⁰, outras talvez também ao consumo¹⁶¹. Pena que na maior parte dos casos o destino do grão não tivesse sido registado. Mas, entre 8 de Maio e 10 de Dezembro de 1439, o cereal emprestado foi maioritariamente o milho¹⁶², o que leva a crer que os primeiros empréstimos terão sido para lançar à terra, mas não os últimos, já demasiado tardios. Para estes, o destino mais lógico seria o consumo. Entre 12 de Fevereiro e 3 de Março de 1440 emprestou-se trigo¹⁶³. Algum dele também para semear, como já foi registado. Lançado à terra já em finais de Fevereiro – até 22¹⁶⁴ –, era sem dúvida trigo tremês, também ele de Primavera, que, com o seu ciclo vegetativo mais curto do que os de Inverno, ajudaria ainda a compor a colheita desse ano de 1440. Aliás, uns dias antes seguira para uma das searas do mosteiro, dita “do abade”, na Roda, uma remessa de trinta alqueires de trigo “para

¹⁵⁸ O que acontecia em todo o lado: PINTO, Giuliano – “Contadini e proprietari nelle campagne fiorentine: il piviere dell’Impruneta”. In *Toscana medievale. Paesaggi e realtà sociali*. Florença: Casa Editrice le Lettere, 1993, p. 171; MONTEANO, Peio J. – *Los Navarros ante el hambre*, p. 152; FURIÓ, Antoni – “Endettement paysan et crédit dans la Péninsule Ibérique au Bas Moyen Âge”. In BERTHE, Maurice (ed.) – *Endettement paysan et crédit rural dans l’Europe médiévale et moderne. Actes des XVII^{es} Journées internationales d’histoire de l’abbaye de Flaran, Septembre, 1995*. Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 1998, p. 150; CHERUBINI, Giovanni – “La carestia del 1346-47”, p. 183.

¹⁵⁹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 205-401v., *passim*.

¹⁶⁰ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 205, 208 v.º, 219.

¹⁶¹ O que não ficou registado. Mas alguns empréstimos muito fora das épocas de sementeira levam, pelo menos, a colocar a hipótese de se destinarem ao consumo. Por exemplo, um empréstimo de milho, cereal de Primavera, feito em Dezembro. A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 205.

¹⁶² A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 205, 208v., 213 v., 219, 344, 351v.

¹⁶³ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 398 v., 400-400 v.

¹⁶⁴ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 400.

semear” e registou-se a seguir trigo tremês¹⁶⁵. Tudo se fazia, em conjuntura tão depressiva, para minorar a escassez.

É certo que por esta via os aldeãos resolviam alguns dos seus problemas mais imediatos. Mas é certo também que uma parte da colheita futura ficava desde logo comprometida, porque em conjunto com os foros habituais havia que pagar o empréstimo, com ou sem juros, juros que também as instituições religiosas podiam cobrar¹⁶⁶. Nada nos permite saber se o mosteiro cobrava ou não algum interesse por esses empréstimos, mas, mesmo que o não fizesse, tinha que ser ressarcido das quantias emprestadas. E mesmo sem esse ónus suplementar, a conjuntura já era suficientemente má para ter deixado muitas sequelas.

Para finalizar

Não é possível saber que outras marcas, permanentes ou não, esta escassez cerealífera deixou nas terras de Alcobaça.

O mosteiro, embora tenha tido alguns prejuízos, que teve – a diminuição das rendas, os gastos causados pela cobrança em 1439, o assalto aos celeiros de Beringel, não foram compensados pela subida dos preços –, mas os monges eram ainda, nesta altura, muito ricos¹⁶⁷, pelo que facilmente se recompuseram, se é que, na verdade, chegaram a precisar disso.

Mas não assim as famílias camponesas, pelo menos em boa parte. Se elas eram tão pobres como o próprio abade reconhecia e atrás ficou referido; se tantas dessas famílias precisaram recorrer ao empréstimo, ao menos de cereal¹⁶⁸, é porque a fome chegou a bater às suas portas e elas envidaram os esforços possíveis para a não deixar entrar. Se é que o conseguiram. No entanto, como a conjuntura depressiva se não arrastou por demasiado tempo – como atrás ficou dito, a colheita de 1440, como

¹⁶⁵ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 400.

¹⁶⁶ MONTEANO, Peio J. - *Los Navarros ante el hambre*, p. 152. Maurice BERTHE (*Famines et épidémies dans les campagnes navarraises*, p. 287) fala mesmo em empréstimos contraídos junto de usurários.

¹⁶⁷ Foi só mais tarde, sob a gestão dos abades comendatários, que começaram a notar-se sinais de desequilíbrio nas finanças deste mosteiro.

¹⁶⁸ Não ficou registado qualquer empréstimo em dinheiro, como aconteceu em outras paragens, no dizer de alguns investigadores.

tudo leva crer, já se mostrou normal ou próximo disso –, é possível que as feridas se tivessem curado com alguma rapidez e não tivessem chegado a ser muito profundas¹⁶⁹.

Todavia, quando se trata de camponeses, que não falavam por si próprios porque a sua voz não era audível, temos que ficar, muitas vezes, por conjecturas.

Referências bibliográficas

Lisboa, Arquivo Nacional / Torre do Tombo

a – Fundos alcobacenses

Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2ª incorporação (= Ordem de S. Bernardo, Mosteiro de Alcobaça), m. 1, 4, 8, 25, 33, 38, 62, 70, 86 e 89.

Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1ª incorporação, Documentos Particulares (= Corporações Religiosas, Mosteiro de Alcobaça), m. 38, 41, 42.

Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Documentos Régios (= Corporações Religiosas, Mosteiro de Alcobaça, Documentos Reais), m. 2, 4.

Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (= Conventos Diversos, Mosteiro de Alcobaça), liv. 5, 11, 12, 14, 15, 136, 183, 194, 212.

b - Chancelarias régias

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 2, 16, 18, 20.

Chancelaria de D. João III, liv. 50.

¹⁶⁹ Situações dramáticas como alguns autores encontraram, com famílias camponesas a cair na total indigência e mesmo a ver alguns dos seus membros a morrer de inanição ocorriam, por um lado, em regiões sobrepovoadas e onde as sucessivas partilhas da propriedade a tinham tornado inviável e quando a escassez se arrastava por vários anos (MOLLAT, Michel – *Les pauvres au Moyen Âge*, pp. 87-90; BERTHE, Maurice – “La famine et la mort dans les campagnes du royaume de Navarre au XIV^e siècle”. In *La mort au Moyen Âge. Colloque de l’Association des Historiens Médiévistes Français réunis à Strasbourg en juin 1975, 6^e Congrès*. Estrasburgo: Librairie Istra, 1977, pp. 67-80; BERTHE, Maurice – *Famines et épidémies dans les campagnes navarraises*, p. 288; GAULIN, Jean-Louis e MENANT, François – “Crédit rural et endettement paysan”, p. 61). Nem uma nem outra destas ocorrências sucedeu em Alcobaça.

c - Leitura Nova

Estremadura, liv. 4, 6, 7.

Odiana, liv. 4.

d - Fragmentos

Fragmentos, cx. 13.

Fontes impressas

Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV. Supl. de al'-Ulyā, n.º 7. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1999-2000.

Actas de vereação de Loulé. Século XV. Supl. de al'-Ulyā, n.º 10. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 2004.

Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498). Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2002.

Crónica de Portugal de 1419. Ed. crítica de Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua história. Public. e pref. por João Martins da Silva Marques. Vol. I (1147-1460) e supl. ao vol. I (1057-1460). Lisboa: Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944.

Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis. Vol. I e II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1957-1958.

Documentos das Chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos. Ed. por Pedro de Azevedo. T. I (1415-1450), Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

Documentos históricos da cidade de Évora. Ed. por Gabriel Pereira, [2.^a ed.]. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1998.

Forais manuelinos do reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa. Ed. por Luiz Fernando de Carvalho Dias. *Estremadura*. Beja: Ed. do Autor, 1962.

“Vereações”. Anos de 1401-1449. Nota prévia de J. A. Pinto Ferreira. Porto: Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, 1980.

Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV, ed. por José Pereira da Costa, Funchal: Secretaria Regional de Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

Estudos

ABEL, Wilhelm – *Crises agraires en Europe (XIII^e-XX^e siècles)*. Paris: Flammarion, 1973.

AGUADÉ NIETO, Santiago – “Crisis de subsistencia, rentas eclesiásticas y caridad en la Castilla de la segunda mitad del siglo XV”. *En la España medieval* 2 (1982) - *Estudios em memoria del Profesor D. Salvador de Moxó*, t. I, pp. 21-48.

AGUADÉ NIETO, Santiago – “En los orígenes de una conyuntura depresiva. La crisis agraria de 1255-1266 en la Corona de Castilla”. In *De la sociedad arcaica a la sociedad campesina en la Asturias medieval*. Madrid: Universidad de Alcalá de Henares, 1988, pp. 333-370.

AIROLDI, Paola – “La tavola del conte: speze per il cibo alla corte di Filippo I di Savoia (1269-1274)”. In COMBA, Rinaldo; NADA PATRONE, Anna Maria; NASO, Irma (org.) – *La mensa del principe. Cucina e regimi alimentari nelle corti sabaude (XIII-XV secolo)*. Cuneo – Alba – Rocca de' Baldi: Società studi storici di Cuneo, Famija albeisa, Museo e centro studi "Augusto Doro", 1997, pp. 9-42.

ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – “Las necesidades iniludibles: alimentación, vivienda y vestido”. In *Vizcaya en la Edad Media*, vol. III – *Evolución demográfica, económica, social y política de la comunidad vizcaína medieval*. San Sebastián: Haranburu, 1985, pp. 13-58.

BARROS, Henrique da Gama – *Historia da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2^a ed., org. por Torquato de Sousa Soares. Vol. IX-X. Lisboa: Sá da Costa, 1950-s.d.

BAULANT, Micheline – “Les prix des graines à Paris de 1431 à 1788”. *Annales, E. S. C.*, 23.^o ano, n.^o 3 (Maio-Jun. 1968), pp. 520-540.

BENITO I MONCLÚS, Pere – “Fams i caresties a la Mediterrània occidental durant la Baixa Edat Mitjana. El debat sobre “Les crisis de la crisi”. *Recerques: història, economia, cultura* 49 (2004), pp. 179-194.

BENITO I MONCLÚS, Pere – “Carestía y hambruna en las ciudades de Occidente durante da Edad Media. Algunos rasgos distintivos”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (ed.) – *Alimentar la ciudad en la Edad Media. Nájera, Encuentros internacionales del Medievo 2008, del 22 al 25 de julio de 2008*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2009, pp. 299-313.

BENITO I MONCLÚS, Pere – “Las crisis alimenticias en la Edad Media: caracteres generales, distinciones y paradigmas interpretativos”. In LÓPEZ OJEDA, Esther (coord.) – *Comer, beber, vivir: consumo y niveles de vida en la Edad Media hispánica. XXI semana de Estudios Medievales. Nájera del 2 al 6 de Agosto de 2010*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2011, pp. 123-158.

BERLIOZ, Jacques – “Flagelos”, trad. de Vivian Coutinho de Almeida. In LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) – *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Trad. coord. por Hilário Franco Júnior, vol. I. Bauru - S. Paulo: EDUSC – Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 457-471.

BERTHE, Maurice – “La famine et la mort dans les campagnes du royaume de Navarre au XIV^e siècle”. In *La mort au Moyen Âge. Colloque de l'Association des Historiens Médiévistes Français réunis à Strasbourg en juin 1975, 6^e Congrès*. Estrasburgo: Librairie Istra, 1977, pp. 67-80.

BERTHE, Maurice – *Famines et épidémies dans les campagnes navarraises à la fin du Moyen Âge*, vols. 1 e 2. Paris: S.F.I.E.D, 1984.

BOIS, Guy – “Comptabilité et histoire des prix: les prix du froment à Rouen au XV^e siècle”. *Annales, E. S. C.*, 23.^o ano, n.^o 6 (Nov.-Dez. 1968), pp. 1262-1282.

BOIS, Guy – *Crise du féodalisme. Économie rurale et démographie en Normandie orientale du 14^e siècle au milieu du 16^e siècle*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 1976.

BOIS, Guy – “Sur les crises économiques médiévales”. *Acta historica et archeologica medievalia* 16-17 (1995-1996), pp. 61-69.

BOLENS, Lucie – “Pain quotidien et pains de disette dans l'Espagne musulmane”. In *Agronomes andalous du Moyen Âge*. Genebra- Paris: Librairie Droz, 1981, pp. 264-278.

BOLENS, Lucie – “Le haricot vert en Andalousie et en Méditerranée médiévale (phaseolus, dolichos, lūbiā, judía)”. *Al-Qantara* 8 (1987), pp. 66-86.

BOLENS, Lucie – “Les aliments de la disette au Moyen Âge: une diététique à base de pains végétaux (Andalousie XI^e-XIII^e siècles)”. In *L'Andalousie du quotidien au sacré. XI^e-XIII^e siècles*. Aldershot-Brookfield: Variorum Reprints, Collected Studies, 1990, art. VII, pp. 1-6.

BOUCHAT-DUPON, Marie Sylvie, v. GÉNICOT, Léopold.

BRAUDEL, Fernand – *Civilização material e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Trad. de Maria Antonieta Magalhães Godinho, t. I. Lisboa – Rio de Janeiro: Cosmos, 1970.

BRAUDEL, Fernand – “La terre”. In BRAUDEL, Fernand (dir.) – *La Méditerranée: l'espace et la terre*. [Paris]: Flammarion, 1985, pp. 15-44.

CARMONA, Juan Ignacio – *Cronica urbana del malvivir (s. XIV-XVII). Insalubridad, desamparo y hambre en Sevilla*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2000.

CARPENTIER, Élisabeth – “Autour de la Peste Noir: famines et épidémies dans l'histoire du XIV^e siècle”. *Annales, E. S. C.*, 17.^o ano, n.^o 6 (Nov.-Dez. 1962), pp. 1062-1092.

CATARINO, Maria Manuela – “A carne e o peixe nos recursos alimentares das populações do Baixo Tejo”. In ALARCÃO, Miguel; KRUS, Luís; MIRANDA, Maria Adelaide (coord.) – *Animalia. Presença e representações*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, pp. 49-59.

CHERUBINI, Giovanni – “La carestia del 1346-47 nell’inventario dei beni di un monasterio del contado aretino”. *Rivista di storia dell’agricoltura*, vol. X, n.º 2 (1970), pp. 178-193.

CHERUBINI, Giovanni – “La “civiltà” del castagno alla fine del Medioevo”. In *L’Italia rurale del basso Medioevo*. Roma – Bari: Biblioteca di Cultura Moderna Laterza, 1984, pp. 147-171 e 271-305.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de história rural)*, vol. I e II. Coimbra: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

COMET, Georges – “Dur ou tendre? Propos sur le blé médiéval”. *Médiévales* 16-17 (1989), pp. 103-112.

COMET, Georges – *Le paysan et son outil. Essai d’histoire technique des céréales (France, VIII^e-XV^e siècle)*. Roma: École française de Rome, 1992.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, vols. I e II. Cascais: Patrimonia, 2000.

CORTONESI, Alfio – “Colture, tecniche e lavoro nel Lazio bassomedioevale: i cereali, la vita, l’olivo”. In *Terre e signori nel Lazio medioevale: un’economia rurale nei secoli XIII-XIV*. Nápoles: Liguori Editore, 1988, pp. 29-104.

CORTONESI, Alfio – “Autoconsumo e mercado: a alimentação rural e urbana na Baixa Idade Média”. In FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (dir.) – *História da alimentação*. Vol. 2 – *Da Idade Média aos tempos actuais*. Trad. de Maria da Graça Pinhão e Catarina Gândara. Lisboa: Terramar, 2001, pp. 31-40.

CRUSELLES, Enrique; CRUSELLES, José M.^a; NARBONA, Rafael – “El sistema de abastecimiento frumentario de la ciudad de Valencia en el siglo XV: entre la subvención pública y el negocio privado”. In *La Mediterrània, àrea de convergència de sistemes alimentaris (segles V-XVIII)*. XIV Jornades d’estudis historics locals, Palma del 29 de novembre al 2 de desembre de 1995. [Palma de Maiorca]: Institut d’Estudis Baleàrics, 1996, pp. 305-332.

CRUSELLES, José M.^a, v. CRUSELLES, Enrique.

DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV^e-XVIII^e siècles). Une cité assiégée*. [Paris]: Fayard, 1978.

DELVAUX, Béatrice, v. GÉNICOT, Léopold.

DUARTE, Maria Teresa Lopes – *Para a história dos factores de crise no Portugal medieval: 1348-1438*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1974. Dissertação de Licenciatura.

DUBY, Georges – “Le grand domaine à la fin du Moyen Âge en France”. In *Hommes et structures au Moyen Âge*. Paris – La Haye: Mouton, 1973, pp. 133-144.

DUBY, Georges – *Guerriers et paysans: VII^e-XII^e siècle. Premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard, 1973.

FEBVRE, Lucien – “Folklore et folkloristes. Problèmes et bilans”. In *Pour une histoire à part entière*. Paris: S.E.V.P.E.N, 1962, reimp. de 1982, pp. 607-619.

FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas – *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval. O caso de Beja*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1991. Dissertação de Mestrado.

FERNÁNDEZ-CUADRENCH, Jordi – “Les processons extraordinàries a la Barcelona baixmedieval (1339-1498). Assaig tipològic”. *Acta historica et archeologica medievalia* 26 (2005) - *Homenatge a la profesora Dr.^a Carme Batlle Gallart*, pp. 403-428.

FERNÁNDEZ SUÁREZ, Ana – *Teverga, un concejo de la montaña asturiana en la Edad Media*. Oviedo: Ediciones Idea, 1992.

FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. Dissertação de Mestrado.

FOSSIER, Robert – “L'assolement trienal autour de Saint-Quentin à la fin du XIII^e siècle”. In *Hommes et villages d'Occident au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1992, pp. 505-516.

FOURQUIN, Guy – “Le temps de la croissance”. In DUBY, Georges; WALLON, Armand (dir) – *Histoire de la France rurale*. Vol. I - *La formation des campagnes françaises des origines au XIV^e siècle*. Dir. Georges Duby. Paris: Seuil, 1975, pp. 373-547.

FRÍAS ZURITA, Victor – “El medio natural en una sociedad señorializada: composición, explotación y apropiación del inculco en la Catalunya del Noreste (siglos X-XIII)”. In CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) – *El medio natural en la España medieval. Actas del I congreso de ecohistoria e historia medieval*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2001, pp. 277-299.

FURIÓ, Antoni – “Endettement paysan et crédit dans la Péninsule Ibérique au Bas Moyen Âge”. In BERTHE, Maurice (ed.) – *Endettement paysan et crédit rural dans l'Europe médiévale et moderne. Actes des XVII^{es} Journées internationales d'histoire de l'abbaye de Flaran, Septembre, 1995*. Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 1998, pp. 139-167.

GARNSEY, Peter – “La fêve: substance et symbole”. In AURELL, Martin; DUMOULIN, Olivier; THELAMON, Françoise (ed.) – *La sociabilité à table. Commensalité et convivialité à travers les âges. Actes du colloque de Rouen, 14-17 novembre 1990*. Ruão: Publications de l'Université de Rouen, 1992, pp. 317-323.

GAULIN, Jean-Louis; MENANT, François – “Crédit rural et endettement paysan dans l'Italie communale”. In BERTHE, Maurice (ed.) – *Endettement paysan et crédit rural dans l'Europe médiévale et moderne. Actes des XVII^{es} Journées internationales d'histoire de l'abbaye de Flaran, Septembre, 1995*. Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 1998, pp. 35-67.

GÉNICOT, Léopold; BOUCHAT-DUPONT, Marie Sylvie; DELVAUX, Béatrice – *La crise agricole du Bas Moyen Âge dans le Namurois*. Lovaina: Presses universitaires de Louvain, 1970.

GEREMEK, Bronislaw – *A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa*. Trad. de Maria da Assunção Santos. Lisboa: Terramar, 1995.

GIRALT RAVENTÒS, Emilio – “En torno al precio del trigo en Barcelona durante el siglo XVI”. *Hispania*, t. XVIII, n.º 70 (1958), pp. 38-61.

GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*. Porto: Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1987.

GONÇALVES, Iria – “Acerca da alimentação medieval”. In *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, pp. 201-217.

GONÇALVES, Iria – “Custos de montagem de uma exploração agrícola medieval”, *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizontes, 1988, pp. 219-233.

GONÇALVES, Iria – “Viajar na Idade Média: de e para Alcobaça na primeira metade do século XV”. In *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizontes, 1988, pp. 177-200.

GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989.

GONÇALVES, Iria – “Um problema a resolver: a vereação das Velas e os consumos essenciais”, *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e do Pico de 10 a 13 de Maio de 1993*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 175-188.

GONÇALVES, Iria – “Do pão quotidiano nas terras de Alcobaça (séculos XIV e XV)”. In *Actas Cister. Espaços. Territórios. Paisagens. Colóquio internacional, 16-20 de Junho de 1998, Mosteiro de Alcobaça*. Vol. I – *Economia e sociedade. Espiritualidade. Arquitectura*. Lisboa: IPPAR, 2000, pp. 21-26.

GONÇALVES, Iria – “Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 321-350.

GONÇALVES, Iria – “A propósito do pão da cidade na Baixa Idade Média portuguesa”. In SILVA, Carlos Guardado da (coord.) – *Turres Veteras IX. História da Alimentação*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras – Universidade de Lisboa – Ed. Colibri, 2007, pp. 49-72.

GONÇALVES, Iria – “A árvore na paisagem rural do Entre-Douro-e-Minho”. In *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as inquirições de Afonso III*. Porto: CITCEM – Edições Afrontamento, 2012, pp. 49-84.

GONÇALVES, Iria – *À mesa, nas terras de Alcobaça, em finais da Idade Média*. S.l.: Direcção-Geral do Património Cultural / Mosteiro de Alcobaça / Cooperativa Agrícola de Alcobaça, 2017.

GRAUS, František – “Au Bas Moyen Âge: pauvres des villes et pauvres des campagnes”. *Annales, E. S. C.*, 16.º ano, n.º 6 (Nov. Dez. 1961), pp. 1053-1065.

HEERS, Jacques – *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles. Aspects économiques et sociaux*. 2.ª ed. Paris: Presses universitaires de France, 1966.

HÉMARDINQUIER, Jean-Jacques – “Les graisses de cuisine en France: essais de cartes”. In *Pour une histoire de l'alimentation. Cahier des Annales* 28 (1970), pp. 254-294.

IRSIGLER, Franz – “L’approvisionnement des villes de l’Allemagne occidentale jusqu’au XVI^e siècle”. In HIGOUNET, Charles (dir.) – *L’approvisionnement des villes de l’Europe occidentale au Moyen Âge et aux temps modernes. Centre Culturel de l’Abbaye de Flaran, Cinquièmes journées internationales d’histoire, 16-18 Septembre 1983*. Auch: Presses universitaires du Midi, 1985, pp. 117-144.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo – “El aprovechamiento del medio natural en el reino de Toledo durante los siglos bajomedievales”. In CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) – *El medio natural en la España medieval. Actas del I Congreso sobre ecohistoria e historia medieval*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2001, pp. 163-193.

KAPLAN, Steven Laurence – *Le meilleur pain du monde. Les boulangers de Paris au XVIII^e siècle*. Trad. de Pierre-Emmanuel Dauzat. Paris: Fayard, 1996.

LARENAUDIE, Marie-Josephine – “Les famines en Languedoc aux XIV^e et XV^e siècles”. *Annales du Midi*, t. 64, fasc. 1 (1952), pp. 28-39.

LA RONCIÈRE, Charles-Marie de – “Alimentation et ravitaillement à Florence au XIV^e siècle”. *Archeologia Medievale* 8 (1981), pp. 183-192.

LA RONCIÈRE, Charles-Marie de – *Prix et salaires à Florence au XIV^e siècle (1280-1380)*. Roma: École française de Rome, 1982.

LE MENÉ, Michel – “Les temps difficiles (XIV^e XV^e siècles)”. In *La France du XI^e au XV^e siècle: population, société, économie*. Paris: PUF, 1996, pp. 309-502.

LE ROY LADURIE, Emmanuel – *Histoire du climat depuis l’an mil*. Paris: Flammarion, 1967.

MARANGES, Isidra – *La cuina catalana medieval, un festí per als sentits*. Barcelona: Rafael Dalmau, 2006.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3.^a ed. Lisboa: Ed. Cosmos, 1978.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV de *Nova História de Portugal*. Dirig. por A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Ed. Presença, 1987.

MATTOSO, José – “1096-1325”. In MATTOSO, José (coord.) – *História de Portugal*. Vol. I – *A monarquia feudal (1096-1480)*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, pp. 9-309.

MARTÍNEZ CAMAÑO, Francisco – “Crisis de subsistencias y estructuras de poder: el ejemplo de Barcelona en los años 1339-1341”. In *La Mediterrània, àrea de convergència de sistemes alimentaris (segles V-XVIII)*. XIV Jornades d’estudis historics locals, Palma del 29 de novembre al 2 de desembre de 1995. [Palma de Maiorca]: Institut d’Estudis Baleàrics, 1996, pp. 251-262.

MENANT; François, v. GAULIN, Jean-Louis.

MENJOT, Denis – *Murcie castillane. Une ville au temps de la frontière (1243-milieu du XV^e s.)*, vol. I e II. Madrid: Casa de Velázquez, 2002.

MOLLAT, Michel – *Les pauvres au Moyen Âge. Etude sociale*. [Paris]: Hachette, 1978.

MONTANARI, Massimo – *L’alimentazione contadina nell’ Alto Medioevo*. Nápoles: Liguori Editore, 1979.

MONTANARI, Massimo – “Il ruolo della caccia nell’economia e nell’alimentazione dei ceti rurali dell’ Italia del Nord. Evoluzione dall’ Alto al Basso Medioevo”. In *La chasse au Moyen Âge. Actes du colloque de Nice (22-24 juin 1979)*. Paris: Belles Lettres, 1980, pp. 331-345.

MONTANARI, Massimo – “Valeurs, symboles, messages alimentaires durant le Haut Moyen Âge”. *Médiévales* 5 (1983), pp. 57-66.

MONTANARI, Massimo – “L’alimentazione contadina nell’ Italia tardomedievale”. In *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*. Turim: Einaudi, 1984, pp. 201-217.

MONTANARI, Massimo – “Mutamenti economico-sociali e trasformazione del regime alimentare dei ceti rurali”. In *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*. Turim: Einaudi, 1984, pp. 149-173.

MONTANARI, Massimo – “Rese cerealicole e rapporti di produzione”. In *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*. Turim: Einaudi, 1984, pp. 55-85.

MONTANARI, Massimo – “La società medievale di fronte alla carestia”. In *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*. Turim: Einaudi, 1984, pp. 191-200.

MONTANARI, Massimo – “Gli animali e l’alimentazione umana”. In *L’uomo di fronte al mondo animale nell’Alto Medioevo. XXXI Settimani di studi del Centro Italiano di Studi sull’ Alto Medioevo*, t. I. Spoleto: Fondazione Centro Italiano di Studi sull’Alto Medioevo, 1985, pp. 619-663.

MONTANARI, Massimo – “La cerealicoltura nell’Italia del Sud: vocazione produttive e culturali”. In *Uomini, terre, boschi nell’ Occidente medievale*. Catânia: CUECM, 1992, pp. 151-169.

MONTANARI, Massimo – *El hambre y la abundancia. Historia y cultura de la alimentación en Europa*. Trad. de Juan Vivanco. Barcelona: Crítica, 1993.

MONTANARI, Massimo – “Tra lardo e olio: i grassi nell’ alimentazione contadina e signorile dell’ Alto Medioevo”. In BRUGNOLI, Andrea; VARANINI, Gian Maria (coord.) – *Olivi e olio nel Medioevo italiano*. Bolonha: CLUEB, 2005, pp. 369-386.

MONTEANO, Peio J. – *Los Navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad. Siglos XV y XVI*. Pamplona: Univ Públic Navarra/Nafarroako Unib Publik, 1999.

MUTJÉ VIVES, Josefina – “L’abastament de blat a la ciutat de Barcelona en temps d’Alfons el Benigne (1327-1336)”. In *Politica, urbanismo y vida ciudadana en la Barcelona del siglo XIV*. Barcelona: CSIC, 2004, pp. 215-252.

MUTJÉ VIVES, Josefina – *La ciudad de Barcelona durante el reinado de Alfonso el Benigno (1327-1336)*. Madrid – Barcelona: CSIC, 1987.

NARBONA, Rafael, v. CRUSELLES, Enrique.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira – *A região de Alcobaça. Algumas notas para o estudo da sua agricultura, população e vida rural. Obras várias*, vol. I. Lisboa: Imp. Libanio da Silva, s. d.

NEVEUX, Hugues – “Déclin et reprise: la fluctuation biséculaire”. In DUBY, Georges; WALLON, Armand (dir) – *Histoire de la France rurale*. T. II – *L'âge classique des paysans. 1340-1789*, dirig. Emmanuel Le Roy Ladurie. Paris: Ed. du Seuil, 1975, pp. 11-173.

PERROY, Édouard – “À l'origine d'une économie contractée: les crises du XIV^e siècle”. In *Études d'histoire médiévale*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1979, pp. 395-410.

PINTO, Giuliano – “Contadini e proprietari nelle campagne fiorentine: il piviere dell'Impruneta”. In *Toscana medievale. Paesaggi e realtà sociali*. Florença: Casa Editrice le Lettere, 1993, pp. 153-180.

PINTO, Giuliano – “Economia e società di un castello maremmano: Scarlino fra Quattro e Cinquecento”. In *Toscana medievale. Paesaggi e realtà sociali*. Florença: Casa Editrice le Lettere, 1993, pp. 198-228.

RAU, Virgínia – *A exploração e o comércio do sal de Setúbal. Estudo de história económica*, vol. I. Lisboa: s.n., 1951.

RAU, Virgínia – “Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomelini”. Sep. de *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2.^a s., vol. XXII, 1956.

RIBEIRO, Orlando – “Milho”. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1968, pp. 58-64.

RICHOU I LLIMONA, Montserrat – “Una decada d'abastament frumentari a Barcelona. La contribució de la iniciativa privada en els anys setanta del segle XIV”. In RIERA I MELIS, Antoni (coord.) – *Crisis frumentàries, iniciatives privades i polítiques públiques de proveïment a las ciutats catalanes durant la Baixa Edat Mitjana*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2013, pp. 117-159.

RIERA I MELIS, Antoni – “Els pròdroms de les crisis agràries de la Baixa Edat Mitjana a la Corona d'Aragó. 1250-1300”. In *Miscel·lània en homenatge al P. Agustí Altisent*, Tarragona: Diputació de Tarragona, 1991, pp. 35-72.

RIERA I MELIS, Antoni – “Pobreza y alimentación en el Mediterráneo noroccidental en la Baja Edad Media”. In *La Mediterrània, àrea de convergència de sistemes alimentaris (segles V-XVIII), XIV Jornades d'estudis historics locals, Palma del 29 de novembre al 2 de desembre de 1995*. [Palma de Maiorca]: Institut d'Estudis Baleàrics, 1996, pp. 39-72.

RIERA I MELIS, Antoni – “*Panem nostrum quotidianum da nobis hodie*. Los sistemas alimenticios de los estamentos populares en el Mediterráneo noroccidental en la Baja Edad Media”. In IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (coord.) – *La vida cotidiana en la Edad Media. VIII semana de estudios medievales. Nájera, del 4 al 8 de Agosto de 1997*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 1998, pp. 25-46.

RIERA I MELIS, Antoni – ““Tener siempre bien aprovisionada la población”. Los cereales y el pan en las ciudades catalanas durante la Baja Edad Media”. In ARÍZAGA

BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (ed.) – *Alimentar la ciudad en la Edad Media. Nájera. Encuentros internacionales del Medievo 2008. Del 22 al 25 de julio de 2008*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2009, pp. 23-57.

RIERA I MELIS, Antoni – ““Lo pus greu càrrech e perill que jurats d’aquesta ciutat han és tenir aquella sens fretura de blats”. El aprovisionamiento urbano de cereales en las ciudades de la Corona de Aragón durante la Baja Edad Media”. In SESMA MUÑOZ, Ángel (dir.) – *La Corona de Aragón en el centro de su historia. 1208-1458. Aspectos económicos y sociales. Zaragoza y Calatayud, 24 al 26 de noviembre de 2009*. Saragoça: Universidad de Zaragoza, 2010, pp. 233-277.

RIERA I MELIS, Antoni – “Los sistemas alimentarios de los estamentos populares en el Mediterráneo noroccidental durante la Baja Edad Media”. In LÓPEZ OJEDA, Esther (coord.) – *Comer, beber, vivir: consumo y niveles de vida en la Edad Media hispánica. XXI semana de estúdios medievales. Nájera del 2 al 6 de Agosto de 2010*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2011, pp. 57-96.

RIERA I MELIS, Antoni – “El mercat de cereals a la Corona catalanoaragonesa. La gestió de les crisis alimentaries al segle XIII”. In RIERA I MELIS, Antoni (coord.) – *Crisis frumentàries, iniciatives privades i polítiques públiques de proveïment a las ciutats catalanes durant la Baixa Edat Mitjana*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2013, pp. 47-115.

RIERA I MELIS, Antoni – “Pròleg”. In RIERA I MELIS, Antoni (coord.) – *Crisis frumentàries, iniciatives privades i polítiques públiques de proveïment a las ciutats catalanes durant la Baixa Edat Mitjana*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2013, pp. 11-46.

RÍOS RODRÍGUEZ, María Luz – “Soutos bravos y soutos mansos: el castaño en Galicia (siglos XII-XIV)”. In CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) – *El medio natural en la España medieval. Actas del I Congreso de ecohistoria e historia medieval*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2001, pp. 475-488.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. – *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1995.

RUBIO VELA, Agustín – “Crisis agrarias y carestías en las primeras décadas del siglo XIV: el caso de Valencia”. *Saitabi* 37 (1987), pp. 131-147.

SALRACH, Josep M. – “Frente al hambre en la Edad Media”. In RODRÍGUEZ, Ana (ed.) – *El lugar del campesino. En torno a la obra de Reyna Pastor*. València: CSIC / Universitat de València – Servei de Publicacions, 2007, pp. 89-111.

SERRA i PUIG, Eva – “Els cereals a la Barcelona del segle XIV”. In *Alimentació i societat a la Catalunya medieval*. Barcelona: CSIC, 1988, pp. 71-107.

SIVÉRY, Gérard – “L'évolution du prix du blé à Valenciennes au XIV^e et XV^e siècles”. *Revue du Nord* 47 (1965), pp. 177-194.

SIVÉRY, Gérard – “Les profits de l'éleveur et du cultivateur dans le Hainaut à la fin du Moyen Âge”. *Annales. E. S. C.*, 31.^o ano, n.^o 3 (Maio-Jun. 1976), pp. 604-630.

SIVÉRY, Gérard – *Structures agraires et vie rurale dans le Hainaut à la fin du Moyen Âge*, vol. II. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 1980.

SLICHER VAN BATH, B. H. – *Historia agraria de Europa Occidental (500-1850)*. Trad. de F. M. Lorda Alaiz, 2.^a ed. Barcelona: Península, 1978.

SOUSA, Armindo de – “1325-1480”. In MATTOSO, José (coord.) – *História de Portugal*. Vol. I – *A monarquia feudal (1096-1480)*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, pp. 311-556.

STOUFF, Louis – “Une enquête économique en Provence au XIV^e siècle”. *Le Moyen Âge* 74 (1968), pp. 507-542.

STOUFF, Louis – *Arles à la fin du Moyen Âge*. Vol. II. Lille: Université de Provence, 1986.

STOUFF, Louis – *La table provençale. Boire et manger en Provence à la fin du Moyen Âge*. Avinhão: A Barthélemy, 1996.

TOUBERT, Pierre – “Disettes, famines et contrôle du risque alimentaire dans le monde méditerranéen au Moyen Âge”. In LECLANT, Jean; VAUCHEZ, André; SARTRE, Maurice (ed.) – *Pratiques et discours alimentaires en Méditerranée de l'Antiquité à la Renaissance. Actes du Colloque de la villa Kérylos à Beaulieu-sur-Mer, les 4, 5 et 6 octobre 2007*. Paris: Diffusion de Bocard, 2008, pp. 451-468.

TRICARD, Jean – *Les campagnes limousines du XIV^e au XVI^e siècle. Originalité et limites d'une reconstruction rurale*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996.

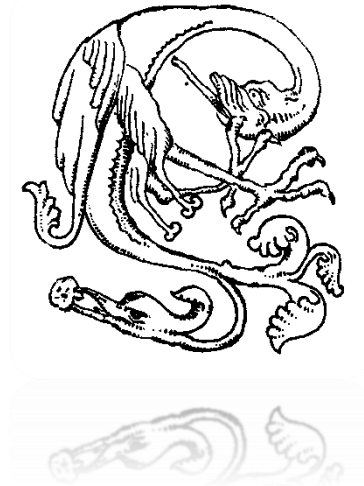
VIANA, Mário – “Alguns preços de cereais em Portugal (séculos XIII-XVI)”. *Arquipélago – História*, 2.^a série, 11-12 (2007-2008), pp. 207-279.

WOLFF, Philippe – “L'approvisionnement des villes françaises au Moyen Âge”. In HIGOUNET, Charles (dir.) – *L'approvisionnement des villes de l'Europe occidentale au Moyen Âge et aux temps modernes. Centre Culturel de l'Abbaye de Flaran, Cinquièmes journées internationales d'histoire, 16-18 Septembre 1983*. Auch: Presses universitaires du Midi, 1985, pp. 11-31.

WOLFF, Philippe – *Automne du Moyen Âge ou Printemps des Temps Modernes? L'économie européenne au XIV^e et XV^e siècles*. Paris: Flammarion, 1986.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

GONÇALVES, Iria – “*Panem nostrum quotidianum da nobis hodie. Sobre uma escassez cerealífera nas terras de Alcobaça (1438-1440)*”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 15-74. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsb.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 36 | Julho – Dezembro 2024

ISSN 1646-740X

Servir le roi autour de 1300: Guillaume de Nogaret ou la mystique de l'autorité monarchique en actes¹

Serving the king around 1300: Guillaume de Nogaret or the mystique of monarchical authority into action

Philippe Josserand

Nantes Université

U.F.R. Histoire, histoire de l'art et archéologie

Centre de Recherche en Histoire Internationale et Atlantique (CRHIA – EA 1163)

44312 Nantes cedex 3, Nantes, France

ph.josserand@wanadoo.fr

<https://orcid.org/0000-0003-0263-0017>

Data recepção do artigo / Received for publication: 4 Janeiro de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8322>

¹Une première mouture de ce texte, dépourvue presque d'appareil critique, est parue dans PETITFILS, Jean-Christian (éd.), *Les grands ministres qui ont fait la France*. Paris: Perrin, 2024. Je remercie les éditions Perrin et notamment Laurent Theis, directeur éditorial, de m'avoir autorisé à publier ici l'intégralité du travail.

RÉSUMÉ

Garde du sceau et maître de la politique capétienne au début du XIV^e siècle, Guillaume de Nogaret, juriste et administrateur expert, fut l'un des tout premiers serviteurs de l'État royal dont, contre la papauté notamment, il a voulu affirmer l'entière souveraineté jusqu'à en faire une véritable mystique. Pourtant, l'homme, qui souffre d'une légende noire, est mal connu. De récentes recherches, largement inédites, se sont attachées à sa pratique du pouvoir, mais aucune biographie ne lui a été consacrée depuis la fin du XIX^e siècle. L'article, bien sûr, n'a pas la prétention de combler un tel manque. Il illustre cependant la possibilité d'une saisie biographique, l'intérêt qui serait sien, et, par-delà le mythe, en liant l'action de Guillaume de Nogaret dans le Midi français et à la cour capétienne, il révèle les lignes de force d'une existence tout entière dédiée au service royal et portée, jusqu'à la brutalité, par l'obsession de l'intérêt du royaume érigé, en actes et en pensée, en une mystique alors tout à fait inédite, ouvrant la voie à l'absolutisme.

Mots-clés : Administration monarchique ; État médiéval ; papauté ; royauté ; service curial

ABSTRACT

Guillaume de Nogaret was keeper of the seal and master of Capetian politics at the beginning of the fourteenth century. Expert jurist and administrator, he was one of the very first servants of the royal State whose entire sovereignty, against the papacy in particular, he wanted to assert to the point of making it a true mystic. However, the man, who suffers from a dark legend, is little known. Recent investigations, largely unpublished, have focused on his practice of power, but no biography has been dedicated to him from the end of the nineteenth century. The article, of course, does not claim to fill such a gap. Yet, it illustrates the possibility of a biographical seizure, the interest which would be that of such a research, and, beyond the myth, by linking the action of Guillaume de Nogaret in the French South and to the Capetian court, it reveals the main lines of an existence entirely dedicated to royal service and carried, to the point of brutality, by the obsession with the interest of the realm erected, in deeds and in thought, into a mystic then completely new, opening the way to the absolutism.

Keywords : Kingship; Medieval State; Monarchical Administration; Papacy; Royal Service



“Une chose amère, une chose déplorable, une chose assurément horrible à penser, terrible à entendre, un crime détestable, un forfait exécration, un acte abominable, une infamie affreuse, une chose tout à fait inhumaine, bien plus, étrangère à toute humanité, a, grâce au rapport de plusieurs personnes dignes de foi, retenti à nos oreilles, non sans nous frapper d’une grande stupeur et nous faire frémir d’une violente horreur ; et, en pesant sa gravité, une douleur immense grandit en nous, d’autant plus cruellement qu’il n’y a pas de doute sur l’énormité du crime, déborde jusqu’à être une offense pour la majesté divine, une honte pour l’humanité, un pernicieux exemple du mal et un scandale universel”².

L’occasion qui vaut à un acte de Philippe IV le Bel de s’ouvrir par un tel préambule est exceptionnelle, car elle vise à faire arrêter tous les Templiers du royaume de France, et celui dont la rhétorique a produit cet ordre secret émis le 14 septembre 1307 l’est tout autant, puisqu’il s’agit – même si le texte ne le nomme pas – de Guillaume de Nogaret, l’un des conseillers les plus puissants du monarque, celui qui s’est attaché aux grandes affaires religieuses du règne au point d’incarner la mystique de l’autorité royale à la faveur d’une action, parfois violente, qui a nourri une véritable légende noire. Dans l’idée que l’on se fait encore de Nogaret, comme l’écrivait Jean Favier, “Anagni a tout faussé”³ : ce coup de force perpétré contre le pape Boniface VIII le 7 septembre 1303, souvent qualifié d’“attentat”, a entraîné l’excommunication du serviteur du prince qui, perçu comme cruel, vindicatif, voire machiavélique avant l’heure, a été tenu pour l’âme damnée de Philippe le Bel au risque d’occulter son action et de méconnaître le ministre qu’il fut.

Le trouble de la postérité

Si de nos jours Nogaret, contrairement à bien des légistes de Philippe le Bel, n’est pas totalement oublié, il le doit pour une bonne part à sa légende noire. Les

² LIZERAND, Georges – *Le dossier de l’affaire des Templiers*. 5^e éd., Paris : Les Belles Lettres, 2012, pp. 16-17.

³ FAVIER, Jean – *Philippe le Bel*. Paris : Fayard, 1978, p. 29.

historiens qui, depuis le début du XXI^e siècle, s'attachent à sa figure et à son action en sont conscients, qu'ils œuvrent à l'échelle de la France ou à celle du Midi. Confronté au conseiller du roi dont il a mis au jour la pratique du pouvoir, Sébastien Nadiras a convenu de "sa sinistre réputation"⁴, à laquelle a fait écho Bernard Moreau, qui évoque "un Languedocien aussi éminent que contesté"⁵. Ainsi, pour suivre Nicolas Leroy, l'image de Nogaret "reste, aujourd'hui encore, fortement ternie"⁶. La responsabilité en incombe aux auteurs du XIX^e siècle qui se sont élevés contre l'absolutisme monarchique. Le légiste passait alors pour l'avoir fait émerger. Michelet l'en a critiqué, comme Renan, qui estimait qu'il "avait blessé trop profondément les idées religieuses de son temps pour que la légende ne se donnât pas carrière à son sujet"⁷, et, au début du XX^e siècle encore, Langlois, qui en fit la "hache" de Philippe le Bel, dans une claire référence à Fouquier-Tinville, prétendait qu'il travailla à "assombrir, par ses imaginations baroques, son affreuse rhétorique et ses brutalités hypocrites, la mémoire de son maître et le temps où il a vécu"⁸.

"Victime" dans son image d'une part de la postérité, en particulier depuis le XIX^e siècle, Nogaret, comme l'a relevé Nicolas Leroy, "en est sans doute également responsable"⁹, ayant pris part activement à deux affaires qui ont marqué les esprits – constituant des violations du droit et, dans le second cas, tout autant de la justice –, l'"attentat" d'Anagni et le procès des Templiers. Dans l'imaginaire collectif, le soufflet claqué à Boniface VIII et les bûchers des frères demeurent fortement présents et, contre toute vérité historique, on les trouve régulièrement imputés à Nogaret. Le 11 mars 1314, à lire Maurice Druon, il aurait, lui aussi, subi la malédiction du grand-maître du Temple Jacques de Molay: "Pape Clément!

⁴ NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret et la pratique du pouvoir*. Paris : École nationale des chartes, 2003. Thèse inédite d'École des chartes, pp. 52 et 68.

⁵ MOREAU, Bernard – "Guillaume de Nogaret, pourquoi ?". In MOREAU, Bernard (éd.) – *Guillaume de Nogaret, un Languedocien au service de la monarchie capétienne*. Nîmes: Lucie éditions, 2012, p. 9.

⁶ LEROY, Nicolas – "La légende de Nogaret". In MOREAU, Bernard (éd.) – *Guillaume de Nogaret*, p. 129.

⁷ RENAN, Ernest – "Guillaume de Nogaret, légiste". In *Histoire littéraire de la France*. t. 27, Paris : Académie des Inscriptions et Belles Lettres, 1877, pp. 233-371, repris in RENAN, Ernest – *Études sur la politique religieuse du règne de Philippe le Bel*. Paris : Calmann-Lévy, 1899, ici p. 216.

⁸ LANGLOIS, Charles-Victor – *Saint Louis, Philippe le Bel, les derniers Capétiens directs (1226-1328)*. In LAVISSE, Ernest (dir.), *Histoire de France illustrée depuis les origines jusqu'à la Révolution*. t. 3, 2^e partie, Paris : Hachette, 1901, p. 126.

⁹ LEROY, Nicolas – "La légende de Nogaret", p. 139.

Chevalier Guillaume ! Roi Philippe ! Avant un an, je vous cite à paraître au tribunal de Dieu pour y recevoir votre juste châtement ! Maudits ! Maudits ! Tous maudits jusqu'à la treizième génération de vos races !"¹⁰

Peu importe qu'il fût alors décédé depuis près d'un an, car sa mort, brutale, a de longue date fait place au mystère le plus sulfureux, une chronique de la fin du XIV^e siècle l'attribuant à la rage, qui l'aurait amené à tirer la langue honteusement devant toute la cour¹¹. La chute, atroce, serait pour Nogaret le reflet d'une carrière terrible, assurément bien loin de la réalité.

Un Languedocien expert du droit

Grâce à Bernard Gui, chroniqueur digne de foi, on sait que Guillaume de Nogaret, né autour de 1260, était "de Saint-Félix, au diocèse de Toulouse", où, en 1271, des membres du lignage, décrits comme nobles, ont prêté serment de fidélité aux commissaires royaux lorsque Philippe III recueillit la succession de son oncle Alphonse de Poitiers. Ce secteur du Lauragais, au cours du siècle qui a précédé, a été un haut lieu de l'hérésie cathare, qui, à en croire Boniface VIII et ses partisans, aurait séduit les ancêtres directs de Nogaret et jusqu'à ses père et mère¹². L'accusation, trop ouvertement polémique, a généralement été écartée par les historiens. Un certain Jacques de Nogaret, pourtant, est mort sur le bûcher vers 1229, dont on a fait, un peu vite, le grand-père du légiste¹³ ; en réalité, celui-ci se serait appelé Raymond et aurait été un parfait, actif jusqu'au début des années 1240¹⁴. S'il ne semble pas avoir été brûlé, sa condamnation, probablement posthume, a sans doute valu à sa descendance de perdre son rang noble et c'est elle qui aurait poussé le père de Guillaume, quelque temps après la venue au monde de l'enfant, à quitter le

¹⁰ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers*. 2^e éd., Paris: Les Belles Lettres, 2023, pp. 9 et 152.

¹¹ RENAN, Ernest – "Guillaume de Nogaret, légiste", pp. 217-218.

¹² HOLTZMANN, Robert – *Wilhelm von Nogaret, Rat und Grosssiegelbewahrer Philipps der Schönen von Frankreich. Inaugural-Dissertation zur Erlangung der philosophischen Doctorwürde an der Kaiser-Wilhelms-Universität zu Strassburg*. Fribourg-en-Brigau: Wagner's Universitäts-Buchdruckerei, 1898, pp. 9-10.

¹³ DIGARD, Georges – *Philippe le Bel et le Saint-Siège de 1285 à 1304*. t. 1, Paris: Sirey, 1936, p. 29, n. 2.

¹⁴ DOSSAT, Yves – "Guillaume de Nogaret, petit-fils d'hérétique". *Annales du Midi* 53 (1941), pp. 391-402, ici surtout pp. 399-401.

Lauragais pour s'installer à Montpellier, dans une terre sujette au roi d'Aragon, où les suspects d'hérésie, inquiétés dans les domaines capétiens, pouvaient espérer un refuge.

Homme du Midi, Nogaret s'est attaché au droit, qui y fleurissait alors, en particulier à l'université de Montpellier, où il a fait ses études. Jusqu'à son départ du Languedoc en 1295, il s'est partagé entre l'enseignement et des activités de conseil pour l'évêque de Maguelone ou les rois de Majorque et de France¹⁵. Le premier document le citant, témoin d'une constitution de procureurs et de l'approbation d'un arbitrage, le qualifie d'"expert" le 18 mars 1282. Cinq ans plus tard, le 18 juin 1287, Nogaret est "docteur-ès-lois" et, désormais professeur de droit, il s'est intégré à l'entourage de l'évêque Bérenger Frédol, pour qui il a œuvré à la mise en place de l'accord sur Montpellier conclu en 1293 avec Philippe le Bel en vertu duquel, pour prix d'une rente annuelle de cinq cents livres, le prélat permettait au roi de prendre pied dans la riche cité commerçante dont il lui cédait la suzeraineté. Porteur de fortes conceptions régaliennes, un mémoire qu'il aurait écrit à l'intention du roi sur les prérogatives temporelles de l'évêque a pu lui valoir d'être nommé juge-mage de la sénéchaussée de Beaucaire¹⁶. En poste le 23 septembre 1293, il a ainsi partagé "beaucoup des responsabilités du sénéchal", réalisant des tâches que ce dernier, "faute de temps et de formation juridique, ne pouvait résoudre"¹⁷, et, pendant deux ans, tandis qu'avec sa femme, Béatrix, il développait son assise foncière autour de Tamarlet, près de Lunel¹⁸, il s'est formé à des missions tout à la fois judiciaires, commerciales, politiques et administratives qu'un professeur ordinairement ne traitait pas.

¹⁵ NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret et la pratique du pouvoir*, pp. 34-42 ; NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret en ses dossiers. Méthodes de travail et de gouvernement d'un conseiller royal au début du XIV^e siècle*. t. 1, Paris: Université Paris-1, 2012. Thèse de doctorat inédite, pp. 97-103.

¹⁶ GOURON, André – "Comment Guillaume de Nogaret est-il entré au service de Philippe le Bel ?". *Revue historique* 122 (1998), pp. 25-46.

¹⁷ STRAYER, Joseph – *Les gens de justice du Languedoc sous Philippe le Bel*. Toulouse: Association Marc Bloch, 1970, p. 32.

¹⁸ THOMAS, Louis – "La vie privée de Guillaume de Nogaret". *Annales du Midi* 16 (1904), pp. 161-207, en particulier pp. 172-173.

Un conseiller assidu à la cour

Postérieure à l'été 1295, la venue de Nogaret à Paris n'est pas précisément datée : plus qu'à l'appui du légiste méridional Pierre Flote ou de Bérenger Frédol¹⁹, peut-être est-elle due à la réussite de la réunion au domaine royal de la seigneurie de Lunel, conclue à l'automne, où le juriste s'est investi²⁰. La promotion, au départ, reste modeste. En 1296, Nogaret a été envoyé comme enquêteur en Champagne : dans le comté, gouverné par Philippe le Bel du chef de sa femme, il a exercé des missions locales d'encadrement et de réforme qui l'ont rapproché d'un cercle d'officiers, alors en pleine ascension, avec Gautier de Châtillon, Béraud de Mercœur et même Enguerrand de Marigny, à l'origine panetier de la reine Jeanne²¹. Ainsi a-t-il pu avancer dans la haute administration jusqu'à devenir conseiller du roi. Ce titre, labile, peut donner idée de son statut dès lors qu'on l'applique à la *curia regis* tout entière, peuplée d'hommes servant au Parlement, à la Chambre des comptes et, pour certains seulement, au Conseil du roi²². Dans cette dernière instance, Nogaret est attesté pour la première fois le 19 juillet 1300, mais, un an plus tôt, alors qu'il siégeait depuis 1298 au Parlement, il avait déjà reçu d'éminentes faveurs de Philippe le Bel, qui l'anoblit, le faisant chevalier, et lui concéda peu après une rente perpétuelle de deux cents livres à prendre sur le Trésor²³.

Cité précédemment au Parlement comme "maître", Nogaret reçut dès lors le titre de "seigneur" et son nom souvent, eu égard à l'évolution de sa carrière, ne nécessita plus même de qualification²⁴. Ses responsabilités s'accrurent et ouvrirent à des missions variées. Bien qu'il fût envoyé à Rome en 1300 pour signifier à Boniface VIII l'alliance entre la France et l'Empire²⁵, Nogaret s'est spécialisé dans les affaires intérieures, défendant les droits du roi à Montpellier, à Figeac et dans les

¹⁹ STRAYER, Joseph – *Les gens de justice du Languedoc*, p. 56.

²⁰ NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret en ses dossiers*, t. 1, pp. 103-104.

²¹ CAZELLES, Raymond – "Une exigence de l'opinion depuis saint Louis : la réformation du royaume". *Annuaire-bulletin de la Société d'histoire de France* s.n. (1962-1963), pp. 91-99.

²² CANTEAUT, Olivier – *Philippe V et son conseil : le gouvernement royal de 1316 à 1322*. Paris: École nationale des chartes, 2000. Thèse inédite d'École des chartes.

²³ NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret et la pratique du pouvoir*, pp. 46-47.

²⁴ LESNÉ-FERRET, Maïté – "Guillaume de Nogaret dans les *Olim* et l'école juridique languedocienne". In MOREAU, Bernard (éd.) – *Guillaume de Nogaret*, pp. 92-93.

²⁵ HOLTZMANN, Robert – *Wilhelm von Nogaret, Rat und Grossiegelbewahrer*, pp. 30-36.

châtellenies bourguignonnes de Pontailier et de Saulx²⁶. Après la mort de Pierre Flote, lors de la défaite de Courtrai en 1302, il prit en mains la politique religieuse du royaume à laquelle, dès l'année précédente, il s'était mêlé à la faveur du conflit avec l'évêque de Pamiers Bernard Saisset, porté à la tête de ce diocèse nouvellement créé sans que le Saint-Siège n'en eût avisé le souverain capétien²⁷. L'affrontement avec Boniface VIII, si bien étudié par Jean Coste²⁸, mobilisa toute son énergie : c'est Nogaret qui, le 12 mars 1303 au Louvre, dénonça les crimes imputés au pape et appela à la réunion d'un concile pour le juger et, en juin, lorsque le roi s'est rallié à sa demande, c'est lui qui partit pour s'exécuter en Italie centrale. L'"attentat" d'Anagni aurait pu compromettre sa position : le légiste a dès lors été tenu pour excommunié, mais Philippe le Bel lui a conservé sa faveur, faisant plus que doubler sa rente annuelle et lui attribuant diverses seigneuries à Calvisson, Marsillargues et Manduel afin de le confirmer dans sa responsabilité de la politique du royaume.

Le maître d'œuvre de la politique royale

Le 22 septembre 1307, à Maubuisson, en même temps que le Conseil du roi traitait de l'arrestation des Templiers, il fut décidé de confier le sceau à Nogaret. La coïncidence, comme l'écrivait déjà Jean Favier, "a été souvent soulignée, sans que le problème qu'elle pose ait été résolu"²⁹. Sa compréhension, toutefois, grâce surtout à Sébastien Nadiras, a avancé³⁰. Dès le printemps 1306, Nogaret a exercé des responsabilités à la chancellerie, faisant qu'à l'occasion il porta le grand sceau. Le fait d'être investi de celui-ci en Conseil du roi était pour le légiste un office – qu'il a gardé jusqu'à sa mort – davantage qu'une dignité. La charge, administrative plus que politique, représentait pour lui une grande masse de travail qu'il a assumée à la tête d'une vingtaine de notaires. Si Nogaret était "garde du sceau" et non "chancelier" – fonction qui n'était plus pourvue depuis Philippe II Auguste –, la faveur du roi, mieux

²⁶ NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret en ses dossiers*, t. 1, pp. 110-111.

²⁷ THÉRY, Julien – "Le pionnier de la théocratie royale. Guillaume de Nogaret et les conflits de Philippe le Bel avec la papauté". In MOREAU, Bernard (éd.) – *Guillaume de Nogaret*, pp. 101-127, en particulier pp. 107-117.

²⁸ COSTE, Jean – "Les deux missions de Guillaume de Nogaret en 1303". *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen Âge* 105 (1993), pp. 299-326 ; COSTE, Jean – *Boniface VIII en procès. Articles d'accusation et dépositions des témoins (1303-1311)*. Rome : École française de Rome, 1995.

²⁹ FAVIER, Jean – *Philippe le Bel*, p. 31.

³⁰ NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret et la pratique du pouvoir*, pp. 56-64 ; NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret en ses dossiers*, t. 1, pp. 115-124.

qu'un simple officier révocable, en fit un grand officier de la Couronne et même le premier. Ainsi, à croire Jean Favier, la nomination de l'automne 1307 avait-elle pour but de "renforcer l'autorité de Nogaret", de "manifester publiquement la part qui est et va être la sienne dans l'affaire des Templiers"³¹. Sébastien Nadiras a avalisé l'idée, parlant d'"une opération de communication politique"³², qui a amené certains acteurs – et pas uniquement étrangers – à donner le titre de chancelier à Nogaret, établi au plus haut de ce qui constituait alors "le cœur de la machine administrative du royaume"³³.

"Avec une peu d'exagération, et de provocation", écrivait Élisabeth Lalou, "on peut dire qu'il y a un gouvernement puisqu'il y a Nogaret"³⁴. Jusqu'à sa mort, en avril 1313 – même si les deux dernières années furent très probablement difficiles –, le légiste a occupé un rôle politique et administratif de tout premier plan. À la tête de la chancellerie, il y a introduit une nouveauté majeure, l'enregistrement systématique des actes, faisant ouvrir un registre pour les lettres scellées de cire verte, à valeur perpétuelle³⁵. Par-delà, il restait plus que jamais l'animateur de la politique de Philippe le Bel. La garde du sceau l'a amené à se déporter hors de ses champs traditionnels, en s'investissant dans les affaires de Flandre, où, comme au centre et dans l'ouest du royaume, il a travaillé sans relâche à étendre les droits du monarque. Sous son égide, les questions religieuses, traversées par l'affrontement franco-pontifical, ont pris un tour inédit de violence³⁶. Assisté de Guillaume de Plaisians, dont la carrière a épousé la sienne, du Languedoc à Paris³⁷, Nogaret, au prix de menaces répétées contre Clément V, a mené en interaction étroite l'affaire du Temple, celle de l'évêque Guichard de Troyes, accusé d'avoir fait empoisonner la

³¹ FAVIER, Jean – *Philippe le Bel*, p. 31.

³² NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret en ses dossiers*, t. 1, p. 123.

³³ CANTEAUT, Olivier – *Philippe V et son conseil*, t. 2, p. 225.

³⁴ LALOU, Élisabeth – "Guillaume de Nogaret et le gouvernement capétien sur les chemins". In MOREAU, Bernard et THÉRY, Julien (éds.), *La royauté capétienne et le Midi au temps de Guillaume de Nogaret*. Nîmes : Éditions de la Fenestrelle, 2015, p. 174.

³⁵ NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret et la pratique du pouvoir*, pp. 66-67.

³⁶ THÉRY, Julien – "Une hérésie d'État. Philippe le Bel, le procès des 'perfides Templiers' et la pontificalisation de la royauté française". *Médiévales* 60 (2011), pp. 157-186 ; THÉRY, Julien – "Pourquoi le roi de France a-t-il attaqué l'ordre du Temple ? Une Nouvelle Alliance". In BAUDIN, Arnaud, MERLI, Sonia et SANTANICCHIA, Mirko (éds.) – *Gli ordini di Terrasanta. Questioni aperte, nuove acquisizioni (secoli XII-XVI)*. Pérouse : Fabbri, 2021, pp. 333-347.

³⁷ VERDIER, René – "Guillaume de Plaisians, itinéraire d'un légiste". In LAUXEROIS, Roger (éd.), *Vienne au crépuscule des Templiers*. Grenoble : Presses universitaires de Grenoble, 2014, pp. 83-92.

reine Jeanne, et celle – ancienne mais poursuivie – du procès contre la mémoire de Boniface VIII, liée étroitement à sa propre justification dans l’“attentat” d’Anagni. Maître de l’heure, il a ainsi érigé l’autorité royale en une véritable mystique.

Un doctrinaire de l’État tenu pour corps-Église

Nogaret, aux yeux de Jean Favier, était apparu “un doctrinaire en action”³⁸, et, ainsi que l’a relevé Jacques Krynen, “toute sa carrière, il a agi en homme de savoir et en doctrinaire de l’État”³⁹. Du Languedoc à la cour, il a toujours œuvré pour préserver et accroître le bien et le droit du roi : jamais les parages – ces accords de partage de seigneurie qui furent un moyen d’acquérir à la Couronne bien des terres – n’ont été si nombreux sous le règne de Philippe le Bel qu’en 1307-1308, développés par le légiste en priorité au centre et à l’ouest du royaume, aux limites des possessions anglaises, où, aux années suivantes, il a obtenu le rattachement au domaine des comtés de la Marche et d’Angoulême⁴⁰. Pragmatique, Nogaret utilisait à cet effet tous les éléments pouvant servir sa cause, tirés du droit romain, où il avait été formé, comme des droits canonique, féodal ou coutumier. Ce droit plural lui livrait les notions d’“utilité publique” et de “nécessité”, privilégiées dans l’affaire de Saulx, alors qu’ailleurs, en Bigorre, il faisait du roi le détenteur du fisc, l’ancien domaine impérial, et assimilait ses prérogatives aux “fonctions publiques” réclamées à partir de son substrat juridique romain⁴¹. Ce dernier était la base de sa pensée politique, mais Nogaret, très tôt, l’a mis au service d’une conception nationale, qui l’a amené dès 1294 à rappeler aux Montpelliérains, refusant de prendre part à l’ost, que la ville était “dans et du royaume de France”. Au sommet de son pouvoir, il n’a cessé de faire valoir une telle ligne, soulignant aux communautés du Val d’Aran ou à d’autres que l’appartenance au royaume générait des obligations au service du roi qu’il identifiait à l’intérêt de l’État.

L’action personnelle de Nogaret imprima à la politique capétienne une logique nouvelle qui, en plus d’affirmer la supériorité du monarque, consistait, comme l’a

³⁸ FAVIER, Jean – *Philippe le Bel*, p. 34.

³⁹ KRYNEN, Jacques – *Philippe le Bel. La puissance et la grandeur*. Paris : Gallimard, 2022, p. 63.

⁴⁰ BOUTARIC, Edgard – *La France sous Philippe le Bel. Étude sur les institutions politiques et administratives du Moyen Âge*. Paris : Plon, 1861.

⁴¹ NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret en ses dossiers*, t. 1, pp. 419-420.

souligné Julien Théry, à “en transfigurer le pouvoir, pour lui donner les prétentions religieuses et absolutistes d’une théocratie royale”⁴². En 1296, à peine le légiste arrivé à Paris, un petit traité polémique sur les prérogatives respectives du pape et du roi de France, *Antequam essent clerici (Avant qu’il y eût des clercs)*⁴³, a ouvert cette voie qu’à partir de l’affaire Saisset, en 1301, les écrits capétiens scandant la querelle avec Boniface VIII ont reprise et développée. Le roi prit ainsi une posture d’identité logique avec Dieu, comparable à celle qui, depuis la réforme grégorienne, fondait au plan des principes la théocratie pontificale. L’image de la Chrétienté comme corps se trouvait transposée à l’échelle nationale : le royaume de France devenait un corps-Église et Philippe le Bel, qui le gouvernait, se substituait au pape dans la position de défense de la foi – ce qui rend compte en dernière analyse du procès du Temple, auquel Nogaret s’est personnellement mêlé, pesant sur la comparution de Jacques de Molay devant la commission d’enquête pontificale le 28 novembre 1309⁴⁴. En investissant la monarchie capétienne des prérogatives de la papauté théocratique, le légiste a fait du roi un “pape en son royaume”, comme Julien Théry œuvre depuis deux décennies à le montrer⁴⁵, et, à ce titre, il s’est révélé en France le pionnier de la religion royale et de la mystique de l’État.

Tel qu’en lui-même ? Les troubles d’une personnalité

L’action de Nogaret, malgré sa force et son ampleur, n’est pas toujours facile à saisir et, si les historiens lient son tour particulier à la personnalité d’exception du légiste, celle-ci reste l’objet de bien des controverses. La conduite de la politique royale a pu échouer à produire les résultats escomptés jusqu’en des affaires importantes : en 1311, Boniface VIII n’a pas été jugé *post mortem* et, l’année suivante, l’ordre du Temple, quoi qu’aboli par le concile de Vienne, n’a pas été condamné. Nogaret, qui avait fait siennes ces deux causes, a donc dû transiger. Certes, jusqu’à sa mort, il est demeuré dans l’entourage du monarque, qui le fit l’un de ses exécuteurs testamentaires⁴⁶, mais il y a perdu de son aura et Jean Favier a suggéré qu’après

⁴² THÉRY, Julien – “Le pionnier de la théocratie royale”, p. 102.

⁴³ DUPUY, Pierre – *Histoire du différend d’entre le pape Boniface VIII et Philippe le Bel*. Paris : chez Sébastien et Gabriel Cramoisy, 1655, pp. 21-23.

⁴⁴ JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay*, en particulier, pp. 23-24 et 214-222.

⁴⁵ THÉRY, Julien – “Philippe le Bel, pape en son royaume”. *L’Histoire* 289 (2004), pp. 14-17.

⁴⁶ HOLTZMANN, Robert – *Wilhelm von Nogaret, Rat und Grosssiegelbewahrer*, p. 206.

1311, Marigny, pragmatique et réaliste, l'aurait quelque peu éclipsé⁴⁷. Contre cette idée, Sébastien Nadiras, se fondant sur l'augmentation de la commande d'actes par Nogaret qui se produisit alors, a estimé que le légiste se serait concentré sur sa fonction de garde du sceau et que, vieillissant, il aurait aspiré à "une existence plus tranquille", choisissant de "se cantonner dans des tâches plus courantes, administratives et routinières, mais indispensables au fonctionnement de l'État"⁴⁸. Peut-on réellement parler d'un choix ? Cet éloignement – au sens où le légiste, s'il reste acteur de la politique royale, n'en a plus l'initiative – relève presque de la disgrâce et, à l'instar de Jean Favier, je pense que Marigny "aura ouvert les yeux du roi sur la stérilité de certaines positions prises"⁴⁹, d'autant que Nogaret, par son mode d'agir le cas échéant brutal, a pu heurter Philippe le Bel.

Doit-on croire à un problème Nogaret ? L'intelligence du légiste n'est pas en cause, les contemporains vantant déjà sa "clergie", non qu'il fût clerc, mais parce qu'il appartenait aux serviteurs lettrés de la Couronne. Sa puissance de travail impose le respect, qui, jusqu'au bout, a alimenté ses nombreux dossiers par "un effort notable d'information et de documentation"⁵⁰. Expert de l'écrit, qu'il a pratiqué abondamment, Nogaret s'y est avéré prolix, parfois confus⁵¹, cédant à une rhétorique enflammée, utilisée pour amplifier ses griefs, créer des figures coupables ou donner force à de véritables obsessions, au premier rang desquelles celle du scandale et de sa remédiation⁵². Il fut ainsi, Jean Favier l'écrivait déjà, "l'homme d'une idée fixe et d'une haine inextinguible à l'encontre de Boniface VIII"⁵³. Depuis lors, les recherches d'Elizabeth Brown et de Julien Théry ont souligné qu'il a été jusqu'à menacer Philippe le Bel de damnation éternelle pour s'assurer que la mémoire du pape serait bel et bien poursuivie et condamnée⁵⁴. L'excommunication

⁴⁷ FAVIER, Jean – *Philippe le Bel*, pp. 30-31.

⁴⁸ NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret et la pratique du pouvoir*, pp. 63-64 et 73-77 ; NADIRAS, Sébastien, *Guillaume de Nogaret en ses dossiers*, t. 1, pp. 121-122 et 132-133.

⁴⁹ FAVIER, Jean – *Philippe le Bel*, p. 34.

⁵⁰ NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret en ses dossiers*, t. 1, p. 66.

⁵¹ DECOSTER, Caroline – "Guillaume de Nogaret, *excellētissimi regis Francie miles*". In MOREAU, Bernard, et THÉRY, Julien (éds.) – *La royauté capétienne et le Midi*, p. 250.

⁵² NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret en ses dossiers*, t. 1, en particulier pp. 77-78, 422, 557-558 et 586.

⁵³ FAVIER, Jean – *Philippe le Bel*, pp. 29-30.

⁵⁴ BROWN, Elizabeth – "Moral Imperatives and Conundrums of Conscience: Reflections on Philip the Fair of France". *Speculum* 87 (2012), pp. 1-36 ; BROWN, Elizabeth – "The Excommunication of

consécutive à l'“attentat” d'Anagni, levée seulement en 1311, a ici particulièrement pesé et on saisit la “perversité” du légiste, tant au sens commun, puisqu'il a abusé des procès truqués, qu'au sens étymologique de *per-vertere*, “tourner en sens opposé”, qui l'a amené à retourner contre l'Église le capital de sacralité que la France avait acquis à son service⁵⁵. Philippe le Bel a-t-il pensé que Nogaret et son action se retourneraient contre lui et son image et qu'il devait en tirer les conséquences ? S'il ne l'a fait ni en 1303, ni en 1307, on ne saurait exclure qu'il le fit plus tard et que cela aura valu finalement au légiste de devoir abandonner la direction des affaires du royaume.

**

Arracher Nogaret à l'exceptionnel, où les historiens l'ont souvent tenu, ne peut qu'aider à mieux le saisir. A-t-il cherché coûte que coûte à faire prévaloir une conception absolutiste du pouvoir royal ou fut-il plutôt conduit à l'accommoder avec la gestion pragmatique des affaires ? Pour faire écho à Sébastien Nadiras, “entre les théories du pouvoir, d'inspiration absolutiste, et la pratique quotidienne et concrète de celui-ci”, l'écart est réel, mais je ne suis pas sûr qu'il faille, comme il le conclut, privilégier “l'image d'un Nogaret, négociateur, homme de compromis, plus que celle de l'homme du pouvoir autoritaire”⁵⁶. En effet, la mystique de l'État royal a été au cœur de l'action et de la pensée du conseiller de Philippe le Bel. C'est dire avec Renan, qui – dans un tout autre style – déplorait le “si grand débordement d'arbitraire” dont le légiste s'était rendu coupable, qu'il fut “un grand ministre” et qu'“on se sent avec lui dans le pays de Suger, de Richelieu”⁵⁷, ou, pour reprendre les écrits davantage récents de Jacques Krynen, de Colbert et d'Aguesseau, ces “grands

Guillaume de Nogaret, *Letamur in te*, and the Destruction of the Templars”. In BAUDIN, Arnaud, MERLI, Sonia et SANTANICCHIA, Mirko (éds.) – *Gli ordini di Terrasanta*, pp. 349-417 ; THÉRY, Julien – “The Pioneer of Royal Theocracy: Guillaume de Nogaret and the Conflict between Philip the Fair and the Papacy”. In JORDAN, William et PHILLIPS, Jenna (éds.) – *The Capetian Century, 1214-1314*. Turnhout: Brepols, 2017, pp. 219-259, notamment pp. 247-250 ; THÉRY, Julien – “Pourquoi le roi de France Philippe le Bel a-t-il attaqué l'ordre du Temple ?”. In BAUDIN, Arnaud, MERLI, Sonia et SANTANICCHIA, Mirko (éds.) – *Gli ordini di Terrasanta*, pp. 341-343.

⁵⁵ THÉRY, Julien – “Les Écritures ne peuvent mentir’. Note liminaire pour l'étude des références aux autorités religieuses dans les textes de Guillaume de Nogaret”. In MOREAU, Bernard, et THÉRY, Julien (éds.) – *La royauté capétienne et le Midi*, notamment pp. 243 et 245.

⁵⁶ NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret en ses dossiers*, t. 1, pp. 595 et 597.

⁵⁷ RENAN, Ernest – “Guillaume de Nogaret, légiste”, pp. 248 et 250.

serviteurs de l'État monarchique", animés par "une obsession de l'intérêt collectif et de la continuité du pouvoir"⁵⁸.

Références bibliographiques

Études

BOUTARIC, Edgard – *La France sous Philippe le Bel. Étude sur les institutions politiques et administratives du Moyen Âge*. Paris : Plon, 1861.

BROWN, Elizabeth – "Moral Imperatives and Conundrums of Conscience: Reflections on Philip the Fair of France". *Speculum* 87 (2012), pp. 1-36.

BROWN, Elizabeth – "The Excommunication of Guillaume de Nogaret, *Letamur in te*, and the Destruction of the Templars". In BAUDIN, Arnaud ; MERLI, Sonia et SANTANICCHIA, Mirko (éds.) – *Gli ordini di Terrasanta. Questioni aperte, nuove acquisizioni (secoli XII-XVI)*. Pérouse : Fabbri, 2021, pp. 349-417.

CANTEAUT, Olivier – *Philippe V et son conseil : le gouvernement royal de 1316 à 1322*. Paris : École nationale des chartes, 2000. Thèse inédite d'École des chartes.

CAZELLES, Raymond – "Une exigence de l'opinion depuis saint Louis : la réformation du royaume". *Annuaire-bulletin de la Société d'histoire de France* s.n. (1962-1963), pp. 91-99.

COSTE, Jean – "Les deux missions de Guillaume de Nogaret en 1303". *Mélanges de l'École française de Rome. Moyen Âge* 105 (1993), pp. 299-326.

COSTE, Jean – *Boniface VIII en procès. Articles d'accusation et dépositions des témoins (1303-1311)*. Rome : École française de Rome, 1995.

DECOSTER, Caroline – "Guillaume de Nogaret, *excellentissimi regis Francie miles*". In MOREAU, Bernard, et THÉRY, Julien (éds.) – *La royauté capétienne et le Midi au temps de Guillaume de Nogaret*. Nîmes : Éditions de la Fenestrelle, 2015, pp. 249-260.

DIGARD, Georges – *Philippe le Bel et le Saint-Siège de 1285 à 1304*. 2 vols., Paris : Sirey, 1936.

DOSSAT, Yves – "Guillaume de Nogaret, petit-fils d'hérétique". *Annales du Midi* 53 (1941), pp. 391-402.

DUPUY, Pierre – *Histoire du différend d'entre le pape Boniface VIII et Philippe le Bel*. Paris : chez Sébastien et Gabriel Cramoisy, 1655.

FAVIER, Jean – *Philippe le Bel*. Paris : Fayard, 1978.

⁵⁸ KRYNEN, Jacques – *Philippe le Bel*, pp. 63-64.

GOURON, André – “Comment Guillaume de Nogaret est-il entré au service de Philippe le Bel?”. *Revue historique* 122 (1998), pp. 25-46.

HOLTZMANN, Robert – *Wilhelm von Nogaret, Rat und Grosssiegelbewahrer Philipps der Schönen von Frankreich. Inaugural-Dissertation zur Erlangung der philosophischen Doctorwürde an der Kaiser-Wilhelms-Universität zu Strassburg.* Fribourg-en-Brisgau : Wagner's Universitäts-Buchdruckerei, 1898.

JOSSERAND, Philippe – *Jacques de Molay. Le dernier grand-maître des Templiers.* 2^e éd., Paris : Les Belles Lettres, 2023.

KRYNEN, Jacques – *Philippe le Bel. La puissance et la grandeur.* Paris : Gallimard, 2022.

LALOU, Élisabeth – “Guillaume de Nogaret et le gouvernement capétien sur les chemins”. In MOREAU, Bernard et THÉRY, Julien (éds.), *La royauté capétienne et le Midi au temps de Guillaume de Nogaret.* Nîmes : Éditions de la Fenestrelle, 2015, pp. 173-183.

LANGLOIS, Charles-Victor – *Saint Louis, Philippe le Bel, les derniers Capétiens directs (1226-1328).* In LAVISSE, Ernest (dir.), *Histoire de France illustrée depuis les origines jusqu'à la Révolution.* t. 3, 2^e partie, Paris : Hachette, 1901.

LEROY, Nicolas – “La légende de Nogaret”. In MOREAU, Bernard (éd.) – *Guillaume de Nogaret, un Languedocien au service de la monarchie capétienne.* Nîmes : Lucie éditions, 2012, pp. 129-144.

LESNÉ-FERRET, Maité – “Guillaume de Nogaret dans les *Olim* et l'école juridique languedocienne”. In MOREAU, Bernard (éd.) – *Guillaume de Nogaret, un Languedocien au service de la monarchie capétienne.* Nîmes : Lucie éditions, 2012, pp. 71-97.

LIZERAND, Georges – *Le dossier de l'affaire des Templiers.* 5^e éd., Paris : Les Belles Lettres, 2012.

MOREAU, Bernard – “Guillaume de Nogaret, pourquoi?”. In MOREAU, Bernard (éd.) – *Guillaume de Nogaret, un Languedocien au service de la monarchie capétienne.* Nîmes : Lucie éditions, 2012, pp. 9-13.

NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret et la pratique du pouvoir.* Paris : École nationale des chartes, 2003. Thèse inédite d'École des chartes.

NADIRAS, Sébastien – *Guillaume de Nogaret en ses dossiers. Méthodes de travail et de gouvernement d'un conseiller royal au début du XIV^e siècle.* 2 vols., Paris : Université Paris-1, 2012. Thèse de doctorat inédite.

RENAN, Ernest – “Guillaume de Nogaret, légiste”. In *Histoire littéraire de la France.* t. 27, Paris : Académie des Inscriptions et Belles Lettres, 1877, pp. 233-371, repris in

RENAN, Ernest – *Études sur la politique religieuse du règne de Philippe le Bel*. Paris : Calmann-Lévy, 1899, pp. 1-250.

STRAYER, Joseph – *Les gens de justice du Languedoc sous Philippe le Bel*. Toulouse : Association Marc Bloch, 1970.

THÉRY, Julien – “Philippe le Bel, pape en son royaume”. *L’Histoire* 289 (2004), pp. 14-17.

THÉRY, Julien – “Une hérésie d’État. Philippe le Bel, le procès des ‘perfides Templiers’ et la pontificalisation de la royauté française”. *Médiévales* 60 (2011), pp. 157-186.

THÉRY, Julien – “Le pionnier de la théocratie royale. Guillaume de Nogaret et les conflits de Philippe le Bel avec la papauté”. In MOREAU, Bernard (éd.) – *Guillaume de Nogaret, un Languedocien au service de la monarchie capétienne*. Nîmes : Lucie éditions, 2012, pp. 101-127.

THÉRY, Julien – “‘Les Écritures ne peuvent mentir’. Note liminaire pour l’étude des références aux autorités religieuses dans les textes de Guillaume de Nogaret”. In MOREAU, Bernard, et THÉRY, Julien (éds.) – *La royauté capétienne et le Midi au temps de Guillaume de Nogaret*. Nîmes : Éditions de la Fenestrelle, 2015, pp. 243-248.

THÉRY, Julien – “The Pioneer of Royal Theocracy: Guillaume de Nogaret and the Conflict between Philip the Fair and the Papacy”. In JORDAN, William et PHILLIPS, Jenna (éds.) – *The Capetian Century, 1214-1314*. Turnhout : Brepols, 2017, pp. 219-259.

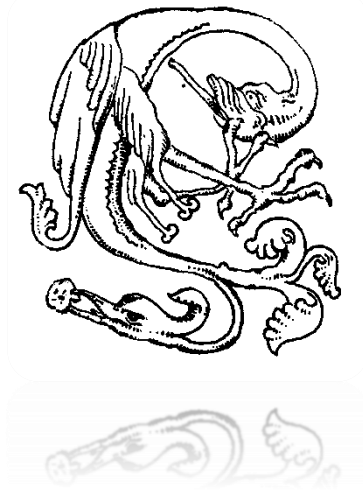
THÉRY, Julien – “Pourquoi le roi de France a-t-il attaqué l’ordre du Temple ? Une Nouvelle Alliance”. In BAUDIN, Arnaud ; MERLI, Sonia et SANTANICCHIA, Mirko (éds.) – *Gli ordini di Terrasanta. Questioni aperte, nuove acquisizioni (secoli XII-XVI)*. Pérouse : Fabbri, 2021, pp. 333-347.

THOMAS, Louis – “La vie privée de Guillaume de Nogaret”. *Annales du Midi* 16 (1904), pp. 161-207.

VERDIER, René – “Guillaume de Plaisians, itinéraire d’un légiste”. In LAUXEROIS Roger (éd.) – *Vienne au crépuscule des Templiers*. Grenoble : Presses universitaires de Grenoble, 2014, pp. 83-92.

COMO CITAR ESTE ARTIGO / HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

JOSSERAND, Philippe – “Servir le roi autour de 1300: Guillaume de Nogaret ou la mystique de l’autorité monarchique en actes”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 75-91. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsb.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

NÚMERO TEMÁTICO

“Diplomacia dos Príncipes herdeiros”

THEMATIC NUMBER

“Diplomacy of the Crown Princes”



MEDIEVALISTA

N.º 36 | Julho – Dezembro 2024

ISSN 1646-740X

La diplomatie des princes héritiers (XIII^e-XVI^e siècles) – une introduction

The Prince Heir's diplomacy (XIII-XVI Centuries) – an introduction

Stéphane Péquignot

École pratique des hautes études – PSL
Équipe SAPRAT
75005 Paris, France

stephane.pequignot@ephe.sorbonne.fr
<https://orcid.org/0000-0002-8109-3493>

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Outubro de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 19 de Abril de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8327>



La diplomatie des princes héritiers (XIIIe-XVIe siècles) – une introduction¹

Les infants Jacques d'Aragon et Louis de France, respectivement fils aînés de Jacques II d'Aragon (1291-1327) et de Charles VII (1422-1461), ont des parcours qui ne se ressemblent guère. Le premier est surtout connu des chroniqueurs et des historiens par un acte d'éclat². Le 17 octobre 1319, lors de la célébration à Gandesa de son mariage avec la princesse Éléonore de Castille, après que la messe est dite, Jacques d'Aragon s'enfuit et fait échouer l'union actée avec le royaume voisin depuis une décennie. Il renonce ensuite à la succession et entre dans les ordres. Cent-vingt années plus tard, au retrait du monde, le dauphin Louis, futur Louis XI (1461-1483), préfère sans ambages le pouvoir.³ Il est même impatient de l'exercer, et les tensions avec son père Charles VII s'exacerbent. En 1440, le jeune Louis se lie dans la Praguerie à des princes contre le roi de France; il négocie ensuite son propre mariage, avec Charlotte de Savoie, à l'insu de Charles VII; de 1456 à 1461, exilé en Brabant, sur les terres et souvent à la cour du duc de Bourgogne Philippe le Bon, il attend la mort de son père, entretient des correspondances et échange des messagers avec de nombreuses puissances. Ces deux trajectoires, l'une

¹ Ce dossier de *Medievalista* est l'aboutissement d'un projet collectif lancé dans le cadre du séminaire "Relations internationales et diplomatie (1300-1700)", à l'École pratique des hautes études (Paris), au cours de l'année universitaire 2020-2021. À l'exception des articles de Malika Dekkiche et Tiago Viúla de Faria, toutes les contributions du volume ont été préalablement exposées et discutées lors de deux journées d'études ("La diplomatie des princes héritiers [XIII^e-XVI^e siècle]"), organisées les 23 et 24 février 2023 à Lisbonne, au Colégio de Almada Negreiros, par Diana Martins et moi-même. Je tiens à remercier l'Université nouvelle de Lisbonne, l'Instituto de Estudos Medievais, l'École pratique des hautes études - PSL et l'équipe SAPRAT pour le soutien financier et logistique apporté à cette rencontre. Diana Martins a contribué de manière décisive à la conception et au bon déroulement de ce projet et des journées d'études. Qu'elle en soit ici remerciée, de même que les collègues, étudiants et auditeurs du séminaire parisien. Leurs remarques et leurs questions ont été d'une grande aide dans l'élaboration de ce travail. Je remercie aussi vivement les auteurs et les auteures d'avoir accepté de présenter dans ce dossier monographique une partie de leurs recherches.

² Sur cet infant, voir, en première approche: MIRET Y SANS, Joaquim – *El forassenyat primogènit de Jaume II*. Barcelone: Institut d'Estudis Catalans, 1957. MARTÍNEZ FERRANDO, Jesús Ernesto – *Jaime II. Su vida familiar*. vol. I. Barcelone: CSIC, 1948, pp. 83-106. FORT I COGUL, Eufemià – "Una vocació monàstica obstinadament inèdita. El primogènit de Jaume II i el seu vot de professar a Santes Creus". *Studia Monàstica* III/2 (1961), pp. 357-376. FORT I COGUL, Eufemià – *La farsa de Gandesa*. Barcelone: Dalmau, 1969. STURCKEN, Henry Tracy – "The unconsummated marriage of Jaime of Aragon and Leonor of Castile (October 1319)". *Journal of Medieval History* 5 (1979), pp. 185-201.

³ En première approche d'une immense bibliographie, deux synthèses: FAVIER, Jean – *Louis XI*. Paris: Fayard, 2001. BLANCHARD, Joël – *Louis XI*. Paris: Perrin, 2015.

particulièrement erratique, l'autre, qui l'est aussi, mais tout entière tendue vers le pouvoir, témoignent, selon des modalités presque opposées, de l'importance potentiellement décisive des princes héritiers dans les échanges avec l'étranger à la fin du Moyen Âge. Leur rôle dans la diplomatie est l'objet de ce dossier thématique de *Medievalista*. En guise d'introduction, l'on procédera ici en quatre temps. Après des considérations préliminaires sur le vocabulaire employé, l'on situera l'action diplomatique des princes héritiers dans un cadre comparatiste, avant de revenir au cas de l'infant Jacques d'Aragon, pour aboutir enfin à un questionnaire de portée générale.

Commençons donc, classiquement, par les termes du sujet. "Diplomatie", de nombreux historiens l'ont souligné à de multiples reprises, est un anachronisme contrôlé, ou, pour le dire à la manière de l'anthropologie, une catégorie "étique", employée par les observateurs – les historiens en l'occurrence – et non pas "émique", formulée par les acteurs du temps étudié.⁴ La notion peut être envisagée de manière pragmatique et large comme l'ensemble des activités de représentation, d'échange, d'information et de négociation menées entre des entités politiques étrangères. Le mot est, à l'évidence, problématique, et il convient de s'en saisir comme d'un cadre de réflexion plutôt que comme d'un concept dont il faudrait à toute force redéfinir les contours à chaque nouvelle étude.

Les "princes héritiers" méritent également quelques précautions d'usage. Initialement, c'est-à-dire à partir de la Rome impériale, est *princeps* celui qui détient le pouvoir souverain, l'*auctoritas*, d'origine théorique et divine, ainsi que la *potestas*, le pouvoir et le gouvernement⁵. Au Moyen Âge, jusqu'aux XIII^e-XVI^e siècles qui nous

⁴ Pour plus de détails sur ce point, je me permets de renvoyer à MOEGLIN, Jean-Marie (dir.); PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et "relations internationales" au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)*. Paris: Presses universitaires de France, 2017, pp. 583-622.

⁵ PACAUT, Marcel – "Recherches sur les termes 'Princeps, principatus, prince, principauté' au Moyen Âge". In *Les Principautés au Moyen Âge. Actes des Congrès de la Société des historiens médiévistes*. Bordeaux : Société des historiens médiévistes, 1979, pp. 19-27. UBL, Karl – "The Concept of princeps in Late Medieval Political Thought: A Preliminary Survey". In HUTHWELKER, Thorsten; PELTZER, Jörg; WEMHÖHNER Maximilian (éds.) – *Princely rank in late medieval Europe: trodden paths and promising avenues*. Ostfildern: Jan Thorbecke, 2011, pp. 259-280. OUDART, Hervé – "Introduction générale. Prince et principat durant l'Antiquité et le Moyen Âge: jalons historiographiques". In OUDART, Hervé; PICARD, Jean-Michel; QUAGHEBEUR, Joëlle (dirs.) – *Le prince, son peuple et le bien commun de l'Antiquité tardive à la fin du Moyen Âge*. Rennes : Presses de l'Université de Rennes, 2013, pp. 7-52.

intéressent ici, le mot *princeps*, ses déclinaisons et équivalents vernaculaires (*principe*, *príncipe*, *princep*, *prince*, *Fürst*, etc.) s'avèrent ambivalents. Ils qualifient tour à tour des "princes royaux" et des "princes non royaux", qui s'approchent des formes comme des titres monarchiques, et aspirent à la souveraineté. Alors que les rois peuvent utiliser le titre de "*princeps*" pour rehausser leur titulature ou, en lien avec un coronyme, pour marquer leur attachement à un territoire – par exemple lorsque le roi d'Aragon s'intitule "prince du royaume des Aragonais" (*princeps regni Aragonum*) –, il existe des "princes d'Empire", en particulier des princes électeurs, des princes territoriaux qui, dans le royaume de France, consolident leur autorité et leurs administrations, et, depuis le premier tiers du XIV^e siècle, des "princes de sang", une strate de la noblesse distinguée et unie par le fluide précieux qui coule dans ses veines⁶. Ses membres ne sont pas héritiers en ligne directe des rois, mais ils obtiennent des privilèges considérables, luttent en faveur d'une monarchie collégiale, par exemple aux côtés du dauphin Louis puis contre lui, quand il est devenu roi, lors de la guerre de la Ligue du Bien public en 1465. Dans l'Empire ou en Italie, comme, dans une moindre mesure, en France, certains princes non héritiers mettent en œuvre une importante action diplomatique et n'hésitent pas à emprunter aux modèles, aux pratiques et aux acteurs des diplomaties royales. Tel est le cas de Louis d'Anjou, oncle de Charles VI et un temps régent du royaume de France⁷. Ces exemples d'engagement diplomatique, qui pourraient aisément être multipliés, montrent l'intérêt d'une étude comparative des diplomaties princières médiévales. Le dossier présenté ici entend y contribuer en se focalisant sur le cas des princes héritiers⁸.

Le mot même d'"héritier" s'avère en première apparence moins problématique que les termes "diplomatie" et "prince". *Haeres* est attesté en latin classique, en droit romain; ses équivalents vernaculaires, "héritier", "hoir" en moyen français, *hereu* en catalan, *heredero* en castillan ou en aragonais, abondent dans les chroniques comme

⁶ JOUANNA, Arlette – *Le sang des princes: les ambiguïtés de la légitimité monarchique*. Paris: Gallimard, 2022.

⁷ Voir sur ce sujet PRZYTARSKI, Damien – "*Relations internationales" et diplomatie de Louis 1^{er} d'Anjou. Entre ambitions personnelles et intérêts français*. Paris: École pratique des hautes études, 2022. Mémoire de master 2.

⁸ Une étude comparée du rôle diplomatique des autres princes mériterait assurément d'être menée.

dans les documents de la pratique diplomatique. Deux précisions au moins méritent toutefois d'être rappelées. L'héritier n'est pas tout à fait et pas nécessairement le successeur, mais, en droit, celui qui est appelé par la loi à recueillir la succession. Il renvoie à une désignation et recèle une légitimité dont ne jouissent pas tous les successeurs. D'autre part, pour les princes appelés à régner, les XIII^e-XVI^e siècles se distinguent par l'usage de mots spécifiques apparus à des rythmes différents selon les royaumes pour désigner les héritiers au trône: *primogenitus* (en latin), *primogènit* (en catalan), *primogénito* (en castillan ou en aragonais) – le premier engendré, mais qui a aussi été choisi pour hériter –, et, en français, depuis le milieu du XIV^e siècle, le "dauphin". L'usage de ces mots fait néanmoins parfois débat – le *primogenitus* est-il nécessairement l'aîné, ou bien un testament royal peut-il "faire" *primogenitus* un autre fils, un autre membre de la famille, voire une fille ? Il est des héritiers reconnus, d'autres combattus, certains en descendance directe, d'autres pas, des frères de roi sans descendance par exemple, des bâtards qui, tel Jean d'Avis au Portugal, réclament leur part d'héritage.

Pour bien saisir le statut et le rôle diplomatique des princes héritiers, il est alors essentiel de considérer de manière plus générale leur place au sein des régimes monarchiques et les modalités de leur accession à la fonction de roi. Du XIII^e siècle au XVI^e siècle coexistent en Occident divers systèmes de transmission du pouvoir royal, par succession héréditaire et par élection⁹. Longtemps envisagés comme exclusifs, les deux systèmes – électif/héréditaire – s'avèrent néanmoins, à l'examen, relativement poreux, avec des traits successoraux dans les procédures électives, et une part fréquente d'élection dans les méthodes successorales. D'autres différences méritent d'être relevées. L'ordre successoral peut être fixé par écrit, comme en Castille dans les *Partidas* (II, XIV, 2), dans le *Fuero Real* (lib I, tit. III)¹⁰ et l'*Espéculo*

⁹ PÉNEAU, Corinne (éd.) – *Élections et pouvoirs politiques du VII^e au XVII^e siècle*. Pompignac-près-Bordeaux: Bière, 2008. BECHER, Matthias (éd.) – *Die mittelalterliche Thronfolge im europäischen Vergleich*. Ostfildern: Jan Thorbecke, 2017. *El acceso al trono: concepción y ritualización*. *Actas de la XLIII Semana de Estudios Medievales*. Estella. Pampelune: Gobierno de Navarra, 2017.

¹⁰ *Fuero Real de Alfonso X El Sabio* – Éd. Real Academia de la Historia. Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2015 [1^{ère} éd. 1836]: "Título III. De la guarda de los hijos del rey. *Como sobre todas las cosas del mundo los omes deben tener e guardar lealtat al rey, asi son tenidos de la tener e la guardar a su fijo o a la fija, que despues dél debe regnar: et deben amar e guardar a los otros sus fijos, como á fijos de su señor natural, ellos amando e obedeciendo a aquel que regnare. Et por que esto es complimiento e guarda de lealtat, mandamos que cuando quier que avenga finamiento del rey, todos guarden el señorío e los derechos del rey al fijo o a la fija que regnare en su logar. Et los que alguna cosa*

(I, XVI), ce qui inscrit la primogéniture dans le droit, même si, d'un manuscrit à l'autre, des ajustements et des variations apparaissent¹¹. Il peut donner lieu à une déclaration, comme au Portugal, ou être réglé par la coutume, par la voie des testaments royaux qui, en Aragon, mettent aussi en avant le principe de représentation, autrement dit la priorité donnée au frère de l'aîné et à ses descendants¹². Le principe de succession héréditaire néanmoins se renforce au cours de la période. Il joue un rôle essentiel dans la consolidation d'un ordre dynastique. L'indivisibilité des royaumes dans les héritages entre fils tend désormais à prévaloir sur les partitions, avec pour corrélat l'importance accrue du prince héritier. Celui-ci est associé au trône, reçoit un serment de fidélité des sujets, détient des délégations de pouvoir, dispose à sa majorité d'une maison souvent liée à la maison royale. A partir du milieu du XIV^e siècle, en France comme en Castille et dans la Couronne d'Aragon, les princes héritiers se voient même reconnaître une autorité et un titre sur un territoire qui préfigure leur accession ultérieure au trône: le Dauphiné pour le dauphin, le Duché ou le *Delphinat* de Gérone pour le roi d'Aragon; le Principat des Asturies pour le roi de Castille en 1388, le Principat de Viana pour la Navarre en 1423.

que pertenesca a su señorío tovieren dél, luego que sopieren el finamiento del rey, vengan al su fijo o a la fija que regnare despues dél a obedescerle e a facer todo su mandamiento. Et todos comunalmente sean tenudos de facer omenage a él o a quien él mandare en su logar cuando quier que lo demandare. Et si alguno quiere de grant guisa, quier de menor guisa esto non compliere, o en alguna cosa dellas errare, él e todas sus cosas sean en poder del rey, e faga dél e dellas lo que quisiere. Et si por aventura alguno de aquellos que deven venir a él, e así como sobre dicho es, non pudiere venir por enfermedad o por guarda de alguna cosa que pertenesca al señorío del rey e non por otro engaño, mas por que entienda que es mayor pro del rey o de la reyna, envie su mandado al rey o a la reyna que regnare, e fagal saber por qual rason fincó, e que está presto de facer su mandado. Et el que desa guisa fincare, non aya la pena sobredicha".

¹¹ RUIZ GÓMEZ, Francisco; PLAZA SERRANO, Gonzala – "La escritura y la ley. Los códigos de la II Partida y la elaboración del derecho político medieval en Castilla". In MONFERRER SALA, Juan Pedro; ALDÓN, Manuel Marcos (éds.) – *Grapheion: códigos, manuscritos e imágenes. Estudios filológicos e históricos*. Cordoue: Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2003, pp. 187-240.

¹² GARCÍA GALLO, Alfonso – "La sucesión del trono en la corona de Aragón". *Anuario de Historia del Derecho Español* 36 (1966), pp. 5-188. MORA CAÑADA, Adela – "La sucesión al trono en la Corona de Aragón". In SERRANO DAURA, Josep (coord.) – *El territori i les seves institucions històriques. Actes de les jornades d'estudi commemoratives del 650^e aniversari de la incorporació definitiva del marge dret del riu Ebre a Catalunya [Ascó, 28-30 novembre 1997]*. vol. II. Barcelone: Fundació Noguera, 1999, pp. 547-566. FRANCISCO OLMOS, José María de – *La figura del heredero del trono en la Baja Edad Media hispánica*. Madrid: A.C. Castellum, 2003. SESMA MUÑOZ, José Ángel – "Parlamentarismo y sucesión al trono en la Corona de Aragón. El compromiso de Caspe". *Hidalguía* 362 (2014), pp. 55-84. Pour le Portugal, voir les articles de Diana Martins, Tiago Viúla de Faria et Diogo Faria dans ce numéro de *Medievalista*.

Cette consolidation de leur statut s'observe aussi dans les relations avec les puissances étrangères. En premier lieu, les princes héritiers font l'objet de tractations extrêmement minutieuses¹³. Les négociations matrimoniales en sont l'exemple le plus évident. Elles sont le plus souvent menées alors qu'ils sont mineurs, parfois même avant leur naissance, au stade de *nascituri*, et que l'on ignore s'il s'agira d'une fille ou d'un garçon. On ne leur demande alors guère leur avis. Ces négociations d'une importance considérable scellent le futur des dynasties et des systèmes d'alliance. Les princes et les princesses héritiers figurent aussi pour d'autres motifs en bonne place dans les correspondances échangées entre cours: leur naissance, leur santé, leur baptême sont régulièrement mentionnés dans les "lettres d'état" (*litterae de statu*) conservées en grand nombre pour les rois d'Angleterre, d'Aragon et de Majorque. Les princes héritiers peuvent également devenir otages. Certains cas sont fameux. Charles d'Anjou, le futur Charles II (1285-1309), est fait prisonnier lors d'une bataille contre les Aragonais en 1284. Devenu roi à la mort de son père, il est libéré seulement en 1288 contre la remise en otage de trois de ses fils, notamment l'aîné, Robert (le futur Robert d'Anjou [1309-1343]), qui passe ainsi sept années avec une cour miniature en Catalogne¹⁴. Deux siècles plus tard, sultan Djem, héritier malheureux du sultan ottoman Mehmet II, se réfugie à Chypre puis en Occident pour échapper à son frère Bayezid II. Il sert ensuite de monnaie d'échange dans des tractations complexes entre Venise, Rome, le royaume de France et la Porte¹⁵. Dans ces négociations, dans ces échanges de nouvelles comme, dans une moindre mesure lorsqu'ils sont otages, car ces derniers disposent d'une marge de manœuvre réelle¹⁶, les princes héritiers paraissent essentiellement subir des décisions sur lesquelles ils n'ont guère de prise.

Sous contrôle étroit, les princes héritiers sont de façon plus visible qu'auparavant associés à la diplomatie royale, notamment pour la conclusion de traités. D'abord

¹³ La bibliographie sur le sujet est considérable. Dans le dossier présenté ici, voir notamment les contributions d'Óscar Villarroel González, Zoé Plaza-Leroux et Pierre Nevejans.

¹⁴ KOSTO, Adam J. – *Hostages in the Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

¹⁵ VATIN, Nicolas – *Sultan Djem: un prince ottoman dans l'Europe du XV^e siècle d'après deux sources contemporaines: Vâki'ât-i Sultân Cem, Oeuvres de Guillaume Caoursin*. Ankara: Impr. de la société turque d'histoire, 1997. *La Correspondance de Girolamo Zorzi. Ambassadeur vénitien en France (1485-1488)*. Éd. Joël Blanchard, Giovanni Ciappelli et Matthieu Scherman. Genève: Droz, 2020, *ad indicem*.

¹⁶ KOSTO, Adam J. – *Hostages in the Middle Ages*.

passés entre souverains, leurs clauses se précisent à partir du XIII^e siècle. Ils engagent de plus en plus souvent des pays, des communautés politiques, la "communauté du royaume"¹⁷. Certains revêtent la forme d'alliances héréditaires entre des maisons, d'où l'importance, pour assurer la permanence du lien à travers les générations, d'y associer les héritiers, d'apposer leurs sceaux et leurs signatures au bas des parchemins. Sous diverses formes, avec l'accord des états des royaumes, de telles pratiques se développent au sein de l'Empire, dans les rapports entre la France et la Castille, la France et l'Écosse. Des accords perpétuels sur des procédures d'arbitrage, des accords d'héritage réciproque, sont passés dans l'Empire. D'autres voies de participation importante des princes héritiers à la diplomatie royale ont pu être mises en évidence. Theo Offergeld, Charles Beem et Emily Joan Ward ont ainsi souligné la valeur reconnue aux rois enfants du haut Moyen Âge au XV^e siècle, la mise en place de formes de gouvernement particuliers, l'inclusion précoce des héritiers dans les actes de chancellerie et dans la pratique de la diplomatie, avec une forme de progressivité: de l'enfant témoin au *rex designatus* ou *rex electus*, jusqu'à l'expédition de chartes¹⁸. Les mères jouent dans ces processus un rôle capital, tandis que les rois associent les enfants au pouvoir par les rituels, les cérémonies, la vie de cour et la participation physique aux actes de la diplomatie. De manière plus générale, aux XIII^e-XV^e siècles, quand ils ne sont pas en lutte contre leur père, les héritiers sont souvent présents lors des rencontres au sommet (*les vues, vista, viste*)¹⁹; ils participent aussi, dans des conditions qui mériteraient d'être éclaircies, aux audiences solennelles. En atteste par exemple une enluminure de Jean Fouquet où le prince Charles, le futur Charles VI (1380-1422) assiste à la réception par le roi de France Charles V (1364-1380) d'ambassadeurs de l'empereur Charles IV (1347-

¹⁷ BARTHÉLEMY, Dominique; GUYOT-BACHY, Isabelle; LACHAUD, Frédérique; MOEGLIN, Jean-Marie (dirs.) – *Communitas regni: la communauté de royaume de la fin du X^e siècle au début du XIV^e siècle: Angleterre, Écosse, France, Empire, Scandinavie*. Paris: Sorbonne Université Presses, 2019.

¹⁸ OFFERGELD, Thilo – *Reges pueri. Das Königtum Minderjähriger im frühen Mittelalter*. Hanovre: Hahnsche Buchhandlung, 2001. BEEM, Charles (éd.) – *The Royal minorities of medieval and Early Modern England*. New York: Palgrave Macmillan, 2008. WARD, Emily Joan – *Child Kingship in England, Scotland, France, and Germany, c. 1050–c. 1250*. Cambridge: University of Cambridge, 2017. Thèse de doctorat (disponible en ligne). Voir aussi, pour la Couronne d'Aragon, BEAUCHAMP, Alexandra – "Les mentions de chancellerie de l'infant Jean d'Aragon jusqu'à son accès au trône (1361-1386). Implication du prince dans la gestion de ses affaires et traçabilité du travail en chancellerie". In CANTEAUT, Olivier (éd.) – *Le discret langage du pouvoir: les mentions de chancellerie du Moyen Âge au XVII^e siècle*. Paris: École nationale des chartes, 2019, pp. 455-479.

¹⁹ SCHWEDLER, Gerald – *Herrschartreffen des Spätmittelalters. Formen – Rituale – Wirkungen*. Ostfildern: Thorbecke, 2008.

1378)²⁰. Les mariages même des princes héritiers sont souvent exogamiques, avec une dimension diplomatique essentielle, désormais bien connue²¹. À l'âge tendre et dans leur prime jeunesse, les princes héritiers ne sont donc pas seulement des "objets", que l'on exhibe ou dont on marchandise le sort sans vergogne. Ils sont impliqués dans les documents comme dans les cérémonies diplomatiques de leurs pères, et ainsi préparés à la succession royale, à l'usage des écrits, des titres et des sceaux, à la vie de cour. C'est un élément de leur apprentissage du métier de roi.

Néanmoins, malgré tous les efforts déployés pour former les héritiers et stabiliser leur position, par le droit, par les traités, par les donations et les dotations patrimoniales et foncières, par l'association selon des voies multiples aux échanges avec l'étranger, la situation des héritiers présomptifs, fussent-ils princes, demeure marquée du sceau de la fragilité, ce qui a des effets considérables sur leur place dans la diplomatie. Le premier signe de cette fragilité est d'ordre existentiel. Tous les héritiers ne parviennent pas à hériter à la majorité, ou même à survivre après leurs premières années. Les estimations de la démographie historique sont en la matière relativement imprécises, mais plus d'un tiers périssent avant de succéder²². Il n'est ensuite pas rare que leur père ou leur mère meure alors qu'ils sont enfants, ce qui donne lieu à une phase de régence ou de minorité royale. Ont ainsi pu être dénombrés pas moins de 50 régents dans 14 "grands" royaumes d'Occident entre le XII^e et le XV^e siècle. L'Angleterre connaît à cet égard une "stupéfiante régularité", avec des périodes de minorité pour Henri III (1216-1227), Édouard III (1327-1330), Richard II (1377-1389), Henri VI (1422-1437), Édouard V (1483) et Édouard VI (1547-1553). Cela met en position délicate les princes héritiers, reconnus comme rois en devenir, mais qui ne le sont pas encore de plein exercice, restent soumis aux aléas et aux volontés parfois contradictoires des mères, des régents, des tuteurs, des

²⁰ BnF, ms français 6465, fol. 440v. Le manuscrit est numérisé et l'enluminure consultable sur Mandragore: <https://mandragore.bnf.fr/ark:/12148/cgfbt450545>.

²¹ À titre d'exemple, voir PAULY, Michel (éd.) – *Johann und Elisabeth. Die Erbtochter, der fremde Fürst und das Land. Die Ehe Johanns des Blinden und Elisabeths von Böhmen in vergleichender europäischer Perspektive/Jean et Élisabeth. L'héritière, le prince étranger et le pays. Le mariage de Jean l'Aveugle et d'Élisabeth de Bohême dans une perspective comparative européenne*. Luxembourg: Imprimerie Centrale, 2013.

²² WOLF, Armin – "Prinzipien der Thronfolge in Europa um 1400". In WOLF, Armin – *Verwandtschaft-Erbrecht – Königswahlen. Sieben neue und 26 aktualisierte Beiträge*. t. II. Francfort-sur-le-Main: V. Klostermann, 2013, pp. 1033-1083.

oncles, des conseillers et parfois des princes étrangers. De telles situations sont favorables à l'émergence de véritables "affaires" internationales.

Loin de se limiter aux seules périodes de minorité royale, les querelles successorales et plus généralement les discordes politiques impliquant des princes héritiers sont légion du XIII^e au XVI^e siècle²³, au point d'aboutir à plusieurs reprises à des ruptures ou semi-ruptures dynastiques – avec l'arrivée des Valois en France, des Trastamare en Castille et dans la Couronne d'Aragon, des Avis au Portugal. La lutte pour le pouvoir est souvent ouverte entre les pères et les fils: Sanche de Castille contre Alphonse X (1250-1284), Carlos de Viana contre Jean II d'Aragon (1458-1479), le dauphin Louis contre Charles VII. Ces conflits structurent et opposent des factions au sein des royaumes²⁴, ils retentissent au-delà des frontières et sont les théâtres de prédilection dans lesquels certains princes héritiers déploient une activité diplomatique tendant à s'émanciper de la tutelle royale paternelle (ou maternelle), mais ordinairement sans remettre en cause l'appartenance à la lignée²⁵. Cela se traduit par des correspondances nourries, l'envoi d'ambassadeurs qui ne sont plus des hommes du roi ou sous son contrôle, par des tentatives diplomatiques plus audacieuses.

Ce premier survol laisse donc nettement apparaître une triple tension constitutive du rôle diplomatique des princes héritiers: entre une *auctoritas* qui se renforce et une *potestas* qui peut être contestée; entre le statut de simple objet de négociations ou d'échange et celui d'acteurs pleinement autonomes; entre l'imitation des pères et l'inscription dans le sillage dynastique d'une part, l'émancipation, voire la lutte

²³ Parmi une riche bibliographie, on renverra ici tout particulièrement à deux collectifs récents: TIXIER DU MESNIL, Emmanuelle; LECUPPRE, Gilles (dirs.) – *Désordres créateurs. L'invention politique à la faveur des troubles*. Paris: Kimé, 2014. SABATÉ CURULL, Flocel (éd.) – *Ruptura i legitimació dinàstica a l'edat mitjana: reunió científica. 17 Curs d'Estiu Comtat d'Urgell, celebrat a Balaguer els dies 4, 5 i 6 de julio de 2012*. Lleida: Pagès, 2015.

²⁴ Sur ce point, voir LACHAUD, Frédérique; PENMAN, Michael A. – "Introduction". In LACHAUD, Frédérique; PENMAN, Michael A. (éds.) – *Making and breaking the rules. Succession in medieval Europe, c. 1000-c. 1600*. Turnhout: Brepols, 2008, pp. 1-12. AURELL, Martin – "Rompre la concorde familiale: typologie, imaginaire, questionnements". In AURELL, Martin (éd.) – *La parenté déchirée: les luttes intrafamiliales au Moyen Âge*. Turnhout: Brepols, 2010, pp. 9-59.

²⁵ Un phénomène similaire peut être observé dans la famille des ducs de Bourgogne. Charles de Bourgogne, le futur Charles le Téméraire (1467-1477) négocie ainsi à l'insu de son père Philippe le Bon (1419-1467) son propre mariage avec Marguerite d'York (BALLARD, Mark H. A. – "An Expedition of English Archers to Liège in 1467, and the Anglo-Burgundian Marriage Alliance". *Nottingham Medieval Studies* 34 (1990), pp. 152-174).

ouverte, de l'autre. Leur positionnement diplomatique se révèle dès lors particulièrement complexe, toujours lié à un contexte spécifique, à un système successoral, à l'âge de l'héritier et à sa personnalité, aux morts biologiques advenues dans son entourage et aux éventuels conflits en cours.

Plutôt qu'une improbable exhaustivité, le dossier monographique privilégie par conséquent une approche comparatiste de la diplomatie des princes héritiers, sur la longue durée, du XIII^e au XVI^e siècle, avec des études de cas complémentaires. Ce comparatisme se joue à une double échelle, au sein de la péninsule Ibérique, entre Castille, Aragon et Portugal, entre la péninsule Ibérique et d'autres territoires – France, Angleterre et sultanat Mamelouk. Trois tableaux sommaires, centrés sur les *primogénitos* des couronnes de Castille, d'Aragon et du Portugal, donnent un premier aperçu, incomplet, des princes héritiers susceptibles d'être concernés par une telle problématique²⁶.

<i>Prince héritier</i>	<i>naissance</i>	<i>début de règne</i>	<i>Mort</i>	<i>Remarques</i>
Ferdinand	1192	-	1214	
Ferdinand (III)	1199	1217	1252	
Alphonse (X)	1221	1252	1284	
Ferdinand de la Cerda	1255	-	1275	
Sanche (IV)	1258	1284	1295	
Ferdinand (IV)	1285	1295	1312	
Alphonse (XI)	1311	1312	1350	
Ferdinand	1332	-	1333	
Pierre (I ^{er})	1334	1350	1369	Trois demi-frères
Jean (I ^{er})	1359	1379	1390	Trois demi-frères
Henri (III)	1379	1390	1406	
Jean (II)	1405	1406	1454	
Henri (IV)	1425	1454	1474	
Alfonso (fils de Jean II)	1453	-	1468	
Juan	1478	-	1497	

Tableau 1. Les princes héritiers de Castille *primogénitos* (XIII^e -XV^e siècles)

²⁶ Les études de cas se limitent, faute de place et souvent de sources, à un nombre plus restreint de princes héritiers.

<i>Prince héritier</i>	<i>naissance</i>	<i>Début de règne</i>	<i>de</i>	<i>Mort</i>	<i>Remarques</i>
Alfonso	1222	-		1260	(père Jacques I ^{er} mort en 1276)
Pierre (III)	1240	1276		1285	
Alphonse (III)	1265	1285		1291	Son frère lui succède
Jaime	1296	-		1334	
Alphonse (IV)	1299	1327		1336	
Pierre (IV)	1319	1336		1387	
Constance	1343	-		1363	Tentative d'en faire l'héritière (1346-7)
Jean (I)	1350	1387		1396	
Jaime	1374	-		1374	
Juan	1376	-		1376	
Alfonso	1377	-		1377	
Martin (le Jeune)	1379	-		1409	
Alphonse (V)	1396	1416		1458	(pas de fils légitime)
Charles de Viana	1421	-		1461	
Ferdinand (le Catholique)	1453	1479 (Aragon)		1516	

Tableau 2. Les princes héritiers de la Couronne d'Aragon *primogénits/primogénitos* (XIII^e siècle - XV^e siècle)

<i>Prince héritier</i>	<i>Naissance</i>	<i>montée sur le trône</i>	<i>Mort</i>	<i>Remarques</i>
Sanche (II)	1207	1223	1248	Son frère Alphonse lui succède
Denis (I ^{er})	1261	1279	1325	
Alphonse (IV)	1291	1325	1357	
Alphonse de Portugal	1315	-	1315	
Denis	1317	-	1318	
Pierre (I ^{er})	1320	1357	1367	
Ferdinand (I ^{er})	1345	1367	1383	
Jean (I ^{er})	1357	1385	1433	Fils illégitime de Pierre I ^{er} .
Alphonse	1390	-	1400	Fils de Jean I ^{er} et Filipa de Lancastre
Édouard I ^{er}	1391	1433	1438	
Jean	1429	-	1432	
Alphonse (V)	1432	1438	1481	
Jean	1451	-	1451	
Jean (II)	1455	1481	1495	

Alphonse	1475	-	1491	
----------	------	---	------	--

Tableau 3. Les princes héritiers du royaume du Portugal (XIII^e siècle – XV^e siècle)

Ces tableaux confirment la forte mortalité en bas âge, avant le décès du père, la proportion élevée de rois-enfants, en Castille notamment, l'absence fréquente de descendance mâle légitime, en particulier au Portugal, ce qui fragilise la succession par primogéniture et ouvre la voie aux femmes en Castille, en Navarre plus encore. Certains, en revanche, restent en vie relativement longtemps avant de devenir roi. En Castille, Sanche IV accède au trône à 26 ans, Pierre Ier à 16 ans et Jean Ier à 20 ans. Pierre III est roi d'Aragon à 36 ans, Alphonse III à 20 ans, Alphonse IV à 28 ans, Pierre IV à 17 ans et Jean Ier à 37 ans. Au Portugal, Sanche II, Denis Ier et Ferdinand Ier deviennent rois relativement jeunes (16, 18 et 22 ans), mais Jean II doit attendre d'avoir 26 ans, Pierre Ier et Édouard Ier respectivement 37 et 42 ans²⁷! Ces héritiers tardifs et plus généralement ceux qui atteignent la majorité avant de monter sur le trône se trouvent dans les conditions les plus propices pour intervenir dans le champ diplomatique. Ils sont au cœur des études réunies dans le dossier.

Les sources susceptibles d'être sollicitées sont nombreuses, mais très inégalement réparties. Les actes à valeur prescriptive sur les princes héritiers – lois, ordonnances de cour, testaments, serments, actes de nomination au titre de procureur général dans la Couronne d'Aragon, de dauphin dans le royaume de France, déclarations au Portugal attestant du statut de prince héritier – se succèdent dans la période, et apportent quelques éléments sur leur rôle diplomatique. Dans les *Siete Partidas*, les liens des héritiers avec l'étranger apparaissent sous la forme d'exemples, à titre de comparaison et, plus encore, comme un risque. Si le fils héritier entre trop en contact avec d'autres puissants, c'est qu'il s'apprête à trahir. La diplomatie des princes héritiers est d'emblée placée sous le sceau du soupçon (*Partida* II, titre XIII)²⁸. L'on

²⁷ Aucun de ces princes néanmoins ne parvient à égaler le fils aîné de la reine d'Angleterre, Elisabeth II (*regnavit* 1952-2022), devenu roi sous le nom de Charles III à l'âge de 73 ans.

²⁸ *ley XIII. Como e rey debe facer bien á sus fijos, et castigarlos quando erraren.*

Algo et bien debe el rey facer á sus fijos, non tan solamente en criándolos et mostrándolos buenas mañas, mas aun en las cosas temporales, así como en heredarlos, et en buscarles buenos casamientos, et en facerles él mismo el bien que podiere en su vida, de manera que puedan vivir honradamente; ca segunt dixieron los sabios antiguos que ficieron las leyes, al padre pertenesce primeramente de dar consejo á los fijos, ca mas por pagados et honrados se tienen los fijos de lo que les el padre da, que si les diese otro qualquier dos tanto. Et si esto non ficiesen los reyes, serie cosa muy sin razon de seer ricos et heredados

craint qu'elle ne signifie une remise en cause de l'essentiel, la continuité du lignage, perçue comme fondamentale dans l'ordre voulu par Dieu. Les *Ordenacions* de Pierre IV d'Aragon recommandent pour leur part de situer les princes héritiers au niveau des rois étrangers en inversant l'ordre salut/adresse dans les correspondances; elles les placent au deuxième rang dans les banquets ordinaires, derrière le roi ou les archevêques, et à égalité avec les cardinaux²⁹. L'association des princes à la diplomatie est donc discrètement reconnue, à proximité ou dans l'ombre du souverain régnant. Dans les deux traditions principales des miroirs des princes enfin, le *Secretum secretorum* et le *De regimine principum*, ainsi que dans leurs déclinaisons vernaculaires, les relations avec l'étranger forment un domaine secondaire, envisagé sous l'aspect de la menace, ou au prisme très général du prolongement de la paix intérieure, de la représentation adéquate du prince; l'accent est mis sur les critères de choix des bons ambassadeurs plutôt que sur les conditions mêmes de l'action diplomatique³⁰. Dans ces textes explicitement destinés à des princes héritiers, les rares conseils concernant la diplomatie portent sur celle des princes devenus rois, pas sur le rôle des héritiers dans les rapports avec l'étranger. Ce relatif silence tient à la concentration des écrits spéculaires sur les qualités des princes et le gouvernement du royaume; il s'explique aussi par la portée générale des vertus, des valeurs et des compétences défendues, d'ordre curial, religieux et chevaleresque, qui pourront être mises à profit dans les échanges, par le fait, également, que la transmission des savoirs diplomatiques s'effectue plutôt par l'histoire, l'observation et l'imitation, l'association aux rituels et aux rencontres.

Les chroniques consacrent ordinairement peu de place à l'enfance des rois³¹, mais plusieurs contiennent des passages nourris sur l'histoire des princes héritiers, qu'il

los otros vasallos de la tierra, et los sus hijos menguados en manera que hobiesen de damandar á otro lo que les fuese mester, ó ir á otra tierra á buscar consejo. Et otrosi deben servirse dellos en tiempo de paz, et en tiempo de guerra, et quando erraren castigarlo como padre et como señor (*Las Siete Partidas*. t. II. Madrid: Real Academia de la Historia [éd. lit.], Imprenta Real, 1807, p. 54).

²⁹ *Ordenacions fetes per lo molt alt senyor en Pere terç rey d'Aragó sobre lo regiment de tots los officials de la sua Cort*. Éd. Prosper de Bofarull i Mascaró. (*Colección de Documentos inéditos del Archivo de la Corona de Aragón*, t. V). Barcelone: D. José Eusebio Monfort, 1850, pp. 169-171, 181-186, 201-204.

³⁰ PÉQUIGNOT, Stéphane – "Les ambassadeurs dans les miroirs des princes en Occident au Moyen Âge". In ANDRETTA, Stefano; PÉQUIGNOT, Stéphane; WAQUET, Jean-Claude (éds.) – *De l'ambassadeur. Les écrits relatifs à l'ambassadeur et à l'art de négocier du Moyen Âge au début du XIX^e siècle*. Rome: École Française de Rome, 2015, pp. 33-55.

³¹ ADOT LERGA, Álvaro – "Infancia y adolescencia de Enrique II de Navarra. Educación y papel político del príncipe de Viana". *Zangotzarra* 13 (2009), pp. 11-65. PELAZ FLORES, Diana – "Hacedoras

convient de resituer dans l'économie et la perspective des chroniqueurs³². L'iconographie pour sa part est très inégalement répartie, plus riche pour la fin de la période, moins importante pour la péninsule Ibérique que pour les royaumes de France et d'Angleterre, où l'on conserve de plus nombreux manuscrits de textes historiques enluminés. Les principales sources mobilisées ici sont donc des actes de la pratique. Plutôt que d'entrer dans le détail – ce qui serait redondant avec les mises au point effectuées dans les contributions du dossier –, on formulera encore trois considérations préliminaires générales sur les sources de notre sujet: 1°) les documents diplomatiques (traités, sauf-conduits, procurations, correspondances, journaux d'ambassades, comptabilités, etc.), sont préservés en plus grand nombre dans certaines archives, celles des rois d'Angleterre et d'Aragon par exemple, en raison de pratiques d'enregistrement et de conservation différentes, mais aussi de destructions postérieures, à l'instar de celle dont les archives royales portugaises de la Torre do Tombo à Lisbonne furent partiellement victimes en 1755; 2°) la consolidation des maisons comme des cours des princes héritiers et la territorialisation de leur pouvoir à partir du XIV^e siècle se traduisent par le développement d'une production documentaire émise en leur nom et par leurs officiers, généralement mieux conservée pour la France, la Navarre ou la Couronne d'Aragon que pour le Portugal et a fortiori la Castille avant le XV^e siècle; 3°) il demeure indispensable, pour saisir et mettre en perspective la diplomatie des princes héritiers, d'examiner aussi les pièces émanant des rois et des reines. Ces dernières jouent un rôle essentiel dans les négociations matrimoniales, comme intercesseurs, ou encore comme régentes. Les études sur la réginalité, qui ont mis à jour leur *agency*, sont désormais très nombreuses pour tous les royaumes de la péninsule Ibérique comme pour les royaumes de France et d'Angleterre³³. C'est un instrument précieux pour situer la diplomatie des héritiers dans une constellation plus large, celle de la famille, de la dynastie.

de reyes. Influencia materna y conciencia reginal sobre el príncipe heredero en la Castilla Trastámara". *De Medio Aevo* 14 (2020), pp. 29-41.

³² Voir ici notamment les articles de Vannina Marchi van Cauwelaert et Léo Perret.

³³ Un bilan récent: PÉQUIGNOT, Stéphane; SCHAUB, Marie-Karine – "*Gender matters? Genre et histoire de la négociation*". *Revue historique* 702 (2022/2), pp. 431-456.

L'ensemble des pièces disponibles s'avère dès lors étonnamment riche, permettant d'aller au-delà des silences et, parfois, des visions quelque peu lapidaires des chroniques. L'on en prendra ici un seul exemple, celui de l'infant Jacques d'Aragon. Les chroniques, on l'a vu, retiennent essentiellement l'épisode fracassant du refus du mariage à Gandesa. Or, plusieurs centaines de documents éclairent la part diplomatique de l'histoire de ce prince: des actes du roi d'Aragon et de l'infant, quelques comptes, des correspondances surtout, entre Jacques II et ses fils, entre le roi, le pape et d'autres princes³⁴. Ces pièces permettent de reconstituer de manière assez précise les modalités et les différentes phases de l'implication de l'infant dans les échanges avec l'étranger. Le premier temps, de la naissance de l'infant en 1296 à 1313, est celui des apprentissages de la diplomatie. Nommé en 1299 procureur général de la Couronne, reconnu héritier aux *Cortes* de Saragosse en 1305, il est promis en 1308, par un traité avec le roi de Castille, à un mariage avec la fille de ce dernier, Éléonore, quand l'un et l'autre seront devenus majeurs. L'infant Jacques est alors l'objet de négociations successives, associé à des rencontres familiales, peu à peu tenu informé des événements importants par le roi et ses officiers. Tous les témoignages retrouvés attestent de sa progression satisfaisante dans l'appropriation des bonnes manières, diplomatiques et autres. Dans un deuxième temps, de 1314 à 1318, l'infant diversifie et élargit son domaine d'action, sous étroit contrôle royal. L'examen systématique des correspondances de l'infant révèle une importante implication dans les échanges diplomatiques: des correspondants très variés, la prise en charge, sous contrôle royal, d'affaires plus importantes, en particulier en Navarre, en Castille, terrains privilégiés de l'apprentissage diplomatique, ou bien encore l'accueil d'ambassades étrangères. Sa marge de manœuvre reste alors limitée, mais il est à l'évidence bien préparé pour prendre la relève diplomatique de son père. Le troisième temps, durant lequel l'infant poursuit ses interventions "courantes" dans les affaires diplomatiques que l'on qualifierait aujourd'hui de "basse intensité", est surtout celui du renoncement au trône et de crises à la fois interne et internationale, avec de très nombreux intervenants prenant position – le pape qui tente de convaincre l'héritier d'accepter l'héritage, des

³⁴ Pour une première orientation sur la bibliographie relative à ce prince, voir les références données en note 2. La brève synthèse présentée ici se fonde sur le travail effectué en séminaire à l'EPHE au cours de l'année universitaire 2020-2021, travail qui donnera prochainement lieu à une monographie, avec les références aux nombreuses sources inédites exploitées.

médiateurs angevins, des Castillans qui protestent... – et un héritier qui ne cesse, dans ses correspondances, de manifester ses doutes, sur sa volonté de régner ou d'épouser la princesse castillane, sur son propre refus, sur son rapport avec son père. Ce doute d'ailleurs s'avère contagieux; les Castillans, informés des vellétés de l'infant, s'inquiètent à leur tour de la bonne réalisation du mariage et des effets d'une telle action sur les relations entre les deux Couronnes. Après la rupture de l'union en octobre 1319, s'ouvre un dernier temps, marqué par la multiplication des tentatives pour solder le problème créé par le *primogénit*. En témoignent l'émancipation vis-à-vis du père, le renoncement à la couronne et à ses biens, son entrée dans les ordres, les correspondances d'apaisement, l'organisation d'une réforme profonde de la succession dans la Couronne d'Aragon, désormais indivisible. Mais la résolution de la crise et des tensions apparaît délicate, parce qu'il faut régler le sort de l'infante Éléonore, s'assurer qu'il n'y aura pas de représailles pour une infante aragonaise en Castille, Marie, et, surtout, faire face à la résurgence régulière d'une "affaire Jacques d'Aragon" de "scandale[s]", de "troubles" provoqués par l'infant, même après son entrée dans les ordres. L'irrégulier "frère Jacques" – ainsi le nomme-t-on à la fin de sa vie – est ainsi un bon révélateur de la puissance du doute et de l'incertitude dans les relations entre puissances, des bouleversements de la monarchie et de l'ordre diplomatique qu'un prince héritier peut susciter lorsqu'il ne répond pas aux attentes placées sur sa personne.

Cette trajectoire est unique, comme celle de chacun des princes héritiers étudiés dans le dossier par Óscar Villarroel González, Zoé Plaza-Leroux, Léo Perret, Vannina Marchi van Cauwelaert, Diana Martins, Tiago Viúla de Faria, Diogo Faria, Malika Dekkiche et Pierre Nevejans. À l'instar de Jacques d'Aragon, Alphonse (X) de Castille, Pierre (III) d'Aragon et Édouard (I^{er}) d'Angleterre, Philippe (IV) le Bel, Pierre (III), Alphonse (IV) et Martin (I^{er}) d'Aragon, Alphonse (IV), Édouard (Duarte) (I^{er}) et Jean (II) du Portugal, les héritiers Timourides et Qara Qoyunlu au XV^e siècle, Catherine de Médicis – car il est aussi des princesses héritières – sont impliqués ou s'investissent activement dans les échanges diplomatiques, selon des modalités et avec une intensité assurément différentes. Néanmoins, au-delà de l'irréductible singularité de chaque cas, il est des questions et des enjeux communs qui peuvent guider l'analyse. Dans quelle mesure la mise en écrit progressive de règles de

succession favorables à la primogéniture, la part inégale laissée aux femmes – avec la réinvention de la loi salique en France au XIV^e siècle, des reines de plein exercice en Navarre ou en Castille –, la variété des formes du contractualisme politique influent-elles sur la diplomatie des héritiers ? Du XIII^e siècle, de la consolidation de la figure du prince héritier, au XVI^e siècle, le temps des fractures religieuses, puis du resserrement absolutiste et de l'émergence de nouvelles configurations monarchiques qui nécessiterait assurément d'autres études, la place et le rôle des princes héritiers dans la diplomatie changent-ils ? À quels moments de leur vie – majorité, mariage, nomination à de hautes charges – ces princes héritiers sont-ils engagés, s'engagent-ils dans les échanges diplomatiques ? Entre imitation et émancipation, comment leur action diplomatique s'articule-t-elle avec celles des rois, des reines, des régents ou tuteurs, de leur épouse ? Quel rôle leur est assigné dans les échanges avec l'étranger (correspondances, audiences, rencontres au sommet) ? Dans les situations de crise successorale, notamment lorsqu'ils s'opposent ou tentent de s'opposer à leur père, les princes héritiers peuvent déployer une diplomatie de rupture. Sous quelle formes ? Avec quelle efficacité ? Quelle mémoire garde-t-on de leur action, dans les chancelleries, dans les chroniques ?

L'étude des princes héritiers est, enfin et de manière plus générale, l'occasion de réfléchir aux enjeux, aux modalités et aux risques d'une "diplomatie de famille" ou d'une "famille au travail", un concept à mettre en concurrence avec le "couple de travail" (*Arbeitspaar, working couple*) des *gender studies*, et qui permet aussi de creuser l'hypothèse de traditions diplomatiques familiales, des voies de leur perpétuation et de la remise en cause parfois brutale, en raison de l'émancipation ou de la rébellion inopinée d'un prince héritier, d'une unité dynastique précaire vis-à-vis des puissances étrangères. À ce faisceau de questions et de pistes ouvertes, les huit contributions de ce dossier apportent de nombreux éléments de réponse. Les auteurs montrent que, dans les systèmes monarchiques considérés, les princes héritiers ne doivent pas seulement manifester des qualités militaires – ce que l'historiographie a bien mis en lumière – mais aussi, pour mieux s'affirmer comme des rois en devenir, s'impliquer dans la diplomatie, au risque de s'opposer à leur géniteur. Les contributions du dossier invitent de la sorte à suivre des trajectoires

princières méconnues et parfois fascinantes, révèlent des liens insoupçonnés entre dynasties et permettent de saisir, au plus près des textes, l'importance, la complexité et les limites du rôle diplomatique de princes héritiers trop longtemps restés pour les historiens dans le seul sillage, pour ne pas dire dans l'ombre de leur père.

Références bibliographiques

Sources imprimées

La Correspondance de Girolamo Zorzi. Ambassadeur vénitien en France (1485-1488). Éd. Joël Blanchard, Giovanni Ciappelli et Matthieu Scherman. Genève: Droz, 2020.

Fuero Real de Alfonso X El Sabio. Éd. Real Academia de la Historia. Madrid: Agencia Estatal Boletín Oficial del Estado, 2015 [1^{ère} éd. 1836].

Ordenacions fetes per lo molt alt senyor en Pere terç rey d'Aragó sobre lo regiment de tots los officials de la sua Cort. Éd. Prosper de Bofarull i Mascaró. (Colección de Documentos inéditos del Archivo de la Corona de Aragón, t. V). Barcelone: D. José Eusebio Monfort, 1850.

Las Siete Partidas. t. II. Madrid: Real Academia de la Historia [éd. lit.], Imprenta Real, 1807.

Études

El acceso al trono: concepción y ritualización. Actas de la XLIII Semana de Estudios Medievales. Estella. Pampelune: Gobierno de Navarra, 2017.

ADOT LERGA, Álvaro – "Infancia y adolescencia de Enrique II de Navarra. Educación y papel político del príncipe de Viana". *Zangotzarra* 13 (2009), pp. 11-65.

AURELL, Martin – "Rompre la concorde familiale: typologie, imaginaire, questionnements". In AURELL, Martin (éd.) – *La parenté déchirée: les luttes intrafamiliales au Moyen Âge*. Turnhout: Brepols, 2010, pp. 9-59.

BALLARD, Mark H. A. – "An Expedition of English Archers to Liège in 1467, and the Anglo-Burgundian Marriage Alliance". *Nottingham Medieval Studies* 34 (1990), pp. 152-174.

BARTHÉLEMY, Dominique; GUYOT-BACHY, Isabelle; LACHAUD, Frédérique; MOEGLIN, Jean-Marie (dirs.) – *Communitas regni: la communauté de royaume de la fin du X^e siècle au début du XIV^e siècle: Angleterre, Écosse, France, Empire, Scandinavie*. Paris: Sorbonne Université Presses, 2019.

BEAUCHAMP, Alexandra – "Les mentions de chancellerie de l'infant Jean d'Aragon jusqu'à son accès au trône (1361-1386). Implication du prince dans la gestion de ses

affaires et traçabilité du travail en chancellerie". In CANTEAUT, Olivier (éd.) – *Le discret langage du pouvoir: les mentions de chancellerie du Moyen Âge au XVII^e siècle*. Paris: École nationale des chartes, 2019, pp. 455-479.

BECHER, Matthias (éd.) – *Die mittelalterliche Thronfolge im europäischen Vergleich*. Ostfildern: Jan Thorbecke, 2017.

BEEB, Charles (éd.) – *The Royal minorities of medieval and Early Modern England*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

BLANCHARD, Joël – *Louis XI*. Paris: Perrin, 2015.

FAVIER, Jean – *Louis XI*. Paris: Fayard, 2001.

FORT I COGUL, Eufemià – "Una vocació monàstica obstinadament inèdita. El primogènit de Jaume II i el seu vot de professar a Santes Creus". *Studia Monàstica* III/2 (1961), pp. 357-376.

FORT I COGUL, Eufemià – *La farsa de Gandesa*. Barcelone: Dalmau, 1969.

FRANCISCO OLMOS, José María de – *La figura del heredero del trono en la Baja Edad Media hispánica*. Madrid: A.C. Castellum, 2003.

GARCÍA GALLO, Alfonso – "La sucesión del trono en la corona de Aragón". *Anuario de Historia del Derecho Español* 36 (1966), pp. 5-188.

JOUANNA, Arlette – *Le sang des princes: les ambiguïtés de la légitimité monarchique*. Paris: Gallimard, 2022.

KOSTO, Adam J. – *Hostages in the Middle Ages*. Oxford: Oxford University Press, 2012.

LACHAUD, Frédérique; PENMAN, Michael A. – "Introduction". In LACHAUD, Frédérique; PENMAN, Michael A. (éds.) – *Making and breaking the rules. Succession in medieval Europe, c. 1000-c. 1600*. Turnhout: Brepols, 2008, pp. 1-12.

MARTÍNEZ FERRANDO, Jesús Ernesto – *Jaime II. Su vida familiar*. vol. II. Barcelone: CSIC, 1948.

MIRET Y SANS, Joaquim – *El forassenyat primogènit de Jaume II*. Barcelone: Institut d'Estudis Catalans, 1957.

MOEGLIN, Jean-Marie (dir.) ; PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et "relations internationales" au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)*. Paris: Presses universitaires de France, 2017.

MORA CAÑADA, Adela – "La sucesión al trono en la Corona de Aragón". In SERRANO DAURA, Josep (coord.) – *El territori i les seves institucions històriques. Actes de les jornades d'estudi commemoratives del 650^e aniversari de la incorporació definitiva*

del marge dret del riu Ebre a Catalunya [Ascó, 28-30 novembre 1997]. vol. II. Barcelone: Fundació Noguera, 1999, pp. 547-566.

OFFERGELD, Thilo – Reges pueri. *Das Königtum Minderjähriger im frühen Mittelalter.* Hanovre: Hahnsche Buchhandlung, 2001.

LOUDART Hervé – "Introduction générale. Prince et principat durant l'Antiquité et le Moyen Âge: jalons historiographiques". In LOUDART, Hervé; PICARD, Jean-Michel; QUAGHEBEUR, Joëlle (dirs.) - *Le prince, son peuple et le bien commun de l'Antiquité tardive à la fin du Moyen Âge.* Rennes : Presses de l'Université de Rennes, 2013, pp. 7-52.

PACAUT Marcel – "Recherches sur les termes 'Princeps, principatus, prince, principauté' au Moyen Âge". In *Les Principautés au Moyen Âge. Actes des Congrès de la Société des historiens médiévistes.* Bordeaux : Société des historiens médiévistes, 1979, pp. 19-27.

PAULY, Michel (éd.) – *Johann und Elisabeth. Die Erbtöchter, der fremde Fürst und das Land. Die Ehe Johanns des Blinden und Elisabeths von Böhmen in vergleichender europäischer Perspektive/Jean et Élisabeth. L'héritière, le prince étranger et le pays. Le mariage de Jean l'Aveugle et d'Élisabeth de Bohême dans une perspective comparative européenne.* Luxembourg: Imprimerie Centrale, 2013.

PELAZ FLORES, Diana – "Hacedoras de reyes. Influencia materna y conciencia reginal sobre el príncipe heredero en la Castilla Trastámara". *De Medio Aevo* 14 (2020), pp. 29-41.

PÉNEAU, Corinne (éd.) – *Élections et pouvoirs politiques du VII^e au XVII^e siècle.* Pompignac-près-Bordeaux: Bière, 2008.

PÉQUIGNOT, Stéphane – "Les ambassadeurs dans les miroirs des princes en Occident au Moyen Âge". In ANDRETTA, Stefano; PÉQUIGNOT, Stéphane; WAQUET, Jean-Claude (éds.) - *De l'ambassadeur. Les écrits relatifs à l'ambassadeur et à l'art de négocier du Moyen Âge au début du XIX^e siècle.* Rome: École Française de Rome, 2015, pp. 33-55.

PÉQUIGNOT, Stéphane; SCHAUB, Marie-Karine – "Gender matters? Genre et histoire de la négociation". *Revue historique* 702 (2022/2), pp. 431-456.

PRZYTARSKI, Damien – "*Relations internationales" et diplomatie de Louis 1^{er} d'Anjou. Entre ambitions personnelles et intérêts français.* Paris: mémoire de master 2 soutenu à l'École pratique des hautes études, 2022.

RUIZ GÓMEZ, Francisco; PLAZA SERRANO, Gonzala – "La escritura y la ley. Los códigos de la II Partida y la elaboración del derecho político medieval en Castilla". In MONFERRER SALA, Juan Pedro, ALDÓN, Manuel Marcos (éds.) – *Grapheion: códigos, manuscritos e imágenes. Estudios filológicos e históricos.* Cordoue: Publicaciones de la Universidad de Córdoba, 2003, pp. 187-240.

SABATÉ CURULL, Flocel (éd.) – *Ruptura i legitimació dinàstica a l'edat mitjana: reunió científica. 17 Curs d'Estiu Comtat d'Urgell, celebrat a Balaguer els dies 4, 5 i 6 de julio de 2012*. Lleida: Pagès, 2015.

SCHWEDLER, Gerald – *Herrschartreffen des Spätmittelalters. Formen – Rituale – Wirkungen*. Ostfildern: Thorbecke, 2008.

SESMA MUÑOZ, José Ángel – “Parlamentarismo y sucesión al trono en la Corona de Aragón. El compromiso de Caspe”. *Hidalguía* 362 (2014), pp. 55-84.

STURCKEN, Henry Tracy – “The unconsummated marriage of Jaime of Aragon and Leonor of Castile (October 1319)”. *Journal of Medieval History* 5 (1979), pp. 185-201.

TIXIER DU MESNIL, Emmanuelle; LECUPPRE, Gilles (dirs.) – *Désordres créateurs. L'invention politique à la faveur des troubles*. Paris: Kimé, 2014.

UBL, Karl – “The Concept of princeps in Late Medieval Political Thought: A Preliminary Survey”. In HUTHWELKER Thorsten; PELTZER, Jörg; WEMHÖHNER Maximilian (éds.) – *Princely rank in late medieval Europe: trodden paths and promising avenues*. Ostfildern: Jan Thorbecke, 2011, pp. 259-280.

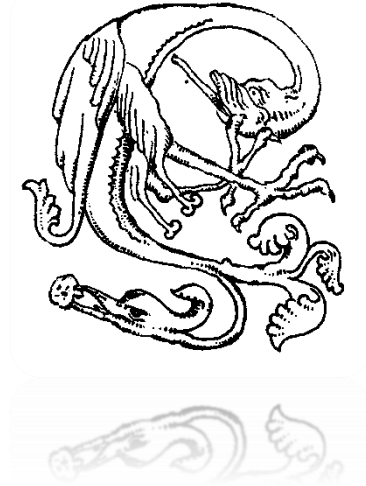
VATIN, Nicolas – *Sultan Djem: un prince ottoman dans l'Europe du XVe siècle d'après deux sources contemporaines: Vâki'ât-i Sultân Cem, Oeuvres de Guillaume Caoursin*. Ankara: Impr. de la société turque d'histoire, 1997.

WARD, Emily Joan – *Child Kingship in England, Scotland, France, and Germany, c. 1050–c. 1250*. Cambridge: University of Cambridge, 2017. Thèse de doctorat (disponible en ligne).

WOLF, Armin – “Prinzipien der Thronfolge in Europa um 1400”. In WOLF, Armin – *Verwandtschaft – Erbrecht – Königswahlen. Sieben neue und 26 aktualisierte Beiträge*. t. II. Francfort-sur-le-Main: V. Klostermann, 2013, pp. 1033-1083.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PÉQUIGNOT, Stéphane – “La diplomatie des princes héritiers (XIIIe-XVIe siècles) – une introduction”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 95-117. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º36 | Julho – Dezembro 2024

ISSN 1646-740X

***Panem nostrum quotidianum da nobis
hodie. Sobre uma escassez cerealífera
nas terras de Alcobaça (1438-1440)***

Panem nostrum quotidianum da nobis hodie.
On a Cereal Shortage in the Lands of Alcobaça (1438-1440)

Iria Gonçalves

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
Centro de Estudos Históricos
1070-312 Lisboa, Portugal

Data recepção do artigo / Received for publication: 16 de Abril de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8318>

RESUMO

Os europeus da Idade Média sempre valorizaram o pão dentro do seu sistema alimentar, sobretudo à medida que a carne, outro alimento altamente valorizado, se ia tornando mais escassa. Mas, por tradição mais que milenar, na Europa e no Mediterrâneo, o pão era o alimento por excelência, o único que os fiéis pediam a Deus nas suas orações por ser aquele cuja falta era sinónimo da fome. O cereal cultivava-se por toda a parte, sem que isso impedisse as épocas de escassez e de carestia, tanto no campo, como nas cidades. Se estas últimas tinham outros meios para responder a essas crises e estes fenómenos foram aí mais estudados, mal se conhece o modo como os homens dos campos reagem a tais adversidades. A partir de um livro com a contabilidade do mosteiro de Alcobaça dos anos de 1437-1440, analisa-se a resposta do mundo rural à crise cerealífera de 1438-1440. Mais clara no que respeita ao mosteiro, já que as reacções dos camponeses são mais difíceis de sondar, por estarem filtradas pelo olhar do senhorio. Em 1439, a redução em dois terços das receitas de cereal da abadia foi compensada pelo cultivo do milho-alvo, um cereal de primavera que podia substituir o trigo e a cevada. Mas a crise teve outros efeitos, como a espiral dos preços do cereal, o aumento das taxas de extração de farinha e a diminuição da qualidade do pão de cada dia, ou o recurso a alimentos de substituição. Dos monges aos camponeses, todos sentiram as consequências desta crise, embora em escalas e em modos muito diferentes.

Palavras-chave: Crise cerealífera; espiral de preços; Empréstimos; Cultivos; Alimentos.

ABSTRACT

The Europeans of the Middle Ages have always valued bread within their food system, especially as meat, another highly valued food, became scarcer. But by tradition, more than a thousand years old, in Europe and the Mediterranean, bread was the food par excellence, the only one that the faithful asked God for in their prayers because it was the one whose lack meant hunger. Grain was grown everywhere, but this didn't stop times of scarcity and famine, both in the countryside and in the cities. While the latter had other means of responding to these crises and these phenomena have been better studied there, we barely know how rural people reacted to such adversities. The response of the rural world to the cereal crisis of 1438-1440 is analyzed through a book containing the accounts of the monastery of Alcobaça for the years 1437-1440. This is clearer for the monastery, since the peasants' reactions are more difficult to discern, as they are filtered through the eyes of the landlord. In 1439, the reduction of two-thirds in the abbey's cereal revenues was countered by the cultivation of target maize, a spring cereal that could replace wheat and barley. But the crisis had other effects, such as spiraling grain prices, rising flour extraction rates and a decline in the quality of daily bread, or the resort to substitute foods. From monks to peasants, everyone felt the consequences of this crisis, albeit on very different scales and in very dissimilar ways.

Keywords: Grain crisis; Price spiral; Loans; Crops; Food.



I – O pão em primeiro lugar

Os europeus da Idade Média sempre valorizaram sobremaneira o pão dentro do seu sistema alimentar, valorização que ao decorrer dos séculos foi aprofundando, à medida que um outro alimento, também ele altamente valorizado – a carne – se ia tornando mais escasso¹. Escassez devida, sobretudo, à diminuição das pastagens, provocada, esta, de modo especial, pelo aumento demográfico da Plena Idade Média e consequente movimento arroteador, na procura de mais alimentos reclamados pelo acréscimo de bocas e às restrições cada vez mais numerosas ao livre exercício da caça, também ela mais rarefeita na sequência desse mesmo acréscimo de terras conquistadas para a agricultura².

Todavia, o pão tinha já, à época, não só na Europa mais em toda a bacia mediterrânica, uma tradição mais do que milenar, tradição que o guindara a um lugar de grande preponderância, desde o Próximo Oriente até estes confins da Europa em que nos situamos. Quando, há dois mil anos, na Palestina, os discípulos de Jesus Lhe pediram que os ensinasse a orar, Ele compôs um texto onde a par de algumas invocações e expressões de louvor dirigidas a Deus Pai, Lhe eram feitos diversos pedidos. Só um, porém, de carácter material – o pedido de alimento: “o pão nosso de cada dia nos dai hoje”. Isto é, o alimento por excelência era já o pão, porque

¹ Massimo Montanari, com cópia de argumentos, deixou bem demonstrado, ao longo de vários dos seus trabalhos, como, no decorrer da Idade Média, a carne se foi tornando cada vez mais rara, não só nas mesas dos pobres como também nas das famílias acomodadas: MONTANARI, Massimo – *L'alimentazione contadina nell' Alto Medioevo*. Nápoles: Liguori Editore, 1979, pp. 211-218, 425-456; MONTANARI, Massimo – “Il ruolo della caccia nell'economia e nell'alimentazione dei ceti rurali dell'Italia del Nord. Evoluzione dell' Alto al Basso Medioevo”. In *La chasse au Moyen Âge. Actes du colloque de Nice (22-24 juin 1979)*. Paris: Belles Lettres, 1980, pp. 331-345; MONTANARI, Massimo – “Valeurs, symboles, messages alimentaires durant le Haut Moyen Âge”. *Médiévales* 5 (1983), p. 58; MONTANARI, Massimo – “Mutamenti economico-sociali e trasformazione del regime alimentari dei ceti rurali”. In *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*: Turim: Einaudi, 1984, p. 152; MONTANARI, Massimo – “La società medievale di fronte alla carestia”. In *Campagne medievali*, pp. 192-194; MONTANARI, Massimo – “Gli animali e l'alimentazione umana”. In *L'uomo di fronte al mondo animale nell'Alto Medioevo. XXXI Settimani di studi del Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo*, t. I. Spoleto: Fondazione Centro Italiano di Studi sull'Alto Medioevo, 1985, p. 620.

² Veja-se, por todos, MONTANARI, Massimo – *El hambre y la abundancia. Historia y cultura de la alimentación en Europa*. Trad. de Juan Vivanco. Barcelona: Crítica, 1993, p. 106.

o pão significava todo o alimento. Isto só podia traduzir um hábito cultural já profundamente arraigado em toda a população. Depois, a difusão do Cristianismo por todo o Ocidente veio, por assim dizer, sublimar o seu consumo.

Nascida e desenvolvida esta doutrina em ambiente mediterrânico, rapidamente assumiu como símbolos alimentares e utilizou como sinais visíveis nas suas celebrações cultuais, os produtos que eram a base material e ideológica dessa civilização: o pão, o vinho, o azeite³. Basta lembrar, uma vez mais, que o pão, confeccionado com bom trigo, o cereal nobre⁴, podia transformar-se, no momento culminante da Eucaristia, ela própria designada, nos primeiros tempos do Cristianismo, por “Fracção do Pão”, no corpo de Cristo; que o vinho, naquele mesmo momento, se transformava no sangue do mesmo Cristo; que o azeite, utilizado nas unções rituais, acompanhava momentos decisivos da vida do cristão: a Unção Sacerdotal, o Baptismo, o Crisma, a Extrema Unção.

Por outro lado, não eram produtos oferecidos tal qual pela Natureza. Eram antes resultado do engenho humano actuando sobre os frutos que ela, a Natureza, criara. Eram produtos culturais e, portanto, afastados da “barbárie”. Nessa medida, tanto mais valorizados pelo povo romano, e em especial pelas suas elites.

Por tudo isto considerava-se que comer pão e beber vinho⁵ era uma clara afirmativa de promoção social.

³ MONTANARI, Massimo – *El hambre y la abundancia*, p. 26.

⁴ COMET, Georges – *Le paysan et son outil. Essai d'histoire technique des céréales (France, VIII^e-XV^e siècle)*. Roma: École française de Rome, 1992, p. 215; COMET, Georges – “Dur ou tendre? Propos sur le blé médiéval”. *Médiévales* 16-17 (1989), p. 105; KAPLAN, Steven Laurence – *Le meilleur pain du monde. Les boulangers de Paris au XVIII^e siècle*. Trad. de Pierre-Emmanuel Dauzat. Paris: Fayard, 1996, p. 55.

⁵ O azeite conheceu sorte um pouco diferente, dado que entre as camadas mais proeminentes da sociedade europeia acabou por ser preterido, por influência germânica, em favor da manteiga ou antes do que, ao tempo, se aplicava esse nome, mas não passava ainda de uma rudimentar conserva de leite azedo. Vejam-se: FEBVRE, Lucien – “Folklore et folkloristes. Problèmes et bilans”. In *Pour une histoire à part entière*. Paris: S.E.V.P.E.N, 1962, reimp. de 1982, p. 616; HÉMARDINQUIER, Jean-Jacques – “Les graisses de cuisine en France: essais de cartes”. In *Pour une histoire de l'alimentation. Cahier des Annales* 28 (1970), p. 259; MONTANARI, Massimo – *L'alimentazione contadina nell' Alto Medioevo*, p. 394; MONTANARI, Massimo “Tra lardo e olio: i grassi nell' alimentazione contadina e signorile dell' Alto Medioevo”. In BRUGNOLI, Andrea; VARANINI, Gian Maria (coord.) – *Olivi e olio nel Medioevo italiano*. Bolonha: CLUEB, 2005, p. 374.

Assim, e sobretudo na Baixa Idade Média, o pão era componente indispensável de qualquer cardápio, consideração transversal a todos os estratos sociais. Isto é, a falta de pão, mesmo que outros alimentos se encontrassem disponíveis, representava pouco menos que a fome⁶.

Tendo-se assim firmado o pão como alimento imprescindível para o sustento de todos, mas sobretudo para os menos abonados, que eram a enorme maioria da população, os camponeses afadigavam-se na produção de cereais, semeando-os por toda a parte onde qualquer nesga de terra os pudesse receber, com uma perseverança e uma insistência que as fontes da época documentam à saciedade. Nem importava que a terra fosse, ou não, adequada ao seu cultivo.

No entanto, a obtenção de cereais não era tarefa simples nem fácil na Idade Média e factores adversos contribuía para que a produção cerealífera fosse, muitas vezes, deficitária: o rendimento da semente era, em regra, muito baixo – uma produtividade de quatro, cinco sementes era considerada satisfatória⁷ – porque não só a qualidade dos solos nem sempre era a melhor, como já ficou dito – e na zona mediterrânica poucas vezes o era – como a fraca potência dos instrumentos de cultivo, a pouca ou nenhuma aportação de fertilizante, a deficiente força de trabalho, humana como animal, para isso contribuía; depois as deficientes condições de armazenamento que podiam provocar perdas consideráveis pelo apodrecimento

⁶ Conhecem-se alguns episódios e quase sempre protagonizados por figuras cimeiras da sociedade, que documentam isso mesmo. Veja-se, por exemplo, o que dizem CATARINO, Maria Manuela – “A carne e o peixe nos recursos alimentares das populações do Baixo Tejo”. In ALARCÃO, Miguel; KRUS, Luís; MIRANDA, Maria Adelaide (coord.) – *Animalia. Presença e representações*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, p. 49, onde o protagonista é nada menos que Nuno Álvares Pereira, ou MONTANARI, Massimo – “La cerealicoltura nell’Italia del Sud: vocazione produttive e culturali”. In *Uomini, terre, boschi nell’ Occidente medievale*. Catânia: CUECM, 1992, p. 156, com personagem de estatura semelhante.

⁷ É este um assunto que tem interessado muitos investigadores. Podem ver-se, entre outros: DUBY, Georges – “Le grand domaine à la fin du Moyen Âge en France”. In *Hommes et structures au Moyen Âge*. Paris – La Haye: Mouton, 1973, p. 134; SLICHER VAN BATH, B. H. – *Historia agraria de Europa Occidental (500-1850)*. Trad. de F. M. Lorda Alaiz, 2ª ed. Barcelona: Península, 1978, p. 259; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3ª ed. Lisboa: Ed. Cosmos, 1978, pp. 48-49; COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de história rural)*. Vol. I. Coimbra: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983, pp. 142-143; MONTANARI, Massimo – “Rese cerealicole e rapporti di produzione”. In *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*. Turim: Einaudi, 1984, pp. 55-85; COMET, Georges – *Le paysan et son outil*, pp. 313-315; PINTO, Giuliano – “Economia e società di un castello maremmano: Scarlino fra Quattro e Cinquecento”. In *Toscana medievale. Paesaggi e realtà sociali*. Florença: Casa Editrice le Lettere, 1993, p. 201.

dos cereais, pela propagação de diversas doenças, pelas razias que ratos e insectos podiam provocar, ajudavam a agudizar os problemas⁸; depois, ainda, os flagelos da Natureza, perante os quais a Idade Média se encontrava perfeitamente indefesa vinham, por vezes, destruir em poucas horas o resultado de todo o esforço que tão laboriosamente o agricultor depositara nas suas glebas durante meses de trabalho⁹. Quando não eram também aqueles atropelos que os homens provocavam¹⁰.

Todos estes factores e outros ainda actuavam um pouco por toda a parte no espaço geográfico em que nos inserimos – a Europa Mediterrânica –, onde poucos são os campos propícios ao cultivo dos cereais. Fernand Braudel afirma mesmo que “le blé et le pain ce sont les tourments sempiternels de la Méditerranée, les personnages décisifs de son histoire”¹¹. Esta região é uma terra de solos pobres, seca, com uma pluviosidade que nos anos normais apenas coincide com o nível hídrico mínimo do trigo¹², mas que sofre muitas e acentuadas quebras, sendo a chuva, ao mesmo tempo, mal repartida ao longo do ano, mais abundante durante a época fria, altura em que a vegetação pára, a cumprir o seu descanso invernal. Não pode ser uma terra propícia ao desenvolvimento da maior parte das plantas¹³. Só se exceptuam aquelas que crescem com raízes bastante profundas, capazes de poderem procurar a

⁸ Estes assuntos já prenderam a atenção de diversos investigadores como MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 111-112, 118-119; WOLFF, Philippe – *Automne du Moyen Âge ou Printemps des Temps Modernes? L'économie européenne au XIV^e et XV^e siècles*. Paris: Flammarion, 1986, p. 16; MENJOT, Denis – *Murcie castillane. Une ville au temps de la frontière (1243-milieu du XV^e s.)*. Vol. I. Madrid: Casa de Velázquez, 2002, p. 556; MONTEANO, Peio J. – *Los Navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad. Siglos XV y XVI*. Pamplona: Univ Públc Navarra/Nafarroako Unib Publik, 1999, p. 101 GONÇALVES, Iria – “A propósito do pão da cidade na Baixa Idade Média portuguesa”. In SILVA, Carlos Guardado da (coord.) – *Turres Veteras IX. História da Alimentação*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras – Universidade de Lisboa – Ed. Colibri, 2007, p. 53 e muitos outros.

⁹ Sobre os flagelos naturais que assolaram a Idade Média e sobretudo nos seus séculos finais pode ver-se uma boa síntese em BERLIOZ, Jacques – “Flagelos”, trad. de Vivian Coutinho de Almeida. In LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) – *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Trad. coord. por Hilário Franco Júnior, vol. I. Bauru - S. Paulo: EDUSC – Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 458-463.

¹⁰ Estes foram sobretudo as guerras que, nomeadamente na sua vertente de guerrilha – a “guerra guerreada”, na expressão da época –, se aplicava de forma sistemática a destruir as bases de subsistência do inimigo.

¹¹ BRAUDEL, Fernand – “La terre”. In BRAUDEL, Fernand (dir.) – *La Méditerranée: l'espace et la terre*. [Paris]: Flammarion, 1985, p. 41.

¹² RIERA I MELIS, Antoni – “Els pròdroms de les crisis agràries de la Baixa Edat Mitjana a la Corona d'Aragó. 1250-1300”. In *Miscel·lània en homenatge al P. Agustí Altisent*. Tarragona: Diputació de Tarragona, 1991, p. 36.

¹³ Fernand BRAUDEL (“La terre”, cit., p. 26) diz-nos mesmo que o clima mediterrânico é estranho e hostil à vida das plantas e que nele “l'équilibre se fait en definitive régulièrement contre l'homme” (*ib.*, p. 40).

humidade de que necessitam bem longe, no subsolo¹⁴, caso que não é, de forma alguma, o dos cereais. Pelo contrário, quando as plantas retomam a sua actividade vegetativa, com o regresso do calor, que se instala e tantas vezes aperta em desmesura, não é raro a colheita perder-se ou resultar drasticamente diminuída. Restava, para algumas culturas, o recurso à rega, mas esta estava muito longe de chegar à seara.

Todavia, como tão incisivamente deixou registado Georges Duby, os hábitos alimentares, uma vez estabelecidos e assumidos por uma qualquer sociedade, impõem-se de forma tirânica, obrigando por vezes a grandes sacrifícios para a obtenção dos produtos desejados¹⁵.

Assim sendo, nesta nossa região mediterrânica, os camponeses, que formavam a imensa maioria da população¹⁶, trabalhavam afincadamente para extrair das suas glebas uma produção cerealífera quase sempre insuficiente para alimentar todas as bocas¹⁷ e que quaisquer perturbações climáticas, as quais, em regra e de acordo com o que acima ficou dito eram representadas por uma seca mais prolongada ou severa, podiam tornar catastrófica¹⁸.

¹⁴ Como é o caso, entre todos significativo, da oliveira, a que se podem juntar a videira e algumas árvores de fruto.

¹⁵ DUBY, Georges – *Guerriers et paysans: VII^e-XII^e siècle. Premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard, 1973, p. 26. É assim que este autor se exprime: "... il ne faut pas croire qu'une société humaine se nourrisse de ce que la terre où elle est implantée serait la plus apte à produire, elle est prisonnière d'habitudes que se transmettent de génération en génération et qui se laissent difficilement modifier; elle s'acharne donc à vaincre les resistences du sol et du climat pour se procurer à toutes forces les aliments que lui imposent de consommer ses coutumes e ses rites". Dizeres incisivos e bem certos.

¹⁶ Entre 80 a 90% da população medieval era constituída por camponeses, de acordo com os cálculos de Fernand BRAUDEL ("La terre", cit., p. 40), com o que concordam vários outros investigadores.

¹⁷ É ainda Fernand Braudel quem reconhece que as difíceis condições destes solos e deste clima colocam grandes entraves à agricultura e agem sobre o povo mediterrânico "en le condanant sans fin à la sobriété" (*ib.*).

¹⁸ Sobre algumas destas dificuldades que se fizeram sentir durante a Idade Média, produzindo acentuadas quebras de produção cerealífera e consequentes carestias e mesmo fomes, existe uma numerosa bibliografia. Para Portugal podem ver-se os trabalhos de MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 35, 37; MATTOSO, José – "1096-1325". In MATTOSO, José (coord.) – *História de Portugal*. Vol. I – *A monarquia feudal (1096-1480)*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, p. 102; FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. Dissertação de Mestrado, pp. 85, 90, 97-98, 100, 102. Para outras partes da Europa poderei citar, como exemplo: LE ROY LADURIE, Emmanuel – *Histoire du climat depuis l'an mil*. Paris: Flammarion, 1967, p. 285; RUBIO VELA, Agustín – "Crisis agrarias y carestías en las primeras décadas del siglo XIV: el caso de Valencia". *Saitabi* 37 (1987), p. 144; RIERA I MELIS, Antoni – "Los sistemas

Ora, as gentes medievais não tinham forma de se opor ou contornar as condições naturais adversas, a não ser apelando para Deus a pedir a Sua intercessão, a implorar o milagre. Que nestas circunstâncias, no Mediterrâneo, era quase sempre o milagre da chuva. As preces, as rogativas, as procissões sucediam-se por toda a parte em alturas de aflição¹⁹, possivelmente com resultados diferentes de uns casos para os outros, de uns locais para os outros.

Durante estes transtornos de produção, sobretudo se sucediam em anos consecutivos, a fome instalava-se em áreas mais ou menos dilatadas, com maior ou menor intensidade, de acordo com a extensão e a violência dos fenómenos que a haviam causado.

alimentarios de los estamentos populares en el Mediterráneo noroccidental durante la Baja Edad Media”. In LÓPEZ OJEDA, Esther (coord.) – *Comer, beber, vivir: consumo y niveles de vida en la Edad Media hispánica. XXI semana de estudios medievales. Nájera del 2 al 6 de Agosto de 2010*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2011, p. 61; RIERA I MELIS, Antoni – “El mercat de cereals a la Corona catalanoaragonesa. La gestió de les crisis alimentaries al segle XIII”. In RIERA I MELIS, Antoni (coord.) – *Crisis frumentàries, iniciatives privades i polítiques públiques de proveïment a les ciutats catalanes durant la Baixa Edat Mitjana*. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, 2013, p. 53.

¹⁹ Estas preces implorando chuva na região em que nos inserimos encontram-se documentadas um pouco por todo o lado e já numerosos investigadores delas nos deram conta. Podem ver-se alguns deles: LARENAUDIE, Marie-Josephine – “Les famines en Languedoc aux XIV^e et XV^e siècles”. *Annales du Midi*, t. 64, fasc. 1 (1952), pp. 30-31; MUTJÉ VIVES, Josefina – *La ciudad de Barcelona durante el reinado de Alfonso el Benigno (1327-1336)*. Madrid – Barcelona: CSIC, 1987, p. 43; MUTJÉ VIVES, Josefina – “L’abastament de blat a la ciutat de Barcelona en temps d’Alfons el Benigne (1327-1336)”. In *Política, urbanismo y vida ciudadana en la Barcelona del siglo XIV*. Barcelona: CSIC, 2004, p. 218; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, p. 267; GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*. Porto: Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1987. p. 105; AGUADÉ NIETO, Santiago – “En los orígenes de una conyuntura depresiva. La crisis agraria de 1255-1266 en la Corona de Castilla”. In *De la sociedad arcaica a la sociedad campesina en la Asturias medieval*. Madrid: Universidad de Alcalá de Henares, 1988, p. 343; BOIS, Guy – “Sur les crises économiques médiévales”. *Acta historica et archeologica medievalia* 16-17 (1995-1996), p. 64; CRUSELLES, Enrique; CRUSELLES, José M.³; NARBONA, Rafael – “El sistema de abastecimiento frumentario de la ciudad de Valencia en el siglo XV: entre la subvención pública y el negocio privado”. In *La Mediterrània, àrea de convergència de sistemes alimentaris (segles V-XVIII). XIV Jornades d’estudis historics locals, Palma del 29 de novembre al 2 de desembre de 1995*. [Palma de Maiorca]: Institut d’Estudis Baleàrics, 1996, p. 306; FERNÁNDEZ-CUADRENCH, Jordi – “Les processons extraordinàries a la Barcelona baixmedieval (1339-1498). Assaig tipològic”. *Acta historica et archeologica medievalia* 26 (2005) - *Homenatge a la profesora Dr.^a Carme Batlle Gallart*, pp. 405-410; GIRALT RAVENTÒS, Emilio – “En torno al precio del trigo en Barcelona durante el siglo XVI”. *Hispania*, t. XVIII, n.º 70 (1958), p. 54; RUBIO VELA, Agustín – “Crisis agrarias y carestías”, p. 138. E podia continuar a lista de títulos, o que prova, penso, a generalidade do fenómeno.

Foram numerosos os períodos de escassez ou mesmo de crise cerealífera aguda que a Europa conheceu²⁰ e assim, naturalmente, também Portugal²¹.

É certo que os maiores problemas que afectavam a Europa meridional – a seca, como já referi e por vezes também o calor excessivo e extemporâneo – não eram os mesmos que afectavam as regiões setentrionais, onde aquelas condições até podiam ser favoráveis, mas onde se temiam as chuvas excessivas²² e os longos e rigorosos Invernos²³ que, por sua vez, atenuados como sempre o eram pelo clima meridional, podiam, aqui, ser benéficos. Deste modo, era raro que as condições meteorológicas fossem adversas ao mesmo tempo em toda a Europa, pelo que as regiões de produção normal e sobretudo excedentária podiam sempre encaminhar alguns cereais para aquelas onde a colheita fora deficitária. Só que os transportes não correspondiam àquilo que seria necessário em termos de agilidade e eficácia e resultavam demasiado caros para a maioria da população²⁴. Além de que, e apesar

²⁰ Foi desde há muito que os investigadores se interessaram em clarear estes períodos de escassez cerealífera que tantas marcas insofismáveis deixaram na documentação e procurar as suas causas e efeitos. Para uma cronologia mais ou menos completa desses sucessos é ainda útil o clássico estudo de ABEL, Wilhelm – *Crises agraires en Europe (XIII^e-XX^e siècles)*. Paris: Flammarion, 1973, *passim*.

²¹ Também em Portugal o assunto suscitou interesse desde há bastante tempo: DUARTE, Maria Teresa Lopes – *Para a história dos factores de crise no Portugal medieval: 1348-1438*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1974. Dissertação de Licenciatura, pp. 55-78; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 36-45, 257-282; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV de *Nova História de Portugal*. Dirig. por A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Ed. Presença, 1987, p. 30; MATTOSO, José – “1096-1325”, p. 102; FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal*, pp. 82 e seg.

²² Em algumas terras altas e vales húmidos do Sul europeu também o excesso de chuva podia ser prejudicial. Vejam-se, por exemplo: PERROY, Édouard – “À l’origine d’une économie contractée: les crises du XIV^e siècle”. In *Études d’histoire médiévale*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1979, p. 399; BERTHE, Maurice – *Famines et épidémies dans les campagnes navarraises à la fin du Moyen Âge*. Vol. 1. Paris: S.F.I.E.D, 1984, p. 30 e seg. Mas também no nosso país podiam acontecer chuvas excessivas, muito prolongadas e extemporâneas, capazes de destruir as culturas, como no-lo diz a *Crónica de Portugal de 1419*. Ed. crítica de Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998, pp. 100, 103-104.

²³ Podem ver-se: LE ROY LADURIE, Emmanuel – *Histoire du climat depuis l’an mil*, p. 285; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, p. 35; WOLFF, Philippe – *Automne ou Moyen Âge au Printemps des Temps Modernes?*, p. 15; WOLFF, Philippe – “L’approvisionnement des villes françaises au Moyen Âge”. In HIGOUNET, Charles (dir.) – *L’approvisionnement des villes de l’Europe occidentale au Moyen Âge et aux temps modernes*. Centre Culturel de l’Abbaye de Flaran, Cinquièmes journées internationales d’histoire, 16-18 Septembre 1983. Auch: Presses universitaires du Midi, 1985, p. 20, nota 55.

²⁴ Em trabalho anterior pude verificar que mesmo em uma pequena viagem por mar – mais rápida e menos onerosa do que por terra – entre o Porto e Lisboa, só oito dias após a partida de um navio com uma carga de cereais daquela primeira cidade se previa a descarga em Lisboa e o custo do transporte equivalia a um quarto do valor da mercadoria (GONÇALVES, Iria – “A propósito do pão da cidade na Baixa Idade Média”, p. 53, nota 22). Veja-se também HEERS, Jacques – *L’Occident aux XIV^e et XV^e siècles. Aspects économiques et sociaux*. 2.^a ed. Paris: Presses universitaires de France, 1966, p. 394.

de tudo, as disponibilidades resultavam sempre diminuídas e não chegavam para todos.

É certo que a Baixa Idade Média conheceu alguns progressos a nível tecnológico, sobretudo no respeitante à navegação e também a nível das técnicas comerciais, como sejam a aprendizagem da gestão do risco e do cálculo das margens de lucro²⁵, o que permitiu a circulação de mercadorias em espaços geográficos cada vez mais alargados e um mais rápido colmatar de lacunas onde quer que as houvesse. Mas tal progresso estava longe de ser suficiente e, além disso, os produtos chegavam muito mais caros ao local de consumo e tanto mais quanto de mais longe proviessem.

Claro que nestas conjunturas a cidade e o campo reagiam de forma diferente e sofriam também, diferentemente, as consequências destas penúrias. Como seria de esperar.

A cidade reagia com rapidez a qualquer indicio de carência cerealífera e bastava um simples rumor²⁶ de carestia para que todo o sistema de abastecimento frumentário se descontrolasse e entrasse em alerta e para que todos os mecanismos geralmente

²⁵ Como diz RIERA I MELIS, Antoni – ““Lo pus greu càrrech e perill que jurats d’aquesta ciutat han és tenir aquella sens fretura de blats”. El aprovisionamiento urbano de cereales en las ciudades de la Corona de Aragón durante la Baja Edad Media”. In SESMA MUÑOZ, Ángel (dir.) – *La Corona de Aragón en el centro de su historia. 1208-1458. Aspectos económicos y sociales. Zaragoza y Calatayud, 24 al 26 de noviembre de 2009*. Saragoça: Universidad de Zaragoza, 2010, p. 255; RIERA I MELIS, Antoni – “Tener siempre bien aprovisionada la población”. Los cereales y el pan en las ciudades catalanas durante la Baja Edad Media”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (ed.) – *Alimentar la ciudad en la Edad Media. Nájera. Encuentros internacionales del Medievo 2008. Del 22 al 25 de julio de 2008*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2009, p. 35.

²⁶ Por vezes nem era necessário que o cereal chegasse a faltar. Bastava o rumor a desencadear o medo. Sobre este assunto, embora para uma época um pouco posterior àquela aqui tratada, o que de modo algum invalida a comparação porque as circunstâncias são as mesmas, é significativo o que ficou dito em GONÇALVES, Iria – “Um problema a resolver: a vereação das Velas e os consumos essenciais”, *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e do Pico de 10 a 13 de Maio de 1993*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 175-188. Nas Velas, uma vila da ilha de S. Jorge, as autoridades municipais ficaram em alerta perante a suspeita de que o trigo ia faltar e acionaram os mecanismos necessários à superação de uma penúria que, ao fim e ao cabo, nem chegou a acontecer e que resultou na acumulação de uma quantidade excedentária de cereal que se tornou urgente distribuir pela população para que de todo se não perdesse. E tratava-se, aqui, de uma pequena vila açoriana; numa cidade grande ou média tudo alcançaria proporções bem maiores. E tanto o susto infundado como a distribuição forçada pelas casas dos vizinhos do cereal que ficara sem colocação não foi, de todo, uma originalidade da pequena vila açoriana, mas antes expediente comum às urbes medievais em semelhantes circunstâncias.

postos em acção nestas circunstâncias²⁷ fossem activados, com um enorme rol de consequências. Politicamente organizada, com órgãos directivos a quem não convinha permitir situações capazes de perturbarem seriamente a ordem pública, com instituições religiosas em regra dispostas a ajudar nas maiores carências, a cidade estava mais protegida²⁸.

Já são conhecidos diversos destes casos urbanos no seu desenrolar²⁹. É sobretudo a cidade que produz documentação. É ela, portanto, que os tempos pretéritos nos mostram com alguma clareza. No campo, tudo ou quase tudo se encontra envolto em maior silêncio. Não é o campo que fala e quando o faz é na perspectiva do senhor.

É certo que os camponeses, os produtores de alimentos, se encontravam, ao menos teoricamente – e isso tem sido defendido por alguns autores – em situação menos desesperada do que os cidadãos pobres ou mesmo remediados. E assim era, ao menos nos anos de colheita normal, e mesmo com produção deficitária podiam adiar um pouco os efeitos mais perniciosos de falta de alimentos, lançando mão de produtos outros e, inclusive, de uma ancestral actividade recolectora que, de todo,

²⁷ Para Portugal foram examinados alguns desses mecanismos em GONÇALVES, Iria – “A propósito do pão da cidade na Baixa Idade Média”, pp. 57-61.

²⁸ Por isso, em momentos de aflição, os camponeses acudiam à cidade na ânsia de encontrar algum remédio. Vários autores se referiram ao assunto como MARTÍNEZ CAMAÑO, Francisco – “Crisis de subsistencias y estructuras de poder: el ejemplo de Barcelona en los años 1339-1341”. In *La Mediterrània, àrea de convergència de sistemes alimentaris (segles V-XVIII). XIV Jornades d'estudis historics locals, Palma del 29 de novembre al 2 de desembre de 1995*. [Palma de Maiorca]: Institut d'Estudis Baleàrics, 1996, p. 251; RIERA I MELIS, Antoni – “*Panem nostrum quotidianum da nobis hodie*. Los sistemas alimenticios de los estamentos populares en el Mediterráneo noroccidental en la Baja Edad Media”. In IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (coord.) – *La vida cotidiana en la Edad Media. VIII semana de estudios medievales. Nájera, del 4 al 8 de Agosto de 1997*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 1998, p. 35; RIERA I MELIS, Antoni – ““Lo pus greu càrrech e perill””, p. 256; RIERA I MELIS, Antoni – ““Tener siempre bien aprovisionada la población””, p. 29; MONTANARI, Massimo – *El hambre y la abundancia*, pp. 74-75.

²⁹ São trabalhos como os de BENITO I MONCLÚS, Pere – “Fams i caresties a la Mediterrània occidental durant la Baixa Edat Mitjana. El debat sobre “Les crisis de la crisi”. *Recerques: història, economia, cultura* 49 (2004), pp. 179-194; BENITO I MONCLÚS, Pere – “Carestía y hambruna en las ciudades de Occidente durante da Edad Media. Algunos rasgos distintivos”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (ed.) – *Alimentar la ciudad en la Edad Media. Nájera, Encuentros internacionales del Medievo 2008, del 22 al 25 de julio de 2008*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2009, pp. 299-313; MARTÍNEZ CAMAÑO, Francisco – “Crisis de subsistencias y estructuras de poder”, pp. 251-262; RIERA I MELIS, Antoni – “El mercat de cereals a la Corona catalanoaragonesa”, pp. 47-115; RIERA I MELIS, Antoni – ““Lo pus greu càrrech e perill””, pp. 233-277; RIERA I MELIS, Antoni – “Els pròdroms de les crisis agràries de la Baixa Edat Mitjana”, pp. 35-72; RUBIO VELA, Agustín – “Crisis agrarias y carestías”, pp. 131-147.

não terminara ainda³⁰. Mas isso não passava de um paliativo que apenas atrasava um pouco a chegada do inevitável. De resto encontravam-se desprotegidos, podendo apenas contar consigo próprios e com alguma ajuda da vizinhança, que em situação de penúria generalizada se encontrava em condição semelhante, mais carecendo de auxílio do que podendo prestá-lo. É certo que um ou outro mosteiro rico, sediado nas proximidades, podia mitigar um pouco os efeitos da catástrofe. Como o de Alcobaça, por exemplo. Mas esse auxílio não podia chegar a todos e era sempre insuficiente. Por isso, em situações catastróficas ou tendendo para tal, muitos camponeses demandavam a cidade, na perspectiva de algum auxílio. Só, porém, quando toda a esperança de poder sobreviver nas suas terras, e apoiados pelas estruturas agrárias que conheciam, se tinha já de todo desvanecido. Aliás, não lhes restando recursos, num ambiente que não era o seu e onde, portanto, teriam dificuldade em se movimentar, facilmente caíam na marginalização social. O que deve ter acontecido não poucas vezes³¹.

II – A penúria de 1438-1440

Se, como atrás ficou lembrado, era raro que as carências alimentares se verificassem ao mesmo tempo em toda a Europa, algumas houve que, efectivamente, alastraram por todo o seu espaço. Nestes casos, revestiam-se de uma enorme virulência, pela

³⁰ Nesta vertente, as matas, que haviam sempre desempenhado um papel muito importante na dádiva espontânea de uma gama muito variada de produtos continuavam ainda, de certo modo e embora de forma muito mitigada, a desempenhar essas funções. Para falar apenas de alimentos de origem vegetal, porque é destes que, de momento, se trata, continuavam ainda disponíveis nas matas, para quem os quisesse apanhar, muitos fungos de variedades diversas e sobretudo frutos secos com destaque para as castanhas, muitas das quais, embora produzidas por árvores em estado bravio, não deixavam de ser apreciadas, nomeadamente em períodos de dificuldades. Mas também as bolotas, as nozes, as avelãs, que também se podiam encontrar pelas matas. Podem ver-se, sobre este ponto: CHERUBINI, Giovanni – “La “civiltà” del castagno alla fine del Medioevo”. In *L’Italia rurale del basso Medioevo*. Roma – Bari: Biblioteca di Cultura Moderna Laterza, 1984, pp. 147-171; STOUFF, Louis – *Arlés à la fin du Moyen Âge*. Vol. II. Lille: Université de Provence, 1986, p. 473; IZQUIERDO BENITO, Ricardo – “El aprovechamiento del medio natural en el reino de Toledo durante los siglos bajomedievales”. In CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) – *El medio natural en la España medieval. Actas del I Congreso sobre ecohistoria e historia medieval*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2001, p. 171; FRÍAS ZURITA, Victor – “El medio natural en una sociedad señorializada: composición, explotación y apropiación del inculco en la Catalunya del Noreste (siglos X-XIII)”. In CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) – *El medio natural en la España medieval*, p. 282; RÍOS RODRÍGUEZ, María Luz – “Soutos bravos y soutos mansos: el castaño en Galicia (siglos XII-XIV)”. In CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) – *El medio natural en la España medieval*, pp. 475-488; GONÇALVES, Iria – “Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 321-350.

³¹ Veja-se, a este respeito GEREMEK, Bronislaw – *A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa*. Trad. de Maria da Assunção Santos. Lisboa: Terramar, 1995, p. 75.

impossibilidade, ou quase, da obtenção de um auxílio minimamente eficaz. Pelo menos para as famílias pobres ou nessa conjuntura caídas em pobreza³².

Assim foi aquela que assolou a Europa em 1438-1440, mas que se iniciou nas regiões setentrionais um ano antes³³ e que apenas se atenuou com a colheita deste último ano de 1440, retomando a normalidade durante os dois anos seguintes.

Naturalmente, também em Portugal essa carência se fez sentir com grande intensidade de Norte a Sul do País e sobejam-nos disso bastantes provas, embora, na sua maioria, de proveniência urbana, como de habitual.

As queixas partiam de muitos lados, mas, e era assim sempre, de Lisboa em primeiro lugar, porque, como a maior cidade do País, mais bocas tinha para alimentar; porque, como a mais rica e cosmopolita, maiores exigências os seus moradores colocavam na procura de todos os bens.

³² Diversos investigadores estudaram já este assunto, verificando o empobrecimento de largas camadas da população campesina, muitas vezes já muito próximas do limiar mínimo de subsistência mesmo em épocas de produção normal. Vejam-se, entre outros: GRAUS, František – “Au Bas Moyen Âge: pauvres des villes et pauvres des campagnes”. *Annales, E. S. C.*, 16.º ano, n.º 6 (Nov. Dez. 1961), pp. 1059-1060; MOLLAT, Michel – *Les pauvres au Moyen Âge. Etude sociale*. [Paris]: Hachette, 1978, pp. 87-90; RIERA I MELIS, Antoni – “Pobreza y alimentación en el Mediterráneo noroccidental en la Baja Edad Media”. In *La Mediterrània, àrea de convergència de sistemes alimentaris (segles V-XVIII), XIV Jornades d'estudis historics locals, Palma del 29 de novembre al 2 de desembre de 1995*. [Palma de Maiorca]: Institut d'Estudis Baleàrics, 1996, p. 50; RIERA I MELIS, Antoni – ““Lo pus greu càrrech e perill””, p. 236; MONTEANO, Peio J. – *Los Navarros ante el hambre*, p. 145.

³³ SIVÉRY, Gérard – “L'évolution du prix du blé à Valenciennes au XIV^e et XV^e siècles”. *Revue du Nord* 47 (1965), p. 186; SIVÉRY, Gérard – “Les profits de l'éleveur et du cultivateur dans le Hainaut à la fin du Moyen Âge”. *Annales, E. S. C.*, 31.º ano, n.º 3 (Maio-Jun. 1976), pp. 616-617; SIVÉRY, Gérard – *Structures agraires et vie rurale dans le Hainaut à la fin du Moyen Âge*, vol. II. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 1980, p. 542; CARPENTIER, Élisabeth – “Autour de la Peste Noir: famines et épidémies dans l'histoire du XIV^e siècle”. *Annales, E. S. C.*, 17.º ano, n.º 6 (Nov.-Dez. 1962), p. 1076; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 268-272; BOIS, Guy – *Crise du féodalisme. Économie rurale et démographie en Normandie orientale du 14^e siècle au milieu du 16^e siècle*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 1976, p. 303; BOIS, Guy – “Sur les crises économiques médiévales”, p. 69; IRSIGLER, Franz – “L'approvisionnement des villes de l'Allemagne occidentale jusqu'au XVI^e siècle”. In HIGOUNET, Charles (dir.) – *L'approvisionnement des villes de l'Europe occidentale au Moyen Âge et aux temps modernes. Centre Culturel de l'Abbaye de Flaran, Cinquièmes journées internationales d'histoire, 16-18 Septembre 1983*. Auch: Presses universitaires du Midi, 1985, p. 121. Léopold GÉNICOT, Marie Sylvie BOUCHAT-DUPONT e Béatrice DELVAUX (*La crise agricole du Bas Moyen Âge dans le Namurois*. Lovaina: Presses universitaires de Louvain, 1970, p. 12) mostram mesmo que na região objecto do seu estudo houve fomes durante toda a década de 30 do século XV.

Segundo o seu dizer, já 1438 “fora muy minguado de pam e todos outros mantimentos”³⁴ mas, no ano seguinte, os lamentos intensificaram-se. A cidade “ora ha mingoa e falimento de pam e outros mantijmentos”³⁵ e continuavam as queixas acerca do grande “falimento e neçesidade que ora em esta cidade ha”³⁶; “da mingoa que ora ha em ella [Lisboa] asy de legumes como dos outros mantimentos”³⁷; de como era “minguada de pam e doutros mantimentos”³⁸.

Mas também do Porto saíam queixumes “por a grande mjngoia de delle [pão] ham”³⁹; de Évora, e tanto que o rei permite à cidade que aos castelhanos que aí fossem vender cereal se pudesse pagar em ouro que levariam consigo; que, inclusivamente, pudessem comprar ouro com o dinheiro resultante da venda desse cereal e, mais ainda, que os portugueses pudessem ir a Castela comprar pão pagando-o, lá, com ouro⁴⁰; de Faro, onde vendiam “dante mão algũa fruyta pera ssoportarem ssuas vidas [...] por aazo da grande carestia de pam em que fomos postos asy como ainda somos”⁴¹. E mais tarde, em 1443, o rei lembrava o “grande trabalho em que nossos Regnos foram postos os anos pasados por a mjnga de pam que em elles auja”⁴².

Foram, pois, accionados na altura, todos os mecanismos considerados eficazes para fazer face ao problema. E nestas conjunturas o rei e os concelhos davam-se as mãos no sentido de, cada qual dentro da sua esfera de acção, conseguir a vinda do máximo possível de alimento. Todos temiam as perturbações causadas pela fome.

Alguns desses mecanismos só o rei podia manejá-los e, por iniciativa própria ou a pedido dos povos, ia-os pondo em funcionamento. Um dos mais importantes era sem

³⁴ *Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua história*. Publ. e pref. por João Martins da Silva Marques. Supl. ao vol. I (1057-1460). Lisboa: Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944, pp. 127-128.

³⁵ A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 33v.

³⁶ *Ib.*.

³⁷ *Ib.*, *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*. Vol. II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1958, p. 267.

³⁸ *Descobrimientos portugueses*, supl. ao vol. I, pp. 508-509.

³⁹ *Ib.*.

⁴⁰ *Documentos históricos da cidade de Évora*. Ed. por Gabriel Pereira, [2.^a ed.]. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1998, pp. 56-57.

⁴¹ *Documentos das Chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*. Ed. por Pedro de Azevedo. T. I (1415-1450), Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 519.

⁴² “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*. Nota prévia de J. A. Pinto Ferreira. Porto: Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, 1980, p. 277.

dúvida a isenção de impostos: sisas, dízimas, outras imposições⁴³. O erário régio e por vezes também os concelhios ressentiam-se, é certo, mas os mercadores tinham maior ganho assegurado e isso era, sem dúvida, um incentivo a não desprezar. Mas tanto ou ainda mais importante do que o lucro a obter era a segurança de pessoas e bens. A pirataria era prática corrente nas águas do Atlântico e o apresamento de mercadorias, navios e homens de um determinado país por piratas de um outro dava direito a igual acção por parte dos naturais do primeiro país sobre quaisquer outros do segundo, independentemente de serem, ou não, pessoalmente responsáveis por aquele furto. Era o direito de represália, muito fácil de exercer sobre qualquer navio que tivesse entrado a barra do porto.

Portugal, pouco farto de cereais, abastecia-se do exterior sobretudo a partir de determinadas regiões, que foram variando com o tempo e as circunstâncias⁴⁴. Durante o período em que se desenrolou a escassez cerealífera aqui em análise, era a Bretanha um dos nossos maiores abastecedores⁴⁵, embora o contencioso entre Portugueses e Bretões, talvez sobretudo os de Saint-Malo, expressamente designados em alguns documentos, devesse ser grande. Para que os navios bretões pudessem demandar os portos portugueses sem perigo nem temor, sucederam-se as cartas de segurança aos naturais do ducado, cartas que continuaram ainda depois de reposta, por esta vez, a normalidade⁴⁶. Mas também de Castela nos vinha trigo e também os mercadores castelhanos foram agraciados com cartas de segurança⁴⁷.

⁴³ A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 33v; liv. 20, fl. 22v; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. II, p. 267; BARROS, Henrique da Gama – *Historia da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2ª ed., org. por Torquato de Sousa Soares. Vol. IX. Lisboa: Sá da Costa, 1950, pp. 68-69, 72, 73; vol. X, Lisboa: Sá da Costa, s. d., pp. 283-284; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 268-270; FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal*, pp. 117-118.

⁴⁴ Veja-se uma resenha das regiões exportadoras de trigo para Portugal durante a Idade Média em MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 156-166.

⁴⁵ RAU, Virgínia – “Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomelini”. Sep. de *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2.ª s., vol. XXII, 1956, pp. 22-23; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 164-165. Num capítulo apresentado em cortes em 1448 diz-se mesmo que quando havia falta de pão eram os bretões os primeiros entre os estrangeiros a socorrer-nos (*Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. I, p. 217).

⁴⁶ *Descobrimientos portugueses*, vol. I, pp. 127-128, 508-509; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. I, p. 217; vol. II, p. 198; BARROS, Henrique da Gama – *Historia da administração pública em Portugal*, vol. IX, pp. 68-70; vol. X, pp. 283-284; FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal*, pp. 117-118.

⁴⁷ A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 18, fl. 23, 33v.

Aliás, Castela, aqui tão perto e podendo com mais facilidade e rapidez fazer chegar o seu trigo até nós, mereceu mais: receber o seu preço em ouro ou comprar ouro com o dinheiro recebido, como já atrás ficou lembrado⁴⁸. Era uma grande concessão, esta que a realza lhes fazia.

Nestas alturas, a liberalização das importações e exportações era também um trunfo a ser utilizado. Permitia-se a saca de variados produtos, mesmo para terra de mouros, o que era o máximo da concessão, desde que em troca viesse pão ao reino⁴⁹.

Por sua vez, as comunidades politicamente organizadas tudo faziam para procurar e atrair cereal até si: expediam-se cartas com pedidos urgentes de apoio⁵⁰; enviavam-se emissários onde quer que houvesse notícia da existência de trigo, por longe que ele se encontrasse⁵¹. A impressão que se colhe das fontes é que a procura e aquisição dos cereais implicava muitas e por vezes bem longas viagens. E não só daqueles que pretendiam um mercado para colocar o produto⁵². De todos quantos procuravam esse produto.

Todavia, em épocas de crise como esta de 1438-1440, era preciso mais do que isso para atrair os mercadores. Era preciso oferecer algumas contrapartidas suplementares que viessem juntar-se às já disponibilizadas. Neste sentido, cada um

⁴⁸ Veja-se o que atrás ficou dito e respectivas abonações na nota 40.

⁴⁹ *Descobrimientos portugueses*, vol. I, p. 393, supl. ao vol. I, p. 506; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. II, p. 181, 267 BARROS, Henrique da Gama – *Historia da administração pública em Portugal*, vol. IX, pp. 68-69; RAU, Virgínia – *A exploração e o comércio do sal de Setúbal. Estudo de história económica*, vol. I. Lisboa: s.n., 1951, p. 99; DUARTE, Maria Teresa Lopes – *P ara a história dos factores de crise no Portugal medieval*, p. 77; FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal*, pp. 117-118.

⁵⁰ *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV. Supl. de al'-Ulyā*, n.º 7. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1999-2000, pp. 27, 113, 204-205; *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, ed. por José Pereira da Costa, Funchal: Secretaria Regional de Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, p. 123. Respeita esta documentação a vários períodos de carências frumentárias, mas os mecanismos de que se lançava mão para as superar iam-se repetindo de acordo com as circunstâncias, as oportunidades, as necessidades.

⁵¹ *Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV*, p. 210.

⁵² Relativamente à cidade que estuda, Eva Serra i Puig fala num constante “peregrinar” dos mercadores, sob as ordens das autoridades municipais, na procura do trigo destinado a manter a urbe abastecida (SERRA i PUIG, Eva – “Els cereals a la Barcelona del segle XIV”. In *Alimentació i societat a la Catalunya medieval*. Barcelona: CSIC, 1988, p. 77). O que acontecia por todo o lado. E se isso era assim habitualmente, ao menos em regiões, como a nossa, de fraca produção cerealífera, tudo se superlativava nos casos de “esterelidades” e, como é óbvio, tanto mais quanto mais violentas e prolongadas elas fossem.

oferecia o que lhe parecesse mais atractivo e estivesse nas suas possibilidades concretizar: arcar com os custos do pagamento das sisas⁵³, do armazenamento dos cereais⁵⁴ ou das dízimas e fretes de transporte⁵⁵. No Porto os próprios homens bons, que bem sabiam como o sal era necessário nos países do Norte europeu, para a conservação das suas abundantes pescarias, dispuseram-se a guardar rotativamente as portas da cidade para impedir a saída de sal sem a correspondente entrada de trigo⁵⁶.

À margem, ou quase, de todo este fervilhar, de todo este afã de procura, ficava o camponês, o produtor, que, quando terminasse de consumir aquilo que restara da sua lavra, após ter pago todos os tributos e direitos que oneravam a seara, ficava sem alimento e desprotegido. Com a morte no horizonte, nestes anos de penúria. Sobretudo aqueles que viviam do aluguer dos seus braços, que tantas vezes ficariam sem ocupação e sem o correspondente salário. O facto era mesmo reconhecido por homens mais ricos, os influentes concelhios, os que tinham assento nas assembleias municipais e nas reuniões de cortes e podiam fazer ouvir a sua voz. Em 1498 ficou dito, nas cortes então realizadas, que no reino “ha muytos homes pobres braceiros que tem muytos filhos e filhas os quaaes morrem de fome e andam Nus e esfarrapados por nam terem que lhes dar nem ssuas fazendas o podem sofrer”⁵⁷.

Alguns deles habitariam as terras de Alcobaça⁵⁸ e teriam sofrido as agruras destas fomes de 1438-1440.

⁵³ Como foi o caso de Loulé (*Actas de vereação de Loulé. Século XV. Supl. de al’-Ulyã*, n.º 10. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 2004, p. 189).

⁵⁴ E assim aconteceu no Porto (“*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*, pp. 470-471).

⁵⁵ Vantagens oferecidas pelo Funchal (*Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, pp. 111, 123).

⁵⁶ “*Vereações*”. *Anos de 1401-1449*, p. 172.

⁵⁷ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2002, p. 116.

⁵⁸ O próprio abade reconhecia que os moradores da terra eram muito pobres e só tinham o que cavavam e lavravam por suas mãos (A. N. T. T., *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2ª incorporação* (a seguir: *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*), m. 4, n.º 124; *Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça* (a seguir: *OCist, Alcobaça*), liv. 194, fl. 6 v-7; *Chancelaria de D. João III*, liv. 50, fl. 116; *Estremadura*, liv. 6, fl. 214v).

III – Nas terras de Alcobaça

Nestas, como em outras terras, raramente o camponês tinha oportunidade de fazer ouvir a sua voz. Se é que alguma vez tinha. Pelo menos de modo a chegar aos nossos dias. A não ser que fosse obrigado a vender ou de outra forma ceder as suas terras a uma igreja, a um mosteiro ou a algum influente da terra. Mas a documentação de carácter senhorial permite-nos, por vezes, alguns vislumbres destas gentes, dos ambientes em que viviam e das vicissitudes por que passavam.

A abadia de Alcobaça fez chegar até nós um precioso códice onde se encontra registada a sua contabilidade referente aos anos de 1437-1440, isto é, com início a 24 de Junho de 1437 e encerramento em igual dia de 1440⁵⁹. Abrange assim o período crucial desta crise agrária, permitindo-nos conhecer alguns aspectos do seu desenrolar, embora, repito, na perspectiva do senhor. Como não podia deixar de ser.

1 – As rendas cerealíferas da abadia

Como todos os grandes senhores da época, o mosteiro de Alcobaça não cobrava directamente as suas rendas; mas arrendava-as todos os anos a troco de uma quantia em dinheiro.

Mas esta abadia era uma enorme casa que sustentava continuamente um numeroso grupo de pessoas, para lá também dos numerosos hóspedes que recebia, dos muitos salários, em dinheiro e géneros, que pagava, dos pobres a quem auxiliava com dádivas de cereais. Gastavam-se diariamente no mosteiro volumosas quantidades de trigo⁶⁰. Por outro lado, tendo este produto uma colocação tão segura e rendosa em qualquer mercado onde fosse posto à venda, interessava ao senhor receber em géneros as rendas provenientes das suas imensas searas. Não de todas, naturalmente, porque elas se dispersavam em profusão em grande parte do País⁶¹, mas dos grandes coutos estremenhos e do pequeno mas importante couto

⁵⁹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14.

⁶⁰ Penso ter mostrado, em trabalho recente, que o pão que todos comiam nas terras de Alcobaça era, ao menos de forma muito maioritária, confeccionado com trigo (GONÇALVES, Iria – *À mesa, nas terras de Alcobaça, em finais da Idade Média*. S.l.: Direcção-Geral do Património Cultural / Mosteiro de Alcobaça / Cooperativa Agrícola de Alcobaça, 2017, pp. 131-141).

⁶¹ GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989, mapa entre as pp. 68-69.

alentejano: Beringel. Do primeiro porque aí se recolhia a maior quantidade de cereal; porque, alastrando por vários quilómetros à volta do mosteiro, o seu transporte para os celeiros centrais, na própria abadia, era mais fácil e menos oneroso⁶²; porque daí, quando era o caso, se podiam fazer vendas mais controladas e sob a supervisão directa dos monges. Do segundo porque localizado nos arredores de Beja, numa das regiões de solos mais ricos e adaptados à cultura do trigo que Portugal podia oferecer⁶³ e por isso habitual exportadora para fora do seu território, nomeadamente para Lisboa e para o Algarve⁶⁴; porque aí as condições de solo e clima permitiam a conservação do trigo durante vários anos⁶⁵, o que não acontecia nos coutos da Estremadura. Por isso aí detinha o mosteiro grandes celeiros e numerosos silos para armazenamento do trigo⁶⁶; por isso aí se faziam vultosos negócios⁶⁷.

Estas rendas, em anos de colheita normal, faziam entrar nos celeiros centrais do mosteiro quantidades muito volumosas de cereal⁶⁸ que, no entanto, se quisermos fazer fé nas queixas que de vez em quando os monges faziam chegar ao monarca, não bastavam para os gastos da casa. O mosteiro tinha tão grandes encargos, tanto na hospitalidade que, segundo dizia, tinha de manter, como em muitas outras

⁶² Sobre este aspecto é interessante verificar que são as vilas mais distantes de Alcobaça – Paredes e Pederneira a Norte, Alvorinha a Sul e Salir do Mato a Ocidente – aquelas que, de acordo com a documentação que nos resta não viam as suas rendas cerealíferas arrendadas a géneros. Adiante voltarei a abordar este assunto.

⁶³ FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas – *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval. O caso de Beja*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1991. Dissertação de Mestrado, pp. 48-49.

⁶⁴ FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas – *Organização do espaço e sistema social*, pp. 92-98.

⁶⁵ FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas – *Organização do espaço e sistema social*, p. 80.

⁶⁶ Conhecem-se, inclusivamente, várias doações de “covas de ter pão”, em Beja, de que a abadia foi beneficiária: A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 8, n.º 195; *OCist, Alcobaça*, liv. 11, fl. 134-135v, 135v-136, 136-136v, 136v-137.

⁶⁷ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 70, docs. n/ns.; *OCist, Alcobaça, 1ª incorporação, Documentos Particulares* (a seguir: *OCist, Alcobaça, 1ª inc., Docs. Particulares*), m. 38, n.º 17.

⁶⁸ Os monges avaliavam as suas rendas cerealíferas em quinhentos moios, avaliação que não seria muito desfazada da realidade, embora um tanto diminuída. Como adiante direi, no primeiro ano aqui em análise em que a colheita, se bem que não farta, talvez se não tenha afastado muito do normal, a abadia recebeu, provenientes do terrádigo pago nos coutos estremenhos, 444 moios de cereal, mas a eles se juntavam outras receitas – sobretudo jugadas solvidas em Aljubarrota e rendas pagas em trigo pelos vários moinhos que aí se encontravam em laboração e deviam ser utilizados por todos os moradores, em cumprimento das determinações que a isso os obrigavam – e perfaziam à volta de 523 moios. Juntavam-lhes ainda pingues rendas em trigo auferidas no couto de Beringel, essas impossíveis de contabilizar por falta de registo que até nós tenha chegado. Ou tenha sido encontrado até à data.

obrigações⁶⁹, que precisavam de uma carta régia mandando a todos os concelhos que deixassem o abade comprar nos seus termos pão para o mosteiro, “ca os frades d alcobaça nom podem garecer per o pam que ham se o nom comprarem”⁷⁰ e falam mesmo na “mjngua de pam que esse mosteiro padece”⁷¹. A ser assim, o que as vendas efectuadas desmentem, a não ser em conjunturas de escassez, em que se documentam compras, também a abadia sofreu durante esta penúria e se o pão não faltou – como de certo não faltou – tanto nas mesas monacais como também nas outras que a abadia sustentava, talvez algumas rações tivessem diminuído um tanto⁷² porque as rendas, essas, diminuíram bastante.

As rendas cerealíferas que alimentavam a abadia, também elas chegavam pelas mãos dos rendeiros. Cada uma das vilas com o respectivo termo⁷³ era arrendada separadamente, por quantidades estipuladas para cada um dos cereais agricultados na região: trigo, cevada, centeio e milho.

Esta forma de recebimento das rendas tinha para o senhor muitas vantagens. Se os camponeses eram obrigados a pagar – e pagavam – o quarto e o dízimo da sua produção total⁷⁴, quaisquer que fossem os cereais que tivessem cultivado e os quantitativos que tivessem recolhido de cada um deles, o senhor não estava subordinado às escolhas dos seus foreiros. Ele podia contratar com o rendeiro as quantidades que queria receber de cada um dos grãos e era isso o que fazia. Ao rendeiro restava como lucro e para pagamento das despesas que a arrecadação implicava, a diferença entre as quantias por ele acordadas com o mosteiro e as que efectivamente arrecadara. Independentemente de saber em que cereais se haviam verificado essas diferenças e os respectivos valores.

⁶⁹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 4, n.º 124; *OCist, Alcobaça*, liv. 194, fl. 6v-7; *Chancelaria de D. João III*, liv. 50, fl. 116; *Estremadura*, liv. 6, fl. 214.

⁷⁰ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 1ª inc.*, *Documentos Régios* (a seguir: *Docs. Régios*), m. 2, n.º 36.

⁷¹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 1ª inc.*, *Docs. Régios*, m. 4, n.º 22.

⁷² A. N. T. T., *Fragmentos*, cx. 13, m. 6, 1.º frag., fl. 1v, 2-2v, 2v-3, 5, onde se referem reduções sofridas pelas rações distribuídas aos monges, embora correspondentes a época um pouco posterior a esta que está em análise.

⁷³ Com excepção daquelas a que atrás me referi, na nota 62.

⁷⁴ O quarto da produção estabelecido como terrádigo para as searas dos coutos de Alcobaça não era em absoluto uniforme, mas as excepções eram tão poucas que podem, neste caso, negligenciar-se.

Todos os senhores preferiam as suas receitas cerealíferas em trigo. Era com ele que queriam confeccionado o pão que se servia às suas mesas e era ele que, colocado no mercado, trazia de volta os lucros mais significativos. O Abade de Alcobaça queria receber as suas rendas cerealíferas na base de dois terços de trigo para um terço de segunda.

A cevada era um cereal utilizado, ao menos nos anos de colheita normal e entre as famílias com algum poder económico, na alimentação animal, sobretudo cavalos e muar⁷⁵, sendo assim a base sobre que assentava todo o sistema de transportes e comunicações e da força militar⁷⁶. Era também importante por isso mesmo. Daquele terço que ficara reservado para os cereais de segunda o mosteiro recebia em cevada dois terços, isto é, dois nonos do total.

Apenas um nono restante ficava reservado para o centeio e o milho – miúdo ou alvo, porque o milho estava longe de chegar até nós e o painço quase não se encontra na documentação alcobacense –, que dividiam igualmente entre si essa porção. Eram estes, centeio e milho, cereais com pouco significado entre as famílias possidentes ou mesmo acomodadas. Isto em toda a zona mediterrânica e em Portugal em toda a sua metade sul. Teria que ser assim no mosteiro. Aliás, no âmbito das fontes proporcionadas por Alcobaça, milho e centeio aparecem sem utilização específica para lá de umas vagas referências à alimentação animal: aves e cães. As aves – de capoeira – podiam alimentar-se com milho e também com ele se confeccionavam boroas para os cães⁷⁷; os cavalos, além da cevada, podiam também receber uma ração de centeio⁷⁸. Nos anos de grande escassez, estes cereais chegavam às mesas da abadia⁷⁹.

⁷⁵ Segundo uma verba lançada no livro de contabilidade do mosteiro que chegou até nós, o infante D. Pedro, no contexto das circunstâncias em que lhe foi atribuída a regência do reino durante a menoridade de D. Afonso V e em que o D. Abade esteve a seu lado, numa das suas passagens pelo mosteiro deixou aí um cavalo que lá permaneceu 61 dias e durante esse tempo consumiu 31 alqueires de cevada (A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 348). Isto é, uma média de meio alqueire por dia.

⁷⁶ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, p. 227. Este autor junta ainda parte do sistema moageiro.

⁷⁷ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 77, 131, 131v, 350.

⁷⁸ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 400-401v.^o

⁷⁹ Adiante voltarei a este assunto.

Isto é, as percentagens de cada uma das gramíneas que o mosteiro reclamava para si correspondiam, efectivamente, à forma como elas se encontravam hierarquizadas, de acordo com o apreço que cada uma delas merecia. E essas percentagens, se quisermos transformar os dizeres da documentação, acima referidos, numa escala de valores mais consentânea com as formas de pensamento actual, teremos que ao trigo cabiam 66,6% das rendas, à cevada 22,2% e ao centeio e ao milho 5,6% a cada um⁸⁰.

Claro que a relação entre as quantias recebidas pelos monges e aquelas que correspondiam à punção exercida sobre a colheita dos camponeses podia não ser ajustada e dependia de diversos factores que passavam pelo número de interessados no arrendamento, pelo seu poder negocial, pelo estado das searas, pela capacidade de correr riscos por parte dos potenciais rendeiros e outros em cada altura actuanes, de acordo com as circunstâncias de momento. Mas se nem sempre as quantidades acordadas com os rendeiros entravam sem quebras nos celeiros monásticos, se, por vezes, demoravam anos a ser pagas, acabavam por se resolver, em regra, a contento de ambas as partes, terminando por vezes com algum do cereal a ser substituído por dinheiro⁸¹; se raramente as percentagens estabelecidas eram escrupulosamente respeitadas pelos rendeiros⁸², talvez por dificuldades acontecidas no preenchimento dos quantitativos respeitantes a alguns dos grãos, talvez por perdas sofridas em medições e transportes, talvez por outros motivos, de qualquer modo resultavam sempre bastante aproximadas das proporções estabelecidas nos contratos. Isto em anos de colheita normal e, mesmo que deficitária, não catastrófica.

Não assim quando a produção descia a níveis de ruptura ou muito próximo disso. O que aconteceu durante o período aqui em análise.

⁸⁰ Percentagens muito similares a estas foram encontradas numa região próxima por CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*. Vol. I. Cascais: Patrimonia, 2000, p. 195.

⁸¹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 49-84v., 190-217; *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 86, vários docs. n/ns.; m. 89, doc. n/n..

⁸² Veja-se o que ficou dito atrás na nota 68.

A colheita de 1437, se bem que não farta, resultou numa produção dentro da normalidade. Os monges encontraram homens interessados em tomar de arrendamento as suas rendas cerealíferas em todas as vilas dos coutos em que habitualmente elas eram arrendadas e arrecadaram nos seus celeiros 444 moios de cereal, de que 314 de trigo⁸³. O ano seguinte já foi um ano mau. Os monges já não conseguiram arrendar as suas rendas em todas as vilas mas apenas nas mais populosas e onde, possivelmente, residiam homens mais ousados ou mais habituados a correr riscos⁸⁴, pois as searas já tinham que mostrar bem a sua fraca qualidade. As rendas da abadia desceram a 243 moios⁸⁵, isto é, pouco mais de metade do ano anterior. Mas o pior ainda não tinha acontecido. A colheita de 1439 anunciava-se ainda mais desastrosa. Em nenhuma das vilas alcobacenses foi encontrado quem manifestasse interesse em tomar de arrendamento as rendas abaciais, pelo que todas elas foram cobradas directamente pelos monges. Que apenas conseguiram carrear para os seus celeiros 146 moios de cereal⁸⁶, quer dizer, tão-somente um terço do que tinham arrecadado em 1437⁸⁷. E se os proventos eclesiásticos sofreram um tal desgaste, nas eiras camponesas o desgaste foi ainda maior. Porque, recolhidas as rendas pelos próprios monges, toda ou quase toda a punção feita naquelas eiras foi transportada aos celeiros senhoriais e não há que ter em consideração os ganhos dos rendeiros. É certo que uma operação desta envergadura era muito dispendiosa. Dispendiosa em dinheiro, mas também em cereal. E não só porque, possivelmente – embora não se encontre documentado – alguns pagamentos terão sido feitos em géneros, como também porque a alimentação do grupo de trabalhadores, sem dúvida bastante numeroso, que colaborou na operação, terá sido feita, no todo ou em parte, à custa do mesmo cereal. Mas outros pagamentos – de transportes, medições – eram feitos a dinheiro, o que poupava o grão e, de qualquer modo, o que sempre se poupava era o lucro do

⁸³ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 49-84v.

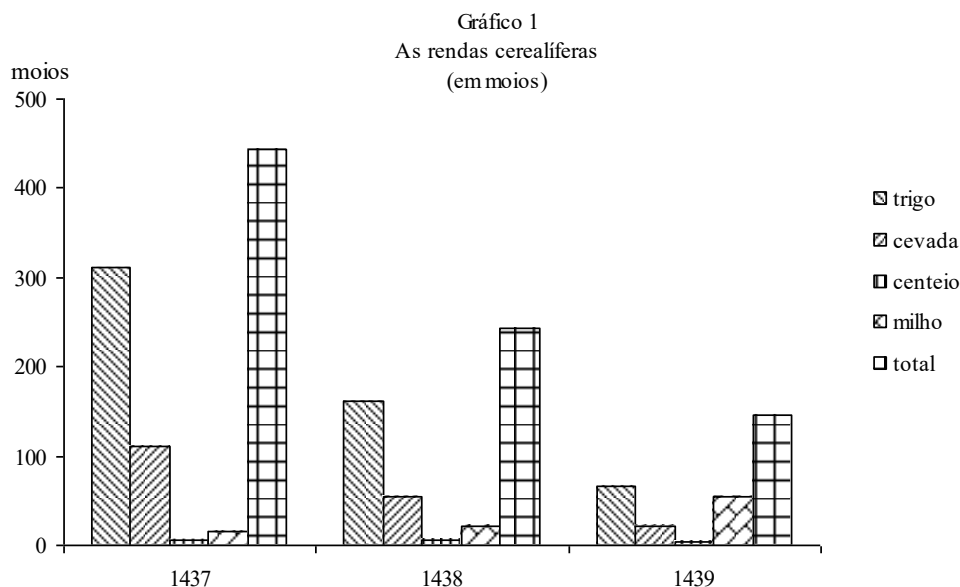
⁸⁴ Um desses homens foi João Formoso, que ficou a dever dez moios de trigo, pelo que fugiu da terra. Isso não impediu que o mosteiro lhe movesse um processo, alegando que poderia ter vendido aquele trigo, na época, por cinquenta reais o alqueire, o que equivaleria a uma soma na ordem dos 32.000 reais, quantia que o mosteiro reclamava. Foi condenado ao pagamento de 16.000 reais, o que reduzia, em metade, o valor do trigo, mas que, ainda assim, resultava numa quantia muito avultada (A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 62, n.º 18).

⁸⁵ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 190-217.

⁸⁶ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 327-357.

⁸⁷ Para tudo o que acabei de dizer veja-se o gráfico 1.

rendeiro. Em resumo: a quebra de produção deve ter sido bastante maior do que aquela documentada pelas receitas monásticas.



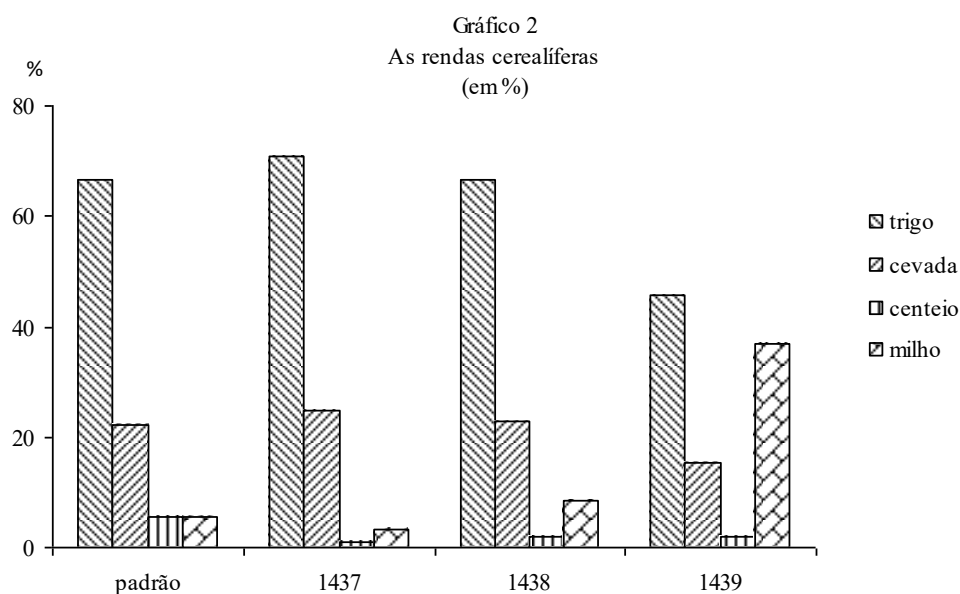
E o certo é que nesse ano ficaram registadas várias compras de trigo efectuadas pela abadia⁸⁸.

Como já atrás ficou dito, de uma maneira geral os rendeiros não faziam entrar no mosteiro um volume de cereais a corresponder rigorosamente às percentagens pedidas. Mas andava sempre muito próximo delas e por isso os monges, homens do seu tempo, um tempo em que o rigor do quantitativo não era valorizado em demasia, não faziam muita questão do facto. Queriam apenas que fosse cumprida a soma global ajustada com o rendeiro e que as proporções se não afastassem muito do que fora estabelecido. Tanto mais que quase sempre o trigo e a cevada se revelavam excedentários, ficando abaixo do acordado o milho e sobretudo o centeio. Para a abadia estava bem assim.

Aquando das colheitas de 1437 e 1438 ainda foi isso o que aconteceu. Comparando os quantitativos arrecadados com o padrão estabelecido verifica-se que, no primeiro daqueles anos, o trigo e a cevada, com os seus 70,4% e 24,8%, respectivamente, ultrapassaram os quantitativos pedidos, enquanto o milho e o centeio com os seus

⁸⁸ A. N. T. T., *OCist, Alcobaca*, liv. 14, fl. 367, 368, 368v.

3,4% e 1,1% ficaram bastante aquém. Em 1438 ainda se manteve o esquema habitual, com o trigo muito próximo de percentagem padrão – 66,7% – como também a cevada, embora esta um pouco mais excedentária, mas só ligeiramente – 22,8%. O centeio, como habitualmente, não preencheu a sua cota. Mas verifica-se já um elemento anómalo: o milho, em regra deficitário, como acima ficou dito, porque pouco cultivado, neste ano de 1438 ultrapassou a parte que lhe estava destinada, com os seus 8,4% do total⁸⁹.



As searas que iriam ser ceifadas em Julho desse ano mostraram, por certo desde cedo, aos olhos experientes dos camponeses que iriam ser, no mínimo, pouco fartas. Havia que fazer alguma coisa na tentativa de minorar a situação. E se os homens medievais não tinham grandes recursos perante conjunturas adversas, aqueles de que dispunham, esses não podiam ser desprezados.

Embora os cereais de Inverno fossem, de longe, os mais importantes e aqueles que, na verdade, saciavam a fome das populações, não podiam ser desprezados os cereais de Primavera, plantas menos exigentes sob o ponto de vista pedológico e com um ciclo vegetativo curto, permitindo, em situações de penúria, ajudar à sobrevivência

⁸⁹ Veja-se o gráfico 2 para o que ficou dito. Também em região próxima dos coutos, para os lados de Tomar, Abrantes, Torres Novas, estes dois cereais, e mais ainda o milho, não logravam alcançar grande expressão: CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Uma paisagem humanizada*, vol. I, pp. 195-198.

das camadas sociais mais desprotegidas. Em situações adversas fazia-se bom uso desses cereais⁹⁰.

É certo que se conhecia o trigo tremês e que também em Alcobaça se semeava como grão de Primavera⁹¹, mas era o milho-alvo que de preferência desempenhava estas funções supletivas e talvez com uma produtividade que podia ser bastante compensadora⁹². Por todo o lado se semeava milho em situações de penúria, como documentação vária, de outras proveniências, não deixa que o esqueçamos. E de tal maneira isso se apresentava aos olhos de todos como alguma coisa de muito importante, que em diversos momentos, aquando de situações de escassez, eram os próprios homens bons, em cortes, que pediam ao monarca tornasse obrigatória a sementeira de milho⁹³.

Assim, sendo claro que nas terras de Alcobaça era também pelo milho que se começava a tentar suprir as deficiências da colheita, em 1438, chegada que era a

⁹⁰ Podem ver-se: CORTONESI, Alfio – “Colture, tecniche e lavoro nel Lazio bassomedioevale: i cereali, la vita, l’olivo”. In *Terre e signori nel Lazio medioevale: un’economia rurale nei secoli XIII-XIV*. Nápoles: Liguori Editore, 1988, p. 37; CORTONESI, Alfio – “Autoconsumo e mercado: a alimentação rural e urbana na Baixa Idade Média”. In FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (dir.) – *História da alimentação*. Vol. 2 – *Da Idade Média aos tempos actuais*. Trad. de Maria da Graça Pinhão e Catarina Gândara. Lisboa: Terramar, 2001, p. 32; FOSSIER, Robert – “L’assolement trienal autour de Saint-Quentin à la fin du XIII^e siècle”. In *Hommes et villages d’Occident au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1992, p. 506; TOUBERT, Pierre – “Disettes, famines et contrôle du risque alimentaire dans le monde méditerranéen au Moyen Âge”. In LECLANT, Jean; VAUCHEZ, André; SARTRE, Maurice (ed.) – *Pratiques et discours alimentaires en Méditerranée de l’Antiquité à la Renaissance. Actes du Colloque de la villa Kérylos à Beaulieu-sur-Mer, les 4, 5 et 6 octobre 2007*. Paris: Diffusion de Boccard, 2008, p. 457; MONTANARI, Massimo – *L’alimentazione contadina nell’Alto Medioevo*, p. 136.

⁹¹ Que podia ser semeado até Maio. A 24 desse mês saíram de Alcobaça alguns alqueires de trigo tremês para serem semeados na Ota (A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 208v.) na exploração que o mosteiro aí estava, então, a implementar (veja-se GONÇALVES, Iria – “Custos de montagem de uma exploração agrícola medieval”, *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizontes, 1988, pp. 219-233). E vários outros foram aí lançados à terra (A.N.T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 209v., 218v., 400).

⁹² Tanto quanto sei, quase não existem referências à produtividade do milho, assim nos solos portugueses como fora deles. Maria Helena da Cruz Coelho, trabalhando com uma documentação muito rica sobre este aspecto, carreou numerosas informações acerca da produtividade do trigo, em regra alta para a época porque os terrenos em causa eram de boa qualidade, prevalecendo o valor de uma semente para oito (COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos fins da Idade Média ib.*, vol. I, pp. 139-145; vol. II, apêndice III, pp. 1-13). Mas dá-nos para o milho, embora apenas a partir de sete parcelas de terra e com grandes oscilações, o valor de um: 22,9 (*ib.*, vol. I, p. 145). Dada a raridade da informação penso que é de reter este valor.

⁹³ Era sobretudo Lisboa, quase sempre aflita com falta de cereais e com tão numerosas bocas a alimentar, que tomava a iniciativa, mas outras cidades a seguiam. Podem ver-se: A. N. T. T., *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 15; liv. 16, fl. 44; *Estremadura*, liv. 4, fl. 166v; liv. 7, fl. 155v; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. I, pp. 192, 230; vol. II, p. 227.

altura das sementeiras de Primavera, semeou-se milho e com ele se supriram, no que toca às rendas da abadia, as habituais insuficiências do centeio.

Com a safra de 1439 tudo se modificou de forma drástica. Tudo tinha, aliás, que ser diferente. Nesse ano, em nenhuma das vilas se apresentou qualquer homem com interesse em tomar de arrendamento as receitas monásticas ou, se em alguma delas isso aconteceu, nenhum chegou a acordo com a abadia de modo a poder formalizar um contrato. A operação de cobrança ficou totalmente à responsabilidade dos monges.

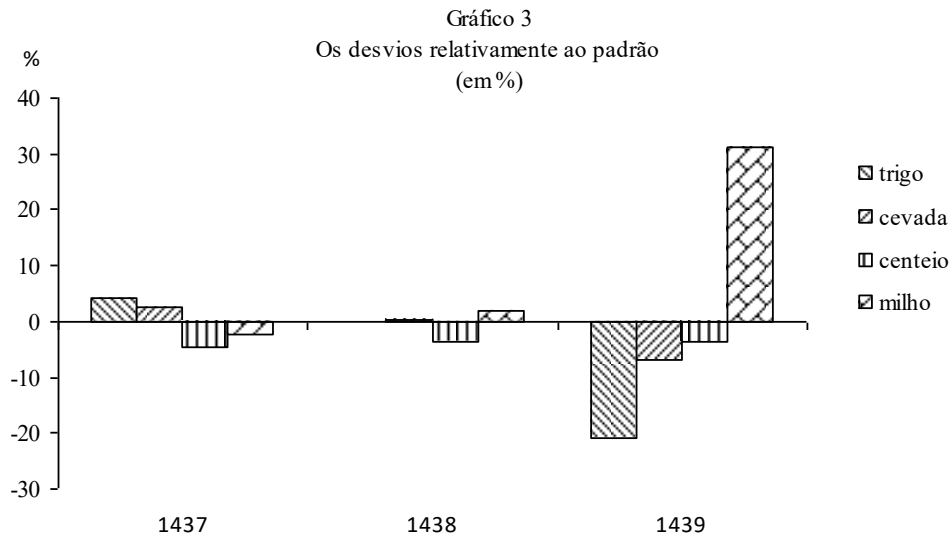
Feita a cobrança directamante, os cereais arrecadados nos celeiros monásticos tinham que corresponder, com bastante proximidade, à composição da colheita global de todas aquelas terras. Mas que, por sua vez, devia estar longe do que costumeiramente se praticava. O milho revelou-se como um dos cereais predominantes, a par do trigo. Isso só pode significar que, vista a calamitosa situação das sementeiras de Inverno, os camponeses se apressaram a lançar à terra todo o milho possível, na ânsia de ainda reverter, ao menos algum tanto, a situação que se avizinhava. A sua representação, assim sobrevalorizada, transformou por completo aquilo que eram as habituais participações numéricas de todos os cereais⁹⁴.

O que acabei de dizer penso que se torna mais claro quando analisamos os desvios verificados entre as rendas que chegavam ao mosteiro e o padrão estabelecido para a sua entrega. Nos dois primeiros anos aqui em análise, esses desvios estavam dentro da normalidade, se exceptuarmos a percentagem excedentária de milho em 1438, aliás pequena – 1,8% –, só merecendo reparo porque habitualmente esse cereal era deficitário. A grande diferença encontra-se em 1439, onde só o comportamento do centeio correspondeu ao costumado: não preencheu a respectiva cota⁹⁵. Por outro lado, a grande baixa percentual do trigo – menos 20,8% relativamente ao padrão – mas que, no entanto, foi ainda a gramínea mais cultivada,

⁹⁴ Para tudo isto veja-se o gráfico 2.

⁹⁵ Veja-se o gráfico 3.

torna-se tão inusitada quanto o milho, a ultrapassar, em 31,2% a percentagem padrão que lhe era atribuída⁹⁶.



2 – O pão que se comia

Já por mais de uma vez abordei alguns aspectos relacionados com o pão que se confeccionava nas terras de Alcobaça durante a Idade Média e nomeadamente na sua abadia⁹⁷. Não o farei de novo aqui. Mas talvez não seja inoportuno, perante o descalbro que os números atrás apontados mostram para a aneza de 1439, tecer algumas considerações sobre o assunto.

Não sabemos, e qualquer projecção sobre o tema será falível, com que intensidade grassou a fome nestas terras e muito menos se houve consequências ainda mais graves. Com base documental, como adiante referirei, apenas é possível saber que algumas famílias esgotaram completamente ou quase as suas reservas cerealíferas, a ponto de consumirem a própria semente. Nestas circunstâncias, houve, com toda a certeza, uma subalimentação agravada ao menos entre as famílias mais pobres e aquilo a que Armindo de Sousa chamou “fome cultural” em contraponto com a “fome

⁹⁶ Comparem-se os gráficos 1, 2 e 3.

⁹⁷ GONÇALVES, Iria – “Do pão quotidiano nas terras de Alcobaça (séculos XIV e XV)”. In *Actas Cister. Espaços. Territórios. Paisagens. Colóquio internacional, 16-20 de Junho de 1998, Mosteiro de Alcobaça*. Vol. I – *Economia e sociedade. Espiritualidade. Arquitectura*. Lisboa: IPPAR, 2000, pp. 21-26; GONÇALVES, Iria – *À mesa, nas terras de Alcobaça*, pp. 129-164.

biológica”⁹⁸, isto é, a falta de alimentos consagrados pelo costume, diferente da falta total de alimentos. E se o pão era o primeiro desses alimentos culturalmente consagrados, havia que confeccioná-lo de qualquer maneira.

É de crer que os monges continuaram, neste ano de penúria, a consumir o mesmo pão branco de sempre. Até porque as sêmeas que saíam de uma segunda peneiração da farinha destinada ao seu fabrico nunca se desperdiçavam, antes eram utilizadas na confecção de outros pães destinados a outras mesas postas na abadia. E, não obstante o grande abatimento das rendas, o trigo arrecadado pelo mosteiro era mais do que suficiente para a mesa monacal. Mas nem todos, no mosteiro, continuaram a comer o pão habitual.

Como sempre acontecia em todo o lado em circunstâncias semelhantes, a taxa de extracção de farinha aumentava e tanto mais quanto mais rareasse o cereal⁹⁹. Depois, todos os grãos de segunda entravam na panificação. Aqui, em primeiro lugar o milho, porque, de acordo com o que atrás ficou dito, era o mais abundante, mas também porque o milho-miúdo produz um pão de bastante boa qualidade¹⁰⁰. Mesmo dentro do mosteiro vemo-lo entrar no forno, juntamente com o centeio já após a safra de 1438, mas sobretudo da de 1439¹⁰¹, decerto para entrarem ambos no fabrico do pão destinado aos servidores da Ordem.

⁹⁸ SOUSA, Armindo de – “1325-1480”. In MATTOSO, José (coord.) – *História de Portugal*. Vol. I – *A monarquia feudal (1096-1480)*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, p. 342. Outros lhe chamaram, mais singelamente “fome quantitativa” e “fome qualitativa”, como, por exemplo, CARMONA, Juan Ignacio – *Cronica urbana del malvivir (s. XIV-XVII). Insalubridad, desamparo y hambre en Sevilla*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2000, p. 187. Sobre possíveis distinções entre diversos graus de fome têm interesse os trabalhos de BENITO I MONCLÚS, Pere – “Fams i caresties a la Mediterrània occidental durant la Baixa Edat Mitjana”, pp. 179-194; BENITO I MONCLÚS, Pere – “Las crisis alimenticias en la Edad Media: caracteres generales, distinciones y paradigmas interpretativos”. In LÓPEZ OJEDA, Esther (coord.) – *Comer, beber, vivir: consumo y niveles de vida en la Edad Media hispánica. XXI semana de Estudios Medievales. Nájera del 2 al 6 de Agosto de 2010*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2011, pp. 123-158.

⁹⁹ Charles-Marie de LA RONCIÈRE (“Alimentation et ravitaillement à Florence au XIV^e siècle”. *Archeologia Medievale* 8 (1981), p. 183) diz-nos que numa cidade como Florença a taxa de extracção de farinha podia subir a 88% ou até a 94% mesmo para os cereais de segunda, incluindo o espelta, uma gramínea revestida e portanto produzindo muitos mais farelos.

¹⁰⁰ Beatriz ARÍZAGA BOLUMBURU (“Las necesidades ineludibles: alimentación, vivienda y vestido”. In *Vizcaya en la Edad Media*, vol. III – *Evolución demográfica, económica, social y política de la comunidad vizcaína medieval*. San Sebastián: Haranburu, 1985, p. 16), estudando uma região do Norte peninsular, apresenta o milho como o melhor cereal panificável, ao lado e depois do trigo.

¹⁰¹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 213, 215, 217, 218v., 400-401v.

Sendo assim no mosteiro, não podia ser de outro modo nas vilas e aldeias que se espalhavam pelos coutos. Antes os efeitos negativos da escassez resultariam agravados. Como penso ter mostrado em trabalho anterior, os camponeses residentes nas terras de Alcobaça comiam sobretudo um pão confeccionado à base de farinha de trigo¹⁰², mas por certo, como é expectável e como acontecia em outros lugares, além da taxa de extracção de farinha se ter elevado ao máximo, como já ficou dito, a dona de casa pouparia o seu trigo, que iria juntando ao milho nas quantidades possíveis, para enriquecer o pão da família. Comia-se, assim, um pão cada vez mais escuro e áspero e também com menos qualidades nutritivas, não só porque com menor quantidade de trigo, como também porque, com uma seara debilitada, o próprio grão tinha diminuído de qualidade, apresentando-se menos denso e produzindo menos farinha¹⁰³.

Ao mesmo tempo, era habitual consumirem-se os cereais de segunda em outras preparações culinárias como as papas ou os caldos, consumo que, aliás, não se resumia aos períodos de escassez e chegou quase até aos nossos dias¹⁰⁴.

Nestas circunstâncias, a hierarquia dos cereais esvaía-se. Não só a segunda passava a desempenhar o papel do trigo – no fabrico do pão, como já ficou dito, mas também na distribuição de esmolas e outras dádivas por parte do mosteiro¹⁰⁵, no pagamento de salários¹⁰⁶ –, como a relação de preço entre ambos, tradicionalmente de um para dois ou próximo disso¹⁰⁷, se tornava paritária ou quase¹⁰⁸, o que também acontecia com os próprios cereais. Se, em anos normais, a eventual substituição de trigo por um cereal de segunda se fazia na base de um para dois, a acompanhar o

¹⁰² GONÇALVES, Iria – *À mesa, nas terras de Alcobaça*, pp. 142-146.

¹⁰³ COMET, Georges – *Le paysan et son outil*, p. 222.

¹⁰⁴ RIBEIRO, Orlando – “Milho”. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1968, p. 58.

¹⁰⁵ O Mosteiro tinha uma lista relativamente grande de pobres (A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 245-246) a quem dava como esmola determinadas quantidades de cereal, diferentes de uns para outros e que em anos normais eram solvidas em trigo, como os salários e outros pagamentos. Na safra de 1438 já várias esmolas foram dadas em milho e em 1439 mais ainda (A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 205-209, 211v., 218-218v., 344-352v.).

¹⁰⁶ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 234, 270v., 273v.-274.

¹⁰⁷ Veja-se, por todos, MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, p. 223.

¹⁰⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, p. 224; LE MENÉ, Michel – “Les temps difficiles (XIV^e XV^e siècles)”. In *La France du XI^e au XV^e siècle: population, société, économie*. Paris: PUF, 1996, p. 390.

comportamento dos preços, na aneza de 1439 e mesmo já na de 1438, vários pagamentos habitualmente feitos no cereal nobre foram-no em milho – “em preço de trigo”, segundo o dizer da época, isto é, na base de um para um¹⁰⁹. E este é mais um indício seguro da entrada cada vez mais volumosa dos grãos miúdos na panificação.

Não é possível saber se o pão dos camponeses, a partir daqui, ainda via a sua qualidade mais diminuída. É sabido como, em casos de fome extrema, e não imaginando os homens e as mulheres da Idade Média subsistir sem o pão, se farinavam para confeccioná-lo, além das castanhas e das bolotas sobretudo de azinheira, o que já era longamente tradicional, também legumes, raízes comestíveis e até cascas de árvores¹¹⁰. O medo de morrer de fome era real para largas camadas de população¹¹¹ e, por isso, ia-se muito longe na procura e na diversificação de alimentos, sobretudo para conseguir pão. Sempre o pão.

Não existem quaisquer indícios de elementos exógenos a entrarem na panificação nas terras de Alcobaça e não entraram, como toda a verosimilhança. Mas que o pão perdeu muito da sua qualidade e que as rações de muitos diminuíram bastante; que se utilizaram largamente os cereais de segunda, incluindo a cevada; que os mais pobres se sentiram acossados e que o medo de morrer de inanição bateu às suas portas, isso está dentro de toda a possibilidade que a documentação permite vislumbrar. Nem de outro modo se podia entender a reacção das gentes perante uma baixa de produção como aquela que ficou registada. Tanto mais que até em Beringel,

¹⁰⁹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 234, 344, 370v., 371v., 373v., 374.

¹¹⁰ Muitos investigadores tiveram já ocasião de verificar casos desta gravidade. Podem ver-se, entre outros: BOLENS, Lucie – “Pain quotidien et pains de disette dans l’Espagne musulmane”. In *Agronomes andalous du Moyen Âge*. Genebra- Paris: Librairie Droz, 1981, p. 265; BOLENS, Lucie – “Les aliments de la disette au Moyen Âge: une diététique à base de pains végétaux (Andalousie XI^e-XIII^e siècles)”. In *L’Andalousie du quotidien au sacré. XI^e-XIII^e siècles*. Aldershot-Brookfield: Variorum Reprints, Collected Studies, 1990, art. VII, pp. 2-4 STOUFF, Louis – *La table provençale. Boire et manger en Provence à la fin du Moyen Âge*. Avinhão: A Barthélemy, 1996, pp. 43-44; MONTANARI, Massimo – *El hambre y la abundancia*, pp. 55-56; MONTANARI, Massimo – “L’alimentazione contadina nell’ Italia tardomedievale”. In *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*. Turim: Einaudi, 1984, pp. 201-202; RIERA MELIS, Antoni – “Panem nostrum quotidianum da nobis hodie”, p. 38; SALRACH, Josep M. – “Frente al hambre en la Edad Media”. In RODRÍGUEZ, Ana (ed.) – *El lugar del campesino. En torno a la obra de Reyna Pastor*. Valência: CSIC / Universitat de València – Servei de Publicacions, 2007, p. 101.

¹¹¹ Veja-se o que diz DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV^e-XVIII^e siècles)*. Une cité assiégée. [Paris]: Fayard, 1978, pp. 162-167.

situado, como já atrás ficou dito, numa terra que exportava trigo para fora de região e ocupava aí um dos espaços mais produtivos, se viram, nesta altura, os celeiros monásticos a serem assaltados e despojados de todo o grão aí armazenado¹¹².

3 – O comportamento dos preços

Entretanto, os preços iam subindo. Aliás, os preços dos cereais panificáveis – o trigo em primeiro lugar – oscilavam constantemente e, mesmo em anos de produção normal, iam subindo à medida que a época das ceifas ia ficando mais afastada¹¹³ e podiam mesmo duplicar durante o ano agrícola¹¹⁴. Todavia, perante uma quebra real de produção, ou até mesmo uma simples ameaça, verdadeira ou imaginada, de que isso ia acontecer, os preços podiam subir de forma dramática.

Claro que o fenómeno era sobretudo urbano. A cidade vivia já muito dependente do mercado e qualquer oscilação na oferta de um produto tão sensível como o cereal era susceptível de produzir consequências da mais variada ordem. E da mais variada grandeza. Bastava que um rumor se espalhasse anunciando que o trigo iria faltar para que a afluência ao mercado crescesse em desmesura e provocasse ela própria uma carestia que ia aumentando à medida que o rumor crescia e alastrava¹¹⁵. Se a escassez de cereais se prolongava e às vezes por vários anos, a alta dos preços podia

¹¹² A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 4, n.º 129; *OCist, Alcobaça*, liv. 5, fl. 141v.; *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 20, fl. 126; *Odiana*, liv. 4, fl. 258v-259.

¹¹³ Embora em ambiente urbano, vários investigadores puderam verificar grandes oscilações nos preços cerealíferos durante o ano agrícola. Como exemplo, poderei citar: STOUFF, Louis – “Une enquête économique en Provence au XIV^e siècle”. *Le Moyen Âge* 74 (1968), p. 522; LA RONCIÈRE, Charles-Marie de – *Prix et salaires à Florence au XIV^e siècle (1280-1380)*. Roma: École française de Rome, 1982, p. 95; HEERS, Jacques – *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles*, p. 394; BOIS, Guy – “Comptabilité et histoire des prix: les prix du froment à Rouen au XV^e siècle”. *Annales, E. S. C.*, 23.º ano, n.º 6 (Nov.-Dez. 1968), p. 1277.

¹¹⁴ SIVÉRY, Gérard – “L'évolution du prix du blé à Valenciennes”, p. 178.

¹¹⁵ Também este fenómeno foi já estudado por diversos investigadores. Podem ver-se, entre vários outros: ABEL, Wilhelm – *Crisis agraires en Europe*, p. 85; BENITO I MONCLÚS, Pere – “Carestía y hambruna en las ciudades de Occidente”, pp. 305-307; BENITO I MONCLÚS, Pere – “Las crisis alimenticias en la Edad Media”, pp. 127-129; AGUADÉ NIETO, Santiago – “Crisis de subsistencia, rentas eclesíásticas y caridad en la Castilla de la segunda mitad del siglo XV”. *En la España medieval* 2 (1982) - *Estudios en memoria del Profesor D. Salvador de Moxó*, t. I, p. 27; RIERA I MELIS, Antoni – “Pròleg”. In RIERA I MELIS, Antoni (coord.) – *Crisis frumentàries, iniciatives privades i polítiques públiques de proveïment a las ciutats catalanes durant la Baixa Edat Mitjana*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2013, p. 32.

tomar proporções assustadoras¹¹⁶ e arrastava consigo os preços de outros bens alimentares e não só¹¹⁷.

Naturalmente que em ambientes rurais como o que aqui está em análise, tudo, a este nível, se passava de modo diferente. Mas sendo os preços do trigo, como diz Antoni Riera Melis, que determinavam em última instância a conjuntura económica¹¹⁸, oscilações tão espectaculares como aquelas que por vezes se verificavam tinham, necessariamente, que alastrar as suas consequências a todos os ambientes. E assim também aos rurais, aos produtores. Como Alcobaça.

Em Alcobaça em data não muito anterior a Junho de 1437, mas impossível de precisar melhor¹¹⁹, o alqueire de trigo valia sete reais, mas logo subiu para dez e assim se foi mantendo ao longo do ano. Era um preço aceitável e praticado também em contextos urbanos, até porque em Junho do mesmo ano foi esse o valor de referência estipulado por D. Duarte para o pagamento de salários a oficiais do concelho de Lisboa¹²⁰. Mas esse foi um preço que não demorou muito a ser superado, com subidas constantes ao longo do ano de 1438, ano em que atingiu o preço de trinta reais, valor que até aí, tanto quanto a documentação permite saber, nunca fora atingido¹²¹, mas para rapidamente passar aos quarenta e aos cinquenta reais, valor que manteve, a par de outros menores. Todavia, e vista a fraca produção de 1439, subiram ainda um pouco mais, até ao valor máximo de cinquenta e cinco reais¹²².

¹¹⁶ Alguns autores encontraram subidas de preços na ordem dos 300% (BAULANT, Micheline – “Les prix des grains à Paris de 1431 à 1788”. *Annales, E. S. C.*, 23.º ano, n.º 3 (Maio-Jun. 1968), p. 537) e até de mais de 850% durante um período de oito anos de colheitas precárias (TRICARD, Jean – *Les campagnes limousines du XIV^e au XVI^e siècle. Originalité et limites d’une reconstruction rurale*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996, p. 38).

¹¹⁷ Veja-se a bibliografia citadas na nota 115.

¹¹⁸ RIERA I MELIS, Antoni – “Pròleg”, p. 23.

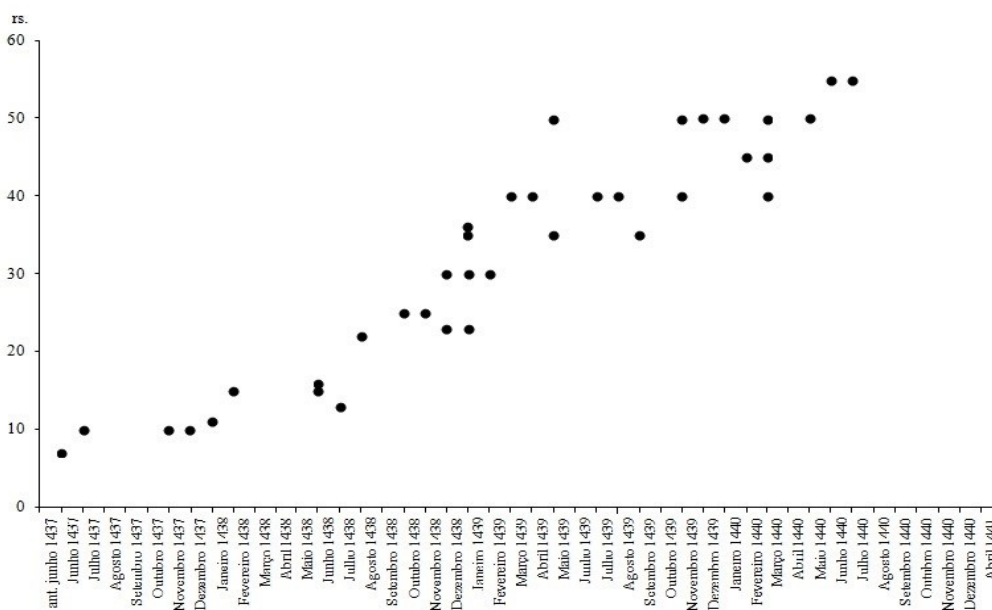
¹¹⁹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 18v.

¹²⁰ *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. II, p. 265.

¹²¹ FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal*, p. 120. Este autor publica uma lista de preços cerealíferos provenientes dos séculos XIV e XV a pp. 251-257. Uma outra boa lista de preços de cereais, mais alargada – entre os séculos XIII e XVI – foi elaborada por VIANA, Mário – “Alguns preços de cereais em Portugal (séculos XIII-XVI)”. *Arquipélago – História*, 2.ª série, 11-12 (2007-2008), pp. 212-272.

¹²² Para tudo o que acabei de dizer veja-se o gráfico 4.

Gráfico 4
A evolução dos preços do trigo
(em reais/alqueire)



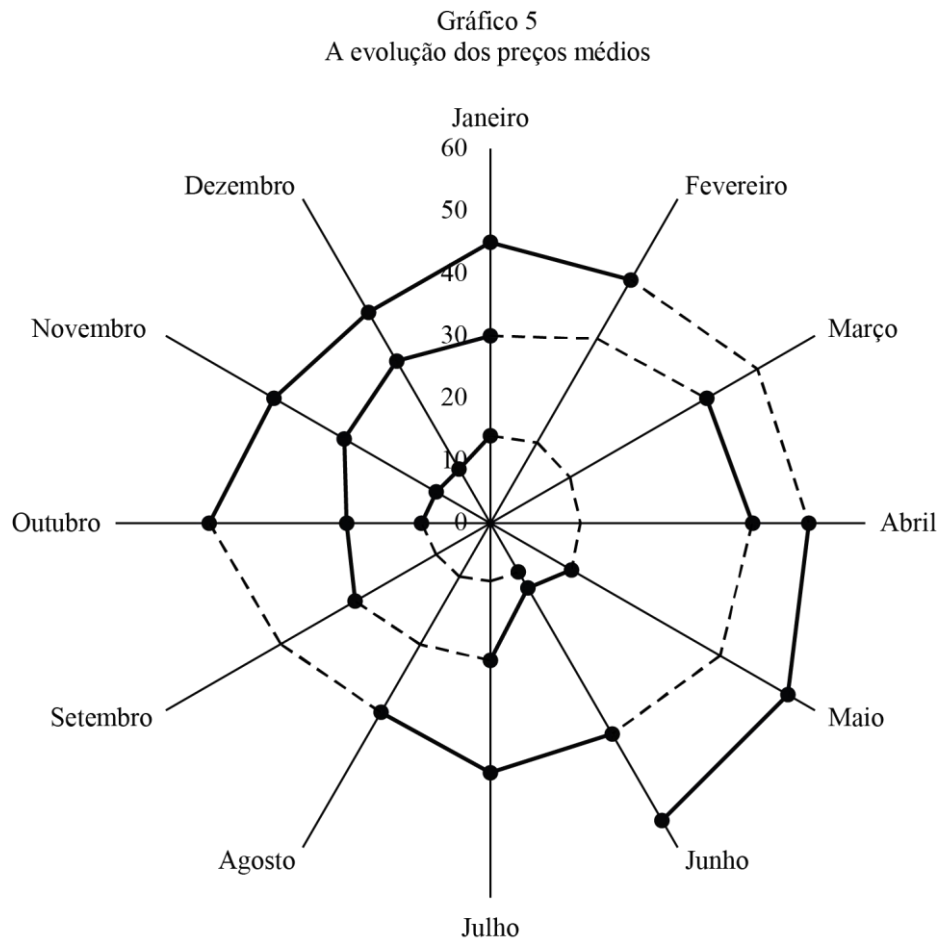
Preços praticados num mercado rural, como era o de Alcobaça, correspondentes, quase todos eles, a vendas feitas pelo mosteiro a revendedores que iriam apresentar o trigo em outros mercados, sem dúvida urbanos, esses preços só podiam subir bastante no consumidor final. A tornarem-se incomportáveis para muitas bolsas. A sugerirem-nos a verosimilhança, nesses lugares, da introdução de farinhas de várias espécies, algumas, talvez, de procedências exógenas, na panificação dos pobres, como acontecia com frequência¹²³. E como já atrás ficou lembrado.

Mesmo aqui, em Alcobaça, analisando os preços médios¹²⁴ que o trigo foi atingindo ao longo dos três anos documentados, infelizmente com algumas falhas de informação, vemos desenhar-se uma autêntica espiral de preços que nem sequer abranda com a aproximação das ceifas – o mês de Junho em que, eventualmente, até

¹²³ Veja-se a bibliografia citada na nota 110.

¹²⁴ Embora não tenham subsistido preços para todos os meses abrangidos pelo livro de contabilidade que chegou até nós, para vários deles ficaram registados dois ou mesmo três preços. Nesses casos procurei os valores médios. É certo que conjugar estes preços com aqueles que provêm de um registo único, para lá de outras incongruências, não é a forma mais correcta de trabalhar. Mas a nossa documentação medieval é tão parca em dados numéricos e concretamente em preços que toda a informação existente merece ser trabalhada com tanta minúcia quanta a possível e de todas as formas pertinentes. Desde que, naturalmente, fiquem ressalvadas as anomalias de que padecem.

já se poderia ceifar alguma seara mais temporã, semeada em lugar mais soalheiro – , antes mantém o maior preço de que nos ficou registo¹²⁵.



A colheita de 1440, por sua vez, já deve ter sido normal ou próximo disso, porque o preço de que nos ficou notícia após a ceifa desse ano – infelizmente de data impossível de precisar com rigor – mostra uma quebra brusca para os níveis anteriores à escassez¹²⁶. O que era habitual em casos semelhantes¹²⁷.

¹²⁵ Veja-se o gráfico 5.

¹²⁶ Veja-se o gráfico 4.

¹²⁷ ABEL, Wilhelm – *Crises agraires en Europe*, p. 87; HEERS, Jacques – *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles*, p. 394; BOIS, Guy – “Comptabilité et histoire des prix”, p. 1277.

4 – Alguns efeitos secundários

a – A valorização dos grãos inferiores

Sendo o trigo, nas terras de Alcobaça, o primeiro dos cereais panificáveis e o que todos mais consumiam em anos de colheita normal, porque o mais produzido em todas estas glebas, já atrás ficou visto como, em anos de escassez, o milho se lhe podia aproximar bastante em volume de colheita e, por isso mesmo, o podia substituir em diversas circunstâncias, inclusive na panificação do próprio mosteiro. Mas se o milho se apresentava, de entre os grãos secundários, como o mais proeminente, era apenas porque a sua condição de cereal de Primavera permitia uma larga sementeira suplementar, mas todos os outros o acompanhavam – uma presença benfazeja e sempre desejada.

Porém, não só os cereais de segunda: também as leguminosas. E era assim em todo o lado.

Em circunstâncias normais, os legumes conheciam um cultivo difuso por todo o lado. Sobretudo as favas, sem dúvida os mais importantes¹²⁸, até porque o seu grão tinha atingido já um tamanho relativamente grande, mas também ervilhas, chícharos, lentilhas, grãos-de-bico, feijões e outros ainda¹²⁹. Naturalmente, em épocas de escassez cerealífera, o seu cultivo intensificava-se e as suas formas de consumo diversificavam-se, a entrarem, como já atrás ficou dito, na própria panificação. Deste modo, já alguns investigadores os têm considerado como verdadeiros cereais de substituição¹³⁰.

¹²⁸ STOUFF, Louis – *La table provençale*, p. 74; MARANGES, Isidra – *La cuina catalana medieval, un festí per als sentits*. Barcelona: Rafael Dalmau, 2006, p. 291; MONTANARI, Massimo – *L'alimentazione contadina nell' Alto Medioevo*, p. 155; CORTONESI, Alfio – “Colture, tecniche e lavoro nel Lazio bassomedioevale”, p. 67; ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – “Las necesidades iniludibles”, p. 17. Ana Maria RODRIGUES (*Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1995, p. 245) refere mesmo que é a fava a única leguminosa individualizada na documentação que trabalhou.

¹²⁹ Para lá da bibliografia citada na nota anterior podem lembrar-se ainda, entre outros: CORTONESI, Alfio – “Autoconsumo e mercado”, p. 35; FERNÁNDEZ SUÁREZ, Ana – *Teverga, un concejo de la montaña asturiana en la Edad Media*. Oviedo: Ediciones Idea, 1992, p. 109; TOUBERT, Pierre – “Disettes, famines et contrôle du risque alimentaire”, p. 457.

¹³⁰ BRAUDEL, Fernand – *Civilização material e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Trad. de Maria Antonieta Magalhães Godinho, t. I. Lisboa – Rio de Janeiro: Cosmos, 1970, p. 91; FERNÁNDEZ SUÁREZ, Ana – *Teverga, un concejo de la montaña asturiana en la Edad Media*, p. 109; CORTONESI, Alfio – “Autoconsumo e mercado”, p. 35.

Assim era, também, nas terras senhoreadas pelo mosteiro de Alcobaça.

É certo que a documentação – e repito: toda ela de proveniência monástica –, embora se refira com frequência às leguminosas, fá-lo quase sempre de forma estereotipada e englobando-as a todas no mesmo grupo e sem individualizar qualquer delas. As mais das vezes que as fontes alcobacenses as mencionam é no contexto dos contratos de locação de terras, onde ficava dito que delas se pagava o quarto da produção, na eira, como os cereais¹³¹. Mas a partir daí é o silêncio, ou quase. Arrendadas as rendas, os monges pareciam desinteressar-se delas e deixá-las, na sua totalidade, aos rendeiros.

Mas não assim os camponeses.

Em Alcobaça, como em todo o lado, qualquer família aldeã cultivava junto de casa, na horta que aí afeiçoara, uma grande variedade de vegetais, onde nunca faltavam algumas leguminosas. Destinavam-se ao autoconsumo e, na sua maior parte, tal como até épocas muito próximas de nós, eram consumidas em verde. E tanto mais era assim nas terras de Alcobaça quanto, para elas, usufruíam os camponeses da vantagem de não serem oneradas com qualquer punção, regalia que lhes era assegurada pelas primitivas cartas de povoamento¹³² e confirmada mais tarde pelos chamados forais manuelinos¹³³. E era essa uma vantagem apreciada e tanto que, numa determinada altura – finais do século XIV –, durante uma contenda entre Aljubarrota e o mosteiro, na lista de agravos apresentada em tribunal por aquela vila, constava o facto de que, desde havia três anos, o D. Abade lhes mandava quarter¹³⁴ as verças na horta, o que ia contra os seus direitos¹³⁵. Todavia, essas leguminosas cultivadas na horta ainda eram, talvez, as menos importantes, embora a sua época de produção – Primavera, princípios de Verão –, altura em que os cereais

¹³¹ GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, gráfico da p. 287.

¹³² A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 1, n.º 1.

¹³³ *Forais manuelinos do reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa*. Ed. por Luiz Fernando de Carvalho Dias. *Estremadura*. Beja: Ed. do Autor, 1962, pp. 148-161.

¹³⁴ Isto é, demarcavam quatro leiras e os monges escolhiam uma.

¹³⁵ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça, 2ª inc.*, m. 62, n.º 6.

ceifados no ano anterior começavam a aproximar-se, perigosamente, da exaustão, elas fossem muito bem-vindas e afirmassem uma presença quase constante na mesa dos camponeses.

No entanto, o cultivo destas plantas em campo aberto era já o mais importante na Baixa Idade Média e encontrava-se bastante generalizado, conhecidos que eram os benefícios de vária ordem que daí advinham, tanto para as terras que enriqueciam, sobretudo em azoto, quando enterradas em verde, como para a alimentação, tanto humana como animal¹³⁶. Os legumes entravam assim no ciclo de rotação dos cereais, constituindo no mundo mediterrânico, como já foi notado, o equivalente ao que na época se praticava nos terrenos cerealíferos da Europa do Noroeste com o afolhamento trienal e a sementeira dos cereais de Primavera¹³⁷.

Eram estes que se secavam, que podiam ser consumidos ao longo de todo o ano, que nas épocas de penúria cerealífera podiam ser farinados e entrar na massa de que eram feitos os pães dos pobres ou eram confeccionados de várias outras maneiras. Eram estes que, na cidade, sintomaticamente, gozavam, como os cereais, da isenção de sisas e dízimas ou que, como estes, conferiam segurança aos mercadores que de fora aqui os fizessem chegar¹³⁸. Prova clara da importância que lhes era atribuída no seu papel de produtos supletivos dos cereais.

Nas terras de Alcobaça fazia-se também, de forma bastante generalizada, a sementeira, ao menos parcial, dos pousios com leguminosas¹³⁹ e se, como atrás ficou dito, o mosteiro parecia desinteressar-se daquele quarto que lhe pertencia, de acordo com a letra dos contratos de locação que celebrava com os camponeses,

¹³⁶ FOURQUIN, Guy – “Le temps de la croissance”. In DUBY, Georges; WALLON, Armand (dir) – *Histoire de la France rurale*. Vol. I - *La formation des campagnes françaises des origines au XIV^e siècle*. Dir. Georges Duby. Paris: Seuil, 1975, pp. 418-419; NEVEUX, Hugues – “Déclin et reprise: la fluctuation biséculaire”. In DUBY, Georges; WALLON, Armand (dir) – *Histoire de la France rurale*. T. II – *L’âge classique des paysans. 1340-1789*, dir. Emmanuel Le Roy Ladurie. Paris: Ed. du Seuil, 1975, p. 23.

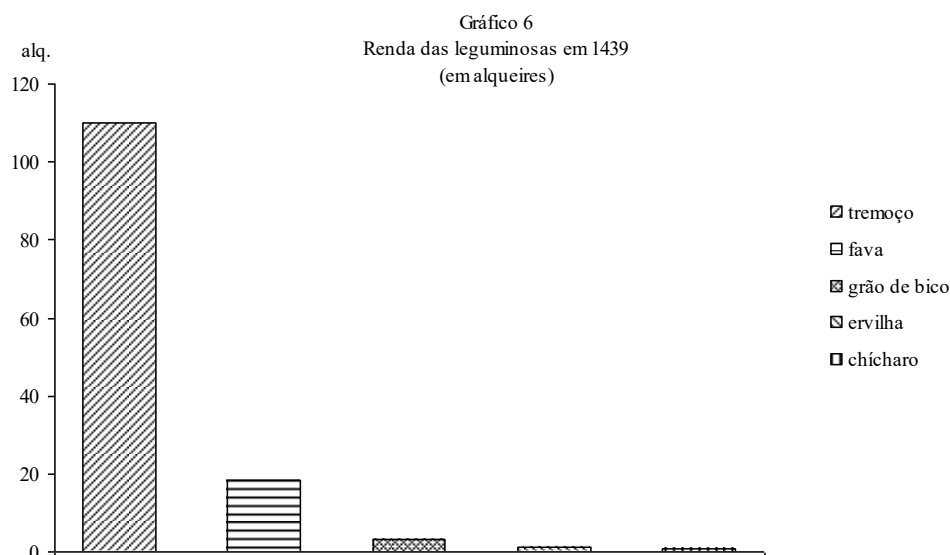
¹³⁷ TOUBERT, Pierre – “Disettes, famines et contrôle du risque alimentaire”, p. 457.

¹³⁸ Acontecia o mesmo em todos os períodos de escassez: *Descobrimientos portugueses*, vol. I, p. 231; supl. ao vol. I, pp. 506, 508-509; *Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis*, vol. I, p. 201; vol. II, p. 267; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal*, pp. 265-267; FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal*, pp. 117-118.

¹³⁹ Abordei este assunto em *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, pp. 67, 219.

neste ano de 1439 arrecadou-as em todas as vilas onde também arrecadou o cereal¹⁴⁰.

Os legumes chegados ao mosteiro foram a fava, o grão-de-bico, o tremço, a ervilha e o chícharo. Quase todos em pequenas ou mesmo muito pequenas quantidades¹⁴¹.



Nota-se, neste enumerado, a falta de dois dos legumes mais cultivados e consumidos no Ocidente europeu: a lentilha e o feijão. Se nas hortas dos camponeses alcobacenses eles tinham alguma expressão, essa não podia ser grande, na medida em que não o comportava o espaço sempre tão pequeno e tão retalhado da horta. Aparentemente, não entravam no pousio das searas, nem sequer as lentilhas, nunca referidas nas fontes medievais de Alcobaça. Os feijões, pelo contrário, sabe-se que faziam parte do cardápio dos monges nos dias de abstinência ritual e em que por isso se consideravam menos bem alimentados. Mas eram adquiridos fora, em Santarém, por compra¹⁴². Quanto aos camponeses, ao menos o feijão deviam cultivá-lo, talvez a partir de algumas espécies já conhecidas que podiam consumir-se em verde, com a respectiva vagem¹⁴³. Apenas semeados na horta.

¹⁴⁰ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 328-334.

¹⁴¹ Veja-se o gráfico 6.

¹⁴² A. N. T. T., *Fragmentos*, cx. 13, m. 6, 1.º frag., fl. 6v.

¹⁴³ Veja-se BOLENS, Lucie – “Le haricot vert en Andalousie et en Méditerranée médiévale (phaseolus, dolichos, lübiä, judía)”. *Al-Qantara* 8 (1987), p. 73.

Os quantitativos de legumes secos arrecadados pela abadia neste ano de 1439, não obstante serem, como disse, pouco avultados, foram recolhidos em quantidades muito díspares desde os 113,5 alqueires de tremoços até ao menos de um alqueire de chicharos¹⁴⁴. O que talvez tenha algum significado em termos das utilizações que eram dadas a cada um deles e da conjuntura em que esta colheita se integrava.

Os tremoços, com os seus 82,7%¹⁴⁵ do conjunto, revelaram-se largamente maioritários em todo o espaço em consideração. Mas este legume conhecia utilizações outras, bem diferentes do consumo humano. É possível que, tal como acontecia em diversas paragens, eles fossem utilizados na alimentação animal, o que libertaria para os homens e as mulheres boa parte da cevada que em regra era consumida por animais. Mas sabemos que ainda em épocas muito posteriores àquelas que aqui estão em apreço, se faziam nestas terras grandes sementeiras de tremoço para azotar os solos, pelo seu enterramento na época da floração¹⁴⁶. Pelo que era necessário reservar grandes quantidades para lançar à terra no ano seguinte. Como, por outro lado, não podiam ser consumidos em verde, todos chegavam à eira, e aí a punção senhorial lá estava, para se exercer sobre eles. Por tudo isto avultaram de forma tão exuberante.

As favas eram também nestas terras, como em outros lugares, os legumes mais consumidos¹⁴⁷. Aqui, os seus 13,5% no conjunto das rendas monásticas não parecem confirmá-lo. Mas há alguns aspectos a tomar em consideração. Por um lado, a presença grandemente maioritária dos tremoços, a conseguir uma redução

¹⁴⁴ De novo remeto para o gráfico 6.

¹⁴⁵ Para as percentagens que aqui irei referir reportei-me a GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, tabela da p. 80.

¹⁴⁶ NATIVIDADE, Joaquim Vieira – *A região de Alcobaça. Algumas notas para o estudo da sua agricultura, população e vida rural. Obras várias*, vol. I. Lisboa: Imp. Libanio da Silva, s. d, p. 51.

¹⁴⁷ Podem ver-se, referidos a outros lugares: STOUFF, Louis – *La table provençale*, p. 74; MONTANARI, Massimo – *L'alimentazione contadina nell'Alto Medioevo*, p. 205; RIERA MELIS, Antoni – “Los sistemas alimentarios de los estamentos populares en el Mediterráneo noroccidental”, p. 89. Como legume de eleição que era, a fava foi ornada de muitas qualidades, reais ou simbólicas, crenças que o mundo antigo legou à Idade Média. Sobre este aspecto, e numa abordagem diferente, é interessante o trabalho de GARNSEY, Peter – “La fève: substance et symbole”. In AURELL, Martin; DUMOULIN, Olivier; THELAMON, Françoise (ed.) – *La sociabilité à table. Commensalité et convivialité à travers les âges. Actes du colloque de Rouen, 14-17 novembre 1990*. Ruão: Publications de l'Université de Rouen, 1992, pp. 317-323.

drástica das representações de todos os outros legumes; por outro, eles não se dirigiam, sequer na sua maior parte, à alimentação humana.

A fava, pelo contrário, destinava-se ao consumo humano, independentemente de à planta, que não ao grão, serem dadas outras utilizações, como o enterramento e a alimentação animal, e sabe-se que ela entrava com muita frequência em todas as mesas. Nos casos em que foi possível saber quando e a que ritmo isso acontecia, verificou-se uma presença assídua durante os meses de Abril/Maio, a denunciar, precisamente, a sua condição de legume verde. E isto em mesas com alguma ou mesmo muita exigência¹⁴⁸. Podendo os camponeses de Alcobaça alimentar-se livremente de legumes, tendo, muitos deles, exaurido as suas reservas cerealíferas¹⁴⁹, com uma ceifa que se anunciava mais desastrosa ainda do que a anterior, todas aquelas famílias se alimentariam, o mais possível, desse bem-vindo recurso que eram as favas. E que eram todos os outros legumes, sobretudo também as ervilhas, com apenas 2,4% nas receitas da abadia, mas podendo, do mesmo modo, comer-se livremente em verde. E todos os outros, que todos eram uma bênção em períodos de carência.

Penso que a fraca representação dos legumes secos destinados à alimentação humana se deveu, neste ano de 1439, a um grande aumento do seu consumo em verde, na falta dos cereais.

Um outro sucedâneo do pão, que também muito se utilizava em períodos de penúria e não só, era a castanha. As terras de Alcobaça não se encontram na zona preferencial do castanheiro, que procura terras mais frias, mas ele ainda aí cresce e frutifica com alguma facilidade. Em redor do mosteiro e até à Maiorga, erguiam-se pequenos soutos, matas mais cuidadas porque a dominância pertencia ao

¹⁴⁸ GONÇALVES, Iria – “Acerca da alimentação medieval”. In *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, p. 205; AIROLDI, Paola – “La tavola del conte: speze per il cibo alla corte di Filippo I di Savoia (1269-1274)”. In COMBA, Rinaldo; NADA PATRONE, Anna Maria; NASO, Irma (org.) – *La mensa del principe. Cucina e regimi alimentari nelle corti sabaude (XIII-XV secolo)*. Cuneo – Alba – Rocca de' Baldi: Società studi storici di Cuneo, Famija albeisa, Museo e centro studi "Augusto Doro", 1997, p. 22.

¹⁴⁹ Adiante voltarei ao assunto.

castanheiro¹⁵⁰. Aliás, os seus frutos faziam parte, como os legumes, dos jantares monásticos nos dias em que a refeição era “magra”, isto é, nos dias em que, ritualmente, deviam alimentar-se de peixe¹⁵¹. Devido às suas qualidades nutritivas. Assim sendo, sobretudo em épocas de fome, fazia-se sempre das castanhas o maior consumo possível, utilizando-as cruas ou em diversas preparações culinárias, inclusive na panificação¹⁵². Embora mais moderadamente do que em outras regiões mais a Norte, porque o produto não abundava, também os camponeses alcobacenses não deixavam de introduzir a castanha nas suas refeições, sempre que isso se tornava possível.

b – Dificuldades subsequentes

Com maior ou menor intensidade, esta escassez cerealífera atingiu a generalidade das famílias, para lá daquela ínfima camada de gentes possidentes. De forma diferente na cidade e no campo, mas tanto nuns locais como noutros, a fome ou, ao menos, o seu fantasma muito nítido bateram a quase todas as portas. O que não podia ter deixado de acontecer, dado que acontecia com frequência mesmo em épocas de abastecimento normal. Ao menos nas casas de gente pouco abonada, que era a maioria. Giovanni Cherubini diz-nos mesmo que “la minaccia della fame o la fame pura e semplice erano [...] compagne inseparabili dell’uomo del Medioevo”¹⁵³.

Nesta medida, os camponeses trabalhavam afadigadamente durante o ano inteiro para o autosustento da família e para pagar todos os tributos devidos ao senhor da terra. Assim todos aqueles que habitavam os coutos alcobacenses, uma vez que viviam em terras senhoriais, que todas elas pertenciam ao mosteiro. Se uma ou outra família detinha, fora deste circuito, algumas glebas alodiais, tal facto não surgiu, nem

¹⁵⁰ Embora a documentação de Alcobaga não dê grande destaque a estes soutos – como as demais matas, eles pertenciam à reserva senhorial, sempre muito mais discretamente mencionada –, ainda assim eram-no de molde a conhecer-se bem a sua localização e importância (A. N. T. T., *OCist, Alcobaga, 2ª inc.*, m. 25, n.ºs 578, 621; m. 33, n.º 821, fl. 3-3v.; m. 38, n.º 921; *OCist, Alcobaga, 1ª inc., Docs. Particulares*, m. 41, n.ºs 22, 37, 38; m. 42, n.º 11; *OCist, Alcobaga*, liv. 12, fl. 72v.-73, 105-105v.; liv. 15, fl. 13-73; liv. 136, fl. 102-103v.; liv. 183, fl. 97; liv. 212, fl. 64v.-65).

¹⁵¹ A. N. T. T., *Fragmentos*, cx. 13, m. 6, 1.º frag., fl. 6v.

¹⁵² Sobre este assunto veja-se GONÇALVES, Iria – “A árvore na paisagem rural do Entre-Douro-e-Minho”. In *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as inquirições de Afonso III*. Porto: CITCEM – Edições Afrontamento, 2012, pp. 53-58 e bibliografia aí citada.

¹⁵³ CHERUBINI, Giovanni – “La carestia del 1346-47 nell’inventario dei beni di un monasterio del contado aretino”. *Rivista di storia dell’agricoltura*, vol. X, n.º 2 (1970), p. 180.

seria expectável que surgisse, na documentação que temos disponível. De qualquer modo, não seriam muitas as famílias nessas condições e, se residiam nos coutos, é lógico pensar que aí teriam a maior parte dos seus interesses económicos. Em resumo: a generalidade destes camponeses via sempre substancialmente reduzidas as suas colheitas após os pagamentos devidos ao mosteiro. Poucos ou nenhuns excedentes seriam capazes de produzir.

Porém, neste final da Idade Média toda a sociedade, urbana como rural, encontrava-se já bastantes monetarizada, de modo que também os camponeses precisavam de algumas moedas para compra de um ou outro produto indispensável que não eram capazes de produzir e para satisfazer diversos encargos. Por isso, podiam mesmo precisar de aventurar-se a colocar no mercado algumas pequenas quantidades dos víveres que arrancavam à terra. O que, em regra, não era muito compensador, a não ser que o próprio fizesse o transporte. Neste caso, o mercado teria que ser próximo e as quantidades realmente pequenas.

Para os camponeses de Alcobaça, os mercados mais apropriados e revestindo já alguma dimensão eram os de Leiria e Óbidos, possíveis de atingir em menos de um dia, para homens que se deslocavam a pé ou, se se queria algo de maior dimensão, era preciso demandar Santarém, mas para isso gastava-se todo um dia de marcha a partir de Alcobaça¹⁵⁴. O que não assustaria caminheiros experientes como eram todos os camponeses medievais.

Ora, o trigo era um produto com larga aceitação em qualquer mercado urbano e tanto maior quanto mais pobre se revelasse a oferta do mesmo. Por outro lado, quando a inflação se manifestava actuante, então, sim, a venda de alguns alqueires de trigo podia apresentar-se como sendo compensadora¹⁵⁵.

¹⁵⁴ GONÇALVES, Iria – “Viajar na Idade Média: de e para Alcobaça na primeira metade do século XV”. In *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizontes, 1988, pp. 192-193.

¹⁵⁵ Era o que faziam alguns camponeses em circunstâncias semelhantes àquelas que aqui estão em análise: RIERA MELIS, Antoni – “Los sistemas alimentarios de los estamentos populares en el Mediterráneo noroccidental”, p. 94; MONTEANO, Peio J. – *Los Navarros ante el hambre*, p. 139; GAULIN, Jean-Louis; MENANT, François – “Crédit rural et endettement paysan dans l’Italie communale”. In BERTHE, Maurice (ed.) – *Endettement paysan et crédit rural dans l’Europe médiévale et moderne. Actes des XVII^{es} Journées internationales d’histoire de l’abbaye de Flaran, Septembre, 1995*. Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 1998, p. 62.

Por outro lado ainda, sabe-se que, em alturas de carência cerealífera, pequenos comerciantes e até artesãos apresentavam-se em mercados compensadores a vender trigo comprado a camponeses das proximidades ou até mais afastados¹⁵⁶, pelo que percorriam as aldeias com propostas por certo aliciadoras.

Não há notícia de semelhantes procedimentos nas terras de Alcobaça, mas as circunstâncias permitem, pelo menos, colocar as hipóteses de alguma destas ocorrências perante a subida documentada dos preços e a certeza do seu aumento bem maior em qualquer mercado urbano. É possível que um ou outro dos camponeses alcobacenses se sentisse aliciado ou até pressionado pelas circunstâncias a desfazer-se de algum do seu trigo, pensando subsistir, até melhores tempos, com os grãos de segunda e as leguminosas.

Mas o que é realmente seguro é que algumas famílias acabaram por esgotar completamente as suas reservas e viram-se constrangidas a consumir também uma parte da semente.

Era esta uma situação aflitiva e desastrosa. E tanto assim que até as elites concelhias, aquelas cuja voz era audível porque tinham assento em cortes, se mostravam sensíveis a esta circunstância, a ponto de apresentarem o pedido de que, quando algum lavrador tivesse dívidas, o não mandassem penhorar nos bois de arado e na semente, se outros bens tivesse, “polla grande perda que se lhe sege por ficar sem boys e sem semente”¹⁵⁷.

Sem semente ou com pouca para lançar à terra, a colheita do ano seguinte encontrava-se seriamente comprometida, ainda que as condições meteorológicas e outras se mostrassem propícias ao desenvolvimento das plantas. Havia que envidar todos os esforços no sentido de colmatar a lacuna.

¹⁵⁶ RICHOU I LLIMONA, Montserrat – “Una decada d’abastament frumentari a Barcelona. La contribució de la iniciativa privada en els anys setanta del segle XIV”. In RIERA I MELIS, Antoni (coord.) – *Crisis frumentàries, iniciatives privades i polítiques públiques de proveïment a las ciutats catalanes durant la Baixa Edat Mitjana*. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, 2013, pp. 117-159.

¹⁵⁷ *Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498)*, p. 106.

O recurso mais comum era recorrer ao empréstimo¹⁵⁸. Mas, em regra, na própria comunidade não havia muita margem de escolha, porque todas ou quase todas as famílias da região se encontravam em situação semelhante ou, quando muito, tinham à justa as quantidades de que precisavam para as suas searas.

Porém, o senhor tinha sempre excedentes e não lhe convinha que as terras ficassem improdutivas, uma vez que também seria participante do prejuízo. Empréstava cereal aos seus foreiros, para sementeira, sim, mas por vezes também para consumo.

Assim fizeram os monges alcobacenses nesta conjuntura depressiva. Entre 8 de Maio de 1439 e 3 de Março de 1440, emprestaram aos seus camponeses, entre trigo e milho, perto de oito moios de cereal¹⁵⁹, por vezes com a indicação de que se destinava à sementeira¹⁶⁰, outras talvez também ao consumo¹⁶¹. Pena que na maior parte dos casos o destino do grão não tivesse sido registado. Mas, entre 8 de Maio e 10 de Dezembro de 1439, o cereal emprestado foi maioritariamente o milho¹⁶², o que leva a crer que os primeiros empréstimos terão sido para lançar à terra, mas não os últimos, já demasiado tardios. Para estes, o destino mais lógico seria o consumo. Entre 12 de Fevereiro e 3 de Março de 1440 emprestou-se trigo¹⁶³. Algum dele também para semear, como já foi registado. Lançado à terra já em finais de Fevereiro – até 22¹⁶⁴ –, era sem dúvida trigo tremês, também ele de Primavera, que, com o seu ciclo vegetativo mais curto do que os de Inverno, ajudaria ainda a compor a colheita desse ano de 1440. Aliás, uns dias antes seguira para uma das searas do mosteiro, dita “do abade”, na Roda, uma remessa de trinta alqueires de trigo “para

¹⁵⁸ O que acontecia em todo o lado: PINTO, Giuliano – “Contadini e proprietari nelle campagne fiorentine: il piviere dell’Impruneta”. In *Toscana medievale. Paesaggi e realtà sociali*. Florença: Casa Editrice le Lettere, 1993, p. 171; MONTEANO, Peio J. – *Los Navarros ante el hambre*, p. 152; FURIÓ, Antoni – “Endettement paysan et crédit dans la Péninsule Ibérique au Bas Moyen Âge”. In BERTHE, Maurice (ed.) – *Endettement paysan et crédit rural dans l’Europe médiévale et moderne. Actes des XVII^{es} Journées internationales d’histoire de l’abbaye de Flaran, Septembre, 1995*. Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 1998, p. 150; CHERUBINI, Giovanni – “La carestia del 1346-47”, p. 183.

¹⁵⁹ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 205-401v., *passim*.

¹⁶⁰ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 205, 208 v.º, 219.

¹⁶¹ O que não ficou registado. Mas alguns empréstimos muito fora das épocas de sementeira levam, pelo menos, a colocar a hipótese de se destinarem ao consumo. Por exemplo, um empréstimo de milho, cereal de Primavera, feito em Dezembro. A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 205.

¹⁶² A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 205, 208v., 213 v., 219, 344, 351v.

¹⁶³ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 398 v., 400-400 v.

¹⁶⁴ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 400.

semear” e registou-se a seguir trigo tremês¹⁶⁵. Tudo se fazia, em conjuntura tão depressiva, para minorar a escassez.

É certo que por esta via os aldeãos resolviam alguns dos seus problemas mais imediatos. Mas é certo também que uma parte da colheita futura ficava desde logo comprometida, porque em conjunto com os foros habituais havia que pagar o empréstimo, com ou sem juros, juros que também as instituições religiosas podiam cobrar¹⁶⁶. Nada nos permite saber se o mosteiro cobrava ou não algum interesse por esses empréstimos, mas, mesmo que o não fizesse, tinha que ser ressarcido das quantias emprestadas. E mesmo sem esse ónus suplementar, a conjuntura já era suficientemente má para ter deixado muitas sequelas.

Para finalizar

Não é possível saber que outras marcas, permanentes ou não, esta escassez cerealífera deixou nas terras de Alcobaça.

O mosteiro, embora tenha tido alguns prejuízos, que teve – a diminuição das rendas, os gastos causados pela cobrança em 1439, o assalto aos celeiros de Beringel, não foram compensados pela subida dos preços –, mas os monges eram ainda, nesta altura, muito ricos¹⁶⁷, pelo que facilmente se recompuseram, se é que, na verdade, chegaram a precisar disso.

Mas não assim as famílias camponesas, pelo menos em boa parte. Se elas eram tão pobres como o próprio abade reconhecia e atrás ficou referido; se tantas dessas famílias precisaram recorrer ao empréstimo, ao menos de cereal¹⁶⁸, é porque a fome chegou a bater às suas portas e elas envidaram os esforços possíveis para a não deixar entrar. Se é que o conseguiram. No entanto, como a conjuntura depressiva se não arrastou por demasiado tempo – como atrás ficou dito, a colheita de 1440, como

¹⁶⁵ A. N. T. T., *OCist, Alcobaça*, liv. 14, fl. 400.

¹⁶⁶ MONTEANO, Peio J. - *Los Navarros ante el hambre*, p. 152. Maurice BERTHE (*Famines et épidémies dans les campagnes navarraises*, p. 287) fala mesmo em empréstimos contraídos junto de usurários.

¹⁶⁷ Foi só mais tarde, sob a gestão dos abades comendatários, que começaram a notar-se sinais de desequilíbrio nas finanças deste mosteiro.

¹⁶⁸ Não ficou registado qualquer empréstimo em dinheiro, como aconteceu em outras paragens, no dizer de alguns investigadores.

tudo leva crer, já se mostrou normal ou próximo disso –, é possível que as feridas se tivessem curado com alguma rapidez e não tivessem chegado a ser muito profundas¹⁶⁹.

Todavia, quando se trata de camponeses, que não falavam por si próprios porque a sua voz não era audível, temos que ficar, muitas vezes, por conjecturas.

Referências bibliográficas

Lisboa, Arquivo Nacional / Torre do Tombo

a – Fundos alcobacenses

Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 2ª incorporação (= Ordem de S. Bernardo, Mosteiro de Alcobaça), m. 1, 4, 8, 25, 33, 38, 62, 70, 86 e 89.

Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1ª incorporação, Documentos Particulares (= Corporações Religiosas, Mosteiro de Alcobaça), m. 38, 41, 42.

Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Documentos Régios (= Corporações Religiosas, Mosteiro de Alcobaça, Documentos Reais), m. 2, 4.

Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça (= Conventos Diversos, Mosteiro de Alcobaça), liv. 5, 11, 12, 14, 15, 136, 183, 194, 212.

b - Chancelarias régias

Chancelaria de D. Afonso V, liv. 2, 16, 18, 20.

Chancelaria de D. João III, liv. 50.

¹⁶⁹ Situações dramáticas como alguns autores encontraram, com famílias camponesas a cair na total indigência e mesmo a ver alguns dos seus membros a morrer de inanição ocorriam, por um lado, em regiões sobrepovoadas e onde as sucessivas partilhas da propriedade a tinham tornado inviável e quando a escassez se arrastava por vários anos (MOLLAT, Michel – *Les pauvres au Moyen Âge*, pp. 87-90; BERTHE, Maurice – “La famine et la mort dans les campagnes du royaume de Navarre au XIV^e siècle”. In *La mort au Moyen Âge. Colloque de l’Association des Historiens Médiévistes Français réunis à Strasbourg en juin 1975, 6^e Congrès*. Estrasburgo: Librairie Istra, 1977, pp. 67-80; BERTHE, Maurice – *Famines et épidémies dans les campagnes navarraises*, p. 288; GAULIN, Jean-Louis e MENANT, François – “Crédit rural et endettement paysan”, p. 61). Nem uma nem outra destas ocorrências sucedeu em Alcobaça.

c - Leitura Nova

Estremadura, liv. 4, 6, 7.

Odiana, liv. 4.

d - Fragmentos

Fragmentos, cx. 13.

Fontes impressas

Actas de vereação de Loulé. Séculos XIV-XV. Supl. de al'-Ulyā, n.º 7. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 1999-2000.

Actas de vereação de Loulé. Século XV. Supl. de al'-Ulyā, n.º 10. Loulé: Arquivo Histórico Municipal de Loulé, 2004.

Cortes portuguesas. Reinado de D. Manuel I (Cortes de 1498). Lisboa: Centro de Estudos Históricos – Universidade Nova de Lisboa, 2002.

Crónica de Portugal de 1419. Ed. crítica de Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua história. Public. e pref. por João Martins da Silva Marques. Vol. I (1147-1460) e supl. ao vol. I (1057-1460). Lisboa: Edição do Instituto para a Alta Cultura, 1944.

Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa. Livros de Reis. Vol. I e II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1957-1958.

Documentos das Chancelarias reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos. Ed. por Pedro de Azevedo. T. I (1415-1450), Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

Documentos históricos da cidade de Évora. Ed. por Gabriel Pereira, [2.^a ed.]. Lisboa: Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1998.

Forais manuelinos do reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar do Arquivo Nacional da Torre do Tombo de Lisboa. Ed. por Luiz Fernando de Carvalho Dias. *Estremadura*. Beja: Ed. do Autor, 1962.

“Vereações”. Anos de 1401-1449. Nota prévia de J. A. Pinto Ferreira. Porto: Câmara Municipal do Porto – Gabinete de História da Cidade, 1980.

Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV, ed. por José Pereira da Costa, Funchal: Secretaria Regional de Turismo e Cultura – Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995.

Estudos

ABEL, Wilhelm – *Crises agraires en Europe (XIII^e-XX^e siècles)*. Paris: Flammarion, 1973.

AGUADÉ NIETO, Santiago – “Crisis de subsistencia, rentas eclesiásticas y caridad en la Castilla de la segunda mitad del siglo XV”. *En la España medieval* 2 (1982) - *Estudios em memoria del Profesor D. Salvador de Moxó*, t. I, pp. 21-48.

AGUADÉ NIETO, Santiago – “En los orígenes de una conyuntura depresiva. La crisis agraria de 1255-1266 en la Corona de Castilla”. In *De la sociedad arcaica a la sociedad campesina en la Asturias medieval*. Madrid: Universidad de Alcalá de Henares, 1988, pp. 333-370.

AIROLDI, Paola – “La tavola del conte: speze per il cibo alla corte di Filippo I di Savoia (1269-1274)”. In COMBA, Rinaldo; NADA PATRONE, Anna Maria; NASO, Irma (org.) – *La mensa del principe. Cucina e regimi alimentari nelle corti sabaude (XIII-XV secolo)*. Cuneo – Alba – Rocca de' Baldi: Società studi storici di Cuneo, Famija albeisa, Museo e centro studi "Augusto Doro", 1997, pp. 9-42.

ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz – “Las necesidades iniludibles: alimentación, vivienda y vestido”. In *Vizcaya en la Edad Media*, vol. III – *Evolución demográfica, económica, social y política de la comunidad vizcaína medieval*. San Sebastián: Haranburu, 1985, pp. 13-58.

BARROS, Henrique da Gama – *Historia da administração publica em Portugal nos seculos XII a XV*. 2^a ed., org. por Torquato de Sousa Soares. Vol. IX-X. Lisboa: Sá da Costa, 1950-s.d.

BAULANT, Micheline – “Les prix des graines à Paris de 1431 à 1788”. *Annales, E. S. C.*, 23.^o ano, n.^o 3 (Maio-Jun. 1968), pp. 520-540.

BENITO I MONCLÚS, Pere – “Fams i caresties a la Mediterrània occidental durant la Baixa Edat Mitjana. El debat sobre “Les crisis de la crisi”. *Recerques: història, economia, cultura* 49 (2004), pp. 179-194.

BENITO I MONCLÚS, Pere – “Carestía y hambruna en las ciudades de Occidente durante da Edad Media. Algunos rasgos distintivos”. In ARÍZAGA BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (ed.) – *Alimentar la ciudad en la Edad Media. Nájera, Encuentros internacionales del Medievo 2008, del 22 al 25 de julio de 2008*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2009, pp. 299-313.

BENITO I MONCLÚS, Pere – “Las crisis alimenticias en la Edad Media: caracteres generales, distinciones y paradigmas interpretativos”. In LÓPEZ OJEDA, Esther (coord.) – *Comer, beber, vivir: consumo y niveles de vida en la Edad Media hispánica. XXI semana de Estudios Medievales. Nájera del 2 al 6 de Agosto de 2010*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2011, pp. 123-158.

BERLIOZ, Jacques – “Flagelos”, trad. de Vivian Coutinho de Almeida. In LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (coord.) – *Dicionário temático do Ocidente medieval*. Trad. coord. por Hilário Franco Júnior, vol. I. Bauru - S. Paulo: EDUSC – Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 457-471.

BERTHE, Maurice – “La famine et la mort dans les campagnes du royaume de Navarre au XIV^e siècle”. In *La mort au Moyen Âge. Colloque de l'Association des Historiens Médiévistes Français réunis à Strasbourg en juin 1975, 6^e Congrès*. Estrasburgo: Librairie Istra, 1977, pp. 67-80.

BERTHE, Maurice – *Famines et épidémies dans les campagnes navarraises à la fin du Moyen Âge*, vols. 1 e 2. Paris: S.F.I.E.D, 1984.

BOIS, Guy – “Comptabilité et histoire des prix: les prix du froment à Rouen au XV^e siècle”. *Annales, E. S. C.*, 23.^o ano, n.^o 6 (Nov.-Dez. 1968), pp. 1262-1282.

BOIS, Guy – *Crise du féodalisme. Économie rurale et démographie en Normandie orientale du 14^e siècle au milieu du 16^e siècle*. Paris: Éditions de l'École des hautes études en sciences sociales, 1976.

BOIS, Guy – “Sur les crises économiques médiévales”. *Acta historica et archeologica medievalia* 16-17 (1995-1996), pp. 61-69.

BOLENS, Lucie – “Pain quotidien et pains de disette dans l'Espagne musulmane”. In *Agronomes andalous du Moyen Âge*. Genebra- Paris: Librairie Droz, 1981, pp. 264-278.

BOLENS, Lucie – “Le haricot vert en Andalousie et en Méditerranée médiévale (phaseolus, dolichos, lūbiā, judía)”. *Al-Qantara* 8 (1987), pp. 66-86.

BOLENS, Lucie – “Les aliments de la disette au Moyen Âge: une diététique à base de pains végétaux (Andalousie XI^e-XIII^e siècles)”. In *L'Andalousie du quotidien au sacré. XI^e-XIII^e siècles*. Aldershot-Brookfield: Variorum Reprints, Collected Studies, 1990, art. VII, pp. 1-6.

BOUCHAT-DUPON, Marie Sylvie, v. GÉNICOT, Léopold.

BRAUDEL, Fernand – *Civilização material e capitalismo. Séculos XV-XVIII*. Trad. de Maria Antonieta Magalhães Godinho, t. I. Lisboa – Rio de Janeiro: Cosmos, 1970.

BRAUDEL, Fernand – “La terre”. In BRAUDEL, Fernand (dir.) – *La Méditerranée: l'espace et la terre*. [Paris]: Flammarion, 1985, pp. 15-44.

CARMONA, Juan Ignacio – *Cronica urbana del malvivir (s. XIV-XVII). Insalubridad, desamparo y hambre en Sevilla*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2000.

CARPENTIER, Élisabeth – “Autour de la Peste Noir: famines et épidémies dans l'histoire du XIV^e siècle”. *Annales, E. S. C.*, 17.^o ano, n.^o 6 (Nov.-Dez. 1962), pp. 1062-1092.

CATARINO, Maria Manuela – “A carne e o peixe nos recursos alimentares das populações do Baixo Tejo”. In ALARCÃO, Miguel; KRUS, Luís; MIRANDA, Maria Adelaide (coord.) – *Animalia. Presença e representações*. Lisboa: Edições Colibri, 2002, pp. 49-59.

CHERUBINI, Giovanni – “La carestia del 1346-47 nell’inventario dei beni di un monasterio del contado aretino”. *Rivista di storia dell’agricoltura*, vol. X, n.º 2 (1970), pp. 178-193.

CHERUBINI, Giovanni – “La “civiltà” del castagno alla fine del Medioevo”. In *L’Italia rurale del basso Medioevo*. Roma – Bari: Biblioteca di Cultura Moderna Laterza, 1984, pp. 147-171 e 271-305.

COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de história rural)*, vol. I e II. Coimbra: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983.

COMET, Georges – “Dur ou tendre? Propos sur le blé médiéval”. *Médiévales* 16-17 (1989), pp. 103-112.

COMET, Georges – *Le paysan et son outil. Essai d’histoire technique des céréales (France, VIII^e-XV^e siècle)*. Roma: École française de Rome, 1992.

CONDE, Manuel Sílvio Alves – *Uma paisagem humanizada. O Médio Tejo nos finais da Idade Média*, vols. I e II. Cascais: Patrimonia, 2000.

CORTONESI, Alfio – “Colture, tecniche e lavoro nel Lazio bassomedioevale: i cereali, la vita, l’olivo”. In *Terre e signori nel Lazio medioevale: un’economia rurale nei secoli XIII-XIV*. Nápoles: Liguori Editore, 1988, pp. 29-104.

CORTONESI, Alfio – “Autoconsumo e mercado: a alimentação rural e urbana na Baixa Idade Média”. In FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (dir.) – *História da alimentação*. Vol. 2 – *Da Idade Média aos tempos actuais*. Trad. de Maria da Graça Pinhão e Catarina Gândara. Lisboa: Terramar, 2001, pp. 31-40.

CRUSELLES, Enrique; CRUSELLES, José M.^a; NARBONA, Rafael – “El sistema de abastecimiento frumentario de la ciudad de Valencia en el siglo XV: entre la subvención pública y el negocio privado”. In *La Mediterrània, àrea de convergència de sistemes alimentaris (segles V-XVIII)*. XIV Jornades d’estudis historics locals, Palma del 29 de novembre al 2 de desembre de 1995. [Palma de Maiorca]: Institut d’Estudis Baleàrics, 1996, pp. 305-332.

CRUSELLES, José M.^a, v. CRUSELLES, Enrique.

DELUMEAU, Jean – *La peur en Occident (XIV^e-XVIII^e siècles). Une cité assiégée*. [Paris]: Fayard, 1978.

DELVAUX, Béatrice, v. GÉNICOT, Léopold.

DUARTE, Maria Teresa Lopes – *Para a história dos factores de crise no Portugal medieval: 1348-1438*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1974. Dissertação de Licenciatura.

DUBY, Georges – “Le grand domaine à la fin du Moyen Âge en France”. In *Hommes et structures au Moyen Âge*. Paris – La Haye: Mouton, 1973, pp. 133-144.

DUBY, Georges – *Guerriers et paysans: VII^e-XII^e siècle. Premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard, 1973.

FEBVRE, Lucien – “Folklore et folkloristes. Problèmes et bilans”. In *Pour une histoire à part entière*. Paris: S.E.V.P.E.N, 1962, reimp. de 1982, pp. 607-619.

FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas – *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval. O caso de Beja*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, 1991. Dissertação de Mestrado.

FERNÁNDEZ-CUADRENCH, Jordi – “Les processons extraordinàries a la Barcelona baixmedieval (1339-1498). Assaig tipològic”. *Acta historica et archeologica medievalia* 26 (2005) - *Homenatge a la profesora Dr.^a Carme Batlle Gallart*, pp. 403-428.

FERNÁNDEZ SUÁREZ, Ana – *Teverga, un concejo de la montaña asturiana en la Edad Media*. Oviedo: Ediciones Idea, 1992.

FERREIRA, Sérgio Carlos – *Preços, salários e níveis de vida em Portugal na Baixa Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2014. Dissertação de Mestrado.

FOSSIER, Robert – “L'assolement trienal autour de Saint-Quentin à la fin du XIII^e siècle”. In *Hommes et villages d'Occident au Moyen Âge*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1992, pp. 505-516.

FOURQUIN, Guy – “Le temps de la croissance”. In DUBY, Georges; WALLON, Armand (dir) – *Histoire de la France rurale*. Vol. I - *La formation des campagnes françaises des origines au XIV^e siècle*. Dir. Georges Duby. Paris: Seuil, 1975, pp. 373-547.

FRÍAS ZURITA, Victor – “El medio natural en una sociedad señorializada: composición, explotación y apropiación del inculco en la Catalunya del Noreste (siglos X-XIII)”. In CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) – *El medio natural en la España medieval. Actas del I congreso de ecohistoria e historia medieval*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2001, pp. 277-299.

FURIÓ, Antoni – “Endettement paysan et crédit dans la Péninsule Ibérique au Bas Moyen Âge”. In BERTHE, Maurice (ed.) – *Endettement paysan et crédit rural dans l'Europe médiévale et moderne. Actes des XVII^{es} Journées internationales d'histoire de l'abbaye de Flaran, Septembre, 1995*. Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 1998, pp. 139-167.

GARNSEY, Peter – “La fêve: substance et symbole”. In AURELL, Martin; DUMOULIN, Olivier; THELAMON, Françoise (ed.) – *La sociabilité à table. Commensalité et convivialité à travers les âges. Actes du colloque de Rouen, 14-17 novembre 1990*. Ruão: Publications de l'Université de Rouen, 1992, pp. 317-323.

GAULIN, Jean-Louis; MENANT, François – “Crédit rural et endettement paysan dans l'Italie communale”. In BERTHE, Maurice (ed.) – *Endettement paysan et crédit rural dans l'Europe médiévale et moderne. Actes des XVII^{es} Journées internationales d'histoire de l'abbaye de Flaran, Septembre, 1995*. Toulouse: Presses universitaires du Mirail, 1998, pp. 35-67.

GÉNICOT, Léopold; BOUCHAT-DUPONT, Marie Sylvie; DELVAUX, Béatrice – *La crise agricole du Bas Moyen Âge dans le Namurois*. Lovaina: Presses universitaires de Louvain, 1970.

GEREMEK, Bronislaw – *A piedade e a força. História da miséria e da caridade na Europa*. Trad. de Maria da Assunção Santos. Lisboa: Terramar, 1995.

GIRALT RAVENTÒS, Emilio – “En torno al precio del trigo en Barcelona durante el siglo XVI”. *Hispania*, t. XVIII, n.º 70 (1958), pp. 38-61.

GONÇALVES, Iria – *As finanças municipais do Porto na segunda metade do século XV*. Porto: Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1987.

GONÇALVES, Iria – “Acerca da alimentação medieval”. In *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, 1988, pp. 201-217.

GONÇALVES, Iria – “Custos de montagem de uma exploração agrícola medieval”, *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizontes, 1988, pp. 219-233.

GONÇALVES, Iria – “Viajar na Idade Média: de e para Alcobaça na primeira metade do século XV”. In *Imagens do mundo medieval*. Lisboa: Livros Horizontes, 1988, pp. 177-200.

GONÇALVES, Iria – *O património do mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1989.

GONÇALVES, Iria – “Um problema a resolver: a vereação das Velas e os consumos essenciais”, *O Faial e a periferia açoriana nos séculos XV a XIX. Actas do Colóquio realizado nas ilhas do Faial e do Pico de 10 a 13 de Maio de 1993*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, 1995, pp. 175-188.

GONÇALVES, Iria – “Do pão quotidiano nas terras de Alcobaça (séculos XIV e XV)”. In *Actas Cister. Espaços. Territórios. Paisagens. Colóquio internacional, 16-20 de Junho de 1998, Mosteiro de Alcobaça. Vol. I – Economia e sociedade. Espiritualidade. Arquitectura*. Lisboa: IPPAR, 2000, pp. 21-26.

GONÇALVES, Iria – “Sobre o coberto arbóreo da Beira Interior nos finais da Idade Média”. In *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Amadeu Coelho Dias*, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 321-350.

GONÇALVES, Iria – “A propósito do pão da cidade na Baixa Idade Média portuguesa”. In SILVA, Carlos Guardado da (coord.) – *Turres Veteras IX. História da Alimentação*. Torres Vedras: Câmara Municipal de Torres Vedras – Universidade de Lisboa – Ed. Colibri, 2007, pp. 49-72.

GONÇALVES, Iria – “A árvore na paisagem rural do Entre-Douro-e-Minho”. In *Por terras de Entre-Douro-e-Minho com as inquirições de Afonso III*. Porto: CITCEM – Edições Afrontamento, 2012, pp. 49-84.

GONÇALVES, Iria – *À mesa, nas terras de Alcobaça, em finais da Idade Média*. S.l.: Direcção-Geral do Património Cultural / Mosteiro de Alcobaça / Cooperativa Agrícola de Alcobaça, 2017.

GRAUS, František – “Au Bas Moyen Âge: pauvres des villes et pauvres des campagnes”. *Annales, E. S. C.*, 16.º ano, n.º 6 (Nov. Dez. 1961), pp. 1053-1065.

HEERS, Jacques – *L'Occident aux XIV^e et XV^e siècles. Aspects économiques et sociaux*. 2.^a ed. Paris: Presses universitaires de France, 1966.

HÉMARDINQUIER, Jean-Jacques – “Les graisses de cuisine en France: essais de cartes”. In *Pour une histoire de l'alimentation. Cahier des Annales* 28 (1970), pp. 254-294.

IRSIGLER, Franz – “L’approvisionnement des villes de l’Allemagne occidentale jusqu’au XVI^e siècle”. In HIGOUNET, Charles (dir.) – *L’approvisionnement des villes de l’Europe occidentale au Moyen Âge et aux temps modernes. Centre Culturel de l’Abbaye de Flaran, Cinquièmes journées internationales d’histoire, 16-18 Septembre 1983*. Auch: Presses universitaires du Midi, 1985, pp. 117-144.

IZQUIERDO BENITO, Ricardo – “El aprovechamiento del medio natural en el reino de Toledo durante los siglos bajomedievales”. In CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) – *El medio natural en la España medieval. Actas del I Congreso sobre ecohistoria e historia medieval*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2001, pp. 163-193.

KAPLAN, Steven Laurence – *Le meilleur pain du monde. Les boulangers de Paris au XVIII^e siècle*. Trad. de Pierre-Emmanuel Dauzat. Paris: Fayard, 1996.

LARENAUDIE, Marie-Josephine – “Les famines en Languedoc aux XIV^e et XV^e siècles”. *Annales du Midi*, t. 64, fasc. 1 (1952), pp. 28-39.

LA RONCIÈRE, Charles-Marie de – “Alimentation et ravitaillement à Florence au XIV^e siècle”. *Archeologia Medievale* 8 (1981), pp. 183-192.

LA RONCIÈRE, Charles-Marie de – *Prix et salaires à Florence au XIV^e siècle (1280-1380)*. Roma: École française de Rome, 1982.

LE MENÉ, Michel – “Les temps difficiles (XIV^e XV^e siècles)”. In *La France du XI^e au XV^e siècle: population, société, économie*. Paris: PUF, 1996, pp. 309-502.

LE ROY LADURIE, Emmanuel – *Histoire du climat depuis l’an mil*. Paris: Flammarion, 1967.

MARANGES, Isidra – *La cuina catalana medieval, un festí per als sentits*. Barcelona: Rafael Dalmau, 2006.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Introdução à história da agricultura em Portugal. A questão cerealífera durante a Idade Média*, 3.^a ed. Lisboa: Ed. Cosmos, 1978.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na crise dos séculos XIV e XV*. Vol. IV de *Nova História de Portugal*. Dirig. por A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão. Lisboa: Ed. Presença, 1987.

MATTOSO, José – “1096-1325”. In MATTOSO, José (coord.) – *História de Portugal*. Vol. I – *A monarquia feudal (1096-1480)*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, pp. 9-309.

MARTÍNEZ CAMAÑO, Francisco – “Crisis de subsistencias y estructuras de poder: el ejemplo de Barcelona en los años 1339-1341”. In *La Mediterrània, àrea de convergència de sistemes alimentaris (segles V-XVIII)*. XIV Jornades d’estudis historics locals, Palma del 29 de novembre al 2 de desembre de 1995. [Palma de Maiorca]: Institut d’Estudis Baleàrics, 1996, pp. 251-262.

MENANT; François, v. GAULIN, Jean-Louis.

MENJOT, Denis – *Murcie castillane. Une ville au temps de la frontière (1243-milieu du XV^e s.)*, vol. I e II. Madrid: Casa de Velázquez, 2002.

MOLLAT, Michel – *Les pauvres au Moyen Âge. Etude sociale*. [Paris]: Hachette, 1978.

MONTANARI, Massimo – *L’alimentazione contadina nell’ Alto Medioevo*. Nápoles: Liguori Editore, 1979.

MONTANARI, Massimo – “Il ruolo della caccia nell’economia e nell’alimentazione dei ceti rurali dell’ Italia del Nord. Evoluzione dall’ Alto al Basso Medioevo”. In *La chasse au Moyen Âge. Actes du colloque de Nice (22-24 juin 1979)*. Paris: Belles Lettres, 1980, pp. 331-345.

MONTANARI, Massimo – “Valeurs, symboles, messages alimentaires durant le Haut Moyen Âge”. *Médiévales* 5 (1983), pp. 57-66.

MONTANARI, Massimo – “L’alimentazione contadina nell’ Italia tardomedievale”. In *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*. Turim: Einaudi, 1984, pp. 201-217.

MONTANARI, Massimo – “Mutamenti economico-sociali e trasformazione del regime alimentare dei ceti rurali”. In *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*. Turim: Einaudi, 1984, pp. 149-173.

MONTANARI, Massimo – “Rese cerealicole e rapporti di produzione”. In *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*. Turim: Einaudi, 1984, pp. 55-85.

MONTANARI, Massimo – “La società medievale di fronte alla carestia”. In *Campagne medievali. Strutture produttive, rapporti di lavoro, sistemi alimentari*. Turim: Einaudi, 1984, pp. 191-200.

MONTANARI, Massimo – “Gli animali e l’alimentazione umana”. In *L’uomo di fronte al mondo animale nell’Alto Medioevo. XXXI Settimani di studi del Centro Italiano di Studi sull’ Alto Medioevo*, t. I. Spoleto: Fondazione Centro Italiano di Studi sull’Alto Medioevo, 1985, pp. 619-663.

MONTANARI, Massimo – “La cerealicoltura nell’Italia del Sud: vocazione produttive e culturali”. In *Uomini, terre, boschi nell’ Occidente medievale*. Catânia: CUECM, 1992, pp. 151-169.

MONTANARI, Massimo – *El hambre y la abundancia. Historia y cultura de la alimentación en Europa*. Trad. de Juan Vivanco. Barcelona: Crítica, 1993.

MONTANARI, Massimo – “Tra lardo e olio: i grassi nell’ alimentazione contadina e signorile dell’ Alto Medioevo”. In BRUGNOLI, Andrea; VARANINI, Gian Maria (coord.) – *Olivi e olio nel Medioevo italiano*. Bolonha: CLUEB, 2005, pp. 369-386.

MONTEANO, Peio J. – *Los Navarros ante el hambre, la peste, la guerra y la fiscalidad. Siglos XV y XVI*. Pamplona: Univ Públic Navarra/Nafarroako Unib Publik, 1999.

MUTJÉ VIVES, Josefina – “L’abastament de blat a la ciutat de Barcelona en temps d’Alfons el Benigne (1327-1336)”. In *Política, urbanismo y vida ciudadana en la Barcelona del siglo XIV*. Barcelona: CSIC, 2004, pp. 215-252.

MUTJÉ VIVES, Josefina – *La ciudad de Barcelona durante el reinado de Alfonso el Benigno (1327-1336)*. Madrid – Barcelona: CSIC, 1987.

NARBONA, Rafael, v. CRUSELLES, Enrique.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira – *A região de Alcobaça. Algumas notas para o estudo da sua agricultura, população e vida rural. Obras várias*, vol. I. Lisboa: Imp. Libanio da Silva, s. d.

NEVEUX, Hugues – “Déclin et reprise: la fluctuation biséculaire”. In DUBY, Georges; WALLON, Armand (dir) – *Histoire de la France rurale*. T. II – *L'âge classique des paysans. 1340-1789*, dirig. Emmanuel Le Roy Ladurie. Paris: Ed. du Seuil, 1975, pp. 11-173.

PERROY, Édouard – “À l'origine d'une économie contractée: les crises du XIV^e siècle”. In *Études d'histoire médiévale*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1979, pp. 395-410.

PINTO, Giuliano – “Contadini e proprietari nelle campagne fiorentine: il piviere dell'Impruneta”. In *Toscana medievale. Paesaggi e realtà sociali*. Florença: Casa Editrice le Lettere, 1993, pp. 153-180.

PINTO, Giuliano – “Economia e società di un castello maremmano: Scarlino fra Quattro e Cinquecento”. In *Toscana medievale. Paesaggi e realtà sociali*. Florença: Casa Editrice le Lettere, 1993, pp. 198-228.

RAU, Virgínia – *A exploração e o comércio do sal de Setúbal. Estudo de história económica*, vol. I. Lisboa: s.n., 1951.

RAU, Virgínia – “Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomelini”. Sep. de *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 2.^a s., vol. XXII, 1956.

RIBEIRO, Orlando – “Milho”. In SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. III. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1968, pp. 58-64.

RICHOU I LLIMONA, Montserrat – “Una decada d'abastament frumentari a Barcelona. La contribució de la iniciativa privada en els anys setanta del segle XIV”. In RIERA I MELIS, Antoni (coord.) – *Crisis frumentàries, iniciatives privades i polítiques públiques de proveïment a las ciutats catalanes durant la Baixa Edat Mitjana*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2013, pp. 117-159.

RIERA I MELIS, Antoni – “Els pròdroms de les crisis agràries de la Baixa Edat Mitjana a la Corona d'Aragó. 1250-1300”. In *Miscel·lània en homenatge al P. Agustí Altisent*, Tarragona: Diputació de Tarragona, 1991, pp. 35-72.

RIERA I MELIS, Antoni – “Pobreza y alimentación en el Mediterráneo noroccidental en la Baja Edad Media”. In *La Mediterrània, àrea de convergència de sistemes alimentaris (segles V-XVIII), XIV Jornades d'estudis historics locals, Palma del 29 de novembre al 2 de desembre de 1995*. [Palma de Maiorca]: Institut d'Estudis Baleàrics, 1996, pp. 39-72.

RIERA I MELIS, Antoni – “*Panem nostrum quotidianum da nobis hodie*. Los sistemas alimenticios de los estamentos populares en el Mediterráneo noroccidental en la Baja Edad Media”. In IGLESIA DUARTE, José Ignacio de la (coord.) – *La vida cotidiana en la Edad Media. VIII semana de estudios medievales. Nájera, del 4 al 8 de Agosto de 1997*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 1998, pp. 25-46.

RIERA I MELIS, Antoni – ““Tener siempre bien aprovisionada la población”. Los cereales y el pan en las ciudades catalanas durante la Baja Edad Media”. In ARÍZAGA

BOLUMBURU, Beatriz; SOLÓRZANO TELECHEA, Jesús Ángel (ed.) – *Alimentar la ciudad en la Edad Media. Nájera. Encuentros internacionales del Medievo 2008. Del 22 al 25 de julio de 2008*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2009, pp. 23-57.

RIERA I MELIS, Antoni – ““Lo pus greu càrrech e perill que jurats d’aquesta ciutat han és tenir aquella sens fretura de blats”. El aprovisionamiento urbano de cereales en las ciudades de la Corona de Aragón durante la Baja Edad Media”. In SESMA MUÑOZ, Ángel (dir.) – *La Corona de Aragón en el centro de su historia. 1208-1458. Aspectos económicos y sociales. Zaragoza y Calatayud, 24 al 26 de noviembre de 2009*. Saragoça: Universidad de Zaragoza, 2010, pp. 233-277.

RIERA I MELIS, Antoni – “Los sistemas alimentarios de los estamentos populares en el Mediterráneo noroccidental durante la Baja Edad Media”. In LÓPEZ OJEDA, Esther (coord.) – *Comer, beber, vivir: consumo y niveles de vida en la Edad Media hispánica. XXI semana de estúdios medievales. Nájera del 2 al 6 de Agosto de 2010*. Logronho: Instituto de Estudios Riojanos, 2011, pp. 57-96.

RIERA I MELIS, Antoni – “El mercat de cereals a la Corona catalanoaragonesa. La gestió de les crisis alimentaries al segle XIII”. In RIERA I MELIS, Antoni (coord.) – *Crisis frumentàries, iniciatives privades i polítiques públiques de proveïment a las ciutats catalanes durant la Baixa Edat Mitjana*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2013, pp. 47-115.

RIERA I MELIS, Antoni – “Pròleg”. In RIERA I MELIS, Antoni (coord.) – *Crisis frumentàries, iniciatives privades i polítiques públiques de proveïment a las ciutats catalanes durant la Baixa Edat Mitjana*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2013, pp. 11-46.

RÍOS RODRÍGUEZ, María Luz – “Soutos bravos y soutos mansos: el castaño en Galicia (siglos XII-XIV)”. In CLEMENTE RAMOS, Julián (ed.) – *El medio natural en la España medieval. Actas del I Congreso de ecohistoria e historia medieval*. Cáceres: Universidad de Extremadura, Servicio de Publicaciones, 2001, pp. 475-488.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. – *Torres Vedras. A vila e o termo nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - JNICT, 1995.

RUBIO VELA, Agustín – “Crisis agrarias y carestías en las primeras décadas del siglo XIV: el caso de Valencia”. *Saitabi* 37 (1987), pp. 131-147.

SALRACH, Josep M. – “Frente al hambre en la Edad Media”. In RODRÍGUEZ, Ana (ed.) – *El lugar del campesino. En torno a la obra de Reyna Pastor*. València: CSIC / Universitat de València – Servei de Publicacions, 2007, pp. 89-111.

SERRA i PUIG, Eva – “Els cereals a la Barcelona del segle XIV”. In *Alimentació i societat a la Catalunya medieval*. Barcelona: CSIC, 1988, pp. 71-107.

SIVÉRY, Gérard – “L'évolution du prix du blé à Valenciennes au XIV^e et XV^e siècles”. *Revue du Nord* 47 (1965), pp. 177-194.

SIVÉRY, Gérard – “Les profits de l'éleveur et du cultivateur dans le Hainaut à la fin du Moyen Âge”. *Annales. E. S. C.*, 31.^o ano, n.^o 3 (Maio-Jun. 1976), pp. 604-630.

SIVÉRY, Gérard – *Structures agraires et vie rurale dans le Hainaut à la fin du Moyen Âge*, vol. II. Lille: Presses Universitaires du Septentrion, 1980.

SLICHER VAN BATH, B. H. – *Historia agraria de Europa Occidental (500-1850)*. Trad. de F. M. Lorda Alaiz, 2.^a ed. Barcelona: Península, 1978.

SOUSA, Armindo de – “1325-1480”. In MATTOSO, José (coord.) – *História de Portugal*. Vol. I – *A monarquia feudal (1096-1480)*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1993, pp. 311-556.

STOUFF, Louis – “Une enquête économique en Provence au XIV^e siècle”. *Le Moyen Âge* 74 (1968), pp. 507-542.

STOUFF, Louis – *Arles à la fin du Moyen Âge*. Vol. II. Lille: Université de Provence, 1986.

STOUFF, Louis – *La table provençale. Boire et manger en Provence à la fin du Moyen Âge*. Avinhão: A Barthélemy, 1996.

TOUBERT, Pierre – “Disettes, famines et contrôle du risque alimentaire dans le monde méditerranéen au Moyen Âge”. In LECLANT, Jean; VAUCHEZ, André; SARTRE, Maurice (ed.) – *Pratiques et discours alimentaires en Méditerranée de l'Antiquité à la Renaissance. Actes du Colloque de la villa Kérylos à Beaulieu-sur-Mer, les 4, 5 et 6 octobre 2007*. Paris: Diffusion de Bocard, 2008, pp. 451-468.

TRICARD, Jean – *Les campagnes limousines du XIV^e au XVI^e siècle. Originalité et limites d'une reconstruction rurale*. Paris: Publications de la Sorbonne, 1996.

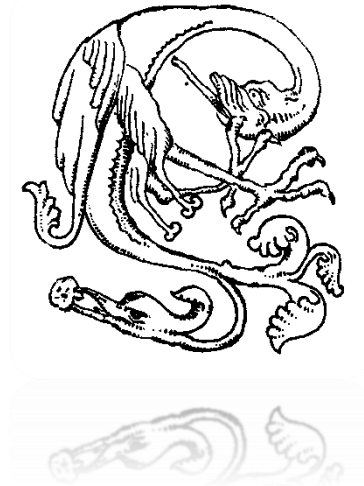
VIANA, Mário – “Alguns preços de cereais em Portugal (séculos XIII-XVI)”. *Arquipélago – História*, 2.^a série, 11-12 (2007-2008), pp. 207-279.

WOLFF, Philippe – “L'approvisionnement des villes françaises au Moyen Âge”. In HIGOUNET, Charles (dir.) – *L'approvisionnement des villes de l'Europe occidentale au Moyen Âge et aux temps modernes. Centre Culturel de l'Abbaye de Flaran, Cinquièmes journées internationales d'histoire, 16-18 Septembre 1983*. Auch: Presses universitaires du Midi, 1985, pp. 11-31.

WOLFF, Philippe – *Automne du Moyen Âge ou Printemps des Temps Modernes? L'économie européenne au XIV^e et XV^e siècles*. Paris: Flammarion, 1986.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

GONÇALVES, Iria – “*Panem nostrum quotidianum da nobis hodie. Sobre uma escassez cerealífera nas terras de Alcobaça (1438-1440)*”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 15-74. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsb.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 36 | Julho – Dezembro 2024

ISSN 1646-740X

La diplomacia del heredero en Castilla: el caso de Alfonso X

The prince's diplomacy in Castille: Alfonso X

Óscar Villarroel González

*Universidad Complutense, Facultad de Geografía e Historia, Departamento de Historia de
América y Medieval y Ciencias Historiográficas
28040, Madrid; España*

osvilla@ucm.es

<https://orcid.org/0000-0001-6221-5689>

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Outubro de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 19 de Abril de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8333>

RESUMEN

Es conocido que, durante su período como infante heredero, Alfonso X desarrolló una cierta actividad política junto a su padre. Aquí se analiza el uso que hizo de la diplomacia dentro de esa actividad política, revisando las causas para su utilización, los momentos, así como las formas en que se sirvió de ella mientras era heredero del reino y en vida de su padre. Para ello se releen las crónicas y las fuentes de archivo disponibles que nos transmiten una actividad ciertamente relevante y con características interesantes: tanto por sus formas, como por su relación con la política de su padre Fernando III de León y Castilla.

Palabras clave: Diplomacia, infante heredero, Alfonso X, Castilla y León, monarquía

ABSTRACT

Alfonso X was, while he was crown prince, politically active. It is known that he carried out important activities alongside his father. This article analyses his use of diplomacy in these activities. Using the available chronicles and archival sources, his diplomacy is shown both in its characteristics as well as in its relationship with the politics of Ferdinand III of León and Castile.

Keywords: Diplomacy, crown prince, Alfonso X, Castile, monarchy



1. Introducción

Llevar a cabo un análisis sobre los príncipes herederos en León y Castilla ha de solventar dos escollos iniciales. Por un lado, la escasez de fuentes, que, como es algo habitual para las cuestiones que atañen al poder central castellano, no es ninguna novedad. Además, hay una cuestión terminológica. En sí, no podemos hablar de príncipes herederos hasta la creación del título de príncipe de Asturias en 1388 para el infante Enrique (que sería luego el III de ese nombre) y Catalina de Lancáster¹. Antes de ese momento, las fuentes nos hablan del infante heredero o primogénito. En este trabajo tendremos en cuenta la figura del heredero.

Salvado ese escollo, ciertamente, hay otro problema que supone un cierto reto en la baja Edad Media castellana: la escasez de herederos que pudiesen llevar a cabo una actividad diplomática propia. Y esto es así porque entre 1214 y 1474 se acumulan una gran cantidad de minorías regias, de herederos que se convirtieron en reyes siendo niños (Fernando IV, Alfonso XI, Enrique III, Juan II...). Por lo tanto, no tuvieron capacidad de llevar a cabo una diplomacia propia siendo herederos. No solo nos encontramos eso, sino también con monarcas que ascendieron al trono con 14 o 15 años, con lo que en su periodo como infantes herederos también tuvieron una actividad o muy escasa o nula. De esta forma, solo hay cuatro herederos al trono castellano que, durante la vida de sus padres, tuvieron edad suficiente como para llevar a cabo una actividad propia, entre la que habrá que rastrear su diplomacia: Alfonso X, Sancho IV, Juan I y Enrique IV. Es decir, sin lugar a dudas son pocos los casos. Para responder a las preguntas que se nos plantean en este monográfico es necesario, dadas las diferencias entre ellos (cronológicas y de contexto), centrarse en uno de ellos.

¹ Sobre el título y su creación puede verse: CORONAS GONZÁLEZ, Santos M. – “Príncipe y principado de Asturias: Historia dinástica y territorial de un título”. *Anuario de historia del derecho español* 71 (2001), pp. 49-74; FRANCISCO OLMOS, José María de – *El príncipe heredero en las coronas de Castilla y Aragón durante la Baja Edad Media*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2001, pp. 49-64; CARCELLER CERVIÑO, Pilar; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – *Catalina de Lancáster. Una reina y el poder*. Madrid: Sílex ediciones, 2021, pp. 68-70.

Y es que hay una serie de preguntas que se hacen patentes a la hora de analizar la diplomacia de un heredero. La primera a comprobar, sin lugar a dudas, es si tuvieron actividad propia. Es posible encontrarse con el hecho de que fuesen utilizados políticamente por su padre, es decir, actuando a su nombre cumpliendo intereses o políticas de su padre (con el concierto de matrimonios futuros, por ejemplo). Será interesante comprobar a continuación, si en su actuación desarrollaron unos intereses políticos propios o si siguieron los de sus progenitores. Es necesario también comprobar si el hecho de que alcanzasen la mayoría de edad siendo herederos tuvo algún reflejo en los cargos que desempeñaron o en los símbolos que utilizaron. Habrá que comprobar si llegaron a encontrarse con otros mandatarios y, obviamente, su actuación. Todo depende, evidentemente, de las fuentes que podamos encontrar, lo cual, como se sabe, es complicado para el caso castellano y leonés al menos hasta el reinado de los Reyes Católicos².

Para poder realizar un análisis más allá de una mención de generalidades, se ha decidido centrarlo en un personaje en concreto: el primero de los infantes herederos del periodo bajomedieval: Alfonso, que luego sería el X de León y Castilla. ¿Por qué? De todos es conocido que los dos reinados que ocuparon todo el centro del siglo XIII tuvieron una importancia notable, más allá del contexto político propio, con el relanzamiento de las conquistas en el Sur (incorporación de Andalucía y Murcia), y la unificación definitiva entre los reinos de León y Castilla.

Además, el mismo reinado efectivo de Alfonso X tuvo unas características especiales por la actividad del monarca, que marcará una serie de líneas de gran calado en la política interna (configuración de leyes, organización del reino...) y también de su presencia en el ámbito exterior, tanto a nivel peninsular, como en el occidente europeo. Por ello, es interesante ver cómo se puede engarzar su actividad como heredero en la política exterior de su padre y en la suya propia. ¿Podemos retrotraer los cambios que él supuso a su etapa como infante? Será uno de los elementos a comprobar.

² VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Corte y diplomacia en la Castilla bajomedieval”. *Mélanges de la Casa de Velázquez* 45-2 (2015), pp. 105-124.

De esta forma, a lo largo del presente análisis repasaremos la forma del heredero en Castilla (como marco introductorio) y la propia figura de Alfonso como heredero. Después analizaremos su actuación política exterior siguiendo las líneas marcadas por su padre, para, posteriormente, prestar atención a su actuación propia e independiente. No se pretende, al respecto de sus actuaciones en esos momentos, añadir nada (pues no hay nuevas fuentes) sino centrarnos en el análisis de las formas de esa diplomacia de Alfonso como infante, que no han sido atendidas (sino solo mencionadas) hasta ahora.

En el marco leonés y castellano no había ninguna forma escrita de normativa relativa al sucesor en el trono hasta la redacción de las *Siete Partidas* por Alfonso X. Hasta entonces era la tradición la que servía como indicativo de cómo se llevaba a cabo la sucesión. Y ciertamente era algo que se había utilizado y alegado en el pasado. Así, se establecía la sucesión por el hijo mayor, sin que se reconociese el derecho de representación (es decir, heredaba el hijo mayor superviviente), y, en caso de que no hubiese varones, podían heredar las mujeres. Así fue como reinó Urraca, y como se reconoció el derecho de Berenguela (y de hecho ella asumió el poder como tal para luego abdicar o gobernar junto a su hijo Fernando)³. Esta forma tradicional, de hecho, estaba tan asentada que desplazó o hizo que no triunfases otras posibilidades que se plantearon. Así, Alfonso IX legó su reino en su testamento a sus dos hijas, habidas ambas en su primer matrimonio, sin embargo, Fernando fue reconocido por todo el reino de forma pacífica⁴.

El heredero, a veces, tenía reflejo en la documentación regia. Así, en los documentos más solemnes solían aparecer mencionados junto al rey, incluso en ocasiones (cuando el monarca presentaba otro tipo de titulación con aspiraciones de

³ Más allá de lo que dicen las crónicas, las dos posibilidades se han presentado y no cabe ninguna duda del importante papel que la reina tuvo en el gobierno de su hijo. Véase un amplio estado de la cuestión en: SALVADOR MARTÍNEZ, Heraclio – *Berenguela la Grande y su época (1180-1246)*. Madrid: Polifemo, 2012, pp. 503-511; también ineludibles los trabajos de SHADIS, Miriam - *Berenguela of Castile (1180-1246) and political women in the High Middle Ages*. Nueva York: Palgrave-MacMillan, 2009; también el más reciente de BIANCHINI, Janna – *Power and Authority in the Reign of Berenguela of Castile*. Filadelfia: University of Pennsylvania Press, 2012.

⁴ Las crónicas, tanto el *De rebus Hispanie*, como la *Crónica de España* de Lucas de Tuy, lo transmiten claramente: véase el análisis de SALVADOR MARTÍNEZ, Heraclio – *Berenguela la Grande*, pp. 682-690.

superioridad) podían aparecer mencionados como “rex”. Esto ocurría, por ejemplo, con Alfonso VII el Emperador y con Fernando II, cuando se autodenominaba *rex hispaniarum*. Pero lo normal, al menos hasta la creación del título de príncipe a finales del XIV, es que apareciesen mencionados como infantes e, incluso, acompañados de sus hermanos. Así, podían aparecer varios de ellos, siempre por orden de nacimiento, como ocurrió con el mismo Alfonso, siendo infante, que aparecía junto a sus hermanos Federico y Fernando en 1237⁵. Que existía una conciencia de su condición especial nos lo muestra el mismo Alfonso, cuando se presentaba, en su propia documentación, como infante primogénito⁶. Lo normal, especialmente en los siglos XIV y XV, es que se mencionen de tal forma o como infante heredero. Además, ya desde los tiempos previos a Alfonso, las Cortes desempeñaron un papel relevante en su condición, pues en muchas ocasiones aparecen refrendando o aceptando tal circunstancia de heredero en vida de su padre. Así, tenemos el caso de Berenguela en 1188, cuando fue jurada como heredera por las cortes de Carrión⁷.

Además del reflejo mayor o menor, ¿qué capacidad de acción tenían los infantes herederos? Realmente, hasta Alfonso X, podemos considerar que era casi nula. Y, sin embargo, como se sabe, con el propio Alfonso esta capacidad de acción se dispararía, encontrándonos que actuaría de forma independiente en diversas ocasiones. ¿Qué razones pudo haber para ese cambio? ¿Acaso influyó su propia formación y concepción del heredero, y que luego se reflejó en su legislación? ¿Hasta qué punto influyó el que durante muchos años se creyó su maestro, Jacobo de las Leyes?⁸ En el fondo son hipótesis sin comprobación posible de momento, pero de lo que no cabe dudar es de su inusitada actividad política que, como veremos, también incluyó la diplomática.

⁵ GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Julio – *Reinado y diplomas de Fernando III*. vol. III. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1980-1986, p. 131, doc. 604.

⁶ GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Julio – *Reinado y diplomas*, vol. II, pp. 280-281: es el tratado con Jaime I que luego veremos con más detenimiento.

⁷ FRANCISCO OLMOS, José María de – *El príncipe heredero*, p. 163.

⁸ FRANCISCO OLMOS, José María – “La evolución de la sucesión al trono en la Europa Medieval Cristiana: II. Siglo XIII. Los casos de Castilla y Aragón”. *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía* 14 (2011), pp. 169-276; en concreto pp. 207-208; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Alfonso X el Sabio*. Barcelona: Ariel, 2004, p. 21. Contra esta afirmación, por claras razones cronológicas, se sitúa el trabajo de PÉREZ MARTÍN, Antonio – “Jacobo de las Leyes: Ureña tenía razón”. *Anales de Derecho. Universidad de Murcia* 26 (2008), pp. 251-273, en concreto pp. 260-261.

Ciertamente, es palpable el hecho de que Alfonso, siendo infante, tuvo una muy activa vida política, lo que supuso un cambio ciertamente relevante en comparación a casos anteriores (aunque el contexto de estos era, ciertamente, muy distinto). Sobre esto se ha llamado la atención y ha sido objeto de análisis (su papel en la incorporación murciana, en la conquista de Sevilla, en las negociaciones con Jaime I de Aragón, así como en la intervención en defensa de Sancho de Portugal⁹), se ha remarcado, incluso, cómo esa colaboración fue claramente acordada¹⁰. Sin embargo, no ha sido analizada en lo tocante a la diplomacia.

En este trabajo centraremos el análisis em cómo y cuándo, en el transcurso de sus actividades políticas, utilizó la diplomacia, ya fuese directa o indirecta. Este examen lo realizaremos desde dos puntos de vista: la diplomacia desarrollada siguiendo las líneas políticas o el interés de su padre, por un lado; y la que desarrolló siguiendo sus propios intereses, por otro. Finalmente, intentaremos analizar las formas que empleó en el desarrollo de esa actividad.

2. La actividad diplomática alfonsí al servicio de su padre

Como se sabe, el inicio de la presencia política del infante Alfonso tiene lugar en 1240. En esos momentos, con 19 años, empieza a recibir algunos cargos de gestión por parte de su padre el rey Fernando: cesión de algunas tenencias, especialmente en el reino de León¹¹. Durante los años de infancia e inicio de su juventud, sin embargo, no tuvo actuación propia en el exterior. Y aunque sí aparezca mencionado en cuestiones de esa índole (como los contactos con Navarra para su matrimonio con Blanca de Navarra) era su padre el que actuaba, sin que él interviniese o se comprometiese en ningún momento (lógico dada su corta edad, 13 años)¹².

⁹ FRANCISCO OLMOS, José María – “La evolución de la sucesión al trono”, pp. 207-208.

¹⁰ MONSALVO ANTÓN, José María – “El reino que heredó Alfonso X: la Castilla de Fernando III”. In AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, JIMÉNEZ LÓPEZ DE EGUILITA, Javier E., SÁNCHEZ SAUS, Rafael (eds.) – *Alfonso X. Su reinado y su legado ocho siglos después*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2023, pp. 13-62, em concreto p. 16 y siguientes.

¹¹ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Alfonso X*, p. 22.

¹² *Colección diplomática de los Reyes de Navarra de la dinastía de Champaña*. vol. 1. *Teobaldo I (1234-1253)*. Ed. Margarita Martín González. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos, 1987, doc. 8, pp. 32-33; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Alfonso X*, pp. 20-21.

Tampoco, ya con 16 años, en el intento de matrimonio con Felipa de Ponthieu¹³. Será, empero, poco después de esto cuando inició su actuación personal. Y fue, como es conocido, de forma realmente activa y decidida, en la incorporación del reino de Murcia en 1243.

2.1. La incorporación de Murcia

Como se ha dicho, en 1243 el infante Alfonso se haría presente dando un paso adelante. Más allá de su participación en cuestiones interiores, con su participación junto a su padre en sentencias en el ámbito leonés, nunca había desarrollado una actividad significativa, y sin embargo en este caso aparentemente jugó un rol fundamental pues llevó adelante en solitario la negociación con los enviados murcianos, así como la puesta en marcha de los acuerdos basados en el sometimiento murciano a cambio del mantenimiento de las jerarquías y el respeto a la religión.

Las noticias que tenemos al respecto proceden de la *Estoria de Espanna*, cuando se narra el reinado de Fernando III. Esto ha de hacernos tener en cuenta un matiz importante: y es la subjetividad posible de los datos. En primer lugar, aunque es posible que se escribiese por iniciativa del propio Alfonso siendo ya rey, la crítica actual muestra que esta parte fue compuesta (tal vez siguiendo materiales alfonsíes) en época de Sancho IV e incluso Fernando IV¹⁴. Pese a ello, la posible magnificación del papel de Alfonso (que tal vez en época de Sancho y Fernando se pudo matizar), es de interés lo que se nos narra y qué medios diplomáticos se nos presentan.

En ella se indica que el rey había enviado a su hijo a Andalucía como frontero, dado que las treguas con Granada habían concluido. Estando en Toledo, llegaron a él representantes de Ibn Hud, “en pleytesia de murcia e de todas las otras uillas e

¹³ GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Julio – *Reinado y diplomas*, vol. I, p. 101; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Alfonso X*, pp. 20-22.

¹⁴ Al respecto véase todo lo que indica FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés – “Decisiones editoriales. La nueva edición crítica de la *Estoria de España* de Alfonso X el Sabio”. In AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, JIMÉNEZ LÓPEZ DE EGUILITA, Javier E., SÁNCHEZ SAUS, Rafael (eds.) – *Alfonso X. Su reinado y su legado ocho siglos después*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2023, pp. 121-140, en concreto 125. Eso es lo que, precisamente, ha hecho que ella no lo incluya en la edición que se prepara en la RAE.

castiellos dese Regno que se querien dar al Rey don fernando su padre e meter se en su merçed”¹⁵. Su objetivo era llegar ante el rey en Burgos para acordar esa entrega, sin embargo, el infante (sin que se indique expresamente que con autorización o habiendo informado a su padre) actuó. No les dejó ir más allá de Toledo y él aceptó, en nombre de su padre y en el suyo propio “mas otorgogelo por el Rey su padre e por sy” (ha de entenderse el aceptar su pleitesía y acogerlos bajo el poder castellano).

Tal y como se entiende por la crónica, les hizo volverse acordando un nuevo encuentro en el que se sellaría todo el acuerdo y se establecería la incorporación de Murcia a Castilla y las formas. Se entiende, además, que él mismo fue poco después tras ellos. Es interesante el hecho de que la crónica no especifique comunicación alguna con su padre, aunque el hecho de que se diga que se lo otorgó “por el Rey su padre”, nos hace pensar que existió esa autorización. Sin embargo, es evidente que, entre los poderes iniciales de Alfonso no estaba negociar con Murcia, puesto que había sido enviado a la frontera de Granada cuando no se esperaba ese paso murciano. Con ello, parece quedar claro que fue suya la iniciativa de negociar él en persona, pero que contó con el posterior beneplácito de su padre (entre las negociaciones iniciales y su partida hacia Alcaraz) y que todo lo hecho desde ese momento contó con él. No es baladí, tampoco, que se indique que todo lo hacía también por sí mismo, lo que nos muestra también su conciencia propia como futuro monarca y como heredero.

Y es que, efectivamente, en Alcaraz se dio cita con los representantes de las localidades murcianas, muchos opuestos a Ibn Hud, para firmar el acuerdo que ponía a Murcia bajo soberanía castellana. A Alcaraz acudieron representantes de las ciudades que se resistían a Ibn Hud, con lo que nos encontramos, sin duda, con una

¹⁵ Cap. 1071. Ed. Aengus Ward, (<https://blog.bham.ac.uk/estoriadigital/> y DOI: 10.5281/zenodo.2593588 [consultada el 1 de marzo de 2024]); corresponde al 1060 de la *Primera crónica general. Estoria de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289*. vol. II. Ed. Ramon Menéndez Pidal. Madrid: Bailly-Baillière é hijos, 1906, pp. 741-742. (En adelante se citará por el capítulo de la edición de Ward, seguido de la correspondencia de la de Menéndez Pidal.) Sabemos que no era la primera tentativa de hacer esto, ya lo intentó Ibn Mardanish, antecesor de Ibn Hud al Dawla, apenas unos años antes: MOLINA LÓPEZ, Emilio – “El gobierno de Zayyân B. Mardanîs en Murcia (1239-1241)”. *Miscelánea Medieval Murciana* 7 (1981), pp. 157-182, en concreto pp. 174-175.

negociación a muchas bandas¹⁶, y donde, por ello, la negociación no hubo de ser fácil. Sin duda el infante contó con el apoyo de algunos de los que le acompañaban: sabemos que estaban, al menos, el maestre Pelayo Pérez Correa y Rodrigo González¹⁷. Sea como fuere, lo cierto es que en esa negociación fue donde se explicitó cómo iba a ser el acuerdo y el poder que quedaba en manos del rey de Castilla, del de Murcia y de los diversos arráeces. No se nos conserva el texto, pero todo indica que todo se hizo a nombre de su padre. Es decir, que Alfonso actuó como delegado siempre “en boz del Rey don fernando su padre”¹⁸.

2.2. La negociación con Jaime el Conquistador

El segundo tema en el que veremos actuar al infante en persona, pero siguiendo la línea que ya hubo marcado su padre, fue en la negociación con Aragón. Esta podemos dividirla en dos vertientes: lo tocante a su matrimonio con Violante de Aragón; y lo relativo a los acuerdos fronterizos que culminarían en el Tratado de Almizra.

Sabemos que su matrimonio con la hija del rey aragonés ya se había acordado antes de 1241. El testamento que ese año hizo el monarca aragonés da el matrimonio por acordado, llamando a Violante, ya, mujer de Alfonso, heredero del reino de Castilla¹⁹, aunque no sabemos exactamente cuándo y cómo se negoció. ¿Participó Alfonso en esas negociaciones? Dado que en esos momentos el infante había comenzado su actividad política, podría ser, aunque no hay ningún dato coetáneo al respecto²⁰. La única mención a un negociador del matrimonio se encuentra en el *Llibre del feits*, cuando negocian Alfonso y Jaime I en Almizra se habla de Oveco García como

¹⁶ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Alfonso X infante”, p. 297.

¹⁷ *Estoria de Espanna digital*. Ed. Aengus Ward, 2019, Cap. 1071; equivalente al 1060 de *Primera crónica general*, p. 742.

¹⁸ *Estoria de Espanna*, Cap. 1071; equivalente al 1060 de *Primera crónica general*, p. 742.

¹⁹ MOXÓ Y MONTOLIÚ, Francisco de – “El enlace de Alfonso de Castilla y Violante de Aragón: marco político y presiones cronológicas”. *Hispania* 49 (1989), pp. 69-110, en concreto p. 71; véase también FUENTE PÉREZ María Jesús – *Violante de Aragón, reina de Castilla*. Madrid: Dykinson, 2017, p. 63. El testamento se puede ver en Archivo de la Corona de Aragón (en adelante ACA), *Real Cancillería*, Pergaminos, Jaime I, 867; publicado (con error en la fecha, como marcó Moxó y Montoliú) en *Documentos de Jaime I de Aragón*. vol. II. Ed. María Desamparados Cabanes Pecourt; Ambrosio Huici-Miranda. Valencia: Anubar, 1976, doc. 340.

²⁰ Cabe decir, sin embargo, que en la dispensa pontificia de 1249 se indicaba que Jaime y Alfonso habían negociado sobre el matrimonio, aunque bien podía referirse a lo que tratamos a continuación. Véase la dispensa en ACA, Real Cancillería, Bulas, leg. 10, nº 46.

negociador del matrimonio²¹, pero no se da ningún dato cronológico. Sea como fuere, lo cierto es que en varias ocasiones Alfonso actuaría de forma personal en lo relativo a su celebración.

Así, en 1246 nos encontramos con un primer intento para que el matrimonio se llevase a cabo de forma efectiva²². Se ha dicho que esta iniciativa respondía al propio Alfonso, buscando atraerse a Jaime I en sus proyectos de apoyo al rey portugués (cuestión que será tratada posteriormente)²³. Ciertamente, por las fechas, podría ser una posibilidad. Moxó y Montoliu opinó así, indicando que Alfonso seguramente buscó asegurarse su posición con la celebración del matrimonio, aunque fuese de forma íntima²⁴. De esta forma, Alfonso y Violante habrían realizado la ceremonia de esponsales por palabra de presente en Valladolid en 1246²⁵. Así, en estos momentos tan solo tenemos la sospecha, más o menos lógica pero no documentada, de que Alfonso pudiese utilizar su matrimonio para ganarse el favor de su suegro en la cuestión portuguesa²⁶.

Por último, y en tercer lugar, nos encontramos el momento en el que se llevaría a cabo las bodas y la consumación del matrimonio, ya en el año 1249 y para el que Alfonso sí llevó a cabo una intensa actividad diplomática ante el rey Jaime I, en paralelo con la de su padre. El objetivo era claro: lograr llevarlo a cabo cuanto antes y con la presencia, a ser posible, de todos los monarcas.

Efectivamente, en noviembre de 1248 Fernando III recibió en Sevilla al embajador aragonés, el obispo de Huesca, que transmitió al rey castellano el interés de Jaime porque el matrimonio y las nupcias se llevasen a cabo cuanto antes²⁷. El rey

²¹ *Llibre dels feits del rei En Jaume*. Éd. Ferran Soldevila. *Les Quatre grans Cròniques*. Rév. Jordi Bruguera; Maria Teresa Ferrer i Mallol. Barcelona: Institut d'estudis catalans, 2007, cap. 345, p. 377.

²² Sobre las diversas fases y ceremonias del matrimonio véase lo que indicó MOXÓ Y MONTOLIÚ, Francisco de – “El enlace”, pp. 70-108.

²³ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Alfonso X*, p. 32.

²⁴ MOXÓ Y MONTOLIÚ, Francisco de – “El enlace”, pp. 95-96.

²⁵ Moxó y Montoliú analizó el debate sobre la fecha de la boda, descartando el año 1249: MOXÓ Y MONTOLIÚ, Francisco de – “El enlace”, p. 110; véase el documento en ACA, Real Cancillería, Pergaminos, Jaime I, 1065; fue publicado ya en el *Memorial histórico español*. vol. I. Madrid: Real Academia de la Historia, 1851, doc. 1, pp. 1-2.

²⁶ Como se ha indicado, esta cuestión se verá posteriormente, véase el apartado correspondiente.

²⁷ Esto nos es transmitido por la respuesta de Fernando, que tratamos a continuación.

castellano respondió en una carta por la que hacía ver al aragonés que debía tener en cuenta dónde se hallaba y lo lejano que estaba²⁸. Alegaba esto porque consideraba que era preferible que los dos estuviesen presentes (lo que consideraba adecuado para la boda de los hijos de reyes como ellos), y la distancia lo dificultaba enormemente. Además, indicaba que era necesario que estuviesen los grandes del reino y que ahora los necesitaba por la conquista de Sevilla, por lo que le pedía que lo tuviese en cuenta y no lo tuviese a mal, y que se retrasase la ceremonia hasta la festividad de Juan el Bautista (es decir, casi siete meses, dado que la carta se databa el 24 de noviembre).

Es interesante, sin embargo, como el mismo Alfonso tomó cartas en el asunto y escribió también él mismo al rey aragonés ese mismo día²⁹. En su misiva el infante, que se presentaba como “primogenitus”, se dirigía al rey aragonés como aquel a quien “in loco patris tenet” y pasaba a plantearle la situación y sus deseos en una carta, escrita en castellano, a diferencia de la de su padre que lo estaba en latín³⁰. Alfonso le indicaba también cómo había recibido las cartas que le había enviado el rey por medio de su embajador el obispo de Huesca así como de palabra, por Lope Ximénez. Todo eso lo había hablado con su padre el rey que, le indicaba, ya le contestaba por su carta. Pero el infante le respondía él mismo también y le indicaba cómo para él era una cuestión fundamental, y cómo concordaba con él en que debía hacerse como Jaime quisiese, en poco o mucho tiempo. Recordaba, eso sí, que si el tiempo era pequeño el rey castellano no podría estar presente, pero que querría que, si fuese en Castilla, estuviese presente la reina Juana. Planteaba la posibilidad de que fuese en Uclés, por la cercanía a Aragón que permitiría que Jaime y su esposa acudiesen, algo que él deseaba, o al menos uno de ellos. Pero, planteaba, incluso si el plazo hubiese de ser pequeño y ninguno de los monarcas pudiese acudir tal vez lo más conveniente fuese celebrarlo en Valladolid, pues allí estaba Violante. Con esto, el infante quedaba a la espera de la respuesta de Jaime, para llevarlo a efecto. Le

²⁸ ACA, *Real Cancillería*, Cartas Reales, Jaime I, n^o provisional 120; editada por VALLS-TABERNER, Ferran – “Relacions familiars i polítiques entre Jaume el Conqueridor i Anfos el Savi”. *Bulletin hispanique* 21-1 (1919), pp. 9-52, (en concreto p. 17).

²⁹ El texto en ACA, *Real Cancillería*, Cartas reales, Jaime I, 101, editado por VALLS-TABERNER, Ferran – “Relacions familiars i polítiques”, pp. 18-19. Al respecto véase: GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Alfonso X*, pp. 36-37.

³⁰ ¿Por qué ese cambio de lengua? Volveremos después sobre ello.

pedía que creyese todo lo que el obispo, en su viaje de vuelta le contase, y le recomendaba que enviase a Lope Xemenéz de vuelta puesto que era hombre “que verná aýna”. Así pues, como vemos, el infante tomaba cartas en el asunto para buscar cerrarlo cuanto antes: escribía al rey y, como nos transmite, utilizaba a los embajadores aragoneses como propios en su regreso a Aragón³¹. De hecho, la carta misma, en su dorso, indica la forma en que fue transmitida “pro episcopo”³².

El interés de Alfonso se mostraría por una nueva carta escrita ya el 13 de enero de 1249 desde Écija³³. De nuevo presentándose como primogénito (y añadiendo “heres”), se dirigía al rey para indicarle cómo se vio obligado a permanecer en Sevilla por problemas internos (las disputas con su hermano Enrique), y aunque le habían recomendado permanecer junto a su padre Fernando él, que tenía “grant sabor” de cumplir lo que el rey aragonés deseaba, había partido hacia Valladolid para “prender bendiciones” con Violante. Le pedía poder verse después en Uclés, para acordarlo todo y que tuviese en cuenta cómo él había pospuesto sus intereses junto a su padre para cumplir lo que Jaime deseaba.

Como vemos, el infante buscaba claramente atraerse al rey Jaime, mostrando cómo no dudaba en cumplir sus deseos pese a que pudiese ir en contra de sus propios intereses, aunque mostraba claramente, también, que en cuanto hubiese realizado la boda regresaría junto a su padre. Para ello llevaba a cabo su propia actividad diplomática, escribiendo de nuevo al rey, de nuevo en castellano y de forma independiente a su padre (aunque siguiendo, claramente, la política iniciada por este). Esta actuación de Alfonso debió ser lo suficientemente relevante como para que llegase a oídos del pontífice, pues al emitir la dispensa indicaba cómo el mismo Alfonso había participado³⁴.

³¹ Sobre la utilización de embajadores ajenos como propios, algo común en ocasiones en el periodo medieval, véase: MOEGLIN, Jean Marie (dir.), PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et “relations internationales” au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)*. París: PUF, 2017, pp. 391-393.

³² ACA, *Real Cancillería*, Cartas reales, Jaime I, 101, dorso.

³³ ACA, *Real Cancillería*, Cartas reales, Jaime I, 125.

³⁴ ACA, *Real Cancillería*, Bulas, leg. 10, nº 46; MOXÓ Y MONTOLIÚ, Francisco – “El enlace”, p. 82.

Como se ha comentado, y es bien sabido, aún hubo otro tema, más relevante, que negoció directamente Alfonso con su suegro Jaime: los límites entre Castilla y Aragón. En este caso se seguía la política de los reyes de Castilla, con la delimitación de las fronteras con Aragón, sin embargo, aquí nos encontramos con una actuación que no deja de tener algunos rasgos de “independencia” para con la política de su padre. Y es que, de creer lo que nos transmite Zurita, Alfonso habría intentado una ampliación de fronteras para Castilla con respecto a lo acordado en el tratado de Cazola, que era el marco vigente en esos momentos. Ciertamente todo lo hecho reflejaba los intereses de su padre el rey, pero también parece claro que actuó *motu proprio*.

Las fuentes, al menos, nos lo reflejan así: tanto el *Llibre dels feits* como los *Anales* de Zurita (que aparentemente siguen el *Llibre*)³⁵. Él habría iniciado una política de presión para mejorar el acuerdo de Cazola, contactando con localidades valencianas aún no tomadas por Jaime o rebeladas contra él. Se ha dicho que en esto hubo, realmente, respuesta a los intentos de Jaime I de ir más allá de lo acordado en el tratado mutuo³⁶. Sea como fuere, lo cierto es que algunos emisarios castellanos habrían negociado con los rebeldes musulmanes, incluido los de Játiva, además de conseguir la entrega de Enguera. Entonces el infante Alfonso pidió ver al rey de Aragón en Almizra a lo que, pese al enojo porque Enguera y Játiva estaban en tierras que le pertenecían por Cazola, el aragonés accedió.

La entrevista, según las dos fuentes, fue amigable pues el propio rey decía que “e aquí haguen gran solaç e gran amor”³⁷. Las fuentes nos transmiten, además, los colaboradores con los que acudieron y Alfonso acudió con el maestre del Temple, el de Santiago y Diego López de Haro de Vizcaya³⁸. Sabemos también que se siguieron los usos habituales en estos encuentros: solo después del primer día se entablaron

³⁵ *Llibre dels feits del rei En Jaume*, caps. 339-349, pp. 372-379; ZURITA, Jerónimo de – *Anales de la Corona de Aragón*. Edición electrónica de José Javier Iso, María Isabel Yagüe y Pilar Rivero sobre la edición de Ángel Canellas López. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2003, Libro III, cap. XLIV.

³⁶ TORRES FONTES, Juan – “La delimitación del sudeste peninsular (tratados de partición de la Reconquista)”. *Anales de la Universidad de Murcia* 8 (1950), pp. 687-689.

³⁷ *Llibre dels feits del rei En Jaume*, cap. 343, p. 377.

³⁸ El rey, en el *Llibre*, dice que había más caballeros de Castilla y “Galicia”, pero que no recordaba sus nombres. Zurita, que sigue el relato de la crónica no da más nombres, manteniendo la mención de los nobles.

las negociaciones, tal y como el mismo rey lo indica: “perquè no era be que parlàs hom de neguns feyts en lo primer dia”³⁹.

En las negociaciones fueron el maestre de Santiago y Diego López de Haro los que negociaron en nombre del infante, transmitiendo sus palabras y recibiendo la respuesta del rey. Estos presentaron su petición de que, dado que estaba casado con su hija y no había recibido ninguna dote, que se le entregase Játiva en tal concepto, alegando que en la negociación de la boda a Oveco García se le había hablado de ello. El rey negó tal hecho, indicando que no se prometió ni Játiva ni ningún otro lugar y que él mismo, cuando casó con la infanta de Castilla, no recibió ninguna dote. Los castellanos alegaron que se demostraría lo dicho a Oveco, lo que el rey negó y se estuvo negociando toda la tarde con la misma respuesta regia: no entregaría Játiva ni ningún otro lugar.

Al día siguiente los negociadores insistieron e indicaron que, de todas formas, el infante tendría Játiva pues el alcaide rebelde se la iba a dar. Esto enojó al rey, que dijo que para entrar en Játiva tendrían que pasar por encima de él, y les ordenó regresar y se preparó para partir⁴⁰.

Solo la intermediación de la reina, junto a la retirada de la petición del infante, salvó la situación, acordándose reunirse para establecer los límites entre ambos reinos. Esta última propuesta castellana nos muestra, efectivamente, que lo que se estaba tratando en esos momentos eran los límites entre ambos reinos, y que el infante, con mayor o menor poder, era lo que estaba buscando.

El resultado es el conocido tratado de Almisra, donde se habían reunido Jaime y Alfonso⁴¹. Este es un buen ejemplo de la actividad diplomática de Alfonso como

³⁹ *Llibre dels feits del rei En Jaume*, cap. 344, p. 377.

⁴⁰ *Llibre dels feits del rei En Jaume*, cap. 344, p. 377. El uso de la ira, como otras emociones, en diplomacia está apenas inexplorado. Su análisis lo trato en un trabajo aún en preparación. Véase, al respecto, al menos, el básico trabajo coordinado por ROSENWEIN, Barbara (coord.) – *Angers past. The social uses of an emotion in the Middle Ages*. Ithaca-Londres: Cornell University Press, 1998.

⁴¹ ACA, Real Cancillería, Cartas reales, Jaime I, 085. En ocasiones la bibliografía que lo ha tratado ha citado otros documentos, suponemos que por error: PASCUAL MARTÍNEZ, Lope – “Documentación de Jaime I referida al Reino de Murcia”. *Anales de la Universidad de Murcia. Letras* 42/3-4 (1983-1984), pp. 159-160, cita ACA, Cartas en papel, 127; *Colección diplomática de Jaime I el Conquistador*.

infante, dado que es él el que aparece mencionado, acordando por sí y por sus sucesores. Es interesante que solo se menciona a Fernando III para indicar que Alfonso es su primogénito. Son Alfonso y Jaime los que lo confirman y sellan cada uno con su sello, aunque en él aparecen confirmando aquellos que colaboraron con cada uno de ellos. En este caso, junto a Alfonso aparecen algunos de los ya mencionados: Pelayo Pérez Correa (maestre de Santiago), Diego López de Haro, Martín Martínez (maestre del Temple), Gonzalo Ibáñez Palomeque (obispo de Cuenca), Alfonso Téllez, Pedro Muñiz de Guzmán, Gonzalo Ramírez y Pedro de Guzmán.

Pero tan relevante como esta negociación por parte del infante Alfonso fue la otra negociación y acuerdo a que llegó con Alfonso: el acuerdo de amistad firmado a la vez en Almizra⁴². Sin duda los roces que se habían producido, tal y como el *Llibre* nos muestra, debieron obligar a reconducir la situación por medio de este acuerdo. Y es relevante porque, de nuevo, es el infante el que actúa *motu proprio*, llegando a un acuerdo con el rey de Aragón. En él ambos, de forma personal, hacen pleito de ayudarse mutuamente frente a cualquiera (excluido el rey don Fernando de Castilla), ya fuese contra vasallos o contra cualquier otra persona. En ella, de nuevo aparecen los mismos colaboradores castellanos.

De esta forma, como vemos, incluso cuando se podía estar defendiendo intereses generales del reino y de Fernando III, Alfonso mostró iniciativas particulares y capacidad para intervenir y acordar en nombre de su padre. Y esto lo vemos no solo en el reparto de territorios (y el intento de modificar acuerdos anteriores), sino también en los acuerdos y pleitos de tipo personal que no dudaba en asumir con el rey de Aragón.

vol. I. Ed. Ambrosio Huici Miranda. Valencia: Renovación Tipográfica, 1919, pp. 382-383.; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Alfonso X*, p. 26, indica ACA, *Cartas Reales*, J1, nº 87; también fue publicado en la *Colección de documentos para la historia del Reino de Murcia*. vol. 2: *Documentos del siglo XIII*. Ed. Juan Torres Fontes. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 1969, nº 3, aunque Torres Fontes citaba la carta 127. Otra explicación podría ser que hubo varios sistemas sucesivos de clasificación de esta documentación.

⁴² ACA, Real Cancillería, Cartas reales, Jaime I, 087.

3. La actividad diplomática propia

Unos de los elementos más interesantes de la actuación como infante primogénito y heredero de Alfonso son aquellos momentos en los que demostró no solo iniciativa propia, sino la intención de buscar y defender intereses personales suyos, más allá de las políticas o intereses de su padre el rey Fernando.

En este caso su actuación gira en torno a su intervención en la contienda civil portuguesa, generada tras la deposición de Sancho II Capelo por el papa Inocencio IV al declararle *rex inutilis* y entregar la gestión del reino a su hermano Alfonso de Bolonia (llamado así por ser conde de Boulogne, al haberse casado con Inés de Boulogne), que acabaría siendo Alfonso III. Ante este hecho, Alfonso intervino en defensa del rey Sancho, y llegó a intervenir militarmente en Portugal⁴³. Ya Monsalvo Antón remarcó, recientemente, cómo la política alfonsí fue, a este respecto, contraria a la de su padre: intervencionista uno, pacifista el otro⁴⁴. No interesa aquí las razones para tal intervención, que algunos autores han razonado y presentado⁴⁵, sino las labores de tipo diplomático que, para tal intervención, llevó a cabo el infante. Porque, como veremos, Alfonso trabajó diplomáticamente en dos frentes: ante el rey de Aragón y ante el papado.

Las primeras comunicaciones fueron con el papado. Ya desde 1246 tenemos constancia de los contactos de Alfonso con el papa Inocencio IV. Sin que sepamos quiénes fueron los emisarios⁴⁶, sabemos que le remitió al menos alguna carta, dado que la respuesta del papa indica haberla recibido y entendido (no se menciona más que la carta, sin ningún embajador -o persona con rango similar-)⁴⁷. A tenor de la respuesta pontificia, el infante se había quejado porque, en su entrada conquistadora en el reino luso, Alfonso de Bolonia había ocupado tierras y fortalezas

⁴³ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Alfonso X y Portugal”. *Alcanate* 4 (2004-2005), pp. 19-34.

⁴⁴ MONSALVO ANTÓN, José María – “El reino que heredó”, pp. 59-60. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Alfonso X y Portugal”; y GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel – *Los poderes y los hombres del reino de Castilla en los conflictos con el reino de Portugal (1250-1350)*. Murcia: Editum, 2020, pp. 19-21.

⁴⁵ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Alfonso X Portugal”; AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso X: relaciones castellano-aragonesas de 1252 a 1263*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1986, pp. 30-31.

⁴⁶ Veáse el apartado siguiente.

⁴⁷ *Les registres d'Innocent IV. Recueil des bulles de ce pape*. vol. 1. Ed. Élie Berger. París: Ernest Thorin, 1884, pp. 309-310, doc. 288; AAV, Reg. Vat. 21, fol. 292.

que el rey Sancho le había entregado a él. Es posible que la carta de Alfonso incluyese alguna queja por la misma conquista o por la actitud de Alfonso para con el rey Sancho II, dado que el papa defiende en su respuesta la actuación del boloñés bajo su mandato y que él mismo se había visto obligado a intervenir por las muchas quejas de laicos y eclesiásticos para con el rey legítimo. Sin embargo, le indicaba al infante que escribía al gobernante portugués para que respetase las propiedades y bienes del infante castellano (algo que, efectivamente, había hecho ya el día anterior)⁴⁸.

Sabemos que al menos en mayo de 1247 Alfonso debía haber entrado en Portugal, dado que el papa le escribía a él después de haber recibido una carta suya (de nuevo sin mención alguna al enviado del infante), por la que había sido informado de los muchos daños recibidos por el rey de Portugal y su reino, y él mismo, por las acciones del conde de Bolonia. El papa le escribió el 11 de mayo, recordando haberle escrito ya sobre esto. Preocupado por todo ello, le informaba del envío de su penitenciario el franciscano Desiderio⁴⁹.

Una vez pasada la intervención militar alfonsí en Portugal, y posiblemente mientras actuaba Desiderio o a resultas de su trabajo, acudió ante el papa, de nuevo, dados los perjuicios que él y los suyos debían estar recibiendo por parte del clero afín a Alfonso de Bolonia. Así, ya en enero de 1248 el papa tras las indagaciones de Desiderio ordenaba que pusiese fin a los menoscabos que había recibido el infante Alfonso por su entrada en Portugal⁵⁰. Por los poderes encomendados al enviado pontificio para solventar esos problemas podemos llegar a conocer alguno de esos

⁴⁸ La respuesta a Alfonso, datada en Lyon el 25 de junio de 1246: AAV, Reg. Vat., 21, fol. 292v; *Les registres d'Innocent IV*, vol. I, p. 286, doc. 1933; QUINTANA PRIETO, Augusto – *La documentación pontificia de Inocencio IV (1243-1254)*, vol. 1. Roma: Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1988, pp. 309-310, doc. 288; ya previamente lo había editado MARCOS BURRIEL, Andrés – *Memorias para la vida del santo rey Fernando III, dadas a la luz con apéndices y otras ilustraciones por Miguel de Manuel Rodríguez*. Madrid: Viuda de Joaquín Ibarra, 1800, p. 477. La carta al conde de Bolonia tiene fecha del día anterior: AAV, Reg. Vat., 21, fol. 293; *Les registres d'Innocent IV*, vol. I, p. 286, doc. 1932; QUINTANA PRIETO, Augusto – *La documentación*, vol. 1, pp. 308-309, doc. 287.

⁴⁹ AAV, Reg. Vat. 21, fol. 427; QUINTANA PRIETO, Augusto – *La documentación*, vol. 1, pp. 398-399; *Les registres d'Innocent IV*, vol. I, p. 453; LINEHAN, Peter – *The Spanish church and the papacy in the thirteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971, p. 195.

⁵⁰ AAV, Reg. Vat. 21, fol. 247r; QUINTANA PRIETO, Augusto – *La documentación*, vol. 1, pp. 465-466 y 478-479; docs. 475 y 478.

males: excomuniones vertidas por el arzobispo de Braga y el obispo de Coímbra⁵¹, los muertos en esa acción militar no habían podido ser enterrados en cementerio cristiano (debido a la excomunión)⁵², y el mismo infante debía haber sido objeto de esa pena⁵³. El enviado pontificio tenía órdenes de poner fin a todo ello, incluyendo que declarase que ni el infante ni los suyos habían incurrido en excomunión (haciendo que los difuntos fuesen enterrados en sagrado). Como vemos, el papa intervenía para defender al infante castellano, por mucho que apoyase a Alfonso de Bolonia.

Pero, además, sabemos que el infante, para esta misma cuestión portuguesa, también contactó con su suegro el rey catalano-aragonés. A finales de 1246, es decir, casi a la vez que escribía quejándose al papa por las acciones del conde de Bolonia, Alfonso escribía una carta a Jaime I⁵⁴. En ella le indica cómo previamente le había comunicado que tenía intención de entrar en Portugal, y que por ello le había enviado rogar que le enviase al infante Pedro junto con 300 caballeros y Pero Cornel. La misma carta nos indica que el monarca le envió respuesta por medio de su escribano Guillem. La respuesta no debió ser todo lo que quería el infante, pues reiteraba su petición de que se enviase a Pero Cornel y al infante con los caballeros (lo que nos permite suponer que no se les había enviado). Sin embargo, sí informa (por el agradecimiento que le transmite) de que el rey Jaime había escrito al infante Pedro de Portugal (con lo que era una de las peticiones previas de Alfonso). Por último, le informaba de que el escribano Guillem, que volvía para la Corona de Aragón, le informaría de todo puntualmente y le pedía le diese fe.

Es decir, la carta que se conserva nos permite saber que hubo una comunicación previa (que no sabemos si fue por carta o por enviado). En ella le solicitó el envío de tropas y obreros (se habla específicamente de “caveros”, es decir gente para cavar

⁵¹ *Les registres d'Innocent IV*, vol. 1, p. 536; LINEHAN, Peter – *The Spanish church and the papacy*, p. 195, aunque el benemérito hispanista se equivocaba al considerarlo fruto de una guerra fronteriza entre Castilla y Portugal.

⁵² AAV, Reg. Vat. 21, fol. 500v; QUINTANA PRIETO, Augusto – *La documentación*, vol. 1, pp. 465-466, doc. 475.

⁵³ AAV, Reg. Vat. 21, fol. 500v; QUINTANA PRIETO, Augusto – *La documentación*, vol. 1, pp. 467-468, doc. 478.

⁵⁴ ACA, Real Cancillería, Cartas reales, Jaime I, 99; publicada en VALLS-TABERNER, Ferran – “Relacions familiars i politiques”, p. 14.

zanjas o minas) y también que le pidió que escribiese al infante Pedro de Portugal para que no prestase ayuda al conde de Bolonia. Esta fue la ayuda que sí consiguió, dado que, según dice la respuesta alfonsina, le tenía en mucho el que hubiese escrito a Pedro de Portugal, pues consideraba que sin su apoyo el conde de Bolonia no podría hacerse con el reino.

¿Acudieron finalmente los caballeros catalanes junto a Alfonso? Aunque se ha aseverado con anterioridad⁵⁵, con la información que tenemos no podemos afirmarlo. La carta deteriorada parece entrever que no es así y que el infante vuelve a pedirselos (así como que acudan el infante y Pedro Cornel). Sí sabemos que acudirían posteriormente, incluido el infante y Pedro de Portugal, a la conquista de Sevilla (con lo que se mantenía alejado al portugués de poder apoyar a Alfonso de Bolonia), junto a tropas catalanas, pero nada indica que Jaime hubiese cambiado de idea y enviado a los caballeros que pedía el infante para su entrada portuguesa.

4. Las formas de la diplomacia alfonsí

Como se ha podido apreciar, al repasar las acciones del primogénito, el infante Alfonso llevó a cabo tanto diplomacia directa como indirecta. En el primer caso hemos visto cómo intervino en persona. Fue el caso de los enviados murcianos, así como con Jaime I y con el papado. Con Jaime, de hecho, incluso llegó a tener una reunión personal (lo que, en la forma castellana bajomedieval, se conocía como “vistas”). Para este tipo de negociación, además, le hemos visto contar con consejeros, que quedan claramente plasmados en el caso de las negociaciones emprendidas para dar cumplimiento a la entrega del reino de Murcia en Alcaraz, así como en las vistas con su suegro el rey aragonés en Almizra. Este último caso, pese a ser unas vistas, nos muestran claramente el uso, también, de la diplomacia indirecta, pues se menciona a los nobles que acudieron a negociar en su nombre. No es baladí que algunos aparezcan repetidos en otras ocasiones y misiones. Y, como se ha podido apreciar, también desarrolló una activa diplomacia indirecta, tanto con la remisión de cartas (conservadas en el ámbito aragonés) como con el envío de embajadores.

⁵⁵ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Alfonso X*, p. 32.

Conocemos algunos de los hombres a los que empleó como embajadores o como negociadores. Es interesante ver cómo, por ejemplo, no dudó en emplear a los delegados aragoneses en su viaje de vuelta desde Sevilla en 1249: Vidal de Canellas, obispo de Huesca, y Lope Ximénez. Él mismo indicaba que hablarían a Jaime en su nombre y hacía hincapié en la figura de Lope. No sería la única vez que, en comunicación con el rey aragonés, utilizase a sus enviados como embajadores propios. Así, en 1246, cuando trataba de conseguir el apoyo de su suegro para la aventura portuguesa, de nuevo utilizó al escribano Guillem (que Jaime le había enviado) para transmitir ciertas cuestiones a su regreso al rey de Aragón, pidiendo que le diese fe sobre ello. Parece evidente que con ello se buscaba dar una imagen de cercanía del infante para con el rey aragonés, tanto como para confiar en sus embajadores.

Además, de entre los castellanos, en dos ocasiones, al menos, aparece en su entorno, en el momento de negociar el maestre de Santiago: Pelayo Pérez Correa. Lo hizo en las negociaciones en Murcia y, de forma específica, consta que actuó como negociador de Alfonso en Almisra, en esta ocasión junto a Diego López de Haro. Es decir, vemos cómo el maestre tuvo una cierta participación y no deja de chocar con el hecho de que solo en una ocasión sirviese como embajador a Alfonso X en su reinado personal⁵⁶. Este hecho es tal vez indicativo de cómo el posterior monarca estaba aquí en sus inicios y que estos primeros colaboradores pudieron ser sustituidos a posteriori por otros, buscando, tal vez, mayor eficiencia, y de ahí el hecho que apenas repitiesen misiones diplomáticas en el reinado efectivo. Nos mostraría, así, a un infante y luego rey que sabe valorar y analizar el cometido de sus servidores.

Otro hecho que llama la atención en la diplomacia, escrita en este caso, de Alfonso es el idioma utilizado. En las cartas que escribió a Jaime es interesante el uso que hace de la lengua. Mientras que su padre aún mantenía el latín en sus

⁵⁶ Fue enviado a Portugal en 1263: ANTT, *Chancelaria Afonso III*, Livro III, fols. 13v-14v; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Alfonso X*, p. 155; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “La diplomacia al servicio del poder: una aproximación al caso de Alfonso X”. In MAREY, Alexander; AUROV, Oleg (dirs.) - *La Historia y el poder, el historiador en el poder*. Madrid: Iberoamericana-Vervuert (en prensa).

comunicaciones diplomáticas con el rey aragonés, su hijo el infante escribía en castellano. A veces, incluso, de forma coetánea. Así, hemos visto como en 1246 el rey Fernando escribía al rey Jaime en latín, a la vez que su hijo le escribía en romance (salvo la *intitulatio* y *salutatio* que se mantenían en latín). Esto cuadra perfectamente con la evolución del castellano como lengua administrativa en Castilla y León. El cambio entre ambos idiomas se realiza precisamente entre los reinados de Fernando III y Alfonso X, según estudió Inés Fernández-Ordóñez⁵⁷. Efectivamente, si en 1230 solo un 8% de los documentos estaban escritos en castellano, en 1240 la cifra alcanzaba el 16, y en 1250 ya el 45% de los documentos emitidos se redactaron en romance. Es relevante que, en los últimos años del reinado de Fernando, alcanzó incluso el 71%. Desde el ascenso de Alfonso al trono el proceso no hizo sino completarse. Los documentos más solemnes tardaron más en pasar a redactarse en castellano, así como los dirigidos a instituciones. El momento del cambio, según la profesora Fernández Ordóñez, se sitúa en la conquista de Andalucía, precisamente el marco en el que nos movemos. Por ello, no deja de ser relevante que mientras Fernando escribía en latín al rey aragonés su hijo lo hiciese en castellano. E, incluso, hay que tener en cuenta que, posteriormente, cuando Alfonso subió al trono de Castilla, escribió a otros reinos en latín, lo que hace más llamativo aún que a su suegro le escribiese en romance. ¿Qué razones puede haber para ello? ¿La búsqueda de la familiaridad? ¿El conocimiento del uso que su propio suegro hacía de las lenguas romances (donde el *Llibre* sería el mejor ejemplo)?

5. Conclusiones

De esta forma, se ha podido comprobar cómo Alfonso, siendo infante heredero, desarrolló una muy intensa y especial actividad diplomática a lo largo de los años 40 del siglo XIII. De pronto, el infante se volvió muy activo en este campo y llevando a cabo, además, acciones de notable calado que podía esperarse que no desarrollase sino alguien ya versado en la diplomacia del reino: como puede ser el caso de la incorporación del reino de Murcia, lo relativo a su matrimonio con Leonor, y las

⁵⁷ FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés - “La lengua de los documentos del rey: del latín a las lenguas vernáculas en las cancillerías regias de la península ibérica”. In MARTÍNEZ SOPENA, Pascual; RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ana María (eds.) - *La construcción medieval de la memoria regia*. Valencia: Edicions de la Universitat de València, 2011, pp. 323-362, en concreto pp. 329-330.

negociaciones para la fijación de la frontera y una alianza con su suegro Jaime I. El infante se convertía en el agente principal de importantes gestiones, encabezando él mismo las misiones y contando con sus propios colaboradores (aunque lo hiciese con el beneplácito de su padre: al hacer constar que actuaba en nombre de Fernando así nos lo indica). Desde ese momento Alfonso no dudó en intervenir en la política exterior, sin contar, aparentemente, con su padre, al menos en los momentos iniciales. Esto nos muestra, sin duda, una iniciativa propia y una gran confianza en que su padre aceptará lo que él haga. Esta actividad personal le llevó, incluso, a firmar acuerdos en su nombre, sin reflejar, si quiera, el nombre de su padre (como es el caso de los acuerdos con Jaime I de Aragón).

Le hemos visto escribiendo a otras autoridades (el papa, el rey Jaime I...) buscando una serie de objetivos que no siempre concordaban con los de Fernando III. Efectivamente ocurrió así en los casos de Murcia y los acuerdos con Aragón. Pero también llevó a cabo una agenda propia, en la que lo que se buscaba era su propio interés, fuese este cual fuese, como es el caso claro de su intervención en Portugal y toda la diplomacia que desarrolló al efecto tanto ante el papa como ante el rey de Aragón.

Esta diplomacia es especialmente relevante si hacemos una comparación a futuro, es decir, con la concepción que posteriormente se plasmaría en la legislación del propio monarca: las *Siete Partidas*. También es especialmente relevante el uso que se hace de la lengua por parte de este infante heredero, que es un reflejo tanto de los cambios que emprendió Fernando III, como de los que posteriormente culminó él mismo ya como rey de León y Castilla. Se avanza hacia un estándar castellano, que no se cumplía, al menos en lo tocante a la diplomacia, en el momento en el que era infante, y que él tampoco siguió al cien por cien siendo rey. ¿Acaso estamos ante tanteos? ¿O ante un caso especial? Es difícil saberlo.

Sea como fuere, hemos podido apreciar que Alfonso sí desarrolló una extensa diplomacia propia en un momento histórico en el que, tanto en el ámbito castellano como en el leonés, no era habitual que así ocurriese. Con ello se marca claramente cómo la iniciativa del heredero, fomentada ya por su padre, suponía una clara idea

de cómo hacer las cosas y que, en el futuro, se plasmaría en parte en su reinado personal.

Referências Bibliográficas

Archivos

Lisboa, Archivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], *Chancelaria Afonso III*, Livro III.

Barcelona, Archivo de la Corona de Aragón [ACA], *Bulas pontificias*, leg. 10.

Barcelona, Archivo de la Corona de Aragón [ACA], *Real Cancillería*, Cartas reales, Jaime I.

Barcelona, Archivo de la Corona de Aragón [ACA], *Real Cancillería*, Pergaminos, Jaime I.

Vaticano, Archivo Apostolico Vaticano [AAV], Reg. Vat. 21.

Fuentes editadas

Colección de documentos para la historia del Reino de Murcia. vol. 2. *Documentos del siglo XIII*. Ed. Juan Torres Fontes. Murcia: Real Academia Alfonso X el Sabio, 1969.

Colección diplomática de Jaime I el Conquistador. vol. 1. Ed. Ambrosio Huici Miranda. Valencia: Renovación Tipográfica, 1919

Colección diplomática de los Reyes de Navarra de la dinastía de Champaña. vol. 1. *Teobaldo I (1234-1253)*. Ed. Margarita Martín González. San Sebastián: Sociedad de Estudios Vascos, 1987.

Documentos de Jaime I de Aragón. 7 vols. Eds. María Desamparados Cabanes Pecourt; Ambrosio Huici-Miranda. Valencia: Anubar, 1976.

Estoria de Espanna digital. Ed. Aengus Ward, 2019. (<https://blog.bham.ac.uk/estoriadigital/> y DOI: 10.5281/zenodo.2593588). [Consultada por última vez el 1 de marzo de 2024.]

GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Julio – *Reinado y diplomas de Fernando III*. 3 vols. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1980-1986.

Llibre dels feits del rei En Jaume. Éd. Ferran Soldevila. *Les Quatre grans Cròniques*. Rév. Jordi Bruguera; Maria Teresa Ferrer i Mallol. Barcelona: Institut d'estudis catalans, 2007.

MARCOS BURRIEL, Andrés – *Memorias para la vida del santo rey Fernando III, dadas a la luz con apéndices y otras ilustraciones por Miguel de Manuel Rodríguez*. Madrid: Viuda de Joaquín Ibarra, 1800.

Memorial histórico español. Vol. I. Madrid: Real Academia de la Historia, 1851.

PASCUAL MARTÍNEZ, Lope – “Documentación de Jaime I referida al Reino de Murcia”. *Anales de la Universidad de Murcia. Letras* 42/3-4 (1983-1984), pp. 159-160.

Primera crónica general. Estoria de España que mandó componer Alfonso el Sabio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289. Ed. Ramon Menéndez Pidal. Madrid: Bailly-Baillière é hijos, 1906.

QUINTANA PRIETO, Augusto – *La documentación pontificia de Inocencio IV (1243-1254)*. 2 vols. Roma: Instituto Español de Historia Eclesiástica, 1988.

Les registres d’Innocent IV. Recueil des bulles de ce pape. vol. 1. Ed. Élie Berger. París: Ernest Thorin, 1884.

ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*. Edición electrónica de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe; Pilar Rivero sobre la edición de Ángel Canellas López. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2003.

Bibliografía

AYALA MARTÍNEZ, Carlos de – *Directrices fundamentales de la política peninsular de Alfonso X: relaciones castellano-aragonesas de 1252 a 1263*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1986.

BIANCHINI, Janna – *Power and Authority in the Reign of Berenguela of Castile*. Filadelfia: University of Pennsylvania Press, 2012

CARCELLER CERVIÑO, Pilar; VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – *Catalina de Lancáster. Una reina y el poder*. Madrid: Sílex ediciones, 2021.

CORONAS GONZÁLEZ, Santos M. – “Príncipe y principado de Asturias: Historia dinástica y territorial de un título”. *Anuario de historia del derecho español* 71 (2001), pp. 49-74.

FERNÁNDEZ ORDÓÑEZ, Inés – “Decisiones editoriales. La nueva edición crítica de la *Estoria de España* de Alfonso X el Sabio”. In AYALA MARTÍNEZ, Carlos de; JIMÉNEZ LÓPEZ DE EGUILLETA, Javier E.; SÁNCHEZ SAUS, Rafael (eds.) – *Alfonso X. Su reinado y su legado ocho siglos después*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2023, pp. 121-140.

FERNÁNDEZ-ORDÓÑEZ, Inés – “La lengua de los documentos del rey: del latín a las lenguas vernáculas en las cancillerías regias de la península ibérica”. In MARTÍNEZ SOPENA, Pascual; RODRÍGUEZ LÓPEZ, Ana María (eds.) – *La construcción medieval*

de la memoria regia. Valencia: Edicions de la Universitat de València, 2011, pp. 323-362.

FRANCISCO OLMOS, José María de – *El príncipe heredero en las coronas de Castilla y Aragón durante la Baja Edad Media*. Madrid: Universidad Complutense, 2001.

FRANCISCO OLMOS, José María – “La evolución de la sucesión al trono en la Europa Medieval Cristiana: II. Siglo XIII. Los casos de Castilla y Aragón”. *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía* 14 (2011), pp. 169-276.

FUENTE PÉREZ, María Jesús – *Violante de Aragón, reina de Castilla*. Madrid: Dykinson, 2017.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel – *Los poderes y los hombres del reino de Castilla em los conflictos com el reino de Portugal (1250-1350)*. Murcia: Editum, 2020

GONZÁLEZ GONZÁLEZ, Julio – *Reinado y diplomas de Fernando III*. 3 vols. Córdoba: Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1980-1986.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Alfonso X infante”. *Acta historica et archaeologica mediaevalia* 22 (2001), pp. 291-310.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Alfonso X y Portugal”. *Alcanate* 4 (2004-2005), pp. 19-34.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Alfonso X el Sabio*. Barcelona: Ariel, 2004.

LINEHAN, Peter – *The Spanish church and the papacy in the thirteenth century*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

MOEGLIN, Jean Marie (dir.), PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et “relations internationales” au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)*. París: PUF, 2017.

MOLINA LÓPEZ, Emilio – “El gobierno de Zayyân B. Mardanîs en Murcia (1239-1241)”. *Miscelánea Medieval Murciana* 7 (1981), pp. 157-182.

MONSALVO ANTÓN, José María – “ El reino que heredó Alfonso X: la Castilla de Fernando III”. In AYALA MARTÍNEZ, Carlos de, JIMÉNEZ LÓPEZ DE EGUILITA, Javier E., y SÁNCHEZ SAUS, Rafael (eds.) – *Alfonso X. Su reinado y su legado ocho siglos después*. Sevilla: Editorial Universidad de Sevilla, 2023, pp. 13-62.

MOXÓ Y MONTOLIÚ, Francisco de – “El enlace de Alfonso de Castilla y Violante de Aragón: marco político y presiones cronológicas”. *Hispania* 49 (1989), pp. 69-110.

PÉREZ MARTÍN, Antonio – “Jacobo de las Leyes: Ureña tenía razón”. *Anales de Derecho. Universidad de Murcia* 26 (2008), pp. 251-273.

ROSENWEIN, Barbara (coord.) – *Angers past. The social uses of an emotion in the Middle Ages*. Ithaca-Londres: Cornell University Press, 1998.

SALVADOR MARTÍNEZ, Heraclio – *Berenguela la Grande y su época (1180-1246)*. Madrid: Polifemo, 2012.

SHADIS, Miriam – *Berenguela of Castile (1180-1246) and political women in the High Middle Ages*. Nueva York: Palgrave-MacMillan, 2009.

TORRES FONTES, Juan – “La delimitación del sudeste peninsular (tratados de partición de la Reconquista)”. *Anales de la Universidad de Murcia* 8 (1950), pp. 687-689.

VALLS-TABERNER, Ferran – “Relacions familiars i polítiques entre Jaume el Conqueridor i Anfos el Savi”. *Bulletin hispanique* 21-1 (1919), pp. 9-52.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “Corte y diplomacia en la Castilla bajomedieval”. *Mélanges de la Casa de Velázquez* 45-2 (2015), pp. 105-124.

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “La diplomacia al servicio del poder: una aproximación al caso de Alfonso X”. In MAREY, Alexander; AUROV, Oleg (dir.) – *La Historia y el poder, el historiador en el poder*. Madrid: Iberoamericana-Vervuert, (en prensa).

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

VILLARROEL GONZÁLEZ, Óscar – “La diplomacia del heredero en Castilla: el caso de Alfonso X”. *Medievalista* 35 (Julho – Dezembro 2024), pp. 119-146. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.



MEDIEVALISTA

N.º 36 | Julho – Dezembro 2024

ISSN 1646-740X

**Une diplomatie sur le temps long: les princes héritiers
aragonais dans les négociations de mariage anglo-
aragonais (1273-1291)**

**Diplomacy over time: the role of the Aragonese Crown Princes in
the Anglo-Aragonese marriage negotiations from 1273 to 1291**

Zoe Plaza Leroux

Sorbonne Université
75005 Paris, France

zplazaleroux@gmail.com

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Outubro de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 19 de Abril de 2024

DOI : <https://doi.org/10.4000/medievalista.8337>

RÉSUMÉ

Les recherches sur les négociations matrimoniales ont eu tendance à présenter les princes héritiers comme de simples objets de négociation dans les affaires diplomatiques. Cette perspective mérite d'être nuancée à la lumière du projet de mariage anglo-aragonais conduit sur la période 1268-1285. En effet, Pierre d'Aragon suivi de son fils Alphonse sont des acteurs centraux dans ces négociations. L'article étudie le rôle actif que certains héritiers royaux peuvent jouer dans le domaine de la diplomatie. Cette fonction se développe en parallèle de l'établissement du principe de succession dans la Couronne d'Aragon au XIII^e siècle qui transforme la figure du prince héritier en une incarnation du futur de la dynastie. Sa participation aux affaires diplomatiques permet dès lors de le préparer à son futur rôle de roi, mais également d'envisager les actions diplomatiques dans le temps long de la dynastie, au-delà de la simple durée d'un règne.

Mots clés: diplomatie, prince héritier, mariage, Couronne d'Aragon, Angleterre

ABSTRACT

The study of matrimonial negotiations previously characterised by the perception of the Crown Princes as mere objects of negotiation in diplomatic affairs, reveals a different perspective in the light of the Anglo-Aragonese marriage project of 1268-1285. Peter of Aragon and his son Alfonso were indeed central players in these negotiations. The article explores the active role that certain royal heirs play in diplomatic affairs. This new role accompanied the establishment of the principle of succession in the Crown of Aragon in the 13th century, which transformed the figure of the crown prince into an embodiment of the future of the dynasty. His involvement in diplomatic affairs thus enables him to prepare for his future role as king, but also to consider diplomatic actions in the long term of the dynasty, beyond the mere duration of a reign.

Keywords: diplomacy, crown prince, marriage, Crown of Aragon, England



Si l'étude des négociations matrimoniales a longtemps fait des princes héritiers de simples objets de la négociation diplomatique, le cas du projet de mariage anglo-aragonais des années 1268 à 1291 montre que Pierre d'Aragon, futur Pierre III (1276-1285), puis son fils Alphonse, futur Alphonse III (1285-1291), en sont des acteurs à part entière¹. Notre étude s'étendra jusqu'à l'année 1285, en raison de l'accession au trône d'Alphonse et de son changement de statut à cette date. Il est toutefois à noter que les négociations autour de ce projet de mariage se poursuivent jusqu'en 1291.

Bien que ce projet matrimonial n'ait jamais fait l'objet d'une analyse approfondie, les deux princes héritiers ne sont pas inconnus de l'historiographie. La vie du prince Pierre est bien documentée grâce aux travaux de Ferran Soldevila et de Stefano Maria Cingolani². Le prince Alphonse a pour sa part fait l'objet d'une étude de Ludwig Klüpfel en 1911. Plus récemment, Francisco Saulo Rodríguez Lajusticia a souligné les liens importants qu'il entretenait avec la maison Plantagenêt³. Cependant, ces deux études se sont principalement focalisées sur le règne d'Alphonse, laissant de côté la période au cours de laquelle il est prince héritier (1265-1285).

Cette période mérite pourtant d'être envisagée avec attention. Les princes héritiers sont destinés à régner. Leur instruction comprend alors non seulement une formation militaire, mais aussi une formation politique. Dans ce cadre et pour les préparer à leur futur métier de roi, les princes héritiers peuvent se voir confier des

¹ Je remercie vivement le professeur Stéphane Péquignot dont les conseils, remarques et encouragements m'ont été particulièrement précieux pour la rédaction de cet article.

² SOLDEVILA, Ferran – *Pere el Gran*. 2 vols. Barcelone: Institut d'estudis catalans, 1950-1956; CINGOLANI, Stefano Maria – *Pere el Gran: Vida, actes i paraula*. Barcelone: Base, 2010.

³ KLÜPFEL, Ludwig – *Die äussere Politik Alfonsos III. von Aragonien (1285-1291)*. Berlin-Leipzig : Walther Rothschild, 1911-1912. Francisco Saulo Rodríguez Lajusticia traite de ses relations avec la monarchie anglaise une fois qu'il est roi, cf. RODRÍGUEZ LAJUSTICIA, Francisco Saulo – "La relación de Alfonso III de Aragon (1285-1291) con la monarquía inglesa". *Aragón en la Edad Media* 30 (2019), pp. 325-349.

missions diplomatiques. Celles-ci servent généralement les intérêts politiques du roi.

Au moins huit pièces éclairent l'action diplomatique des deux princes héritiers et leurs relations avec la famille royale anglaise⁴. Les registres de la comptabilité personnelle de l'infant Pierre font apparaître quatre messagers anglais payés par cet infant entre les années 1268 et 1269⁵. L'on dispose également d'un pacte de mariage de 1273 entre Edouard I^{er} d'Angleterre (1272-1303), pour sa fille aînée et le fils aîné de l'infant Pierre d'Aragon⁶. Trois lettres, l'une de créance envoyée au roi d'Angleterre pour traiter du mariage, les deux autres datant des années 1274-1277, sont échangées entre ces deux personnages pour prendre des nouvelles de leur santé respective⁷. Le rôle d'Alphonse est pour sa part documenté par deux lettres échangées avec la famille royale anglaise dans les années 1280⁸. La pièce la plus remarquable et qui retiendra plus particulièrement l'attention ici est le traité de 1273.

Ce projet, loin d'être un hapax, s'inscrit dans un ensemble plus vaste de relations diplomatiques entre le royaume d'Angleterre et la Couronne d'Aragon. Il constitue

⁴ Cet épisode anglo-aragonais n'apparaît pas dans les chroniques catalanes et aragonaises de l'époque. Toutefois, certaines dimensions de l'action diplomatique du prince héritier Pierre y sont évoquées. Cette question a été examinée dans le séminaire « Relations internationales et diplomatie (1300-1700) » de Stéphane PÉQUIGNOT en 2021-2022. Voir à ce sujet l'introduction à ce dossier. Voir aussi : DESCLLOT, Bernat – *Llibre del rei en Pere*. Éd. Stefano Maria Cingolani. Barcelone: Biblioteca Barcino, 2010; *Llibre dels feits del rei En Jaume*. Éd. Ferran Soldevila. *Les quatre Grans Cròniques*. Rév. Jordi Bruguera et Maria Teresa Ferrer i Mallol. Barcelone : Institut d'Estudis Catalans, 2007; MUNTANER, Ramon – *Crònica o descripció dels fets e hazanyes del ycnlit rey don Jaume primer rey d'Aragó [...] e de molts de ses descendents*. Éd. Ferran Soldevila. *Les Quatre grans Cròniques*. Rév. Jordi Bruguera et Maria Teresa Ferrer i Mallol. Barcelone: Institut d'Estudis Catalans, 2007.

⁵ SOLDEVILA, Ferran – *Pere el Gran*. vol. 1, p. 294 ; Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, reg. 34, fol. 10v et fol. 102v.

⁶ Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Pergaminos de Jaime I, Serie general, 2173, édité dans *Diplomatari de Pere el Gran*. vol. 1: *Cartes i Pergamins (1258-1285)*. Éd. Stefano Maria Cingolani. Barcelone : Fundació Noguera, 2011, doc. 29, pp. 113-114. Copie conservée à Londres, The National Archives sous la référence E 30/12/6 et éditée dans RYMER, Thomas – *Foedera, conventiones litterae et cuiuscumque generis. Acta publica inter Reges Angliae et alios quosvis, imperatores, reges, pontifices, principes vel comunitates ab ingressu Gulielmi I. in Angliam, A.D. 1066, ad nostra usque tempora habita aut tractata*. Vol. I/2 : 1272-1307. Londres, *Record Commission*, 1816, p. 506. Autre copie : Londres, British Library, *Cotton MS Vespasian C XII*, fol. 56 r.

⁷ Londres, The National Archives, SC 1/14/176 et SC 1/12/31. Voir aussi RYMER, Thomas – *Foedera*, vol. I/2, p. 521 et p. 541.

⁸ RYMER, Thomas – *Foedera*, vol. I/2, p. 606 ; *Diplomatari de Pere el Gran*. vol. 2: *Relacions internacionals*. Éd. Stefano Maria Cingolani. Barcelone: Fundació Noguera, 2015, doc. 454bis, pp. 488-489.

néanmoins un point de bascule significatif, et donc un observatoire précieux pour tenter de saisir la nature de l'action diplomatique entreprise par le prince héritier Pierre. Ce dernier possède un degré d'autonomie remarquable⁹. C'est donc sur lui que portera plus particulièrement cette étude.

Le contexte des relations anglo-aragonaises

L'action diplomatique de Pierre d'Aragon dans le cadre de ce projet de mariage constitue un élément d'un ensemble plus vaste de relations diplomatiques anglo-aragonaises, entre la dynastie des Plantagenêts et la maison d'Aragon. Ces relations remontent au moins à la fin du XII^e siècle. Le projet s'inscrit donc dans un temps long et constitue un type d'alliance héréditaire¹⁰, renouvelée à chaque changement de génération.

Dès les années 1170 et alors que les comtes de Barcelone et les ducs d'Aquitaine sont en conflit avec les comtes de Toulouse dans la grande guerre méridionale, Henri II d'Angleterre (1154-1189), duc d'Aquitaine, et Raimond-Bérenger IV de Barcelone (1131-1162) décident de s'allier¹¹. Cette politique d'alliance est poursuivie par Richard I^{er} d'Angleterre dit Cœur de Lion¹².

⁹ L'autonomie de l'infant Pierre en matière diplomatique n'est pas un phénomène isolé. Dans ce même dossier de *Medievalista* nous renvoyons notamment à l'introduction de Stéphane Péquignot ainsi qu'aux articles de Diana Martins et d'Oscar Villarroel González. Les deux articles en question mettent en évidence des périodes pendant lesquelles les infants Alphonse (IV) du Portugal et Alphonse (X) de Castille ont mené des actions diplomatiques autonomes qui servaient leurs propres intérêts.

¹⁰ MOEGLIN, Jean-Marie (dir.); PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et "relations internationales" au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)*. Paris : Presses universitaires de France, 2017, chapitre V : "Traités et relations internationales au Moyen Âge".

¹¹ BENJAMIN, Richard – "A Forty Years War: Toulouse and the Plantagenets, 1156-96". *Historical Research* 61:146 (1988), pp. 270-285. Cette guerre oppose en effet les comtes de Toulouse aux comtes de Barcelone et aux ducs d'Aquitaine pour le contrôle d'un vaste territoire allant de la Provence au midi toulousain. Voir aussi BENITO, Pere – "An Intense but Stymied Occitan Campaign". In SABATÉ, Flocel (éd.) – *The Crown of Aragon. A Singular Mediterranean Empire*, Leiden et Boston : Brill, 2017, p. 92-124 ; FERRER I MALLOL, Maria Teresa; RIU, Manuel (dir.) – *Tractats i negociacions diplomàtiques de Catalunya i de la Corona catalanoaragonesa a l'edat mitjana*. vol. I.1: *Tractats i negociacions diplomàtiques amb Occitània, França i els estats italians 1067-1213*. Barcelone : Institut d'Estudis Catalans, 2009.

¹² BENJAMIN, Richard – "A Forty Years War"; GILLINGHAM, John – *Richard Coeur de Lion*. Paris: Noesis, 1996, p. 124.

Sous les règnes de Jacques I^{er} d'Aragon (1213-1276) et Henri III d'Angleterre (1216-1272), les échanges continuent et s'intensifient. En 1236, le Plantagenêt épouse Éléanore de Provence, descendante d'Alphonse II d'Aragon (1162-1196) par son père. Les enfants du couple ont donc des liens de parenté avec la maison d'Aragon. Dans les années 1240, l'envoi de plusieurs messagers entre les deux rois témoigne de la poursuite des relations diplomatiques¹³. La teneur exacte de ces échanges est toutefois inconnue. Ces liens s'étaient-ils formés à cause de leur colère commune face au mariage de Charles d'Anjou et de Béatrice de Provence en 1245 ? En effet, à la mort d'un comte de Provence sans héritier mâle, il était coutume que le comté revienne aux mains des souverains de la Couronne d'Aragon. Ainsi avait-on procédé en 1166 à la mort de Raimond-Bérenger III de Provence (1144-1166) puis en 1196 à la mort de Raimond-Bérenger IV (1152-1196). Le comté était alors revenu à Alphonse II d'Aragon. Or, à la mort de Raimond-Bérenger V en 1245, ce dernier avait laissé le comté à la plus jeune de ses filles, Béatrice. Si celle-ci n'avait pas d'héritier mâle, le comté devait alors passer à sa sœur Sancie, femme de Richard de Cornouailles. Si les deux femmes mouraient sans héritier, alors le roi d'Aragon récupérerait la Provence. L'Angleterre et la Couronne d'Aragon avaient donc des ambitions sur le comté de Provence. Mais Louis IX de France (1226-1270) fut plus rapide et maria Béatrice à son frère Charles d'Anjou. Jacques I^{er} et Henri III avaient donc des griefs communs envers le roi de France. Ces événements contribuèrent sans doute au développement des échanges entre les deux cours.

Ces échanges deviennent plus importants dans les années 1250. Ainsi un premier projet de mariage voit-il le jour en 1253. Concernant le prince Pierre¹⁴, ce projet ne se concrétise pas, mais entretient les échanges, qui se poursuivent tout du long des années 1250¹⁵. Les deux dynasties maintiennent donc des liens depuis presque

¹³ *Calendars of the Patent Rolls preserved in the Public Record Office: Henry III*. vol. 3 : 1232-1247. Londres : HMSO, 1906-1913, p. 481, 497.

¹⁴ Une lettre du 24 mai 1253 nomme John Maunsell et Guillaume évêque de Bath et Well procureurs afin qu'ils négocient le mariage de Béatrice, fille d'Henri III, avec le fils aîné du roi d'Aragon, l'infant Pierre. Cf. RYMER, Thomas – *Foedera*, vol. I/1 : 1066-1272. p. 290.

¹⁵ En 1257 le prieur de Cornellana, envoyé du roi d'Aragon, se trouvait à la cour d'Angleterre : “have 60 marks to deliver to the bishop of Jaen, envoy of the king of Castile, and 20 marks to deliver to the prior of Cornellana, envoy of the king of Aragon, for their expenses as a gift from the king” (*Calendars of the Patent Rolls preserved in the Public Record Office: Henry III*. vol. 3 : 1232-1247, p. 558). De même Henri III informe Jacques I^{er} d'Aragon de son alliance avec Alphonse X, et il existe un projet de rencontre entre les trois souverains (RYMER, Thomas – *Foedera*, p. 357).

un siècle lorsque les négociations entre Édouard I^{er} d'Angleterre et l'infant Pierre débutent. Ces échanges sont jusqu'ici systématiquement le fait des rois à la tête de chaque dynastie. L'action diplomatique de Pierre marque à cet égard un tournant.

Le tournant du projet de mariage de 1273

En octobre 1273, Édouard I^{er} roi d'Angleterre et Pierre, prince héritier de la Couronne d'Aragon, signent un pacte de mariage par lequel ils entendent fiancer leurs enfants. Ce traité est un chirographe dont deux exemplaires sont conservés ; l'un aux National Archives à Londres, l'autre à l'Archivo de la Corona de Aragón, à Barcelone¹⁶.

Les raisons qui animent ce projet sont explicitées dans le document même:

“Le seigneur Édouard, par la grâce de Dieu illustre roi d'Angleterre, seigneur d'Irlande et duc d'Aquitaine, et l'illustre infant Pierre, aîné et héritier du magnifique roi d'Aragon, voulant fermement établir entre eux un amour et une concorde véritables, fermes et durables, et les renforcer par un lien de parenté, s'accordèrent ainsi : ledit seigneur roi d'Angleterre fiancerait sa fille et celle de l'illustre reine la dame Aliénor, son épouse, au fils aîné dudit seigneur infant et de l'illustre dame Constance, sa femme”¹⁷.

Les mariages sont en effet l'un des principaux outils à la disposition des princes lorsqu'ils cherchent à entrer en alliance avec un autre prince. Ces alliances se fondent sur l'*amicitia*, vertu fondamentale à la base de tout pacte au Moyen Âge qui a valeur de lien quasi-juridique. Les liens de parenté étant le moyen le plus efficace

¹⁶ RYMER, Thomas – *Foedera*, vol. I/2, p. 506.

¹⁷ “*dominus Eduardus, Dei gracia illustris rex Anglie, dominus Hybernice et dux Aquitanie, et illustris infans Petrus, magnifici regis Aragonum primogenitus, volentes inter se dilectionem veram concordiam firmiter duraturam, et eandem per affinitatis vinculum consummare, convenerunt quod predictus dominus rex Anglie desponsaret filiam suam et illustris domine Constancie, uxoris sue*” (Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Pergaminos de Jaime I, Serie general, 2173, édité dans *Diplomatari de Pere el Gran*. Vol. 1, doc. 29, pp. 113-114). Copie conservée à Londres, The National Archives sous la référence E 30/12/6 et éditée dans RYMER, Thomas – *Foedera*, vol. I/2, p. 506. Autre copie : Londres, The British Library, *Cotton MS Vespasian C XII*, fol. 56 r.

de créer cette *amicitia*, ces deux hommes cherchant à créer un “amour et une concorde” choisissent donc tout naturellement de s’unir par ces liens¹⁸.

Fait remarquable : l’un est roi, l’autre est prince héritier. Dans le cadre des négociations pour les mariages dynastiques, ces derniers sont généralement considérés comme des objets de la tractation et en sont très rarement les acteurs. Un mariage princier est censé créer une union entre les deux dynasties qu’il unit et leurs territoires. C’est cela même qui est évoqué par le pacte lorsqu’il est question d’une “concorde véritable et durable”. Durable car elle sert à créer un lien qui doit survivre à ces deux princes. Ces affaires, d’une importance capitale pour l’avenir de la dynastie, sont de ce fait en général traitées par les rois. On aurait donc pu s’attendre à ce que soit le roi Jacques I^{er} d’Aragon, le père de Pierre, qui mène la négociation pour son fils. Or c’est l’héritier, Pierre, qui s’en charge. Le prince héritier s’avère donc être un acteur majeur dans les relations diplomatiques.

Le document d’octobre 1273 est la première mention d’un projet visant à fiancer la fille du roi d’Angleterre et le fils aîné de l’infant Pierre¹⁹. Cette alliance matrimoniale est très sérieuse car il ne s’agit pas ici uniquement de s’accorder sur un futur projet, mais, déjà, d’organiser les fiançailles. Le pacte indique en effet que “Ledit seigneur roi [...] fiança par promesse de mariage sa fille au fils dudit seigneur infant, et celui-ci, de la même manière, fiança son fils à la fille dudit seigneur roi”²⁰. L’indication *per verba de futuro* nous renseigne sur la nature même de cette promesse. Les fiançailles pourraient en théorie être rompues contrairement aux fiançailles *per verba de presenti*. Toutefois, les fiançailles *per verba de futuro* représentent un engagement public et obligent les parties à garder leur promesse. À partir de cette étape, il est donc très difficile de rompre le contrat²¹. Il se peut donc qu’Édouard I^{er} et l’infant

¹⁸ Voir à ce sujet le chapitre “Amitiés et relations internationales” dans MOEGLIN, Jean-Marie (dir.); PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et “relations internationales”*, pp. 147-340.

¹⁹ Il s’agit très certainement d’Aliénor, âgée de quatre ans, et d’Alphonse, fils aîné de Pierre d’Aragon. Il a alors huit ans.

²⁰ “*predictus dominus rex [...] filiam suam desponsavit per verba de futuro filio predicti domini infantis, et predictus dominus infans, sub simili forma, desponsavit predictum filium suum filie dicti domini regis*”. *Diplomatari de Pere el Gran*. vol. 1, doc. 29, p. 113.

²¹ Ainsi Édouard I^{er} et l’infant Pierre promettent-ils sur les quatre Évangiles de mener à bien cette entreprise. Pour les fiançailles, voir RIBORDY, Geneviève – “Les fiançailles dans le rituel matrimonial

Pierre aient voulu s'assurer de la conclusion de ce projet en fiançant leurs enfants assez rapidement.

L'absence de Jacques I^{er} dans ce document à l'importance tant symbolique que concrète est troublante. Le roi d'Aragon apparaît mais seulement en creux. La mention de "Roi d'Aragon" a en effet pour seule utilité de qualifier le statut de Pierre en tant que "prince héritier". Le prince agit seul. D'autres documents antérieurs, qui nous renseignent sur la pratique diplomatique de l'infant, mentionnent cependant que Pierre agit sous tutelle du roi d'Aragon et avec sa volonté. C'est notamment le cas pour les négociations de son propre mariage avec Constance de Hohenstaufen²².

Pierre aurait-il pu agir de façon autonome parce qu'il est question du mariage de son propre fils? La puissance paternelle joue certainement un rôle ici, mais elle n'explique pas tout. En tant que père, Pierre exerce une autorité sur son fils et a donc le droit de traiter de son mariage. Cependant, en tant que prince héritier il doit s'inscrire dans le sillage de son père. Le cas du roi de France Philippe Auguste sert d'ailleurs de contre-exemple. En 1214 ce dernier se charge de fiancer son petit-fils Philippe de France et promet même de le remplacer par son petit frère Louis, futur Saint Louis, si le premier venait à mourir²³. Le roi de France traite donc ici du mariage de ses petits-enfants. Jacques I^{er} d'Aragon aurait donc pu traiter directement avec Edouard du mariage. De même, s'il n'avait pas participé aux négociations son accord aurait pu apparaître dans le document. Le fait que Pierre agisse seul, sans mention de son père, est donc inhabituel. Comment l'expliquer ?

Interprétations et enjeux

Un contexte favorable à l'alliance et à la prise d'autonomie

Deux contextes peuvent éclairer l'action du prince héritier et ce qui apparaît comme une prise d'autonomie vis-à-vis de son père : premièrement celui des ambitions

de la noblesse française à la fin du Moyen Âge : tradition laïque ou création ecclésiastique ?" *Revue historique* 620/4 (2001), pp. 885-911.

²² *Diplomatari de Pere el Gran*. vol. 1, doc. 2, pp. 50-51.

²³ Il le fiance à Agnès de Nevers, fille d'Hervé comte de Nevers. Cf. *Les registres de Philippe Auguste*, vol. I. Éd. John. Paris : Imprimerie nationale, 1992, n°81, p. 523.

politiques de Pierre et d'Edouard I^{er} au début des années 1270, deuxièmement celui familial de 1273.

Si cette alliance matrimoniale s'inscrit dans le domaine de relations habituelles entre les deux dynasties, le contexte politique des années 1270 est favorable au rapprochement des deux hommes. Edouard I^{er} vient de monter sur le trône et cherche à maintenir la paix aux frontières de l'Aquitaine, dans une période de troubles pour le duché²⁴. Ce mariage fait alors partie d'un projet plus vaste d'alliances outre-pyrénéennes²⁵. Dans le cas de l'Aragon, l'enjeu est de trouver un allié face aux Capétiens, peut-être même pour Pierre un allié face à Charles d'Anjou²⁶. Les deux princes pourraient donc être à l'origine du projet. La proposition d'alliance matrimoniale de 1253 avait été initiée par la partie anglaise, et c'est peut-être à nouveau le cas ici, bien que la documentation ne permette pas d'éclaircir ce point.

La prise d'autonomie diplomatique du prince héritier peut également être éclairée par la situation familiale de la maison d'Aragon en 1273. Au moment même de la signature de ce pacte de mariage, l'infant et son père ne sont pas en bons termes. Pierre s'oppose à son frère bâtard qu'il accuse d'avoir essayé de le détrôner et de l'assassiner²⁷. Ceci peut expliquer qu'il n'ait pas demandé le consentement de son père. Il convient toutefois de souligner que cette action diplomatique ne semble pas être elle-même un acte d'opposition.

²⁴ Ces troubles sont principalement le fait du vicomte du Béarn Gaston. Cf. ELLIS, Jean H. – *Gaston de Béarn: a study in Anglo-Gascon relations (1229-1290)*. Oxford : Oxford University, 1952. Thèse de doctorat.

²⁵ Édouard I^{er} d'Angleterre avait épousé en 1254 Éléonore de Castille, sœur d'Alphonse X de Castille, dans le cadre d'une alliance anglo-castillane. Cf. RYMER, Thomas – *Foedera*, p. 298. À la fin de l'année 1273 il essaie en outre de marier son fils Henri à Jeanne de Navarre, héritière du royaume. Cf. Londres, The National Archives, E 36/274, fols. 168v-169r.

²⁶ Dans le cadre de la lutte entre Aragonais et Angevins pour le royaume de Sicile. Damien Ruiz évoque cette même possibilité dans le cadre d'une alliance entre Pierre d'Aragon et Philippe III le Hardi en 1276. Voir RUIZ, Damien – "Philippe le Hardi, Pere d'Aragon et l'hostie consacrée : un rite de fraternité dans la *Crònica* de Ramon Muntaner". In AGUILAR, Josep Antoni, MARTÍ, Sadurní, RENEDO, Xavier (éd.) – *Dits, fets i veres veritats. Estudis sobre Ramon Muntaner i el seu temps*. Barcelone : Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 2019, pp. 53-71.

²⁷ SOLDEVILA, Ferran – *Pere el Gran*, vol. I, p. 250.

Ce double contexte favorise donc l'alliance entre ces deux royaumes mais aussi une prise d'autonomie diplomatique du prince héritier. Il convient cependant s'interroger sur le degré d'indépendance de Pierre.

Un infant autonome dans les relations diplomatiques avec l'Angleterre?

L'action diplomatique du prince héritier Pierre d'Aragon est-elle donc uniquement de son fait ? Existe-t-elle en parallèle d'une action menée par son père ? Lui a-t-on laissé un monopole des relations avec l'autre prince héritier, Édouard ? Parce qu'il semble y avoir une volonté de construire des relations d'amitié sur le long terme avec la dynastie Plantagenêt, il existe peut-être la volonté de créer un lien entre ces deux princes héritiers, futurs rois respectifs de leurs royaumes. La nature de l'action diplomatique de Pierre mérite à ce titre d'être examinée plus en détail.

La première trace d'une intervention de Pierre dans les relations diplomatiques avec la famille royale anglaise date de 1268. Les registres de l'infant Pierre conservés à l'Archivo de la Corona de Aragón révèlent ainsi deux messagers (*troters*), d'Henri (Henri III) et Edouard, dont les services sont réglés sur les dépenses de l'infant²⁸. Il en est de même en 1269 pour deux messagers arrivés à Barcelone de la part d'Henri III et d'une deuxième personne dont le nom est effacé, probablement Edouard²⁹. Ces deux messagers doivent repartir à Burgos, où va être célébré le mariage de Ferdinand de la Cerda, fils d'Alphonse X roi de Castille. C'est à nouveau l'infant qui se charge des dépenses.

Les messagers doivent se rendre à Burgos car le prince Edouard s'y trouve très probablement. La *Crónica de Alfonso X* indique qu'un certain Edouard prince d'Angleterre a assisté à ce mariage. On peut supposer qu'il s'agit du futur Edouard I^{er}³⁰. Le *Libre dels feits* indique pour sa part qu'à ce mariage, outre Edouard, se trouve également le roi d'Aragon³¹. Si la documentation ne permet pas de savoir si

²⁸ SOLDEVILA, Ferran – *Pere el Gran*, vol. I, p. 293 ; Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, reg. 34, fol. 10v.

²⁹ Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, reg. 34, fol. 102v.

³⁰ Le chroniqueur le confond avec le futur Édouard II, qui n'est pas encore né à ce moment-là. SÁNCHEZ DE VALLADOLID, Fernan – *Crónica de Alfonso X*. Éd. Manuel González Jiménez; María Antonia Carmona Ruíz. Murcie : Real Academia Alfonso X el Sabio, 1998.

³¹ *Llibre dels feits del rei En Jaume*.

Jacques I^{er} d'Aragon et celui qui était alors prince héritier du royaume d'Angleterre se sont entretenus à cette occasion, il reste possible que des discussions aient eu lieu entre les deux hommes dans ce cadre.

Il est impossible de connaître le contenu exact de ces échanges de messagers. Le manque de sources invite à la prudence. Toutefois, une pastourelle composée par le troubadour provençal Paulet de Marseille dans les années 1265-1266 permet d'avancer certaines hypothèses. *L'autrier m'anav'ab cor pensiu* évoque déjà une possible alliance entre le prince Édouard et l'infant Pierre d'Aragon. L'auteur exprime en effet son désir de voir un amour grandir entre ces deux infants³². Si Paulet de Marseille exprime cela dans le cadre d'une possible alliance visant à reconquérir le comté de Provence, il se pourrait que la pastourelle soit aussi un écho de négociations ou de discussions ayant eu lieu à la cour de Jacques I^{er} d'Aragon³³. Le projet de mariage, dont il ne demeure de trace concrète que pour 1273, pourrait donc avoir été discuté dès la deuxième moitié des années 1260. Ces quelques fragments ne permettent cependant pas d'affirmer la formation d'un tel projet. L'infant Pierre commence pour autant dès la fin des années 1260 à s'impliquer dans les relations diplomatiques avec la dynastie Plantagenêt, sans qu'il soit possible de déterminer si cette action s'inscrit ou non dans la continuité de celle de son père.

Après 1273, le prince héritier Pierre continue à agir de manière apparemment autonome dans sa relation avec le roi d'Angleterre. En avril 1275, il envoie en effet une lettre de créance à Édouard pour l'informer de l'arrivée prochaine d'un messager. Ce dernier devait alors traiter du mariage déjà convenu entre son fils aîné Alphonse et la fille aînée d'Édouard, mais il devait également proposer un deuxième

³² “*Senher, ieu volgra de N'audart / e del nobl' enfan ferma mor*” (RIQUER, Isabel de – “Las poesías del trovador Paulet de Marselha”. *Butlletí de la Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona* 38 (1982), pp. 133-205, p. 172).

³³ Édouard d'Angleterre et Pierre Aragon descendent tous deux du roi Alphonse II d'Aragon, respectivement par la branche provençale et la branche barcelonaise. Ils pouvaient donc techniquement tous deux avancer un droit d'héritage sur ce comté. Ce dernier appartient à Charles II d'Anjou depuis son mariage en 1246 avec Béatrice, fille de Raymond-Bérenger IV de Provence. Les Provençaux s'étaient soulevés contre cela et c'est dans ce cadre que Paulet de Marseille avait trouvé refuge à la cour du roi d'Aragon.

mariage entre Isabelle, fille aînée de Pierre et le fils aîné du roi anglais³⁴. La formule “infant Pierre, fils aîné de l’illustre roi d’Aragon”, utilisée dans le traité de 1273, est à nouveau présente ici, sans que mention soit faite du roi d’Aragon. À cette date, Jacques I^{er} et son fils se sont réconciliés³⁵. L’absence de mention du roi ne peut donc être la preuve d’une rupture ou d’une mésentente. Elle est le signe d’une autonomie en matière d’action diplomatique de la part de Pierre. Le consentement officiel du roi n’est plus requis.

Les documents relatifs à cette affaire semblent donc à première vue donner l’image d’un prince héritier dont l’autonomie pourrait en faire l’égal des rois dans le cadre de ce type d’action politique. Un épisode de diplomatie franco-aragonaise datant du début de l’année 1276 paraît appuyer cette conclusion. Le chroniqueur Ramon Muntaner évoque une entrevue entre l’infant Pierre d’Aragon et Philippe III le Hardi pendant laquelle ces deux hommes auraient conclu une alliance interpersonnelle³⁶. L’infant peut donc engager des négociations avec des rois.

Le document principal de notre étude, le contrat de mariage, plaide également en faveur de cette idée en première analyse. Il est fondé sur un principe de *do ut des* : tant Édouard que Pierre doivent s’engager l’un envers l’autre et jurer sur les Évangiles³⁷. Le document, un chirographe, est signé et conservé par les deux parties. Une forme d’égalité semble donc s’installer. Toutefois, des détails dans la rédaction du document permettent de nuancer cette première hypothèse. Le traité est passé à

³⁴ Londres, The National Archives, SC 1/14/176. Voir aussi RYMER, Thomas – *Foedera*, vol. I/2, p. 521. Ce genre de mariage “double” n’était pas hors du commun. Voir MOEGLIN, Jean-Marie (dir.); PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et “relations internationales”*, p. 276.

³⁵ L’infant est en effet nommé lieutenant général de la couronne en 1274. Cf. FRANCISCO OLMOS, José María de – *El príncipe heredero en las coronas de Castilla y Aragón durante la Baja Edad Media*. Madrid : Universidad Complutense de Madrid, 1995. Thèse de doctorat, p. 239. Voir aussi FRANCISCO OLMOS, José María de – “La evolución de la sucesión al trono en la Europa medieval cristiana : I. Siglos V al XII”. *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía* 13 (2010), pp. 203-252 ; FRANCISCO OLMOS, José María de – “La evolución de la sucesión al trono en la Europa Medieval Cristiana. II : Siglo XIII. Los casos de Castilla y Aragón”. *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía* 14 (2011), pp. 169-276 ; FRANCISCO OLMOS, José María de - “La evolución de la sucesión al trono en la Europa medieval cristiana. III : la consolidación de la figura del príncipe heredero en Castilla y Aragón (siglos XIV-XV)”. *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía* 15 (2012), pp. 209-414.

³⁶ Voir à ce sujet RUIZ, Damien – “Philippe le Hardi, Pere d’Aragon et l’hostie consacrée”.

³⁷ “*Et ad maiorem firmitatem habendam, predictus dominus rex et predictus infans iuraverunt super sancta quatuor Dei Evangelia predicta attendere et complere ut supra continetur*”. *Diplomatari de Pere el Gran*. vol. 1, doc. 29, p. 113-114.

Sordes, dans les terres du roi d'Angleterre. C'est le prince héritier qui a dû se déplacer, ce qui est le premier marqueur de son infériorité. En outre, le pacte est daté du règne du roi d'Angleterre³⁸. De plus, si le document laisse entendre qu'une dot et le *dotalicium* ont été négociés, le montant exact n'est pas précisé³⁹. Il reste donc encore une marge de négociation. Le prince héritier n'est pas roi et ne peut donc encore librement disposer des terres de la Couronne.

De ce fait, malgré une autonomie remarquable du prince héritier en matière de diplomatie, son statut n'est pas celui d'un roi. Edouard I^{er} accepte de traiter avec un prince héritier et de faire pacte avec lui, mais l'analyse diplomatique de la source révèle l'inégalité effective des deux parties.

Cette inégalité même invite à interroger l'action diplomatique du roi d'Angleterre. Ce dernier accepterait-il de faire alliance avec le prince héritier sans l'accord du roi d'Aragon ? Cela semble difficile à imaginer. Henri III d'Angleterre et Jacques I^{er} d'Aragon avaient déjà, dans les années 1250, essayé d'unir leurs dynasties par un mariage. L'hypothèse la plus vraisemblable est alors qu'il s'agit ici d'une diplomatie envisagée sur le temps long. L'action diplomatique n'est plus pensée en fonction du règne seul, mais également en fonction du règne à venir du prince héritier. De ce fait, on cherche à établir des alliances non seulement pour le temps présent, mais également pour le futur, avec une perspective qui inclut une temporalité plus longue.

Ces deux dynasties maintenaient depuis près d'un siècle des liens diplomatiques qui étaient renouvelés de génération en génération. Le roi d'Aragon a dû laisser une marge de manœuvre diplomatique à son fils pour qu'il traite avec le jeune roi d'Angleterre qui était en termes générationnels plus proche de Pierre : les deux

³⁸ "*Datum et actum in predicta villa Sordue anno et die prefixis, regni predicti domini regis Anglie anno primo*". *Diplomatari de Pere el Gran*. vol. 1, doc. 29, p. 113-114.

³⁹ "*Promisit etiam predictus dominus infans prefato domino regi, quod tempore matrimonii faciet augmentum ad dotem quam filia eiusdem domini regis afferet viro suo, secundum quantitatem dotis, scilicet augendo ipsam dotem in tercia parte plusquam sit ipsa dos, vel dabit arras secundum morem regni Aragonum, qui est quod assignentur domine certa loca que, vivo viro, tenet et percepit et habet redditus omnes ipsorum locorum ad utilitates suas inde faciendas*". *Diplomatari de Pere el Gran*. vol. 1, doc. 29, p. 113-114.

hommes avaient tous deux environ trente-quatre ans. Il est impossible de connaître exactement les circonstances de cette autonomie laissée à Pierre. Cependant il semble difficile de concevoir que Jacques I^{er} d'Aragon ait été opposé à cette affaire. Cette perspective d'une diplomatie envisagée sur le temps long se confirme lorsque Alphonse, fils aîné de Pierre d'Aragon, cesse d'être l'objet de la négociation matrimoniale pour devenir à son tour un acteur de cette dernière.

Dans la continuité du père : l'action diplomatique d'Alphonse d'Aragon

En 1276, Pierre d'Aragon devient roi et son fils Alphonse par conséquent prince héritier. Né en 1265, ce dernier était jusqu'alors l'objet des négociations matrimoniales avec la dynastie Plantagenêt. En 1282, âgé de 17 ans, son statut change. À la fin du mois d'avril, Alphonse envoie, en effet, une lettre où il se réjouit des nouvelles qu'il a reçues sur le roi d'Angleterre et sa famille⁴⁰. Le 12 octobre 1282 il envoie une missive similaire destinée à la famille royale anglaise et en premier lieu à Alphonse de Chester, fils aîné du roi Edouard I^{er}⁴¹. Tout comme leurs pères, ces deux princes héritiers sont en relation. Pierre III d'Aragon se trouve alors en pleine confrontation avec les Anjou pour la Sicile. Dans ce cadre, le roi délègue à son fils le soin d'entretenir les relations de la famille avec celle des Plantagenêts. Comme pour Pierre d'Aragon, l'action du prince héritier Alphonse rentre dans une logique de proximité générationnelle avec l'héritier Plantagenêt.

L'action diplomatique de ce prince s'inscrit donc dans une continuité totale avec celle de son père. Déjà du vivant de Jacques I^{er}, Alphonse est proclamé héritier de Pierre d'Aragon et donc de la couronne⁴². Cet événement traduit l'affirmation et l'acceptation du principe de succession par primogéniture dans la Couronne d'Aragon au cours du XIII^e siècle. Dès lors, un prince héritier n'est plus seulement fils de roi, mais également futur roi. Le corps du roi se trouve prolongé dans celui de son fils.

⁴⁰ RYMER, Thomas – *Foedera*, vol. I/2, p. 606.

⁴¹ “[D]omino Aduardo, illustris regis Anglie primogenito, infans Alfonsus, illustris regis Aragonum primogenitus et heres” (*Diplomatari de Pere el Gran*. vol. 2, doc. 454bis, p. 488-489).

⁴² Voir CINGOLANI, Stefano Maria – *Pere el Gran*, p. 348 ; FRANCISCO OLMOS, José Maria de – *El príncipe heredero*, p. 240.

Conclusion

Les cas de Pierre d'Aragon et de son fils Alphonse éclairent le rôle diplomatique actif que les princes héritiers peuvent jouer. Au cours du XIII^e siècle, les traités et alliances engagés entre souverains ne sont plus envisagés comme ponctuels, mais prennent la forme d'alliances héréditaires. De ce fait et alors que l'alliance engage le futur de la dynastie, les princes héritiers prennent part aux actions diplomatiques de la famille. Il semble en effet que les relations avec les princes héritiers de l'étranger leur soient confiées, ou du moins qu'elles soient favorisées. Si le prince héritier Pierre est remarquable par l'apparente autonomie de son action, Alphonse s'intègre pleinement dans ce principe de continuité dynastique.

L'implication diplomatique des héritiers de la couronne prend dès lors une double fonction. Premièrement, elle les forme à un exercice fondamental de leur future fonction de roi. Deuxièmement, elle permet d'envisager les traités et les alliances diplomatiques dans un temps long. Ainsi, ce projet d'alliance matrimoniale mené par Pierre d'Aragon n'est pas un hapax mais s'inscrit dans un contexte ample de relations anglo-aragonaises qui durent depuis plus d'un siècle. Le fait que les princes héritiers jouent un rôle actif dans les relations diplomatiques permet ainsi à ces dernières de s'inscrire dans le temps long de la dynastie et non plus seulement dans celui du règne.

Références bibliographiques

Sources

Sources manuscrites

Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, Cancillería, reg. 34, Pergaminos de Jaime I, Serie general, 2173.

Londres, The British Library, *Cotton MS Vespasian C XII*

Londres, The National Archives, E 30/12/6; E 36/274; SC 1/12/31; SC 1/14/176 .

Sources imprimées

Calendars of the Patent Rolls preserved in the Public Record Office: Henry III. vol. 3 : 1232-1247. Londres : HMSO, 1906-1913.

DESCLOT, Bernat – *Llibre del rei en Pere*. Éd. Stefano Maria Cingolani. Barcelone : Biblioteca Barcino, 2010.

Diplomatari de Pere el Gran. vol. 1: *Cartes i Pergamins (1258-1285)*. Éd. Stefano Maria Cingolani. Barcelone : Fundació Noguera, 2011.

Diplomatari de Pere el Gran. vol. 2: *Relacions internacionals i política exterior (1260-1285)*. Éd. Stefano Maria Cingolani. Barcelone : Fundació Noguera, 2015.

Les registres de Philippe Auguste. vol. I. Éd. John Baldwin. Paris : Imprimerie nationale, 1992.

Llibre dels feits del rei En Jaume. Éd. Ferran Soldevila. *Les Quatre grans Cròniques*. Rév. Jordi Bruguera ; Maria Teresa Ferrer i Mallol. Barcelone : Institut d'estudis catalans, 2007.

MUNTANER, Ramon – *Crònica o descripció dels fets e hazanyes del ycnlit rey don Jaume primer rey d'Aragó [...] e de molts de ses descendents*. Éd. Ferran Soldevila. *Les Quatre grans Cròniques*. Rév. Jordi Bruguera ; Maria Teresa Ferrer i Mallol. Barcelone : Institut d'Estudis Catalans, 2007.

RYMER, Thomas – *Foedera, conventiones litterae et cuiuscumque generis. Acta publica inter Reges Angliae et alios quosvis, imperatores, reges, pontifices, principes vel comunitates ab ingressu Gulielmi I. in Angliam, A.D. 1066, ad nostra usque tempora habita aut tractata*. vol. I/1 : 1066-1272; vol. I/2 : 1272-1307. Londres : Record Commission, 1816.

SÁNCHEZ DE VALLADOLID, Fernan – *Crónica de Alfonso X*. Éd. Manuel González Jiménez; María Antonia Carmona Ruíz. Murcie : Real Academia Alfonso X el Sabio, 1998.

Études

BENITO, Pere – “An Intense but Stymied Occitan Campaign”. In SABATÉ, Flocel (éd.) – *The Crown of Aragon. A Singular Mediterranean Empire*. Leiden, Boston : Brill, 2017, p. 92-124.

BENJAMIN, Richard – “A Forty Years War: Toulouse and the Plantagenets, 1156-96”. *Historical Research* 61:146 (1988), pp. 270-285.

CINGOLANI, Stefano Maria – *Pere el Gran: Vida, actes i paraula*. Barcelone : Base, 2010.

ELLIS, Jean H. – *Gaston de Béarn: a study in Anglo-Gascon relations (1229-1290)*. Oxford : Oxford University, 1952. Thèse de doctorat.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa; RIU, Manuel (eds.) - *Tractats i negociacions diplomàtiques de Catalunya i de la Corona catalanoaragonesa a l'edat mitjana*. vol.

I.1: *Tractats i negociacions diplomàtiques amb Occitània, França i els estats italians 1067-1213*. Barcelone : Institut d'Estudis Catalans, 2009.

FRANCISCO OLMOS, José Maria de – *El príncipe heredero en las coronas de Castilla y Aragón durante la Baja Edad Media*. Madrid : Universidad Complutense de Madrid, 1995. Thèse de doctorat.

FRANCISCO OLMOS, José Maria de – “La evolución de la sucesión al trono en la Europa medieval cristiana : I. Siglos V al XII”. *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía* 13 (2010), pp. 203-252.

FRANCISCO OLMOS, José Maria de – “La evolución de la sucesión al trono en la Europa Medieval cristiana. II : Siglo XIII. Los casos de Castilla y Aragón”. *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía* 14 (2011), pp. 169-276.

FRANCISCO OLMOS, José Maria de – “La evolución de la sucesión al trono en la Europa Medieval cristiana. III : la consolidación de la figura del príncipe heredero en Castilla y Aragón (siglos XIV-XV)”. *Anales de la Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía* 15 (2012), pp. 209-414.

GILLINGHAM, John – *Richard Coeur de Lion*. Paris: Noesis, 1996.

KLÜPFEL, Ludwig – *Die äussere Politik Alfonsos III. von Aragonien (1285-1291)*. Berlin, Leipzig : Walther Rothschild, 1911-1912.

MOEGLIN, Jean-Marie; PÉQUIGNOT, Stéphane (eds.) – *Diplomatie et “relations internationales” au Moyen Âge (IX^e-XV^e siècle)*. Paris : Presses universitaires de France, 2017.

RIBORDY, Geneviève – “Les fiançailles dans le rituel matrimonial de la noblesse française à la fin du Moyen Âge : tradition laïque ou création ecclésiastique ?” *Revue historique* 620:4 (2001), pp. 885- 911.

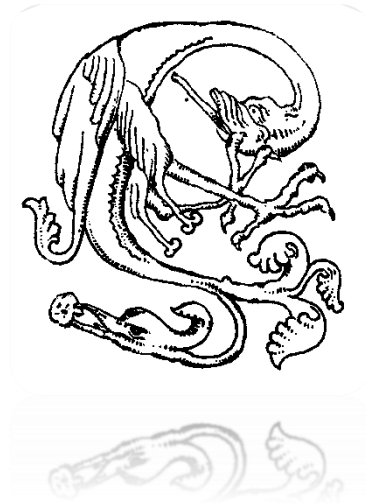
RIQUER, Isabel de – “Las poesías del trovador Paulet de Marselha”. *Butlletí de la Reial Acadèmia de Bones Lletres de Barcelona* 38 (1982), pp. 133-205.

RODRÍGUEZ LAJUSTICIA, Francisco Saulo – “La relación de Alfonso III de Aragon (1285-1291) con la monarquía inglesa”. *Aragón en la Edad Media* 30 (2019), pp. 325-349.

SOLDEVILA, Ferran – *Pere el Gran*. 2 vols. Barcelone: Institut d'estudis catalans, 1950-1956.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PLAZA-LEROUX, Zoé – “Une diplomatie sur le temps long: les princes héritiers aragonais dans les négociations du mariage anglo-aragonais (1273-1291)”. *Medievalista* 36 (Julho - Dezembro 2024), pp. 147-165. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença **Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional**.



MEDIEVALISTA

N.º 36 | Julho – Dezembro 2024

ISSN 1646-740X

**Philippe le Bel avant Philippe IV, quelle diplomatie?
(1276 – 1285)**

**Philip the Fair before Philip IV, which diplomacy?
(1276 – 1285)**

Léo Perret

Doctorant
SAPRAT

Ecole Pratique des Hautes Etudes – Université Paris Sciences et Lettres
93300 Aubervilliers France

leojm.perret@gmail.com

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Outubro de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 19 de Abril de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8343>

RESUME

Philippe le Bel est le *primogenitus* du royaume de France de 1276 à 1285. Ses premières activités diplomatiques se font au côté de son père, au début des années 1280 : il participe, avec les autres membres de la famille royale, aux rencontres avec Pierre III d'Aragon. Destinataire privilégié des lettres de l'infant Alphonse d'Aragon, il semble s'inscrire dans une diplomatie de *primogeniti*. Jusqu'en août 1285 ses activités diplomatiques sont fortement liées à celles de son frère cadet, Charles de Valois : les documents enregistrés aux Archives de la Couronne d'Aragon les mentionnent généralement en binôme. Sa chevalerie et ses noces, à l'Assomption 1285, en pleine préparation de l'expédition de la "Croisade d'Aragon", le font changer d'envergure. Devenu roi de Navarre, l'héritier du royaume de France participe au financement de l'expédition à travers le droit de fiefs que doivent payer les vassaux de Philippe III. Pendant le conflit, alors que Philippe le Bel prend part activement aux combats, il maintient des canaux de communication avec Pierre. Les chroniqueurs catalans le décrivent comme le représentant du parti aragonais en France, insistant sur l'opposition du *primogenitus* à son père, ce qui ne peut être validé par l'analyse de ses activités diplomatiques.

Mots-clés : Diplomatie, *Primogenitus*, Croisade, Aragon, Rupture

ABSTRACT

Philip the Fair is *primogenitus* of France from 1276 to 1285. His first diplomatic activities are alongside his father, at the beginning of the 1280s : he participates, with other members of the royal family, in meetings with Peter III of Aragon. Privileged recipient of letters from the Infante Alfonso of Aragon, he seems to be part of a diplomacy of *primogeniti*. Until August 1285 his diplomatic activities are strongly linked to those of his younger brother, Charles of Valois: the documents recorded in the Archives of the Kingdom of Aragon generally mention them in pairs. His chivalry and his wedding, at the Assumption 1285, in full preparation for the expedition of the "Crusade of Aragon", made him change in stature. Having become king of Navarre, the heir to the kingdom of France helps finance the expedition through the fiefdom fees that the vassals of Philip III have to pay. During the conflict, while Philip the Fair takes an active part in the fights, he maintains channels of communication with Peter. Catalan chroniclers describe him as the representative of the Aragonese party in France, emphasizing the opposition of the *primogenitus* to his father, which cannot be validated by the analysis of his diplomatic activities.

Keywords: Diplomacy, *Primogenitus*, Crusade, Aragon, Break



“Que vous dirai-je ?¹ Le roi de France, qui était déjà malade, fut si affecté que son mal s’aggrava. Il fit venir ses fils et dit à monseigneur Philippe : ‘Philippe, dans cette affaire vous avez toujours été plus sage que nous : si nous vous avions écouté, je ne serais pas en train de mourir ici (car je serai mort avant que la nuit ne s’achève) et nous n’aurions pas perdu tant de gens valeureux, qui sont morts par notre faute ou qui mourront. [...] Je vous conseille d’envoyer secrètement un messenger à votre oncle le roi d’Aragon, pour qu’il vous donne un sauf-conduit et que vous, votre frère et mon corps puissions passer en toute sécurité. [...] Je sais que le roi d’Aragon vous aime beaucoup, qu’il sait que vous le lui rendez bien, et qu’il ne vous le refusera pas. [...] Savez-vous quel don je vous demande ? Ne veuillez pas de mal à votre frère Charles qui est à vos côtés, de ce qu’il a voulu s’emparer du royaume de votre oncle, qui est aussi le sien. Vous savez bien que ce n’est pas de sa faute, mais de la mienne et de celle de mon oncle le roi Charles. Je vous prie de l’aimer et de l’honorer comme un bon frère doit aimer l’autre, car vous n’êtes que deux frères, nés de la même mère issue de la meilleure lignée de rois de ce monde [...]. Je vous prie aussi de faire tous les efforts possibles pour que la maison d’Aragon soit à jamais en paix avec le roi de France et avec le roi Charles, et que le prince votre cousin sorte de prison. Si vous voulez bien vous y employer, la paix se fera.’ [...] Il passa ainsi doucement et fit une bonne fin, en l’an 1285, à la fin du mois de septembre”².

Avec ces dernières paroles qu’il attribue au roi de France, le chroniqueur Ramon Muntaner mentionne la plupart des protagonistes de l’expédition du Capétien contre Pierre III d’Aragon en Catalogne – dite “Croisade d’Aragon” – en 1285 : Philippe III *le Hardi* (1245 – 1285), roi de France (1270 – 1285) ; ses deux fils issus de son premier mariage avec Isabelle d’Aragon (1247 – 1271), sœur du roi d’Aragon, l’héritier ou *primogenitus* Philippe³, futur Philippe IV *le Bel* (1268, 1285 – 1314), et son frère Charles de Valois (1270 – 1325) ; Pierre III *le Grand*, roi d’Aragon (1240,

¹ Je tiens à remercier tout particulièrement Stéphane Péquignot pour ses conseils et ses relectures, ainsi que Xavier Hélaré pour les informations qu’il m’a communiquées.

² Traduction du chapitre 138 de la *Crònica* de Ramon Muntaner publiée en : VINAS, Agnès ; VINAS, Robert – *La croisade de 1285 en Roussillon et Catalogne*. Perpignan : TDO Éditions, 2015, pp. 264-266.

³ Le terme latin *primogenitus* signifie littéralement “premier né”. Le futur Philippe *le Bel* devient *primogenitus* en 1276, à la mort de Louis, son frère aîné et premier fils de Philippe *le Hardi*.

1276 – 1285) ; Charles I^{er} d’Anjou, roi de Sicile et de Naples (1227, 1266 – 1285) et son fils, le prince de Salerne, le futur Charles II d’Anjou, roi de Naples (1254, 1285 – 1309). Sont omis deux protagonistes principaux : le pape Martin IV (v. 1210/1220, 1281 – 1285) et le cardinal-légat Jean Cholet (m. 1293). Au seuil de la mort, Philippe le Hardi donne raison au *primogenitus* Philippe : la campagne contre le roi d’Aragon était une erreur et le futur nouveau roi devra reprendre langue avec son oncle Pierre, pour que les Capétiens, vivants et décédés, puissent s’en retourner chez eux, puis pour conclure une paix durable, en mobilisant leur lien familial (Pierre est l’oncle de Philippe) et l’affection qu’ils ont l’un envers l’autre. Il est entendu que ces bons conseils sont sortis de l’imagination féconde de Muntaner, chroniqueur catalan de la fin du XIII^e siècle et du début du XIV^e siècle⁴, mais le passage est représentatif du rôle singulier qu’occupe l’héritier du royaume de France pendant toute l’affaire d’Aragon.

La Croisade d’Aragon de cette fin du XIII^e siècle marque un arrêt dans l’expansion capétienne vers le sud, entamée avec la Croisade des Albigeois au début de ce même siècle. Lorsque naît Philippe le Bel, en 1268, la famille capétienne tient le haut du pavé dans la Méditerranée occidentale, notamment grâce aux exploits de son “oncle” – plutôt son grand-oncle – Charles d’Anjou⁵. Dernier fils de Louis VIII et de Blanche de Castille, il est comte d’Anjou et du Maine, puis comte de Provence par son mariage avec Béatrice de Provence, la sœur de la reine Marguerite de Provence. En 1265, il est appelé par le pape Clément IV à ceindre la couronne de Sicile. Charles d’Anjou se retrouve à la tête d’un royaume italien s’étendant sur le sud de la péninsule et la Sicile. Dès l’année suivante, Charles se lance à la conquête de la péninsule balkanique et de l’Orient latin, toujours avec le soutien du Saint-Siège. En 1282, alors que le nouveau pape Martin IV lui accorde des décimes pour financer

⁴ Sur le chroniqueur Ramon Muntaner, voyez CINGOLANI, Stefano Maria – *Vida, viatges i relats de Ramon Muntaner*. Barcelone : Editorial Base, 2015.

⁵ Les pages suivantes sont un bref résumé des événements géopolitiques ayant mené à la Croisade d’Aragon. Pour plus de développements, voyez : CINGOLANI, Stefano Maria – *La memòria dels reis. Les Quatre Grans Cròniques i la historiografia catalana des del segle X al XIV*. Barcelone : Editorial Base, 2008 ; HÉLARY, Xavier – *La croisade d’Aragon de Philippe le Hardi (1285)*. Paris : mémoire de master 2 soutenu à L’Université de Paris IV-Sorbonne, 1998 ; LANGLOIS, Charles-Victor – *Le règne de Philippe III le Hardi*. Paris : Hachette, 1887 ; MONTAUBIN, Pascal – “Le rôle du cardinal-légat Jean Cholet dans la croisade d’Aragon (1285)”. In BALOUP, Daniel ; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (dir.) – *Partir en croisade à la fin du Moyen Âge : Financement et logistique*. Toulouse : Presses universitaires du Midi, 2015, pp. 11-54 ; VINAS, Agnès ; VINAS, Robert – *La croisade de 1285*.

une expédition contre Constantinople, un soulèvement aux conséquences terribles pour la dynastie capétienne a lieu en Sicile : les Vêpres Siciliennes. Le 29 mars, en effet, les habitants de Palerme massacrent la garnison française. Le mois suivant, c'est au tour de Messine de se soulever et de s'attaquer à la flotte qu'a fait rassembler Charles pour se lancer à la conquête de Constantinople. Le roi de Sicile ne perd pas le soutien du Saint-Siège : Martin IV fulmine l'anathème contre les révoltés⁶. Le 30 août suivant, un nouvel acteur fait son entrée dans les affaires siciliennes : le roi Pierre III d'Aragon profite de la vacance du pouvoir angevin pour débarquer à Trapani et se faire couronner roi de Sicile, le 4 septembre, à Palerme⁷. Le 18 novembre, le pape interdit à Pierre le Grand tout nouvel acte hostile à l'encontre de Charles et lui somme de ne plus utiliser le titre de roi de Sicile. Le roi d'Aragon a jusqu'au 2 février 1283 pour revenir dans l'obéissance, sous peine de se voir priver de ses fiefs⁸. Début 1283, Charles d'Anjou se rend en France pour participer au "duel de Bordeaux"⁹ : il a convenu avec Pierre d'Aragon de régler leur différend par un jugement de Dieu, en terrain neutre, sur les terres du roi Édouard I^{er} d'Angleterre (1239, 1274 – 1307), le 1^{er} juin 1283. Le vainqueur de ce duel remporterait la Sicile. Martin IV interdit la rencontre¹⁰ et excommunie Pierre et le prive de son royaume le 21 mars¹¹. Le roi d'Angleterre passe outre l'interdiction pontificale et laisse son

⁶ Bulles *Cogit nos temporis*, 7 mai 1282, et *Licet christicoliarum singulae*, 5 juin 1282 (*Regesta pontificum romanorum inde ab anno post Christum natum 1198 ad annum 1304*. vol. II. Éd. August Potthast. Berlin : De Decker, 1874-1875, n°21895, p. 1769; n°21912, p. 1771).

⁷ Cet événement n'est pas une surprise pour les contemporains. Pierre d'Aragon est soupçonné d'avoir utilisé le prétexte d'une croisade contre Tunis pour constituer une flotte et se créer une tête de pont afin d'envahir les territoires de Charles d'Anjou ; voir, par exemple, ce que développe la *Chronique* de Primat : "Et pour ce que la mauvesté et la fausseté que il [Pierre d'Aragon] avoit conceue en son cuer ne fust clerement aperceue, il envia messages sollempnez a court de Romme, et manda et signifia par eulz au pappe que il esdreçoit le bras de sa puissance vers Aufrique sus les Barbarins, pour le servise de l'Église de Dieu et pour l'esssaucement de la foy crestienne" ("*Chronique de Primat traduite par Jean du Vignay*". In *Recueil des historiens des Gaules et de la France*. t. 23: *Contenant la troisième livraison des monuments des règnes de Saint Louis, de Philippe le Hardi, de Philippe le Bel, de Louis X, de Philippe V et de Charles IV, depuis MCCXXVI, jusqu'en MCCCXXVIII*. Éd. De Wailly ; L. Delisle. Paris : H. Welter, 1894, p. 101, § C et D).

⁸ Bulle *Longa retro series* (*Les registres de Martin IV (1281-1285) ; recueil des bulles de ce pape publiées ou analysées d'après les manuscrits originaux des archives du Vatican*. Éd. Félix Olivier-Martin. Paris : A. Fontemoing, 1901, n°276, pp. 107-114).

⁹ CINGOLANI, Stefano Maria – *La memòria dels reis*, pp. 499-502.

¹⁰ Voyez les bulles ci-dessous : *Morale est ut*, adressée à Charles d'Anjou, le 6 février 1283 (*Les registres de Martin IV*, n°302, pp. 126-127) ; *Decet excellentiam regiam*, adressée à Édouard I^{er}, le 5 avril 1283 (*Les registres de Martin IV*, n°452, pp. 188-189) ; *Licet conventiones multa*, adressée à Philippe le Hardi, le 20 avril 1283 (*Les actes originaux pontificaux des Archives Nationales de Paris*. t. II : *1261-1304*. Éd. Bernard Barbiche. Città del Vaticano : Biblioteca apostolica Vaticana, 1978, A.N. 1720).

¹¹ Bulle *De insurgentis in* (*Les registres de Martin IV*, n°310, pp. 129-131).

sénéchal, Jean de Grailly, jouer les arbitres. Charles d'Anjou se rend à Bordeaux, accompagné du roi de France. Le duel n'a pas lieu car le roi d'Aragon se dérobe¹².

Le 9 avril 1283, le cardinal Jean Cholet est chargé d'une légation en France pour régler des "affaires urgentes"¹³. Le 27 août, le royaume d'Aragon et le comté de Barcelone sont transmis à Philippe III pour l'un de ses fils¹⁴. Le roi de France hésite et se fait désirer : il envoie des plénipotentiaires demander une équivalence des vœux et une aide financière. Ils obtiennent l'essentiel : Martin IV lui accorde une décime de 3 ans¹⁵ sur les revenus du clergé et charge Jean Cholet d'en surveiller la perception et de recevoir le serment que devra prononcer le nouveau roi d'Aragon¹⁶. Le 21 février 1284, le roi de France réunit ses barons à Paris et accepte les propositions du légat : son deuxième fils, Charles de Valois, 13 ans, est investi des royaumes d'Aragon et de Valence¹⁷. Il ne lui reste plus qu'à conquérir son royaume ! Pour ce faire, il est armé chevalier le 15 août, en même temps que son frère aîné, le *primogenitus* Philippe, qui épouse le lendemain sa jeune fiancée, Jeanne, reine de Navarre et comtesse de Champagne (1273, 1274 – 1285), et devient ainsi roi consort de Navarre. Jean Cholet se charge de la prédication de la croisade jusqu'au départ de l'armée de Philippe le Hardi, en mars 1285¹⁸.

Alors que les deux principaux instigateurs de l'expédition, Charles d'Anjou et Martin IV, sont morts¹⁹, Philippe le Hardi, ses fils récemment adoubés et son armée quittent Paris le 5 mars 1285 et se présentent devant Perpignan le 6 mai²⁰. La suite des événements est bien connue, nous rappellerons ici quelques hauts (et moins hauts)

¹² LANGLOIS, Charles-Victor – *Le règne de Philippe III le Hardi*, pp. 141-145.

¹³ "ad partes regni Franciae pro urgentibus negotiis destinato" (*Les registres de Martin IV*, n°451, pp. 185-186). Voir les autres pouvoirs donnés à Jean Cholet pendant sa mission en France, *Les registres de Martin IV*, n°451^a-n°451^s, pp. 185-188.

¹⁴ Bulle *Qui regna transfert* (*Les registres de Martin IV*, n°455, p. 191).

¹⁵ Elle est portée à quatre ans le 5 mai 1284 (*Les actes originaux pontificaux*, t. II, A.N. 1742).

¹⁶ Bulle *Solebat hactenus mater*, adressée au clergé de France et à Jean Cholet, les 2 et 3 septembre 1283 (*Les registres de Martin IV*, n°457, pp. 188-190; n°458, p. 190; n°459, pp. 190-191).

¹⁷ Bulle *In electione hujusmodi* adressée à Charles de Valois, le 5 mai 1284 (*Les registres de Martin IV*, n°580, pp. 291-295 ; n°581, pp. 295-297).

¹⁸ MONTAUBIN, Pascal – "Le rôle du cardinal-légat Jean Cholet", pp. 26-28, notes n°61 et 62.

¹⁹ Charles d'Anjou décède le 5 janvier 1285, Martin IV le 30 mars.

²⁰ Voyez l'itinéraire de Philippe le Hardi en 1285, *Les comptes sur tablettes de cire de la chambre aux deniers de Philippe III et de Philippe IV (1282-1309)*. Éd. Élisabeth Lalou. Paris : De Boccard, 1994, pp. LXXVIII-LXXIX.

faits des croisés : siège et prise d'Elne par les Français du 22 au 25 mai 1285 ; début du siège de Gérone par Philippe le Hardi le 27 juin ; victoires navales aragonaises les 28 juillet et 28 août ; reddition de Gérone le 7 septembre ; retraite de l'armée française dans la deuxième quinzaine de septembre, alors que le roi de France est malade depuis le début du mois ; retour de Philippe le Hardi à Perpignan le 4 octobre ; mort du roi et avènement de Philippe le Bel le 5 octobre ; inhumation des entrailles de Philippe le Hardi à Narbonne le 7 octobre²¹ .

Les principaux acteurs de cette affaire sont dorénavant bien connus : Charles d'Anjou, Martin IV, Philippe le Hardi, Pierre d'Aragon, Jean Cholet. Qu'en est-il de Philippe le Bel, le prince héritier exclu de la couronne d'Aragon au profit de son frère cadet ? L'objet de ce présent article sera d'analyser l'avènement de Philippe le Bel comme acteur diplomatique pendant la préparation et la conduite de la Croisade d'Aragon.

Comment Philippe le Bel s'insère-t-il dans le jeu diplomatique entre les maisons royales française et aragonaise ? Comment l'action diplomatique de Philippe le Bel s'articule-t-elle avec celles de Philippe le Hardi et de sa famille et peut-on la qualifier de diplomatie de rupture, d'opposition, vis-à-vis de celle son père ? Quelle mémoire de l'action diplomatique de Philippe le Bel pendant la Croisade d'Aragon est-elle conservée dans les registres de chancellerie et les chroniques françaises et catalanes ?

Peu de sources documentaires témoignent de l'activité diplomatique de Philippe le Bel durant le règne de son père. Aucun acte émanant de Philippe le Bel lui-même n'a été conservé sur l'affaire d'Aragon. Cela s'explique par les aléas de la conservation, le jeune âge de l'héritier (il a 14 ans en 1282, 17 ans au moment de son avènement) et le fait qu'il devient "diplomatiquement majeur" assez tard, au moment de son double adoubement-mariage, à l'Assomption 1284, alors que le royaume de France est en pleine préparation de la Croisade d'Aragon. Malgré tout, les sources aragonaises témoignent d'une activité diplomatique propre du *primogenitus*. Il est

²¹ VINAS, Agnès ; VINAS, Robert – *La croisade de 1285*, p. 322 ; LALOU, Élisabeth – *Itinéraire de Philippe IV le Bel (1285-1314)*. vol. II : *Routes et résidences*. Paris : De Boccard, 2007, p. 16.

en effet le destinataire d'au moins 7 lettres de Pierre d'Aragon et de son fils Alphonse, entre janvier 1280 et juillet 1285²². Les Archives générales de Navarre ne conservent pas de documents sur l'activité diplomatique de Philippe le Bel durant le règne de son père, mais sont riches d'enseignement sur sa politique, une fois devenu Philippe IV, afin de mettre fin au problème aragonais dans les premières années de son règne²³. Du côté du Saint-Siège, les actes de Martin IV et de Nicolas IV mentionnent à de nombreuses reprises Philippe le Bel pendant la préparation de la Croisade²⁴. Pour mener à bien notre étude, nous disposons aussi de comptes, de listes et des itinéraires de Philippe le Hardi et de son fils, établis par Élisabeth Lalou²⁵. Ces comptes attestent de l'importance de la cérémonie d'adoubement-mariage du *primogenitus* pour le financement de l'expédition. L'activité diplomatique et plus généralement le rôle de Philippe le Bel dans la croisade sont aussi décrits par les chroniqueurs français et catalans, tels que Guillaume de Nangis, Ramon Muntaner et Bernat Desclot. Ce dernier est identifié à Bernat Escrivà (1240 – 1288) par Miquel Coll i Alentorn²⁶, originaire du Roussillon et trésorier de Pierre III, qui rédige son *Libre del Rey en Pere d'Aragó e dels seus antecessors passats* au moment des événements, entre 1283 et 1288. Ramon Muntaner (1265 – 1325) mène une vie d'aventure au service de l'expansion aragonaise en Méditerranée. Il écrit sa *Crònica* à la fin de sa vie, au début des années 30 du XIV^e siècle. Les auteurs français sont moins disert que leurs collègues catalans sur ces événements. Ils reprennent pour la plupart ce qu'écrit le moine Guillaume de Nangis (mort en 1300), qui s'occupe des archives, de la chancellerie et de la bibliothèque de l'abbaye de Saint-Denis. Il rédige une *Chronique abrégée* en latin, puis une traduction en français,

²² *Diplomatari de Pere el Gran*. vol. 2: *Relacions internacionals i política exterior (1260-1285)*. Éd. Stefano Maria Cingolani. Barcelone : Fundació Noguera, 2015, n°267, p. 336 ; n°454^{bis}, pp. 488-489 ; n°587, p. 604 ; n°607, p. 622 ; n°608, pp. 622-624 ; n°799, pp. 766-767 ; n°804, pp. 769-770.

²³ Philippe IV tient à ce que son frère Charles soit reconnu comme roi d'Aragon par ses sujets de Navarre. Voyez *Archivo general de Navarra (1274 – 1321)*. vol. II. Éd. Aldave Zabalza; Maria Itziar. Donostia : Eusko Ikaskuntza/Sociedad de Estudios Vascos, 1997, n°102, pp. 149-153 ; n°103, pp. 153-154 ; n°130, pp. 188-191.

²⁴ Bulles *Qui regna transfert* du 27 août 1283 et *In electione hujusmodi* du 5 mai 1284 (*Les registres de Martin IV*, n°455, pp. 190-186 [sic.] ; n°580, pp. 291-295). Pour les documents conservés aux Archives Nationales de Paris, voyez *Les actes originaux pontificaux*. Pendant l'expédition Nicolas IV fait garantir Philippe de Navarre contre toutes attaques contre les privilèges qu'il tient du Saint-Siège par l'archidiacre de Mansa à Pampelune et l'abbé de Saint-Denis (J 940, 61 et 62).

²⁵ *Les comptes sur tablettes de cire* ; LALOU, Élisabeth – *Itinéraire de Philippe IV le Bel*, vol. II.

²⁶ PUJOL, Josep ; RENEDO, Xavier – “El *Llibre del rei En Pere* de Bernat Desclot”. In BADIA, Lola (dir.) – *Historia de la literatura catalana*. vol. I : *Literatura medieval*. Barcelone : Ajuntament de Barcelona/Editorial Barcino, 2013, pp. 125-127.

la *Chronique française abrégée*²⁷. Après sa mort, elle est continuée et développée par des moines anonymes de Saint-Denis, puis intégrée aux *Grandes Chroniques de France*. Bien que les faits mentionnés soient souvent inventés, particulièrement les dialogues et les paroles que les auteurs catalans prêtent à Philippe le Bel, les chroniques fournissent des éléments clés sur la mémoire de son action diplomatique pendant la croisade.

Les premières activités diplomatiques du *primogenitus* Philippe au début des années 80

Les rencontres entre princes sont les meilleurs moments pour entretenir – ou rétablir – leurs liens d’amour et d’amitié. Ceux entre Philippe le Hardi et Pierre le Grand, alors infant d’Aragon, ont été sérieusement entamés dans les années 1274 – 1276, lorsque sa promise, la très jeune Jeanne de Navarre, est fiancée à un des fils du roi de France. Le futur Philippe le Bel sera finalement choisi²⁸. A cela s’ajoute l’affaire des infants de la Cerda, dans laquelle le roi d’Aragon s’oppose au roi de France, oncle d’Alphonse et de Ferdinand de la Cerda²⁹. L’infant Pierre se rend à Paris durant l’hiver 1274 – 1275 pour mettre à plat toutes ces dissensions familiales et sceller une alliance personnelle avec Philippe III³⁰. Sans doute, le *primogenitus* Philippe rencontre-là son oncle pour la première fois.

C’est lors d’une deuxième rencontre, cette fois-ci à Toulouse, en décembre 1280, que Philippe le Bel, devenu entre-temps héritier du royaume de France, a l’occasion de rentrer dans le jeu diplomatique. Cette conférence réunit le roi de France, le roi d’Aragon et son frère, le roi de Majorque, et le prince de Salerne, l’héritier du roi de

²⁷ Sur Guillaume de Nangis, voyez GUYOT-BACHY, Isabelle – “La ‘Chronique abrégée des rois de France’ de Guillaume de Nangis : trois étapes de l’histoire d’un texte”. In CASSAGNES-BROUQUET, Sophie, et al. (dir.) – *Religion et mentalités au Moyen Âge : Mélanges en l’honneur d’Hervé Martin*. Rennes : Presses universitaires de Rennes, 2003, pp. 39-46.

²⁸ Philippe le Bel a sept ans et Jeanne de Navarre trois ans. Elle sera émancipée par sa mère, Blanche d’Artois, en 1284, et aussitôt mariée à l’héritier du roi de France.

²⁹ Voyez ci-dessous : LANGLOIS, Charles-Victor – *Le règne de Philippe III le Hardi*, pp. 99-113 ; MASIA DE ROS, Ángeles – “Las pretensiones de los Infantes de la Cerda a la corona de Castilla en tiempos de Sancho IV y Fernando IV. El apoyo aragonés”. *Medievalia* 10 (1992), pp. 255-279.

³⁰ Malgré le partage de la même hostie lors d’une communion commune scellant cette alliance, celle-ci n’a pas duré très longtemps... voyez RUIZ, Damien – “Philippe le Hardi, Pere d’Aragon et l’hostie consacrée : un rite de fraternité dans la *Crònica* de Ramon Muntaner”. In AGUILAR, Josep Antoni ; MARTÍ, Sadurní, RENEDO, Xavier (Éds.) – *Dits, fets i veres veritats. Estudis sobre Ramon Muntaner i el seu temps*. Barcelone : Publicacions de l’Abadia de Montserrat, 2019, pp. 53-71.

Sicile. Il s'agit essentiellement pour Pierre et Philippe de s'entretenir pour aplanir leurs contentieux : la détention des infants de la Cerda en Aragon, l'attitude hostile de Pierre vis-à-vis de son frère, le roi de Majorque, et les préparatifs pour cette croisade vers Tunis que l'on soupçonne déjà Pierre de vouloir détourner contre les Angevins. Cette rencontre a été décrite notamment par deux chroniqueurs catalans, Ramon Muntaner et Pierre Desclot. Elle n'est pas marquée par la bonne entente : le roi d'Aragon refuse de parler au prince de Salerne, à tel point que le roi de France et le roi de Majorque, selon Muntaner, doivent le prendre à part et lui demander de lui adresser la parole, en lui rappelant leurs liens familiaux³¹. La conférence tourne mal lorsque Pierre d'Aragon refuse de libérer les infants de la Cerda, somme le roi de France de ne pas intervenir à Montpellier en soutien du roi de Majorque et remet même en cause le traité de Corbeil de 1258 par lequel les rois de France et d'Aragon ont renoncé à leurs droits dans les terres respectives de l'un et de l'autre. Il y a tout lieu de penser que le *primogenitus* Philippe est présent à cette conférence. En effet, le 20 janvier 1281, le roi d'Aragon remet des lettres de créance à Ramon de Muntanyana³² à destination de Marguerite de Provence, ainsi que des lettres de "visites" pour les fils du roi de France, le fils et les filles du roi d'Angleterre, la reine Marie de Brabant et Blanche de Navarre³³. On voit ici le rôle de la famille dans les relations diplomatiques entre les princes. S'il semble évident que Pierre d'Aragon n'a pas évoqué ses problèmes familiaux avec le *primogenitus*, âgé de 11 ans, le fait qu'il entre en contact avec lui, montre que Philippe s'inscrit dans une sociabilité familiale qu'il faut entretenir. Le roi de France et sa famille sont sans doute encore à Toulouse à ce moment-là car Muntaner écrit qu'il faut attendre deux semaines de festivité avant d'ouvrir les discussions politiques³⁴.

Les bonnes relations dans une famille s'entretiennent d'abord entre proches, du même degré de parenté ou de la même position dans l'arbre généalogique : ainsi, on

³¹ LECOY DE LA MARCHE, Albert – *Les relations politiques de la France avec le royaume de Majorque*. vol. I. Paris : Ernest Leroux Éditeur, 1892, p. 162.

³² Qualifié de "Raymundum de Muntanyana, canonicum Ilerdensis, clericum nostrum" dans une lettre du 18 octobre 1278 dans laquelle Pierre l'envoie auprès de son frère Jacques d'Aragon à la place de Ferrer de Manresa (*Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°101, p. 203).

³³ "Item, tulit litteras visitatorias filiis regis Francie, et filio ac filie regis Anglie, et regina Francie iuniori et domine Blanche" (*Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°267, p. 336).

³⁴ LANGLOIS, Charles-Victor – *Le règne de Philippe III le Hardi*, pp. 99-113.

peut sans doute entrevoir une diplomatie entre *primogeniti*. Le 12 octobre 1282, c'est-à-dire quelques mois après les Vêpres siciliennes et le débarquement et le couronnement de Pierre III comme roi de Sicile, et juste avant que Martin IV ne fulmine sa première bulle contre le roi d'Aragon ; son fils, l'infant Alphonse, envoie Arnau de Reixac pour saluer Philippe et Charles, en son nom et celui de ses frères³⁵. L'héritier du royaume d'Aragon mobilise ici tout le vocabulaire de l'affection qu'il éprouve envers l'héritier du royaume de France, qu'il sait "à chaque fois empli de bonheur à l'annonce de sa bonne santé"³⁶. Le même jour, Alphonse envoie une lettre très similaire à un certain Édouard, *primogenitus* d'Angleterre³⁷, ainsi qu'à d'autres membres de la famille plantagenêt, dont Édouard I^{er} lui-même³⁸. Ainsi, l'infant se rappelle au bon souvenir des familles royales d'Angleterre et de France de manière à ne pas perdre les canaux de communication alors que Charles d'Anjou est déjà en train de mobiliser le Pape et le roi de France contre son père. Il faut noter, dans le cas de la lettre envoyée aux Plantagenêt, que le premier destinataire est le *primogenitus*, son père n'arrive qu'en cinquième position. Il peut s'agir d'un hasard de la rédaction du registre, mais cette manière de conserver la mémoire de ces lettres montre les liens étroits que peuvent entretenir les *primogeniti* entre eux, qu'ils s'inscrivent dans la diplomatie de leur père ou agir en leur nom propre.

L'année suivante, Pierre III se retrouve dans une situation très délicate et essaye de maintenir la communication avec Philippe le Hardi par l'intermédiaire de son fils aîné. Le roi d'Aragon a été excommunié et son royaume lui a été retiré au profit d'un des fils du roi de France, Philippe le Bel étant expressément exclu³⁹. Philippe le Hardi a obtenu de Martin IV une équivalence des vœux et une aide financière, une décime de trois ans sur les revenus du clergé⁴⁰. Jean Cholet est déjà en France, où il surveille

³⁵ *Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°454^{bis}, pp. 488-489.

³⁶ "Quia scimus et credimus vos ad leticiam renovari quociens de statu nostro vobis felicem nuncianture" (*Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°454^{bis}, p. 488).

³⁷ "Domino Aduardo, illustris regis Anglie primogenito", cet Édouard ne peut pas être le futur Édouard II, né en 1284. En octobre 1282, le *primogenitus* d'Angleterre est Alphonse (1273 – 1284). Il meurt quelques mois après la naissance du futur Édouard II.

³⁸ *Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°454^{bis}, p. 488.

³⁹ "[...] de illo ex ejusdem regis Francie filiis quem ad hoc ipse rex elegerit, alio tamen ab eo qui sibi est in dicto regno Francie successurus [...]", bulle *Qui regna transfert* du 27 août 1283 (*Les registres de Martin IV*, n°455, p. 191).

⁴⁰ Bulle *Dilecti filii Girardus* adressée aux envoyés du roi de France, le 1^{er} septembre 1283 (*Les actes originaux pontificaux*, t. II, A.N. 1729).

la perception de cette décime, avec le pouvoir de recevoir le serment que devra prononcer le futur roi d'Angleterre, un des fils du roi de France⁴¹. Pierre d'Aragon envoie alors des ambassadeurs à la cour de France et écrit à "son très cher neveu", le *primogenitus*, le 16 novembre 1283⁴². Il lui annonce qu'il lui enverra, ainsi qu'à son père, des messagers pour leur faire part, de vive voix, de son état, de ses intentions et leur expliquer quelques affaires⁴³. Il lui demande surtout d'intercéder auprès de son père afin que ces messagers reçoivent des sauf-conduits du roi de France⁴⁴. Pierre anticipe les problèmes que pourraient rencontrer ses messagers en France comme les difficultés d'entrer en contact avec l'héritier. En effet, le même jour, le roi d'Aragon envoie une lettre à Jean de Grailly, sénéchal d'Aquitaine, pour l'informer qu'il a demandé à Philippe le Bel d'obtenir de son père des sauf-conduits pour ses messagers, et que dans le cas où ces derniers seraient empêchés d'avancer dans les terres du roi de France, qu'il veuille bien intercéder auprès du *primogenitus* pour obtenir ces sauf-conduits, ou du moins lui transmettre les lettres que ses messagers transportent dans lesquelles Pierre prend des nouvelles de Philippe et de Charles⁴⁵. Ces deux lettres montrent bien le rôle d'intermédiaire que peuvent avoir les princes héritiers dans les relations diplomatiques. Le roi d'Aragon joue les liens de la famille – dans l'adresse, Philippe le Bel est désigné comme neveu et comme *primogenitus* dans un second temps – et de l'affection pour obtenir gain de cause. Cependant, la seconde lettre atteste qu'il est devenu dorénavant très difficile pour l'oncle d'atteindre son neveu et qu'il est obligé de passer par d'autres canaux, anglais, pour maintenir le dialogue avec le roi de France.

Une dernière lettre des archives aragonaises atteste de l'importance diplomatique que prend Philippe le Bel dans ces années de préparation de l'expédition française

⁴¹ Bulle *Solebat hactenus mater* adressée au clergé de France et au légat, les 2 et 3 septembre (*Les registres de Martin IV*, n°457, pp. 188-190 ; n°458, p. 190 ; n°459, pp. 190-191).

⁴² "Karissimo et quamplurimum diligendo nepoti suo domino Philippo, illustris regis Francie primogenito" (*Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°587, p. 604).

⁴³ "Verum karissime, cum pro quibusdam nostris negociis explicandis ad illustrem regem Francie, patrem vestrum, et ad vos, nostros sollempnes nuncios transmittere intendamus" (*Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°587, p. 604).

⁴⁴ "Requirentes et rogantes dileccionem vestram intimam et preclaram quatenus a predicto rege Francie, patre vestro, de conductu literas impetretis, cum quibus nostri sollempnes nuncii memorati per terram dominacionis eiusdem secure et sine impedimento aliquo ire valeant et redire" (*Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°587, p. 604).

⁴⁵ *Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°588, pp. 604-605.

en Catalogne. En janvier 1284, juste avant que Philippe le Hardi n'accepte officiellement la couronne d'Aragon pour son cadet Charles et que Jean Cholet ne commence à prêcher la croisade contre son père en France, l'infant Alphonse nomme des procureurs pour défendre son héritage à la Cour de France⁴⁶. Son père ayant été excommunié et privé de ses fiefs, il se retrouve privé de son héritage. Il envoie donc Jazpert de Botonach, évêque de Valence, et le juge Pere de Costa, négociateur avec le roi de France, son conseil et son *primogenitus*⁴⁷, de la donation entre vifs faite par son père et des dispositions testamentaires de son grand-père, Jacques I^{er} d'Aragon. Une copie de ces lettres est envoyée à d'autres membres de la famille royale française, dans cet ordre : à Philippe le Bel, à Charles de Valois, à Marguerite de Provence et à Blanche de Navarre⁴⁸. On retrouve ces quatre mêmes hauts personnages de la Cour dans les lettres de créance accordées à Ramon de Muntanyana dans le cadre de l'entrevue de Toulouse de décembre 1280 – janvier 1281. Il semble que Marguerite de Provence, épouse de Louis IX, mère de Philippe le Hardi et grand-mère de Philippe le Bel, soit l'objet de nombreuses sollicitations de la part de Pierre III, en vain⁴⁹. On sait combien l'influence de Marguerite sur son fils est forte⁵⁰. Le roi d'Aragon connaît l'inimitié notoire de la reine-mère envers Charles d'Anjou à cause de l'héritage provençal⁵¹, mais il a dû perdre tout crédit auprès d'elle lorsqu'il a remis en cause le traité de Corbeil de 1258 pendant l'entrevue de Toulouse⁵². Blanche de Navarre est l'épouse d'Henri I^{er} de Navarre et

⁴⁶ *Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°608, pp. 622-624.

⁴⁷ "illustri domino rege Francie, et toto eius consilio, et coram domino Philippo, eius filio primogenito" (*Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°608, p. 623).

⁴⁸ "Domino Philippo, illustris regis Francie primogenito.[...] Domino Karolo, illustris regis Francie filio. [...] Domine Margarite, illustris regine Francie. [...] Domine Blanche, uxori quondam illustris dompni Ferrandi infantis Castelle" (*Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°608, p. 624).

⁴⁹ DIGARD, Georges – *Philippe le Bel et le Saint-Siège de 1285 à 1304*. vol. 1. Paris : Librairie du Recueil Sirey, 1936, p. 25, note 4.

⁵⁰ Sur Marguerite de Provence et l'affaire de la promesse : SIVÉRY, Gérard – *Marguerite de Provence : une reine au temps des cathédrales*. Paris : Fayard, 1987 ; HÉLARY, Xavier – *L'ascension et la chute de Pierre de la Broce, chambellan du roi (†1278). Étude sur le pouvoir au temps de Saint Louis et de Philippe III (v. 1250 – v. 1280)*. Paris : Honoré Champion, 2021.

⁵¹ Marguerite, bien que fille aînée du comte Raymond-Bérenger V de Provence, s'est vue écartée de la succession par son père qui a préféré léguer son comté à sa quatrième et dernière fille, Béatrice, épouse de Charles d'Anjou, le frère de son époux, Louis IX. Charles d'Anjou refusant de verser sa dot, Marguerite en appelle à Rodolphe de Habsbourg.

⁵² Louis IX renonce à ses droits sur les comtés catalans de Barcelone, Roussillon et de Cerdagne, en échange de l'abandon par Jacques I^{er} de ses droits sur une large partie du Languedoc, exception faite de Montpellier. Le roi d'Aragon consent aussi, dans un acte distinct, le 17 juillet 1258, à céder à Marguerite ses éventuels droits sur la Provence. Voyez *Layettes du trésor des chartes*. t. III : *Années*

la mère de Jeanne, la fiancée de Philippe le Bel. A la mort de son mari, en 1274, elle se réfugie à la Cour de Philippe le Hardi avec sa très fille dont elle est la régente. En mai 1275, l'accord de mariage entre Jeanne et Philippe fait du roi de France le gardien du royaume de Navarre. Il le reste jusqu'au mariage effectif de son *primogenitus*, au lendemain de sa chevalerie, en août 1284. Philippe le Bel peut ajouter « *regis Navarre* » à son sceau⁵³. Cependant, Pierre d'Aragon revendique ses droits sur la Navarre et utilise cet espace comme monnaie d'échange avec les infants de la Cerda⁵⁴.

Philippe le Bel est donc entré progressivement dans les échanges diplomatiques au début des années 1280. Si, dans un premier temps, son activité diplomatique est liée à celle de son frère Charles dans les affaires aragonaises, son adoubement et ses noces à l'Assomption 1284 le font entrer dans une diplomatie beaucoup plus active, généralement décrite comme en rupture avec celle de son père, au point que Jean d'Ypres écrira, au XV^e siècle : “certains murmurèrent que Philippe le Bel trahit son père en Aragon”⁵⁵.

Philippe le Bel et Charles de Valois, acteurs diplomatiques indissociables ?

Avant le mois d'août 1284, le *primogenitus* n'a pas d'activité diplomatique d'importance dans la préparation de la Croisade. Dans la documentation, son destin est sans cesse lié à celui de son frère cadet, Charles de Valois. Ainsi, Philippe le Bel est rarement l'unique destinataire des lettres de Pierre d'Aragon et de l'infant Alphonse. Dans celle du 22 janvier 1281, Philippe le Bel n'est pas nommé, il est juste indiqué “tulit visitatorias filiis regis Francie”⁵⁶. Dans celle du 12 octobre 1282, lorsqu'Alphonse envoie Arnau de Reixac saluer Philippe le Bel de sa part et de celle de son père, le document enregistré indique que Charles de Valois reçoit la même

1247-1260. Éd. Joseph de Laborde. Paris : E. Plon et Compagnie Imprimeurs-Éditeurs, 1875, pp. 426-427.

⁵³ Voir ci-dessous la note 68. En réalité Philippe le Bel est roi de Navarre seulement du fait de son mariage avec Jeanne. Lorsque cette dernière décède, en 1305, la couronne de Navarre passe à son fils aîné, le *primogenitus* Louis, futur Louis X le Hutin.

⁵⁴ *Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, pp. 53-55.

⁵⁵ “Inde submurmurant aliquis, Philippum Pulchrum prodidisset patrem suum in Aragonia” ([D'YPRES, Jean] – *Chronica monasterii Sancti Bertini auctore Iohanne Longo* [*Chronique de Saint-Bertin*]. Éd. O. Holder-Egger. Leipzig : K. W. Hierseman, 1925, p. 863).

⁵⁶ *Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°267, p. 336.

lettre⁵⁷. Lorsque le 16 novembre 1283, Pierre III écrit au *primogenitus* pour lui demander d’intercéder auprès de son père afin que les messagers aragonais obtiennent des sauf-conduits, le roi d’Aragon demande expressément des nouvelles d’une seule autre personne, Charles de Valois⁵⁸. Enfin, ce dernier est aussi le destinataire, avec son frère aîné, sa grand-mère Marguerite et Blanche de Navarre, de la lettre de l’infant Alphonse sur la défense de son héritage⁵⁹. Cette association des deux fils du roi de France trouve un écho parmi les chroniqueurs, pendant la préparation et au cours de l’expédition⁶⁰. Par exemple, alors que l’armée croisée se présente devant Perpignan, le 6 mai 1285, Guillaume de Nangis écrit :

“Cette terre [le Roussillon] était sous l’autorité du roi [Jacques II] de Majorque, frère de Pierre d’Aragon, qui ne tenait pas pour lui, mais pour l’Église et le roi de France. Dès qu’il sut que le roi de France arrivait, il vint au-devant de lui et envoya ses deux neveux Philippe et Charles, les fils du roi, à Perpignan où on leur fit beaucoup d’honneur et une grande fête”⁶¹.

L’héritier est non seulement associé à son frère cadet mais il est en plus expressément exclu que Philippe ceigne la couronne aragonaise qui est donc dévolue à Charles. En effet, le 27 août 1283, dans sa bulle transférant le royaume

⁵⁷ *Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°454^{bis}, p. 489.

⁵⁸ “[...] quod de persona vestra ac karissimi nepotis nostri Caroli, fratris vestri, affectuosissime desideramus audire, et scire etiam cum affectum. [...] Nobis eciam, si placet, per vestram literam rescribentes, statum et sanitatem vestram et dilectissimi nepoti nostri Karoli, fratris vestri, gaudebimus etenim in inmensum utpote de illis quos diligimus pre ceteris et hoc mundo” (*Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°587, p. 604).

⁵⁹ *Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°608, pp. 622-624.

⁶⁰ Voyez dans les “Extrait d’une chronique française finissant en M.CCC.VIII”. In *Recueil des historiens des Gaules et de la France*. t. 21: *Contenant la deuxième livraison des monuments des règnes de Saint Louis, de Philippe le Hardi, de Philippe le Bel, de Louis X, de Philippe V et de Charles IV, depuis MCCXXVI, jusqu’en MCCCXXVIII*. Éd. J. D. Guigniaut; N de Wailly. Paris : L’Imprimerie Impériale, 1855, p. 131. “Ex anonymo regum Francie chronico, circa annum M.CCC.XLII scripto”. In *Recueil des historiens des Gaules et de la France*. t. 22: *Contenant la troisième livraison des monuments des règnes de Saint Louis, de Philippe le Hardi, de Philippe le Bel, de Louis X, de Philippe V et de Charles IV, depuis MCCXXVI, jusqu’en MCCCXXVIII*. Éd. De Wailly, Delisle. Paris : Victor Palmé, 1865, p. 16 ; “La branche des royaux lignages par Guillaume Guiart”. In *Recueil des historiens des Gaules et de la France*. t. 22, p. 212 ; “Extraits d’une chronique anonyme intitulée Anciennes chroniques de Flandre”. In *Recueil des historiens des Gaules et de la France*. t. 22, p. 349, note 7 “E brevi chronico ecclesiae S. Dionysii ad cyclos Paschales”. In *Recueil des historiens des Gaules et de la France*. t. 23: *Contenant la troisième livraison des monuments des règnes de Saint Louis, de Philippe le Hardi, de Philippe le Bel, de Louis X, de Philippe V et de Charles IV, depuis MCCXXVI, jusqu’en MCCCXXVIII*. Éd. De Wailly ; L. Delisle. Paris : H. Welter, 1894, p. 145.

⁶¹ Version de la *Vie de Philippe III* de Guillaume de Nangis publiée en : VINAS, Agnès ; VINAS, Robert – *La croisade de 1285*, p. 27.

d’Aragon et le comté de Barcelone à un des fils de Philippe III, il est écrit : “[...] de illo ex ejusdem regis Francie filiis quem ad hoc ipse rex elegerit, alio tamen ab eo qui sibi est in dicto regno Francie successurus [...]”⁶². Les deux fils aînés du roi de France ont une légitimité familiale par leur mère, Isabelle d’Aragon, fille de Jacques I^{er} et donc sœur de Pierre III. Le troisième fils de Philippe le Hardi, Louis, n’a que sept ans et il est issu du second mariage de son père, avec Marie de Brabant, et son lien dynastique avec l’Aragon n’est donc pas aussi proche que celui de ses frères aînés. En prenant la position généalogique dans la famille comme premier critère d’attribution, Philippe, en tant qu’aîné, est plus légitime que Charles. Or, la proximité dynastique ne semble pas un critère pour le pape : les actes de Martin IV et de Nicolas IV ne font pas allusion à cette parenté. Le choix d’un des fils du roi de France doit être considéré comme un moyen de convaincre Philippe III d’être le bras-armé du Saint-Siège en Aragon. De plus, bien que l’alliance entre Paris et Rome soit une constante du XIII^e siècle, les papes essaient de ne pas trop privilégier le roi lui-même ou son *primogenitus*, quand il s’agit de leur donner des fiefs. Il s’agit pour la papauté d’éviter un renforcement excessif de la puissance du roi de France en favorisant une branche cadette – cette même politique est par ailleurs menée à l’égard du roi d’Aragon avec la faveur accordée à la dynastie cadette majorquine. Ainsi, lorsqu’en mai 1275, Philippe le Hardi obtient la garde du royaume de Navarre et qu’un mariage est prévu entre Jeanne et un de ses fils, le Saint-Siège n’accorde la dispense qu’au profit du second fils du roi, Philippe. L’année suivante le *primogenitus* Louis décède subitement. Au petit-jeu des calculs dynastiques, le Saint-Siège perd : le royaume de Navarre sera associé au royaume de France lorsque Philippe le Bel accédera au pouvoir. Philippe le Bel ne semble pas tenir rigueur à son frère pour cette exclusion. En effet, dans son compte-rendu de la réunion de Paris du 21 février 1284, durant laquelle Philippe le Hardi accepte officiellement la couronne d’Aragon pour Charles de Valois, le légat Jean Cholet écrit :

“[...] idem Carolus, memorato rege Francie genitore suo approbante et in hiis expresse consentiente, acceptavit et recepit, Phylippo fratre suo primogenito presente et in hiis eidem Carolo congaudente”⁶³.

⁶² Bulle *Qui regna transfert* (*Les registres de Martin IV*, n°455, p. 191).

⁶³ Bulle *In electione hujusmodi* (*Les registres de Martin IV*, n°580, p. 294).

Philippe, *primogenitus* et roi de Navarre, une autre envergure politique

Le royaume d'Aragon officiellement transmis à Charles de Valois, il ne lui reste plus qu'à le conquérir. Pour ce faire, il est adoubé le 15 août 1284. Encore une fois, son destin est lié à celui de son frère aîné. Philippe le Bel est adoubé le même jour et le lendemain il est officiellement marié à la reine de Navarre⁶⁴. Cette cérémonie très importante pour le *primogenitus*, a été certainement précipitée par les événements. L'année 1284 est consacrée à la prédication de la croisade contre Pierre d'Aragon par le légat Jean Cholet et la préparation de l'expédition par Philippe le Hardi, plus particulièrement son volet financier. Si le roi de France peut compter sur le soutien financier du Saint-Siège – Martin IV lui a accordé une décime de 3 ans⁶⁵ –, il peut aussi demander à ses vassaux de contribuer au financement de l'expédition, car le droit des fiefs lui permet de demander à ses vassaux de participer au financement de l'adoubement du fils aîné. Ainsi, le *Journal de l'origine des fonds et de leur emploi et les Dépenses des métiers de l'Hôtel*, édités par Élisabeth Lalou, mentionnent de très nombreuses sommes versées au Trésor pour le “mutuum regis Navarre” et “pro festo et nuptiis domini P[hilippi] ad Assumptionem”⁶⁶. A partir d'août 1285, Philippe le Bel associe, dans sa titulature, *rex Navarre* à *primogenitus*. On peut le voir dans le seul document matériel direct qu'il utilise pendant l'expédition : le sceau qu'on lui a confectionné à l'occasion de son mariage. L'inscription indique : SIGN(um) PH(ilippi) P (RI) MOG/ENIT(i) REG(is) FRANC(orum) DEI/GR (aci) A REG (is) NAVARR(e)⁶⁷. Devenu roi dans la précipitation des événements, Philippe IV est obligé d'utiliser ce sceau durant les deux premiers mois de son règne⁶⁸. Son

⁶⁴ *Le Compte du charroi des engins pour l'expédition d'Aragon* atteste de la présence de Jeanne de Navarre parmi les dames de la Cour qui accompagne l'expédition jusqu'à Toulouse : “Huguet, le charretier Madame de Navarre, le mardi desus dit au tens desus dit, ansinq chome Richardin, xv l. xvi. s. iii d. Par – Et por son retor, x s. Par.” (“Compte du charroi des engins pour l'expédition d'Aragon, en M.CC.LXXXV”. In *Recueil des historiens des Gaules et de la France*. t. 22, p. 729).

⁶⁵ *Les actes originaux pontificaux*, t. II, A.N. 1742.

⁶⁶ LALOU, Élisabeth (éd.) – *Les comptes sur tablettes de cire*, J50, p. 102 ; Mét. 59, p. 180. Voyez J 3, p. 6 ; J 5, p. 12 ; J 6, p. 14 ; J 7, p. 16 ; J 10, pp. 20-21 ; J 11, p. 23 ; J 19, pp. 35-36 ; J 21, pp. 39, 40, 42, 43 ; J 22, p. 46 ; J 23, p. 47 ; J 26, p. 55 ; J 27, pp. 56-57 ; J 39, p. 78 ; J 40, p. 80 ; J 45, pp. 85-86 ; J 46, pp. 86-88 ; J 47, pp. 89-90 ; J 50, p. 102 ; J 66, p. 126 ; J 68, pp. 130-131 ; Mét. 19, p. 180 ; Mét. 70, p. 185 ; Mét. 71, pp. 185-186 ; Mét. 108, p. 199 ; Mét. 119 et 120, p. 202 ; Mét. 156, p. 215 ; Mét. 166 et 167, p. 218 ; Mét. 212 et 213, pp. 231-232.

⁶⁷ Voyez la reproduction du sceau de Philippe le Bel conservé aux Archives départementales de Haute-Marne dans VINAS, Agnès ; VINAS, Robert – *La croisade de 1285*, p. 255.

⁶⁸ Le premier acte conservé avec le nouveau sceau royal date de fin novembre 1285, à Lorris, sur le chemin du retour (LALOU, Élisabeth – *Itinéraire de Philippe IV le Bel*, vol. II, p. 16).

adoubement, son mariage lui accordant le nouveau titre de roi de Navarre et le déroulement malheureux de la croisade pour Philippe le Hardi font émerger définitivement le *primogenitus* Philippe comme acteur diplomatique majeur.

Entre l'arrivée de l'armée de Philippe le Hardi à Perpignan, le 6 mai 1285, et sa mort, dans la même ville, cinq mois après, l'activité diplomatique est maintenue malgré les combats. Celle de Philippe le Bel est connue par deux lettres du roi d'Aragon. Dans la première, datée du 13 juillet, Pierre III émet un sauf-conduit pour tous les membres de la famille du roi de France et le cardinal-légit qui accompagnent Galeran de Tours, pendant la durée de son sauf-conduit accordé par Philippe le Hardi⁶⁹. Dans la seconde, datée du 5 août 1285, pendant le long siège de Gérone par les Croisés, Pierre le Grand répond à des demandes formulées par le *primogenitus* Philippe, malheureusement non conservées⁷⁰. L'armée croisée assiège alors Gérone et Philippe s'est illustré déjà en s'emparant de Figueras, une place importante sur la route de Gérone⁷¹. Si l'oncle continue de qualifier son neveu de "karissimo nepoti suo" et le salue comme "regi Navarre et Campanie et Brie comiti palatini", il précise bien à la fin de sa lettre qu'il ne renonce pas pour autant à ses droits et à ceux de ses descendants sur la Navarre et que son neveu doit s'en faire une raison car il le fait "pro salvando iure nostro"⁷². Autre provocation, pour le fils du roi de France : Pierre se présente comme "Petrus, eadem gracia Aragonum et Sicilie rex". Le nouveau roi de Navarre partage donc la même grâce qu'un usurpateur excommunié ! Le plus intéressant pour les relations diplomatiques est la mention de lettres envoyées par le *primogenitus* et lues à son oncle⁷³. Pierre d'Aragon ne développe pas sur leur

⁶⁹ "[...] assecuramus illos omnes et singulos de familia dicti regis Francie et cardinalis predicti qui cum dicto fratre Gaucerando vel nuncio suo venerint" (*Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°799, pp. 766-764).

⁷⁰ *Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°804, pp. 769-770.

⁷¹ "Francorum vero rege coram Petralata cum exercitu suo stante, Philippus major filius ejus, qui erat rex Navarre ex parte uxoris sue, filie videlicet bone memorie Henrici, Navarre regis comitisque Campanie, quam duxerat uxorem, cum magna militum et armatorum copia, invasit quamdam villam que vocabatur gallice Figieres : sed illi de villa statim se submiserunt illi" (*Chronographia regum francorum*. vol. 1 : 1270-1328. Éd. H. Moranvillé. Paris : H. Laurens, 1891, p. 26).

⁷² "Verum, quia in prefacionibus istius litere vos salutamus ut regem Navarre, protestamur quod propter hoc iuri nostro non possit in posterum preiudicium generari, nec vos tedeat de huiusmodi protestacione, nec ad oprobium reputetis, si placet, cum hoc pro salvando iure nostro solummodo faciamus" (*Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°804, p. 769).

⁷³ "Literas vestras dictatas obtime et affectuosas satis ylariter recepimus, et tenorem ipsarum intelleximus diligenter" (*Diplomatari de Pere el Gran*, vol. 2, n°804, p. 769).

teneur mais sa réponse nous laisse imaginer ce qu'a bien pu lui demander Philippe. En effet, il l'informe qu'il n'est pas en mesure de lui envoyer un messenger secret, "sine maxime persone sue periculo", car cela pourrait porter atteinte à l'honneur du neveu et serait une source de honte pour l'oncle. En temps de guerre, cette diplomatie secrète n'est plus tolérée car peu compatible avec l'idéal chevaleresque. Cependant, le roi d'Aragon cherche à maintenir des canaux de contact avec son neveu car il lui demande de trouver une autre voie de communication plus sûre pour son messenger, afin de pouvoir lui exposer sa vérité.

L'héritier Philippe, champion de la cause aragonaise?

Les chroniqueurs catalans se font l'écho d'autres échanges entre Pierre III et le *primogenitus*, ce qui fera dire à certains que ce dernier est en profond désaccord avec la politique de son père en Aragon. Par exemple, après la prise de Gérone, le 5 septembre, le roi de France tombe rapidement malade et ordonne la retraite de l'armée vers Perpignan. A ce moment-là, Philippe le Bel semble être devenu le chef de l'expédition⁷⁴ et renvoie des messagers à son oncle. Bernat Desclot écrit:

"Comme il avait l'intention de quitter la Catalogne avec toutes ses troupes, il pria le roi d'Aragon son oncle de ne pas l'empêcher de passer et de garantir sa sécurité et celle de tous ceux qui s'en retourneraient avec lui, car dans ce cas, ce serait profitable à tous"⁷⁵.

Philippe le Bel a une place de choix dans les chroniques catalanes. Bernat Desclot en fait un acteur politique et diplomatique pendant quatre temps forts de l'expédition en Aragon : la préparation de la croisade ; l'entrée des troupes françaises à Perpignan et le sac d'Elne en mai 1285 ; le siège et la prise de Gérone entre juin et septembre ; la retraite de l'armée française et la mort de Philippe le Hardi fin septembre et début octobre. Les chroniqueurs français, tel Guillaume de Nangis, ne le mentionnent que lors de l'entrée des troupes à Perpignan au début de la

⁷⁴ "Mais l'héritier du trône [...] fit prévaloir ses vues comme s'il eût été déjà le maître" (LECOY DE LA MARCHE, Albert – *Les relations politiques de la*, vol. I, pp. 272-273).

⁷⁵ Traduction du *Libre del Rey en Pere* de Bernat Desclot publiée en VINAS, Agnès ; VINAS Robert – *La croisade de 1285*, p. 258.

campagne et la retraite et la mort du roi de France à la fin de campagne⁷⁶. Desclot insiste sur les liens familiaux entre le *primogenitus* et son oncle et fait du premier le défenseur du second à la Cour de Philippe III. Ainsi, après le duel avorté de Bordeaux, Philippe le Bel prend la défense du roi d'Aragon contre les attaques du légat qui qualifie son oncle de voleur et contre son père qui lui répond “[qu’il] [Philippe le Bel] est de ce mauvais lignage d’Aragon” :

“A ces mots, Philippe se mit fort en colère et répondit au roi son père et au cardinal : ‘Sire, je suis du plus noble lignage du monde de votre côté, mais aussi du côté de ma mère. Ce n’est pas un mauvais lignage, c’est l’une des meilleures et des plus honorables maisons du monde. Vous pouvez dire ce que vous voulez, mais il n’y a personne, s’il prétend le contraire, qui ne dise ce qu’il ne faut pas. Soyez sûr qu’Aragon vous fera encore trembler, vous et votre royaume. Quant au duc [de Brabant], qui soutient que je devrais préférer mon frère à mon oncle, il ne me semble pas qu’il parle sagement. Il le dit seulement pour que vous et moi, une fois sur les terres de mon oncle, soyons tous prisonniers, morts et détruits, et pour que ses petits-enfants deviennent rois et seigneurs de la terre de France⁷⁷. Bien qu’il affirme que nous aurons bientôt conquis la terre du roi d’Aragon, cela ne se fera pas aussi facilement qu’il le pense”⁷⁸.

L’extrait de Muntaner, dans l’accroche de cet article, montre que Philippe le Hardi s’est bien repenti de ne pas avoir assez écouté son fils aîné pendant la campagne. Ici, nous ne pouvons que reprendre la remarque de Joseph Strayer, “The Catalan chroniclers report that Philip opposed the attack on Aragon, but they are not very reliable”⁷⁹. En effet, les chroniqueurs ont besoin du personnage du *primogenitus* Philippe le Bel dans leur narration. Ils l’encensent pour mieux dédaigner son frère Charles, l’usurpateur, affublé du peu flatteur surnom de “Charlot” ou du “roi au

⁷⁶ On sait par ailleurs que l’auteur des *Grandes Chroniques de France*, dont le texte inspire une grande partie des chroniques françaises sur l’affaire d’Aragon, a un regard plutôt négatif sur le règne de Philippe le Bel.

⁷⁷ Le duc de Brabant est le père de Marie de Brabant, la seconde épouse de Philippe le Hardi. Si ce dernier et ses deux premiers fils, issus d’Isabelle d’Aragon, venaient à mourir, le royaume de France passerait effectivement à Louis, issu de ce second mariage et donc petit-fils du duc de Brabant.

⁷⁸ Traduction du chapitre 136 de la *Crònica* de Ramon Muntaner publiée en : VINAS, Agnès ; VINAS, Robert – *La croisade de 1285*, p. 53.

⁷⁹ STRAYER, Joseph – *The Reign of Philip the Fair*. Princeton : Princeton University Press, 1980, p. 10.

chapeau”⁸⁰. De plus, la figure du *primogenitus* qui a raison, seul face à tous les autres, renforce rétrospectivement la victoire aragonaise et l’échec de Philippe le Hardi. Les échanges secrets entre Philippe le Bel et Pierre le Grand, pendant la campagne, les seules sources primaires qui ont été conservés, vont-elles aussi dans le sens d’une opposition de l’héritier à la politique de son père⁸¹. Or, il est tout à fait possible que Philippe le Hardi se soit servi de son fils aîné pour conserver des canaux de communications avec Pierre d’Aragon, du fait de leurs liens familiaux. De plus, ce n’est pas parce qu’il reste en contact avec son oncle, que le *primogenitus* s’oppose à cette guerre. Il faut se rappeler le compte-rendu de la réunion de Paris du 21 février 1284, lorsque le légat écrit que Philippe le Bel s’est réjoui pour son frère⁸². Enfin, contrairement à ce qu’il s’est passé en 1314, à la mort de Philippe IV, son avènement n’est pas marqué par une épuration parmi les conseillers de son père. Pierre de Mornay est un exemple parmi tant d’autres. Il participe aux négociations entre Philippe le Hardi et Martin IV pendant la préparation de la croisade⁸³ et continue ses missions de diplomate sous le règne de son fils, on le retrouve notamment en Aragon, en 1295, et en Angleterre, en 1299. Il finira garde du sceau de Philippe le Bel (1305 – 1306). Jean II d’Harcourt est un autre exemple. Il a participé à la croisade de 1270, on le retrouve dans l’entourage de Charles d’Anjou au moment des Vêpres, il est fait maréchal de France en février 1285. L’échec de l’expédition, qui est davantage liée à la mort prématurée de Philippe le Hardi qu’aux revers militaires, navales et terrestres, des Croisés, ne lui fait pas perdre la confiance du nouveau roi. Il participe aux campagnes contre Édouard I^{er} d’Angleterre, en 1295, et accompagne Charles de Valois en Italie, en 1299. Par ailleurs, c’est un des rares membres du Conseil du roi de France qui est mentionné par les chroniques catalanes, avec le

⁸⁰ Voyez par exemple la traduction des chapitre 119, 121 et 136 de la *Crònica* de Ramon Muntaner publiée en : VINAS, Agnès ; VINAS, Robert – *La croisade de 1285*, pp. 25, 27 et 53.

⁸¹ Voyez FAVIER, Jean – *Un roi de marbre. Philippe le Bel ; Enguerran de Marigny*. Paris : Fayard, 2005, p. 268 ; STRAYER, Joseph – *The Reign of Philip the Fair*, p. 10.

⁸² Bulle *In electione hujusmodi* (*Les registres de Martin IV*, n°580, p. 294).

⁸³ Voyez les bulles ci-dessous : *Dilecti filii Girardus*, destinée aux envoyés du roi de France à la Curie, le 1^{er} septembre 1283 (*Les actes originaux pontificaux*, t. II, A.N. 1729) ; *Petitiones per dilectos*, destinées aux mêmes, le 9 janvier 1284 (*Les actes originaux pontificaux*, t. II, A.N. 1731) ; *In quibusdam articulis*, destinée à Jean Cholet, le 10 janvier 1284 (*Regesta pontificum romanorum*, vol. II, n°22092, p. 1784).

connétable Raoul de Nesle⁸⁴. Ainsi, à son avènement, la politique de Philippe le Bel s'inscrit dans la continuité de celle de Philippe le Hardi⁸⁵.

Conclusion

A son avènement, en octobre 1285, la croisade d'Aragon pèse lourd sur les épaules du jeune Philippe IV : il doit rembourser ses créanciers et régler l'affaire politiquement⁸⁶. Il faut attendre le traité d'Anagni de 1295 pour que Charles de Valois renonce à son titre de roi d'Aragon et à la mort de Philippe le Bel, en 1314, des créanciers demandent encore leur remboursement pour la croisade de son père. L'affaire de Catalogne est donc une grande source de soucis pour le nouveau roi.

Le souvenir catastrophique que garde encore cette expédition dans les mémoires française et catalane, bien que largement remis en cause par les travaux récents, comme ceux de Xavier Hélyary⁸⁷, est essentiellement dû aux chroniques, notamment catalanes, qui ont donné le bon rôle au *primogenitus* pendant la préparation et le déroulement de la croisade d'Aragon. Philippe le Bel serait le champion de la cause aragonaise dans l'entourage de son père à cause de ses liens familiaux, par sa mère, avec Pierre le Grand. Une analyse de son activité diplomatique pendant l'expédition permet de nuancer largement ce propos.

Philippe le Bel émerge comme acteur diplomatique pendant ses années de *primogenitus* alors qu'il se forme à son futur rôle de roi en accompagnant son père, par exemple pendant la rencontre de décembre 1280 – janvier 1281, à Toulouse.

⁸⁴ VINAS, Agnès ; VINAS, Robert – *La croisade de 1285*, p. 327.

⁸⁵ Philippe IV n'abandonne pas les prétentions de son frère Charles sur l'Aragon, jusqu'au règlement définitif de l'affaire avec le traité d'Anagni, le 12 juin 1295 : Jacques II d'Aragon abandonne la Sicile et les îles Baléares et Charles de Valois renonce à l'Aragon, les sentences prises contre le roi d'Aragon et les Siciliens sont révoquées par Boniface VIII et Jacques d'Aragon doit épouser une fille de Charles II. Avant ce règlement, Philippe le Bel exige que ses sujets navarrais reconnaissent son frère Charles comme roi de Navarre. Voyez les serments prêtés à Charles de Valois par les seigneurs Pedro d'Averbe, Pedro et Jimeno Cornel et par Fortún de Bergua, évêque de Zaragosse, dans *Archivo general de Navarra (1274 – 1321)*, vol. II, n°102, pp. 136-140 ; n°103, p. 140 ; n°130, pp. 173-176.

⁸⁶ Jean Favier estime que l'expédition a coûté entre 1 et 1,5 million de livres tournois, alors que les revenus du roi ne dépassent pas 0,45 million de livres au début de son règne. Le remboursement de ces sommes correspond aux deux-tiers de la dépense du Trésor au terme de la Chandeleur (FAVIER, Jean – *Un roi de marbre*, p. 185).

⁸⁷ HÉLARY, Xavier – *La croisade d'Aragon* ; HÉLARY, Xavier – “La gloire et l'oubli. Philippe III et la postérité ou comment se font les réputations”. *ATALA* 3 (2000) pp. 71-87; HÉLARY, Xavier – *L'ascension et la chute*.

Jusqu'aux derniers temps de la guerre, l'héritier est associé à son jeune frère, Charles de Valois⁸⁸ : le cadet est mentionné dans chaque lettre envoyée par Pierre et Alphonse avant l'été 1284. Les deux princes appartiennent au cercle restreint des membres de la famille royale qui peuvent servir d'intermédiaire entre le roi de France et ses interlocuteurs car ils ont le même statut social et sont les deux fils d'Isabelle d'Aragon. La croisade d'Aragon est avant tout une dispute familiale. Dans ces liens entre proches, le *primogenitus* français pourrait être un des intermédiaires de choix du *primogenitus* aragonais, ce qui permettrait d'envisager une forme de "diplomatie des héritiers". Ces relations diplomatiques dynastiques mobilisent les liens familiaux et le vocabulaire de l'affection. Les chroniqueurs catalans reprennent à l'excès cet élément-là et l'utilisent pour distinguer Philippe le Bel du reste de sa famille, en lui prêtant une diplomatie de rupture pendant l'expédition en Aragon. Cependant, cette attitude n'est pas attestée dans la documentation. La lettre du 5 août 1285 dans laquelle Pierre le Grand laisse sous-entendre des manigances entre lui et son neveu, montrent simplement que même en temps de guerre, les belligérants maintiennent des canaux de communication.

Ainsi, Philippe le Bel a été un acteur diplomatique de premier ordre avant d'être Philippe IV. Cette période d'apprentissage de son futur métier de roi qu'ont été les mois de préparation et de déroulé de la croisade d'Aragon l'auront sans doute convaincu que le temps n'est plus aux grandes expéditions outre-mont et outre-mer. Philippe le Bel, au cours de son règne, ne participe lui-même qu'à une seule bataille, celle qui l'oppose aux insurgés flamands, le 18 août 1304, à Mons-en-Pévèle. Pendant les guerres de Flandre, notamment la campagne de 1297, c'est Charles de Valois qui combat au nom de son frère. En retour, le roi de France soutient son frère cadet dans toutes ses recherches de couronne. Ainsi, Philippe le Bel se sera conforté au vœu formulé par son père à Perpignan, début octobre 1285 : il ne cessera "de l'aimer et de l'honorer comme un bon frère".

⁸⁸ Philippe IV restera attaché à son frère tout au long de son règne. Voyez BAUTIER, Robert-Henri – "Diplomatique et histoire politique : ce que la critique diplomatique nous apprend sur la personnalité de Philippe le Bel". *Revue historique* 259 (1978), pp. 3-27.

Bibliographie

Sources imprimées

Les actes originaux pontificaux des Archives Nationales de Paris. t. II : 1261-1304. Éd. Bernard Barbiche. Città del Vaticano : Biblioteca apostolica Vaticana, 1978.

Archivo general de Navarra (1274 – 1321). vol. II. Éd. Aldave Zabalda; Maria Itziar. Donostia : Eusko Ikaskuntza/Sociedad de Estudios Vascos, 1997.

“La branche des royaus lingnages par Guillaume Guiart”. In *Recueil des historiens des Gaules et de la France. t. 22: Contenant la troisième livraison des monuments des règnes de Saint Louis, de Philippe le Hardi, de Philippe le Bel, de Louis X, de Philippe V et de Charles IV, depuis MCCXXVI, jusqu'en MCCCXXVIII.* Éd. De Wailly, Delisle. Paris : Victor Palmé, 1865, pp. 170-300.

“Chronique de Primat traduite par Jean du Vignay”. In *Recueil des historiens des Gaules et de la France. t. 23: Contenant la troisième livraison des monuments des règnes de Saint Louis, de Philippe le Hardi, de Philippe le Bel, de Louis X, de Philippe V et de Charles IV, depuis MCCXXVI, jusqu'en MCCCXXVIII.* Éd. De Wailly ; L. Delisle. Paris : H. Welter, 1894, pp. 1-105.

Chronographia regum francorum. vol. 1 : 1270-1328. Éd. H. Moranvillé. Paris : H. Laurens, 1891.

“Compte du charroi des engins pour l'expédition d'Aragon, en M.CC.LXXXV”. In *Recueil des historiens des Gaules et de la France. t. 22: Contenant la troisième livraison des monuments des règnes de Saint Louis, de Philippe le Hardi, de Philippe le Bel, de Louis X, de Philippe V et de Charles IV, depuis MCCXXVI, jusqu'en MCCCXXVIII.* Éd. De Wailly, Delisle. Paris : Victor Palmé, 1865, pp. 724-731.

Les comptes sur tablettes de cire de la chambre aux deniers de Philippe III et de Philippe IV (1282-1309). Éd. Élisabeth Lalou. Paris : De Boccard, 1994.

Diplomatari de Pere el Gran. vol. 2: *Relacions internacionals i política exterior (1260-1285).* Éd. Stefano Maria Cingolani. Barcelone : Fundació Noguera, 2015.

[D'YPRES, Jean] – *Chronica monasterii Sancti Bertini auctore Iohanne Longo [Chronique de Saint-Bertin].* Éd. O. Holder-Egger. Leipzig : K. W. Hierseman, 1925, pp. 736-866.

“E brevi chronico ecclesiae S. Dionysii ad cyclos Paschales”. In *Recueil des historiens des Gaules et de la France. t. 23: Contenant la troisième livraison des monuments des règnes de Saint Louis, de Philippe le Hardi, de Philippe le Bel, de Louis X, de Philippe V et de Charles IV, depuis MCCXXVI, jusqu'en MCCCXXVIII.* Éd. De Wailly ; L. Delisle. Paris : H. Welter, 1894, pp. 143-146.

“Ex anonymo regum Francie chronico, circa annum M.CCC.XLII scripto”. In *Recueil des historiens des Gaules et de la France. t. 22: Contenant la troisième livraison des*

monuments des règnes de Saint Louis, de Philippe le Hardi, de Philippe le Bel, de Louis X, de Philippe V et de Charles IV, depuis MCCXXVI, jusqu'en MCCCXXVIII. Éd. De Wailly, Delisle. Paris : Victor Palmé, 1865, pp. 16-21.

“Extrait d’une chronique française finissant en M.CCC.VIII”. In *Recueil des historiens des Gaules et de la France*. t. 21: *Contenant la deuxième livraison des monuments des règnes de Saint Louis, de Philippe le Hardi, de Philippe le Bel, de Louis X, de Philippe V et de Charles IV, depuis MCCXXVI, jusqu'en MCCCXXVIII*. Éd. J. D. Guigniaut; N de Wailly. Paris : L'Imprimerie Impériale, 1855, pp. 130-137.

“Extraits d’une chronique anonyme intitulée *Anciennes chroniques de Flandre*”. In *Recueil des historiens des Gaules et de la France*. t. 22: *Contenant la troisième livraison des monuments des règnes de Saint Louis, de Philippe le Hardi, de Philippe le Bel, de Louis X, de Philippe V et de Charles IV, depuis MCCXXVI, jusqu'en MCCCXXVIII*. Éd. De Wailly, Delisle. Paris : Victor Palmé, 1865, pp. 329-429.

Layettes du trésor des chartes. t. III : *Années 1247-1260*. Éd. Joseph de Laborde. Paris : E. Plon et Compagnie Imprimeurs-Éditeurs, 1875.

Regesta pontificum romanorum inde ab anno post Christum natum 1198 ad annum 1304. vol. II. Éd. August Potthast. Berlin : De Decker, 1874-1875.

Les registres de Martin IV (1281-1285) ; recueil des bulles de ce pape publiées ou analysées d'après les manuscrits originaux des archives du Vatican. Éd. Félix Olivier-Martin. Paris : A. Fontemoing, 1901-1935.

Études

BAUTIER, Robert-Henri – “Diplomatique et histoire politique : ce que la critique diplomatique nous apprend sur la personnalité de Philippe le Bel”. *Revue historique* 259 (1978), pp. 3-27.

CINGOLANI, Stefano Maria – *La memòria dels reis. Les Quatre Grans Cròniques i la historiografia catalana des del segle X al XIV*. Barcelone : Editorial Base, 2008.

CINGOLANI, Stefano Maria – *Vida, viatges i relats de Ramon Muntaner*. Barcelone : Editorial Base, 2015.

DIGARD, Georges – *Philippe le Bel et le Saint-Siège de 1285 à 1304*. vol. 1. Paris : Librairie du Recueil Sirey, 1936.

FAVIER, Jean – *Un roi de marbre. Philippe le Bel ; Enguerran de Marigny*. Paris : Fayard, 2005.

GUYOT-BACHY, Isabelle – “La ‘Chronique abrégée des rois de France’ de Guillaume de Nangis : trois étapes de l’histoire d’un texte”. In CASSAGNES-BROUQUET, Sophie, et al. (dir.) – *Religion et mentalités au Moyen Âge : Mélanges en l’honneur d’Hervé Martin*. Rennes : Presses universitaires de Rennes, 2003, pp. 39-46.

HÉLARY, Xavier – *La croisade d’Aragon de Philippe le Hardi (1285)*. Paris : mémoire de master 2 soutenu à L’Université de Paris IV-Sorbonne, 1998.

HÉLARY, Xavier – “La gloire et l’oubli. Philippe III et la postérité ou comment se font les réputations”. *ATALA* 3 (2000), pp. 71-87.

HÉLARY, Xavier – *L’ascension et la chute de Pierre de la Broce, chambellan du roi (†1278). Étude sur le pouvoir au temps de Saint Louis et de Philippe III (v. 1250 – v. 1280)*. Paris : Honoré Champion, 2021.

LALOU, Élisabeth – *Itinéraire de Philippe IV le Bel (1285-1314)*. vol. II : *Routes et résidences*. Paris : De Boccard, 2007.

LANGLOIS, Charles-Victor – *Le règne de Philippe III le Hardi*. Paris : Hachette, 1887.

LECOY DE LA MARCHE, Albert – *Les relations politiques de la France avec le royaume de Majorque*. vol. I. Paris : Ernest Leroux Éditeur, 1892.

MASIA DE ROS, Ángeles – “Las pretensiones de los Infantes de la Cerda a la corona de Castilla en tiempos de Sancho IV y Fernando IV. El apoyo aragonés”. *Medievalia* 10 (1992), pp. 255-279.

MONTAUBIN, Pascal – “Le rôle du cardinal-légat Jean Cholet dans la croisade d’Aragon (1285)”. In BALOUP, Daniel (dir.) ; SÁNCHEZ MARTÍNEZ, Manuel (dir.) – *Partir en croisade à la fin du Moyen Âge : Financement et logistique*. Toulouse, Presses universitaires du Midi, 2015, pp. 11-54.

PUJOL, Josep; RENEDO, Xavier – “El Llibre del rei En Pere de Bernat Desclot”. In BADIA, Lola (dir.) – *Historia de la literatura catalana*. vol. I : *Literatura medieval*. Barcelone : Ajuntament de Barcelona/Editorial Barcino, 2013, pp. 97-122.

RUIZ, Damien – “Philippe le Hardi, Pere d’Aragon et l’hostie consacrée : un rite de fraternité dans la *Crònica* de Ramon Muntaner”. In AGUILAR, Josep Antoni ; MARTÍ, Sadurní, RENEDO, Xavier (Éds.) – *Dits, fets i veres veritats. Estudis sobre Ramon Muntaner i el seu temps*. Barcelone : Publicacions de l’Abadia de Montserrat, 2019, pp. 53-71.

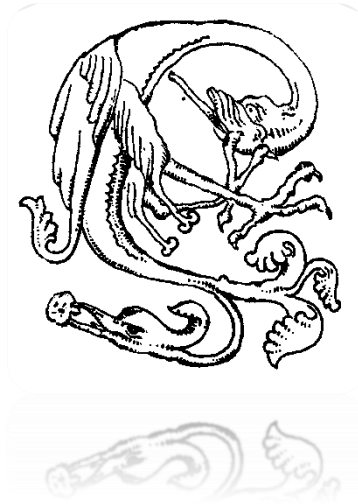
SIVÉRY, Gérard – *Marguerite de Provence : une reine au temps des cathédrales*. Paris : Fayard, 1987.

STRAYER, Joseph – *The Reign of Philip the Fair*. Princeton : Princeton University Press, 1980.

VINAS, Agnès ; VINAS, Robert – *La croisade de 1285 en Roussillon et Catalogne*. Perpignan : TDO Éditions, 2015.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

PERRET, Léo – “Philippe le Bel avant Philippe IV, quelle diplomatie? (1276 – 1285)”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 167-193. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**De l'obéissance à la révolte ? L'Action diplomatique
d'Alphonse, prince héritier de Denis du Portugal
(1291-1325)**

**From obedience to rebellion? Diplomatic action by Afonso, Crown
Prince of Denis of Portugal (1291-1325)**

Diana Martins¹

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1069-061 Lisboa, Portugal

École pratique des hautes études – PSL
Équipe SAPRAT
45-47, rue des écoles
75005 Paris
France

dianawinnifriedmartins@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-6465-5191>

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Outubro de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 19 de Abril de 2024

DOI : <https://doi.org/10.4000/medievalista.8350>

¹ Travail effectué dans le cadre du projet de thèse financé par la Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/143626/2019). Cet article a été réalisé avec le soutien et les conseils indispensables de ma directrice et de mes directeurs de thèse, Maria João Branco, Stéphane Péquignot et Tiago Viúla de Faria, mais également de mes collègues et amis, Afonso Soares de Sousa, João Luís Inglês Fontes, Paulo Catarino Lopes, Pedro Pinto et Tomás de Albuquerque.

RÉSUMÉ

Le soulèvement de l'héritier de la couronne portugaise, Alphonse, contre son père, le roi Denis du Portugal (1279-1325), entre 1317 et 1323, a profondément marqué le regard porté sur les relations existant entre le souverain, et son héritier et successeur. Le présent article s'efforce de contourner les limitations parfois imposées par les différentes sources en adoptant une approche de longue durée, en partant justement de la perspective du prince et en cherchant à comprendre, à l'aide de différents témoignages, la manière dont l'héritier a été engagé dans les actions diplomatiques menées par son père, en tentant ainsi de retracer les diverses phases de cette relation, tout en essayant de repérer les actes ou bien les moments où le prince a eu et a pu agir de manière indépendante, c'est-à-dire en évitant que son action soit conditionnée ou contrôlée par les intérêts de son père.

Mots clés: Portugal; Diplomatie; Alphonse du Portugal, héritier de la couronne portugaise; Denis du Portugal

ABSTRACT

The rebellion of the heir to the Portuguese crown, Afonso, against his father, King Dinis of Portugal (1279-1325), between 1317 and 1323, had a profound influence on the perception we have of the relationship that existed between the sovereign and his heir and successor. The aim of the present essay is to circumvent the occasional limitations imposed by the available sources and adopt a broader approach, taking the Prince's perspective as the starting point whilst seeking to understand, through various testimonies, the manner in which the successor was involved in his father's diplomatic efforts. In so doing, we seek to retrace the different phases of this relationship, while at the same time attempting to highlight instances when the Prince was able to act independently, that is, when his actions were neither conditioned nor regulated by his father's interests.

Keywords: Portugal; Diplomacy of the crown prince; Afonso, crown prince of Portugal; Dinis of Portugal



La diplomatie et l'action diplomatique du roi du Portugal Denis I^{er} (1278-1325) seraient difficiles à comprendre sans tenir compte de son entourage, notamment de certains membres de la famille royale, en particulier son fils aîné, Alphonse (1291-1357). Pour connaître le rôle de ce dernier dans la diplomatie portugaise durant le règne de son père, il convient d'avoir une approche de longue durée. Peut-on parler d'obéissance ou, au contraire, observer une autonomie d'Alphonse par rapport à son père ? La diplomatie du fils aîné était-elle en harmonie avec celle du roi ou, au contraire, revêtait-elle l'allure d'une activité privée et indépendante ? Cette forme de relation était-elle constante, tout au long de la période analysée, ou bien variable, erratique ?

Né en 1291, le prince Alphonse du Portugal était le fils légitime du roi le plus âgé et donc², compte tenu du système successoral en vigueur au Portugal³, l'héritier de la couronne portugaise.

De rares informations disponibles dans les archives portugaises, conjuguées aux lettres originales expédiées par Alphonse ou sur son ordre, conservées aux Archives de la Couronne d'Aragon, ainsi qu'aux documents issus des Archives apostoliques du Vatican, fournissent des données et des indices tout à fait pertinents pour l'étude de l'action diplomatique du prince héritier. Pour mieux appréhender ses démarches, il est également essentiel de tenir compte des riches correspondances échangées par les rois du Portugal, Denis et Isabelle, avec les rois d'Aragon, une correspondance pour une large part préservée, intacte, dans les archives de Barcelone.

² Bien qu'il ne soit pas le fils aîné du roi, puisque le monarque avait déjà des descendants bâtards, Alphonse était l'héritier et le successeur de Denis du Portugal.

³ Il n'existait pas de loi de succession écrite pour la monarchie portugaise au XIV^e siècle. Conformément à la coutume et à la loi salique, la succession portugaise était héréditaire : depuis au moins le règne du roi Alphonse III (*r.* 1248-79), la désignation du premier-né comme héritier du trône était le résultat d'une déclaration, ce qui signifie qu'elle n'était pas nécessairement consignée dans le testament du monarque. La primogéniture royale était cependant déjà exprimée dans certains actes publics, notamment dans des documents de la chancellerie royale et des diplômes officiels. BARROS, Henrique da Gama - *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 1^{ère} éd., vol. 1. Lisbonne: Imprensa Nacional, 1885, pp. 632-633; GIESEY, Ralph E. - *Le Rôle méconnu de la loi Salique. La succession royale xiv^e - xvi^e siècles*. Paris: Les Belles Lettres, 2006.

Des chroniques ont également traité ou analysé cette période⁴, mais les princes héritiers n'y sont pas les principaux protagonistes. Il n'est fait référence à eux que de manière occasionnelle, pour des moments et des épisodes précis, surtout des périodes d'entente ou de conflit.

L'examen de l'ensemble de cette documentation conduit à distinguer trois phases : la participation indirecte ou passive du prince à la conclusion d'alliances diplomatiques (1291-1300); l'action coordonnée avec celle du roi et l'utilisation de personnes du service royal (1300-1317); la rébellion, l'accusation et le soutien de la reine Isabelle, sa mère (1317-1324), suivi par la reprise du contrôle et une possible collaboration (1324sq).

Participation indirecte ou passive du prince à la conclusion d'alliances diplomatiques (1291-1300)

Les princes et les fils de roi avaient un rôle essentiel dans les politiques dynastiques et diplomatiques. Leurs mariages servaient les stratégies politiques des rois et, selon les objectifs, l'élargissement des horizons d'alliance⁵.

⁴ PINA, Rui de - *Crónica D. Dinis: segundo o códice inédito nº 891 da Biblioteca Pública Municipal do Porto seguida da versão atualizada da Edição Ferreiriana de 1726*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1945; *Crónica de Portugal de 1419*. Éd. Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998; *Crónica Geral de Espanha de 1344*. 3^{ème} éd.. vol. 4. Éd. Luís Filipe Lindley Cintra. Lisbonne: Academia Portuguesa da História/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

⁵ Terminer les négociations de traités par la célébration d'une alliance matrimoniale, était une pratique courante au Moyen Âge. Le but était de donner plus de force et de stabilité aux accords conclus. Cela a déjà été démontré dans une série d'études publiées telles que : HUGHES, Diane Owen - "From brideprice to dowry in Mediterranean Europe". *Journal of Family History* 3 (1978), pp. 262-296; BROKE, Richard - *The medieval idea of marriage*. Oxford: Oxford University Press, 1989, pp. 119-171; POWER, David - *The Norman frontier in the Twelfth and Early Thirteenth centuries*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, pp. 242-262; BENHAM, Jenny - *Peacemaking in the Middle Ages. Principles and practice*. Manchester, New York: Manchester University Press, 2011; DIGGELMANN, Lindsay - "Marriage, peace, and enmity in the Twelfth century". *Common Knowledge* 22.2 (2016), pp. 237-255; ARIAS GUILLÉN, Fernando - "Family Matters: Marriage Strategy and the Strengthening of Royal Authority in Castile during the Reign of Alfonso XI (1312-1350)". *Viator* 47.1 (2016), pp. 293-311; RODRIGUES, Ana Maria S. A. - "Casamentos régios da Idade Média: um feixe de problemas". In RODRIGUES, Ana Maria S. A.; SILVA, Manuela Santos; FARIA, Ana Leal de (éds.) - *Casamentos da Família Real Portuguesa: Diplomacia e Cerimonial*. Lisbonne: Círculo de Leitores, 2017, pp. 35-56; ARIAS GUILLÉN, Fernando - *The triumph of an accursed lineage. Kingship in Castile from Alfonso X to Alfonso XI (1252-1350)*. Abingdon: Routledge, 2021, pp. 83-86.

Le cas du prince Alphonse est à cet égard caractéristique. Dans ses premières années, il servit au roi de garantie et de sécurité, pour renforcer le traité d'Alcañices⁶. Conclu en 1297, cet important traité politique établi entre le Portugal et la Castille poursuivait de nombreux objectifs, différents pour chacune des parties impliquées. Pour la Castille, confrontée à une crise politique interne – le roi n'avait pas été légitimé par le pape et est encore mineur –, il s'agissait d'un traité de paix et d'alliance favorisant le bien-être du territoire et la capacité à gouverner de Ferdinand IV et de ses tuteurs. En outre, le renforcement de l'alliance se traduisit à la fois par le mariage du roi mineur de Castille avec la princesse Constance du Portugal et par celui de l'héritier du trône portugais⁷, Alphonse, avec une princesse castillane, Béatrice⁸. Grâce à ce traité, les Castillans pouvaient non seulement

⁶ De nombreuses études ont été réalisées sur le Traité d'Alcañices, en particulier lors de la célébration des 700 ans de sa signature en 1997. Voir notamment : MARTÍN MARTÍN, José Luís - "La tierra de las "contienidas" notas sobre la evolución de la raya meridional en la Edad Media". *Norba: Revista de História* 16.1 (1996), pp. 277-293; LADERO QUESADA, Miguel Ángel - "La formación de la frontera de Portugal y el tratado de Alcañices (siglos XII-XIII)". *Boletín de la Real Academia de la Historia* 194.3 (1997), pp. 425-458; *O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa: Actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol*. Lisbonne: Universidade Católica Portuguesa, 1998; *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 1-2.15: *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As relações de fronteira no século de Alcañices* (1998); SÁNCHEZ HERRERO, José (éd.) - *El Tratado de Alcañices. Ponencias y comunicaciones de las Jornadas conmemorativas del VII centenario del Tratado de Alcañices (1297-1997)*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, 1999; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor - *D. Dinis*. Lisbonne: Círculo de Leitores, 2005; MEDINA GARCÍA, Eusebio - "Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera hispano-lusa (La Raya)". *Revista de estudios extremeños* 62.2 (2006), pp. 713-723; GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel - "Castilla y León en el siglo de los tratados: del tratado de Cabrerros al de Alcañices (1206-1297)". In BOLAÑOS DONOSO, Piedad; DOMÍNGUEZ GUZMÁN, Aurora; REYES PEÑA, Mercedes de los (éds.) - *Homenaje al profesor Klaus Wagner: geh hin und lerne*. vol. II. Séville: Universidad de Sevilla, 2007, pp. 635-656; PARDAL, Diana Sousa Costa - *A diplomacia hispânica medieval: tratados de paz e de fronteira entre 1065 e 1312*. Porto: Universidade do Porto, 2020. Master Thesis; MARTINS, Diana - "Unsettled Borders: The Treaty of Alcañices (1297), its Contestation Process in 1312, and its Consequences. A New Perspective". *MEMSA Journal* 4 (2022), pp. 47-66.

⁷ Il était basé sur un autre accord de mariage conclu entre le roi Sanche IV de Castille et Denis du Portugal le 15 septembre 1291. GAIBROIS RIAÑO, Mercedes - *Historia del Reinado de Sancho IV de Castilla*. vol. 3. Madrid: Boletín Oficial del Estado, Real Academia de la Historia, 2019, pp. 234-238, n° 369. Cet accord prévoyait le mariage de l'héritier de la Couronne de Castille, Ferdinand, avec la princesse Constance du Portugal. Curieusement, ce premier accord n'incluait pas le prince héritier Alphonse du Portugal, bien qu'il soit déjà né, au mois de février. Dans cette situation, il peut être considéré comme encore très jeune, ce qui semble peu probable, ou bien le roi du Portugal peut l'avoir préservé en vue d'une autre alliance qu'il devait établir, ou bien encore cela peut être dû au fait que sa future épouse, Béatrice de Castille, n'était pas encore née.

⁸ Dans ce cas, les futurs monarques portugais étaient inclus dans l'interdit ecclésiastique en raison des mariages successifs entre les membres de leurs familles respectives. En effet, la princesse Béatrice était la petite-fille d'Alphonse X le Sage, roi de Castille, tandis que le prince portugais était son arrière-petit-fils, par sa grand-mère paternelle, Béatrice de Guillén, bâtarde d'Alphonse X et mariée à Alphonse III, roi du Portugal. Outre les liens de parenté qui unissaient ce couple, Béatrice était considérée comme illégitime en droit canonique, le mariage de ses parents n'ayant jamais été validé par l'Église. Pour que le mariage de Béatrice et de ses frères pût être célébré, il fallut obtenir les dispenses nécessaires auprès de la Curie romaine. Les licences papales ont été accordées par

garantir la force et la durabilité des accords, mais aussi s'assurer de l'appui des Portugais à la cause du jeune roi et saper le pacte international de Bordalba (21 janvier 1296) récemment établi, promu par le roi d'Aragon⁹. En contrepartie des concessions territoriales faites aux Portugais, le traité offrait des avantages pour le royaume de Castille. Denis, un roi très riche¹⁰, manifestait un vif intérêt pour la célébration des mariages convenus, qui nécessitaient une dispense papale. Il pouvait également aider les Castillans à obtenir la légitimation papale de Ferdinand IV, faisant de lui le successeur légitime sur le trône, ce qui aurait résolu immédiatement le problème de la succession en Castille et contribué au retour de la paix¹¹.

Pour le Portugal, il s'agissait d'un traité frontalier définissant le territoire sur lequel Denis exerçait sa juridiction. En raison de la position géographique du Portugal, situé à l'extrémité de la péninsule Ibérique, entouré par le royaume de Castille et Leon comme par l'océan Atlantique, la délimitation et la cristallisation de la frontière était essentielle pour la croissance interne du royaume, le renforcement de l'autorité royale, la territorialisation du pouvoir politique et administratif, ainsi que pour l'affirmation internationale du roi. De surcroît, étant donné que, quelques années auparavant encore, certains liens de dépendance féodale étaient mis en avant par le puissant voisin¹², cette délimitation était également une démarcation claire par

Boniface VIII, le 16 Septembre 1301 : " Venientibus enim nuper ad presentiam nostram tuis et eorum nuntiis, ac eis et litteris quas portarunt, paterna benignitate receptis, petitas legitimacionum et etiam super matrimoniis contrahendis cum regis Portugaliae natis dispensationum gratias ". *Documentos de Bonifacio VIII (1294-1303) referentes a España*. Éd. Santiago Domínguez Sánchez. León: Universidad de León, 2006, pp. 822-823.

⁹ La Convention de Bordalba (21 janvier 1296) fut un pacte d'alliance conclu entre Jacques II d'Aragon et Alphonse de la Cerda, prétendant au trône de Castille. Elle prévoyait la nomination d'Alphonse de la Cerda en tant que roi de Castille et l'attribution à Jacques II d'Aragon du royaume de Murcie. Dans le cadre de cet engagement, un plan d'aide militaire fut également établi, avec la participation des rois de Grenade, du Portugal et de France-Navarre. FERRER I MALLOL, Maria Teresa - "Notes sobre la conquesta del Regne de Múrcia per Jaume II (1296-1304)". In *Homenatge a la memoria del Prof. Dr. Emilio Saez (1917-1988). Aplec d'estudis dels seus deixebles i col·laboradors*. Barcelone: Institución Milá y Fontanals, 1989, pp. 29-30.

¹⁰ La grande capacité financière de Denis du Portugal a été un facteur déterminant dans l'action diplomatique royale menée au cours de cette période. Il a été sollicité pour plusieurs prêts et on rapporte même qu'il a pu ainsi obtenir d'importants avantages de la part du pape. Voir à ce sujet : MARTINS, Diana - "Diplomatic Practices and Administration in Portugal between 1279 and 1325: The Reign of Dinis, a Cornerstone?". In FARIA, Tiago Viúla de (éd.) - *State-Making and Diplomacy in Europe, 1050-1550*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2023 (en cours d'impression).

¹¹ GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César - *Fernando IV de Castilla (1295-1312)*. Gijón: Ediciones Trea, 2017, pp. 96-98.

¹² Plus tard seulement, avec le traité de Badajoz (1267), établi entre Alphonse X de Castille et Alphonse III de Portugal, père de Denis, les Castillans renoncèrent définitivement à tous leurs droits

rapport à l'autorité castillane. Le Portugal s'affirmait ainsi comme un royaume souverain à part entière. De la sorte, le roi Denis devait pouvoir, grâce à ce traité, non seulement assurer un royaume à sa fille, mais aussi garantir le succès de l'accord et la stabilité de son domaine.

D'après les chroniques et la documentation disponible, Alphonse, le fils aîné de Denis, alors âgé de six ans, n'était pas présent avec ses parents à la rencontre d'Alcañices. Il était resté à Trancoso au moment de la négociation du traité¹³. Sa présence ne parut donc pas nécessaire à la décision. Néanmoins, il figure avec la reine dans la liste des personnes pour lesquelles le roi prêta serment¹⁴. La mention de son nom conforte les dispositions prises:

"E eu rey Dom Denis por mim pela raynha Dona Ysabel mha molher e polo infante Dom Alfonso meu filho primeyro e herdeyro e por todos meus sucessores prometo aa boa fe e juro"¹⁵.

De manière somme toute comparable, dans les lettres d'état (*litterae de statu*), où étaient échangées des informations sur les membres des cours, la mention des princes servait également à renforcer les liens entre détenteurs du pouvoir.

Alphonse peut donc, dans cette période de son enfance, être considéré comme un acteur passif ou un élément de négociation utilisé par le roi Denis¹⁶.

sur l'Algarve, et exonérèrent le Portugal de toute obligation féodale envers la Castille ou du paiement de droits féodaux au royaume de Léon. Cependant, le désir d'affirmer le Royaume du Portugal de plein droit et indépendant constitue une des préoccupations dans les démarches diplomatiques royales menées durant le règne de Denis.

¹³ "E com ElRei D. Diniz foi ha Rainha Dona Isabel, sua molher que levou consigo ha Ifante Dona Costança sua filha, e ho Ifante D. Affonso irmaaõ delRei, D. Diniz, e hos Bispos, e senhores que na carta do escaibo particularmete estaõ nomeados, e ho Ifante D. Affonso erdeiro ficou na Villa de Trancozo em Portugal hos quaaes todos juntos asentaram principalmete entre si ". PINA, Rui de - *Crónica D. Dinis: segundo o códice inédito nº 891*, cap. XI, p. 51.

¹⁴ Alphonse n'était pas techniquement signataire de l'accord, car il n'avait que six ans et était par conséquent dépourvu de la capacité légale pour ce faire.

¹⁵ *As gavetas da Torre do Tombo*. vol. 9: *Gaveta 18, maços 7-13*. Éd. António da Silva Rego. Lisbonne: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, p. 425.

¹⁶ L'exemple le plus clair est celui des conventions de mariage. Mais il peut y en avoir d'autres. Par exemple, Denis lui-même, en tant que prince héritier, a été pris en otage par l'une des clauses établies par le traité de Badajoz, entre Alphonse X, le Sage, de Castille, et Alphonse III du Portugal, en vertu de laquelle le prince était tenu de servir et d'aider militairement le roi de Castille, son grand-père. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel - *Alfonso X el Sabio (1254-1282)*. Palencia: Diputación Provincial de Palencia, 1993, pp. 75-77. Ce même type d'utilisation et de participation passive du successeur de la

Une action coordonnée avec le roi (1300-1317)

"Jnffante don Affonso filho primeyro herdeiro do muy noble Don Denis"

À partir de 1300-1302¹⁷ – Alphonse avait alors une dizaine d'années – commencent à apparaître des documents qui attestent plus clairement de la participation effective du prince et héritier de la couronne comme acteur de la diplomatie portugaise. Dans les lettres expédiées par Alphonse ou sur son ordre à des dirigeants étrangers¹⁸, il se présentait dans sa titulature comme l'héritier et le successeur de la Couronne. En ce sens, le prince servait à la fois à consolider et renforcer des liens diplomatiques existants, comme en témoignent les lettres d'état échangées, mais aussi à soutenir et à appuyer l'action diplomatique du roi. L'héritier était un atout diplomatique mobilisé pour la défense des intérêts royaux.

Couronne se retrouve également dans les actes internes du pouvoir, à savoir les privilèges accordés par le roi à ses sujets et à ses localités, dans lesquels l'héritier de la Couronne est également mentionné en tant que donateur. C'était une manière de renforcer les privilèges et de garantir symboliquement qu'un certain droit et un certain devoir seraient respectés à l'avenir. Cette réalité n'est pas spécifique au Portugal, puisque c'est aussi le cas en Castille, par exemple, ARIAS GUILLÉN, Fernando - *The triumph of an accursed lineage*, pp. 102-104. En outre, il existe d'autres cas dans lesquels l'infant et ses droits apparaissent comme un argument, et dans ce cas également, la personne du prince Alphonse prend de l'importance. C'est le cas de la lettre de protestation de la reine Isabelle du Portugal, écrite à Coimbra, dans laquelle elle s'adresse à son mari pour justifier son opposition à la légitimation des enfants du prince Alphonse, frère de Denis du Portugal. Parmi les différents arguments, Isabelle affirme, en sa qualité de reine, qu'elle veut sauvegarder le royaume et les droits de ses enfants, notamment du successeur de la Couronne.

¹⁷ Selon António Benavides, non seulement le roi Denis, mais aussi son fils aîné assistèrent à la rencontre diplomatique entre la Castille et le Portugal, qui eut lieu à Badajoz en 1300. *Memórias de D. Fernando IV de Castilla*. vol. 1. Éd. António Benavides. Madrid: Imprenta de José Rodríguez Biblioteca Digital de Castilla y León, 1860, p. 56.

¹⁸ Parmi d'autres documents, l'on peut citer ici une lettre de créance et d'état envoyée par le prince Alphonse à son oncle, Jacques II d'Aragon, datée de Coimbra, 3 novembre 1302/1303, dans laquelle il lui donnait des nouvelles de la santé des membres de la cour portugaise et une accréditation en faveur du Comte de Barcelos, João Afonso Teles de Meneses: " Ao muy alto e muy Noble don Jame pela graça de deus Rey d aragon (...) Yo Jnffante don affonso filho primeyro e herdeyro do muy noble Don Denis pela graça de deus Rey de Portugal e do Algarue saude assy como a tyo que amo muy de coraçõ e en que muyto fio e pera que tanta suade onrra uyda e boa uentura querea como pera mjm meesso. Rey Rogamos de uossa saude e de uosso boom estado de dela Reyna uossa molher e de los Jnffantes uossos ffilhos meus coyrmaõs mj façades senpre saber e agradeceruo lo ey muyto ca o nom poderedes mandar diser a homem a que mays praza que a mjm. Del Rey meu padre e da Reyna mha [mãe] e de mjm uos ffaço ssaber que ssomos com saude loado deus e enuyouolo dezir porque sey que uos prazera. e Rogouos que creades o Conde do que uos diser de minha parte e gradeçeuo lo ey muyto. Dante en Coymbra tres dias de Nouembre o Jnffante o mandou Lourenço steuez da Guarda a ffez". ACA, C., CR, Jaime II, n. 13022 (3 novembre 1302/1303, Coimbra).

Le prince lui-même était-il préparé à assumer de telles tâches ? Comme l'a souligné l'historien Bernardo Vasconcelos e Sousa, nous ne disposons d'aucune information sur le contenu spécifique de l'éducation d'Alphonse. Néanmoins, compte tenu de l'intérêt du roi Denis pour les lettres, l'héritier a probablement été en contact avec la lecture et l'écriture, même s'il n'a peut-être pas maîtrisé pleinement ces savoirs¹⁹. La participation à la diplomatie royale, dans des cérémonies, au gré des correspondances ou dans des actes, faisait partie de son apprentissage du métier de gouvernant, lui garantissant l'expérience nécessaire pour assumer plus tard lui-même le rôle de roi.

Le prince fut en revanche absent de l'arbitrage d'Agreda/Torrellas (août 1304)²⁰, un événement diplomatique de grande importance sous le règne de Denis, au cours duquel le roi du Portugal fut appelé à arbitrer et à servir de médiateur dans deux conflits, le premier entre les rois de Castille et d'Aragon au sujet des droits sur le territoire de Murcie, le second entre le roi de Castille, Ferdinand IV, et son oncle, Alphonse de La Cerda, au sujet du droit de succession au royaume de Castille. Bien qu'absent, le prince héritier apparaît néanmoins, par l'intermédiaire du roi et de la reine du Portugal, comme signataire du traité, en sa qualité de successeur, et certains cadeaux diplomatiques lui furent offerts²¹. Étant donné l'importance de ces

¹⁹ SOUSA, Bernardo Vasconcelos e - *D. Afonso IV*. Lisbonne: Círculo de Leitores, 2005, p. 21.

²⁰ LOPES, Fr. Fernando Félix - "Actividades pacificadoras de Santa Isabel de Portugal, nos dissídios entre Castela e Aragão, de 1300 a 1304". *Itinerarium* 3 (1967), pp. 33-78; COSTA, María-Mercedes - "Los reyes de Portugal en la frontera castellano-aragonesa (1304)". *Medievalia* 2 (1981), pp. 27-50; MASÍÀ I DE ROS, Angels - *Relación castellano aragonesa desde Jaime II a Pedro el Ceremonioso*. vol. 1. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994, pp. 113-127; NARBONA VIZCAÍNO, Rafael (éd.) - *La Mediterrània de la Corona d'Aragó (segles XIII-XVI). VII Centenari de la Sentència Arbitral de Torrellas (1304-2004). XVIII Congrès d'Història de la Corona d'Aragó (València, 2004)*. Valence : Universitat de València; Fundació Jaume II el Just, 2005; FERRER I MALLOL, Maria Teresa - *Entre la paz y la guerra: la Corona catalano-aragonesa y Castilla en la Baja Edad Media*. Barcelona: Editorial CSIC; Institución Milá y Fontanals, 2005, pp. 111-127; PÉQUIGNOT, Stéphane - *Au nom du roi: Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *D. Dinis*, pp. 120-124; NOGUEIRA, Bernardo Sá - "Why was it nearly forgotten? The 1304 Agreda Treaty between Fernando IV of Castile and Jaume II of Aragon". *e-JPH* 10.2 (2012), pp. 1-21; ANDRADE, Maria Filomena - *Isabel de Aragão. Rainha Santa e Mãe Exemplar*. Lisbonne: Círculo de Leitores, 2012, pp. 160-165.

²¹ Selon l'historien José Augusto Pizarro: "Ao infante D. Afonso, Jaime II ofereceu um bordão com três abraçadeiras de prata dourada, decoradas com flores, um punhal com cabo em coral e incrustações de prata, um cinto vermelho e azul, com adornos prateados, uma buzina de caça em marfim com cordão de seda às cores, uma bolsa de seda verde com desenhos de figuras humanas forrada de vermelho e um fecho com pérolas, um mandil para barbear, de linho, com trabalho em fio de ouro e seda negra, verde e vermelha, fechado no decote com três botões de fio de ouro e dois em seda negra, e duas peças de brial de Chipre." PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *D. Dinis*, p. 123. Sur les offres diplomatiques faites par le roi d'Aragon lors de cette rencontre aux différents membres de la maison

événements pour l'apprentissage du comportement et du cérémoniel, comme pour la création de liens et l'affirmation de l'héritier par leur présentation et leur présence, une telle absence était-elle circonstancielle ou liée à sa majorité ? À partir de quel moment a-t-il été considéré comme majeur ?

Dans le Portugal médiéval, l'âge de la majorité des princes n'était défini selon aucune règle spécifique, mais il était admis qu'elle était atteinte à partir du quatorzième anniversaire²². La jeunesse d'Alphonse a donc pu justifier son absence, mais l'on manque d'éléments pour trancher sur ce point²³.

Ces différents éléments soulèvent plusieurs questions. Le prince agissait-il alors seulement en coordination directe avec l'action royale ? Quelle était durant cette période sa marge de manœuvre vis-à-vis du roi ? Plusieurs témoignages apportent des éléments de réponse. Une lettre datée de mai 1305, adressée par Alphonse à son oncle, le roi d'Aragon Jacques II, est particulièrement intéressante à cet égard. Elle concerne les châteaux d'Elda et Novelda, revendiqués comme lui revenant de droit par le prince (homonyme) Alphonse, oncle du successeur de la Couronne portugaise et frère du roi du Portugal, des châteaux qui, toutefois, en vertu de l'arbitrage de 1304 à Agreda/Torrellas, étaient entrés en possession du roi de Castille. À la lecture de cette seule lettre de l'héritier Alphonse, celui-ci aurait agi à la demande de son oncle, de façon supposément autonome par rapport au roi :

" Ao muyt alto e muy noble don Jame pela graça de deus Rey d aragon (...) De mjm Jnffante don Affonso filho primeiro herdeiro do muj noble Don Denis pela graça de deus Rey de Portugal e do Algarue saude (...) Rey tio sabede que o Jnffante don Affonso meu tio m enujou diser que El Rej de Castela ficou pera le entregar Elda e Nouelda aqueles seus Castelos e que ficou pera lhj dar por elos

royale portugaise, voir également : PÉQUIGNOT, Stéphane - *Au nom du roi: Pratique diplomatique*, pp. 447-450.

²² BARROS, Henrique da Gama - *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2^{ème} éd., vol. 3. Lisbonne: Sá da Costa, 1946, p. 313; OLIVEIRA, Ana Rodrigues - *A criança na sociedade medieval portuguesa: modelos e comportamentos*. Lisbonne: Teorema, 2007, p. 29.

²³ Selon Óscar Villarroel González, Alfonso, le futur Alfonso X de Castille, en tant que prince héritier, ne commença à servir directement la diplomatie de son père qu'à partir de l'âge de 22 ans. À l'âge de 16 ans, comme le souligne le médiéviste, il n'était pas encore directement impliqué dans la diplomatie, que ce soit au nom de son père ou à titre personnel. Voir à ce sujet l'article d'Óscar Villarroel González dans ce dossier thématique.

scambho. E ora enuyou mj dizer que o scambho que ficou El Rey de Castela pera lhj dar alo cessas uistas que uos e el fezeeste que nom e con entrega assi como o deuia auer. E tio Rey uos bem sabedes os deuidos que o Jnffante don Affonso comigo ha Porque uos entrego tio Rey que uos queirades que dom Affonso aia scambho per esses Castelos assi como uos sabedes que foj posto. E outrossj nom sofrades que lhj nenguu embargue as Rendas desses logares nem lhj faça hj sen razon ata que os uos aiades assj como os deuedes Auver e gradeçeruo lo ej muyto. (...) Jnffante o mando Steuam da guarda a ffes "²⁴.

Le prince agissait-il ainsi de manière autonome par rapport au roi ? La lecture complète du document et la conservation d'autres lettres également adressées au roi d'Aragon, notamment par le roi du Portugal, en font douter. En réalité, le *primogenitus* Alphonse s'inscrivait dans la continuité des actions diplomatiques du roi. Un jour après son fils, le 15 mai 1305, Denis du Portugal écrivait en effet également à Jacques II pour défendre les droits du prince Alphonse²⁵.

Non seulement les thèmes abordés dans ces lettres étaient analogues, mais le responsable de leur rédaction était le même : Estevão da Guarda. Membre de la *Curia regis*, Estevão da Guarda était un proche de Denis. Il servit comme scribe dans la chambre du roi de 1299 à la fin du règne, et a pu être considéré par certains

²⁴ ACA, C., CR, Jaime II, n. 11420 (14 mai 1305, Beira). Lettre avec marque au dos d'un sceau de cire rond.

²⁵ "Rey Jrmaão uos sabedes como ficou El Rey de Castela por uos entregar Elda e Nouelda aqueles Castelos do Jnfante don affonso meu Jrmaão e ficou El Rey de Castela pera dar scambho por els ao Jnffante don Affonso. E o scambho que ficou El Rey de Castela pera lhj dar ala eesas vistas que uos e el ouestes como y que seia muy desyqual nom a en a entrega assj como a deuia auer Porque uos Rogo Reye que uos queirades auer esses Castelos assy como uos deuedes e pera hum es deuedes auer Ca uos sabedes Rey os deuidos que o Jnffante don Affonso a comigo e outrossj sabedes ben os deuidos que dona violante ha conusco cuios os Castelos san de deryto E uos ben entendedes como os deuedes a auer que seia a sseruiço de deus e honrra deste mundo. Outrossy uos Rogo que quante das Rendas desses logares que queyrades uos que lhj nom faça hj nenguu sen razon ata que es uos iades assj como os deuedes auer e gradeçer uos ey muyto. Dante en Sanctaren quinze dias de Mayo El Rey o mandou Steuam da guarda a ffes". ACA, C., CR, Jaime II, n. 11527 (15 mai 1305, Santarém).

historiens comme secrétaire privé (*escrivão da puridade*)²⁶ avant la lettre ou comme *scriptor secretorum* du roi Denis²⁷.

Estevão da Guarda n'était pas seul en ce cas. Le plus souvent, les mêmes personnes rédigeaient des documents diplomatiques expédiés au nom du roi et du prince Alphonse. Cela apparaît très nettement pour les documents qui peuvent être datés avec précision et²⁸, plus encore, pour ceux qui traitent de questions diplomatiques spécifiques, au-delà des lettres d'état. L'on recourait à des hommes d'expérience, en qui le roi avait confiance :

Tableau 1 : Officiers chargés de la rédaction de la correspondance diplomatique du prince Alphonse (1301-1317)				
Nom	Période au service de la production de la documentation diplomatique du roi	Date de la ou des lettres diplomatiques du <i>Primogenitus</i>	Affaire	Références
Lourenço Esteves da Guarda	1303-1312	1303	Lettre d'état et de créance d'un ambassadeur du roi	ACA, C., CR, Jaime II, n. 13022
Estevão da Guarda (<i>scriptor secretorum</i>)	1300-1322	1305	Lettre d'état, concernant aussi les biens d'Elda et de Novelda	ACA, C., CR, Jaime II, n. 11420

²⁶ MORATO, Francisco Manoel Trigoso de Aragão - "Memoria sobre os escrivões da puridade dos reis de Portugal e do que a este officio pertence". *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* 12.1 (1837), pp.155-159; HOMEM, Armando Luís Carvalho - *O desembargo régio (1320-1433)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1990, pp. 111-112.

²⁷ MORATO, Francisco Manoel Trigoso de Aragão - "Memoria sobre os escrivões da puridade", p. 158; HOMEM, Armando Luís Carvalho - "Um Aragonês na Corte Portuguesa: Estêvão da Guarda". In *Portugal nos Fins da Idade Média. Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisbonne: Livros Horizonte, 1990, pp. 57-92; HOMEM, Armando Luís Carvalho - *O desembargo régio*, pp. 296-297; MARTINS, Miguel Gomes - "Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda". *Cadernos do Arquivo Municipal (1ª série)* 3 (1999), pp. 10-60; NETO, Cláudio - "Pois cata per u m'espeite" (B 1314;V 919): The Order of Alcântara and the Luso-Castilian war of 1336-1338". In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (éd.) - *Entre Deus e o Rei: O mundo das Ordens Militares*. vol. 1. Palmela: Município de Palmela; GEsOS, 2018, pp. 458-459; MARTINS, Diana - "Diplomatic Practices and Administration".

²⁸ De nombreuses lettres produites sur ordre ou au nom du prince ne sont pas datées. Cette situation n'est pas propre à la documentation ordonnée par Alphonse. Elle concerne de nombreux documents de la pratique diplomatique portugaise de cette période. MARTINS, Diana - "Diplomatic Practices and Administration". Il en allait de même dans d'autres chancelleries royales européennes de l'époque. Pour le cas anglais, voir CHAPLAIS, Pierre - *English diplomatic practice in the Middle Ages*. Londres: Hambledon and London, 2003, pp. 147-148.

Tableau 1 : Officiers chargés de la rédaction de la correspondance diplomatique du prince Alphonse (1301-1317)				
Nom	Période au service de la production de la documentation diplomatique du roi	Date de la ou des lettres diplomatiques du <i>Primogenitus</i>	Affaire	Références
Afonso Raimundo	1305-1306	1311-1312	Lettre pour donner compte de l'intercession du prince auprès du roi du Portugal en faveur du roi d'Aragon; Lettre de connaissance	ACA, C., CR, Jaime II, n. 13442; ACA, C., CR, Jaime II, n. 03249
Estevão Peres	pas d'information	1312	Lettre de créance d'un ambassadeur du roi au pape, l'archevêque de Braga	ACA, C., CR, Jaime II, n. 12448
João Domingues	1312-1322	1312	Serment de l'héritier de respecter les dispositions concernant les châteaux donnés en otage dans l'arbitrage du roi d'Aragon.	ACA, C., CR, Jaime II, n. 11861

Au moins pour la production de ces documents, l'autonomie du prince était donc relative, et il semble que le roi ait exercé un contrôle sur les instruments produits par l'intermédiaire de ses propres officiers²⁹. D'une certaine manière, cela lui permettait de préserver ses intérêts. L'une des lettres produites durant cette période témoigne ainsi d'une action coordonnée entre le roi et son successeur. En réponse à une lettre de Jacques II d'Aragon, datée de 1311 et concernant l'attribution par le souverain pontife au fils du roi d'Aragon, Jean, de bénéfices ecclésiastiques au Portugal, en Aragon et en Castille, le prince héritier du Portugal assurait que ces bénéfices, dès qu'ils seraient disponibles, seraient garantis au prince : "*Prazeria muyto al Rey meu padre e a mjm e fariamos hy aquilo que devyamos*

²⁹ Ce besoin de contrôler la documentation diplomatique adressée aux princes et produite par eux n'était pas exclusifs du Portugal, comme le montrent d'autres articles de ce dossier thématique.

pera se cumprir"³⁰. En d'autres termes, Alphonse s'engageait non seulement en son nom propre, mais aussi au nom de son père, le roi du Portugal.

Malgré le contrôle que tentait d'exercer le roi sur son action diplomatique, le prince héritier devenait sur la scène politique portugaise un acteur important. Il tissait des réseaux de confiance, de loyauté et d'amitié. Bénéficiant d'une certaine autonomie, il intercédait en faveur de potentiels alliés et interlocuteurs auprès du souverain³¹.

L'examen des seings et des sceaux utilisés par le roi et son fils pour fermer, valider et authentifier les lettres diplomatiques s'avère également utile dans cette approche comparatiste³². Il existe en effet de nettes différences entre le sceau du roi Denis (fig. 1) et celui de son héritier, le prince Alphonse (fig. 2). Même si sa correspondance est conditionnée par les interférences des officiers de confiance de son père, l'autorité du prince, même symbolique, se manifestait donc par l'utilisation d'un sceau personnel qui l'identifiait et le différençait du roi.

³⁰ ACA, C., CR, Jaime II, n. 13442 (21 décembre 1311, Santarém).

³¹ Dans une lettre au roi d'Aragon, Alphonse certifiât ainsi qu'il resterait toujours à sa disposition et qu'il avait intercédé à la demande de Jacques II auprès de Denis du Portugal sur la question de l'arbitrage de 1312 : "en razon daquelle ffeyto sobre que enuyastes al Rey meu padre que me Roguades que eu que o galasse com el en guisa que lhj prouguesse diso poer en vossa mão por vijr per vos este feito de bem e assossego como deuya. Rey sabede que eu que o faley com el Rey meu padre en aquela guisa que me enuyastes Rogar". ACA, C., CR, Jaime II, n. 03249 (2 mai 1312, Coimbra). Sur l'arbitrage diplomatique entre les rois de Portugal et de Castille, qui obtenu en 1312 grâce à la médiation de Jacques II d'Aragon: MARTINS, Diana - "Unsettled Borders: The Treaty of Alcañices", pp. 47-66.

³² GOMES, Saul António - *Introdução à Sigilografia Portuguesa. Guia de Estudo*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008, p. 45.

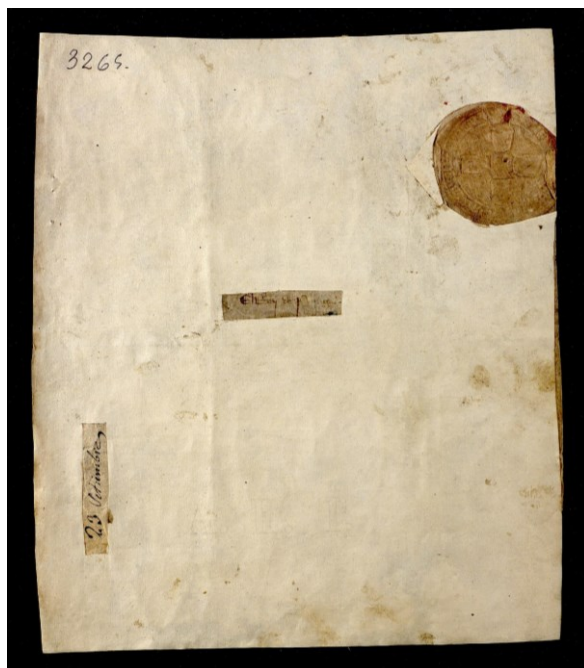


Fig. 1. Verso de la lettre close de Denis du Portugal avec son sceau de clôture. Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, Cancilleria, Cartas Reales, Jaime II, n°3265v.



Fig. 2. Verso de la lettre close d'Alphonse, prince héritier du Portugal avec son sceau de clôture. Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, Cancilleria, Cartas Reales, Jaime II, n°3249v.

Cependant, l'action diplomatique du prince héritier ne put jamais être complètement détachée de tout lien avec le roi. En réalité, c'était son lien de parenté qui lui conférait l'autorité pour agir diplomatiquement et lui permettait d'établir des

contacts avec d'autres interlocuteurs. La titulature employée dans ses lettres et actes en témoigne.

Tableau 2 : Titulature employée par le prince héritier (1301-1317)				
Désignation	Date	Destinataire	Sujet	Références
Jnfante don affonssso filho primeyro e herdeyro do muj noble don Denis pela graça Rey de Portugal e do Algarue	1303	Jacques II, roi d'Aragon	Lettre d'état et de créance d'un ambassadeur du roi.	ACA, C., CR, Jaime II, n. 13022.
Infante don Affonso filho primejro herdeiro do muj Noble don Denis por essa meesma graça Rey de Portugal e do Algarue	1305	Jacques II, roi d'Aragon	Droits de propriété de son oncle Alphonse, suite à l'arbitrage d'Agreda/Torrellas (1304). Lettre d'état.	ACA, C., CR, Jaime II, n. 11420.
Jnfante don affonso vosso sobrinho filho primeiro herdeyro do muy noble Don Denis pela graça de deus Rey de Portugal e do Algarve	1311	Jacques II, roi d'Aragon	Arrivée d'ambassadeurs aragonais à propos des bénéfices épiscopaux obtenus par Juan de Aragón, fils du roi d'Aragon, à la curie pontificale. Engagement d'assurer au prince aragonais des dignités ecclésiastiques au Portugal.	ACA, C., CR, Jaime II, n. 13442.
Infante Dom Affonso filho primeyro herdeyro do muy noble Don Denis pela graça de deus Rey de Portugal e do Algarue	1312	Toutes les personnes qui voient la lettre	Serment de sauvegarde des châteaux en otage lors de l'arbitrage pour résoudre la contestation du Traité d'Alcañices (1312).	ACA, C. Pergaminos de Jaime II, carp. 178, n. 2935.

Tableau 2 : Titulature employée par le prince héritier (1301-1317)

Désignation	Date	Destinataire	Sujet	Références
Jnfante don Affonso filho primeiro herdeyro do muy noble Don Denjs pela graça de deos Rey de Portugal e do Algarue	1312	Jacques II, roi d'Aragon	Confirmation de l'arrivée de la charte et de son interception au nom de Jacques II d'Aragon, auprès du roi du Portugal; lettre de créance en faveur d'un ambassadeur du roi du Portugal envoyé à la curie pontificale.	ACA, C., CR, Jaime II, n. 3249; ACA, C., CR, Jaime II, n. 12448.

Tableau 2: Titulature employée par le prince héritier (1301-1317)

Tableau 3: Désignation du *primogenitus* du Portugal dans les documents qui lui sont envoyés (1301-1317)

Désignation	Date	Expéditeur	Sujet	Références
al muy noble e muy honrado infant don Alfonso, filo del muy alto rey de Portugal	1300	Jacques II, roi d'Aragon	Lettre de créance et d'état.	ACA, C., reg. 334, fol. 5v.
al muy noble e muy honrado infant don Alfonso, fillo del muy noble e muy honrado don dionjs Rey de Portugal, buen sobrino nostro	1302	Jacques II, roi d'Aragon	Lettre d'état.	ACA, C., reg. 334, fol. 51v.
al muy noble e honrado Jnfant don alfonso fyo del muy alto Rey de portogal caro sobrino nostro	1303	Jacques II, roi d'Aragon	Lettre de créance et d'état.	ACA, C., reg. 334, fol. 105v.
al muyt noble e muyt honrrado el Jnfant don Alfonso fillo heredero del Rey de portogal caro sobrino nuestro	1303	Jacques II, roi d'Aragon	Lettre de créance et remerciement pour le soutien du <i>primogenitus</i> à la reine de Portugal.	ACA, C., reg. 334, fol. 121r.

Tableau 3: Désignation du <i>primogenitus</i> du Portugal dans les documents qui lui sont envoyés (1301-1317)				
Désignation	Date	Expéditeur	Sujet	Références
al muy noble e muy honrado Infante don Alfonso fillo primero e heredero del muy noble Rey de Portugal	1308-1309	Jacques II, roi d'Aragon	Lettre de confirmation de réception d'une lettre de créance du prince héritier ; lettre d'état.	ACA, C., reg. 140, fol. 151r; ACA, C., reg. 238, fol. 74v.
al muy noble e muy honrado infante don Alfonso fijo primero heredero del muy noble Rey de Portugal, muy caro sobrino nuestro	1313-1314	Jacques II, roi d'Aragon	Lettre de créance et d'état; Lettre de créance, question de la princesse Eleonore.	ACA, C., reg. 337, fol. 193.
Alphonso primogenito regis Portugaliae	1316	Pape Jean XXII	Collecte des dîmes dans le royaume du Portugal.	AAV, Reg. Vat. 63, ep. 411 cur.

Tableau 3: Désignation du primogenitus du Portugal dans les documents diplomatiques qui lui sont envoyés (1301-1317)

Note : il n'est pas tenu compte ici des copies dans les registres de chancellerie, notamment aragonais, où la titulature présente dans le document n'est pas développée.

La titulature utilisée par le prince, pour laquelle nous ne disposons d'informations concrètes qu'à partir de 1303, est restée relativement stable (**Tableau 2**). Alphonse se présentait comme le premier fils légitime du roi du Portugal, et donc l'héritier de la Couronne. En revanche, la manière dont il est désigné dans les lettres qui lui sont adressées a évolué (**Tableau 3**). Ce fut seulement à partir de 1303, une fois atteint l'âge de 14 ans, que l'infant commença à être désigné comme le prince héritier du roi du Portugal. Jusqu'alors, il n'était mentionné que comme le fils du roi. Seconde évolution remarquable : d'après les informations disponibles, à partir de 1308, Alphonse fut désigné non seulement comme héritier, mais aussi, à l'instar de la

titulature employée pour se présenter, comme premier fils légitime et héritier du roi.

Au moins jusqu'en 1317, il existait une forme de collaboration entre le prince et le roi afin de garantir les intérêts diplomatiques royaux. Le prince servait la stratégie du roi et le faisait en tant que successeur et héritier. Cela transparaît de manière évidente dans le serment prêté en 1312³³ par le prince Alphonse, au moment de l'arbitrage aragonais du conflit entre la Castille et le Portugal, résultant de la dispute sur l'interprétation du traité d'Alcañices.

"Eu Jnfante Dom Affonso filho primeyro herdeyro do muy noble Don Denis pela graça de deus Rey de Portugal e do Algarue faço saber que como o dicto meu padre desse os Castelos de Sortelha de Castel mendo e de Segura em arrefans ao muy noble Dom Jayme pela graça de deus Rey d Aragon. (...) per mandado de dito meu padre (...) O Jnfante o mandou Joham Dominguez "³⁴.

Par ce serment, le prince Alphonse, en tant qu'héritier et successeur de la Couronne, garantissait que les châteaux portugais étaient retenus en otage par le roi d'Aragon jusqu'à ce que le différend qui les opposait fût résolu. Il s'agissait d'un engagement de la maison royale à respecter ce qui avait été convenu, une garantie indépendante du détenteur du pouvoir qui, en associant le roi et l'héritier à l'engagement, donnait une plus grande solidité à ce qui avait été convenu et permettait un accord durable. Ceci démontre l'effort réalisé pour assurer l'action diplomatique de l'héritier et sa participation au service du roi, mais aussi pour le placer dans la continuité et au service de la maison royale.

Rébellion, accusation et soutien de la reine Isabelle (1317-1324)

"Rey ssabede que alguuns sse trabalharom aca de ffazer contra mjm e contra ho meu estado Cousas Maas desaguisadas. E eu tiuo por bien de uo lo enujar dizer

³³ MARTINS, Diana - "Unsettled Borders: The Treaty of Alcañices", pp. 47-66.

³⁴ ACA, C., Pergaminos, Jaime II, carp. 178, n. 2935 (22 avril 1312, Leiria).

porque ssey que uos pesara en E o portador desta carta uos mostrara este ffeyto em Como passou"³⁵.

Cependant, cette coopération diplomatique entre le roi et l'héritier subit un revers à partir de 1317, lorsque le prince, à l'âge de 26 ans³⁶, se rebella. La tension entre le père et le fils perdura ensuite jusqu'aux dernières années du règne de Denis³⁷.

Comme l'a souligné Björn Weiler, la rébellion des princes héritiers contre leur père était un phénomène relativement courant dans l'Europe médiévale³⁸. Dans le cas du prince Alphonse, les éventuels documents dans lesquels le prince aurait pu consigner les arguments et les accusations justifiant sa rébellion ne sont pas

³⁵ ACA, C., CR, Jaime II, n. 11861 (24 juin 1318, Coimbra).

³⁶ L'âge du prince, qui attendait depuis longtemps d'accéder au pouvoir, aurait-il également contribué à l'escalade du conflit avec son père ? Bien que cela soit possible, nous ne pouvons pas l'affirmer avec certitude.

³⁷ LOPES, Fr. Fernando Félix - "Santa Isabel de Portugal. A larga contenda entre el-rei D. Dinis e seu filho D. Afonso". *Itinerarium* 4.1 (1953), pp. 34-41; LOPES, Fr. Fernando Félix - "Santa Isabel na contenda entre D. Dinis e o filho 1321-1322". *Lusitania Sacra* 8 (1967), 57-80; OLIVEIRA, António Resende de; MONTEIRO, João Gouveia; ANTUNES, José - "Conflitos Políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. Estado da Questão". *Revista de História das Ideias* 6 (1984), pp. 25-160; MATTOSO, José - "A Guerra Civil de 1319-1324". *Portugal Medieval: novas interpretações*. Lisbonne: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984, pp. 293-308; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor - *D. Dinis*, pp. 176-183, 189-200; ANDRADE, Maria Filomena - *Isabel de Aragão. Rainha Santa*, pp. 171-183; VAIRO, Giulia Rossi - "Isabelle d'Aragon, reine du Portugal, «constructrice de la paix» durant la guerre civile (1317-1322)? Étude critique des sources portugaises et des Regesta Vaticana". In SOT, Michel (éd.) - *Médiation, paix et guerre au Moyen Âge. Actes du 136e Congrès national des sociétés historiques et scientifiques, «Faire la guerre, faire la paix»* (Perpignan, 2011). Paris: Editions du CTHS, 2012, pp. 97-107; MARTINS, Diana - "One Portuguese Rebel Heir: Arguments, Reasoning and Diplomatic Logics (1317-1324)". In JOBSON, Adrian; KERSEY, Harriet; MCKELVIE, Gordon (éds.) - *Rebellion in Medieval Europe*. Suffolk: Boydell and Brewer, 2024 (en cours d'impression).

³⁸ Parmi les exemples de princes héritiers que s'opposant ouvertement à leur père (rois et empereurs), on peut citer, dans le Saint-Empire romain germanique, la rébellion du prince Liudolf contre son père, l'empereur Otto Ier (Xe siècle), et celle du prince Henri contre l'empereur Frédéric II (1232-35) ; en Angleterre, la rébellion de Roberth Curthose, fils aîné, contre le roi Guillaume le Conquérant (1077-79) ou du fils aîné, Henri (dit le Jeune Roi), contre Henri II (1173-83) ; pour la Castille, le prince Sanche contre Alphonse X de Castille (1282-84) ; et au Portugal, le fils aîné Alphonse (futur Alphonse IV) contre son père Denis (1317-24), qui fait l'objet de cet article, ou le fils aîné Pierre contre Alphonse IV (1355-56). Cette diversité, ainsi que les similitudes et les différences entre certains cas, ont déjà été examinées dans plusieurs études comparatives : KRÜGER, Karl Heinrich - "Herrschaftsnachfolge als Vater-Sohn-Konflikt". *Frühmittelalterliche Studien* 12 (1978), pp. 422-432; WEILER, Björn - "Kings and Sons: Princely Rebellions and the Structures of Revolt in Western Europe, c.1170-c.1280". *Historical Research* 82.215 (2009), pp. 17-40; HARTMANN, Florian - "Thronfolgen im Mittelalter zwischen Erbe und Wahl, zwischen Legitimität und Usurpation, zwischen Kontingenz und (konstruierter) Kontinuität". In BECHER, Matthias (éd.) - *Vorträge und Forschungen : Die mittelalterliche Thronfolge im europäischen Vergleich*. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag der Schwabenverlag AG, 2017, pp. 449-467.

conservés. L'examen de son activité diplomatique permet néanmoins de pallier ce déficit³⁹.

Pour écarter son demi-frère et s'assurer de la tutelle de la justice du royaume, le prince utilisa des documents falsifiés afin d'obtenir des soutiens internes, mais aussi externes. La correspondance échangée avec l'Aragon laisse apparaître la stratégie utilisée par l'héritier rebelle. Alphonse tenta tout d'abord de gagner le soutien et la sympathie du roi d'Aragon en accusant son père de ne pas rendre une justice équitable, même dans les cas pour lesquels il disposait de preuves écrites. Pour étayer cette affirmation, l'ambassadeur du prince présenterait des copies de (faux) documents à la cour aragonaise. Cela lui permettrait de démontrer qu'il était lésé en raison de la prédilection de son père pour un autre fils. En réaction à ces allégations, le roi d'Aragon, qui n'avait pas encore reçu les copies des documents attestant le déroulement de l'enquête et la mise en oeuvre de la justice, réprimanda le roi du Portugal et l'exhorta à exécuter et à garantir l'application de la justice, quels que fussent les coupables. Il semblait agir conformément aux faits rapportés, n'ayant que peu ou pas de connaissance réelle de ce qui se déroulait sur la scène portugaise. Le moment choisi pour la réponse et le fait que le roi du Portugal ait envoyé un ambassadeur muni de sa propre défense quelques jours plus tard, suggèrent que le prince Alphonse essayait d'obtenir le soutien le plus large possible avant que le souverain portugais ne livrât sa version des faits. Fut-ce aussi une raison pour laquelle le prince incita Jacques II à utiliser son réseau pour informer le pape des événements et des actions du roi ? Nous ne sommes pas en mesure de le déterminer. En tout cas, comme le roi, le prince a utilisé des documents pour prouver ses allégations. Même si, en l'occurrence, il n'a pas été possible de localiser ces pièces, il paraît logique qu'elles aient effectivement été présentées au roi d'Aragon.

L'action de l'héritier ne peut néanmoins être analysée sans prendre en compte la reine. Contrairement à ce qui a longtemps été soutenu en raison de son aura de sainteté, la reine a eu un rôle pertinent dans ce conflit, allant bien au-delà de sa

³⁹ Cette question est développée dans un chapitre en cours de publication: MARTINS, Diana - "One Portuguese Rebel Heir: Arguments".

fonction supposée de médiatrice, en contribuant elle-même à favoriser la discorde⁴⁰. Ayant une relation difficile avec son mari⁴¹, comme le suggère la documentation, la reine a souvent agi à titre personnel et individuel, en opposition claire avec les stratégies du roi ou même contre les intérêts du Portugal. L'éloignement de la reine par rapport au roi et les mauvaises relations qu'ils entretenaient pourraient-ils justifier une telle attitude ? Bien que nous ne puissions donner une réponse concrète à cette question, elle encouragea et soutint en tout cas la rencontre diplomatique du prince Alphonse avec la reine de Castille, à Fuente Guinaldo en 1319, alors que le roi du Portugal et certains membres de la noblesse castillane s'y opposaient⁴². Par ailleurs, tout au long du conflit, elle favorisa le soutien à la cause du prince contre celle du roi, soit en apportant une aide financière, soit en hébergeant le prince et ses partisans dans ses domaines, soit en lui transmettant des informations sur la circulation de la cour et des hôtes royaux, soit encore en partageant avec son fils les mêmes ambassadeurs et messagers⁴³ (distincts de ceux du roi), afin que les messages et les arguments de son fils soient transmis et entendus. Après l'exil auquel elle fut contrainte par Denis en raison de son aide à l'héritier, Isabelle envoya ses ambassadeurs au pape, très probablement pour l'informer de la situation du royaume, en particulier de son propre cas, ainsi que pour se plaindre des

⁴⁰ Bien qu'elle ait connu des évolutions, la perception de l'action de la reine dans ce conflit a été profondément conditionnée par l'hagiographie qui lui a été consacrée, *Vida e milagres de dona Isabel, Rainha de Portugal: texto do século XIV restituído à sua presumível forma primitiva e acompanhado de notas explicativas*. Éd. José Joaquim Nunes. Coimbra : Imprensa da Universidade, 1921, et qui a servi de source à diverses chroniques, notamment la *Crónica de D. Dinis* écrite par Rui de Pina, et la *Crónica de 1419*.

⁴¹ Des études plus récentes ont présenté une image moins idyllique de la " Sainte reine de Portugal " : DIAS, Nuno Pizarro - "Dinis e Isabel : uma difícil relação conjugal e política". *Revista Portuguesa de História* 31.2 (1996), pp. 129-165 ; Giulia Rossi Vairo suggère même que le rôle de la reine pourrait avoir été la raison pour laquelle ce couple royal n'a pas été enterré au même endroit. VAIRO, Giulia Rossi - "Isabelle d'Aragon, reine du Portugal, p. 104 ; COELHO, Maria Helena da Cruz - "Esboço sobre a vida e obra da Rainha Santa Isabel". *Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos* 18 (2003), pp. 25-33 ; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *D. Dinis*, pp. 189-194, 230-235 ; ANDRADE, Maria Filomena - *Isabel de Aragão. Rainha Santa*, pp. 166-183.

⁴² Dans une lettre adressée à son frère Jacques II d'Aragon, elle aurait demandé au roi d'intercéder auprès du prince Pierre de Castille pour que l'héritier de la couronne portugaise rencontre la reine de Castille, María de Molina. ACA, C., reg. 245, fol. 97v (22 février 1319, Barcelone). Pour plus de détails sur son implication dans cet épisode : MARTINS, Diana - "One Portuguese Rebel Heir: Arguments".

⁴³ En 1321, Nadal Lopes puis Estevão Eanes furent envoyés comme ambassadeurs et messagers du prince Alphonse et de la reine du Portugal en Aragon, pour traiter, bien que d'un autre sujet, de la question de la querelle d'héritage avec le roi Denis. ACA, C., reg. 246, fols 272r-272v (12 septembre 1321, Torroella de Montgrí).

agissements de son mari. Cela incita le pape à envoyer des bulles et son légat apostolique pour rétablir la paix et la concorde dans le royaume.

Tout en bénéficiant de l'appui de la reine, sa mère, le prince Alphonse adopta une approche diplomatique personnalisée et ciblée. Les lettres de demande de soutien que le prince envoyait au prince héritier et au roi d'Aragon en fournissent un bon exemple. D'après les réponses à l'un de ses messages, dont les brouillons et les copies ont survécu⁴⁴, il apparaît que les lettres du prince portugais, bien que similaires dans sa première partie dans laquelle le rebelle défend sa position et argumente pour sa défense, présentait de substantielles différences de contenu.

Dans la lettre adressée au roi d'Aragon, il sollicitait spécifiquement de son oncle un appui diplomatique, pour contenir les supposées avancées militaires de la Couronne de Castille et faire connaître son point de vue et ses arguments aux membres de la curie pontificale. Par la même occasion, avec la lettre de demande d'aide qu'il adresse à l'héritier d'Aragon, procureur général de ce royaume et alors chargé de préparer l'expédition militaire pour conquérir la Sardaigne, il cherchait à susciter l'empathie de son homonyme en lui demandant expressément de l'aide militaire pour faire face à d'éventuels assauts castillans, lancés pour aider le roi Denis du Portugal. En vertu de son statut, l'infant aragonais devait compatir à la situation du prince portugais. Alphonse formulait des demandes spécifiques à chacun, probablement afin de s'assurer le plus grand soutien possible à sa cause.

Sa tentative s'avéra infructueuse, puisque la lettre de réponse fut finalement révisée et mûrement réfléchi par le roi d'Aragon, afin d'éviter d'aggraver le conflit et de contrarier Alphonse.

Autre fait important : tout au long du conflit, le prince héritier portugais demanda à de nombreuses reprises au roi d'Aragon d'user de ses vastes réseaux de contacts pour transmettre au pape⁴⁵ sa version des événements. La raison de cette insistance

⁴⁴ ACA, C., reg. 247, fols 32bis-33 (17 mars 1322, Tortosa); fol. 44. (29 mars 1322, Tortosa).

⁴⁵ " A lo al que nos rogavades que enviássemos al Papa e a los cardenales nuestros amigos dezir e recontar esto fecho de esta discordia, vos respondemos que lo faremos muy de grado e luego con huenos mandaderos e honrados ". LOPES, Fernando Félix - "Santa Isabel na contenda", pp. 69-70.

n'est pas explicitée dans la documentation, mais elle a pu avoir pour but de faire réagir le pape, soit pour l'impliquer comme médiateur dans le conflit, soit pour l'inciter à déposer et à destituer le roi, ce que le pontife avait légalement la faculté de faire. Ou bien s'agissait-il seulement d'obtenir le soutien du pape contre son père? Les informations dont nous disposons ne permettent pas d'apporter une réponse concrète.

Il y eut donc une troisième phase de relation, marquée par des conflits et pendant laquelle, nécessairement, l'action diplomatique du prince prit un caractère plus indépendant⁴⁶. Cependant, la titulature qu'il utilisait et la manière dont les interlocuteurs extérieurs s'adressaient à lui⁴⁷ ne semblent pas avoir changé par rapport à la période précédente, le prince continuant à communiquer en sa qualité de prince héritier de la couronne portugaise : " Iffante Dom Affonso filho primeyro herdeyro do muy noble Dom Denis"⁴⁸.

La vision d'une relation exclusivement conflictuelle entre le roi et son fils durant cette période suscite donc le doute. N'est-elle pas aussi conditionnée par la lecture des événements dans les chroniques, par l'état des sources documentaires conservées ? Peut-on garantir qu'il n'y eut alors que des conflits, sans coopération ? À l'heure actuelle, et avec les données disponibles, il faut reconnaître que la réponse n'est pas tout à fait claire.

L'action diplomatique de l'héritier de la couronne portugaise après le conflit et durant les dernières années du règne de Denis est assez mal documentée. Une lettre du roi d'Aragon à l'un de ses officiers, datée de novembre 1324⁴⁹, précise qu'Alphonse avait envoyé un ambassadeur en Aragon pour régler un conflit avec certains marchands castillans. Il a donc entrepris une action diplomatique.

⁴⁶ Nous disposons de très peu de documents diplomatiques produits durant cette période directement sur l'ordre du prince Alphonse. Deux personnes chargées de produire ses lettres, João Afonso (1320) et Vicente Eanes (1321), ont pu être identifiées.

⁴⁷ Voir par exemple l'adresse employée pour le désigner dans une lettre du prince héritier d'Aragon : " Infante don alfonso primogenito del muy alto don Dionis por la graça de dios rey de Portugal e del algarbe ". ACA, C., reg. 247, fol. 44 (29 mars 1322, Tortosa).

⁴⁸ ACA, C., CR, Jaime II, n. 13026 (4 décembre 1321, Coimbra).

⁴⁹ ACA, C., reg. 184, fol. 177v (8 novembre 1324, Lérida).

Néanmoins, l'information ne permet pas de clarifier s'il agissait au service du roi pour résoudre ce problème, ou s'il assumait déjà certaines prérogatives de son père qui mourut peu de temps après, en janvier 1325.

Conclusion

D'abord agent ou instrument des intérêts diplomatiques du roi et de la couronne, comme Denis lui-même l'avait été en tant qu'héritier auparavant, Alphonse devint ensuite, à sa majorité, un acteur plus impliqué dans les échanges en tant qu'héritier de la couronne, tout en restant soumis au contrôle direct de son père à travers ses officiers. Dans un troisième temps, d'autonomie évidente, sans pour autant jamais cesser d'agir en sa qualité de prince héritier, Alphonse développa une diplomatie de rupture et d'opposition à celle du roi, et fut à cette fin soutenue par la reine-mère.

La participation du prince portugais à la diplomatie, notamment à la diplomatie royale, obéissait à une double logique. Pour le roi, la participation indirecte ou directe de l'héritier servait à renforcer et à garantir la continuité de ses intérêts et de ses ambitions diplomatiques. Cela lui permettait par ailleurs de conditionner l'action du prince de manière favorable à ses intérêts. Pour Alphonse en revanche, la participation diplomatique était une forme d'éducation, un moyen de développer des contacts et des liens, une façon de consolider sa place sur la scène politique en tant que successeur. C'était aussi une capacité qu'il possédait en raison de sa qualité de fils et héritier du roi. De la sorte, même dans les moments de confrontation, il ne pouvait pas s'autonomiser complètement par rapport au souverain, son père.

Références bibliographiques

Sources

Sources manuscrites

Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón [ACA], Cancilleria [C], Cartas Reales [CR], Jaime II, n° 3249; 11420; 11527; 11861; 12448; 13022; 13442.

Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón [ACA], Cancilleria [C], Pergaminos, Jaime II, carp. 178, n. 2935.

Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón [ACA], Cancilleria [C], Registros [reg.] 140, 184, 238, 245-247, 334, 337.

Vatican, Archives Apostoliques du Vatican, Reg. Vat. 63, ep. 411 cur.

Sources imprimées

As gavetas da Torre do Tombo. vol. 9: *Gaveta 18, maços 7-13*. Éd. António da Silva Rego. Lisbonne: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971.

Crónica de Portugal de 1419. Éd. Adelino de Almeida Calado. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1998.

Crónica Geral de Espanha de 1344. 3^{ème} éd.. 4 vols. Éd. Luís Filipe Lindley Cintra. Lisbonne: Academia Portuguesa da História/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2009.

Documentos de Bonifacio VIII (1294-1303) referentes a España. Éd. Santiago Domínguez Sánchez. León: Universidad de León, 2006.

Memorias de D. Fernando IV de Castilla. vol. 1. Éd. António Benavides. Madrid: Imprenta de José Rodríguez Biblioteca Digital de Castilla y León, 1860.

PINA, Rui de – *Crónica D. Dinis: segundo o códice inédito n° 891 da Biblioteca Pública Municipal do Porto seguida da versão actualizada da Edição Ferreiriana de 1726*. Porto: Livraria Civilização Editora, 1945.

Vida e milagres de dona Isabel, Rainha de Portugal: texto do século XIV restituído à sua presumível forma primitiva e acompanhado de notas explicativas. Éd. José Joaquim Nunes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1921.

Études

ANDRADE, Maria Filomena – *Isabel de Aragão. Rainha Santa e Mãe Exemplar*. Lisbonne: Círculo de Leitores, 2012.

ARIAS GUILLÉN, Fernando – "Family Matters: Marriage Strategy and the Strengthening of Royal Authority in Castile during the Reign of Alfonso XI (1312-1350)". *Viator* 47.1 (2016), pp. 293-311.

ARIAS GUILLÉN, Fernando – *The triumph of an accursed lineage. Kingship in Castile from Alfonso X to Alfonso XI (1252-1350)*. Abingdon: Routledge, 2021.

BARROS, Henrique da Gama – *História da administração pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 1^{ère} éd., vol. 1, Lisbonne: Imprensa Nacional, 1885.

BARROS, Henrique da Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. 2^{ème} éd., vol. 3. Lisbonne: Sá da Costa, 1946.

BENHAM, Jenny – *Peacemaking in the Middle Ages. Principles and practice*. Manchester, New York: Manchester University Press, 2011.

BROKE, Richard – *The medieval idea of marriage*. Oxford: Oxford University Press, 1989.

CHAPLAIS, Pierre – *English diplomatic practice in the Middle Ages*. Londres: Hambledon and London, 2003.

COELHO, Maria Helena da Cruz – "Esboço sobre a vida e obra da Rainha Santa Isabel". *Monumentos: Revista Semestral de Edifícios e Monumentos* 18 (2003), pp. 25-33.

COSTA, María-Mercedes – "Los reyes de Portugal en la frontera castellano-aragonesa (1304)". *Medievalia* 2 (1981), pp. 27-50.

DIAS, Nuno Pizarro – "Dinis e Isabel : uma difícil relação conjugal e política". *Revista Portuguesa de História* 31.2 (1996), pp. 129-165.

DIGGELMANN, Lindsay – "Marriage, peace, and enmity in the Twelfth century". *Common Knowledge* 22.2 (2016), pp. 237-255.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa – "Notes sobre la conquesta del Regne de Múrcia per Jaume II (1296-1304)". In *Homenatge a la memoria del Prof. Dr. Emilio Saez (1917-1988). Aplec d'estudis dels seus deixebles i col.laboradors*. Barcelone: Institución Milá y Fontanals, 1989, pp. 27-44.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa – *Entre la paz y la guerra: la Corona catalono-aragonesa y Castilla en la Baja Edad Media*. Barcelone: Editorial CSIC; Institución Milá y Fontanals, 2005.

GAIBROIS RIAÑO, Mercedes – *Historia del Reinado de Sancho IV de Castilla*. vol. 3. Madrid: Boletín Oficial del Estado, Real Academia de la Historia, 2019.

GIESEY, Ralph E. – *Le Rôle méconnu de la loi Salique. La succession royale xiv^e - xvi^e siècles*. Paris: Les Belles Lettres, 2006.

GOMES, Saul António – *Introdução à Sigilografia Portuguesa. Guia de Estudo*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2008.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Alfonso X el Sabio (1254-1282)*. Palencia: Diputación Provincial de Palencia y La Olmeda, Corona de España, Reyes de Castilla y León, 1993.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – "Castilla y León en el siglo de los tratados: del tratado de Cabrerros al de Alcañices (1206-1297)". In BOLAÑOS DONOSO, Piedad; DOMÍNGUEZ GUZMÁN, Aurora; REYES PEÑA, Mercedes de los (éds.) – *Homenaje al profesor Klaus Wagner: geh hin und lerne*. vol. II. Séville: Universidad de Sevilla, 2007, pp. 635-656.

GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César – *Fernando IV de Castilla (1295-1312)*. Gijón: Ediciones Trea, 2017.

HARTMANN, Florian – "Thronfolgen im Mittelalter zwischen Erbe und Wahl, zwischen Legitimität und Usurpation, zwischen Kontingenz und (konstruierter) Kontinuität". In BECHER, Matthias (éd.) – *Vorträge und Forschungen : Die mittelalterliche Thronfolge im europäischen Vergleich*. Ostfildern: Jan Thorbecke Verlag der Schwabenverlag AG, 2017, pp. 449-467.

História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1-2.15: *IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As relações de fronteira no século de Alcañices* (1998).

HOMEM, Armando Luís Carvalho – "Um Aragonês na Corte Portuguesa: Estêvão da Guarda". In *Portugal nos Fins da Idade Média. Estado, Instituições, Sociedade Política*. Lisbonne: Livros Horizonte, 1990, pp. 57-92.

HOMEM, Armando Luís Carvalho – *O desembargo régio (1320-1433)*. Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade do Porto, 1990.

HUGHES, Diane Owen – "From brideprice to dowry in Mediterranean Europe". *Journal of Family History* 3 (1978), pp. 262-296.

KRÜGER, Karl Heinrich – "Herrschaftsnachfolge als Vater-Sohn-Konflikt". *Frühmittelalterliche Studien* 12 (1978), pp. 422-432.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – "La formación de la frontera de Portugal y el tratado de Alcañices (siglos XII-XIII)". *Boletín de la Real Academia de la Historia* 194.3 (1997), pp. 425-458.

LOPES, Fr. Fernando Félix – "Actividades pacificadoras de Santa Isabel de Portugal, nos dissídios entre Castela e Aragão, de 1300 a 1304". *Itinerarium* 3 (1967), pp. 33-78.

LOPES, Fernando Félix – "Santa Isabel de Portugal. A larga contenda entre el-rei D. Dinis e seu filho D. Afonso". *Itinerarium* 4.1 (1953), pp. 34-41.

LOPES, Fernando Félix – "Santa Isabel na contenda entre D. Dinis e o filho 1321-1322". *Lusitania Sacra* 8 (1967), pp. 57-80.

MARTÍN MARTÍN, José Luís – "La tierra de las "contienas" notas sobre la evolución de la raya meridional en la Edad Media". *Norba: Revista de História* 16.1 (1996), pp. 277-293.

MARTINS, Diana – "Unsettled Borders: The Treaty of Alcañices (1297), its Contestation Process in 1312, and its Consequences. A New Perspective". *MEMSA Journal* 4 (2022), pp. 47-66.

MARTINS, Diana – "Diplomatic Practices and Administration in Portugal between 1279 and 1325: The Reign of Dinis, a Cornerstone?". In FARIA, Tiago Viúla de (éd.) – *State-Making and Diplomacy in Europe, 1050-1550*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024 (en cours d'impression).

MARTINS, Diana – "One Portuguese Rebel Heir: Arguments, Reasoning and Diplomatic Logics (1317-1324)". In JOBSON, Adrian; KERSEY, Harriet; MCKELVIE, Gordon (éds.) – *Rebellion in Medieval Europe*. Suffolk: Boydell and Brewer, 2024 (en cours d'impression).

MARTINS, Miguel – "Da Esperança a S. Vicente de Fora: Um percurso em torno de Estêvão da Guarda". *Cadernos do Arquivo Municipal (1ª série)* 3 (1999), pp. 10-60.

MASIÀ I DE ROS, Angels – *Relación castellano aragonesa desde Jaime II a Pedro el Ceremonioso*. vol. 1. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1994.

MATTOSO, José – "A Guerra Civil de 1319-1324". *Portugal Medieval: novas interpretações*. Lisbonne: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984, pp. 293-308.

MEDINA GARCÍA, Eusebio – "Orígenes históricos y ambigüedad de la frontera hispano-lusa (La Raya)". *Revista de estudios extremeños* 62.2 (2006), pp. 713-723.

MORATO, Francisco Manoel Trigoso de Aragão – "Memoria sobre os escrivães da puridade dos reis de Portugal e do que a este officio pertence". *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa* 12.1 (1837), pp. 153-218.

NARBONA VIZCAÍNO, Rafael (éd.) – *La Mediterrània de la Corona d'Aragó (segles XIII-XVI). VII Centenari de la Sentència Arbitral de Torrellas (1304-2004). XVIII Congrès d'Història de la Corona d'Aragó (València, 2004)*. Valence : Universitat de València; Fundació Jaume II el Just, 2005.

NETO, Cláudio – "'Pois cata per u m'espeite" (B 1314;V 919): The Order of Alcântara and the Luso-Castilian war of 1336-1338". In FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira (éd.) – *Entre Deus e o Rei: O mundo das Ordens Militares*. vol. 1. Palmela: Município de Palmela; GEsOS, 2018, pp. 455-468.

NOGUEIRA, Bernardo Sá – "Why was it nearly forgotten? The 1304 Agreda Treaty between Fernando IV of Castile and Jaume II of Aragon". *e-JPH* 10.2 (2012), pp. 1-21.

O Tratado de Alcanices e a importância histórica das terras de Riba Côa: Actas do Congresso Histórico Luso-Espanhol. Lisbonne: Universidade Católica Portuguesa, 1998.

OLIVEIRA, Ana Rodrigues – *A criança na sociedade medieval portuguesa: modelos e comportamentos*. Lisbonne: Teorema, 2007.

OLIVEIRA, António Resende de; MONTEIRO, João Gouveia; ANTUNES, José – "Conflitos Políticos no Reino de Portugal entre a Reconquista e a Expansão. Estado da Questão". *Revista de História das Ideias* 6 (1984), pp. 25-160.

PARDAL, Diana Sousa Costa – *A diplomacia hispânica medieval: tratados de paz e de fronteira entre 1065 e 1312*. Porto: Universidade do Porto, 2020. Master Thesis.

PÉQUIGNOT, Stéphane – *Au nom du roi: Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *D. Dinis*. Lisbonne: Círculo de Leitores, 2005.

POWER, David – *The Norman frontier in the Twelfth and Early Thirteenth centuries*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

RODRIGUES, Ana Maria S. A. – "Casamentos régios da Idade Média: um feixe de problemas". In RODRIGUES, Ana Maria S. A.; SILVA, Manuela Santos; FARIA, Ana Leal de (éds.) – *Casamentos da Família Real Portuguesa: Diplomacia e Cerimonial*. Lisbonne: Círculo de Leitores, 2017, pp. 35-56.

SÁNCHEZ HERRERO, José (éd.) – *El Tratado de Alcañices. Ponencias y comunicaciones de las Jornadas conmemorativas del VII centenario del Tratado de Alcañices (1297-1997)*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques, 1999.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *D. Afonso IV*. Lisbonne: Círculo de Leitores, 2005.

VAIRO, Giulia Rossi – "Isabelle d'Aragon, reine du Portugal, «constructrice de la paix» durant la guerre civile (1317-1322)? Étude critique des sources portugaises et des Regesta Vaticana". In SOT, Michel (éd.) – *Médiation, paix et guerre au Moyen Âge. Actes du 136e Congrès national des sociétés historiques et scientifiques, «Faire la guerre, faire la paix» (Perpignan, 2011)*. Paris: Editions du CTHS, 2012, pp. 97-107.

WEILER, Björn, "Kings and Sons: Princely Rebellions and the Structures of Revolt in Western Europe, c.1170-c.1280". *Historical Research* 82.215 (2009), pp. 17-40.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

MARTINS, Diana – “De l'obéissance à la révolte ? L'Action diplomatique d'Alphonse, prince héritier de Denis du Portugal (1291-1325)”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 195-225. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 36 | Julho – Dezembro 2023

ISSN 1646-740X

**Le rôle des *primogènits* aragonais
dans la conquête du *Regnum Sardiniae et Corsicae*
(1323-1421)**

**The role of the Aragonese primogènits
in the conquest of the *Regnum Sardiniae et Corsicae*
(1323-1421)**

Vannina Marchi van Cauwelaert

Université de Corse – UMR 6240 LISA
Bâtiment Edmond Simeoni, avenue Jean Nicoli,
20250 CORTE

Marchi_v@univ-corse.fr
<https://orcid.org/0000-0003-1980-8205>

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Outubro de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 19 de Abril de 2024

DOI : <https://doi.org/10.4000/medievalista.8353>

RÉSUMÉ

Entre 1323 et 1421, le “*fet de Sardenya*” et la conquête de la Corse furent l’un des principaux problèmes auquel les rois d’Aragon furent confrontés. Au cœur d’une longue guerre contre la Commune de Gênes, la domination des îles fut en effet l’un des enjeux de la diplomatie aragonaise. La difficile conquête du *Regnum Sardiniae et Corsicae* impliqua aussi bien les rois d’Aragon que leurs princes héritiers, de sorte que son étude offre un bel éclairage sur l’éventail des relations, allant de la soumission au conflit ouvert, entre les rois et leurs *primogènits*, au sein de la Couronne d’Aragon.

Mots clés: Diplomatie, conquêtes, Couronne d’Aragon, îles, princes héritiers.

ABSTRACT

Between 1323 and 1421, the “*fet de Sardenya*” and the conquest of Corsica were one of the main issues the king of Aragon had to face. In the midst of a long war against the Commune of Genoa, the domination of the islands was one of the key issues in Aragonese diplomacy. The difficult conquest of the *Regnum Sardiniae et Corsicae* involved both the kings of Aragon and their Crown princes. This study sheds light upon the range of relations, from submission to revolt, between the kings and their *primogènits* within the Crown of Aragon.

Keywords: Diplomacy, conquests, Crown of Aragon, islands, Crown Princes.



En 1297, la bulle *Super reges et regna* réunissait la Corse et la Sardaigne au sein d'un nouveau royaume vassal du pape, inféodé à Jacques II d'Aragon¹. Conçu pour compenser la perte du royaume de Sicile, qui devait être restitué aux Angevins², ce nouveau royaume ne connut une première réalité qu'en 1323, lorsque Jacques II en entreprit la conquête, après en avoir porté le titre théorique pendant plus de vingt ans³. Confiée à l'Infant Alphonse, devenu, de fait, le *primogénit* aragonais suite à la renonciation au trône de son frère aîné⁴, la conquête de la Sardaigne fut un moment de parfaite collaboration entre le roi et son héritier. De nombreux documents illustrent le dialogue permanent entre Alphonse et son père⁵, dont il était le représentant en Sardaigne avec le titre de " lieutenant " ⁶. Longuement décrite dans les chroniques de Muntaner⁷ et de Pierre le Cérémonieux⁸, la conquête de la Sardaigne par Alphonse met en exergue l'attitude d'obéissance exemplaire d'un *primogénit* aragonais envers son père. Les chroniques exaltent ainsi la valeur militaire exceptionnelle de l'Infant, en proie aux attaques de la malaria, et son esprit de sacrifice. Un modèle qui semble avoir été déterminant dans l'attitude des

¹ La bulle d'inféodation a été publiée dans SALAVERT Y ROCA, Vicente – *Cerdeña y la expansión mediterránea de la Corona de Aragón*. vol. II: *Documentos*. Madrid : Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1956, doc. XXI, pp. 22-29. L'on trouvera une analyse de la cérémonie d'investiture et des tractations diplomatiques l'ayant précédée dans PÉQUIGNOT, Stéphane – " Le "premier voyage à Rome" de Jacques II d'Aragon ". In GUENÉE, Bernard; MOEGLIN, Jean-Marie (dir.) – *Relations, échanges, transferts en Occident au cours des derniers siècles du Moyen Âge, hommage à Werner Paravicini*. Paris : Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 2011, pp. 135-164.

² Sur les négociations diplomatiques ayant abouti à la création du *Regnum*, voir SALAVERT Y ROCA, Vicente – *El tratado de Anagni y la expansión mediterránea de la Corona de Aragón*. Saragosse : Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1952.

³ Les longs préparatifs diplomatiques de la conquête de la Sardaigne par Jacques II ont été analysés en détail dans SALAVERT Y ROCA, Vicente – *Cerdeña y la expansión mediterránea de la Corona de Aragón*. vol. I. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1956.

⁴ Le cas de l'Infant Jacques et de sa renonciation au trône ont été au cœur des travaux du séminaire de Stéphane Péquignot à l'École Pratique des Hautes Études, durant l'année 2021-2022 et 2022-2023. Les résultats sont en voie de publication.

⁵ Une grande partie de cette documentation a été publiée dans ARRIBAS PALAU, Antonio – *La conquista de Cerdeña por Jaime II de Aragón*. Barcelone : Instituto Español de Estudios Mediterráneos, 1952.

⁶ Représentant eux-mêmes l'autorité du *primogénit* en son absence, les premiers gouverneurs de Sardaigne portèrent également le titre de lieutenant avant d'être désignés comme vice-roi sous le règne d'Alphonse V.

⁷ *Crònica de Ramon Muntaner*. Éd. Ferran Soldevila. *Les Quatre grans Cròniques*. Rév. Jordi Bruguera ; Maria Teresa Ferrer i Mallol. Barcelone : Institut d'estudis catalans, 2011.

⁸ *Crònica de Pere III el Cerimoniós*. Ed. Ferran Soldevila. *Les quatre grans Cròniques*. Rév. Jordi Bruguera ; Maria Teresa Ferrer i Mallol. Barcelone: Institut d'estudis catalans, 2014.

successeurs de Jacques II et d'Alphonse en Sardaigne. Au nom des difficultés de la conquête et des nombreux morts qu'elle avait causés, les souverains aragonais s'employèrent à conserver l'île envers et contre tout, en y menant une longue guerre, aux conséquences désastreuses pour les finances royales, dans laquelle s'impliquèrent tous les *primogènits*⁹. La question sarde se trouve dès lors au cœur de la réflexion sur la diplomatie des princes héritiers dont elle éclaire notamment les aspects militaires. La guerre de Sardaigne permet en outre d'étudier les relations entre souverains et *primogènits* aragonais dans la durée, en offrant un échantillon significatif allant de l'étroite collaboration au conflit ouvert.

Nous nous intéresserons donc au rôle confié aux *primogènits* par les souverains aragonais dans la conquête du royaume de Sardaigne et de Corse, de la naissance du *Regnum* sous le règne de Jacques II (1323), à sa pacification définitive sous les règnes de Martin l'Humain et d'Alphonse le Magnanime. En nous appuyant sur les chroniques, reflet du discours royal et de la mémoire dynastique¹⁰, nous montrerons d'abord comment la conquête de la Sardaigne par l'Infant Alphonse donna naissance à un modèle théorique : celui du prince héritier victorieux à la guerre, en raison de son obéissance totale à son père. Une image visant à masquer l'échec diplomatique réel du prince héritier, qui ne parvint pas à construire une paix durable dans l'île. En contrepoint de cette représentation de la soumission du *primogènit* au roi, exaltée par Pierre le Cérémonieux dans son *Livre*, nous étudierons les relations conflictuelles de ce dernier avec l'Infant Jean, et leurs conséquences sur la pacification du royaume de Sardaigne. Enfin, nous évoquerons la conquête définitive de l'île sous le règne de Martin l'Humain, qui met en scène un *primogènit* aragonais, lui-même roi de Sicile, soumis à son père jusqu'au sacrifice. Ce qui nous conduira à nous interroger sur la rupture introduite par l'avènement des Trastamare.

⁹ Pour une analyse du point de vue interne de la guerre de Sardaigne, voir GALLINARI, Luciano – “The Catalans in Sardinia and the transformation of Sardinians into a political minority in the twelfth to the fifteenth centuries”. *Journal of Medieval History* 45-3 (2019), pp. 347-359 qui remet en question la lecture ancienne de Francesco Cesare Casula, CASULA, Francesco Cesare - *La Sardegna aragonese*. Sassari: Chiarella, 1990.

¹⁰ CINGOLANI, Stefano Maria – *La memòria dels reis. Les quatre grans cròniques*. Barcelone : Editorial Base, 2012.

I. La conquête de la Sardaigne comme apprentissage de la guerre et de la diplomatie sous le contrôle étroit du roi : l'Infant Alphonse

La chronique de Muntaner offre un témoignage vivant de la décision soudaine, prise en 1322 par Jacques II, de conquérir le royaume de Sardaigne et de Corse, après en avoir porté le titre depuis 1297:

Il est certain que le seigneur roi Jacques d'Aragon, voyant que ses fils étaient grands, élevés et bons, convoqua un parlement dans la cité de Gérone, où furent présents le seigneur roi Sanche de Majorque et tous les barons de Catalogne. Et là il rendit public le fait qu'il chargeait son fils, l'Infant Alphonse, de conquérir le royaume de Sardaigne et de Corse, dont il devait être le possesseur, car il lui paraissait à lui et à ses gens, que c'était une honte de ne point le conquérir, alors qu'il portait le titre de roi depuis si longtemps¹¹.

L'entreprise est donc d'abord présentée comme une mission confiée par le souverain à son fils, ce dernier ayant atteint l'âge requis - une vingtaine d'années - pour entreprendre une telle conquête en lieu et place de son père, âgé de 55 ans. Or, en 1322, Alphonse venait d'être nommé prince héritier en substitution de son frère aîné, qui avait renoncé au royaume pour entrer dans les ordres en 1319¹². Le succès de l'entreprise était donc crucial pour restaurer l'honneur aragonais qui avait été quelque peu affaibli par la renonciation de l'Infant Jacques. La conquête devait en outre permettre à l'Infant Alphonse de s'initier au métier de roi, à travers la guerre et la diplomatie.

¹¹ "Veritat és que el senyor rei En Jacme d'Aragon veé sos fills grans e alts e bons ; e manà corts a la ciutat de Gerona, en les quals fo lo senyor rei En Sanxo de Mallorca e tots los barons de Catalunya. E aquí publicà's que de tot en tot trametés son fill, l'infant N'Anfós, a conquistar lo regne de Sardenya e de Còrsega, qui seu deu ésser, per ço con li paria, a ell e a ses gents, que li era gran càrrec con no el conquistava, pus havia tant de temps que se n'escrivia rei." *Crònica de Ramon Muntaner*, pp. 444-445.

¹² Sur cette renonciation, outre MARTÍNEZ FERRANDO, Josep Ernesto - *Jaime II de Aragon. Su vida familiar*. 2 vols. Barcelone: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1948, voir les renouvellements et les nombreux documents apportés par JUNCOSA BONET, Eduard; CINGOLANI, Stefano Maria - "Un delicado equilibrio de poderes en el tablero peninsular. Las relaciones de María de Molina con Jaime II y su progenie (1319-1321)". In ARIAS GUILLÉN, Fernando; REGLERO DE LA FUENTE, Carlos M. - *María de Molina : gobernar en tiempos de crisis (1264-1321)*. Madrid : Dykinson, 2022, pp. 147-180.

Alors que Muntaner reste évasif sur les motivations de Jacques II, la construction de la chronique de Pierre le Cérémonieux¹³ établit clairement un lien entre le renoncement de l'Infant Jacques, la nomination d'Alphonse en tant qu'héritier, et la décision de conquérir la Sardaigne. Tout se passe comme si l'exploit militaire, attendu d'Alphonse, devait effacer la tache née du renoncement de son frère aîné. De même que Jacques Ier avait compensé la défaite de son père à Muret en s'emparant de Majorque¹⁴, Alphonse devait se rendre maître de la Sardaigne afin de renforcer le prestige de la Couronne d'Aragon sur la scène internationale¹⁵. À travers cette conquête, l'Infant Alphonse devait expérimenter jusque dans sa chair les sacrifices nécessaires à la fonction royale. À cet égard, le discours de Jacques II à son fils, juste avant son départ en Sardaigne, tel qu'il est rapporté par Pierre IV dans son *Livre*, est particulièrement éclairant :

Et alors que le roi Jacques était dans ledit lieu de Portfangós, pour donner les instructions au seigneur infant Alphonse sur les affaires de la conquête dont il avait la charge, il fit devant tous les prélats, les barons, les richommes, les chevaliers, et d'autres qui devaient participer au voyage, un long sermon bien ordonné afin d'informer son fils, ledit seigneur infant, de ce qu'il convenait de faire durant la conquête, en lui donnant de nombreux conseils, au sujet de nombreuses péripéties qui pourraient advenir durant la conquête, parmi lesquels il lui donna les trois ordres suivants :

La première chose qu'il lui dit, fut qu'il lui transmettait un privilège, que notre seigneur Dieu par sa grâce et sa miséricorde, avait fait à la Maison d'Aragon, lequel privilège était scellé d'une bulle d'or, et était clair et net et non corrompu en aucune chose, et qui était que la bannière de la maison royale d'Aragon ne

¹³ Sur cette chronique mettant en scène la figure royale de Pierre le Cérémonieux, voir PÉQUIGNOT, Stéphane – “ Un chemin de roi : Pierre IV d'Aragon dans son Livre ”. In MONNET, Pierre ; SCHMITT, Jean-Claude – *Autobiographies souveraines*. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2012, pp. 179-199.

¹⁴ Dans sa chronique autobiographique, le roi Jacques le Conquérant décrit la conquête de Majorque comme le plus grand exploit de tous les temps, *Llibre dels feits del rei En Jaume*. Éd. Ferran Soldevila. *Les Quatre grans Cròniques*. Rév. Jordi Bruguera ; Maria Teresa Ferrer i Mallol. Barcelone : Institut d'estudis catalans, 2007, pp. 127-199.

¹⁵ Alphonse le Bénin était âgé de vingt-quatre ans lorsqu'il entreprit la conquête de la Sardaigne, il pouvait ainsi être comparé à Jacques le Conquérant, qui avait conquis Majorque à seulement vingt-et-un an. Pierre le Cérémonieux, de son côté était âgé de 36 ans lorsqu'il intervint personnellement en Sardaigne. Jean I^{er}, quant à lui, était âgé d'une trentaine d'années lorsqu'il commença, en tant que prince héritier, à envisager de mener une offensive dans l'île, et un peu moins de quarante ans lors de son ultime tentative (1389), en tant que roi.

fut jamais vaincue ni arrachée du camp, à l'exception il est vrai de ce qui fut perdu une fois par folie, voulant dire par là, par le roi Pierre, roi d'Aragon et seigneur de Montpellier, qui par sa folie fut tué à Muret. Et il recommanda à son fils de faire en sorte que ledit privilège revienne et demeure ainsi, fort et bon comme il le lui avait confié. La seconde, que dans chaque conquête accomplie par le passé par des grands souverains, il y avait eu des batailles, et comme son fils faisait ladite conquête avec la légitimité de la sainte Église de Rome, il devait savoir et être convaincu que la volonté de Dieu lui amènerait la victoire dans ledit royaume de Sardaigne et que pour cette conquête, il devrait mener bataille sur bataille. Et il lui donna ce conseil : " Fils, quand vous serez au combat, vous attaquerez le premier avec force et puissance : ou mourir ou vaincre, ou vaincre ou mourir, ou mourir ou vaincre ". Et ainsi il répéta trois fois. La troisième chose qu'il lui dit fut : " Fils, il est souvent arrivé qu'une bataille se gagne grâce à l'ingéniosité d'un chevalier ; c'est pourquoi, lorsque vous irez au combat, ayez tous vos chevaliers. Et s'il en manque un, attendez-le pour deux raisons : la première, parce qu'il pourrait vous donner un conseil essentiel pour gagner la bataille ; la seconde, parce que vous lui procureriez grand déplaisir s'il ne participait pas à la gloire d'une bataille victorieuse, comme les autres qui y seraient ". Et ayant fait et achevé ledit sermon, le seigneur roi Jacques signa et bénit son fils et lui donna de la part de Dieu sa grâce et bénédiction, et il autorisa chacun à se préparer à quitter Portfangós pour se rendre dans ledit royaume de Sardaigne¹⁶.

¹⁶ "E, estant lo dit senyor rei en Jacme en lo dit lloc de Portfangós, per donar doctrina al dit senyor infant N'Anfós sobre los afers de la conquesta qui li era comanada, féu, en presència de tots los dits prelats, barons, rics hòmens, cavallers e altres, qui devien seguir lo dit viatge, sermó llarg e ben ordenat segons que es pertanyia, informant lo dit senyor infant, fill seu, sobre ço que fer devia en los afers de la dita conquesta, e donant-li consell de moltes coses qui es podien esdevenir sobre los afers de la dita conquesta, entre els quals consells li manà tres coses següents :la primera que li dix, que ell li comanava un privilegi, lo qual nostre Senyor Déus, per la sua gràcia e misericòrdia, havia fet a la casa d'Aragó, lo qual era bollat ab bolla d'aur, e era clar e net e no corromput ne viciat en res, ço és, que la bandera de la casa reial d'Aragó null temps fon vençuda ne arrencada de camp, salvant que fon ver que se'n perdé una per sa follia, e volc-ho dir per lo rei En Pere, rei d'Aragó e senyor de Montpeller, qui per sa follia fon mort a Morell. E manà al dit fill seu que li era ben menester que el dit privilegi li tornàs e li retés així sencer e bo com li havia comanat. La segona, que era cert que en totes les conquestes qui s'eren fetes en temps passat per los grans senyors del món eren entrevingudes batalles, e, com lo dit fill seu faés la dita conquesta ab just títol de la santa Esgleia de Roma, devia presumir e pensar que ab la volentat de Déu aconseguiria victòria del dit regne de Sardanya e que sobre aquella conquesta hauria batalla o batalles. E féu-li aital manament : " Fill, com serets en la batalla, ferits primer esforçadament e poderosa ; o morir o vençre, o vençre o morir, o morir o vençre ". E açò dix tres vegades. La tercera fon, ço és, que li dix : " Fill, trobat s'és moltes vegades que, per seny d'un cavaller, se guanyava una batalla ; perquè vós, com deurets venir a la batalla, hajats tots los vostres cavallers. E, si n'hi havia algun qui en fallís, esperats-lo per dues raons : la primera, car

Le sermon de Jacques II n'est pas évoqué par Muntaner, qui demeure la principale source historiographique sur la conquête de la Sardaigne, et semble donc plutôt relever d'une tradition familiale et dynastique qui aurait été transmise à Pierre le Cérémonieux par son propre père. Cette tradition sera d'ailleurs reprise par Martin l'Humain dans un discours prononcé lors des *Corts catalanes* de Perpignan (1406)¹⁷.

Les conseils de Jacques II livrent une vision de la défaite de Muret, mettant directement en cause la responsabilité du roi Pierre II, qui sert ici de contre-modèle à l'attitude que doit suivre l'Infant Alphonse. Ce dernier devait préserver le privilège divin d'invincibilité accordé à la Maison d'Aragon¹⁸, en remportant une nouvelle victoire¹⁹. Pour encourager son fils, Jacques II lui rappela que la Sardaigne lui avait été inféodée par le pape, soulignant ainsi le caractère juste et légitime de ladite conquête, placée directement sous la protection divine. En outre, l'Infant devait savoir profiter des conseils de ses compagnons et ne pas commettre l'erreur de son aïeul qui n'avait pas attendu certains de ses chevaliers à Muret. Au total, le discours de Jacques II plaçait donc son fils face à l'honneur de la *Casa d'Aragó*, ce dernier n'avait d'autre choix que de " vaincre ou mourir ". À travers les chroniques, la conquête de la Sardaigne fait ainsi figure de rite de passage ayant permis au prince héritier de devenir roi.

per aquell porïets haver lo consell dit és de guanyar la batalla ; l'altra, que li farïets gran minva que no hagués glòria de la batalla vencedora, així com lo altres qui hi serien ". E, fet e complit lo dit sermó, lo senyor rei En Jacme senyà e beneí lo dit fill seu e li donà de part de Déu la sua gràcia e benedicció, e llicencià tot hom de recollir-se e de partir del dit Portfangós per passar al dit regne de Sardenya." *Crònica de Pere III el Cerimoniós*, p. 46.

¹⁷ CAWSEY, Suzanne – *Kingship and propaganda. Royal eloquence and the Crown of Aragon*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 98.

¹⁸ CIOPPI, Alessandra – *Le strategie dell'invincibilità : Corona d'Aragona e Regnum Sardiniae nella seconda metà del Trecento*. Cagliari: ISEM, 2014.

¹⁹ Comme l'a souligné Stefano Maria Cingolani, cette conscience de l'honneur dynastique transparait clairement de la correspondance et de la chronique de Pierre IV. On en trouve une parfaite illustration dans une lettre adressée aux conseillers de Barcelone en 1383 : " Car, començàn primerament al rey n'Amfòs, qui fo primer rey d'Aragó et comte de Barchelona ens[e]mps, aquest féu molts nobles fets. E, après ell, en Pere, son fill, fo ab lo rey de Castella en la batalla d'Úbeda, en [la] qual fo vençador. Despuys, son fill, l[o] rey en Jacme, c[o]nquerí los regn[e]s de Mallorques et de València. E, après ell, lo rey en Pere, [s]on fill, conquerí lo regne de Sicília, gitant-ne lo rey Carles; et cobrà la terra que havia perduda deçà mar e-n gità lo rey de Ffrança et los altres seus enemics. Consegüentment, lo rey n'Amfòs, son fill, tolch lo regne de Mallorques a son oncle, et la illa de Manorcha als moros; e aquest fo lo primer qui tench a sos sotsmesos Corts generals; e puy donà fi a les guerres de Ffrança et de Castella qui li concorrien ensemps. Après, nostre avi féu de bons fets; e, ell vivent, son fill, nostre pare, conquerí lo regne de Cerdenya". *Epistolari del rei Pere el Cerimoniós*. Ed. Stefano Maria Cingolani. Barcelone : Editorial Barcino, 2019, p. 35.

Dans la chronique de Muntaner, le récit de la victoire de Lucocisterna contre les Pisans fait écho au sermon imputé à Jacques II dans la chronique de Pierre IV, notamment un passage relatif à la bannière aragonaise :

Et lorsque les sept cavaliers sur douze, virent que cinq d'entre eux étaient morts de la main du seigneur Infant, et qu'ils virent les exploits qu'il accomplissait, ils se mirent d'accord pour se jeter ensemble sur lui et le faire tomber de cheval. Et ils firent ainsi, et tous ensemble ils se précipitèrent sur le cheval de l'Infant et le tuèrent, et de même ils tuèrent le cheval de son porte-étendard, et la bannière tomba à terre [...] et alors que l'Infant était au sol, son épée s'envola de ses mains, et il n'en conserva qu'une partie, l'autre moitié s'étant brisée et n'oubliant pas qui il était, l'Infant se descella de son cheval qui était au-dessus de lui, en faisant preuve d'une force et d'un courage dignes du meilleur cavalier du monde, et il s'empara de la dague qu'il avait à la ceinture, et voyant sa bannière à terre, et la dague à la main, il souleva sa bannière, la redressa et la brandit bien haut. Alors un de ses cavaliers, nommé Berenguer de Boxadors, mit pied à terre, alla prendre la bannière et céda son cheval à l'Infant. Celui-ci monta à cheval et remit la bannière à un cavalier. Ayant relevé la bannière, il vit les sept cavaliers devant lui, parmi lesquels il reconnut Orrigo l'Allemand. Et avec son poignard il fondit sur lui et le frappa si fort à la poitrine qu'il le transperça. Ce dernier tomba mort et ne put jamais rentrer en Allemagne pour raconter la bataille²⁰.

²⁰ “ E, con los set cavallers dels dotze veeren que els cinc n'eren morts per mà del senyor infant, e veeren les meravelles que ell faïa, acordaren-se que ferissen tots en lo cavall del senyor infant e que el metessen en terra. E així ho faeren, que tots set ensem brocaren e van-li matar lo cavall, e lo senyor infant ab lo cavall ensem anà'n en terra; e en aquell punt mateix mataren lo cavall al seu banderer, e la senyera fo caüda en terra. E, con lo senyor infant fo en terra, l'espaa li volà de la mà, al caure, de la qual no tenia pus de la meitat, que l'altra meitat n'havia anada, que havia fets dos trosses. E no oblidà pas en què era, ans se deseixí de la sell e del cavall, que li jaïa dessus, així con aquell qui era molt fort e delliure e ab lo major cor de fet d'armes que cavaller qui en el món sia, e va trer lo bordó que portava cint; e veé la sua senyera en terra, e ab lo bordó en la mà va llevar la sua senyera, e la dreçà e la tenc abraçada. E, sobre açò, un cavaller seu, per nom En Berenguer de Boixadors, va avallar del cavall e va prendre la senyera e lliurà lo cavall al senyor infant; e lo senyor infant muntà tantost e féu pendre la senyera a un cavaller. E, con hac la senyera llevada, ell se veé davant los set cavallers e regonec Orrigo, tudesc; e ab lo pom del bordó al pits va brocar envers ell e va-li tal colp donar per mig del pits, qua d'altra part lo li passà; e caec en terra mort, sí que jamés no el calgué tornar en Alemanyia a contar noves d'esta batalla”. *Crònica de Ramon Muntaner*, p. 462.

Conformément aux instructions de son père, l'Infant Alphonse avait défendu la bannière et l'honneur de la Maison d'Aragon, en combattant le premier et en s'appuyant sur ses chevaliers. Il avait ainsi vaincu les Pisans²¹.

Dans les chroniques, l'Infant Alphonse laisse donc à la postérité l'image d'un prince victorieux et s'inscrit dans la galerie des modèles royaux aragonais prestigieux aux côtés de Jacques le Conquérant, héros de la conquête de Majorque. Notons que dans son *Livre*, son fils Pierre le Cérémonieux prit bien soin de ne pas mentionner la révolte de Sassari et la rupture de la paix par les Pisans, seulement quelques mois après le départ de l'Infant. L'évocation des exploits guerriers d'Alphonse permit ainsi d'atténuer l'échec cuisant de son action diplomatique. Dès les premières négociations de paix, les critiques furent nombreuses aussi bien dans l'entourage royal qu'à la cour pontificale²². La paix conclue par l'Infant Alphonse était jugée fragile et chacun se préparait à un retour de la guerre, ce qui ne manqua pas d'arriver quelques mois plus tard. Muntaner lui-même, dans son sermon adressé au souverain aragonais, inséré juste avant le récit de la conquête mais écrit à posteriori, formulait quelques critiques sur l'expédition de Sardaigne²³. Selon ce dernier, l'Infant Alphonse aurait commis deux erreurs principales : suivre les conseils d'Ugone d'Arborea, en attaquant d'abord Villa di Chiesa²⁴, dont les 7 mois de siège

²¹ Alphonse entreprend lui-même le récit des combats dans une lettre à son père datée de Cagliari, le 1^{er} mars 1324 : " Finis dicti belli fuit quia perierunt in campo de inimicis nostris ultra trecentos equites inter quos erant ducentos de melioribus quos ipsi duxerant et sunt nobiscum aliqui equites Theutonici de illis qui dum eramus in obsidione Villae Ecclesia ad nos transiverant et fuerunt nobiscum in bello ; qui dicunt quod cognoverant in campo jacentes tres comites Alamanie ; quorus unus habebat vassallos equites millia in terra sua et vocatus comes Xalemberch et est consanguineus ducis Bavarie, alter vocatur comes Laneberch qui posset habere mille ducentos equites in terra sua, tercius vocatur Xaffer. Dicit unus de dicti Theutonicis qui sunt nobiscum quod vidit predictos tres comites in terra jacentes et clamantes ac dicentes isti : " veni nos juvare " ". ARRIBAS PALAU, Antonio – *La conquista de Cerdeña*, doc. LXIII, pp. 406-407.

²² Le 6 juillet 1324, Ferrer de Abella informait le roi du jugement que cette paix suscitait à la curie : " de Pisanorum pace et concordia satis amicus et regii devoti gaudent, set de modo concordie dicte pacis predictus amicus et regii devoti non consolantur nec contentatur, cum dictam pacem reputent bonam et utilem pro Pisanis, set minus bonam et securam regie magestati, precipue cum dicti Pisani astuti et sagaces ac inimici occulti remanere habeant in Sardinia [...] ". FINKE, Heinrich – *Acta aragonensia : quellen zur deutschen, italienischen, französischen, spanischen, zur kirchen - und kulturgeschichte aus der diplomatischen korrespondenz Jaymes II (1291-1327)*. vol. II. Leipzig : Rothschild, 1908, pp. 624-625.

²³ *Crònica de Ramon Muntaner*, pp. 446-457.

²⁴ Dans une lettre écrite à son arrivée en Sardaigne, en juin 1323, Alphonse expliquait à son père avoir suivi les conseils du juge d'Arborea : " [...] et litteram ipsius judicis per quam significabat nobis quod ipsi consulebat omnino quod nos deberemus appellere ad portum Palme de Sulcis prope Ville Ecclesiarum per viginti quinque miliaria ; eo quod locus Ville Ecclesiarum est munitus et stabilitus

décimèrent les armées aragonaises en proie à la malaria²⁵; avoir accordé foi à la parole des “gens de la Commune”, c’est-à-dire les Pisans et les Génois. En filigrane, le prince héritier faisait donc figure de jeune homme inexpérimenté, à la fois mauvais chef de guerre et piètre diplomate. Un regard critique que confirment les documents d’archives qui soulignent l’échec diplomatique d’Alphonse en Sardaigne²⁶.

Contrairement à l’image construite par Pierre le Cérémonieux dans son *Livre*, la conquête de la Sardaigne par l’Infant Alphonse ne fut pas une réelle victoire : non seulement les morts furent nombreux parmi les troupes royales mais encore la paix fut-elle des plus précaires. Or si le roi insista sur la mémoire de cet événement, ce fut sans doute pour deux raisons principales : souligner l’importance de la possession de la Sardaigne pour l’honneur de la Couronne d’Aragon, afin de valoriser sa propre offensive dans l’île en 1355, qu’il décrivit en détail au chapitre V²⁷; livrer un modèle de relation idéale entre père et fils, alors qu’il était lui-même en proie à la désobéissance de son héritier²⁸.

II. Pierre le Cérémonieux et son *primogènit* face à la guerre de Sardaigne : une diplomatie en concurrence

Jusqu’en 1377, les documents montrent la parfaite collaboration entre Pierre le Cérémonieux et l’Infant Jean, au sujet du *Regnum Sardiniae et Corsicae*²⁹. C’est ainsi

per Pisanos, et quod cum tota gente nostra agredederemur potenter dictum locum quod procul dubio haberemus, domino concedente [...]”. ARRIBAS PALAU, Antonio – *La conquista de Cerdeña*, pp. 396-398.

²⁵ Dans une ambassade au roi du Portugal datée de mars 1325, Jacques II invoquait les effets de la malaria sur l’armée royale comme la principale cause du renoncement de l’Infant Alphonse à la conquête de la Corse : “[...] e porque la gent del senyor infant havia avido muytas enfermedades et muertas en Sardenya, et dubdando hombre de periglo de su persona, el dito senyor infant hovo de acuerdo, por les dites enfermedades, et ahun por mengua de lo que les era menester a los aferes que havían muyto durado, que pues havia la isla de Sardenya avida, que sobresseyesse de enantar a haver la isla de Córsega antró a adelante”. Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Reg. 339, f. 173v-174r.

²⁶ ARRIBAS PALAU, Antonio – *La conquista de Cerdeña*, pp. 254-256.

²⁷ *Crònica de Pere III el Cerimoniós*, pp. 291-327.

²⁸ TESIS I MARCA, Rafael – *Pere el Cerimoniós i els seus fills*. Barcelone : Ediciones Vincens Vives, 1957 ; *Epistolari del rei Pere*, pp. 20-26.

²⁹ Comme le révèle une lettre de Pierre le Cérémonieux à son fils: “Molt car primogènit, fem-vos saber que ací és estat a nos lo noble n’Arrigo de la Rocha, comte de Còrcega, ensemps ad dos

qu'en juillet 1377, l'Infant Jean, après avoir reçu une ambassade du comte de Corse, Arrigo della Rocca, écrivait en son nom et celui de son père aux "consiliaris et populo insule Corsice"³⁰:

Nous avons reçu vos lettres, dans lesquelles vous exprimez votre grande dévotion et appartenance naturelle, et nous les avons comprises ainsi que ce que Arrigo della Rocca, comte de Corse, et nos fidèles Opizzo de Balonia, chevalier, et Guido, archiprêtre de Mariana, vos compatriotes et ambassadeurs, nous ont expliqué en votre nom. Nous vous répondons que le seigneur roi notre père et nous-mêmes avons pourvu et pourvoyons, avec l'aide de Dieu, à notre et votre honneur et utilité dans l'île de Corse, de telle manière que, en combattant vos ennemis, nous vous maintiendrons dans vos libertés et honneurs et vous protégerons par la force des attaques et offenses des ennemis, comme le comte et les ambassadeurs pourront eux-même vous l'expliquer oralement de notre part. Datée de Gérone, le dernier jour de juillet 1377³¹.

D'un commun accord, le roi et son *Primogènit* décidèrent de soutenir le comte Arrigo della Rocca, en lui fournissant une galère avec laquelle il devait surveiller le détroit corso-sarde³². Il s'agissait ainsi de défendre les possessions aragonaises dans le nord

missatgers que la comunitat de la dita illa nos ha tramesos, et nos havem-lo desembargat segons que porets ab ell saber. E com lo dit noble haja deliberat et bé d'anar a vós per fer-vos reverència abans que se'n torn en Còrcega, pregam-vos, car fill, que'l reebats graciosament axí com se pertany a la vostra honor, et que l'amets al mils et pus tost que porets, de guisa que breument se'n puxa tornar et fer ab acabament los afers que ha començats. Lo dit noble no és cavaller, mas hay dos cavaller(s) ab ell, I castellà et altre corço; per tal vos ho fem saber que si'ls convidats que'n siats apercebut. Dada en Barchelona sots nostre segell secret a XXVII dies de juliol de l'any MCCCLXVII". Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Reg. 1260, f. 126 r.

³⁰ MARCHI VAN CAUWELAERT, Vannina – "Les Corses, acteurs " internationaux" au bas Moyen Âge ? Lecture croisée des archives aragonaises et génoises (XIII^e-XV^e siècle)". *Archivio Storico Italiano* 181-3 (2023), p. 474.

³¹ "Litteras devocionis et naturalitatis vostre innate recepimus. Et intellectis contentis in ipsis, ac eis quod nobilis Arricus dela Roca, comes Corsice, ac fideles nostri Opizus de Balonia miles et Guido archipresbiter maranensem, convicini et ambaxiatores vestri nobis explicarunt ex parte vestra, vobis ducimus respondendum quod dominus rex genitor noster et nos providimus ac providemus, divino auxilio mediante, honori et utilitati nostrum et vestrum taliter in insula Corsice antedicta quod, vilipensis inimicis et hostibus quibusvis, vos conservabimini universaliter ac singulariter in vestris libertatibus atque honoris et preservabimini viriliter ab inimicorum insultibus et offensis, sicut idem comes et ambaxiatores poterunt, nostri pro parte, vobis oretenus explicare. Data Gerunde ultima die iulii sub nostro sigillo secreto anno domini M^oCCC^oLXX^o septimo. Primogenitus. Dominus dux mandavit michi Petro de Tarrega. Ffuit directa Consiliariis et populo insule Corsice". Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Reg. 1744, f. 50r.

³² Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Cartas Reales Pierre IV, 1770; Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Reg. 1044, f. 139r. MELONI, Maria Giuseppina – "Arrigo

de la Sardaigne³³, soumises aux attaques conjointes d’Ugone III d’Arborea³⁴ et de la Commune de Gênes.

La discorde éclata, cependant, en 1378 au sujet du remariage de l’Infant récemment devenu veuf. Pierre IV avait en effet souhaité que Jean épousât sa cousine Marie, l’héritière du royaume de Sicile³⁵. Il faut ici rappeler qu’en 1349, au terme de son conflit féodal avec Jacques III de Majorque, Pierre le Cérémonieux avait annexé le royaume de Majorque, mettant ainsi un terme définitif à son indépendance politique. En janvier 1377, la mort de Frédéric IV le Simple sans héritier mâle, permettait au souverain d’envisager, à son tour, la réintégration de la Sicile aux États de la Couronne d’Aragon, et de clore ainsi l’histoire du royaume indépendant de Trinacrie, né en 1296 de la seule volonté des Siciliens³⁶. Selon le testament de Frédéric III de Sicile (1296-1337), en l’absence d’héritier direct, le royaume devait, en effet, revenir à la branche aînée de la dynastie aragonaise. Toutefois, avant de mourir Frédéric IV avait obtenu que Marie soit reconnue par Grégoire XI comme unique héritière du trône. La réintégration de la Sicile impliquait donc le mariage de la reine Marie avec le *primogénit* Jean. À cette fin, en 1378, Pierre IV avait réussi à empêcher un projet de mariage entre Marie et le seigneur de Milan, Giovanni Galeazzo Visconti, comme il le rappela à son fils dans une lettre datée du 8 août 1379³⁷. Or contre la volonté de Pierre IV, l’Infant Jean, âgé de vingt-neuf ans, refusa

della Rocca : un nobile corso al servizio del re d’Aragona”. *Medioevo. Saggi e rassegne* 18 (1993), pp. 9-26. Les succès remportés par Arrigo della Rocca en Corse contraignirent la Commune de Gênes à inféoder l’île à une Mahone, voir PETTI BALBI, Giovanna – “I maonesi e la maona di Corsica : un esempio di aggregazione economica e sociale”. *Mélanges de l’École française de Rome* 93-1 (1993), pp. 147-170.

³³ MARCHI VAN CAUWELAERT, Vannina – *Un royaume dans la mer. L’archipel corso-sarde du XIII^e au XV^e siècle*. Paris : Classiques Garnier, 2024.

³⁴ SIMBULA, Pinuccia Franca – “Ugone III d’Arborea”. *Dizionario biografico degli Italiani*. vol. 97. Rome : Treccani, 2020.

³⁵ Sur cette affaire, voir l’analyse très documentée de JUNCOSA BONET, Eduard – “En busca de princesa. La diplomacia matrimonial (oficial y “rebelde”) en la Corona de Aragón a fines del trescientos”. In NIETO SORIA, José Manuel; VILLAROEL GONZÁLEZ, Óscar – *Diplomacia y cultura política en la península Ibérica (siglos XI al XV)*. Madrid : Sílex, 2021, pp. 109-128.

³⁶ Pour une vision globale des Vèpres siciliennes et de leurs conséquences méditerranéennes, voir *La società mediterranea all’epoca del Vespro : XI congresso di storia della Corona d’Aragona*. 3 vols. Palerme : université de Palerme, 1984.

³⁷ “E, com hajam vist que Déu havia volgut que nós, en nostres dies, cobràssem Sicília, la qual nostre besavi conquès, e açò per IIII senyals que ns en ha mostrats visiblement. Lo primer, és que, mort nostre cunyat e cosí, lo rey de Sicília, mès en cor al poble que públicament cridaven que volien lo rey d’Aragó per senyor. Lo segon senyal és que vós, qui érets ligat en matrimoni, dins aquest temps ne sots estat solt per mort de vostra muller, la duquessa. Lo terç senyal és que ella és exida de poder de

d'épouser Marie et négocia lui-même son mariage avec Yolande de Bar³⁸, la nièce du roi de France. Il provoqua ainsi l'ire paternelle :

Nous vous répondons que de l'empressement avec lequel vous avez pourvu à votre mariage, nous avons eu et avons souverain déplaisir et grande affliction, d'autant plus que nous avons reçu de nouveaux messagers de don Artale et du comte Guillem Ramon [de Montcada] et d'autres barons siciliens et du sire Gilabert Cruyles, qui se disent prêts à mettre le royaume de Sicile et l'Infante en votre main et à vous tenir pour leur roi et leur seigneur. Et c'est pourquoi lorsque l'on peut avoir un tel royaume par mariage, cela ne nous fait pas souffrir sans raison, et de vous dire avec force que nous sommes mécontent et que nous serions fort heureux si l'affaire pouvait être réparée et corrigée³⁹.

Malgré les protestations véhémentes de Pierre IV, le mariage de Jean avec Yolande de Bar fut conclu. Ce choix français s'inscrivait dans le contexte du schisme pontifical et en avril 1381, l'Infant Jean envoyait une ambassade à son père pour le convaincre de se ranger du côté de Clément VII. Il s'engageait en échange à mener lui-même une offensive en Sardaigne contre Ugone III d'Arborea pour mettre un terme définitif au soulèvement de l'île, comme en témoignent les instructions données à ses deux ambassadeurs, le vicomte de Rocabertí et Lop de Gorrea :

Sachez que nous, voyant la destruction et la perte du royaume de Sardaigne, qui en tous points est au bord de la chute, déplorant qu'un tel royaume puisse

don Artal d'Aragó, qui falsament nos hi anava, e venguda en poder de persona qui ns hi va leyalment. Lo quart, que lo pertret que'l comte de Virtut havia fet, és estat desberetat", *Epistolari del rei Pere*, p. 343.

³⁸ Sur les lettres de cette souveraine, voir les réflexions de CINGOLANI, Stefano Maria – "Diplomacia íntima : como mantener la paz en tiempo de paz". In NIETO SORIA, José Manuel; VILLAROEEL GONZÁLEZ, Óscar – *Diplomacia y cultura política*, pp. 83-108. L'ensemble de la correspondance de Yolande de Bar a été étudiée dans PONSICH, Claire – *Réseaux et gouvernement d'une femme de pouvoir: l'exemple de Yolande de Bar (1365-1431)*. Paris : Université de Paris VIII, 2022. Thèse de doctorat. Nous n'avons malheureusement pas pu consulter ce travail, en cours de publication, pour la rédaction de cet article.

³⁹ "Vos responem que, de la cuyta que havets haüda en procehir en lo vostre matrimoni, havem haüt e havem sobirà despleer, e n'havem gran dolor de cor. Majorment con are, de nou, hajam haüts missatgers de don Artal, e del comte Guillem Ramon, e d'altres barons de Sicília e de mossèn Gilabert de Cruyllles, que són apparellats de metre lo regne de Sicília e la infanta en vostra mà, e de haver-vos per rey e per senyor. E axí, que ab matrimoni pogués hom haver aytal regne, no és sens raó si-ns dol. Per què-ns cové a dir per força que n'havem desplaer, e fórem fort alegres si'l fet pogués haver reparació e esmena." *Epistolari del rei Pere*, p. 347.

se perdre à défaut de secours, nous avons envisagé une manière d’y remédier dont, nous semble-t-il, vous devez parler d’abord à la Reine puis au Roi, et la chose est la suivante : que si ledit seigneur dès maintenant, et par ses actes, se déclare en faveur du pape Clément, nous passerons personnellement en Sardaigne et nous trouverons assez de gens pour nous accompagner⁴⁰.

Ces instructions révèlent l’influence qu’exerçait la dernière épouse de Pierre IV, Sibilla di Fortià⁴¹, puisque le *Primogénit* demande expressément à ce qu’elle soit avisée la première, sans doute dans l’idée que son intervention pouvait être déterminante. Datée du 4 mai 1381, la réponse du roi à la proposition de son fils aîné fut ambivalente, s’il louait la volonté de ce dernier de pacifier la Sardaigne, il refusait catégoriquement de se prononcer en faveur de Clément VII, condition pourtant posée par l’Infant Jean pour se rendre dans l’île :

Très cher héritier, par le vicomte de Rocabertí et le sire Lop de Gorrea nous avons reçu votre lettre, disant que, voyant la situation dramatique de l’île de Sardaigne, et voulant nous épargner, comme vous le devez, vous avez décidé, si cela nous plaît, de vous rendre en Sardaigne, selon la forme et la manière que nous expliqueront les dits vicomte et sire Lop. Ils nous ont expliqué cela conformément à la créance que vous leur aviez donnée dans la lettre. Et nous en avons eu et en avons grand plaisir, cher fils, et nous rendons grâce à Dieu de nous avoir donné un fils qui dans une telle situation veut faire ce qu’impose l’honneur et ce qui est nécessaire pour restaurer le royaume de Sardaigne qui risque d’être perdu. Des autres choses, cher fils, que lesdits vicomte et sire Lop nous ont demandé de votre part, à savoir que nous nous déterminions en faveur du pape Clément, nous nous étonnons au plus haut point, et vous faites mal en agissant dans ces affaires selon une affection incontrôlée. Car vous devez être certain que nous, pour rien au monde, s’agissant de cette affaire qui touche à la foi chrétienne et au christianisme, une affaire spirituelle et de conscience, même

⁴⁰ “Sapiats que nos, vahents la destructio e la perdicio del Regne de Serdenya, qui de tots punts se va a perdre, dolents nos que aytal Regne se perda, e per mal recapte, havem pensada una manera de la qual nos par que deiats parlar ab la senyora Reyna e puyx ab lo senyor Rey, ço es que si lo dit senyor de present, e de fet, se declara per papa Clement que nos personalment passem en Cerdanya e trobarem prou gent qui ira ab nos [...]”, intégralement transcrite in MELE, Giampaolo – “Giovanni I d’Aragona, il Musico, tra cultura “cortee”, Scisma d’Occidente e la progettata spedizione contro gli Arborea”. In MELE, Giampaolo – *Giudicato d’Arborea e marchesato d’Oristano: proiezioni mediterranee e aspetti di storia locale*. vol. 2. Oristano : Istar, 2000, p. 756.

⁴¹ BOSCOLO, Alberto – *Sibilla di Fortià regina d’Aragona*. Padoue : CEDAM, 1970.

si notre personne et notre royaume devaient de ce fait être mis en péril, il nous appartient tout particulièrement d'être fidèle, notamment pour la Sardaigne, à celui qui sera le vrai pape, et nous ne ferons rien d'autre que suivre Dieu et la justice⁴².

Cet extrait éclaire l'intrication du problème sarde dans la question plus générale du schisme pontifical. La prudence de Pierre IV tenait précisément au fait qu'il était vassal du pape pour le *Regnum Sardiniae et Corsicae*. À l'inverse son fils était convaincu que se rapprocher du pape d'Avignon et du roi de France devait permettre la reconquête de la Sardaigne. Père et fils menèrent donc des négociations diplomatiques parallèles pour "récupérer" le royaume de Sardaigne. Cette mésentente, entretenue par la rivalité de leurs épouses respectives, qui avaient introduit leurs propres conseillers dans l'entourage royal, fut la source de l'affaiblissement du souverain face aux *Corts*.

En 1383, lors des *Corts* de Monzón, dont la convocation avait été imposée au souverain⁴³, ce dernier fut sommé par le Bras militaire, représenté par son fils cadet Martin, de mettre de l'ordre parmi ses propres conseillers et ceux de son fils aîné. Les nobles accusaient l'entourage du roi et de son fils de s'être enrichi au détriment de la "chose publique" et d'avoir négocié une paix indigne avec Gênes. L'octroi de subsides pour "el fet de Sardenya" restait ainsi conditionné au châtement des coupables. D'une durée exceptionnelle de plus d'une année, cette assemblée ne fut

⁴² "Molt car primogènit, per lo vescomte de Rocabertí et per mossèn Lop de Gorrea havem reebuda una letra vostra, continent que vós, vehent la perdició d'aquella illa de Cerdenya, e per estalviar la nostra persona, axí con devets, havets acordat de passar-hi personalment, si a nós plaurà, en la forma e manera que-ns diran los dits vescomte e mossèn Lop; la qual cosa ells nos han dita, per vigor de la creença que en la dita letra los havets comenada. E havem haüt e havem gran plaer, car fill, e grahim a Déu que ell nos haja dat fill qui en semblant cas vulla fer sa honor, e ço que deu per restaurar aytal regne, con és aquell de Cerdenya, qui està en punt de perdició. De l'als, car fill, de què los dits vescomte e mossèn Lop nos han supplicat de part vostra, ço és, que-ns vullam determenar per papa Climent, som marvellats, e vós fets mal, con havets en aquest fet afecció desordonada. Car siats cert que nós, per tot lo món, encare que la nostra persona e nostre regne ne fos a perill, sobre-l dit fet, qui toca la fe cathòlica e christianisme, e és fet de ànima e de consciència, e a nós en special toca feeltat en la qual som tenguts per Cerdenya a aquell qui serà vertader papa, no faríem si no ço que dejam segons Déu e justícia". *Epistolari del rei Pere*, p. 361.

⁴³ L'on trouvera une analyse approfondie de ce parlement dans HÉBERT, Michel – *Parlementer. Assemblées représentatives et échange politique en Europe occidentale à la fin du Moyen Âge*. Paris : de Boccard, 2018, pp. 55-77.

jamais véritablement clôturée. À sa mort, en 1387, Pierre IV n'était toujours pas parvenu à organiser le "passage en Sardaigne".

Devenu roi, Jean Ier ne put accomplir l'offensive militaire qu'il avait envisagée mais il parvint à négocier la paix avec Eleonora d'Arborea. À la différence de son aïeul Alphonse le Bénin, cette négociation atteste des qualités diplomatiques du roi puisqu'il obtint le retrait des juges d'Arborea de toutes les terres conquises depuis le début de la guerre⁴⁴. Aucune paix antérieure, pas même celle qu'avait négociée Pierre le Cérémonieux à l'issue de sa propre offensive dans l'île, n'avait été aussi avantageuse pour le roi d'Aragon. La victoire fut cependant de courte durée et la reprise du conflit en 1392 ternit définitivement la mémoire du règne de Jean Ier⁴⁵, dont la personnalité se trouva écrasée par celles de son prédécesseur Pierre le Cérémonieux, et de son successeur, Martin l'Humain : deux rois victorieux à la guerre⁴⁶.

La comparaison des relations entre Jacques II et l'infant Alphonse d'une part, et Pierre IV et l'Infant Jean d'autre part, montre de profondes différences qui, outre la personnalité des acteurs, pourraient être liées à l'âge des *primogènits*. Si Alphonse était un prince héritier d'une vingtaine d'années, Jean avait déjà une trentaine d'années lorsqu'il s'opposa à son père, lequel régnait lui-même depuis plus de quarante ans. Dans le cas de Jean, l'influence de son épouse française, dans le contexte international du schisme et de la guerre de Cent ans, fut, par ailleurs, déterminante. Le début du règne de Martin l'Humain marqua ainsi le retour d'une relation autoritaire entre le roi et son *primogènit*.

⁴⁴ GALLINARI, Luciano – *Una dinastia in guerra e un re descurat ? I giudici d'Arborea e Giovanni I re d'Aragona (1379-1396)*. Cagliari : ISEM, 2013.

⁴⁵ ROCA I HERAS, Josep Maria – *Johan I d'Aragó*. Barcelone : Institució Patxot, 1928.

⁴⁶ À cet égard, les vers d'Honorat Bovet consacrés à Jean I^{er} sont révélateurs : "Tibi enim diu nota est guerra quam habuimus et habemus contra iudicem Lalborie, qui nobis totam insulam Sardinie occupavit in qua tot et tanta expendimus, totque perdimus catalanos, sed nec adhuc recuperare potuimus terram nostram [...]", BOVET, Honorat – *Somnium super materia scismatis*. Paris, 1394, cité par MELE, Giampaolo – "Giovanni I d'Aragona", p. 736.

III. Martin l'Humain et Martin le Jeune à la conquête de la Sicile et de la Sardaigne : un *primogénit* aux ordres de son père

Pour compenser le refus de l'Infant Jean d'épouser Marie de Sicile, cette dernière fut finalement promise au fils de son frère cadet. Les noces eurent lieu en 1391, alors que Martin "le jeune" était âgé de 14 ans et Marie de 27 ans. L'année suivante Martin le "vieux" et son fils partaient ensemble à la conquête de la Sicile. Se heurtant à une vive opposition de la noblesse locale, entretenue par le schisme pontifical, la conquête de l'île ne s'acheva qu'en 1397⁴⁷. Entre temps, le duc de Montblanc était devenu roi d'Aragon et Martin le jeune, roi de Sicile et *primogénit* d'Aragon.

Ainsi que l'a souligné Henri Bresc, après le retour de Martin l'Humain en Catalogne, la titulature des actes siciliens révèle la volonté du souverain de partager le trône de Sicile avec son fils : le nom du roi d'Aragon y précédait celui du roi Martin et de la reine Marie⁴⁸. En août 1397, cette volonté fut confirmée par le pape Benoît XIII qui reconnaissait les droits de Martin d'Aragon, non seulement sur le royaume de Sardaigne et de Corse mais également sur celui de Trinacrie. Les lettres de Martin l'Humain à son fils revêtaient en outre un caractère autoritaire qui plaçait le roi de Sicile en position de subordination. Nombre d'entre elles équivalaient à de simples instructions. Selon Henri Bresc : "Martin l'Humain impos[a] [alors] contre les réticences de son fils (qui s'intitule, au moins une fois en 1396, "roi de Trinacrie", exprimant ainsi sa particularité) et de ses conseillers, une nouvelle conception de l'État sicilien, comme un apanage, uni à la Couronne d'Aragon et confié au *primogénit* pour y faire son apprentissage"⁴⁹. L'union des deux royaumes et la soumission de la Sicile à la Couronne d'Aragon fut donc rendue possible par le fait que Martin le jeune était à la fois roi de Sicile et *primogénit* aragonais. L'annexion du royaume était déjà

⁴⁷ CORRAO, Pietro – *Governare un regno. Potere, società e istituzioni in Sicilia fra Trecento e Quattrocento*. Naples : Liguori Editore, 1991.

⁴⁸ "Martinus Dei gracia rex Aragonum et Martinus eadem gracia rex Sicilie ac Athenarum et Neopatrie dux eiusdem regis et regni Aragonum primogenitus et gubernator generalis et Maria eadem gracia dicti regni Sicilie et ducatum predictorum regina et ducissa et in dicti regni Sicilie et ducatum predictorum regina et ducissa et in dicti regni Sicilie et ducatum eorundem regimine et solio omnes tres concedentes, corregentes et conregnantes". *Acta Curie Felicis Urbis Panormi*. vol. 11: *Registro di Lettere e Atti (1395-1410)*. Ed. Patrizia Sardina. Palerme : Municipio di Palermo, 1994, p. 7 (10 mars 1397), cité dans BRESCH, Henri – "Un royaume pour Martin, duc de Montblanc". In FERRER I MALLOL, Maria Teresa – *Martí l'Humà, el darrer rei de la dinastia de Barcelona (1396-1410). L'Interregne i el Compromís de Casp*. Barcelone : Institut d'estudis catalans, 2015, pp. 303-328.

⁴⁹ BRESCH, Henri – "Un royaume pour Martin", p. 318.

en germe. Elle devint effective sous le règne des Trastamare avec la mise en place du système du vice-roi confié au cadet de la famille royale⁵⁰.

Les factions aristocratiques locales, divisées entre “Catalans” et “latins” s’adaptèrent rapidement à cette évolution institutionnelle, en dénonçant directement au roi d’Aragon les manquements du roi de Sicile et de ses “mauvais conseillers”. Ainsi Martin Ier intervint-il de manière autoritaire dans le gouvernement de son fils, en imposant notamment que son conseil soit composé d’au moins 7 Catalans pour 3 Siciliens. À la mort de Marie en 1401, Martin devint de fait le seul roi de Sicile. Il épousa alors Blanche de Navarre. Un mariage qui avait été, encore une fois, négocié par son père. La documentation suggère toutefois quelques tentatives du *primogènit* de s’imposer face au roi d’Aragon, en refusant de se soumettre à certains de ses ordres, notamment du point de vue de l’organisation ecclésiastique et des relations avec les papes de Rome⁵¹. Il reste que la subordination du royaume de Sicile au roi d’Aragon permit à Martin l’Humain de s’appuyer sur son fils pour achever la conquête du *Regnum Sardiniae et Corsicae*. Dès les années 1404-1405, le projet de conquérir définitivement les deux îles fut au cœur des préoccupations du roi d’Aragon et de ses échanges avec son *primogènit*⁵². La chronique corse de Giovanni della Grossa révèle ainsi le rôle de Martin l’Humain et de son fils dans l’ascension première de Vincentello d’Istria, qui fut par la suite comte de Corse (1407) et vice-roi de l’île pour Alphonse le Magnanime (1418)⁵³:

Vincentello alla en course avec son brigantin pendant quatre ans puis il se rendit en Catalogne avec sa galère pour offrir ses services au roi. Comme ce dernier avait déjà entendu parler de la guerre qu’il avait menée, et sachant que

⁵⁰ Sur le système des vice-rois, voir LALINDE ABADIA, Jesús – “Virreyes y lugartenientes medievales en la Corona de Aragón”. *Cuadernos de historia de España* 38 (1960), pp. 97-172.

⁵¹ FODALE, Salvatore – *Alunni della perdizione. Chiesa e potere in Sicilia durante il grande scisma (1372-1416)*. Rome : Istituto storico italiano per il Medioevo, 2008, cité dans BRESC, Henri – “Un royaume pour Martin”, pp. 320-321.

⁵² Voir notamment des instructions données par Martin l’Humain à un messenger envoyé en Sicile en septembre 1405. Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Reg. 2248, f. 160r.

⁵³ Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Reg. 2627, fol. 12r-13v. Les relations de Vincentello d’Istria avec Martin l’Humain ont été étudiées dans FERRER I MALLOL, Maria Teresa – “Il partito filocatalano in Corsica dopo la morte di Arrigo della Rocca”. *Medioevo. Saggi e rassegne* 24 (2001), pp. 65-87; celles de Vincentello avec Alphonse V dans MELONI, Maria Giuseppina – “Un episodio della politica mediterranea di Alfonso il Magnanimo: l’occupazione di Calvi (ottobre 1420-aprile 1421)”. *Medioevo. Saggi e rassegne* 21 (1996), pp. 107-126.

c'était un gentilhomme important de Corse, neveu du comte Arrigo, le roi l'accueillit gracieusement et lui donna une de ses galères et de l'argent pour l'armer. Il écrivit une lettre au roi Martin de Sicile, son *primogènit*, en lui recommandant Vincentello qui se rendit avec ses galères chez le roi Martin en Sicile. Celui-ci le reçut avec beaucoup d'affection et de bienveillance, lui donnant de l'argent, des vaisseaux et bien d'autres choses. Il ordonna à tous les capitaines de terre et de mer d'obéir au roi d'Aragon qui leur avait recommandé Vincentello⁵⁴.

Le chroniqueur corse évoque ici un document écrit qu'il avait pu consulter lorsqu'il était lui-même au service du comte Vincentello. Ce document illustre la subordination du roi de Sicile au roi d'Aragon puisque Martin écrit plutôt en tant que *primogènit* qu'en tant que roi⁵⁵. Grâce à l'aide de Martin de Sicile, Vincentello parvint à rassembler la noblesse corse sous la bannière aragonaise et à se faire proclamer comte en 1407⁵⁶.

Du point de vue de la conquête *du Regnum Sardiniae et Corsicae*, la Sicile offrait donc à la fois une flotte située à proximité et d'importantes ressources qui avaient toujours fait défaut aux prédécesseurs de Martin l'Humain. En outre, l'organisation d'une campagne militaire devait permettre à l'Infant Martin de fédérer la noblesse sicilienne en renforçant ses liens avec le jeune roi. En 1408, Martin de Sicile entreprit donc la conquête définitive de la Sardaigne pour son père, renouant ainsi avec le modèle de l'Infant Alphonse. Il fut accompagné de représentants des deux factions de la noblesse sicilienne, Catalans et latins, mais également du comte Vincentello

⁵⁴ "E durò quello corso con lo bregantino e galera quatro anni e dopoi Vincientello se ne andò in Catalogna con la sua guerra e andò dal re e se li offerse servire. E il re, che ne havea già inteso la fama di la guerra che havea fatto e che era gentilhommo prencipale di Corsica e nipote dil conte Arrigo, il re il regiebbe in sua gratia e li diede una galera sua e dinari per armarla e scrisse lettere al re Martino di Sicilia che era suo figlio primo genito, che lo dovesse havere per racomandato. E Vincientello andò con le sue galere dal re Martino in Sicilia, il quale il regiebbe con molto amore e volontà e li diede danari e bastimenti et altre cose e robbe. E comandò a tutte le parte e capitani di terra e mare che fussino sottoposti al re di Aragon a che tenessero a Vincientello per racomandato, faciendoli ogni accoglienza e servitio". *Giovanni della Grossa (1388-1464). Chronique médiévale corse*. Édition numérique et scientifique du manuscrit "Benelli", fol. 359, [en ligne : corsemedievale.huma-num.fr].

⁵⁵ C'est la seule occurrence du terme "primo genito" que nous trouvons dans la *Chronique*, ce qui nous conduit à penser que Giovanni a traduit en italien le terme catalan "primogènit" inscrit sur le document.

⁵⁶ Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Reg. 2227, f. 52v ; 65 r-v.

d'Istria à la tête d'une troupe de Corses⁵⁷. La victoire définitive de Martin de Sicile à la bataille de Sanluri en juin 1409 fut toutefois entachée par la mort, quelques jours plus tard, du *primogènit*, des suites de la malaria. Si la Sicile et la Sardaigne étaient réintégrées à la Couronne d'Aragon, conformément aux ambitions de Pierre le Cérémonieux, la dynastie des comtes de Barcelone se trouvait désormais sans héritier.

Avec le changement dynastique, se pose la question de la reconfiguration des relations entre souverain et *primogènit*. Le court règne de Ferdinand Ier (1412-1416), fut marqué par la fragilité du pouvoir royal après le compromis de Caspe, ce qui empêcha toute intervention dans les îles. Ces trois années correspondirent à une période d'apprentissage pour l'Infant Alphonse qui put se familiariser avec les pratiques diplomatiques de la Couronne d'Aragon⁵⁸. Les documents sur le *Regnum Sardiniae et Corsicae* révèlent le rôle des anciens officiers de Martin Ier dans cette formation. C'est ainsi que l'Infant Alphonse, informé par son chambellan Juan Ferrandez de Eredia⁵⁹, qui avait accompagné Martin de Sicile en Sardaigne⁶⁰, recommanda Vincentello d'Istria à son père, dans une lettre datée du 11 août 1413:

À votre grande excellence je signifie que le bâtard d'Istria, frère du comte de Corse, vient à present à vous avec des lettres dudit comte. Et parce que, seigneur très puissant, selon ce dont j'ai été informé, ledit comte a longuement et notablement servi par le passé la Maison d'Aragon dans l'île de Corse, et à présent veut servir votre royale couronne et maintenir son nom [dans ladite île], je supplie votre sollicitude qu'il soit de votre volonté d'avoir ledit bâtard et ledit comte et leurs affaires pour recommandés. Le Créateur de toutes choses,

⁵⁷ Giovanni della Grossa (1388-1464). *Chronique médiévale corse*, fol. 370.

⁵⁸ RYDER, Alan – *Alfonso the Magnanimous. King of Aragon, Naples, and Sicily, 1396-1458*. Oxford: Clarendon Press, 1990, pp. 18-44.

⁵⁹ Une lettre de ce dernier, enregistrée par erreur dans les Cartas Reales de Jean I^{er}, révèle que c'est par son intermédiaire que les Istria étaient entrés en contact avec l'Infant Alphonse, Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Cartas Reales, Jean I^{er}, 1153, voir MARCHI VAN CAUWELAERT, Vannina – *Un royaume dans la mer*, p. 322.

⁶⁰ ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*. Édition numérisée de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe; Pilar Rivero de l'édition de Ángel Canellas López. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2003, Livre X, chap. LXXXVII [en ligne]. Juan Ferrandez de Eredia figure parmi les témoins du testament de Martin de Sicile, BOSCOLO, Alberto – *La politica italiana di Martino il Vecchio re d'Aragona*. Padoue : CEDAM, 1962, p. 139.

seigneur très haut, fasse vivre et régner longuement votre altesse et accroître sa royale couronne⁶¹.

Malgré le soutien du prince héritier, Ferdinand d'Antequerra refusa toute aide au comte de Corse afin de préserver la paix avec Gênes. Vincentello lui écrivit, en vain, plusieurs lettres désespérées entre 1414 et 1416⁶². Toutefois, dès sa prise de pouvoir, en avril 1416, Alphonse le Magnanime rompit avec la prudence de son père, en accordant son plein soutien au comte de Corse⁶³. Il s'inscrivit ainsi dans l'héritage politique de Martin l'Humain, en pacifiant définitivement la Sardaigne, avant de tenter la conquête de la Corse. Plusieurs documents de la chancellerie aragonaise montrent, en effet, que Martin l'Humain avait lui-même envisagé de s'emparer de Bonifacio et de Calvi, avec l'aide de Vincentello d'Istria⁶⁴. L'offensive d'Alphonse le Magnanime était donc l'aboutissement de ces premières tractations diplomatiques⁶⁵. Cependant, l'échec du siège de Bonifacio (1421) marqua le coût d'arrêt de cette tentative d'achever définitivement la conquête du *Regnum Sardiniae et Corsicae*⁶⁶. Afin d'atténuer le déshonneur que représentait la victoire génoise, le

⁶¹ "A vostra gran excel·lencia significh que lo bastart de Ínstria, frare del comte de Còrcega, va de present a aquella ab letres del dit comte. Per què, senyor molt poderós, com segons yo són stat informat lo dit comte haja longament e notabla servida en temps passat la casa d'Aragó en la isla de Còrcega, e ara de present hi servesque vostra reyal corona mantenint lo nom d'aquella, supplich a vostra celsitud que sia de sa mercè haver lo dit bastart et lo dit comte et fets seus per recomanats. Lo Creador de totes coses, senyor molt alt, faça viure e longament regnar vostra altesa ab creximent de sa reyal corona". Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Cartas Reales Ferdinand I^{er}, 359r. Cette lettre a été publiée dans *Epistolari de Ferran I d'Antequera amb els infants d'Aragó i la reina Elionor (1413-1416)*. Ed. Carlos López Rodríguez, Valence : Université de Valence, 2004, doc. 40 p. 55.

⁶² Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Cartas Reales, Ferdinand I^{er}, 1575 ; 2317 ; 2836 ; 2925 ; 2926. MARCHI VAN CAUWELAERT, Vannina – "Les Corses, acteurs "internationaux", pp. 21-23.

⁶³ Comme le révèlent deux lettres que le roi écrivit au comte de Corse le 16 juillet 1416, Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Reg. 2410, f. 90V et le 21 novembre 1416, Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Reg. 2410, f. 113 v.

⁶⁴ Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Reg. 2248, f. 161r-v ; déjà en 1353, Pierre le Cérémonieux avait envisagé de s'emparer de Bonifacio et de Calvi grâce au soutien de Guglielmo della Rocca, Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Cartas Reales, Pierre IV, 5197. De ce point de vue, Alphonse V s'inscrivait donc dans une longue tradition diplomatique.

⁶⁵ Comme Martin l'Humain avant lui, Alphonse avait envisagé d'obtenir Bonifacio par la diplomatie avant de se résoudre à une offensive militaire, Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Reg. 2669, f. 176v. Cette stratégie fondée sur des soutiens locaux sera reprise par Ferdinand II, au début des années 1480 : Archivio di Stato di Genova, Banco di San Giorgio, Diversorum, Reg. 2262, f. 65 (1481) ; Archivio di Stato di Genova, Banco di San Giorgio, busta 21; Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Reg. 3613, f. 42v-43r (1484).

⁶⁶ Toutefois, après la conquête de Naples, Alphonse V reprit le projet de conquérir la Corse comme le révèle l'unique registre de la Chancellerie aragonaise intitulé "Corsica", Barcelone, Archivo de la

jeune roi invoqua alors la nécessité impérieuse de conquérir le royaume de Naples⁶⁷. Dans la propagande royale, le départ précipité de Bonifacio n'était plus le signe d'une défaite mais la conséquence d'une conquête militaire plus glorieuse à accomplir⁶⁸. Comme il l'écrivit lui-même à son épouse, Alphonse V n'avait pas voulu sacrifier "la maior al menor"⁶⁹. Bonifacio demeura donc génois, tandis que le roi d'Aragon devenait roi de Naples.

Conclusion

L'étude du rôle des *primogènits* dans les relations avec le royaume de Sardaigne et de Corse met en lumière la place des îles dans la formation des princes héritiers aragonais. Le cas de l'Infant Alphonse, héros de la conquête de la Sardaigne, livre un modèle parfait de prince héritier au service de son père, faisant son apprentissage de la charge royale sous le contrôle étroit de ce dernier. Un modèle que l'on retrouve dans la conquête définitive de l'île par Martin de Sicile. En marge de cette loyauté filiale, présentée dans les chroniques comme la clé du succès, le cas de l'Infant Jean éclaire la capacité d'un prince héritier à mener une politique indépendante de son père. L'action diplomatique de l'Infant Jean révèle ainsi de profondes divergences de vue, notamment au sujet du schisme pontifical et de la guerre de Cent ans. Qualifié par la reine de "philo-français", l'Infant Jean se distingue par sa tentative d'imposer sa propre politique au roi. S'il ne parvint pas à convaincre Pierre IV, il fut soutenu par son frère cadet, Martin, qui devint lui-même son *primogènit* à la mort du roi. La collaboration entre les deux frères permit ainsi la conquête de la Sicile et prépara celle de la Sardaigne. Après le compromis de Caspe (1412), l'Infant Alphonse fut dépositaire d'un double héritage : la tradition castillane de son père et les pratiques diplomatiques de Martin l'Humain, qui lui furent transmises par certains des anciens conseillers de ce dernier. Du point de vue du *Regnum Sardiniae et Corsicae*, dès le

Corona de Aragón, *Cancillería*, Reg. 2936. Il dut cependant renoncer définitivement en 1453, afin de conclure la paix avec Gênes, dans le contexte de la menace croissante des Turcs.

⁶⁷ Ainsi qu'il l'écrivit à Vincentello d'Istria, après son arrivée à Cagliari, le 7 février 1421, Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Reg. 2671, f. 163.

⁶⁸ ARRIGHI, Lucie – "Le siège de Bonifacio (1420-1421) : une guerre de récit entre deux Péninsules". In CANCELLIERI, Jean-André ; MARCHI VAN CAUWELAERT, Vannina – *Les lieux de mémoire de la Corse médiévale : Bonifacio, un territoire d'exception*. Bonifacio : Ville de Bonifacio, 2020, pp. 64-69.

⁶⁹ Lettre d'Alphonse V à la reine Maria depuis Cagliari le 21 janvier 1421. Barcelone, Archivo de la Corona de Aragón, *Cancillería*, Reg. 2671, f. 171. Une idée que l'on retrouve sous la plume de Vagad, VAGAD, Gauberto Fabricio de - *Crónica de Aragón*. Saragosse : Pablo Hurus 1499, p. 162 : "y mayor que de la conquista de la ysla de Córcega, que es pequeña cosa".

début de son règne, Alphonse le Magnanime s'inscrit ainsi dans la continuité directe de ses prédécesseurs, en préparant une ultime offensive pour conquérir la Corse. Défait par les Génois, le jeune roi de vingt-quatre ans dût toutefois attendre encore une vingtaine d'années, avant de s'imposer dans la galerie prestigieuse des rois conquérants (à la suite de Jacques Ier, Pierre III, Alphonse IV, Pierre IV et Martin Ier), après s'être emparé du royaume de Naples (1443). S'ouvrait ainsi une nouvelle page italienne de l'histoire de la Couronne d'Aragon⁷⁰.

Bibliographie

Sources manuscrites

Barcelone, Archives de la Couronne d'Aragon [ACA], *Cancellaria*, Reg. 339, 1044, 1260, 1744, 2227, 2248, 2410, 2627, 2669, 2671, 2936, 3613.

Barcelone, Archives de la Couronne d'Aragon [ACA], *Cancellaria*, Cartas Reales, Pierre IV

Barcelone, Archives de la Couronne d'Aragon [ACA], *Cancellaria*, Cartas Reales, Jean I^{er}

Barcelone, Archives de la Couronne d'Aragon [ACA], *Cancellaria*, Cartas Reales, Ferdinand I^{er}

Genova, Archivio di Stato di Genova [ASG], *Banco di San Giorgio*, Diversorum, Reg. 2262

Genova, Archivio di Stato di Genova [ASG], *Banco di San Giorgio*, Primi Cancellieri, Busta 21

Sources imprimées

Acta Curie Felicis Urbis Panormi. vol. 11: *Registro di Lettere e Atti (1395-1410)*. Ed. Patrizia Sardina. Palerme : Municipio di Palermo, 1994.

Crònica de Pere III el Cerimoniós. Ed. Ferran Soldevila. *Les quatre grans Cròniques*. Rév. Jordi Bruguera ; Maria Teresa Ferrer i Mallol. Barcelone : Institut d'estudis catalans, 2014.

⁷⁰ Notons à cet égard, qu'à la mort d'Alphonse V, le discours des Trastamare sur la nécessité de défendre le royaume de Naples s'inscrivait dans la tradition de leurs prédécesseurs : pour mobiliser leurs soutiens, les rois d'Aragon et de Naples invoquèrent les sacrifices et le sang versé pour conquérir le royaume, SENATORE, Francesco – "Al servizio di due re. Ambasciatori e consiglieri di Giovanni II d'Aragona e di Ferrante re di Napoli (1458-1469)". In NIETO SORIA, José Manuel; VILLAROEL GONZÁLEZ, Óscar – *Diplomacia y cultura política*, pp. 173-194.

Crònica de Ramon Muntaner. Éd. Ferran Soldevila. *Les Quatre grans Cròniques*. Rév. Jordi Bruguera ; Maria Teresa Ferrer i Mallol. Barcelone : Institut d'estudis catalans, 2011.

Epistolari de Ferran I d'Antequera amb els infants d'Aragó i la reina Elionor (1413-1416). Ed. Carlos López Rodríguez, Valence : Université de Valence, 2004.

Epistolari del rei Pere el Cerimoniós. Ed. Stefano Maria Cingolani. Barcelone : Editorial Barcino, 2019.

FINKE, Heinrich – *Acta aragonensia: quellen zur deutschen, italienischen, französischen, spanischen, zur kirchen- und kulturgeschichte aus der diplomatischen korrespondenz Jaymes II (1291-1327)*. vol. II. Leipzig : Rothschild, 1908.

Giovanni della Grossa (1388-1464). Chronique médiévale corse, édition numérique et scientifique du manuscrit "Benelli", [en ligne : corsemedievale.huma-num.fr].

Llibre dels feits del rei En Jaume. Éd. Ferran Soldevila. *Les Quatre grans Cròniques*. Rév. Jordi Bruguera ; Maria Teresa Ferrer i Mallol. Barcelone : Institut d'estudis catalans, 2007.

VAGAD, Gauberto Fabricio de – *Crónica de Aragón*. Saragosse : Pablo Hurus 1499.

ZURITA, Jerónimo – *Anales de la Corona de Aragón*. Édition numérisée de José Javier Iso (coord.), María Isabel Yagüe; Pilar Rivero de l'édition de Ángel Canellas López. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2003.

Études

ARRIBAS PALAU, Antonio – *La conquista de Cerdeña por Jaime II de Aragón*. Barcelone : Instituto Español de Estudios Mediterráneos, 1952.

ARRIGHI, Lucie – "Le siège de Bonifacio (1420-1421) : une guerre de récit entre deux Péninsules". In CANCELLIERI, Jean-André ; MARCHI VAN CAUWELAERT, Vannina – *Les lieux de mémoire de la Corse médiévale : Bonifacio, un territoire d'exception*. Bonifacio : Ville de Bonifacio, 2020, pp. 64-69.

BOSCOLO, Alberto – *La politica italiana di Martino il Vecchio re d'Aragona*. Padoue : CEDAM, 1962.

BOSCOLO, Alberto – *Sibilla di Fortià regina d'Aragona*. Padoue : CEDAM, 1970.

BRESC, Henri – "Un royaume pour Martin, duc de Montblanc". In FERRER I MALLOL, Maria Teresa – *Martí l'Humà, el darrer rei de la dinastia de Barcelona (1396-1410). L'Interregne i el Compromís de Casp*. Barcelone : Institut d'estudis catalans, 2015, pp. 303-328.

CASULA, Francesco Cesare – *La Sardegna aragonese*. Sassari : Chiarella, 1990.

CAWSEY, Suzanne – *Kingship and propaganda. Royal eloquence and the Crown of Aragon*. Oxford : Oxford University Press, 2002.

CINGOLANI, Stefano Maria – *La memòria dels reis. Les quatre grans cròniques*. Barcelone : Editorial Base, 2012.

CINGOLANI, Stefano Maria – “Diplomacia íntima : como mantener la paz en tiempo de paz”. In NIETO SORIA, José Manuel; VILLAROEL GONZÁLEZ, Óscar – *Diplomacia y cultura política en la península Ibérica (siglos XI al XV)*. Madrid : Sílex, 2021, pp. 83-108.

CIOPII, Alessandra – *Le strategie dell’invincibilità : Corona d’Aragona e Regnum Sardiniae nella seconda metà del Trecento*. Cagliari : ISEM, 2014.

CORRAO, Pietro – *Governare un regno. Potere, società e istituzioni in Sicilia fra Trecento e Quattrocento*. Naples : Liguori Editore, 1991.

FERRER I MALLOL, Maria Teresa – “Il partito filocatalano in Corsica dopo la morte di Arrigo della Rocca”. *Medioevo. Saggi e rassegne* 24 (2001), pp. 65-87.

FODALE, Salvatore – *Alunni della perdizione. Chiesa e potere in Sicilia durante il grande scisma (1372-1416)*. Rome : Istituto storico italiano per il Medioevo, 2008.

GALLINARI, Luciano – *Una dinastia in guerra e un re descurat ? I giudici d’Arborea e Giovanni I re d’Aragona (1379-1396)*. Cagliari : ISEM, 2013.

GALLINARI, Luciano – “The Catalans in Sardinia and the transformation of Sardinians into a political minority in the twelfth to the fifteenth centuries”. *Journal of Medieval History* 45-3 (2019), pp. 347-359.

HÉBERT, Michel – *Parlementer. Assemblées représentatives et échange politique en Europe occidentale à la fin du Moyen Âge*. Paris : de Boccard, 2018, pp. 55-77.

JUNCOSA BONET, Eduard – “En busca de princesa. La diplomacia matrimonial (oficial y “rebelde”) en la Corona de Aragón a fines del trescientos”. In NIETO SORIA, José Manuel; VILLAROEL GONZÁLEZ, Óscar – *Diplomacia y cultura política en la península Ibérica (siglos XI al XV)*. Madrid : Sílex, 2021, pp. 109-128.

JUNCOSA BONET, Eduard; CINGOLANI, Stefano Maria – “Un delicado equilibrio de poderes en el tablero peninsular. Las relaciones de María de Molina con Jaime II y su progenie (1319-1321)”. In ARIAS GUILLÉN, Fernando; REGLERO DE LA FUENTE, Carlos M. – *María de Molina : gobernar en tiempos de crisis (1264-1321)*. Madrid : Dykinson, 2022, pp. 147-180.

LALINDE ABADIA, Jesús – “Virreyes y lugartenientes medievales en la Corona de Aragón”. *Cuadernos de historia de España* 38 (1960), pp. 97-172.

MARCHI VAN CAUWELAERT, Vannina – “Les Corses, acteurs “ internationaux” au bas Moyen Âge ? Lecture croisée des archives aragonaises et génoises (XIII^e-XV^e siècle)”. *Archivio Storico Italiano* 181-3 (2023), pp. 451-498.

MARCHI VAN CAUWELAERT, Vannina – *Un royaume dans la mer. L’archipel corso-sarde du XIII^e au XV^e siècle*. Paris : Classiques Garnier, 2024.

MARTÍNEZ FERRANDO, Josep Ernesto – *Jaime II de Aragon. Su vida familiar*. 2 vols. Barcelone : Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1948.

MELE, Giampaolo – “Giovanni I d’Aragona, il Musico, tra cultura “cortese”, Scisma d’Occidente e la progettata spedizione contro gli Arborea”. In MELE, Giampaolo – *Giudicato d’Arborea e marchesato d’Oristano: proiezioni mediterranee e aspetti di storia locale*. vol. 2. Oristano : Istar, 2000, pp. 699-760.

MELONI, Maria Giuseppina – “Arrigo della Rocca : un nobile corso al servizio del re d’Aragona”. *Medioevo. Saggi e rassegne* 18 (1993), pp. 9-26.

MELONI, Maria Giuseppina - “Un episodio della politica mediterranea di Alfonso il Magnanimo: l’occupazione di Calvi (ottobre 1420-aprile 1421)”. *Medioevo. Saggi e rassegne* 21 (1996), pp. 107-126.

PÉQUIGNOT, Stéphane – “Le “premier voyage à Rome” de Jacques II d’Aragon”. In GUENÉE, Bernard; MOEGLIN, Jean-Marie (dir.) – *Relations, échanges, transferts en Occident au cours des derniers siècles du Moyen Âge, hommage à Werner Paravicini*. Paris : Académie des Inscriptions et Belles-Lettres, 2011, pp. 135-164.

PÉQUIGNOT, Stéphane – “Un chemin de roi : Pierre IV d’Aragon dans son Livre”. In MONNET, Pierre ; SCHMITT, Jean-Claude – *Autobiographies souveraines*. Paris : Éditions de la Sorbonne, 2012, pp. 179-199.

PETTI BALBI, Giovanna – “I maonesi e la maona di Corsica : un esempio di aggregazione economica e sociale”. *Mélanges de l’École française de Rome* 93-1 (1993), pp. 147-170.

PONSICH, Claire – *Réseaux et gouvernement d’une femme de pouvoir: l’exemple de Yolande de Bar (1365-1431)*. Paris : Université de Paris VIII, 2022. Thèse de doctorat.

RYDER, Alan – *Alfonso the Magnanimous. King of Aragon, Naples, and Sicily, 1396-1458*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

SALAVERT Y ROCA, Vicente – *El tratado de Anagni y la expansión mediterránea de la Corona de Aragón*. Saragosse : Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1952.

SENATORE, Francesco – “Al servizio di due re. Ambasciatori e consiglieri di Giovanni II d’Aragona e di Ferrante re di Napoli (1458-1469)”. In NIETO SORIA, José Manuel; VILLAROEL GONZÁLEZ, Óscar – *Diplomacia y cultura política en la península Ibérica (siglos XI al XV)*. Madrid: Sílex, 2021, pp. 173-194.

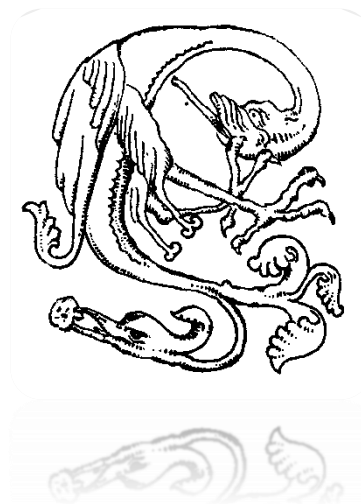
SIMBULA, Pinuccia Franca – “Ugone III d’Arborea”. *Dizionario biografico degli Italiani*. vol. 97. Rome : Treccani, 2020.

La società mediterranea all’epoca del Vespro: XI congresso di storia della Corona d’Aragona. 3 vols. Palerme : université de Palerme, 1984

TASIS I MARCA, Rafael – *Pere el Cerimoniós i els seus fills*. Barcelone: Ediciones Vincens Vives, 1957.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

CAUWELAERT, Vannina Marchi van – “Le rôle des *primogènits* aragonais dans la conquête du Regnum Sardiniae et Corsicae (1323-1421)”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 227-254. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsb.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



“O melhor e mais obediente filho”: Duarte, infante de Portugal, na diplomacia ibérica (1412-1433)¹

“The best and most obedient son”: Duarte, Prince of Portugal, in Iberian Diplomacy (1412-1433)

Tiago Viúla de Faria

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1069-061 Lisboa, Portugal

tfaria@fcs.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0001-6832-7024>

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Outubro de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 19 de Abril de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8367>

¹ Este trabalho enquadra-se em dispositivos de financiamento pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT), através da designada Norma Transitória (DL 57/2016). O autor agradece aos organizadores do colóquio que motivou este texto, bem como aos dois avaliadores anónimos pelos seus contributos, na forma de comentário e bibliografia.

RESUMO

Entre 1412 e 1433, ano em que será aclamado por rei, o infante herdeiro de Portugal, D. Duarte, assume boa parte das funções régias. Ao longo de duas décadas, o pai (o veterano rei D. João I) valer-se-á do primogénito para auxiliar a governança régia no tocante à administração, à justiça, ou a certos assuntos económicos. Tal tem sido descrito pela historiografia como a “associação” de D. Duarte ao trono. O presente ensaio parte de uma interrogação: Terá tido D. Duarte um papel próprio no campo diplomático? Procurando responder a essa questão, é tida em conta a situação do infante como primeiro na linha sucessória, a sua pertença a uma dinastia que se mostra politicamente muito unida, e as suas próprias concretizações ao nível das relações externas. A documentação gerada em torno de diversos tratados, envolvendo Aragão, Castela e Navarra, parece sobretudo indicar uma postura sóbria e disciplinada por parte do herdeiro, subordinada a uma lógica dinástica em que o monarca detém a última palavra.

Palavras-chave: Sucessão régia; Dinastias medievais; Diplomacia na Península Ibérica medieval; Casa de Avis; Soberania

ABSTRACT

From about 1412, infante Duarte, Portugal’s heir apparent, took on a large portion of the roles expected of a king, until 1433, the year he finally came to the throne. For two decades, his father, King João I – already a seasoned sovereign – had come to rely on the firstborn to assist him in the everyday management of royal administration, justice, and certain economic matters. This was to become known to historians as the prince-king “association”. This essay departs from an interrogation, of whether Duarte was able – or expected at all – to play a role of his own in diplomatic affairs. My argument takes into account Duarte’s posturing as the first in the line of succession, his position as one of several siblings in a tightly knit dynasty, and his own realisations in external politics. The documentary evidence surrounding several treaties involving Aragon, Castile and Navarre seems to point to Duarte’s restraint as a diplomatic player in his own right, even during the “association” period before he became king. For the most part, he remained subordinate to a dynastic logic, with his father firmly hanging on to the helm.

Keywords: Royal heirs apparent; Medieval dynasticism; Diplomacy in medieval Iberia; House of Avis; Sovereignty



Filho segundo de D. João I e D. Filipa de Lencastre, D. Duarte (1391-1438) teria cerca de oito anos de idade quando ocorre a morte do primogénito do casal, D. Afonso (1390-c.1400). O que é possível saber acerca da educação da primeira geração de Avis, em particular no período formativo da infância, não permite qualquer tipo de certezas relativamente aos eventuais cuidados com a preparação do primogénito para, chegado o momento, suceder a D. João I como monarca. Será de supor, no entanto, que Afonso tivesse sido rodeado de especiais atenções.

Isto, por vários motivos. Em primeiro lugar, tratava-se do herdeiro de uma coroa disputada e que seguia sendo contestada. Para todos os efeitos, apesar do efeito mitigador de um tratado com Inglaterra, de um casamento no seio da aristocracia inglesa, e de sucessivas vitórias em campo de batalha – com evidente destaque para Aljubarrota –, D. João I não deixava de ter nascido com marca de bastardia e de ter sido alçado por rei através de um processo, no mínimo, inaudito em Portugal. Ou seja, a legitimação da realeza avisina revelava-se condição indispensável à sobrevivência da nova dinastia reinante, inclusive perante potentados exteriores; desde logo, Castela, o reino cujas aspirações à incorporação da coroa portuguesa não tinham ainda cessado na primeira década do século XV. Em segundo lugar, a formação intelectual da geração que sucederá a D. João e D. Filipa é incontestável. Bastará destacar o *Livro da Benfeitoria*, redigido pelo infante D. Pedro, ou mesmo o rol de obras constantes na biblioteca de D. Duarte, bem como o seu *Leal Conselheiro*, para que se compreenda o alcance considerável das leituras feitas ao longo da vida. Em terceiro lugar, provavelmente em 1412, o herdeiro, D. Duarte, é chamado a colaborar nas funções governativas do reino². Teria, então, uns madurados 20 ou 21 anos de idade. Decorre evidente a pretensão de D. João I de conferir ao seu presumível sucessor, experiência prática na governança, e não menos de garantir a irrefutabilidade da transição hereditária, com a natural continuidade da dinastia reinante, uma vez desaparecido o seu fundador.

² DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte: Requiem por um Rei Triste*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005, pp. 49-50.

Tendo em conta o contexto político acima resumido, embora em linhas muito esquemáticas, este ensaio tem como objectivo fornecer algumas reflexões acerca do papel assumido por D. Duarte na actividade diplomática emanante da coroa, entre os anos 1412 e 1433, altura que corresponde à dúplice qualidade de herdeiro régio e de *monarca-executivo*, um quase vice-rei enquanto braço direito do pai. Não pretendo, de todo, propor uma análise exaustiva, ou sequer completa, do papel de D. Duarte nas relações externas de Portugal durante o primeiro terço do século XV. Não me debruçarei sobre os agentes diplomáticos em si – embaixadores, procuradores, mensageiros, ou mesmo testemunhas dos actos lavrados – e também deixarei de fora as fontes narrativas, salvo ocasionalmente³. Este trabalho incidirá, sobretudo, na observação de uma amostragem significativa da documentação emergente das relações da coroa portuguesa com as suas congéneres aragonesa e castelhana, em concreto a celebração de acordos político-diplomáticos com esses reinos e algumas das suas figuras cimeiras. Falamos de documentação publicada, na sua maioria, na colectânea *Monumenta Henricina*, com pontual recurso a outras publicações, como aliás se tornará evidente.

Através deste conjunto de documentos – que consistem, na sua maioria, em instruções diplomáticas, tratados e respectivas confirmações, adendas ou emendas, correspondência epistolar e a organização de acontecimentos públicos, tais como cerimónias matrimoniais – o meu objectivo é tentar qualificar o lugar de D. Duarte, enquanto infante, na diplomacia régia portuguesa no conspecto dos intercâmbios peninsulares. Que indícios existem (se é que alguns) de uma actividade diplomática pela mão de D. Duarte? Esta apresenta-se como distinta da de D. João I ou, ao invés, serviria para a secundar ou mesmo robustecer? E relativamente aos irmãos –

³ Como proposta de abordagem a estas últimas, no conspecto das relações entre Portugal e Castela, veja-se: VIGIL MONTES, Néstor – “El Relato Cronístico en la Reconstrucción de las Relaciones Lusocastellanas en el Siglo XV: Posibilidades, Problemáticas y Límites de la Fuente Narrativa”. IN TORO CEBALLOS, Francisco (ed.) - *Los Reinos Peninsulares en el Siglo XV: De lo Vivido a lo Narrado – Encuentro de Investigadores en Homenaje a Michel García*. Andújar: Ayuntamiento de Andújar / Asociación Cultural Enrique Toral y Pilar Soler, 2015, pp. 309-318. Serão, quiçá, de considerar em particular três crónicas de D. João II de Castela, a de Álvaro García de Santa María (o cronista-mor que sucede a Pero López de Ayala), a de Pero Carrillo de Huete, falcoeiro-mor do rei, e a refundição desta última, executada pelo bispo D. Lope Barrientos. Para a cronística de Portugal tardo-medieval, consulte-se, por exemplo, SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power”. *E-Journal of Portuguese History* 5-2 (2007), pp. 1-7.

membros privilegiados da corte e eles próprios detentores de um lugar, por vezes bem marcado, no aconselhamento ao governo do reino? Tem sido por vezes colocada a questão da diplomacia “paralela” para este período, nomeadamente no que toca ao infante D. Pedro, o que poderá servir como contraponto⁴. Aliás, não são estranhas, neste período, as funções de representação entre membros da família real, ainda que alargada, que inclusivamente viajarão nesse papel. Para além do infante D. Pedro, é o caso de D. Dinis de Castro, protagonista de uma atribulada missão a Inglaterra (1388), de D. Afonso, conde de Barcelos, com destino à Terra Santa, passando por variados senhorios na ida e no regresso (1405-1408), e do filho deste, Afonso, conde de Ourém, ao Concílio de Basileia (1436-1438)⁵.

Lembremos que, até à coroação, em 1433, as décadas de vida de D. Duarte são ricas em eventos diplomáticos, assumindo grande centralidade no processo de caracterização das culturas políticas dos diversos reinos ibéricos⁶. Em Outubro de 1411, são concluídas as pazes temporárias de Ayllón, entre João I de Portugal e o jovem rei João II de Castela, as quais, uma vez atingida a maioridade deste último, virão a ser confirmadas, a 30 de Abril de 1423, por mais dez anos. Entretanto, deflagra em Castela um conflito interno, envolvendo os grandes desse reino, face ao favoritismo demonstrado por João II a Álvaro de Luna, nomeado condestável de

⁴ LIMA, Douglas Mota Xavier de – *O Infante D. Pedro e as Alianças Externas de Portugal (1425-1449)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012. Dissertação de Mestrado; LIMA, Douglas Mota Xavier de – “À volta do casamento do Infante D. Pedro”. *Medievalista* 21 (2017), pp. 1-26; FARIA, Tiago Viúla de – “Diplomacy in the Fifteenth-Century Monarchical State: A Baronial Pursuit? (Portugal, 1416-1449)”. *Anales de la Universidad de Alicante: Historia Medieval* 19 (2015), pp. 327-342.

⁵ Veja-se, respectivamente: CONDE DE TOVAR [Pedro Tovar de Lemos] – “A Embaixada do Infante D. Denis à Côte de Inglaterra em 1388”. *O Instituto. Jornal Científico e Literário* 83 (1932), pp. 206-231; ZELLER, Maria Beatriz Sanches van – *Motivos e Memória da Viagem de D. Afonso, Filho de D. João I*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2018. Dissertação de Mestrado. pp. 42-57; e *Diário da Jornada do Conde de Ourém ao Concílio de Basileia*. Ed. Aida Fernanda Dias. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2003.

⁶ Neste particular, tem sido favorecida a análise às relações de Portugal com Castela. Consulte-se, em particular, OLIVERA SERRANO, César – “*Pax in bello*: La Difícil Paz entre Castilla y Portugal (1369-1431)”. *Vínculos de Historia* 7 (2018), pp. 46-60 (em grande medida, actualizando a panorâmica fornecida em ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente – “El Restablecimiento de la Paz entre Castilla y Portugal (1402-1431)”. In HOMEM, Armando Luís de Carvalho; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor; COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto da (eds.) - *Ibéria, Quatrocentos/Quinhentos. Duas Décadas de Cátedra (1984-2006): Homenagem a Luís Adão da Fonseca*. Porto: CEPESE, 2009, pp. 47-90, e a obra, ainda fundamental, SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Época del Infante don Enrique (1393-1460)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960, pp. 17-51); também, ARAÚJO, Julieta – *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2009, pp. 14-63, 125-144.

Castela em 1422, e ao protagonismo dos seus rivais, os chamados “infantes de Aragão”, filhos de Fernando de Antequera (tio de João II de Castela). Entre estes, conta-se Afonso V, rei de Aragão (a partir de 1416), Maria (que, em 1418, casará com João II de Castela), João (rei-consorte de Navarra desde 1425), Henrique, Pedro e obviamente Leonor, que em 1428 viria a tornar-se mulher do herdeiro português. No ano seguinte, romperia mesmo um conflito armado entre o rei castelhano e os seus congéneres de Aragão e Navarra, sanado apenas em Julho de 1430. Vivem-se tempos de desassossego também na sede espiritual e eclesiástica da Cristandade, com a celebração dos concílios de Constança (1414-1418) e, já referido, Basileia (com início em 1431), visando pôr termo ao Cisma e aos quais são enviadas várias missões a partir de Portugal. Enquanto isso, continua a Guerra dos Cem Anos, assistindo-se a um período de sucesso militar para os ingleses seguido de uma gradual recuperação francesa, com a reafirmação do poder monárquico da Casa de Valois (ao longo da década de 1430, já depois da intervenção de Joana d’Arc e da coroação de Carlos VII de França). Quanto ao ducado de Borgonha, a sua progressiva aproximação a Inglaterra culminaria em 1435, no Tratado de Arras. Antes disso, em 1430, já se verificara o consórcio entre o duque Filipe, *o Bom*, e Isabel, infante de Portugal.

Desde a perspectiva das relações externas de Portugal, para além das tréguas com Castela e, posteriormente, da paz definitiva com esse reino – celebrada em Medina del Campo, em 1431 –, não será de sobrevalorizar a importância atribuída a Ceuta, desde a preparação da conquista, que ocorrerá até ao Verão de 1415, passando pelos esforços de manutenção da praça nos anos que se seguirão. São exemplo disto as notícias enviadas para outros potentados europeus, anunciando o sucesso da operação militar, a criação de uma infraestrutura governativa local, e mesmo as diversas bulas papais que vão sendo anunciadas, as quais terão como efeito proteger e reforçar a autoridade da Casa de Avis sobre esse mesmo território⁷.

⁷ MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins – *1415: A Conquista de Ceuta*. Oeiras: Manuscrito Editora, 2015; DUARTE, Luís Miguel – *Ceuta, 1415: Seiscentos Anos Depois*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015. Como exemplos de bula, veja-se: *Descobrimientos Portugueses*. Vol. 1. Ed. João Martins Silva Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988 [1944], doc. 229 (em benefício do infante D. Henrique), docs. 238-240 (este último, atendendo a um pedido do infante D. Pedro) e 242.

É durante este tempo que assistiremos ao surgimento de D. Duarte como figura política do reino. No entanto, tal deverá ser matizado. Como ponto de partida, há que sublinhar também que é evidente um esforço para dotar os filhos de D. João de recursos (funditários e outros), e mesmo de prestígio, condizentes com o seu estado. Assim, por exemplo, após a morte da mãe, em 1415, a infante D. Isabel tornar-se-á donatária única do património adstrito à chamada casa da rainha. Quanto aos irmãos mais velhos, Duarte, Pedro e Henrique, terão as suas casas senhoriais constituídas logo a partir de 1408. Como já foi referido, a partir de 1412 temos testemunho dos primeiros actos de associação de D. Duarte ao despacho dos assuntos do reino. Dois anos depois, no contexto dos preparativos para a operação militar de Ceuta, o herdeiro ficará encarregado do “poder executivo”, se podemos assim dizer, ao passo que Pedro e Henrique serão incumbidos da organização militar.

Como é bem conhecido, no rescaldo da tomada da praça, os três irmãos receberão do pai a dignidade de cavaleiros, na mesquita principal de Ceuta, recém-convertida a igreja católica. Pouco depois, o rei criará os ducados de Coimbra e Viseu, em benefício de Pedro e Henrique, respectivamente. Prova da visibilidade externa destes acontecimentos – quer da tomada de Ceuta, quer da criação dos ducados – é o desafio cavaleiresco lançado aos dois irmãos pelo duque de Bourbon e Auvergne, para se baterem cortesmente em armas⁸. Saliente-se que tal desafio não é alargado a D. Duarte. Ainda que filho primogénito de rei, este não se contava entre a aristocracia ducal, e por esse motivo não partilhava do estamento de Pedro, Henrique e do seu congénere francês.

Quanto aos irmãos mais novos, o infante D. João tornar-se-á administrador da Ordem de Santiago (1418) e, ainda que bastante mais tarde (1431), irá suceder a Nuno Álvares Pereira como condestável do reino. Mesmo o infante D. Fernando, apesar da sua posição hierárquica, sendo quinto na linha varonil, acumulará com os seus (comparativamente modestos) senhorios de Atouguia da Baleia e Salvaterra de Magos o serviço de *consilium et auxilium*, detendo – à semelhança dos irmãos –

⁸ CONDE DE TOVAR [Pedro Tovar de Lemos] – “O Desafio aos Infantes D. Pedro e D. Henrique”. *Revista de História* 6 (1917), pp. 249-261.

assento no conselho régio. Inclusive o filho ilegítimo do monarca, D. Afonso, conde de Barcelos, jamais é posto de parte nesse domínio. Poder-se-á dizer que esta visibilidade – transversal e inclusiva – atribuída aos infantes “da ínclita geração”, permitindo-lhes uma palavra a dizer nos empreendimentos do reino, é uma característica vincada da cultura política da primeira geração de Avis.

No entanto, será sobre os irmãos mais velhos, em particular, que durante os anos finais do reinado joanino recairão algumas funções precisas na esfera política. Em 1417, D. Pedro teria já permissão para tratar do seu casamento⁹. No ano seguinte, começa, talvez, a desenhar-se o perfil de infante das *Sete Partidas*, ao ser-lhe oferecido o senhorio de Treviso (Veneto), por Sigismundo do Luxemburgo¹⁰. Quando, em 1425, parte num longo périplo pelas principais cortes aliadas na Europa, D. Pedro fá-lo-á parcialmente a expensas do erário régio, o que penso indiciar o patrocínio do monarca português¹¹. Em 1429, logo após o seu regresso, casará não entre a aristocracia portuguesa, mas sim com uma representante da casa de Urgel, uma facção dinástico-política incontornável em Aragão, e inimiga feroz da família reinante. Quanto ao terceiro irmão, D. Henrique, para além do empenho na defesa da praça de Ceuta e da administração da Ordem de Cristo, que obtém em 1420, virá a ser decisivo nas viagens de exploração geográfica e económica ao longo da costa africana, destacando-se, nesta primeira fase, as ilhas da Macaronésia, com o arquipélago da Madeira ocupando especial lugar. D. Henrique via-se, pois, votado à esfera militar e à agenda ultramarina, e D. Pedro, em grande medida, dedicava-se a contactos fora do reino, para “ver terra”¹².

O que sobejava, então, para D. Duarte? Desde logo, os projectos matrimoniais, revestidos de particular importância, uma vez que se tratava do herdeiro do trono. Dotado, como vimos, de casa e rendimentos próprios em 1408, é também por essa

⁹ DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte*, p. 284.

¹⁰ *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. 7. Ed. António da Silva Rego. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968, doc. 4180 (Gav. 18-6-1), pp. 152-154.

¹¹ FARIA, Tiago Viúla de – “Diplomacy in the Fifteenth-Century Monarchical State”, p. 333.

¹² A expressão, aí aplicada ao conde de Ourém, encontra-se numa fonte mais tardia: RAMOS, Frei Jerónimo de - *Chronica dos feytos, vida, e morte do Infante Santo Dom Fernando, que morreo em Fez*. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1730 (cap. 9), p. 44.

altura que surgem as primeiras movimentações para casá-lo em Aragão¹³. Os planos concretizar-se-iam apenas em 1428, na pessoa da infante D. Leonor, irmã do rei D. Afonso V de Aragão. Entretanto, como já referi, Duarte ocupava-se de boa parte do governo do reino. Segundo o seu principal e actual biógrafo, que escreve com base na documentação produzida pela chancelaria joanina, “D. João I responsabilizou o filho pela justiça, pelos assuntos económicos e financeiros ... e pelo «conselho»”¹⁴. Têm sido atribuídas à intervenção política do infante D. Duarte 26 ordenações, entre as quais os regimentos dos corregedores e dos coudéis (1418) e a reforma do rol dos besteiros do conto (1422)¹⁵. No entanto, ainda de acordo com esse historiador, a actividade em questão não corresponderia, de modo algum, à indigitação do infante como uma espécie de vice-rei ou mesmo regente¹⁶. Por conseguinte, a sua participação em assuntos diplomáticos e da política externa do reino seria exígua e subordinada por completo às directrizes régias. Terá sido mesmo assim?

Passemos ao que é possível observar a partir da documentação de teor diplomático emanada entre 1412 e 1433, a qual percorrerei seguindo um critério cronológico. Estarei particularmente atento a três elementos caracterizantes: a exclusão ou inclusão – e em que termos – de Duarte nos actos em questão, a nomenclatura utilizada para o referir, e as prerrogativas que, porventura, o diferenciam face aos outros infantes e ao próprio soberano. Neste sentido, identifico três principais acontecimentos diplomáticos com maior expressão documental, a saber: os acordos matrimoniais do próprio infante, em 1428, o processo de pazes de Portugal com o reino de Castela, que culminará em 1431 em Medina del Campo, e finalmente os acordos celebrados com os infantes de Aragão, no ano seguinte, em Torres Novas. Veremos como se enquadra D. Duarte em cada um deles.

¹³ DINIS, António Joaquim Dias – “À Volta do Casamento de D. Duarte. (1409-1428)”. *Revista Portuguesa de História* 15 (1974), pp. 5-70.

¹⁴ DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte*, p. 87.

¹⁵ DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte*, cap. 6: “Um rei sem coroa”.

¹⁶ DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte*, p. 60: “Não se trata de uma regência: D. Duarte não assina documentos nem elabora leis em nome de um rei menor ou na momentânea ausência de um soberano”.

A formulação definitiva do contrato de casamento com a irmã do monarca aragonês, D. Leonor, é lavrada em Ojos Negros (Teruel), a 16 de Fevereiro de 1428¹⁷. Os signatários são, de um lado, Afonso V de Aragão e Leonor, e de outro João I de Portugal e Duarte (estes dois últimos representados pelo arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha). De entre o clausulado, importa ressaltar que Duarte participa no tratado por virtude do “expresso consentimento do dicto ssenhor rrej de Purtugal”¹⁸. Com efeito, o infante e o pai surgem partilhando exactamente as mesmas obrigações em todo o tratado. Ademais, não só ambos se comprometem a recusar conselho e auxílio aos inimigos dos irmãos de Leonor – ou seja, os quatro infantes de Aragão: Afonso, João, Pedro e Henrique –, mas esta exigência estende-se igualmente aos restantes infantes de Portugal: Pedro, Henrique, João e Fernando. Com efeito, o rei e os infantes irão jurar e confirmar os termos do tratado a 12 de Abril, em Almeirim¹⁹. É patente, pois, a subordinação política de todos os infantes ao monarca, apresentando-se a dinastia avisina como um todo indivisível do ponto de vista diplomático, mas também reconhecendo agência política, individualmente, a cada um dos seus membros varões.

Esta tónica, no entanto, não impedirá D. João I de conferir a Duarte um assinalável espaço de manobra no que concerne à constituição da casa da futura mulher e respectiva dotação. A 15 de Setembro, são confiados ao infante plenos poderes para dispor dos bens a conceder a D. Leonor em arras, câmara e mantimento. Tal procuração é apenas possível “confiando da nobreza, prudencia e grande discreçom do meu muyto amado filho jfante Eduarte, primogenito e herdeyro dos nossos rregnos e senhorios”; para tal podendo o infante dispor livremente do património régio como penhor, para “firmar e fazer e concordar quaaesquer scripturas e contractos ... que el quiser e por bem teuer”²⁰. Para mais, no mês seguinte, a poucos

¹⁷ *Monumenta Henricina*. Vol. 3. Ed. Idalino Ferreira da Costa Brochado; Manuel Lopes de Almeida. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1962, doc. 91, pp. 180-197. Será ratificada por João I de Portugal em 2 de Dezembro seguinte. Ver também *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. 7, doc. 4232 (Gav. 17-8-4), pp. 503-528.

¹⁸ *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 91, p. 183.

¹⁹ *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 97, pp. 204-205. O infante D. Pedro estava ausente do reino, razão pela qual provavelmente não enviara a sua ratificação.

²⁰ *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 124, pp. 254-255.

dias da celebração do casamento, o rei constituirá Duarte seu procurador para rectificar, conforme necessário, o clausulado do respectivo contrato²¹.

Uma vez que D. João I não se deslocará a Coimbra para o casamento, a ausência do patriarca parece ter reforçado a imagem do infante enquanto herdeiro, durante a boda. O próprio infante D. Henrique, ao dar conta, por escrito, das cerimónias matrimoniais, relata, por exemplo, como D. Duarte fizera dispor o “seu estrado e seu pano destado” no paço régio, apresentando-se perante todos de acordo com a sua dignidade²². Não deverá causar estranheza que a despesa com “aas festas da voda [de D. Duarte] ... com corregimento de sua caza e pessoa” tenha ascendido a 90.000 dobras, apesar de estarmos perante uma tomadia de casa dentro do próprio reino. Basta a comparação com o despendido nos casamentos de outros filhos de D. João: 25.000 dobras com o infante D. João e 35.000 com a infante D. Beatriz (a filha ilegítima de D. João I, que se casa em Inglaterra, com um membro da aristocracia condal), muito embora para custear a ida da infante D. Isabel para a Borgonha, em 1430, tenha sido gasto uma quantia pantagruélica, nada menos que 250.000 dobras²³.

Se, no processo negocial com Aragão do seu próprio casamento, D. Duarte não parece surgir em especial destaque, que posição ocupará na formulação dos tratos diplomáticos com Castela? As pazes definitivas, consagradas em Medina del Campo em 1431, viriam a constituir o remate ao armistício luso-castelhano, o qual começa a ser desenhado ainda antes da viragem para o século XV e se vai sedimentando, lenta mas progressivamente. Vejamos. Às pazes temporárias de Ayllón, celebradas a 31 de Outubro de 1411 em nome de João II de Castela, por este ser ainda menor de idade, seguir-se-iam – a muito custo e com oposição de grande parte dos validos do monarca – as celebradas em Ávila a 30 de Abril de 1423, dessa feita com o próprio

²¹ *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 126, pp. 259-261. Aos 4 de Novembro, o infante, na qualidade de procurador do pai, prometerá então a D. Leonor 30.000 florins de ouro de Aragão em arras (*Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 128, pp. 263-275).

²² *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 125, pp. 255-259, p. 258. Vejam-se também os docs. 129 e 130 (pp. 275-282).

²³ *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsídios Documentais)*. Ed. Jorge Faro. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1965, pp. 66-67.

rei castelhano²⁴. Ora, os três embaixadores portugueses (Martim do Sem, Fernão Gonçalves Belágua e Álvaro Gonçalves da Maia) vão munidos de uma procuração passada por D. João I, somente. Não existem outros signatários²⁵. Isso mesmo é reiterado em Setembro seguinte, quando se dá a proclamação geral do instrumento de trégua: “Saibham todos que nosso senhor elrey ha firmado e rretificado, por ssey e por seus herdeiros e sobçessores”²⁶. Nenhum dos filhos de D. João é nomeado, incluindo o herdeiro directo, Duarte.

Poucos anos mais tarde, viria a ser necessário reforçar os termos estipulados em Ávila, nomeadamente definindo melhor os direitos e defesos à navegação entre os dois reinos. Assim, em Setembro de 1427, serão aditados alguns capítulos, desta feita concertados entre o rei de Castela e o de Portugal e “seu filho nosso primo ... [ou seja, os] dictos Rex e Jfante [D. Duarte]”²⁷. É inequívoco que o herdeiro é chamado a assinar este novo instrumento, porventura tendo tido parte activa no processo a ele conducente. Mas o certo é que, na proclamação desses capítulos suplementares que se seguiu (a 4 de Dezembro de 1427), não é feita nenhuma alusão a Duarte, subentendendo-se que o acto diplomático é da responsabilidade de João I, tão somente²⁸.

Chegamos, enfim, a Medina del Campo, o tratado subsequente, já referido acima. Ao preconizar um estado de paz perene entre Castela e Portugal, este importante acordo, firmado a 30 de Outubro de 1431, constituía um acontecimento político de primeira ordem para a Península Ibérica de Quatrocentos²⁹. Nele, D. João II renuncia

²⁴ GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Santiago – *Las Relaciones Exteriores de Castilla en el Siglo XV: La Minoría de Juan II (1407-1420)*. Madrid: Comité Español de Ciencias Históricas, 2013, pp. 133-157.

²⁵ *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. 9. Ed. António da Silva Rego. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1971, doc. 4576 (Gav. 18-11-4), pp. 608-636; *Monumenta Henricina*, Vol. 3, doc. 37, pp. 58-69.

²⁶ *Monumenta Henricina*, Vol. 3, doc. 40, pp. 72-73; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Relaciones entre Portugal y Castilla*, doc. 47, pp. 179-181. Concomitantemente, procura-se, junto do Papa Martinho V, a nomeação de um mediador para a resolução de eventuais querelas: SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Relaciones entre Portugal y Castilla*, doc. 48, pp. 181-183.

²⁷ *Descobrimientos Portugueses*. Suplemento ao Vol. 1, doc. 84, pp. 111-113, p. 111.

²⁸ *Descobrimientos Portugueses*, Suplemento ao Vol. 1, doc. 85, p. 113. Veja-se também, de 8 de Junho de 1430, *Descobrimientos Portugueses*, Suplemento ao Vol. 1, doc. 90, pp. 117-118.

²⁹ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Las Relaciones entre Portugal y Castilla en el Siglo XV (1411-1474)”. In RIBOT GARCÍA, Luis Antonio; CARRASCO MARTÍNEZ, Adolfo; FONSECA, Luís Adão da (eds.) - *El Tratado de Tordesillas y su época (Congreso Internacional de Historia)*. Vol 2. Valladolid:

a todos os direitos que alegadamente detinha sobre os reinos de Portugal e Algarve. O arrazoado que serve de prelúdio ao tratado deixa claro que, para o lado castelhano, os acordos são em serviço de Deus, do rei de Portugal, do “infante don Eduarte, primogenito e herederero de Portugal e del Algarbe e señorío de Cepta, nuestro muy caro e muy amado primo” e, também, dos restantes infantes portugueses³⁰. Embora decreta a pacificação como “perpetua e valedera para todo siempre jamas”, o instrumento é selado e jurado apenas pelos dois monarcas reinantes, e não pelos herdeiros – ou seja, Duarte, por Portugal, e Henrique, príncipe das Astúrias (então com seis anos de idade), por Castela. Contudo, este último dará a sua aprovação ao tratado em separado, três semanas depois, mediante um instrumento notarial próprio. Seria expectável que uma declaração equivalente à do herdeiro castelhano fosse exarada por D. Duarte³¹. Tenha essa declaração existido ou não, o certo é que a ratificação do tratado, pelo lado luso, virá a 27 de Janeiro do ano seguinte. O fraseamento constante na pública forma reitera D. João I como signatário exclusivo, “com acordo e conselho do dicto infante Duarte, meu muyto preçado e amado filho primogenito e herdeiro”, para além dos irmãos deste e também dos duques, condes, prelados, mestres, ricos homens, cavaleiros “e outros no nosso conselho”, bem assim como dos procuradores das cidades e vilas. Dito de outra forma, é plasmada nesse documento toda a hierarquia do *consilium* régio, sem excepção³². Trata-se de uma formulação codificada, hierarquizada, mas também uniformizante, cujo propósito é, tão só, transmitir uma ideia de consenso no seio da comunidade política em torno do rei.

O terceiro processo que abordarei corresponde à liga com os infantes de Aragão que viria a ser estabelecida em 1432, em Torres Novas. Aqui chegados, é necessário relembra o conflito a que já aludi, entre o rei castelhano e os seus primos, os infantes de Aragão – na verdade, nascidos em Castela, de pais castelhanos, e

Junta de Castilla y León; Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 781-792 (pp. 781-783).

³⁰ *Monumenta Henricina*. Vol. 4, doc. 9, pp. 18-53, p. 21.

³¹ *Monumenta Henricina*, vol. 4, doc. 13, pp. 57-59, pp. 57-58: “el dicho señor príncipe ... dixo que aprouava e aprouo la dicha paz perpetua, concordja e amjstad fecha e firmada por el dicho señor rey de Castilla” (22 de Novembro de 1431, em Medina del Campo).

³² *Monumenta Henricina*, vol. 4, doc. 15, pp. 60-89, p. 64; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Relaciones entre Portugal y Castilla*, doc. 49, pp. 183-207.

praticamente todos eles com enormes ambições nesse reino. Importa sublinhar que em 1429 – ano do casamento do infante D. Pedro com Isabel de Urgel, estando D. Duarte já consorciado, e numa altura em que os reis de Aragão e Navarra, e o irmão destes, o infante D. Henrique de Aragão, se preparavam para invadir Castela – estes infantes, liderados pelo irmão mais velho, Afonso V de Aragão, se propõem trabalhar em prol das boas relações de Portugal com Castela, ao mesmo tempo em que se discutia as pazes definitivas entre estes reinos. As instruções transmitidas ao embaixador Pedro de Reus, provavelmente em Março desse ano, revelam que Afonso V contaria com a ajuda da irmã, D. Leonor, para persuadir nesse rumo o marido, bem assim como D. João I e o infante D. Pedro de Portugal³³. Em Agosto, será o rei de Navarra a procurar um entendimento com a coroa portuguesa, muito embora não pareça ter havido grande diferenciação entre os interlocutores, já que o embaixador, o clérigo García Aznar, estava instruído para estabelecer o diálogo, na generalidade, “cum dicto rege jnclitibusque jnfantibus eius filijs”³⁴.

Como seria de prever, a decisão de D. João I foi, tanto quanto possível, usar da neutralidade. Por um lado, estava fora de questão pôr em risco o processo de pazes luso-castelhanas então em curso; por outro, não convinha agastar os parentes aragoneses. Então, opta por se propor como mediador entre os infantes de Aragão e o monarca de Castela. A proposta, apresentada pelo embaixador português em finais de 1429, durante as cortes de Tortosa, é vista com bons olhos, tanto que ao longo da primavera seguinte serão mobilizadas, a partir da corte joanina, embaixadas aos reinos vizinhos. Porém, em finais de Julho, João I ver-se-ia confrontado com uma inesperada notícia: a 16 de Junho havia sido consumada uma trégua – conhecida como trégua de Majano – sem a sua intervenção, ou sequer conhecimento. Fazendo fé na *Crónica de Don Juan II*, “El rey de Portugal hubo muy gran sentimiento de los Reyes de Aragon é Navarra”, por essa razão³⁵.

Ora, será no rescaldo dos acontecimentos de Majano, adversos para os infantes de Aragão, que estes se voltarão novamente para a corte portuguesa. Logo em Outubro

³³ *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 135, pp. 286-288; ver também o doc. 134, pp. 285-286.

³⁴ *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 144, pp. 306-307.

³⁵ *Monumenta Henricina*, vol. 3, docs. 146, 147, 149, 151, 152, 156 (pp. 309-310, 311-313, 314-315, 317-320, 325-326 – citação extraída da p. 326).

de 1430, para defesa dos seus irmãos, Afonso V enviará o seu *maior domo*, um experimentado diplomata, “pora contractar e fer liga a[m]b lo dit rey de Portugal e jnfant don Odoart e encara don Pedro e altres fills de aquell”. As extensas instruções que transmite a D. Juan Fernández de Híjar aludem ao papel de D. Leonor e insistem no proveito de o embaixador chegar às boas graças de D. Duarte, para além de João I, “com a persones en les quals ha singular confiança e sperança, com ser se deu, per los deutes e bones amistats que son entre ells”³⁶. Em paralelo, Juan de Híjar leva instruções específicas para conferenciar com os infantes Pedro e Henrique, acerca dos dois infantes de Aragão seus homónimos³⁷. Uma vez mais, embora reconhecida alguma preeminência ao primogénito, D. Duarte, a estratégia política de Aragão para as relações com Portugal passava claramente pelo reconhecimento de uma importância política muito semelhante aos irmãos deste, bem assim como a D. Leonor.

Esta nova estratégia por parte de Afonso V ganha forma a partir de Outubro de 1430, e irá gerar frutos ao longo dos dois anos seguintes. Sabemos que em Março de 1431 o “muy jnclito e magnifico jnfante don Aduart, primogenito de Portugal” se correspondia directamente com o cunhado, acerca de assuntos considerados suficientemente sigilosos para serem transmitidos, pelos respectivos embaixadores, apenas verbalmente³⁸. Entretanto, o infante pedia a membros do conselho régio seus familiares – seguramente ao irmão D. João, ao meio-irmão, D. Afonso, e aos filhos deste, os condes de Ourém e de Arraiolos – “conselho pera as cousas que com os de fora ham de ser trautadas”³⁹. Estamos a falar de uma linha secundária de figuras políticas, no plano internacional. Contudo, no plano interno, a medida revelava prudência. D. Duarte tomava a dianteira, ao procurar aferir a sensibilidade do ramo familiar afonsino quanto às políticas externas que ele próprio favoreceria.

A 17 de Abril, Afonso V irá delegar em García Aznar (o mesmo agente ao serviço de Navarra) poderes suficientes “para que ... possades trautar, aceptor, autorgar,

³⁶ *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 158, pp. 328-331 (p. 330).

³⁷ *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 161, pp. 333-334.

³⁸ *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 164, p. 337.

³⁹ *Monumenta Henricina*, vol. 4, doc. 23, pp. 111-123; doc. 24, pp. 123-126; doc. 26, pp. 129-133; doc. 21, pp. 99-108.

afremar quaaesquer lianças e amiganças, confederaações, juramentos, conuenças e concordias com o muyto jllustre princepe dom Joham, pella graça de Deus rrey de Purtugal, ... et ajnda com o princepe Eduarte e com os jfantes dom Pedro, dom Henrique e os outros seus filhos ... e com quaaesquer delos, em hũu ou departidamente”⁴⁰. Esta e outras legações encontrarão o seu desfecho no tratado de Torres Novas, firmado, como já referi, a 11 de Agosto de 1432. Trata-se de um pacto de paz e amizade, celebrado entre o infante D. Duarte e os seus irmãos, de uma parte, e os quatro infantes de Aragão da outra – a saber, Afonso V de Aragão, João I de Navarra, Pedro e Henrique. Como signatários, figuram somente o representante aragonês e o próprio Duarte, que detinha “auctoridade e poder” para representar os irmãos.

A principal finalidade do tratado é a modificação de uma cláusula anteriormente fixada nos tratos celebrados ao tempo do matrimónio entre Duarte e Leonor, a qual impedia Duarte e os irmãos de prestarem qualquer tipo de conselho, favor e ajuda contra os quatro infantes de Aragão, exceptuando-se os reis e senhorios de Inglaterra e Castela – por sua vez, em liga com Portugal por intermédio de tratados de amizade. Em Torres Novas, a cláusula em questão será, pois, alterada, eliminando-se dela o rei e senhorio de Castela⁴¹. Seguir-se-ão as sucessivas confirmações do tratado por parte de todos os infantes portugueses: Henrique a 16 de Agosto, Pedro a 22 de Agosto, Fernando a 28, e João a 21 de Setembro⁴².

A ausência do monarca português nestes trâmites é flagrante, tanto mais pelos termos – no mínimo inusitados – com que ela é justificada no próprio tratado, mencionando-se que D. João I tinha dado autorização prévia aos termos acordados, mas também que o rei tinha dúvidas quanto a João II de Castela ser omitido. Parece-me indiscutível que, nesta instância, o velho rei tinha passado para segundo plano. Não é fácil percebermos exactamente porquê. D. João teria ficado profundamente desagradado com a forma, porventura desleal, como Afonso V e os irmãos deste

⁴⁰ *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 167, pp. 340-342 (p. 341).

⁴¹ *Monumenta Henricina*, vol. 4, doc. 33, pp. 144-156; *As Gavetas da Torre do Tombo*. Vol. 8, doc. 4417 (Gav. 18-4-19), pp. 442-458.

⁴² *Monumenta Henricina*, vol. 4, doc. 34, pp. 155-156; doc. 35, pp. 157-158; doc. 36, pp. 160-161; doc. 38, pp. 161-162. Ver também *Monumenta Henricina*, vol. 4, doc. 63, pp. 224-226.

tenham agido em Majano, é certo. Ademais, a sua maior preocupação externa sempre fora Castela. Nesse domínio, as pazes de Medina del Campo não eram senão o corolário político e diplomático de todo um reinado. No entanto, em simultâneo, assistimos ao protagonismo assumido pelo filho mais velho, enquanto principal signatário do lado português em Torres Novas, como líder político da dinastia e do governo régio – “o muyto alto e muy excellente princepe e senhor dom Eduarte, pella graça de Deus yfante primogenyto, herdero nos rregnos de Purtugal e do Algarue e do senhorio de Cepta”.

É difícil dizer em que medida a elevação de D. Duarte a interlocutor diplomático privilegiado, neste momento em particular, se terá devido mais às pressões exercidas pelos vários infantes aragoneses (incluindo a esposa, D. Leonor), ao resultado de consensos entre os infantes de Portugal (e o círculo do conde de Barcelos), à afirmação da visão política do próprio D. Duarte, ou ainda à própria evolução do enquadramento político-diplomático ao longo do primeiro terço do século XV, associados à idade avançada de João I⁴³. A veneranda geração do antigo mestre de Avis e de Nuno Álvares Pereira, absorta na afirmação pela via militar face a Castela, ver-se-ia inevitavelmente suplantada pela próxima: toda uma geração de infantes que, no conjunto das respectivas carreiras políticas e interesses intelectuais, espelha o alargamento – e actualização – dos horizontes diplomáticos da coroa portuguesa a outras geografias, interlocutores e parceiros.

Se quisermos, o remate desta gradual passagem de testemunho (mais ou menos voluntária) será a insistência de João I, depois do tratado de Torres Novas, em reiterar os termos da liga de amizade com Castela, oficializados anteriormente em Medina del Campo. Assim o transmitirá pessoalmente Pedro Gonçalves, vedor da fazenda régia, ao próprio rei de Castela, a 13 de Outubro de 1432, perante testemunhas dos dois reinos. Em seguida (a 7 de Novembro), igualmente na presença de notários públicos de Castela e Portugal, o tratado será jurado, uma vez mais, pelo rei e todos os seus filhos no paço real de Almeirim, com a justificação de

⁴³ Basta conferir o elenco de “ditados ... del rey pera outros príncipes e senhores”, composto por D. Duarte: *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Ed. João José Alves Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1982, 181-200.

que “se dizem ser feitas e cometidas alguuas cousas de hũa parte aa outra e da outra aa outra, as quaaes alguus deziaam ser contra da dicta paz e amizade perpetua e em quebrantamento della”⁴⁴. Rapidamente, logo nos dias seguintes, os infantes Duarte, Pedro e Henrique confirmarão e selarão o juramento de manter a paz perpétua com Castela⁴⁵. Ainda assim, se torna claro que o rei de Portugal estava numa posição de maior passividade – ou, pelo menos, de anuência – em relação a algumas questões de política externa na ordem do dia, em que alguns dos seus filhos se viam envolvidos. Um dos últimos actos diplomáticos por si protagonizados, em 26 de Dezembro de 1432, em Alcochete, seria a confirmação dos acordos gizados pelo primogénito relativamente ao diferendo existente entre os seus primos, infantes de Aragão, e João II de Castela⁴⁶.

Termino com algumas reflexões, que espero possam apoiar futuras investigações sobre a diplomacia dinástica em Portugal medieval, e eduardina em particular. Como já sublinhei, a análise da presença do infante D. Duarte na tratadística faz supor que a participação é subalterna à política régia. Ou seja, não chega a autonomizar-se, ou mesmo distinguir-se, relativamente à linha apontada pelo monarca. Talvez a sacração do próprio casamento do infante em 1428, e o respectivo contrato, constituam um pequeno desvio à norma, já que esse episódio parece constituir um momento de maior afirmação. No entanto, nem aí D. Duarte surge isolado dos restantes infantes. Para utilizar o termo de Stéphane Péquignot na introdução a este dossier, impera no seio desta primeira geração de Avis uma “coerência dinástica” que não tolera sinais de dissonância entre os seus representantes. Neste sentido, é de lembrar a mesma coerência discursiva ao nível da memorialização oficial, já que, em prol do sentido de harmonia familiar, o próprio D. Duarte, encomendador da *Crónica de D. João I* a Fernão Lopes, é nela apresentado sem o menor laivo de protagonismo⁴⁷. Na realidade, para o infante D. Pedro,

⁴⁴ *Monumenta Henricina*, vol. 4, doc. 42, pp. 167-170 (p. 168); SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Relaciones entre Portugal y Castilla*, doc. 51, pp. 207-209.

⁴⁵ *Monumenta Henricina*, vol. 4, doc. 43, pp. 170-174; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Relaciones entre Portugal y Castilla*, doc. 52, pp. 210-213.

⁴⁶ SUÁREZ FERNÁNDEZ, *Relaciones entre Portugal y Castilla*, docs. 62 e 63, pp. 230-237 e 237-244.

⁴⁷ FARIA, Tiago Viúla de – “Fernão Lopes and the Two Reigns of João of Avis (Introduction – The Chronicle of King João I of Portugal, Part 2)”. In *The Chronicles of Fernão Lopes. Vol. 4. The Chronicle of King João I of Portugal, Part 2*. Ed. Amélia P. Hutchinson, Juliet Perkins, Philip Krummrich, Teresa Amado. Woodbridge: Tamesis, 2023, pp. 1-10 (pp. 7-8).

dirigindo-se ao irmão por ocasião do seu alçamento por rei, Duarte era “o melhor e mais obediente filho que eu conheçy”⁴⁸.

Na verdade, D. Pedro, aristocrata de alto estatuto, veterano dos contactos internacionais, e, ao contrário do irmão herdeiro, liberto do quotidiano do despacho régio, parece ter gozado de maior liberdade diplomática. Encontramos nele um agente dinâmico e, ao que nos é dado perceber, presente nos assuntos de política externa de um modo muito mais directo do que o irmão. Hipoteticamente, o estreitar de relações políticas com a Coroa de Aragão ao longo do primeiro terço do século XV terá sido um interesse partilhado – talvez mesmo incentivado – por Pedro e Duarte. Ressalve-se que, para este período, muito permanece por explorar dos fundos documentais existentes no Arquivo da Coroa de Aragão, e até certo ponto, no Arquivo Geral de Simancas, relativos a Portugal.

Estas considerações poderão ser emendadas a partir do momento em que se trace um estudo prosopográfico exaustivo que compare os agentes diplomáticos empregues, consecutivamente, por D. João I e D. Duarte, e que permita estabelecer dinâmicas entre serviço régio, propriamente dito, e o serviço a membros não reinantes da dinastia⁴⁹. Tal poderia ajudar a esclarecer casos intrigantes, como o de um oficial heráldico identificado como “çcuta Rey darmas do Ifante duarte”, o qual surge como testemunha num feito envolvendo uma transacção comercial com a Zelândia (Midelburgo) ou Flandres, datando provavelmente de 1417⁵⁰. Aliás, para

⁴⁸ Infante D. Pedro, dirigindo-se por carta ao irmão, aquando do alçamento deste por rei: *Monumenta Henricina*, vol. 4, doc. 70, pp. 248-252 (p. 250).

⁴⁹ À semelhança, aliás, do que já foi ensaiado para o período que compreende os reinados de D. Duarte a D. João II, incluindo-se aí o tempo da regência do infante D. Pedro: FARIA, Diogo – *A Diplomacia dos Reis de Portugal no Final da Idade Média (1433-1495)*. 2 vols. Porto: Universidade do Porto, 2021. Tese de Doutoramento, e MARINHO, Duarte M. M. de Babo – *Os Embaixadores Portugueses nos Reinos Ibéricos (1431-1474): Um Estudo Sociodemográfico*. Vol. 2. Porto: Universidade do Porto, 2017. Tese de Doutoramento. Existem catálogos prosopográficos para João I e Afonso V, respectivamente, em: SANTOS, Maria Alice Pereira – *A Sociologia da Representação Político-Diplomática no Portugal de D. João I*. Lisboa: Universidade Aberta, 2015. Tese de Doutoramento, Anexo 1, pp. 190-505; LIMA, Douglas Mota Xavier de – *A Diplomacia Portuguesa no Reinado de D. Afonso V (1448-1481)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016. Tese de Doutoramento, Apêndice 7, pp. 287-427.

⁵⁰ *Chancelarias Portuguesas. D. João I. Vol. V - Tomo 2*. Ed. João José Alves Dias; Pedro Pinto. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2023, doc. 503, pp. 664-665 (p. 665). Sabe-se muito pouco acerca deste personagem: LIMA, João Paulo Abreu e – *Armas de Portugal: Origem, Evolução, Significado*. Lisboa: INAPA, 1998, p. 344; LIMA, João Paulo Abreu e; Maria Alice P. Santos – “Quem foi Gonçalo Caldeira: Testemunhos para uma Análise de Funções Políticas na Corte Portuguesa Quatrocentista – de D. João I a D. Afonso V”. *Ciências e Técnicas do Património* 2 (2003), pp. 335-346 (339-340).

além dos agentes diplomáticos em si, haveria que analisar de perto as testemunhas, por exemplo, dos tratados e actos a eles associados. Também a título exemplar, em 1431 desloca-se a Medina del Campo, para testemunhar os procedimentos, Rodrigo Esteves de Ortigueira, cavaleiro da casa do infante D. Henrique, e em 1432 figurará entre as testemunhas da promulgação do mesmo tratado, em Almeirim, Martim Afonso de Melo, da casa de D. Duarte⁵¹.

Por último, será somente após o dilatado período de associação de D. Duarte ao governo do reino que assistiremos a uma mudança de vulto na nomenclatura alusiva ao sucessor à coroa. Na documentação emanada a partir da chancelaria de D. João I, será designado “Infante doarte nosso filho primeiro herdeiro” (em 1403⁵²), ou “Ifante duarte noso filho herdeero” (1407⁵³). No entanto, bastas vezes não é referida a qualidade sucessória, optando-se por “Jfante Eduarte meu ffilho” (*mutatis mutandis*, em 1410, 1416, 1430...)⁵⁴. Com frequência, ocorre a fórmula o “Jffante meu ffilho” (1416, 1422, 1426, 1429, 1430...)⁵⁵, a qual acabará por surgir abreviada, simplesmente, como “o Infante”: por exemplo, “o Jfante o mandou” (1409, ou similar em 1411, 1412, 1413, e depois em 1421 ou 1423⁵⁶), ou “Nos o Infante fazemos saber”, *mandamos, defendemos*, etc. (1415, 1416, 1423, 1426, 1428, 1433⁵⁷). Como é sabido, à semelhança de “El Rey” relativamente ao monarca, a forma consagrada para identificar o herdeiro é “O Jfante”. O próprio irmão, infante D. Henrique, a ele se refere, em 1428, como “o ifante meu senhor”⁵⁸. Tal transparece, também, na documentação diplomática.

Portanto, os registos de chancelaria demonstram, ao longo do tempo, bastante heterogeneidade quanto à identificação do estado de D. Duarte, mesmo sendo

⁵¹ *Monumenta Henricina*, vol. 4, docs. 9 (pp. 18-53) e 15 (pp. 60-89).

⁵² *Monumenta Henricina*, vol. 5, doc. 168 (p. 206).

⁵³ *Monumenta Henricina*, vol. 5, doc. 257 (p. 320).

⁵⁴ *Monumenta Henricina*, vol. 4, doc. 760 (198); *Monumenta Henricina*, vol. 5, docs. 342 (pp. 420-422), 422 (p. 531), 427 (p. 541), 467 (p. 615).

⁵⁵ *Monumenta Henricina*, vol. 4, docs. 579 (p. 105), 686 (p. 165), 791 (pp. 216-217); *Monumenta Henricina*, vol. 5, docs 480 (p. 639), 506 (p. 667), 507 (p. 668).

⁵⁶ *Monumenta Henricina*, vol. 4, docs. 344 (p. 423), 351 (p. 430), 385 (p. 475), 390 (p. 482), 515 (p. 679), 531 (p. 693), 532 (p. 696), 533 (p. 697), 551 (p. 730).

⁵⁷ *Monumenta Henricina*, vol. 5, docs. 275 (pp. 337-338), 406 (p. 507), 530 (p. 692), 538 (p. 713), 543 (p. 719), 571 (p. 753).

⁵⁸ *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 125 (pp. 255-259).

inequívoco tratar-se do herdeiro e sucessor. No entanto, a titulação utilizada para, e por, D. Duarte é definida bastante cedo. Já em 1409, se não antes, verifica-se a fórmula “Eduarte pella graça de deus Jfante primojenitu [e] herdeiro nos Rejnos de portugal e do algarue” (1409), depois ampliada para “e herdeiro nos ... regnos e senhorio [de cepta]” (em exemplo de 1431)⁵⁹. A mesma (com idênticas variações) é usada em actos de responsabilidade conjunta entre o infante e o seu pai: “Dom joham pella graça de deus Rey de portugal e do algarue E senhor de cepta Em sembra com o Jffante duarte meu filho primogenjto e herdeiro” (1424⁶⁰). D. Duarte adopta a mesma titulação, em versão latina, na correspondência externa, ao dirigir-se, por exemplo, à Santa Sé: “Eduardus ... prefati regis primogenitus, infans et heres” (1425)⁶¹.

Contudo, constatamos que na correspondência de Afonso V de Aragão é dada preferência à formulação em uso nesse território, equivalente à utilizada em Castela (desde 1388) e Navarra (desde 1423). Dirigindo-se ao infante D. Pedro, em Agosto de 1427, o rei de Aragão informa-o acerca dos avanços na negociação do casamento da irmã, Leonor, com “el jnfant don Odoart, primogenito de Portugal”, mas em Dezembro seguinte já se enunciará o “muy jllustre princep el jnfant don Odoart”⁶². Assim mesmo consta no tratado matrimonial, como “muy jnclito ifante dom Eduarte, filho primogenyto do dicto rrej de Purtugal”⁶³. Nas instruções passadas ao embaixador Pedro de Reus em 1429, é identificado, simplesmente, como “princep don Odoart”⁶⁴. E assim continuará, uma vez que, nas cartas que escreve ao cunhado, Afonso V não hesita em apelidá-lo “muy jllustre princep el jnfant don Aduart, primogenjto de Portogal, nuestro muy caro e muy amado hermano”, no que constitui uma distinção evidente relativamente aos restantes infantes seus irmãos – por sua vez identificados como infantes (secundogénitos), mas não príncipes⁶⁵. Será por

⁵⁹ Respectivamente, *Monumenta Henricina*, vol. 5, doc. 344 (p. 423); *Monumenta Henricina*, vol. 4, doc. 795 (p. 224).

⁶⁰ *Monumenta Henricina*, vol. 4, doc. 424 (p. 17). Por exemplo, em documento de 13 de Novembro de 1425 as palavras “e herdeiro” estão omissas (*Monumenta Henricina*, vol. 4, doc. 696, p. 174).

⁶¹ *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 54, pp. 101-102, p. 102.

⁶² *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 80 (p. 163) e p. 174.

⁶³ *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 91, pp. 180-197 (p. 181).

⁶⁴ *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 135, pp. 286-288.

⁶⁵ Concomitantemente, a esposa de Duarte é “muy jllustre princessa la jnfanta dona Elionor dAragon e de Sicilia, primogenjta de Portogal, nuestra muy cara e muy amada hermana”. Veja-se estas e as

influência deste intercâmbio diplomático com Aragão que a monarquia portuguesa acaba por alinhar com as suas congêneres, já que em 1433, falecido D. João I, refere Rui de Pina que o infante D. Afonso, primogénito do novo rei, D. Duarte, “foy ho primeiro filho herdeiro dos rrex destes rregnos que se chamou princepe, porque atee elle todollos outros se chamaram ifantes primogenjtos herdeiros”⁶⁶. Por fim, o título de príncipe, que Duarte nunca chegara a obter, tornava-se um seu legado logo após a morte do pai e, juntamente com ela, da primeira geração política da dinastia de Avis.

Referências bibliográficas

Fontes

Chancelarias Portuguesas. D. João I. Vol. V – Tomo 2. Ed. João José Alves Dias; Pedro Pinto. Lisboa: Centro de Estudos Históricos, 2023.

Crónica de Juan II de Castilla [por Álvaro García de Santa María]. Ed. Juan de Mata Carriazo. Madrid: Real Academia de la Historia, 1982.

Crónica del halconero de Juan II, Pedro Carrillo de Huete. Ed. Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1946.

Descobrimientos Portugueses. vol. 1 e Suplemento ao Vol. 1. Ed. João Martins Silva Marques. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988 [1944]

Diário da Jornada do Conde de Ourém ao Concílio de Basileia. Ed. Aida Fernanda Dias. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2003.

As Gavetas da Torre do Tombo. Vol. 7, 8 e 9. Ed. António da Silva Rego. Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1968-1971.

Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa). Ed. João José Alves Dias. Lisboa: Editorial Estampa, 1982.

Monumenta Henricina. Vol. 3 e 4. Ed. Idalino Ferreira da Costa Brochado; Manuel Lopes de Almeida. Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1962.

restantes formulações, consoante o destinatário, em missivas datadas de 9 de Agosto de 1429: *Monumenta Henricina*, vol. 3, doc. 157, pp. 326-327. Entre 1429 e 1431, veja-se igualmente *Monumenta Henricina*, vol. 3, docs. 141 (pp. 299-300), 164 (p. 337), 172 (pp. 350-351).

⁶⁶ Citada em *Monumenta Henricina*, vol. 4, doc. 72, pp. 257-258.

RAMOS, Frei Jerónimo de - *Chronica dos feytos, vida, e morte do Infante Santo Dom Fernando, que morreo em Fez*. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1730.

Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481 (Subsídios Documentais). Ed. Jorge Faro. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 1965.

Refundición de la Crónica del Halconero por el obispo Don Lope Barrientos. Ed. Juan de Mata Carriazo. Madrid: Espasa-Calpe, 1946.

Estudos

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente – “El Restablecimiento de la Paz entre Castilla y Portugal (1402-1431)”. In HOMEM, Armando Luís de Carvalho; PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor; COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto da (eds.) - *Ibéria, Quatrocentos/Quinhentos. Duas Décadas de Cátedra (1984-2006): Homenagem a Luís Adão da Fonseca*. Porto: CEPES, 2009, pp. 47-90.

ARAÚJO, Julieta – *Portugal e Castela na Idade Média*. Lisboa: Colibri, 2009.

CONDE DE TOVAR [Pedro Tovar de Lemos] – “O Desafio aos Infantes D. Pedro e D. Henrique”. *Revista de História* 6 (1917), pp. 249-261.

CONDE DE TOVAR [Pedro Tovar de Lemos] – “A Embaixada do Infante D. Denis à Côrte de Inglaterra em 1388”. *O Instituto. Jornal Científico e Literário* 83 (1932), pp. 206-231.

DINIS, António Joaquim Dias – “À Volta do Casamento de D. Duarte. (1409-1428)”. *Revista Portuguesa de História* 15 (1974), pp. 5-70.

DUARTE, Luís Miguel – *D. Duarte: Requiem por um Rei Triste*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2005.

DUARTE, Luís Miguel – *Ceuta, 1415: Seiscentos Anos Depois*. Lisboa: Livros Horizonte, 2015.

FARIA, Diogo – *A Diplomacia dos Reis de Portugal no Final da Idade Média (1433-1495)*. 2 vols. Porto: Universidade do Porto, 2021. Tese de Doutoramento.

FARIA, Tiago Viúla de – “Diplomacy in the Fifteenth-Century Monarchical State: A Baronial Pursuit? (Portugal, 1416-1449)”. *Anales de la Universidad de Alicante: Historia Medieval* 19 (2015), pp. 327-342.

FARIA, Tiago Viúla de – “Fernão Lopes and the Two Reigns of João of Avis (Introduction – The Chronicle of King João I of Portugal, Part 2)”. In *The Chronicles of Fernão Lopes. Vol. 4. The Chronicle of King João I of Portugal (Part 2)*. Ed. Amélia P. Hutchinson, Juliet Perkins, Philip Krummrich, Teresa Amado. Woodbridge: Tamesis, 2023, pp. 1-10.

FONSECA, Luís Adão da – *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*. Lisboa: INAPA, 1991.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Las Relaciones entre Portugal y Castilla en el Siglo XV (1411-1474)”. In RIBOT GARCÍA, Luis Antonio; CARRASCO MARTÍNEZ, Adolfo; FONSECA, Luís Adão da (eds.) - *El Tratado de Tordesillas y su época (Congreso Internacional de Historia)*. Vol 2. Valladolid: Junta de Castilla y León; Sociedad V Centenario del Tratado de Tordesillas; Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995, pp. 781-792.

GONZÁLEZ SÁNCHEZ, Santiago – *Las Relaciones Exteriores de Castilla en el Siglo XV: La Minoría de Juan II (1407-1420)*. Madrid: Comité Español de Ciencias Históricas, 2013.

LIMA, Douglas Mota Xavier de – *O Infante D. Pedro e as Alianças Externas de Portugal (1425-1449)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2012. Dissertação de Mestrado.

LIMA, Douglas Mota Xavier de – *A Diplomacia Portuguesa no Reinado de D. Afonso V (1448-1481)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2016. Tese de Doutorado.

LIMA, Douglas Mota Xavier de – “À Volta do Casamento do Infante D. Pedro”. *Medievalista* 21 (2017), pp. 1-26.

LIMA, João Paulo Abreu e – *Armas de Portugal: Origem, Evolução, Significado*. Lisboa: INAPA, 1998.

LIMA, João Paulo Abreu e; Maria Alice P. Santos – “Quem foi Gonçalo Caldeira: Testemunhos para uma Análise de Funções Políticas na Corte Portuguesa Quatrocentista – de D. João I a D. Afonso V”. *Ciências e Técnicas do Património* 2 (2003), pp. 335-346.

MARINHO, Duarte M. M. de Babo – *Os Embaixadores Portugueses nos Reinos Ibéricos (1431-1474): Um Estudo Sociodemográfico*. 2 vols. Porto: Universidade do Porto, 2017. Tese de Doutorado.

MOEGLIN, Jean-Marie ; PÉQUIGNOT, Stéphane (eds.) – *Diplomatie et “relations internationales au Moyen Âge (IXe-XVe siècle)*. Paris: Presses Universitaires de France, 2017.

MONTEIRO, João Gouveia; COSTA, António Martins – *1415: A Conquista de Ceuta*. Oeiras: Manuscrito Editora, 2015.

NOVOA PORTELA, Feliciano; FERNANDES, Isabel Cristina Ferreira – “Consolidar la Paz, ganar Nuevos Mundos: El Tratado de Medina de Campo–Almeirim (1431)”. In ALBUQUERQUE, Martim de; GUERREIRO, Inácio; NOVOA PORTELA, Feliciano; POSTIGO CASTELLANOS, Elena (eds.) - *Encontros e Desencontros Ibéricos: Tratados Hispano-Portugueses desde a Idade Média*. Lisboa; Barcelona; Madrid: Chaves Ferreira; Lunweg editores, 2006, pp. 73-90.

OLIVERA SERRANO, César – “Pax in bello: La Difícil Paz entre Castilla y Portugal (1369-1431)”. *Vínculos de Historia* 7 (2018), pp. 46-60.

RIBEIRO, Francisco de Almeida – *Pela Mão do Infante D. Pedro: Pensamento Político e Dinâmicas de Poder no Portugal Tardo-Medieval*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2022. Dissertação de Mestrado.

RODRIGUES, Ana Maria S.A. – *As Tristes Rainhas: Leonor de Aragão, Isabel de Coimbra*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2012.

SANTOS, Maria Alice Pereira – *A Sociologia da Representação Político-Diplomática no Portugal de D. João I*. Lisboa: Universidade Aberta, 2015. Tese de Doutoramento.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “Medieval Portuguese Royal Chronicles. Topics in a Discourse of Identity and Power”. *E-Journal of Portuguese History* 5-2 (2007), pp. 1-7.

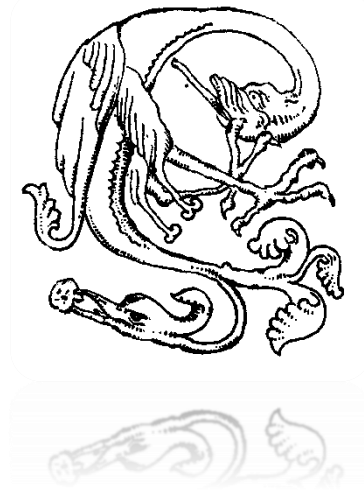
SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Relaciones entre Portugal y Castilla en la Época del Infante don Enrique (1393-1460)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960.

VIGIL MONTES, Néstor – “El Relato Cronístico en la Reconstrucción de las Relaciones Lusocastellanas en el Siglo XV: Posibilidades, Problemáticas y Límites de la Fuente Narrativa”. In TORO CEBALLOS, Francisco (ed.) - *Los Reinos Peninsulares en el Siglo XV: De lo Vivido a lo Narrado – Encuentro de Investigadores en Homenaje a Michel García*. Andújar: Ayuntamiento de Andújar; Asociación Cultural Enrique Toral y Pilar Soler, 2015, pp. 309-318.

ZELLER, Maria Beatriz Sanches van – *Motivos e Memória da Viagem de D. Afonso, Filho de D. João I*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2018. Dissertação de Mestrado.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FARIA, Tiago Viúla de – “O melhor e mais obediente filho”: Duarte, infante de Portugal, na diplomacia ibérica (1412-1433)”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 255-280. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt> .



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 36 | Julho – Dezembro 2024

ISSN 1646-740X

In the name of the father? The diplomacy of Prince João of Portugal (1474-1481)

Em nome do pai? A diplomacia do príncipe João de Portugal (1474-1481)

Diogo Faria

Universidade do Porto, Faculdade de Letras
Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço, Memória
4150-564; Porto; Portugal

diogopintofaria@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-4640-6394>

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Outubro de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 19 de Abril de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8362>

ABSTRACT

Prince João assumed some protagonism in the life of the kingdom of Portugal from 1471 onwards, when he was part of the army that conquered Arzila (North Africa), and successively increased his preponderance in governance until the end of the life of his father, King Afonso V. This article describes, analyses and seeks to interpret João's "escalation" in the political leadership of the kingdom with a focus on his participation in diplomatic activities. The preponderance he achieved during the war with Castile (1475-1479) and the establishment of peace (1479-1480) stands out. This was a period in which he often acted autonomously and led political lines different from those defended by his father.

Keywords: diplomacy, war, peace, negotiations, Portugal, Castile

RESUMO

O príncipe João assumiu algum protagonismo na vida do reino de Portugal a partir de 1471, quando integrou o exército que conquistou Arzila (Norte de África), e aumentou sucessivamente a sua preponderância na governação até ao final da vida do seu pai, o rei Afonso V. Este artigo descreve, analisa e procura interpretar essa "escalada" de João na condução política do reino com foco na sua participação em atividades diplomáticas. Destaca-se a preponderância que alcançou durante a guerra com Castela (1475-1479) e o estabelecimento da paz (1479-1480), um período em que muitas vezes atuou autonomamente e protagonizando linhas políticas diferentes das que eram defendidas pelo seu pai.

Palavras-chave: diplomacia, guerra, paz, negociações, Portugal, Castela



In August 1479, Queen Isabel of Castile replied to a coded letter from Fernando de Talavera, her ambassador who was in Portugal negotiating the end of the war that had started in 1475. She gave a clear instruction: “El dotor mire que no negocie sy no con el principe en persona”¹. That is, the diplomat was only authorized to negotiate with the prince. We are talking about João (b. 1455, r. 1481-1495), the son of King Afonso V (r. 1438-1481), who at that time was not absent from the kingdom, neither sick nor disabled. And at stake was a business of the utmost importance: after four years of war, the establishment of a peace that would involve a set of matrimonial alliances that could lead to the reconfiguration of the political scenario of the Iberian Peninsula. The purpose of this text is to understand how and why we got here. Why, in 1479, was the prince and not the king of Portugal in charge of such an important business? What diplomatic activities has Prince João developed up to this point? And which ones did he continue to play during the following years, until his father's death? Did he act on his own initiative? Or did he trade on behalf of his father? Did he act accordingly to his own particular interests?

To answer these questions, we will start by looking at the historiography and images that have been disseminated about Afonso V and João II for several centuries. We will then briefly present an overview of the sources that allow us to examine these questions and indicate some of the challenges they pose to historians. Finally, following a chronological order, we will analyse the diplomatic activities in which Prince João was involved since childhood, through the questioning of a set of narrative and diplomatic sources produced, above all, in the kingdoms of Portugal and Castile.

¹ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*. Vol. I. Ed. Antonio de la Torre e Luis Suárez Fernández. Valladolid: CSIC, 1958, Doc. 144, p. 217.

Historiography

Reflecting on the diplomacy of a crown prince² necessarily implies scrutinizing a period in which, in principle, two leading figures of a given political entity were acting simultaneously in international relations: the said crown prince and the incumbent king. It is not always easy to distinguish, in certain sets of events, what is due to the action of one or the other. This would be possible if the documentary records that are preserved fully testified to individual performances, but this is not often the case. For example, in the 1479 peace between Portugal and Castile³, on the Portuguese side, it is in the name of the king and the prince that the various agreements signed with the *Catholic Kings* are assumed, but nothing in these texts allows us to distinguish the role that each one had until the conclusion of the process. Did they act together? Were they aligned? Did one of the parties take care of everything or almost everything and the other just came together to formalize it? Or were there elements that resulted from the political vision and efforts of one of them and others arising out of the interests of the other? It is true that there are other sources, such as the chronicles, which allow us to advance some hypotheses to answer these questions, but it is also evident that even these chronicles transmit visions that can be contradictory. This is, of course, the historian's challenge: to gather sources, cross-reference them, interpret them, and try to draw conclusions that are at least credible.

In this information analysis process, when a crown prince and his father's king are at stake, there is one element that can be preponderant: the image that the researcher has of each of the figures. There are at least three aspects to point out

² On the figure of crown princes in the Middle Ages, including the evolution of their roles in different areas of Christianity, and on the succession in the monarchies of this period, cf.: *El acceso al trono: concepción y ritualización*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2017; BARTLETT, Robert - *Blood royal. Dynastic politics in medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021; FRANCISCO OLMOS, José María - *El príncipe heredero en las Coronas de Castilla y Aragón durante la Baja Edad Media*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1995. PhD Thesis; GIESEY, Ralph E. - *Le rôle méconnu de la loi salique. La succession royale, XIV^e-XVI^e siècles*. Paris: Les Belles Lettres, 2007; LACHAUD, Frédérique Lachaud; PENMAN, Michael A. (éds.) - *Making and breaking the rules. Succession in medieval Europe, c. 1000- c. 1600*. Turnhout: Brepols, 2008.

³ Edited in: *Documentos referentes a las relaciones con Portugal*, vol. I, doc. 165, pp. 245-284.

about the general traits with which historiography has characterized Afonso and João⁴:

1. Both Afonso V and João II have well-defined – maybe we can say stereotyped – images, which include very contrasting fundamental characteristics.
2. These images are not recent constructions. On the contrary, they have been developed at least since the decades following the death of these men.
3. Even if they may correspond to simplifications of complex phenomena and even if certain contrasts may not be so accentuated, these images are, in general, well founded.

What, then, is the image that most historiography retains of Afonso V and João II? On the one hand, we have a king who protects the nobility, focused on the war in Africa, oblivious to maritime exploration, somehow politically inept. On the other hand, a centralizing sovereign concerned with the aggrandizement of the crown, a skilful and pragmatic administrator, a visionary in relation to the ocean⁵. Deep down, a backward king compared to his own time, succeeded by another who was ahead of the time in which he lived. Armindo de Sousa was clear about Afonso V: “He must have died without realizing that between the world he imagined and the one in which he actually existed there was an abyss of centuries”⁶. And Oliveira Marques, a few years earlier, had drawn the contrast between the two: João II “was a typical

⁴ The most important works on the lives of these two kings are the following: FONSECA, Luís Adão da - *D. João II*. Lisbon: Temas e Debates, 2007; GOMES, Saul António - *D. Afonso V. O Africano*. Lisbon: Círculo de Leitores, 2006; MENDONÇA, Manuela - *D. João II*. 2nd edition. Lisbon: Editorial Estampa, 1995.

⁵ Naturally, not all historians share the same view. João Paulo Oliveira e Costa, for example, regarding the exploration of the Atlantic, noted several years ago that “the prince's entrance onto the scene did not provoke any fundamental alteration”. SEE: COSTA, João Paulo Oliveira e - “D. Afonso V e o Atlântico”. In COSTA, João Paulo Oliveira e - *Mare Nostrum. Em busca de honra e riqueza*. Lisbon: Temas e Debates, 2013, pp. 25-62 *maxime* pp. 55-59.

⁶ SOUSA, Armindo de - “1325-1481”. In MATTOSO, José (Dir.) - *História de Portugal*. Vol. II - *A monarquia feudal*. Coord. José Mattoso. Lisbon: Editorial Estampa, 1997, pp. 261-466, *maxime* pp. 423-424 (our translation, as the following from Portuguese historiography).

Renaissance sovereign. Unlike his father, he belonged well to the times in which he lived and showed himself to be a completely “modern” man”⁷.

These fundamental differences between the profiles of one and the other have very remote origins. Rui de Pina, the first chief chronicler of the kingdom to write about each of them in texts commissioned by the crown, traced them in the final chapters of the respective chronicles in which he provided an account of the lives of those biographed. Afonso V, perhaps even because of his “great humanity”, before the many who had the “dare to ask him for it”, reacted with “shame on not granting it”. As a result, the “things of the crown and of the kingdom” were “stripped and reduced to a small extent”. In addition, he never stopped promoting “difficult things” and pursuing them “by arms as a knight”, having more of a profile for that than for acting “as a king in the civil and political regiment of the kingdoms”⁸. On the contrary, João II “was the prince of his time with fewer privates”, and “being a lord of lords, he never wanted to be or seem to be a servant of servants”. Regarding the things of the crown, “to keep them, he gave very little”. And those he gave were “rents without jurisdictions or landlords”, so that even “they seemed more like loans than donations”⁹. About half a century later, the political project associated with the writing of the chronicle of Prince João by Damião de Góis involved praise of the same characteristics: João II, in contrast to his predecessor and his successor, was a “skilled, ruthless [and] efficient politician”¹⁰.

The fixation of these images cannot be dissociated from political objectives and specific contexts – in the case of Damião de Góis’ work, the defence of the primacy of the monarchy was at stake at a time when large manor houses were once again gaining strength¹¹ –, but this notion should not lead us to think that they are

⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira - *História de Portugal*. Vol. I. 14th edition. Lisbon: Editorial Presença, 2010, pp. 336-342.

⁸ PINA, Rui de - “Crónica do senhor rei D. Afonso V”. In PINA, Rui de - *Crónicas*. Ed. M. Lopes de Almeida. Oporto: Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 577-881, *maxime* pp. 880-881.

⁹ PINA, Rui de - “Crónica d’el rei D. João II”. In PINA, Rui de - *Crónicas*. Ed. M. Lopes de Almeida. Oporto: Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 883-1033, *maxime* pp. 1029-1031.

¹⁰ GÓIS, Damião de - *Crónica do Príncipe D. João*. Ed. Graça Almeida Rodrigues. Lisbon: Universidade Nova de Lisboa, 1977, p. LXXXIV.

¹¹ As Graça Almeida Rodrigues pointed out in: GÓIS, Damião de - *Crónica do Príncipe D. João*, pp. LXXXI-LXXXV.

completely meaningless narratives. The idea of Afonso V as a monarch promoting the highest nobility in contrast to a João II who fought it has broad factual support: while the father created 14 new nobility titles, the son not only stopped this movement but made it extinguish one of the most important houses of the kingdom – that of Bragança¹². With regard to maritime expansion, it is also indisputable that João II had a stronger direct intervention than his father in Atlantic affairs, to the detriment of a commitment to military conquests in North Africa. There are other ideas that can and should be nuanced. For example, as Miguel Aguiar has already demonstrated, the chivalric ideology that shaped a large part of the actions of Afonso V is not as anachronistic as it often appears¹³. Furthermore, the monarch who became known as *the African* was not an inept ruler devoid of qualities. His reign corresponded to a period of stabilization and strengthening of the process of bureaucratization of the administration of the kingdom¹⁴.

Sources

There are two fundamental sets of sources that make it possible to analyse the diplomacy of Prince João: a relatively large set of Portuguese and Castilian chronicles and some documents that resulted directly from diplomatic activity, such as treaties and missive letters.

¹² OLIVEIRA, Luís Filipe; RODRIGUES, Miguel Jasmins - "Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza: a titulação na 2.^a dinastia". *Revista de História Económica e Social* 22 (1988), pp. 77-114.

¹³ AGUIAR, Miguel - *Cavaleiros e cavalaria. Ideologia, práticas e rituais aristocráticos em Portugal nos séculos XIV e XV*. Oporto: Teodolito, 2018.

¹⁴ This is demonstrated, for example, by the various studies dedicated by Judite Gonçalves de Freitas to the bureaucracy of Afonso V. The main one is: FREITAS, Judite A. Gonçalves de - "*Teemos por bem e mandamos*". *A burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*. Cascais: Patrimonia, 2001.

There are four narrative texts of Portuguese origin that focus on this period¹⁵: the chronicles of Afonso V and João II written by Rui de Pina¹⁶; the chronicle of João II by Garcia de Resende¹⁷; and the chronicle of Prince João by Damião de Góis¹⁸.

Rui de Pina's works have the particularity of having been written at the service of the Crown and of being part of the general chronicle project promoted by the Portuguese monarchs since the first half of the 15th century. There are three aspects that are important to highlight: firstly, the discourse conveyed by these texts corresponds to the official view of power over the narrated events; secondly, the fact that Rui de Pina held the positions of chief chronicler of the kingdom and chief keeper of the *Torre do Tombo* archive allowed him access to the documents in which the memory of the kingdom was preserved; finally, the fact that Rui de Pina had served in embassies during the reigns of Afonso V and João II made him a privileged witness to some of the events he described¹⁹.

The works of Garcia de Resende and Damião de Góis have a different character. The one by Garcia de Resende, completed in 1533, was a private initiative partially based on the work of Rui de Pina, to which the author added several episodes that he had witnessed or learned about as a member of the house and a regular at the court of João II. Instead of archival documents, what Garcia de Resende adds to the already completed portrait of this king is precisely one more testimony of someone who knew the person he is writing about.

The work of Damião de Góis has the particularity of only focusing on the period before the accession to the throne of the heir of Afonso V, which was unprecedented in a Portuguese chronicle. This humanist complemented the information of previous chroniclers with data he collected in foreign chronicles, which he cited to reinforce

¹⁵ A general overview about these texts, their authors and their relation with diplomacy is available in: FARIA, Diogo - *A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495)*. Vol. I. Oporto: Universidade do Porto, 2021. PhD Thesis, pp. 65-71.

¹⁶ PINA, Rui de - "Crónica do senhor rei D. Afonso V"; PINA, Rui de - "Crónica de el rei D. João II".

¹⁷ RESENDE, Garcia de - *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Ed. Joaquim Veríssimo Serrão. Lisbon: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991.

¹⁸ GÓIS, Damião de - *Crónica do príncipe D. João*.

¹⁹ About the diplomatic activity of Rui de Pina, cf.: FARIA, Diogo - *A diplomacia dos reis de Portugal*, vol. II, p. 47.

his positions. Published in 1567, at a time when a crisis of succession to the Portuguese throne was foreseen, this chronicle had a clear purpose of political intervention, which involved enhancing Portuguese legitimacy in the Castile succession war of 1475-1479 and the importance of centralization of powers in the Crown in the face of competition from the aristocracy, of which João II, even as a prince, would be a symbol.

Also containing information about the diplomatic activity of this prince are the Castilian chronicles by Diego Enríquez del Castillo²⁰, Fernando del Pulgar²¹ and Lucio Marineo Siculo²². Also in these cases, naturally, it is necessary to consider the political interests of the authors: the first was a chronicler of Enrique IV and defended the legitimacy of Joana as his daughter; Fernando del Pulgar and Lucio Marineo Siculo, on the contrary, were servants of the *Catholic Kings* and sought to legitimize their positions in the war against Afonso V²³.

Whether Portuguese, Castilian or of any other origin, chronicles must always be read with an attitude of constructive distrust, which implies knowledge of the contexts in which they were produced and an attempt to identify their purposes²⁴. The best way to take advantage of its contents involves comparing, whenever possible, with sources of other typologies.

²⁰ CASTILLO, Diego Enríquez del - *Crónica de Enrique IV*. Ed. Aureliano Sánchez Martín. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad de Valladolid, 1994.

²¹ PULGAR, Fernando del - *Crónica de los Reyes Católicos*. 2 vols. Ed. Juan de Mata Carriazo. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2008.

²² SÍCULO, Lucio Marineo - *Vida y hechos de los Reyes Católicos*. Madrid: Atlas, 1943.

²³ A general overview of Castilian chronicles from the 15th century is presented in: GARCIA, Michel - "La crónica castellana en el siglo XV". In LUCÍA MEGÍAS, José Manuel; GRACIA ALONSO, Paloma; MARTÍN DAZA, Carmen (eds.) - *Actas. II Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 1992, pp. 53-70.

²⁴ On precautions to be taken when reading and using the content of the chronicles, see: DUARTE, Luís Miguel - *Ceuta. 1415*. Lisbon: Livros Horizonte, 2015, pp. 33-44; GODINHO, Vitorino Magalhães - "Introdução". In *Documentos sobre a expansão quatrocentista portuguesa*. Ed. Vitorino Magalhães Godinho. Vol. I. Lisbon: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2011, pp. 11-30, *maxime* pp. 16-21; SOUSA, Armindo de - "Os cronistas e o imaginário do século XV (breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso)". In SOUSA, Armindo de - *O parlamento medieval português e outros estudos*. Oporto: Fio da Palavra, 2014, pp. 509-513; SPIEGEL, Gabrielle M. - "Theory into practice: reading medieval chronicles". In KOOPER, Erik (ed.) - *Medieval Chronicle*. Leiden: Brill, 1996, pp. 1-12.

In this case, documents that result directly from diplomatic activity are highlighted. Unfortunately, both in relation to Portugal and Castile – the political entity with which the Portuguese royal family had the most relations – they are not abundant. But there are some and they are far from irrelevant. For the period and characters in question, the agreements signed in Alcáçovas and in Toledo in 1479 and 1480, which put an end to four years of war between Portugal and Castile, stand out²⁵. Specific examples of diplomas such as procurations to ambassadors²⁶, papal bulls²⁷ and missive letters²⁸ will also be used to at least try to raise hypotheses about the diplomatic activities in which João was involved as prince.

The early years

Before becoming an actor of diplomacy himself, Prince João, born in 1455 and heir to the throne since then, was an object of diplomatic negotiations.

In the mid-1460s, relations were strengthened between Afonso V of Portugal and Enrique IV of Castile²⁹. João was, at that time, a child of about ten years old, and therefore did not have an active participation in the politics of the kingdom. As the future King of Portugal, however, his marriage was already a matter of the utmost importance. The first references to the prince in international contacts date back to those years.

In 1464, the kings of Portugal and Castile met in Gibraltar and, according to the chroniclers, designed two matrimonial alliances: between Afonso V and Princess Isabel of Castile, the future *Catholic Queen*; and between Prince João and Princess Juana of Castile. In addition to these new family ties would be Afonso V's support for

²⁵ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal*, vol. I, doc. 165, pp. 245-284.

²⁶ Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Manizola*, cod. 177, fls. 50v-51v.

²⁷ *Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua história*. Vol. III. Ed. João Martins da Silva Marques. 2nd edition. Lisbon: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, doc. 149, pp. 216-218; SANTARÉM, Visconde de - *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo...*, vol. X. Paris, Lisbon: J. P. Aillaud, Academia Real das Ciências, 1854, pp. 91-92.

²⁸ Paris, Bibliothèque Nationale de France, *Manuscrit portugais 20*, fls. 94v-97.

²⁹ This is attested by the embassies exchanged between the two kingdoms at this time and by the meetings between their monarchs: FARIA - *A diplomacia dos reis de Portugal*, vol. I, pp. 180-185, 337-349.

Enrique IV in the conflicts in which he faced important sectors of the Castilian aristocracy at that time³⁰.

A few months later, in Puente del Arzobispo, a new meeting between the two monarchs would have served to address the same subject and would have had similar conclusions. The chroniclers are sparse in information and highlight what was perhaps more relevant for those who wrote a few years later and were fully aware of how the story ended: the marriages never came to fruition³¹.

However, that hypothesis was not ruled out at that point, on the contrary. Between 1464 and 1465 the scenario of internal conflict in Castile worsened, and Enrique IV was symbolically deposed in the “farce of Ávila”³². In this context, the Queen of Castile and sister of the King of Portugal travelled to Guarda to meet with Afonso V and “request help for her husband”³³. This meeting resulted in an agreement for the marriage of Afonso V to Isabel, but there is no evidence that the marriage of the Portuguese prince was discussed again³⁴.

³⁰ PINA, Rui de - “Crónica do senhor rei D. Afonso V”, chap. CLIV, p. 809; *Hechos del condestable Don Miguel Lucas de Iranzo (crónica del siglo XV)*. Ed. Juan de Mata Carriazo. Granada: Universidad de Granada, 2009, chap. XVII, pp. 187-189; GÓIS, Damião de - *Crónica do Príncipe D. João*, chap. XVII, p. 51; LEÃO, Duarte Nunes de - “Crónica e vida del rey D. Afonso o V”. In LEÃO, Duarte Nunes de - *Crónicas dos reis de Portugal*. Ed. M. Lopes de Almeida. Oporto: Lello & Irmão, 1975, pp. 781-1010, *maxime* chap. XXXIII, pp. 882-883; CASTILLO, Diego Enríquez del - *Crónica de Enrique IV*, chap. 55, pp. 208-209; PALENCIA, Alonso de - *Crónica de Enrique IV*, Década I, Book VI, chap. IX, p. 143; ZURITA, Jerónimo - *Anales de Aragón*. vol. VII. Ed. Ángel Canellas Lopez. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2003, Book XVII, chap. LVI; CHAVES, Álvaro Lopes de - *Livro de apontamentos (1438-1489)*. Ed. Anastásia Mestrinho Salgado and Abílio José Salgado. Lisbon: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983, p. 318. The political panorama of the Crown of Castile is described in detail in: SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Nobleza y Monarquía. Endimientio y rivalidad*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005.

³¹ PINA, Rui de - “Crónica do senhor rei D. Afonso V”, chap. CLVII, p. 814; LEÃO, Duarte Nunes de - “Crónica e vida del rey D. Afonso o V”, chap. XXXV, p. 886; GÓIS, Damião de - *Crónica do Príncipe D. João*, chap. XVII, p. 52; CASTILLO, Diego Enríquez del - *Crónica de Enrique IV*, chap. 57, pp. 210-211; PALENCIA, Alonso de - *Crónica de Enrique IV*, Década I, Book VI, chap. X, p. 146; CHAVES, Álvaro Lopes de - *Livro de apontamentos*, p. 318.

³² See: AZCONA, Tarsicio de - “Capitulaciones matrimoniales entre Alfonso V de Portugal e Isabel de Castilla en 1465”. *Edad Media. Revista de Historia* 5 (2002), pp. 135-159, *maxime* pp. 135-138; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Enrique IV de Castilla. La difamación como arma política*. Barcelona: Ariel, 2001, pp. 275-342.

³³ CHAVES, Álvaro Lopes de - *Livro de apontamentos*, p. 317.

³⁴ *Memorias de Don Enrique IV de Castilla*. Vol. II. Madrid: Real Academia de la Historia, 1913, doc. CXXVIII, pp. 503-514; CHAVES, Álvaro Lopes de - *Livro de apontamentos*, p. 317.

According to Garcia de Resende, there were many times when Enrique IV proposed marrying his daughter to the Portuguese prince³⁵, and there is an undated letter, probably written in 1468 or 1469, that testifies to these efforts. In the instructions given to an officer of arms, the master of the Order of Santiago of Castile addresses the possibility of promoting a new meeting between the Queen of Castile and the King of Portugal, whose main objective would be to negotiate the marriage of Prince João to Juana³⁶. As far as we know, that encounter never took place.

In fact, the Portuguese prince would marry a cousin, Leonor, who was the daughter of Fernando, brother of Afonso V. Garcia de Resende presents a simple explanation for this marriage: the king wanted to favour his brother, who was one of the most powerful nobles of the kingdom and who had asked him a lot for this matrimonial alliance³⁷. In this way, João was destined to become the second consecutive king of Portugal to have a *national* wedding, since the marriage of Afonso V was also negotiated within the Portuguese royal family. Concluded in 1471, this marriage did not therefore correspond to an alliance with a royal house from another space and did not give rise to the embassies, trips and sumptuous celebrations that were associated with these occasions. It was, in a way, an *undiplomatic* marriage, even though it involved obtaining a dispensation from the pope to legitimize the marriage, which was achieved in 1470³⁸.

As it was said, until this time Prince João was mainly an object of his father's diplomacy, not an agent of diplomacy, but that was about to change. In 1471, when he married, João was already 15 years old. That same year, he participated in the conquest of Arzila, in Morocco, and was knighted. This is considered by most historiography to be the first relevant act of his life. The following year, in 1472, he became master of the Order of Santiago (and he had been, since 1468, master of the Order of Avis). In 1474, Afonso V granted him the monopoly of navigation and trade in the Guinea Sea – which, in practice, meant that he started directing the Portuguese

³⁵ RESENDE, Garcia de - *Crónica de D. João II e Miscelânea*, chap. IV, p. 4.

³⁶ Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Manizola*, cod. 177, fls. 57v-59. Edited in: FARIA - *A diplomacia dos reis de Portugal*, vol. II, doc. 33, pp. 133-135.

³⁷ RESENDE, Garcia de - *Crónica de D. João II e Miscelânea*, chap. IV, p. 4.

³⁸ PINA, Rui de - “Crónica do senhor rei D. Afonso V”, chap. CLIX, pp. 815-816.

maritime expansion. Meanwhile, his household became more complex, with more specialized officers in the domestic, administrative, financial, political, and military domains³⁹. At the end of that year Enrique IV died and the dispute for the throne of Castile began. It was in this scenario that João, still a prince, asserted himself as one of the great political protagonists of the Iberian Peninsula and developed a significant diplomatic activity.

The war

Enrique IV died on December 12, 1474 and it is supposed that he determined in his will that he left the crown of Castile to his daughter Juana and the government of the kingdom to Afonso V of Portugal, who should marry her⁴⁰. As it is well known, there was another candidate for the throne, Isabel, sister of the deceased monarch, and married to the heir to the Crown of Aragon. The Castilian aristocracy was divided between supporting the two presumed heiresses, reason why Enrique IV's will could never be executed without giving rise to a confrontation.

At this point, Prince João was almost 20 years old, married, with a pregnant wife, was an administrator of two military orders, was a war veteran in Africa and promoted business and explorations in the Atlantic. He already had intense political activity. He had no idea how long he would have to wait to ascend to the throne, but he knew that it could take a long time, since his father was only 42 years old at the time. It was not up to him to decide whether or not to claim Enrique IV's inheritance, but it was no longer credible that he had no direct intervention in what happened from that moment on.

Rui de Pina reports in his chronicle that Afonso V decided to assemble the Royal Council as soon as he learned of the death of the King of Castile and the provisions of his will. Following it, the first position that the chronicler highlights is that of the

³⁹ GOMES, Saul António – *D. Afonso V*, pp. 103-107.

⁴⁰ About the death and final wills of Enrique IV, see: LADERO QUESADA, Miguel Ángel - *La España de los Reyes Católicos*. 4th edition. Madrid: Alianza Editorial, 2014, pp. 52-61; SUÁREZ FERNÁNDEZ - *Enrique IV de Castilla*, pp. 499-528; SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis - *Isabel I. Reina*. Barcelona: Ariel, 2015, pp. 75-96. The question of the existence or not of a will of Enrique IV, which is not consensual among historians, is presented and discussed in: ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto da – *A batalha de Toro*. Oporto: Fronteira do Caos, 2014, pp. 82-88.

crown prince: “with the hope of seeing his kingdoms in Portugal grow”, João desired that his father would agree to marry Juana and fight for the throne of Castile. More than that, he sought to influence the remaining counsellors to encourage the king in the same direction. Rui de Pina – who was a contemporary of these events and dealt closely with several of the characters involved – even reveals that João II, already king, regretted several times that his father had been ill advised on many occasions, namely when he did not accept the matrimonial proposals that Enrique IV presented to him in 1464/1465. If that had happened – says the chronicler –, Afonso V and João II of Portugal would have been “peaceful kings and lords of Spain”⁴¹.

What would be João's motivation for assuming such position? There is a first aspect that seems evident: the ambition to become king of a domain much larger than the one that fell to him when he was born. There is another point that could also be on the prince's mind: the possibility of assuming, in the immediate or short term, a more relevant political role, considering his father's involvement in Castile's affairs. It is well known how the political protagonism of some crown princes of the Middle Ages grew in contexts of war, as happened with Edward the *Black Prince* before Edward III and with the Dauphin Louis (future Louis XI) before Charles VII⁴².

The option of accepting the inheritance of Enrique IV and fighting for the throne of Castile was not consensual among the members of the Portuguese Royal Council. After having sounded out the support he could have in the neighbouring kingdom, Afonso V decided to advance in January 1475. Four months later, while preparing to cross the border, the king handed over the government of the kingdom to his son⁴³.

But, Isabel of Castile and Fernando of Aragon tried to avoid conflict. In the beginning of February 1475, they sent an embassy to Portugal consisting of Doctor André de Vilhalón and André de Viveiro. Two letters of credence are preserved⁴⁴, addressed

⁴¹ PINA, Rui de - “Crónica do senhor rei D. Afonso V”, chap. CLXXIII, pp. 829-830

⁴² See: BARBER, Richard - *Edward, Prince of Wales and Aquitaine: a biography of the Black Prince*. Martlesham: Boydell, 2003; BLANCHARD, Joël - *Louis XI*. Paris: Perrin, 2015; FAVIER, Jean - *Louis XI*. Paris: Fayard, 2001.

⁴³ FONSECA, Luís Adão da - *D. João II*, pp. 46-48.

⁴⁴ Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Manizola*, cod. 177, fls. 64-64v, 64v-65. Edited in: FARIA, Diogo - *A diplomacia dos reis de Portugal*, vol. II, doc. 42, p. 144; doc. 143, pp. 144-145.

by each of the future *Catholic Kings* to Prince João, which confirms his political relevance, even at the international level, at a time when the war had not really broken out. Although we have no information about the contacts that were established with the prince, we can see that abroad he was already seen as a relevant interlocutor.

Beginning in May of this year, João ruled the kingdom for nearly two and a half years, with short interruptions in between. One of them happened in 1476, when he left his wife Leonor as regent to go to Castile and join in the war⁴⁵. The outcome of the Battle of Toro, which was inconclusive on a military level but constituted a defeat for Portugal on a political level, marked what would happen in the following years. Still in Castile, Afonso V realized that only with effective external support could he succeed in this war, and decided to travel to France to guarantee the aid of Louis XI⁴⁶. There are no direct testimonies of João's position regarding this decision, but there is no sign of opposition to his father's policy. However, he would continue to rule the kingdom.

What diplomatic activities did Prince João develop while regent of the kingdom? Naturally, the chronicles that focus on this period give great prominence to a diplomatic event that was not carried out by the prince: the trip of Afonso V to France and the set of meetings and contacts that it gave rise to. But the foreign relations of the Portuguese crown did not end with the king's actions, and there are some testimonies of initiatives in which the prince was involved from Portugal.

In April 1476, even before the Battle of Toro, the prince gave a procuration to four ambassadors so that, in his name, they could negotiate support for the cause of

⁴⁵ *As Gavetas da Torre do Tombo*. vol. 8. Ed. António da Silva Rego. Lisbon: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1972, doc. 4422, pp. 488-489. Several works from Portuguese and Spanish historiographies address the details of this conflict. A summary of the essentials can be found, for example, in: DIAS, José João Alves; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – “A conjuntura”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) – *Nova História de Portugal*. Vol. V *Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. Coord. José João Alves Dias. Lisbon: Editorial Presença, 1998, pp. 689-760, *maxime* pp. 689-698.

⁴⁶ About this trip, see: FARIA, Diogo - *A diplomacia dos reis de Portugal*, vol. I, pp. 188-194, 372-379; SERRÃO, Joaquim Veríssimo - *Relações históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975.

Afonso V in Castile. He did so, explicitly, as a “*regedor* and governor for the king”⁴⁷. It was not unusual for princes in the Middle Ages to send embassies in their own name, but – differently from this case – this often happened in parallel with diplomatic missions sent by their fathers. This was what happened, for example, when Charles VII of France and Dauphin Louis sent embassies to Rome following the election of Pope Nicholas V in 1447⁴⁸.

In September or October 1477, before Afonso V's return to Portugal, the prince signed a truce whose wording is unknown. According to Jerónimo Zurita, it would be valid for two years and had been negotiated following clashes on the border⁴⁹. In the Archivo General de Simancas, are preserved the powers passed by Isabel to the Count of Feria, which determined that he could establish a truce in the terms that he considered most convenient, covering the region between the town of Albuquerque and Andalusia⁵⁰. This truce has been practically ignored by Portuguese historiography, but it seems of the utmost relevance in the context of this text: after more than two years of conflict and at a time when the failure of Afonso V's trip to France was already evident, it was the prince who led an initiative that indicated a change in policy. For the first time since early 1475, there was a strong sign that peace could be the way.

Before analysing the peace that was actually signed in 1479 and trying to identify the prince's role in these negotiations, seems interesting to refer to a banal and apparently unimportant letter, but whose significance can be highlighted. In May 1478, already after Afonso V's return to Portugal – that is, after the prince's term as governor of the kingdom ended –, the Duchess Mary of Burgundy wrote to João to ask that the Portuguese Fernão Valente, who had been a servant of the Duchess Isabel of Portugal and Duke Charles *the Bold*, was hired for the administration of the Portuguese king⁵¹. Although it is not unprecedented and unusual for a prince to

⁴⁷ Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Manizola*, cod. 177, fls. 50v-51v. Edited in: FÁRIA, Diogo - *A diplomacia dos reis de Portugal*, vol. II, doc. 46, pp. 147-148.

⁴⁸ FAVIER, Jean - *Louis XI*, p. 98.

⁴⁹ ZURITA, Jerónimo - *Anales de Aragón*, vol. 8, Book XX, chap. XII.

⁵⁰ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal*, vol. I, doc. 63, pp. 134-135.

⁵¹ Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Manizola*, cod. 177, fl. 46v-47v. Edited in: FÁRIA, Diogo - *A diplomacia dos reis de Portugal*, vol. II, doc. 48, pp. 150-151.

receive contacts from foreign powers⁵², this seems to mean two things: on the one hand, the prince was perfectly integrated into the network of international contacts that the marriages of the Portuguese royal family in previous generations had allowed to develop; on the other hand, in 1478, at least from Burgundy, it was already the prince who was seen as the proper interlocutor for matters – even if minor – related to the governance of the kingdom.

The peace

Peace was signed in September 1479, in Alcáçovas, and confirmed at the beginning of the following year in Toledo. Two women were at the heart of these agreements: Queen Isabel of Castile and Duchess Beatriz of Portugal. According to various sources, narrative and diplomatic, the meeting between this aunt and niece in Alcantara, which lasted a few days, resulted in the basis of the negotiations that would be developed and concluded in the following months⁵³. But what do the sources tell us about the prince's participation in this process?

Let's start with the Portuguese narrative sources. Rui de Pina does not present a very detailed account, but he is clear about the distribution of responsibilities among the members of the Portuguese royal family. After a discreet approach, Duchess Beatriz met Isabel in Castile. The king and prince were aware of these contacts and supported them. The conclusion of the deal took place in Portugal, at Alcáçovas, with the prince being entrusted by the king with “the business and charge of the dealings and settlements of said peace”. The texts were agreed between two ambassadors from each of the parties –Rodrigo Maldonado, for Castile, and João

⁵² Consider what happened, for example, in the weeks preceding the conquest of the North African city of Ceuta by João I of Portugal (1415), when envoys from the kingdoms of Aragon and Granada established personal contacts with various members of the Portuguese royal family, including the crown prince Duarte. See: FARIA, Diogo – “O papel da diplomacia na preparação da conquista de Ceuta”. *Fragmenta Historica* 7 (2019), pp. 37-53, *maxime* pp. 46-50.

⁵³ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal*, vol. I, doc. 127, pp. 179-183; *Documentos sobre relaciones internacionales de los Reyes Católicos*. Vol. I. Ed. Antonio de la Torre. Barcelona: CSIC, 1949, doc. 9, pp. 9-10; PINA, Rui de - “Crónica do senhor rei D. Afonso V”, chap. CCVI, pp. 867-870; LEÃO, Duarte Nunes de - “Crónica e vida del rey D. Afonso o V”, chap. LXV, p. 994; PULGAR, Fernando del - *Crónica de los Reyes Católicos*, vol. I, chap. CIV, pp. 366-368; chap. CIX, pp. 379-380; SÍCULO, Lucio Marineo - *Vida y hechos de los Reyes Católicos*, pp. 82-84; ZURITA, Jerónimo - *Anales de Aragón*, vol. 8, Book XX, chap. XXX, XXXII and XXXIV; TOLEDO, Doctor de - *Cronicón de Valladolid (1333-1539)*. Valladolid: Grupo Princiario, Caja de Ahorros de Valladolid, 1984, p. 142.

Fernandes da Silveira, for Portugal –, but we know that the prince was present in this small village of Alentejo⁵⁴.

Garcia de Resende does not present details about the negotiations and refers that the peace was “made by King Afonso and the King of Castile”⁵⁵. Damião de Góis did not write a very developed version of this event, but he added important information: the prince was the author of the clause that determined that Juana abdicated of her “royal status” and would become a nun⁵⁶.

In Castile, Fernando del Pulgar and Lucio Marineo Siculo recorded various details about the course of these negotiations and both underlined the role of João, who had to convince his father to accept peace. Pulgar noted that the prince always supported the initiatives of Duchess Beatriz with a view to ending the war and was at her side in the fight for the king's support for what had been agreed in Alcantara. The monarch hesitated until the end, but João and Beatriz managed to persuade him to accept peace⁵⁷. Lucio Marineo Siculo highlighted that the prince was the first person to whom Beatriz showed the chapters of peace. According to this chronicler, at a time when the negotiations could be about to fail due to the senseless demands of Afonso V, it was the prince who convinced him that peace was the right choice for the kingdom. One of the arguments he would have used was that the war was unjust, especially because Enrique IV was sterile⁵⁸.

If we compare these accounts and critically analyse them, there seems to be little doubt about the prince's role in the peace negotiations⁵⁹. Apparently, two alternative views on the conflict were at stake: on the one hand, Duchess Beatriz and the crown prince wanted peace; on the other, Afonso V continued to cherish the

⁵⁴ PINA, Rui de - “Crónica do senhor rei D. Afonso V”, chap. CCVI, pp. 867-870.

⁵⁵ RESENDE, Garcia de - *Crónica de D. João II e Miscelânea*, chap. XXI, p. 25.

⁵⁶ GÓIS, Damião de - *Crónica do Príncipe D. João*, chap. CIII, pp. 213-214.

⁵⁷ PULGAR, Fernando del - *Crónica de los Reyes Católicos*, vol. I, chap. CX, pp. 381-401.

⁵⁸ SÍCULO, Lucio Marineo - *Vida y hechos de los Reyes Católicos*, pp. 82-87.

⁵⁹ And historiography has already pointed out this aspect, as demonstrated by these two examples: Afonso V's biographer, Saul António Gomes, wrote that in the peace process the king was “a mere spectator”; João Alves Dias, Isabel Drumond Braga, and Paulo Drumond Braga noted that “Prince João played a significant role in the negotiations”. Cf.: DIAS, João José Alves; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – “A conjuntura”, p. 699; GOMES, Saul António – *D. Afonso V*, p.232.

dream of becoming King of Castile. It would have been thanks to João and his persuasion efforts that the king ended up agreeing to peace. Despite their differences, there are no fundamental contradictions between the various testimonies, which seem to complement each other. The fact – pointed out by Rui de Pina – that Afonso V entrusted João with dealing with peace can be understood as a natural consequence of the fact that it was the prince himself who convinced the king of the importance of that peace. The decision to assign Juana to monastic life – which would have been conceived by the prince, according to Garcia de Resende – is compatible with João's conviction that the war could not continue. It is more debatable whether the arguments that Lucio Marineo Sículo attributes to the prince to convince his father are true. As we have already seen, João defended an intervention in Castile after the death of Enrique IV. Sículo's reference that the prince, in 1479, was against the war because he considered it illegitimate, considering the sterility of Enrique IV, must be understood in light of the political character of legitimizing the royalty of the *Catholic Kings* of this author's work.

In short: according to the chronicles, it was not the prince who launched the peace process, but he, on the Portuguese side, was mainly responsible for its success.

Let us now see how the documents of diplomatic practice contribute to confirm or not this idea.

We can begin with an answer by Afonso V to an embassy of Louis XI of France⁶⁰. The document is undated, but was prepared after the king's return to Portugal, probably in late 1477 or early 1478. Although the voyage was a failure and no guarantee of military support was obtained, apparently the king was still deluded. The news he sent to France showed the great incentives he received to continue fighting for the throne of Castile and the hope he had in the success of this feat. It is certain that the peace was only signed almost two years later, and we cannot guarantee with certainty that this continued to be the position of Afonso V in 1479, but it is likely that it was. This, at least, is what we can deduct from the crossing of narrative

⁶⁰ *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. I, doc. 594, pp. 925-928.

sources with this memorandum: effectively, Afonso V seems to have been the one who took the longest to realize the impracticability of war and the inevitability of peace negotiations.

The most evident testimonies about the prince's role in the Alcáçovas-Toledo treaties are the texts of these agreements. The various documents that resulted from these negotiations were signed, on the Castilian side, by Kings Fernando and Isabel. On the Portuguese side, they were granted by the king and the crown prince. In the peace treaty itself, a joint procuration from Afonso V and João to the ambassadors to deal with that matter is included⁶¹. In other agreements, there is a procuration from the king and another from the prince, in similar terms, but separate⁶². As is known, diplomatic relations in this period were eminently personal. More than peace between Portugal and Castile, what was at stake was the peace between the king of Portugal and the kings of Castile. But the Portuguese prince already had such a preponderance in the political conduct of the kingdom and in the crown's dealings with foreigners that he ended up also being formally – and not just in the shadow of negotiations – one of the individual protagonists of these treaties⁶³. To get an idea of the importance and exceptionality of this situation, just compare it with the peace signed with Castile in 1431. At that time, Prince Duarte had already played a very relevant role in the governance of the kingdom for over a decade, but who linked the kingdom of Portugal in the text of the treaty was only King João I⁶⁴.

There is another way of trying to assess the role of the prince in these negotiations: trying to identify, in the texts of the agreements, contents that indicate his

⁶¹ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal*, vol. I, doc. 165, pp. 250-252,

⁶² *Documentos referentes a las relaciones con Portugal*, vol. I, doc. 166, pp. 290-293; doc. 167, pp. 332-335.

⁶³ This situation is different, for example, from that of Alphonso, heir of Jaime II of Aragon, who took a leading role in diplomacy from 1320 onwards. In that case, according to Stéphane Péquignot, were at stake the purposes of educating the infant in the art of diplomacy, reinforce the legitimacy of his association to the throne and defend the unity of the House of Aragon. Prince João's involvement in this treaty, on the contrary, would simply be a consequence of the effective role he had played in its preparation and of the preponderance he already assumed in the political conduct of the kingdom of Portugal. See: PÉQUIGNOT, Stéphane - *Au nom du roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009, pp. 486-491.

⁶⁴ *Monumenta Henricina*. Vol. IV. Ed. António Joaquim Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, 1962, doc. 9, pp. 18-53.

intervention. In this case, there is one aspect in which this is very evident: the importance attributed in these agreements to overseas matters. After decades of exploring the Atlantic for a prince and a private merchant, Afonso V granted João the monopoly of navigation and commerce in Guinea in 1474. When peace was negotiated, the prince already had five years of dominance in the affairs of the Atlantic, and this was very evidently reflected in what was agreed in Alcáçovas⁶⁵. For the first time, ocean exploration was formally divided between the kingdoms of Portugal and Castile. The prince abdicated of the Canary archipelago, which had been claimed by the Portuguese monarchs since the 14th century, and ensured the exclusivity of the territories further south. As authors such as Luís Adão da Fonseca have already pointed out, there was a clear contrast between the geopolitical orientation of Afonso V – facing the Mediterranean and North Africa – and that of João II – facing the Atlantic and Guinea⁶⁶. This turn in the orientation of the Portuguese crown did not happen when João succeeded Afonso as king, but when João, as prince, negotiated the end of the war in which his father disputed the Castilian throne. The preponderance of maritime affairs in the peace of 1479 – which theoretically could be just that, a political peace agreement eventually reinforced by matrimonial alliances – is a more than evident sign that it was the prince, much more than the king, who led this important diplomatic operation.

The post-war-and-peace

After peace was reached, signed in Portugal in 1479 and ratified in Castile in 1480, Afonso V still reigned for almost two years. These were years in which the diplomacy of the Portuguese crown was marked, precisely, by the execution of the various texts agreed upon in Alcáçovas and in Toledo, which included the preparation of future marriages, the exchange of hostages, the return of fortresses, etc. Prince João continued to assume a preponderant role in the political conduction of the kingdom and, naturally, of this process, as it was pointed out by Rui de Pina: “And in the execution of these matters, because the necessity of many others required it, the

⁶⁵ *Documentos referentes a las relaciones con Portugal*, vol. I, doc. 165, pp. 276-280.

⁶⁶ FONSECA, Luís Adão - *D. João II*, pp. 193-221. This subject is deepened in other works from the same author: FONSECA, Luís Adão - *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*. Lisbon: Edições Inapa, 1991; FONSECA, Luís Adão - *Os descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico*. Lisbon: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.

only and principal minister was the prince, because King Afonso, his father, greatly annoyed and ashamed of them, entirely excused himself from them and left them entirely to the disposition and ordinance of his son”⁶⁷. There are several documents and references in the chronicles that attest to this:

1. In September 1479, the prince sent a letter to the municipality of Lisbon ordering the release of two Castilian prisoners who had been imprisoned since the beginning of the war⁶⁸.
2. In March 1480, surely following the action of the prince's representatives, the *Catholic Kings* ordered the collection of taxes – the fifth – due for the trip of a group of caravels to the regions of Guinea and Mina, in present-day Ghana, as determined the peace agreement⁶⁹.
3. In the same year, the prince sent an ambassador to discuss with the Queen of Castile the restitution of the town and fortress of Noudar⁷⁰.
4. In 1480 and 1481, João obtained from the pope several bulls related to ocean exploration, namely the absolution of the sins of all those who worked in defence of the faith⁷¹. Contacts were also established with Rome as administrator of the orders of Avis and Santiago⁷².

And it was up to the prince, of course, to monitor the execution of the agreement that became known as *Terçarias de Moura*, which implied the delivery of his son Afonso and his future wife Isabel, still children, to be raised together by Duchess Beatriz. In this regard, Rui de Pina recounts an episode in which, faced with the dilatory manoeuvres of the Castilian ambassadors to postpone the delivery of Infant Isabel, the prince reacted by sending them two papers written by his hand: on one

⁶⁷ PINA, Rui de – “Crónica do senhor rei D. Afonso V”, chap. CCVII, p. 871.

⁶⁸ Lisbon, Arquivo Municipal de Lisboa, *Chancelaria régia*, Livro dos Pregos, doc. 431, fl. 293v.

⁶⁹ Simancas, Archivo General de Simancas, *Cancillería, Registro del Sello de Corte*, LEG, 148003, 302.

⁷⁰ CHAVES, Álvaro Lopes de - *Livro de apontamentos*, p. 271

⁷¹ *Descobrimientos portugueses*, vol. III, doc. 149, pp. 216-218.

⁷² SANTARÉM, Visconde de - *Quadro elementar*, vol. X, pp. 91-92.

was the word *peace*, on the other the word *war*. Urged to choose immediately, the ambassadors followed the path of peace and the matter was unblocked⁷³.

But there was so much more. The execution of Alcáçovas agreements was very complex, time-consuming, involved several incidents and led to the exchange of many embassies⁷⁴. After having been a protagonist in the negotiation of peace, the prince was a protagonist in the execution of the peace. It would have been in the father's name, in part, but mainly since it was in his own interest, as he also had signed the agreements individually and many of the matters that were at stake directly concerned him, namely the future marriage of the infant who would be his heir and the ocean exploration matters.

The prince's diplomatic action, however, did not end with his active participation in peace and war affairs with Castile. One of the most relevant dimensions of international relations at the end of the Middle Ages was the gathering and exchange of information about what was happening in other spaces. Information was power, and powerful people understood that⁷⁵. There is at least one testimony about how Prince João kept up to date with the reality of his time. In 1480, he received from the Portuguese Cardinal Jorge da Costa, who was in Rome, a letter with a very detailed description of the political situation in the Italian Peninsula, which was then facing the threat of Ottoman enemies. This was not a one-off missive, as it includes references to previous letters with the same purpose. It should be noted that Jorge da Costa was a man close to Afonso V, whose confessor he had been, but it was with the prince, not the king, that he corresponded on international political matters⁷⁶.

⁷³ Pina, Rui de – “Crónica do Senhor Rei D. Afonso V, chap. CCIX, pp. 875-877.

⁷⁴ See: FARIA, Diogo – *A diplomacia dos reis de Portugal*, vol. I, pp. 383-393.

⁷⁵ This is very clearly demonstrated by Isabella Lazzarini in: LAZZARINI, Isabella - *Communication and conflict. Italian Diplomacy in Early Renaissance, 1350-1520*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

⁷⁶ Paris, Bibliothèque nationale de France, *Manuscrit portugais 20*, fls. 94v-97. Edited and analysed in: FARIA, Diogo; MARIANI, Andrea - “Todos hão de ficar cegos”: l'Italia di fine XV secolo osservata da un cardinale portoghese”. *Mediterranea: ricerche storiche* 41 (2017), pp. 695-706.

Conclusion

In the beginning of this text it was highlighted that historiography, at least since the 16th century, draws very contrasting images of Kings Afonso V and João II. And it was pointed out that these images can generate prejudices that influence the way historians look at each one's action. I tried to bear this in mind while analysing the period of about seven years in which the two were protagonists in the diplomacy of the Portuguese crown, between the beginning of the war for the throne of Castile and the death of Afonso V. I am not sure if I succeeded, objectively, that my conclusions resulted exclusively from the interpretation of the information that was crossed in several coeval sources, but actually it seems that it makes sense to establish a clear distinction between the performance and the positions of one and the other. And that distance got worse over the period studied. As it was seen, the first major international problem that the Portuguese crown faced during Prince João's political majority was the Castilian succession crisis caused by the death of Enrique IV. In this phase, which started at the end of 1474, everything indicates that there was a total alignment between the prince and the king. The start of the war resulted in the assumption of more political responsibilities by the prince, and it is as a result of this that there begins to be a distancing of positions in relation to his father. It should be noted that there was never, apparently, any question of disloyalty at issue. In 1477, on the final stretch of his journey to France, Afonso V abdicated to the throne, as he intended to spend the rest of his life in a monastery in the Holy Land. The prince was then king for some days, but when his father withdrew, a few days later, it was without any sign of discomfort that João returned to his previous status. Meanwhile, Afonso continued to dream of Castile, while João already understood that peace was the way. In 1479, more than the king, it was the prince who determined, on the Portuguese side, the terms under which peace was signed. And it was, alongside the king, the prince who signed it. Until the end of the reign of Afonso V, the Portuguese crown's diplomacy was conducted, above all, by the prince. He didn't do it against his father, but he didn't do it in his father's name either. He did it in parallel, with crossed interests, but in his own name. And abroad there was this perception. João II began to reign as a prince and diplomacy is one of the areas in which this is most evident.

Bibliographical references

Sources

Manuscript sources

Évora, Biblioteca Pública de Évora, *Manizola*, códice 177.

Lisbon, Arquivo Municipal de Lisboa, *Chancelaria régia*, *Livro dos Pregos*.

Paris, Bibliothèque nationale de France, *Manuscrit portugais* 20.

Simancas, Archivo General de Simancas, *Cancillería*, *Registro del Sello de Corte*, LEG, 148003, 302.

Printed sources

CASTILLO, Diego Enríquez del – *Crónica de Enrique IV*. Ed. Aureliano Sánchez Martín. Valladolid: Secretariado de Publicaciones, Universidad de Valladolid, 1994.

CHAVES, Álvaro Lopes de – *Livro de apontamentos (1438-1489)*. Ed. Anastásia Mestrinho Salgado and Abílio José Salgado. Lisbon: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1983.

Descobrimientos portugueses. Documentos para a sua história. Vol. III. Ed. João Martins da Silva Marques. 2nd edition. Lisbon: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos. Vol. I. Ed. Antonio de la Torre e Luis Suárez Fernández. Valladolid: CSIC, 1958.

Documentos sobre relaciones internacionales de los Reyes Católicos. Vol. I. Ed. Antonio de la Torre. Barcelona: CSIC, 1949.

As Gavetas da Torre do Tombo. 12 vols. Ed. António da Silva Rego. Lisbon: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960-1972.

GÓIS, Damião de – *Crónica do Príncipe D. João*. Ed. Graça Almeida Rodrigues. Lisbon: Universidade Nova de Lisboa, 1977.

Hechos del condestable Don Miguel Lucas de Iranzo (crónica del siglo XV). Ed. Juan de Mata Carriazo. Granada: Universidad de Granada, 2009.

LEÃO, Duarte Nunes de – “Crónica e vida del rey D. Afonso o V”. In LEÃO, Duarte Nunes de - *Crónicas dos reis de Portugal*. Ed. M. Lopes de Almeida. Oporto: Lello & Irmão, 1975, pp. 781-1010.

Memorias de Don Enrique IV de Castilla. Vol. II. Madrid: Real Academia de la Historia, 1913.

Monumenta Henricina. Vol. IV. Ed. António Joaquim Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do Quinto Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, 1962.

PINA, Rui de – “Crónica do senhor rei D. Afonso V”. In PINA, Rui de - *Crónicas*. Ed. M. Lopes de Almeida. Oporto: Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 577-881.

PINA, Rui de – “Crónica d’el rei D. João II”. In PINA, Rui de – *Crónicas*. Ed. M. Lopes de Almeida. Oporto: Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 883-1033.

PULGAR, Fernando del – *Crónica de los Reyes Católicos*. 2 vols. Ed. Juan de Mata Carriazo. Granada: Editorial Universidad de Granada, 2008.

RESENDE, Garcia de – *Crónica de D. João II e Miscelânea*. Ed. Joaquim Veríssimo Serrão. Lisbon: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991.

SÍCULO, Lucio Marineo – *Vida y hechos de los Reyes Católicos*. Madrid: Atlas, 1943.

TOLEDO, Doctor de – *Cronicón de Valladolid (1333-1539)*. Valladolid: Grupo Prnciano, Caja de Ahorros de Valladolid, 1984.

ZURITA, Jerónimo – *Anales de Aragón*. 8 vols. Ed. Ángel Canellas Lopez. Saragoça: Institución Fernando el Católico, 2003.

Studies

El acceso al trono: concepción y ritualización. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2017.

AGUIAR, Miguel – *Cavaleiros e cavalaria. Ideologia, práticas e rituais aristocráticos em Portugal nos séculos XIV e XV*. Oporto: Teodolito, 2018.

AZCONA, Tarsicio de – “Capitulaciones matrimoniales entre Alfonso V de Portugal e Isabel de Castilla en 1465”. *Edad Media. Revista de Historia* 5 (2002), pp. 135-159.

BARBER, Richard – *Edward, Prince of Wales and Aquitaine: a biography of the Black Prince*. Martlesham: Boydell, 2003.

BARTLETT, Robert – *Blood royal. Dynastic politics in medieval Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2021.

BLANCHARD, Joël – *Louis XI*. Paris: Perrin, 2015.

COSTA, João Paulo Oliveira e – “D. Afonso V e o Atlântico”. In COSTA, João Paulo Oliveira e – *Mare Nostrum. Em busca de honra e riqueza*. Lisbon: Temas e Debates, 2013, pp. 25-62.

DIAS, José João Alves; BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond – “A conjuntura”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (Dir.) – *Nova História de Portugal. Vol. V. - Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*. Coord. José João Alves Dias. Lisbon: Editorial Presença, 1998, pp. 689-760.

DUARTE, Luís Miguel – *Ceuta. 1415*. Lisbon: Livros Horizonte, 2015.

ENCARNAÇÃO, Marcelo Augusto da – *A batalha de Toro*. Oporto: Fronteira do Caos, 2014.

FARIA, Diogo – “O papel da diplomacia na preparação da conquista de Ceuta”. *Fragmenta Historica* 7 (2019), pp. 37-53.

FARIA, Diogo – *A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495)*. 2 vols. Oporto: Universidade do Porto, 2021. PhD Thesis.

FARIA, Diogo; MARIANI, Andrea – “‘Todos hão de ficar cegos’: l’Italia di fine XV secolo osservata da un cardinale portoghese”. *Mediterranea: ricerche storiche* 41 (2017), pp. 695-706.

FAVIER, Jean – *Louis XI*. Paris: Fayard, 2001.

FONSECA, Luís Adão – *O Tratado de Tordesilhas e a diplomacia luso-castelhana no século XV*. Lisbon: Edições Inapa, 1991.

FONSECA, Luís Adão – *Os descobrimentos e a formação do Oceano Atlântico*. Lisbon: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999.

FONSECA, Luís Adão da – *D. João II*. Lisbon: Temas e Debates, 2007.

FRANCISCO OLMOS, José María – *El príncipe heredero en las Coronas de Castilla y Aragón durante la Baja Edad Media*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1995. PhD Thesis.

FREITAS, Judite A. Gonçalves de – “*Teemos por bem e mandamos*”. *A burocracia régia e os seus oficiais em meados de Quatrocentos (1439-1460)*. Cascais: Patrimonia, 2001.

GARCIA, Michel – “La crónica castellana en el siglo XV”. In LUCÍA MEGÍAS, José Manuel; GRACIA ALONSO, Paloma; MARTÍN DAZA, Carmen (eds.) – *Actas. II Congreso Internacional de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval*. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá, 1992, pp. 53-70.

GIESEY, Ralph E. – *Le rôle méconnu de la loi salique. La succession royale, XIV^e-XVI^e siècles*. Paris: Les Belles Lettres, 2007.

GODINHO, Vitorino Magalhães – “Introdução”. In *Documentos sobre a expansão quatrocentista portuguesa*. Ed. Vitorino Magalhães Godinho. Vol. I. Lisbon: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2011, pp. 11-30.

GOMES, Saul António – *D. Afonso V. O Africano*. Lisbon: Círculo de Leitores, 2006.

LACHAUD, Frédérique; PENMAN, Michael A. (eds.) – *Making and breaking the rules. Succession in medieval Europe, c. 1000- c. 1600*. Turnhout: Brepols, 2008.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel – *La España de los Reyes Católicos*. 4th edition. Madrid: Alianza Editorial, 2014.

LAZZARINI, Isabella – *Communication and conflict. Italian Diplomacy in Early Renaissance, 1350-1520*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *História de Portugal*. Vol. I. 14th edition. Lisbon: Editorial Presença, 2010.

MENDONÇA, Manuela – *D. João II*. 2nd edition. Lisbon: Editorial Estampa, 1995.

OLIVEIRA, Luís Filipe; RODRIGUES, Miguel Jasmins – “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza: a titulação na 2.^a dinastia”. *Revista de História Económica e Social* 22 (1988), pp. 77-114.

PÉQUIGNOT, Stéphane – *Au nom du roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.

SANTARÉM, Visconde de – *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo...*, vol. X. Paris, Lisbon: J. P. Aillaud, Academia Real das Ciências, 1854.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Relações históricas entre Portugal e a França (1430-1481)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, 1975.

SOUSA, Armindo de – “1325-1481”. In MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal* Vol. II. *A monarquia feudal*. Coord. José Mattoso. Lisbon: Editorial Estampa, 1997, pp. 261-466.

SOUSA, Armindo de – “Os cronistas e o imaginário do século XV (breve reflexão sobre a crónica enquanto discurso)”. In SOUSA, Armindo de – *O parlamento medieval português e outros estudos*. Oporto: Fio da Palavra: 2014, pp. 509-513.

SPIEGEL, Gabrielle M. – “Theory into practice: reading medieval chronicles”. In KOOPER, Erik (ed.) - *Medieval Chronicle*. Leiden: Brill, 1996. pp. 1-12.

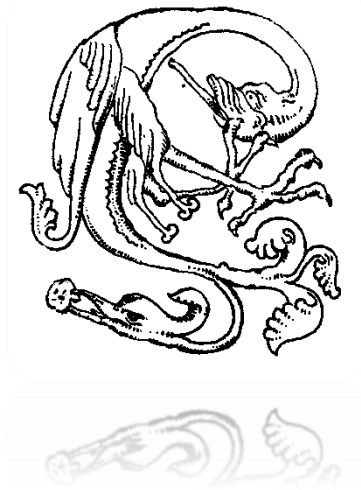
SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Enrique IV de Castilla. La difamación como arma política*. Barcelona: Ariel, 2001.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Nobleza y Monarquía. Endimient y rivalidad*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Isabel I. Reina*. Barcelona: Ariel, 2015.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FARIA, Diogo – “In the name of the father? The diplomacy of Prince João of Portugal (1474-1481)”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 281-309. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Like Father, like Son?
A glimpse at some cases of parallel diplomacy in 15th
century Mamluk Cairo**

**Tal pai tal filho?
Um vislumbre de alguns casos de diplomacia paralela no Cairo
Mamluk do século XV**

Malika Dekkiche

University of Antwerp; Department of History; Pohis: Power in History,
Centre for Political History
2000 Antwerp, Belgium

Malika.Dekkiche@uantwerpen.be
<https://orcid.org/0000-0003-4653-8909>

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Outubro de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 19 de Abril de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8370>

ABSTRACT

Against the assumption that premodern diplomacy was mostly taking place among equals, this article aims to investigate several cases of parallel diplomacy during the 15th century between the Timurids, the Qara Qoyunlu and the Mamluk sultanate in Cairo. While during the previous period official rulers were indeed dominating the diplomatic stage, it seems that in the fifteenth century, members of their family (sons and even grandson) also took part in the game. The paper aims to present those cases and highlight the importance of diplomatic letter collection for the study of intra-Muslim contacts beyond the sultans.

Keywords: Mamluks, Timurids, Qara Qoyunlu, Family, Diplomacy

RESUMO

Contra a suposição de que a diplomacia pré-moderna ocorria principalmente entre iguais, este artigo pretende investigar vários casos de diplomacia paralela durante o século XV entre os Timurids, os Qara Qoyunlu e o sultanato Mamluk no Cairo. Embora durante o período anterior os governantes oficiais dominassem, efetivamente, a cena diplomática, parece que no século XV, os membros da sua família (filhos e até netos) também participavam nesta dinâmica. O artigo pretende apresentar esses casos e destacar a importância da recolha de cartas diplomáticas para o estudo dos contactos intra-muçulmanos para além dos sultões.

Palavras chave: Mamluks, Timurids, Qara Qoyunlu, Família, Diplomacia



Introduction^{1*}

In recent years, scholars of the Medieval Islamicate world have turned away from the common assumption that Islamic Diplomacy was restricted to Muslim/non-Muslim relations. Doing so, they started investigating the complex dynamic of exchanges within the Islamicate world itself. But even more importantly, they greatly opened the scope of our understanding of Islamic Diplomacy beyond the usual framework of “war-peace” pattern². One aspect however stays unchanged: Islamic diplomacy so far, is to be restricted to the rulers (be they caliphs, sultans or kings), as they are the major actors mentioned in our sources. It seems indeed that the Islamicate world looks at the exchanges of letters and emissaries as the king’s prerogative. Advice literature even sees those as an attribute of kingship. Furthermore, our major source of information, the Arabic chronicles mostly recorded the arrivals of embassies from foreign rulers, and do not mention missions of lower importance or status.

One exception however concerns the period of rule of the Mamluk sultanate in Egypt and Syria (1250-1517), for which we not only possess original diplomatic documents — a rarity in the medieval Islamicate world —, but also many alternative sources that can inform us a great deal about other aspects of the diplomatic practice and other agents not mentioned in the “traditional sources”. One such source is the so-called *inshā’* collections, *munshā’āt*. These consist of collections of letters that were copied by a secretary who has been working in the chancery of Cairo. The reasons for such collection are diverse, but it is usually considered that they had a

^{1*} I would like to thank Diana Martins and Stéphane Péquignot for their invitation to publish in this special issue, and particularly Stéphane Péquignot for his thorough reading and comments on this article. All remaining imperfections are of course mine.

The system of transliteration used in this paper follows the transliteration system of Arabic in use in English scholarship, such as in the *Mamlūk Studies Review*.

² See for exemple BAUDEN, Frédéric; DEKKICHE, Malika (eds.) – *Mamluk Cairo. A Crossroads for Embassies. Studies on diplomacy and diplomatics*. Leiden: Brill, 2021. For the Early modern period, see all the most recent study SOWERBY, Tracey A., MARKIEWICZ, Christopher – *Diplomatic Cultures at the Ottoman Court, c. 1500-1630*. New York: Routledge, 2021.

sort of didactic role. But unlike their European counterparts however, those seem to have been real copies of letters, and not mere templates³.

Based on one such collection (the BnF ms. ar. 4440)⁴, I would like to present several cases of parallel diplomacy that involved the Timurids (Iran) and the Qara Qoyunlu (Iraq, Iran), with the Mamluks. Those cases are particularly interesting as they were initiated by family members of the Timurid and Qara Qoyunlu official rulers, and because they were attesting of personal ambitions. Concretely the corpus documents the exchanges that took place between the Mamluk sultans Jaqmaq (r. 842-857/1438-1453) and Īnāl (r. 857-865/1453-1461), and respectively the Timurids Muḥammad Jūkī (d. 848/1444-1445) and ‘Alā’ al-Dawlah (d. 865/1460) [son and grandson of Shāh Rukh, r. 811-50/1409-47], and the Qara Qoyunlu Jahānshāh (governor for the Timurid at the time of the exchange, r. 837-872/1434-1467) and his son Pīr Būdāq [governor of Fars; d. 870/1466]. The corpus is written entirely in Arabic and does not make any mention of translations, which is quite remarkable since both the Timurids and the Qara Qoyunlu’s chancery usually used Persian at that time. This however shows that Arabic was the preferred idiom to communicate with the Mamluk sultanate of Cairo and attests that Turco-Mongol chanceries still mastered that language at the time.

Mamluk-Timurd Case

The history of diplomatic contacts between the Mamluks and the Timurids was initiated in 787/1386, and characterized by an aggressive foreign policy from the Turco-Mongol Tīmūr Lang, that ended with his conquests of Aleppo and Damascus in 803/1400. While the Mamluks were able to recover their position in Syria and in

³ On the inshā’ material in general: FAVEREAU, Marie (ed.) – *Annales Islamologiques* 41: *Les conventions diplomatiques dans le monde musulman. L’Umma en partage* (2007); GULLY, Adrian – *The Culture of Letter Writing*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

⁴ The Qara Qoyunlu letters have been published in DEKKICHE, Malika – “The Letter and its response: the exchanges between the Qara Qoyunlu and the Mamluk Sultan: MS Arabe 4440 (BnF, Paris)”. *Arabica* 63:6 (2016), pp. 579-626. The Timurids letters have been edited in DEKKICHE, Malika – *Le Caire, carrefour des ambassades. Étude historique et diplomatique de la correspondance échangée entre les sultans mamlouks circassiens et les souverains timourides et turcomans (Qara Qoyunlu – Qaramanides) au XVe s. d’après le ms. Ar. 4440 (BnF, Paris)*. 2 vols. Liège: University of Liège, 2011. PhD. Thesis, yet to be published. Only summaries of the letters will be presented in this article with a focus on: *narratio* and *dispositio*. Though Arabic epistolography obviously does not use this terminology, the Arabic letter nevertheless follows such structure similar to European diplomatics model. Hence the use of the Latin terms as convention in the field.

the region after Tīmūr's death in 807/1405, their relations with the Timurid successor Shāh Rukh (r. 811-50/1409-47) continued to fluctuate between cordial entente (Mu'ayyad Shaykh, r. 815-24/1413-21; Jaqmaq, r. 842-857/1438-1453) and increasing tensions (Barsbāy, r. 825-841/1422-38), as attested through more than twenty-years contacts between the two realms. Most of those contacts (828-48/1421-44, during Barsbāy and Jaqmaq's rules) dealt with the Timurid request to send the inner *kiswah* to the Ka'bah in Mecca [Table 1: contacts during the period covered by the corpus]⁵. Surprisingly, not only Shāh Rukh, but also his son Muḥammad Jūkī (d. 848/1444-1445) and grandson 'Alā' al-Dawlah (d. 865/1460), had taken part to the discussion and negotiation concerning the sending of the inner veil⁶.

Date	Purpose
Ramaḍān 842/February 1439	Letter V (ff. 44a-45b): Announcement of Jaqmaq's accession to the throne and expression of desire to maintain good relationships between the two states (arrival to Herat in 843/1439).
Jumādā I 843/October 1439 ⁷ or beginning of Jumādā II 843/November 1439 ⁸	Timurid embassy to Cairo to congratulate the new sultan Jaqmaq.

⁵ DEKKICHE, Malika – "New source, new debate: re-evaluation of the Mamluk-Timurid struggle for religious supremacy in the Hijaz (Paris, BnF MS ar. 4440)". *Mamlūk Studies Review* 18 (2014-2015), pp. 247-271, already dealt in length with the *kiswah* issue, its negotiation and reception in Cairo and Mecca. I will thus here only focus on the role of Muḥammad Jūkī and 'Alā' al-Dawlah in the process.

⁶ In two other articles, I have also discussed the modes and terms of those exchanges as for the drafting of the documents and the reception of the embassies in Cairo: DEKKICHE, Malika – "The Correspondence Exchanged Between Mamluks and Timurids in the Fifteenth Century: Study of an Unpublished Source (BnF.ms.ar. 4440)". *Eurasian Studies* 11 (2013), pp. 131-160; DEKKICHE, Malika – "Diplomacy at its Zenith. A Case of Study: Agreement between the Mamluks and the Timurids on the Sending of the Kiswah". In BAUDEN, Frédéric (ed.) – *Material Culture and diplomatic contacts between the Latin West, Byzance and the Islamic East (11th-15th centuries)*. Leiden: Brill, 2021, pp. 115-142.

⁷ IBN TAGHRĪBIRDĪ – *Al-Nujūm al-zāhirah fī mulūk Miṣr wa'l-Qāhirah*. vol. 15. Cairo: Dār al-kutūb, 2005-2006, p. 33; IBN IYĀS – *Badā'i' al-zuhūr fī waqā'i' al-duhūr*. vol. 2. Cairo: Dār al-Kutub, 2008, p. 221.

⁸ AL-MAQRĪZĪ – *Kitāb al-Sulūk li ma'rifat duwal al-muluk*. Ed. S.'A.-F. 'Āšūr. vol. 4:3. 2nd ed. Cairo: Dār al-Kutub, 2007, pp. 1175-1176; AL-'AYNĪ – *Iqd al-jumān fī tāriḥ ahl al-zamān*. Cairo: al-Zahrā' li-l-ī'lām al-'arabī, 1989, p. 549; AL-'ASQALĀNĪ, Ibn Ḥajar – *Inbā' al-ghumr bi-abnā' al-'umr fī 'l-ta'rikh*. vol. 4. Cairo: Lajnat iḥiyā' al-turāt al-islāmī, 1998, p. 132; AL-ṢAYRAFĪ – *Nuzhat al-nufūs wa 'l-abdān fī tawārīkh al-zamān*. vol. 4. Cairo: al-Hay'ah al-Miṣrīyah al-'Āmmah li 'l-Kitāb, 1994, p. 164; 'ABD AL-BĀSIT' B. KHALĪL – *Nayl al-amal fī ḍayl al-duwal*. Ed. 'U. 'A. al-Salām Tadmurī. vol. 5. Beyrouth: al-Maktabah al-'Aṣriyyah, 2002, p. 106.

27 Rabī ^c I 844/ 26 August 1440 ⁹ or 26 Rabī ^c II 844/24 September 1440 ¹⁰	Return of the first Mamluk embassy (842/1439) accompanied by Timurid emissaries; congratulations to the sultan Jaqmaq and expression of the good wishes and intentions of Shāh Rukh.
28 Rabī ^c II 844/ 26 September 1440 ¹¹	Presence of an embassy from Muḥammad Jūkī at the same time as Shāh Rukh's.
[844/1440?]	Letter XXIV (ff. 65a-66b): Jaqmaq's response to Muḥammad Jūkī's letter concerning his nomination as heir apparent, and the troubles caused by the Aq Qoyunlu emir Ḥamzah.
Sha'bān-Ramaḍān 845/ December 1441-February 1442 ¹²	Arrival in Cairo of a Timurid Shaykh, Shams al-Dīn Muḥammad al-Ḥāfi al-Ḥanafī, ¹³ who wanted to make the pilgrimage.
[846/1442-3?]	Jaqmaq's response to ['Alā' al-Dawlah?'] concerning his joy for the Shaykh's return from his pilgrimage.
	A Timurid embassy arrived in Cairo
Sha'bān 846/December 1442 ¹⁴	Letter XLI (ff. 171b-172b) arrived on 14 Sha'bān 846/18 December 1442; written on 2 Rabī ^c I 846/11 July 1442): Reminder to Jaqmaq of Shāh Rukh's past desire to send the inner <i>kiswah</i> for the Ka'bah.
[846/1442-3?]	Letter LXII (ff. 210a-210b): Jaqmaq's answer to Muḥammad Jūkī's letter. Confirmation that the Mamluk sultan accepted Shāh Rukh's request concerning the inner <i>kiswah</i> and that Shāh Rukh's emissary had already returned with this message.

⁹ AL-'AYNĪ - *ʿIqd*, pp. 559-60.

¹⁰ AL-'ASQALĀNĪ - *Inbā'*, vol. 4, p. 157. This author states that news of the embassy's arrival was known earlier. AL-MAQRĪZĪ - *Al-Sulūk*, vol. 4/3, p. 1208; AL-ŞAYRAFĪ - *Nuzhat*, vol.4, pp. 198-199; IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Al-Nujūm*, vol. 15, pp. 342-343; 'ABD AL-BĀSIT B. KHALĪL - *Nayl*, vol. 5, p. 122: this author doesn't state the day.

¹¹ AL-MAQRĪZĪ - *Al-Sulūk*, vol. 4/3, p. 1209; AL-ŞAYRAFĪ - *Nuzhat*, vol. 4, pp. 199-200.

¹² AL-'AYNĪ - *ʿIqd*, p. 572; AL-ŞAYRAFĪ - *Nuzhat*, vol. 4, pp. 239-240; IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Al-Nujūm*, vol. 15, p. 350; IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Ḥawādith al-duhūr fī maḍā' l-ayyām wa 'l-shuhūr*. Ed. F.M. Shaltūt. Cairo: Lajnat iḥyā' al-turāth al-islāmī, 1990, p. 35; AL-SAKHĀWĪ - *Al-Tibr al-masbūk fī dhayl al-Sulūk*. Ed. S. 'A.-F. 'Ashūr. vol. 1. Cairo: Dār al-Kutub, 2002-2007, pp. 62-63.

¹³ He belonged to Ulugh Beg's court in Samarqand. He was also a well-estimated jurist for Shāh Rukh. AL-ŞAYRAFĪ - *Nuzhat*, vol. 4, pp. 239-40; IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Al-Nujūm*, vol. 15, p. 350; IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Ḥawādith*, p. 35; AL-SAKHĀWĪ, *Al-Tibr*, vol. 1, pp. 62-63.

¹⁴ IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Ḥawādith*, p. 49 (*quṣṣād min 'indi Shāh Rukh*); 'ABD AL-BĀSIT B. KHALĪL - *Nayl*, vol. 5, pp. 164-165 (*qāṣid awlād Shāh Rukh*); AL-SAKHĀWĪ - *Al-Tibr*, vol. 1, p. 118 (*quṣṣād min 'indi awlād Shāh Rukh*); IBN IYĀS - *Badā'ī'*, vol. 2, p. 236 (*qāṣid awlād Shāh Rukh*). On 6 Sha'bān/10 December: AL-'AYNĪ - *ʿIqd*, p. 584 (*quṣṣād min 'indi awlād Shāh Rukh*); AL-ŞAYRAFĪ - *Nuzhat*, vol. 4, p. 256 (*quṣṣād Ibn Shāh Rukh*).

27 Jumādà II 847/22 October 1443 ¹⁵	A Timurid embassy arrived in Cairo to discuss the <i>kiswah</i> matter with the Sultan. ¹⁶
[847/1443?]	Letter XLII (ff. 172b-175a): Jaqmaq's response to Shāh Rukh's two letters concerning the sending of the inner <i>kiswah</i> and the money issued from the <i>awqāf</i> of his realm; approval of the Mamluk sultan of both requests.
Sha'bān 848/November 1444 ¹⁷	Arrival of a huge Timurid delegation bringing the inner <i>kiswah</i> to Cairo.
	Letter XLIV (ff. 177a-178b): Jaqmaq's answer to 'Alā' al-Dawlah given to those Timurid shaykhs bringing the inner <i>kiswah</i> before they left for Mecca; proof of the Mamluk sultan's fulfillment of Shāh Rukh's wish; description of the Shaykhs' process to the Holy Cities.

Table 1. Timurid embassies in Cairo

(**Table 2**) Out of the ten letters in MS 4440 involving the Timurids, four actually concern Muḥammad Jūkī and 'Alā' al-Dawlah. Due to a possible incorrect attribution of the copyist however, I will here exclude letter XLIII¹⁸. All three letters are Mamluk responses to Timurid letters: XXIV; LXII; and XLIV. It is of course unfortunate that the initial Timurid letters didn't reach us, but however, the way Mamluk responses are drafted allow us to reconstitute the initial message.

¹⁵ AL-'AYNĪ - *'Iqd*, p. 600; AL-ŞAYRAFĪ - *Nuzhat*, vol. 4, p. 277; IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Ḥawādith*, p. 64; AL-SAKHĀWĪ - *Al-Tibr*, vol. 1, p. 164.

¹⁶ We learn about the purpose of the present mission in the description of the reception of another embassy which arrived in the following year (848/1444): IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Ḥawādith*, p. 76; IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Al-Nujūm*, vol. 15, p. 364; AL-'AYNĪ - *'Iqd*, p. 627.

¹⁷ In Sha'bān/November (day not specified): IBN IYĀS - *Badā'i*, vol. 2, pp. 244-245. On 14 Sha'bān/26 November: AL-'AYNĪ - *'Iqd*, p. 627. On 15 Sha'bān/27 November: IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Ḥawādith*, p. 76; IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Al-Nujūm*, vol. 15, p. 364. AL-SAKHĀWĪ - *Wajīz al-kalām fī 'l-dhayl 'alā duwal al-islām*. Ed. B. 'A. Ma'rūf, Gh.F. al-Ḥarastānī, A. al-Khaṭīmī. vol. 2. Beirut: Mu'assasat al-Risālah, 1995, pp. 594-595; AL-SAKHĀWĪ - *Al-Tibr*, vol. 1, pp. 215-217: 14 Ramaḍān/25 December; 'ABD AL-BĀSĪT B. KHALĪL - *Nayl*, vol. 5, pp. 194-195: Ramaḍān/December.

¹⁸ As far as 'Alā' al-Dawlah is concerned, an anomaly arises. Whereas letter XLIII designates him as al-Shaykh al-imām, the letter's actual contents seem to refer to the Samarqandī shaykh who came to Cairo in the year 845/1442. 'Alā' al-Dawlah was not a Shaykh himself. A couple possibilities might account for this title. Either the secretary who wrote the letter wrongly attributed this title to 'Alā' al-Dawlah, which could reflect a certain ignorance concerning the Timurid dynasty, or the letter was not addressed to 'Alā' al-Dawlah at all, and the scribe who copied the letter into MS. ar. 4440 simply transcribed it incorrectly. Since no evidence suggests that 'Alā' al-Dawlah had been in Samarqand, he would presumably not have corresponded with the Mamluks on the matter, unless the Shaykh first stopped in Herat on his way back home. Given the lack of information, I am forced to leave this question open.

Letter number ¹⁹	Foliation	Sender > Addressee	Date ²⁰	Nature
V	ff. 44a-45b	Jaqmaq > Shāh Rukh	842/1439	initial letter
XXIV	ff. 65a-66b	Jaqmaq > Muḥammad Jūkī	[844/1440?]	response
XXXIX	ff. 167a-169b	Sulṭān-Abū Sa‘īd > Khushqadam	867/1462	initial letter
XLI	ff. 171b-172b	Shāh Rukh > Jaqmaq	846/1442	initial letter
XLII	ff. 172b-175a	Jaqmaq > Shāh Ruḥ	[847/1443?]	response
XLIII	ff. 175a-177a	Jaqmaq > ‘Alā’ al-Dawlah	[846/1442-3?]	response
XLIV	ff. 177a-178b	Jaqmaq > ‘Alā’ al-Dawlah	[848/1444]	response
XLVII	ff. 184b-187a	Sulṭān-Abū Sa‘īd > Khushqadam	[865-872/ 1461-1467?]	initial letter
XLVIII	ff. 187a- 191a	Sulṭān-Abū Sa‘īd > Khushqadam	868/1464: written 870/1465: received	initial letter
LXII	ff. 210a-210b	Jaqmaq > Muḥammad Jūkī	[846/1442?]	response

Table 2. List of letters (ms. ar. 4440)

Letter XXIV

Jaqmaq's response to Muḥammad Jūkī's letter consists of congratulations for Jūkī's nomination as heir-apparent and it discusses the troubles caused by the Aq Qoyunlu amir Ḥamzah. Though the full context of that embassy is not known to us in details, chronicles however inform us of the presence of an emissary (not mentioned by name) of Muḥammad Jūkī during (26) Rabī' II 844/24 September 1440²¹. This embassy was there at the same time than another Timurid embassy sent by Shāh Rūkh, and therefore attracted less attention, except that chronicles felt the need to

¹⁹ These numbers follow the system established by BAUDEN, Frédéric – "Les Relations diplomatiques entre les sultans mamlouks circassiens et les autres pouvoirs du Dār al-Islām. L'apport du ms. ar. 4440 (BNF, Paris)". *Annales Islamologiques* 41 (2007), pp. 15-23.

²⁰ The dates written between [] are the dates I attributed to the letters in my own study. However, some of them (indicated with a question mark) still require comparison with analysis of the Persian sources.

²¹ AL-‘ASAQALĀNĪ - *Inbā’*, vol. 4, p. 157; AL-MAQRĪZĪ - *Sulūk* vol. 4/3, p. 1208; ṢAYRAFĪ - *Nuzhat*, vol. 4, pp. 198-199; IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Nujūm*, vol. 15, pp. 342-343; ‘ABD AL-BĀSIT B. KHALĪL - *Nayl*, vol. 5, p. 122 (he does not mention the day).

mention that the rules of precedence were respected: Muḥammad Jūkī's gifts were given to the sultan only after that of his father²².

[Narratio]: Mention of Jūkī's initial letter and confirmation that it was welcomed by the sultan. Compliment on its style and summary of the message:

- Annonce of Jūkī's nomination as Shāh Rukh's successor (*akhadhanā ḥazzunā mina 'l-bushrā bimā manaḥakum al-maqām al-sharīf al-mu'īnī (...) min takhṣīshikum bi iṭlāqi 'smi 'l-sultān*) and expression of the sultan's congratulations and good wishes towards him.

- Concerning the amir Ḥamzah: Jūkī vowed in favor of an union with Ḥamzah rather than opposition, this for the sake of Muslim unity and in order to avoid conflict. On this Jaqmaq reminds of Ḥamzah's actions and disapproves them: Ḥamzah wandered from justice and took the path of tyranny and brigandage: cutting the roads to traders and travelers, stealing from traders traveling between the two (Mamluk and Timurid) realms. Furthermore, Ḥamzah's true faith is to be questioned as he had a church in Amid renovated while it was collapsing, while he acts badly against Muslims.

[Dispositio]: Jūkī asked for pardon and respect for the amir Ḥamzah, which the sultan cannot understand, given his lack of esteem to this rebel, unlike that he has for other Turkmen who follow the right path, and who, if asked, could put an end to Ḥamzah. The sultan admits that he was planning to send troops against the rebel (despite the fact that he does not like to fight his neighbours), after the latter had missed to apologize for the troubles he caused. However, at Jūkī's request, Jaqmaq agrees to hold on, and asks therefore to Jūkī to communicate the truce conditions to Hamza: return to the right path of justice, expression of regrets before God for his bad actions. On those two conditions, the sultan will give his pardon and send him a robe.

In conclusion: Jaqmaq reassure of the good reception given to the emissary (*qāsid*) and mention that gifts (to be found in the list folded in the letter) were given to him. [the copyist has copied down some of those gifts: hunting tank, net and bonds.

²² AL-MAQRĪZĪ - *Sulūk*, vol. 4/3, p. 1209; AL-ŞAYRAFĪ - *Nuzhat*, vol. 4, pp. 199-200.

This letter is quite exceptional as for the information it reveals concerning Timurid internal politics, as well as for the capacity in which Muḥammad Jūkī dealt with the Mamluks. Concerning Timurid politics, Muḥammad Jūkī was the youngest of Shāh Rukh's sons (born on 24 Ramaḍān 804/27 April 1402). He started his political career around 823-4/1420-1, during the first military campaign that opposed the Timurids with the Qara Qoyunlu Iskandar in Azerbaijan²³. Ten years later (833-1429-30), Shāh Rukh nominated him governor of the Khuttalan province (which was seen by his contemporary as rather late, compared to his siblings)²⁴. Nevertheless, from then on, he appears in most military campaigns of his father. He also then acted regularly as mediator and negotiator in the conflicts and tensions that were taking place between local rulers within the realm or at its frontiers (Transoxiana)²⁵. According to Persian sources, it seems that Jūkī never in fact left his father's court at Herat²⁶. And al-Samarqandī, Shāh Rukh's court historian, even reports, that despite his mother (Jawharshād)'s attempts to keep him away from the rule²⁷, Jūkī in fact had his father's favor²⁸. Was Jūkī's nomination official or not within the Timurid court itself, it seems nevertheless that he had made quite an impression at the Mamluk courts, since he is the only member of Shāh Rukh's family who actually made it to the Mamluk chronicles during that period. Furthermore, as shown through the corpus, he was definitely recognized as a diplomatic participant.

The context of the second letter involving Muḥammad Jūkī is unfortunately unclear. Al-ʿAynī, al-Ṣayrafī and Ibn Iyās and others, report the arrival of an embassy from a son of Shāh Rukh²⁹, in Shaʿbān 846/December 1442³⁰, while Ibn Taghrībirdī, refers to an embassy from Shāh Rukh himself. Having in our corpus a letter from Shāh Rukh dating from the same time, we can assume that both embassies may have been

²³ MANZ, Beatrice F. – *Power, Politics and Religion in Timurid Iran*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007, p. 40.

²⁴ MANZ, Beatrice F. – *Power, Politics*, pp. 246-247.

²⁵ MANZ, Beatrice F. – *Power, Politics*, pp. 40; 47; 92-93; 247.

²⁶ MANZ, Beatrice F. – *Power, Politics*, p. 247: according to Ḥāfiẓ-i Abrū, *Zubdat al-tawārīḥ* and Samarqandī, *Maṭlaʿ al-saʿdayn*.

²⁷ MANZ, Beatrice F. – *Power, Politics*, p. 45.

²⁸ MANZ, Beatrice F. – *Power, Politics*, p. 247: according to Samarqandī, *Maṭlaʿ al-saʿdayn*.

²⁹ AL-ʿAYNĪ – *ʿIqd*, p. 584; AL-ṢAYRAFĪ – *Nuzhat*, vol. 4, p. 256; IBN IYĀS – *Badāʿiʿ*, vol. 2, p. 236.

³⁰ IBN TAGHRĪBIRDĪ – *Ḥawāḍith*, p. 49; ʿABD AL-BĀSĪṬ B. KHALĪL – *Nayl*, vol. 5, pp. 164-165; AL-SAḤĀWĪ – *al-Tibr*, vol. 1, p. 118; IBN IYĀS – *Badāʿiʿ*, vol. 2, p. 236.

present in Cairo at the same moment³¹. Or according to the contents of Jaqmaq's response, that the one sent by Jūkī slightly followed the embassy of his father.

Letter LXII

Jaqmaq's response to Muḥammad Jūkī's letter, confirming that the promise made to Shāh Rukh concerning the *kiswah*, was already accepted and made know to him [Sh.R.] through his emissary.

[Narratio]: Mention of the good reception of the letter followed by the customary courtesy (regarding style). Summary of the initial message:

- Jūkī's father, Shāh Rukh, wishes to provide the Ka'bah with its inner veil (*kiswah*). The sultan informs Jūkī that a letter on the similar topic reached him from Shāh Rukh himself, and that the request has already been accepted.

[Dispositio]: Mention of the reception of Shāh Rukh's letter and confirmation of the agreements concluded between the two sultans. Shāh Rukh's emissary, al-Majdī, left already to transmit him the sultan's good intention and the agreements.

Mention that Jūkī's gift has been accepted.

Whereas Muḥammad Jūkī appears to have been actively involved in the negotiation concerning the Timurid sending of the inner *kiswah* (for and in parallel to his father), it seems that there was yet another actor that was to finalize the process. Indeed, while chronicles all report at length the arrival of the Timurid delegation bringing the *kiswah* in Sha'bān 848/November 1444³², they kept silent about the identity of

³¹ Early Sha'bān 846/December 1442: IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Ḥawādith*, p. 49; 'ABD AL-BĀSIT B. KHALĪL - *Nayl* vol. 5, pp. 164-165; AL-SAKHĀWĪ - *al-Tibr*, vol. 1, p. 118; IBN IYĀS - *Badā'i'*, vol. 2, p. 236. Mamluk sources mentions a Timurid embassy: either a son of Shāh Rukh (AL-'AYNĪ - *'Iqd*, p. 584; AL-ṢAYRAFĪ - *Nuzhat*, vol. 4, p. 256; 'ABD AL-BĀSIT B. KHALĪL - *Nayl*, vol. 5, pp. 164-165; AL-SAKHĀWĪ - *al-Tibr*, vol. 1, p. 118; IBN IYĀS - *Badā'i'*, vol. 2, p. 236) or from Shāh Rukh himself (IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Ḥawādith*, p. 49).

³² In Sha'bān/November (day unknown): IBN IYĀS - *Badā'i'*, vol. 2, pp. 244-245. On 14 Sha'bān/26 November: AL-'AYNĪ - *'Iqd*, p. 627. On 15 Sha'bān/27 November: IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Ḥawādith*, p. 76 IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Al-Nujūm*, vol. 15, p. 364. AL-SAKHĀWĪ - *Wajīz*, vol. 2, pp. 594-595; AL-SAKHĀWĪ - *al-Tibr*, vol. 1, pp. 215-217: 14 Ramaḍān/25 December; 'ABD AL-BĀSIT B. KHALĪL - *Nayl*, vol. 5, pp. 194-195: Ramaḍān/December. See also TADAYOSHI, Kikuchi - "An Analysis of 'Abd al-Bāsiṭ al-Ḥanafī al-Malaṭī's Description of the Year 848: On the Process of Writing History in the Late Fifteenth Century". *Mamlūk Studies Review* 10:1 (2006), pp. 29-54. In my article, DEKKICHE - "New source, new debate" I have provided the details of the events in Cairo at the time of the *kiswah*'s arrival, as it provoked many problems in the capital.

the initiator of the mission. That we now know thanks to a letter kept in the MS 4440: Jaqmaq's response to Shāh Rukh's grandson 'Alā' al-Dawlah.

Letter XLIV

Jaqmaq's response to 'Alā' al-Dawlah's letter, declaring the fulfillment of the promise made concerning the sending of the *kiswah* to the pilgrimage. The letter was given to the two shaykhs in charge of bringing the *kiswah* to Mecca.

[Narratio]: Mention of the good reception of the letter followed by the customary courtesy (regarding style). Summary of the initial message:

- Mention of the two shaykhs (Abū Ishāq al-Kāzarūnī and Nūr al-Dīn Muḥammad al-Abharī) who had been dispatched to bring the inner *kiswah* to Cairo, so that they could benefit from the sultan's help in their mission. Confirmation of their arrival and the reception of the letter they brought, as well as confirmation of the good reception offered to them.

[Dispositio]: Mention of the sequence of events peculiar to the conveyance of the to Mecca:

- The shaykhs will be transferred to Mecca with the amir of the pilgrimage [along with the caravan];
- The Sharīfs in Mecca will make sure that the veil will be hung in the presence of the shaykhs, as well as all Timurid pilgrims, so that they will be able to witness what they saw back at home;
- Reminder of the exceptional character of this favor made to the Timurid sovereign [Shāh Rukh], in the name of the sultan's friendship. This won't occur for anyone else in the future.
- Mention of the good reception offered to the shaykhs before their departure.
- Mention that the letter is sealed.

Surprisingly, after twenty years of negotiation, the last Mamluk-Timurid exchanges concerning the sending of the inner *kiswah*, did not involve Shāh Rukh, but his grandson. Again, Timurid internal politics help us here further understanding this. At the end of 847/1443, Shāh Rukh had fallen badly ill, an illness that lasted until 848/March-June 1444. If his powerful wife Jawharshād was no fervent supporter of her son Jūkī, she was quite fond of her grandson 'Alā' al-Dawlah, which she

encouraged to proclaim sultan. Self-proclamation for which he received the allegiance of several important emirs (among which Fīrūzshāh)³³. It seems therefore that it is in the capacity of Timurid sultan that ‘Alā’ al-Dawlah was able to enter in the sphere of diplomatic game with the Mamluks.

Muḥammad Jūkī, though apparently nominated by Shāh Rukh, did not reach Herat in time to contain ‘Alā’ al-Dawlah's ambitions, and he also died unexpectedly in that year. On the other hand, Shāh Rukh would soon recover. He however did not seem to have entered in contact with the Mamluks after that date.

Mamluk-Qara Qoyunlu Case

Mamluk-Qara Qoyunlu contacts were initiated from the late 14th century by the founder of the dynasty Qarā Muḥammad (r. 782-792/1380-1390) and ended in the late 15th century (in 872/1467-8) with the reception in Cairo of Jahānshāh's head, sanctioning the end of the confederation by Uzun Hasan. Contacts between the two powers, however, seem to have ended a bit earlier since Mamluk chronicles do not record any more exchanges of embassies after 861/1457. During that century however contacts were not continuous, but instead there were many interruptions — or rather blanks — in the data available. Two periods are particularly well documented however: First, the beginning of the exchanges that took place in the context of Tīmūr's invasions in Iraq (that period sees the rapprochement of both powers, with Mamluk protection of Qarā Muḥammad, and for a while of his successor Qarā Yūsuf; r. 792-823/1390-1411). Soon however the latter's ambitions will oppose Mamluks' pretensions, and we witness then a second phase in the contacts between the two powers (first quite hostile and challenging — with Qarā Yūsuf/al-Mu’ayyad Shaykh —; then tending towards rapprochement between Iskandar and Barsbāy — this by opposition to the Timurids).³⁴ A third set of contacts is also attested at a later period (847/1443; 850-861/1447-1457), which is recorded in the letters kept in the MS ar. 4440 (BnF). Those contacts involved on

³³ MANZ, Beatrice F. – *Power, Politics*, p. 247.

³⁴ We have quite a good knowledge of the exchanges that took place at the time, not only because of the chronicles, but also because many letters have been kept in copies in *munshā’āt*. For the early period (that is mostly the second phase just mentioned 815-839/1412-1436), see IBN ḤIJJAH – *Qahwat al-inshā’*. Ed. R. Veselý. Berlin: Klaus Schwarz Verlag, 2005.

the one hand the Qara Qoyunlu ruler Jahānshāh (r. 843-872/1443-1467) and the Mamluk sultans Jaqmaq (r. 842-857/1438-1453) and Īnāl (r. 857-865/1453-1461); and on the other hand, Jahānshāh's son Pīr Būdāq (governor of Fars; d. 870/1466) and sultan Īnāl.

Letter number ³⁵	Foliation	Sender > Addressee	Date ³⁶	Nature
lxi	ff. 208a-210a	Jaqmaq > Jahānshāh	[847/144]	response
xxxvi	ff. 161b-163a	Pīr Būdāq > Īnāl	859/1455	initial letter
xxxvii	ff. 163a-164b	Īnāl > Pīr Būdāq	[860/1456]	response
xxxviii	ff. 164b-167a	Pīr Būdāq > Īnāl	861/1457	initial letter
xl	ff. 169b-171b	Īnāl > Pīr Būdāq	861/1457	response

Table 3. List of letters (ms. ar. 4440)

Jahānshāh had officially succeeded his brother Iskandar as head of the Qara Qoyunlu confederation in 841/1438 (after Iskandar's death). It must be reminded however that he was already governor in Eastern Anatolia (under Timurid authority) from 837/1434. And it is still as Timurid client that he ruled until Shāh Rukh's death in 850/1447. He seems to have stayed quite loyal to Shāh Rukh during most of the period in fact, and we have therefore barely no record of contacts between him and the Mamluks during that time. This of course does not mean that Mamluk historians ignored the events taking place in the Qara Qoyunlu domains. They have recorded for example the internal troubles peculiar to Iskandar's succession (in 842/1432)³⁷ or to Iraq (843/1439)³⁸. The first mention of the arrival of a Qara Qoyunlu mission in Cairo dates from 847/1443. Though chronicles do not describe its motives, nor provide any details as for its reception, it seems nevertheless that this embassy

³⁵ These numbers follow the system established by BAUDEN – "Les Relations", pp. 15-23.

³⁶ The dates written between [] are the dates I attributed to the letters in my own study. However, some of them (indicated with a question mark) still require comparison with analysis of the Persian sources.

³⁷ 842/1438: Jahānshāh was able to repel Iskandar's son outside of Azerbaijan, and had placed him in Avnik (Erzurum). That news reached Cairo on 17 Jumādā II 842/ 5 December 1438: AL-MAQRĪZĪ - *al-Sulūk*, vol. 4/3, pp. 1102-1103; AL-ŞAYRĀFĪ - *Nuzhat*, vol. 4, p. 53.

³⁸ Işfahān b. Qarā Yūsuf was forced to flee Baghdād because of Bedouin attacks (Yūsuf b. 'Aliyyān)/ Probably related to the Musha'sha': Jumādā II 843/ Nov-Dec 1439: AL-MAQRĪZĪ - *al-Sulūk*, vol. 4/3, p. 1176; AL-ŞAYRĀFĪ - *Nuzhat*, vol. 4, p. 165; 'ABD AL-BĀSIT B. KHALĪL - *Nayl*, vol. 5, p. 106.

attracted quite a lot of attention and curiosity. Indeed, it was received before the Timurid embassy that had arrived at the same time; which truly defies the rule of precedence as set by Cairo:³⁹ If the reasons for this situation are probably due to the Timurid context in fact (e.g., the inner *kiswah* negotiation), we can however not deny other factors inherent to Jahānshāh's "awakening" and first claim towards independence. This comes even more clear when looking at the letter LXI kept in MS ar. 4440 (fols. 208a-210a).

Letter LXI (fols. 208a-210a)

Jaqmaq's response to Jahānshāh's letter: reciprocity of the friendship and congratulations of the recent victory against the enemy.

[Narratio]: Mention of the reception of Jahānshāh's letter through the intermediary of his emissary, Aḥmad, and of the good reception he was granted. Follows the customary courtesy (regarding style). Confirmation that the link of friendship that had existed in the past between the two rules are still shared.

- Joy of the sultan for the victory against the enemy and the news of Jahānshāh's safe return.

[Dispositio]: Mention of the presence of the Mamluk emissary Jijukbughā at Shāh Rukh's court during the announcement of Jahānshāh's victory, and the joy that the Timurid sultan has expressed (when the emissary was back home).

- Mention that the emissary Aḥmad was given a letter of response that should confirm the sultan's good feeling towards Jahānshāh, as well as his wish to see the exchanges being continued.

- Sultan's request that Jahānshāh facilitates the roads for pilgrims and traders.

From the Mamluk response above, we can easily reconstitute the original message of Jahānshāh's initial letter (which was twofold). Firstly, it announced a resumption of contacts (since Iskandar) calling/asking for love and friendship between both realms— this on the memory of the past relation and link that had existed between

³⁹ IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Hawādith*, p. 64; AL-SAKHĀWĪ - *al-Tibr*, vol. 1, p. 164; AL-'AYNĪ - *'Iqd*, pp. 584, 600; AL-ŞAYRAFĪ - *Nuzhat*, vol. 4, p. 256 (who wrongly attributed the embassy to the Aq Qoyunlu ruler Jahāngīr).

the Mamluks and the Qara Qoyunlu. Secondly, the letter was the occasion for Jahānshāh to announce his victory against the enemy (unfortunately not identified). It must be said that Jahānshāh's double message in fact mirrors quite well Qarā Yūsuf and Iskandar's previous correspondences with the Mamluks at time of their aggressive independent policy: calling for friendship, but in the meantime reminding of their military power. This double message was, it seems, quite clear to the Mamluk as well, as illustrated in Jaqmaq's response. The first part of this response (*narratio*), which usually summarizes the initial letter, confirms the good reception of the letter and of the emissary (Aḥmad), as well as the reciprocity of friendship (similarly referring to the past relations). Furthermore, Jaqmaq congratulates Jahānshāh on his victory and shares his joy that he came back home safely. In a regular response to a letter of conquest (*fathnamah*), the second part of letter (*dispositio*) usually just keeps on with congratulation and words of friendship. Our letter is however quite different, since the *dispositio* has no other aim than reminding Jahānshāh of his position as Timurid client: Jaqmaq indeed makes a point to mention his emissary at the court of Shāh Rukh (therefore insisting on his good relation with the Timurid ruler), and the latter's joy on the announcement of this victory. The end of the message consists of another reminder to Jahānshāh to respect the peace and order in place: with a special request to facilitate the roads to travelers and pilgrims.

Whereas this first attempt from Jahānshāh towards the Mamluks can somehow be seen as a failure, it has in the practice no effect on him as far as his ambitions and pretensions are concerned. Indeed, if Jahānshāh stayed quiet for a little longer, Shāh Rukh's death in 850/1447 truly allow him to break his link to the Timurid dynasty, with his progressive taking over Timurid territory (850/1447: Baghdad; 851-852/1448-9: Sulṭāniyyah, Saveh, Hamadan, Qazvin)⁴⁰, but even more with the resuming of hostilities (starting 851/1448) with the Aq Qoyunlu Jahāngīr (r. 848-861/1444-1457)⁴¹, due to the latter's protection/asylum given to Jahānshāh's rebellious nephew Alvand. The 20 years long conflict that opposed the two

⁴⁰ MANZ, Beatrice F. – *Power, Politics*, p.262. Truce-treaty signed with Sulṭān-Muḥammad abandoning those territory to Jahānshāh.

⁴¹ WOODS, John E. – *The Aq Qoyunlu. Clan, Confederation, Empire*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1999, p. 74.

confederations also involved the Mamluk sultanate in many ways,⁴² which of course produce many occasion for diplomatic contacts (both informal and formal)⁴³. Be that as it may, by 855/1451 (some 12 years after Jahānshāh's first letter to the Mamluks), Jahānshāh has truly emerged as an independent, recognized, and much welcomed diplomatic actor. This is well illustrated for example by the report of the reception of the embassy he dispatched that year to Cairo to discuss the future of Diyār Bakr⁴⁴. The good relations between the two rulers would, however, soon deteriorate due to the treaty of Āmid signed with Jahāngīr⁴⁵. Interestingly enough, the news of this treaty reached Cairo in Muḥarram 856/February 1452, through a Qara Qoyunlu embassy sent by Jahānshāh's son Pīr Būdāq, governor of Fars⁴⁶. Along with the letter, the emissary also presented the sultan the gifts he brought: a splendid mule, weapons, and silk fabrics⁴⁷. This represents the first embassy from Pīr Būdāq, that once more announces quite strong ambitions this governor had (to speak against his father and to set himself apart). If we do not know Jaqmaq's response to Pīr Būdāq's embassy, it is clear during this period that the Mamluks turned away from Jahānshāh and instead gave his attention to another rising figure: the Aq Qoyunlu

⁴² For more detail on this see WOODS, John E. – *The Aq Qoyunlu*, p. 74 and DEKKICHE, Malika - *Le Caire, carrefour des ambassades*, vol. 1, pp. 161-167.

⁴³ IBN TAGHRĪBIRDĪ – *Ḥawādith*, p. 247; IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Nujūm*, vol. 15, pp. 431-432.

⁴⁴ At its arrival, the Qara Qoyunlu embassy, accompanied by Jahānshāh's nephew Fūlād, was given residency on the Maydān below the Citadel; see AL-BIQĀ'Ī – *Tā'rikh al-Biqā'ī*. Ed. M.S. Ibn Shadīd al-'Awfī. vol. 1. Jīzah: Hajar li 'l-ṭibā'a wa 'l-nashr wa 'l-tawzī' wa 'l-i'lān, 1992, p. 80. Two days later, they were received by the sultan in the private sphere of the Citadel, in the *ḥawsh* (IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Ḥawādith*, pp. 260-261). The emissaries had brought gifts to the sultan, including helmets, coats of mail, and 14 Bactrian camels. Finally Jahānshāh's letter (originally in Persian) was translated and its contents explained to Jaqmaq. In the long history of Mamluk-Qara Qoyunlu contacts, this is in fact the first mention of the use of Persian in the Qara Qoyunlu's correspondence, which in my sense is quite telling about Jahānshāh's ambition and pretension (even the Timurids had not done so). For more detail on this embassy, see DEKKICHE - *Le Caire*, pp. 161-167.

⁴⁵ Later that same year Jahānshāh came back to Eastern Anatolia and signed with Jahāngīr the Treaty of Āmid, sanctioning the Aq Qoyunlu's recognition of Jahānshāh's authority for the region of Diyār Bakr. In Dhū'l-Ḥijjah 855/January 1452: AL-BIQĀ'Ī - *Tā'rikh*, vol.1, p.165. Previously in Sha'bān 855/September 1451, Jaqmaq, reassured by Jahānshāh's letter, had dismissed his troops from Syria: AL-BIQĀ'Ī - *Tā'rikh*, vol.1, p. 133.

⁴⁶ No mention of the day: AL-SAKHĀWĪ - *Wajīz*, vol.2, p. 665. On 29 Muḥarram/20 February 1456: IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Ḥawādith*, pp. 295-296. In Šafar/March: 'ABD AL-BĀSĪT B. KHALĪL - *Nayl*, vol. 5; pp. 354-355. AL-BIQĀ'Ī - *Tā'rikh*, vol. 1, p. 80, on the other hand, mentioned the arrival, at the end of Muḥarram, of an embassy from Jahānshāh that denied the truce concluded with the Aq Qoyunlu Jahāngīr and informed the sultan of the future sending of the emir Rustam to seize Diyār Bakr.

⁴⁷ IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Ḥawādith*, pp.295-296: the embassy was received at the Citadel on 2 Šafar/23 February.

Uzun Ḥasan (r. 861-882/1457-1478), who succeeded in seizing Āmid and returned it to Mamluk authority⁴⁸.

The deterioration in the Mamluk relation with Jahānshāh and the parallel rapprochement with his son Pīr Budāq can well be seen under Jaqmaq's successor, Īnāl (r. 857-865/1453-1461), especially through the account of Jahānshāh's embassy to Cairo in Dhū l-Ḥijja 860/November 1456 (rather negative)⁴⁹, and that of Pīr Būdāq on 20 Shaʿbān 860/24 July 1456 (positive)⁵⁰. While sources do not detail the ceremonies peculiar to the reception of this embassy, the initial letter sent by Pīr Būdāq and Īnāl's response to it, both kept in MS ar. 4440, attest of a good state of relationship between the two⁵¹.

Letter XXXVI

Initial letter from Qara Qoyunlu Pīr Būdāq b. Jahānshāh to al-Ashraf Īnāl to open the correspondences and expression of the wish to maintain good relationships. Declaration of the forthcoming attack on the Timurid realm. Letter written at the end of Dhū 'l-Qaʿdah 859/early November 1455.

[Narratio]: Introduction praising the Mamluk sultan and his qualities of kindness and justice towards Muslims, that encourage Pīr Būdāq to write to him

⁴⁸ After Jahānshāh's departure to the East (against the Timurid Abū'l-Qāsim Bābūr: news of Jahānshāh's victory reached Cairo in Dhū'l-Hijjah 856/December 1452), Uzun Ḥasan had indeed started the counter-attack against both the Qara Qoyunlu ruler and his own brother, Jahāngīr. After he managed to control his adversaries among his clan, he progressed to Āmid, which he seized in Shaʿbān-Ramaḍān 856/September 1452. He sent the keys of the city to Cairo as sign of recognition of Jaqmaq's authority, who in counterpart designated him as governor of Āmid. During the period from 857/1453 to 861/1457, Uzun Ḥasan entirely devoted himself to the struggle against Jahāngīr, the conquest of Ḥiṣn Kayfā, and the abolishment of Qara Qoyunlu's rule over Armenia. Jaqmaq's successor, sultan Īnāl (r. 857-865/1453-1461), continued the latter's friendly relationship with the Aq Qoyunlu ruler, Uzun Ḥasan, while the tensions with Jahānshāh kept increasing. WOODS, John E. - *The Aq-Qoyunlu*, pp. 78-80; AL-SAKHĀWĪ - *Wajīz*, vol.2, p. 665.

⁴⁹ Day not mentioned: AL-BIQĀʿĪ - *Tāʾrikh*, vol.2, p. 226; IBN IYĀS - *Badāʿiʿ*, vol. 2, pp. 335-336. On 19 Dhū'l-Hijjah/18 November 1456: IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Ḥawādith*, pp. 519-520.

⁵⁰ Date mentioned in MS ar. 4440, fol. 161b. On 29 Shaʿbān/2 August: IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Ḥawādith*, p. 514, only refers to a declaration of friendship. On Shawwāl 860/September 1456: AL-BIQĀʿĪ - *Tāʾrikh*, vol. 2, p. 200, reports Pīr Budāq's future campaign against the Timurids in Persia and beyond Iṣfahān as well as his request to obtain Mamluk's (moral) support. Al-Biqāʿī also seems to confuse with some of Jahānshāh's above-mentioned letter, since he referred here to the request for the sending of al-Dūkārī.

⁵¹ Those 4 letters are also published elsewhere: DEKKICHE, Malika - "The Letter and its response: the exchanges between the Qara Qoyunlu and the Mamluk Sultan : MS Arabe 4440 (BnF, Paris)". *Arabica* 63:6 (2016), pp. 579-626.

and send him an emissary. The latter is in charge of transmitting these feelings of friendship, and it is hoped to see those feelings reciprocated.

[Dispositio]: Pīr Būdāq has heard of the conflict that had in the past opposed Mamluks and Timurids. He has therefore decided to undertake a campaign against them to submit them.

- Mention of the upcoming departure of the troops to Khorasan.

- Invocation to God, so He would support the campaign. Request that the sultan support it as well, morally.

[No mention of gifts in the letter]

Letter XXXVII

Sultan Īnāl's response to Pīr Būdāq's letter, confirming the reciprocity of friendship and wishing the best regarding the future combats. [860/1456]

[Narratio]: Mention of the reception of the letter through Pīr Būdāq emissary, Yūsuf, who is now in charge of transmitting the sultan's response. Customary courtesy regarding the style of the letter. Confirmation of the reciprocity of the friendship.

- Summary of the letter: combat against the enemies and the submission of the tyrants. Expression of support and good wish, and invocation to God for His support.

[Dispositio]: Mention again of the emissary and his oral message, and of the reciprocity of the friendship.

- Mention of the good reception granted to the emissary as proof are the gifts that he is bringing back.

Letter XXXVIII

Initial letter of Pīr Būdāq to announce his victories in Khorasan, Sistan and against the Musha‘sha‘, and affirmation of his friendship towards the Mamluk sultan Īnāl.

[Narratio]: Introduction on the theme of the victory. Mention of the date of the drafting of the letter: early Jumāda II 861/end of April 1457.

Detailed account of the events. [N.B.: the victory was given by God in benediction of his father Jahānshāh]

[Dispositio] : Praise to God for the victory, and wish that its news would be spread to the world.

- Mention of the emissary (emir Ulū) and his mission: report to the sultan the event of the battle/victory and request to him that correspondences keep being exchanged between them and that their friendship gets stronger.

Letter XL

Mamluk sultan's response to Pīr Būdāq to congratulate him on his victory in the Khorasan and Sistan. The response was given to the emir Ulū in Dhū'l-Qa'dah 861/October 1457.

[Narratio]: Mention of the reception of the letter through Pīr Būdāq emissary, emir Ulū. Customary courtesy concerning the letter's style and reminder of its theme (victory and declaration of friendship).

- Detailed summary of the letter's contents (quasi-verbatim from the initial letter)

[Dispositio]: Expression of joy regarding Pīr Būdāq's victory (no reference to Jahānshāh), with the help of God. Assurance that the news of the victory will be spread, so that the enemies will fear him and the others will be pleased.

- Mention of the emissary and the gifts he brought (all accepted)
- Mention of the good reception granted to the emissary and mention of the gifts offered.

We are quite lucky in this case to have both Pīr Būdāq's initial letters and Mamluk responses. The way Pīr Būdāq presents his project of war is quite interestingly framed: on the memory of the previous opposition between Mamluks and Timurids (which obviously was quite an outdated reference). He thus set himself as Mamluk defender and supporter, to which he asks for moral support. Unlike Īnāl's letter to Jahānshāh in 860/1456, his response to Pīr Būdāq is rather full of praise, friendship declaration and support. A year later, another letter — this time a victory letter — reached Cairo, describing in detail the battles and great accomplishment of Pīr Būdāq's troops. These were welcome in Cairo with great joy.

This corpus of letters represents the last testimonial we have of diplomatic contacts between the Mamluk sultans and the Qara Qoyunlu rulers. Indeed, Mamluk sources do not report any more reception of Turkmen embassies in Cairo after this date. As already mentioned, the contacts between Jahānshāh and Īnāl had already greatly deteriorated starting 860-861/1456-1457. Moreover, this ruler was afterwards

kept busy in the eastern part of his realm against the Timurids and his own family. Contact with the distant Mamluks might not have been a priority then. On the other hand, Pīr Būdāq's attempt for rapprochement with the sultan seems to announce this emir's ambitions to the detriment of his father. Indeed, in the years following his victory in Khorasan and Sistan, Pīr Būdāq broke his link to his father (864/1458). In 865/1460-1461, Jahānshāh was able to dismiss him from the region of Fars and send him to Iraq instead⁵². This attempt to move Pīr Būdāq away from Iran would fail since the latter would, in fact, continue raiding in the region until 870/1466⁵³ when, after the three-years' siege of Baghdad⁵⁴, his brother Muḥammad, who has been dispatched by their father, finally entered the city and murdered Pīr Būdāq.

After he managed the internal struggle caused by his sons, Jahānshāh was finally able to turn against his longstanding enemy Uzun Ḥasan and, breaking the truce concluded in 865/1461, to lead his troops to Diyār Bakr (871/1467)⁵⁵. The conflict turned to his disadvantage, however, and the Qara Qoyunlu ruler was killed in his sleep and decapitated by Uzun Ḥasan on Rabīʿ I 872/October 1467⁵⁶. The head was sent first to the Timurids and then to Cairo, where it was hung at Bāb Zuwayla⁵⁷ on Jumādā I 872/December 1467⁵⁸ or Jumādā II 872/January 1468⁵⁹. The Qara Qoyunlu dynasty would never rise again⁶⁰.

⁵² ROEMER, H. R. – “The Successors of Tīmūr”. In JACKSON, Peter; LOCKHART, Lawrence (eds.) – *The Cambridge History of Iran: The Timurids and Safavids Periods*. Vol. 6. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 114.

⁵³ On 2 Dhū l-Qaʿda 870/16 June 1466: AL-SAKHĀWĪ - *Wajīz*, vol. 2, p. 780. In Dhū l-Ḥijjah 870/July 1466: ʿABD AL-BĀSĪT B. KHALĪL, *Nayl*, vol. 6, p. 245.

⁵⁴ ROEMER, H. R. – “The Türkmen Dynasties”. In JACKSON, Peter; LOCKHART, Lawrence (eds.) – *The Cambridge History of Iran: The Timurids and Safavids Periods*. Vol. 6. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, p. 164; IBN TAGHRĪBIRDĪ - *Nujūm*, vol. 16, p. 350, however reports that Pīr Būdāq was killed by Jahānshāh himself.

⁵⁵ WOODS, John E. – *The Aqquyunlu*, p. 96.

⁵⁶ ʿABD AL-BĀSĪT B. KHALĪL – *Nayl*, vol. 6, pp. 289-290.

⁵⁷ AL-SAKHĀWĪ – *Wajīz*, vol. 2, p. 797.

⁵⁸ ʿABD AL-BĀSĪT B. KHALĪL – *Nayl*, vol. 6, p. 303; IBN IYĀS - *Badāʿi*, vol. 2, p. 471.

⁵⁹ IBN TAGHRĪBIRDĪ – *Nujūm*, vol. 16, p. 384.

⁶⁰ In Dhū l-Ḥijjah 872/July 1468, Uzun Ḥasan also killed Abū l-Qāsim b. Jahāshāh who was still ruling in Kerman.

Conclusion

The two cases presented are quite interesting for several reasons. First of all, they inform us a great deal about the Timurid and Qara Qoyunlu politics (which are unfortunately not that well documented). But for the topic that interest us here, those cases attest to much more complex relations between powers within the Islamicate world than the classical pictures of relations between sultans. They further indicate that diplomacy not only was a family business, but more importantly a way for ambitious family members to gain support from foreign courts in their race to succession. While some of those cases have been recorded by the Mamluk chronicles, others, more "delicate", have not, which pointed at their more informal character. Because of their informality, they represent an unique witness of the greatly intertwined or entangled history of the region.

While the Timurids and Turkmen are well known to function on the basis of corporate sovereignty⁶¹, the letters kept in the MS ar. 4440 (BnF, Paris) show a more complex picture of that practice, especially regarding its implication on the "international" sphere. The ambitions of Muḥammad Jūkī, 'Alā' al-Dawlah and Pīr Būdāq have them indeed entering in contact with the Mamluk sultans already during the reign of their (grand-)father to gain support. In the Timurid case, sultan Jaqmaq was cautious to remind Muḥammad Jūkī that he was still in contact with Shāh Rukh — without however ignoring Jūkī's claims. The Qara Qoyunlu case, on the other hand, represents a more telling example of the Mamluk sultanate supporting a son over the father, as Jahānshāh's ambitions were seen as disproportionated and more importantly, as disadvantageous for the Mamluk sultan.

Bibliographical references

Sources

Manuscript sources

Paris, Bibliothèque Nationale de France, MS ar. 4440.

⁶¹ SUBTELNY, Maria E. – *Timurids in Transition. Tuko-Persian Politics and Acculturation in Medieval Iran*. Leiden, Boston: Brill, 2007, p. 36.

Printed sources

‘ABD AL-BĀSIT̄ B. KHALĪL – *Nayl al-amal fī ḡayl al-duwal*. Ed. ‘U. ‘A. al-Salām Tadmurī. 9 vols. Beyrouth: al-Maktabah al-‘Aṣriyyah, 2002.

AL-‘AYNĪ – *‘Iqd al-jumān fī tāriḥ ahl al-zamān*. Ed. ‘A. al-R. al-Ṭanṭāwī. Cairo: al-Zahrā’ li-l-i‘lām al-‘arabī, 1989.

AL-‘ASQALĀNĪ, Ibn Ḥajar – *Inbā’ al-ghumr bi-abnā’ al-‘umr fī ‘l-ta’riḥ*. Ed. Ḥ. Ḥabashī. 4 vols. Cairo: Lajnat iḥiyā’ al-turāṭ al-islāmī, 1969-1998.

AL-BIQĀ’Ī – *Tā’riḥ al-Biqā’ī*. Ed. M.S. Ibn Shadīd al-‘Awfī. 3 vols. Jīzah: Hajar li ‘l-ṭibā’a wa ‘l-nashr wa ‘l-tawzī’ wa ‘l-i‘lān, 1992.

AL-MAQRĪZĪ – *Kitāb al-Sulūk li ma’rifat duwal al-muluk*. Ed. M.M. Ziyādah. vols. 1-2. 3rd ed. Cairo: Dār al-Kutub, 2006-2007 (1st ed. 1939-1958).

AL-MAQRĪZĪ – *Kitāb al-Sulūk li ma’rifat duwal al-muluk*. Ed. S.‘A.-F. ‘Āšūr. vols. 3-4. 2nd ed. Cairo: Dār al-Kutub, 2007 (1st ed. 1970-1973).

AL-SAKHĀWĪ – *Wajīz al-kalām fī ‘l-dhayl ‘alā duwal al-islām*. Ed. B.‘A. Ma’rūf, Gh.F. al-Ḥarastānī, A. al-Khaṭīmī. 4 vols. Beirut: Mu’assasat al-Risālah, 1995.

AL-SAKHĀWĪ – *Al-Tibr al-masbūk fī dhayl al-Sulūk*. Ed. S. ‘A.-F. ‘Āshūr. 4 vols. Cairo: Dār al-Kutub, 2002-2007.

AL-ṢAYRAFĪ – *Nuzhat al-nufūs wa ‘l-abdān fī tawārīḥ al-zamān*. Ed. Ḥ.Ḥabashī. 4 vols. Cairo: al-Hay’ah al-Miṣrīyah al-‘Āmmah li ‘l-Kitāb, 1970-1994.

IBN ḤIJJAH – *Qahwat al-inshā’*. Ed. R. Veselý. Berlin: Klaus Schwarz Verlag, 2005.

IBN IYĀS – *Badā’i’ al-zuhūr fī waqā’i’ al-duhūr*. Ed. M. Muṣṭafā. 2nd ed. 6 vols, Cairo: Dār al-Kutub, 2008.

IBN TAGHRIBIRDĪ – *Ḥawādith al-duhūr fī maḡā al-ayyām wa ‘l-shuhūr*. Ed. F.M. Shaltūt. Cairo: Lajnat iḥyā’ al-turāṭ al-islāmī, 1990.

IBN TAGHRĪBIRDĪ – *Al-Nujūm al-zāhirah fī mulūk Miṣr wa ‘l-Qāhirah*. 2nd ed. 16 vols. Cairo: Dār al-kutūb, 2005-2006 (1st edition: 1963-1971).

Studies

BAUDEN, Frédéric – "Les Relations diplomatiques entre les sultans mamlouks circassiens et les autres pouvoirs du Dār al-Islām. L'apport du ms. ar. 4440 (BNF, Paris)". *Annales Islamologiques* 41 (2007), pp. 1-29.

BAUDEN, Frédéric; DEKKICHE, Malika (eds.) – *Mamluk Cairo. A Crossroads for Embassies. Studies on diplomacy and diplomatics*. Leiden: Brill, 2021.

DEKKICHE, Malika – *Le Caire, carrefour des ambassades. Étude historique et diplomatique de la correspondance échangée entre les sultans mamlouks circassiens et les souverains timourides et turcomans (Qara Qoyunlu – Qaramanides) au XVe s. d'après le ms. Ar. 4440 (BnF, Paris)*. 2 vols. Liège: University of Liège, 2011. PhD. Thesis.

DEKKICHE, Malika – "The Correspondence Exchanged Between Mamluks and Timurids in the Fifteenth Century: Study of an Unpublished Source (BnF.ms.ar. 4440)". *Eurasian Studies* 11 (2013), pp. 131-160.

DEKKICHE, Malika – "New source, new debate: re-evaluation of the Mamluk-Timurid struggle for religious supremacy in the Hijaz (Paris, BnF MS ar. 4440)". *MSR* 18 (2014-2015), pp. 247-271.

DEKKICHE, Malika – "Diplomacy at its Zenith. A Case of Study: Agreement Between the Mamluks and the Timurids on the Sending of the Kiswah". In BAUDEN, Frédéric (ed.) – *Material Culture and diplomatic contacts between the Latin West, Byzance and the Islamic East (11th-15th centuries)*. Leiden: Brill, 2021, pp. 115-142.

FAVEREAU, Marie (ed.) – *Annales Islamologiques 41: Les conventions diplomatiques dans le monde musulman. L'Umma en partage* (2007).

GULLY, Adrian – *The Culture of Letter Writing*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2008.

JACKSON, Peter; LOCKHART, Lawrence (eds.) – *The Cambridge History of Iran: The Timurids and Safavids Periods*. Vol. 6. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

MANZ, Beatrice F. – *Power, Politics and Religion in Timurid Iran*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

ROEMER, H. R. – "The Successors of Tīmūr". In JACKSON, Peter; LOCKHART, Lawrence (eds.) – *The Cambridge History of Iran: The Timurids and Safavids Periods*. Vol. 6. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp. 98-146.

ROEMER, H. R. – "The Türkmen Dynasties". In JACKSON, Peter; LOCKHART, Lawrence (eds.) – *The Cambridge History of Iran: The Timurids and Safavids Periods*. Vol. 6. Cambridge: Cambridge University Press, 1986, pp. 147-188.

SOWERBY, Tracey A.; MARKIEWICZ, Christopher – *Diplomatic Cultures at the Ottoman Court, c. 1500-1630*. New York: Routledge, 2021.

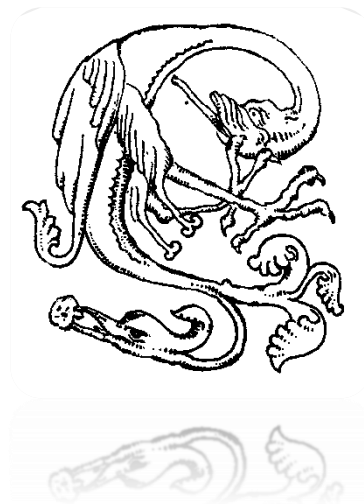
SUBTELNY, Maria E. – *Timurids in Transition. Tuko-Persian Politics and Acculturation in Medieval Iran*. Leiden, Boston: Brill, 2007, p. 36.

TADAYOSHI, Kikuchi – "An Analysis of ‘Abd al-Bāsiṭ al-Ḥanafī al-Malaṭī's Description of the Year 848: On the Process of Writing History in the Late Fifteenth Century". *Mamlūk Studies Review* 10:1 (2006), pp. 29-54.

WOODS, John E. – *The Aq Qoyunlu. Clan, Confederation, Empire*. Salt Lake City: University of Utah Press, 1999.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

DEKKICHE, Malika – "Like Father, like Son? A glimpse at some cases of parallel diplomacy in 15th century Mamluk Cairo.". *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 311-335. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Catherine de Médicis avant Catherine de Médicis:
la diplomatie, espace politique d'une princesse héritière
(1533-1547)**

**Catherine de' Medici before Catherine de' Medici:
diplomacy as political space for a female heir (1533-1547)**

Pierre Nevejans

LabEx COMOD – Université de Lyon
Laboratoire de Recherche Historique Rhône-Alpes (UMR 5190)
69007 Lyon, FRANCE

pierre.nevejans@ens-lyon.fr
<https://cv.hal.science/pierre-nevejans?langChosen=fr>

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Outubro de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 19 de Abril de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8380>

RÉSUMÉ

Quelle est la place diplomatique de Catherine de Médicis avant de devenir reine, puis reine mère? Alors qu'elle n'est que princesse héritière et que la branche des Médicis dont elle est issue n'est plus au pouvoir à Florence, comment pense-t-elle sa place au sein de la société des princes? Cet article étudie la diplomatie florentine de la dauphine, de 1533 à 1547, afin d'en comprendre les objectifs, mais aussi et surtout les outils et les fondements juridiques. Il s'agit de montrer que la diplomatie des héritiers, dans ce cas précis, s'ancre dans des réalités aux marges du droit international, fondées sur l'usage des domestiques de la maison delphinale, afin de permettre à la dauphine, et, par extension, son mari, futur Henri II, d'asseoir leur existence au sein de la société des princes européens et de se forger une place à la cour de France. Fondé sur la reconstitution de la correspondance de Catherine de Médicis avec son cousin, Côme I^{er} de Médicis, duc de Florence (1537-1574), cette étude traverse les méandres de la diplomatie de la fin du Moyen Âge, à travers fonds privés, registres de chancellerie et correspondances diplomatiques, dans la lignée d'une historiographie récente qui voit en la diplomatie une "activité politique flexible" (Isabella Lazzarini).

Mots clés: Catherine de Médicis; diplomatie et relations internationales; Côme I^{er} de Médicis; société des princes; sociétés de cour; domesticités de cour; droit international.

ABSTRACT

Who was Catherine de' Medici in Europe before she became Queen dowager? How did she think her place inside the princes' society, considering she came from a branch that had been removed from power in Florence? This paper studies the Florentine diplomacy of the dauphine, from 1533 to 1547. It analyses as much its stakes as its tools and juridical foundations. It shows how heirs' diplomacy, in this precise case study, roots within the margins of international law, onto domestic human resources, which gives the dauphine and her husband, future Henry II, the ability to forge their own political space, in the court of France, but also besides the kingdom's limits. Founded on an important reconstruction of Catherine's correspondence with her cousin, Cosimo I de' Medici, duke of Florence (1537-1574), this study travels through Early modern diplomacy's meanders, within private archives, chancery registers and diplomatic correspondences, shedding light upon the flexibility that Isabella Lazzarini theorised.

Keywords: Catherine de' Medici; Cosimo I de' Medici; Renaissance Studies; Early modern diplomacy; Princes' Society; Court studies; Court domesticities; international law.



Quel est le rôle d'une princesse étrangère, une fois mariée à l'héritier d'un royaume? Si les mariages des princes et princesses ont été perçus comme des objets d'étude en soi, par le biais des négociations qui y amènent et de l'événement constitué par le mariage, les liens établis par ce mariage après sa tenue sont souvent oubliés des travaux sur le sujet¹. C'est d'autant plus le cas lorsque l'alliance à l'origine de ce mariage s'éteint dans les mois qui le suivent: à quoi sert alors la princesse mariée chez l'allié d'hier? Comment maintient-elle les liens avec sa famille d'origine? Quel est son rôle diplomatique jusqu'à son avènement lorsqu'elle est en position d'héritière?

Le cas de Catherine de Médicis, mariée en 1533 à Henri de Valois, futur Henri II, témoigne de façon exemplaire de ces questions essentielles de l'histoire de la diplomatie, mais aussi des milieux de cour, des élites politiques et du genre. L'Italie est alors rongée par une série de guerres qui voient la France, l'Empire et l'Espagne jouer des tensions entre les principaux États composant la péninsule dans le but d'y asseoir leur puissance. En 1530, les Médicis acceptent de prêter allégeance au roi d'Espagne et empereur, Charles Quint, à condition que celui-ci reprenne Florence, tombée aux mains des anti-Médicis². En 1533, le mariage de Catherine avait été négocié entre François I^{er} et le pape Médicis Clément VII, qui l'avait vu comme un moyen de contrebalancer l'allégeance à l'empereur³. Mais, après le décès de Clément VII l'année suivante, le duc Alexandre de Médicis, puis son successeur, Côme I^{er}, renforcent plutôt l'entrée de Florence au sein l' "Italie de l'Empereur"⁴.

¹ Voir, à ce sujet, POUTRIN, Isabelle; SCHAUB, Marie-Karine (éd.) – *Femmes & pouvoir politique. Les princesses d'Europe, XV^e-XVIII^e siècle*. Paris: Bréal, 2007.

² BOUTIER, Jean; LANDI, Sandro; ROUCHON, Olivier (dir.) – *Florence et la Toscane: XIV^e-XIX^e siècles: les dynamiques d'un État italien*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2004, pp. 65-90; GRECO, Gaetano – *Storia del Granducato di Toscana*. Brescia: Morcelliana, 2020, pp. 107-158.

³ WANEGFFELEN, Thierry – *Catherine de Médicis: le pouvoir au féminin*. Paris: Payot, 2005, pp. 71-85; CLOULAS, Ivan – *Catherine de Médicis*. Paris: Fayard, 1979, pp. 46-49.

⁴ ASSONITIS, Alessio; VAN VEEN, Henk Th. (éd.) – *A Companion to Cosimo I de' Medici*. Leyde: Brill, 2022, pp. 115-159. L'expression est empruntée à BONORA, Elena – *Aspettando l'imperatore: principi italiani tra il papa e Carlo V*. Turin: Einaudi, 2014.

Catherine de Médicis, qui renonce à toute prétention sur Florence lors de son mariage, deviendrait dès lors le symbole d'une alliance tuée dans l'œuf⁵.

Alors que le rôle des princesses mariées à l'étranger est justement de fabriquer du lien entre les cours et en leur sein⁶, la place de Catherine de Médicis pendant ses années delphinales, jusqu'à l'avènement d'Henri II en 1547, a été résumée à une période de marginalité, du fait de ces éléments politiques comme d'une relative infertilité, rompue en 1544⁷. Mais ses liens avec Florence et les autres membres de la famille Médicis sont-ils rompus pour autant? Poser la question ainsi peut sembler provocateur, dans la mesure où ces relations n'ont pas été niées par l'historiographie, dont le livre classique d'Eletto Palandri, ou, plus récemment, les biographies de Catherine de Médicis par Thierry Wanegffelen puis Marcello Simonetta⁸. Toutefois, ces liens ont été dépolitisés, ou, pour Marcello Simonetta, résumés à une politisation par l'entourage masculin et anti-médicéen de la dauphine⁹. Le rapport de la dauphine, puis reine, aux Médicis, serait aussi celui d'une concurrente, dont l'héritage aurait été spolié par son cousin Côme, issu d'une branche collatérale de la famille¹⁰. Ainsi, Catherine de Médicis "dauphine" serait marginale à la cour de France; jugée trop proche des exilés et désireuse d'exercer une plus grande influence sur le destin de la cité, on se méfierait d'elle à Florence.

C'est dans ce contexte de marginalité relative que Catherine de Médicis construit sa relation avec son cousin, Côme I^{er} de Médicis¹¹. Elle entame avec lui une

⁵ SMITH, Marc – "Les Médicis et la France de 1450 à 1600", intervention au colloque *Les Médicis et la France*, château de Blois, 25 sept. 1999, n. p. Disponible en ligne: https://www.academia.edu/1112813/Les_M%C3%A9dicis_et_la_France_de_1450_%C3%A0_1600

⁶ À propos de Catherine de Médicis, voir CROUZET, Denis – *Le haut cœur de Catherine de Médicis. Une raison politique aux temps de la Saint-Barthélemy*. Paris: Albin Michel, 2005, not. pp. 115-137.

⁷ Sur l'infertilité, WANEGFFELEN, Thierry – *Catherine de Médicis*, pp. 113-117.

⁸ PALANDRI, Eletto – *Les négociations politiques et religieuses entre la Toscane et la France à l'époque de Cosme I^{er} et de Catherine de Médicis (1544-1580), d'après les documents des archives de l'État à Florence et à Paris*. Bruxelles: A. Dewit, 1908; WANEGFFELEN, Thierry – *Catherine de Médicis*.

⁹ SIMONETTA, Marcello – *Caterina de' Medici: storia segreta di una faida familiare*. Milan: Rizzoli, 2018.

¹⁰ ASSONITIS, Alessio; VAN VEEN, Henk Th. (éd.) – *A Companion to Cosimo I de' Medici*, pp. 160-186; vision nuancée par BROOMHALL, Susan – *The Identities of Catherine de' Medici*. Leyden / Boston: Brill, 2021.

¹¹ Dans la suite de Julia HEINEMANN ("La reine mère comme figure de parenté. La correspondance de Catherine de Médicis avec Charles-Emmanuel de Savoie". In FONKENELL, Guillaume; ZUM KOLK, Caroline (dir.) – *Catherine de Médicis. Art et pouvoir dans la France de la Renaissance*. Paris: Le

correspondance régulière, multiplie les lettres de recommandation et de réquisition. Ces lettres sont à l'origine de la présente recherche sur l'implication diplomatique de Catherine de Médicis avant son avènement comme reine. La ligne ainsi tissée, à partir de la fin des années 1530, est celle du couple héritier, par le biais de la dauphine plutôt que du dauphin. Les tensions entre le roi de France et le duc font de cette relation familiale le seul point stable entre la France et Florence. Dans un contexte de tensions entre la France et Florence, l'existence de ces relations conduites par Catherine de Médicis permettent d'abord de nuancer l'idée qu'elle n'ait été qu'une opposante à Côme I^{er}. Ensuite, au-delà de ce seul cas d'étude, elle montre comment la dauphine, princesse héritière *et étrangère*, établit son action aux marges de la diplomatie royale, tant du point de vue de ses orientations que des fondements juridiques sur lesquels évoluent les agents qui la font vivre.

Créer son espace au sein de la société des princes

Un corpus épistolaire renouvelé

La correspondance de Catherine de Médicis est l'une des plus travaillées de l'histoire de France au XVI^e siècle. Éditée au XIX^e siècle, elle a depuis fait l'objet de nombreux ajouts et modifications¹². Les périodes delphinale (1533-1547) et réginale (1547-1559) y sont particulièrement tronquées. Parmi les 935 lettres proposées pour la période 1533-1563, seules 257 concernent la période antérieure à la mort d'Henri II; 40 datent des périodes orléanaise et delphinale¹³. Sont aussi mentionnées les lettres "qui n'ont pas paru devoir être imprimées"¹⁴: 54 sont antérieures à 1559, dont 37 adressées à Côme de Médicis. Au dernier volume s'ajoutent 41 lettres antérieures à 1559, dont 2 seulement pour la période 1533-1547, et aucune

Passage, 2022, pp. 105-115, ici pp. 106-107), il s'agit ici de considérer la parenté comme une pratique sociale et, dans le cas de la société des princes, comme le résultat d'une pratique continue du pouvoir.

¹² *Lettres de Catherine de Médicis*. Éd. Hector de la Ferrière, Gustave Baguenault de Puchesse, André Lesort, 11 vols. Paris: Imprimerie nationale, 1880-1943; GELLARD, Matthieu - "Commentaire critique de l'édition des *Lettres de Catherine de Médicis*". *Cour de France.fr*, 2013 [consulté le 31 août 2023]. Disponible en ligne: <https://cour-de-france.fr/individus-familles-groupes/famille-royale/ouvrages-avant-1800/article/commentaire-critique-de-l-edition-des-lettres-de-catherine>

¹³ *Lettres de Catherine de Médicis*, vol. 1, pp. 1-19.

¹⁴ *Lettres de Catherine de Médicis*, vol. 1, pp. 619-627.

adressée à Côme¹⁵. Les lettres à Côme, conservées aux Archives d'État de Florence¹⁶, sont ainsi les perdantes de cette édition.

Le travail de Matthieu Gellard sur l'activité épistolaire et diplomatique de Catherine de Médicis après 1559 permet de mieux saisir les enjeux diplomatiques autour de cette correspondance. Il y restitue la reine mère dans la société des princes. Elle adresse une part importante de ses lettres à l'étranger (40 %), que ce soit aux agents français déployés à l'étranger (55 % de ces lettres) ou aux princes et princesses européens (45 %)¹⁷. L'Italie est en tête des destinations étrangères (38,6 % des lettres extérieures). Si Florence représente moins de 10 % du corpus, les princes et princesses italiennes reçoivent toutefois 65 % des lettres adressées à des membres de la société des princes¹⁸. Notamment parce qu'ils n'accueillent pas d'agent résident français, les ducs de Florence, puis grands-ducs de Toscane, tiennent une bonne place dans ce dispositif épistolaire. Le cumul des lettres adressées à Côme, François et Ferdinand de Médicis (toujours sur la période 1559-1589) fait du grand-duc le premier destinataire de Catherine, devant le roi d'Espagne et le duc de Savoie (147 lettres, contre 112 et 139)¹⁹. Les grands-ducs sont aussi parmi ses destinataires les plus fréquents: elle s'adresse à Côme tous les deux mois en moyenne entre 1559 et 1574²⁰.

L'examen de la correspondance entre Catherine et Côme de Médicis entre 1537 et 1559 confirme les résultats de Matthieu Gellard et les replace dans une dynamique au long cours. À ce jour, pour la période 1537-1559, 109 lettres de Catherine à Côme de Médicis et 33 lettres de Côme à Catherine de Médicis ont été retrouvées. S'ajoutent les lettres adressées par Catherine de Médicis à la duchesse Éléonore (7), par Côme au dauphin Henri puis roi Henri II (10) et par Henri à Côme de Médicis

¹⁵ *Lettres de Catherine de Médicis*, vol. 10, pp. 591-592.

¹⁶ Florence, Archivio di Stato [ASFi], *Mediceo del Principato* [MdP] 4726.

¹⁷ GELLARD, Matthieu – *Une reine épistolaire: lettres et pouvoir au temps de Catherine de Médicis*. Paris: Classiques Garnier, 2014, p. 40.

¹⁸ GELLARD, Matthieu – *Une reine épistolaire*, pp. 80-81.

¹⁹ GELLARD, Matthieu – *Une reine épistolaire*, pp. 83-84.

²⁰ GELLARD, Matthieu – *Une reine épistolaire*, p. 78.

(14)²¹. Des indices, comme des lettres mentionnées mais non retrouvées, montrent une sous-évaluation du corpus par rapport au nombre de lettres qui furent échangées. Ainsi, aucune lettre de Côme à sa cousine ne figure dans les registres avant 1544. Malgré ces lacunes, la comparaison avec les résultats de Matthieu Gellard (82 lettres-missives de Catherine à Côme entre 1559 et 1574) permet de penser que la conservation des lettres est homogène à l'échelle du règne. De plus, leurs relations ne souffrent que d'une seule période d'interruption, de l'éclatement du conflit ouvert entre Français et Florentins dans le cadre de la guerre de Sienne à la paix du Cateau-Cambrésis (1554-1559), alors qu'elles avaient tenu à la montée des tensions dans le cadre de cette même guerre (1552-1554). Cette vacance permet de ramener les deux périodes (1537-1554, 1559-1574) à des arcs comparables de 17 et 15 ans. Enfin, ces chiffres confirment que Catherine de Médicis n'attend pas son accession au trône pour écrire au duc de Florence: 51 lettres (47 %) sont écrites avant le mois d'avril 1547.

Ainsi, la correspondance entre Catherine et Côme de Médicis laisse envisager qu'une "diplomatie des héritiers" est possible. De plus, elle se construit dans un contexte de rupture du dialogue entre Côme de Médicis et François I^{er}. Il s'agit d'un canal alternatif, qu'il soit concurrent ou qu'il pallie les carences d'une ligne rompue entre les souverains.

Une correspondance apolitique?

L'analyse quantitative globale de cette correspondance est insuffisante pour en faire l'outil d'une "diplomatie des héritiers". La plupart de ces lettres ont d'ailleurs fait l'objet de coupes lors d'éditions, ou, à défaut, d'une forme de disqualification, sous prétexte qu'elles n'étaient pas d'ordre politique²². En effet, pour la période delphinale, elles visent soit à donner des nouvelles (lettres d'état), soit à recommander des individus dans le cadre de demandes individuelles

²¹ La répartition est la suivante: ASFi, MdP 4726 (75); *Carteggio universale* (17); MdP 618 (3); *Lettres de Catherine de Médicis* (14).

²² PALANDRI, Eletto – *Les négociations politiques et religieuses*, pp. 30-32.

(recommandation/réquisition), soit à donner créance à un agent diplomatique (tableau 1)²³.

Périodes concernées	Côme de Médicis		Éléonore de Tolède		Total
	1533-1547	1548-1559	1533-1547	1548-1559	1533-1559
Recommandations	19	34	1	1	55
Réquisitions	20	15	1	0	36
Créances	2	2	0	0	4
Remerciements	0	2	0	0	2
Lettres d'état	7	0	0	0	7
Proposition d'aide	0	1	0	0	1
Demande d'intercession	0	1	0	0	1
Suivi d'une affaire	0	2	0	0	2
Données non disponibles	1	0	0	0	1
Total	49	57	2	1	109

Tableau 1. Typologie des lettres de Catherine de Médicis au duc et à la duchesse de Florence sur l'ensemble de la période (1533-1559)

Ces formats épistolaires répondent à des codes de la société nobiliaire de la fin du Moyen Âge. Les femmes sont très investies dans la gestion des maisons et des clientèles, ce qui explique la surreprésentation des demandes d'intercessions dans leurs lettres²⁴. Les exclure du champ politique ne va pas de soi. D'une part, la distinction entre sphère publique et sphère privée serait moindre à la Renaissance qu'elle ne l'est aujourd'hui²⁵. D'autre part, la position des deux correspondants oblige ici à considérer, sauf exception, que l'ensemble de leurs activités revêt une

²³ Sur ces formats épistolaires, voir MCEGLIN, Jean-Marie (dir.); PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et "relations internationales" au Moyen Âge (IX^e – XV^e siècle)*. Paris: Presses universitaires de France, 2017, p. 244.

²⁴ PÉQUIGNOT, Stéphane; SCHAUB, Marie-Karine – "Gender Matters? Genre et histoire de la négociation". *Revue historique* 702/2 (2022), pp. 431-456, ici pp. 445-446.

²⁵ MAXSON, Brian Jeffrey – "Les chanceliers entre privé et public. Les réponses adressées par Leonardo Bruni à Lucques en 1431". In CROUZET, Denis, et al. (éd.) – *L'humanisme au pouvoir? Figures de chanceliers dans l'Europe de la Renaissance*. Paris: Classiques Garnier, 2020, pp. 153-176, notamment pp. 153-154.

dimension politique²⁶. La faible proportion de lettres autographes le confirme d'ailleurs: la mise en forme d'un secrétaire formalise le document²⁷. Aussi, la forme stéréotypée des lettres ne signifie pas que ces dernières soient dénuées de fond. Elle affiche au contraire le respect de codes dont l'application détermine l'appartenance à un groupe donné: en l'espèce, l'intégration dans la société des princes²⁸.

Ainsi replacées dans leur contexte d'écriture, les lettres de Catherine de Médicis à son cousin sont loin de l'image d'un ensemble inintéressant, créée par Eletto Palandri²⁹. Elles répondent à des enjeux pratiques; elles mettent en scène et créent les conditions d'une proximité entre eux, par le dévoilement d'éléments relevant ou non de l'intime³⁰. Les *post-scripta* autographes complètent le tout en marquant l'importance des demandes et en rappelant la proximité entre les deux cousins. Contrairement au corps des lettres, rédigé en français, de la main du secrétaire, ils peuvent être écrits en italien ou en français.

Au-delà de cette répartition, ces lettres sont construites selon une structure-type. L'adresse ("Mon cousin", forme d'affranchissement de la titulature ducal) précède la demande. Une fois la demande édictée (*narratio* et *petitio* ensemble), la dauphine la justifie souvent par le registre de l'amour familial (du type "et pour l'amour de moy l'avoir pour recommandé en ce que vous pourrez"³¹), ce qui correspond à un exorde³². Régulièrement, elle mentionne sa capacité à rendre la pareille. Des mondanités, rares et stéréotypées, concluent les lettres. La signature, autographe, est toujours la même: "Vostre bonne cousine, Catherine".

²⁶ DUMÉZIL, Bruno; VISSIÈRE, Laurent (dir.) – *Épistolaire politique*. Vol. 1. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2014-2016, pp. 13-15; BÉLY, Lucien – *La société des princes, XVI^e – XVIII^e siècles*. Paris: Fayard, 1999, pp. 7-11.

²⁷ MCLEAN, Paul D. – *The Art of the Network: Strategic interaction and patronage in Renaissance Florence*. Durham: Duke University Press, 2007, p. 35; MŒGLIN, Jean-Marie (dir.); PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et "relations internationales"*, pp. 234-235.

²⁸ DUMÉZIL, Bruno; VISSIÈRE, Laurent (dir.) – *Épistolaire politique*, vol. 1, p. 17.

²⁹ PALANDRI, Eletto – *Les négociations politiques et religieuses*, pp. 30-32.

³⁰ MŒGLIN, Jean-Marie (dir.); PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et "relations internationales"*, pp. 244-245.

³¹ Catherine à Côme de Médicis, Noroy, 12 fév. 1540 (ASFi, MdP 343, fol. 117r).

³² MCLEAN, Paul – *The Art of the Network*, pp. 44-45.

Cette structure-type témoigne du respect montré par la dauphine à l'égard de l'art épistolaire (*ars dictaminis*), mais aussi des codes de l'aristocratie florentine. Suivre ces codes est d'autant plus important qu'il s'agit de bâtir une relation à distance³³. Au XV^e siècle sont peu à peu abandonnés les aspects les plus stéréotypés de ces lettres, au profit d'une relative familiarité³⁴. La *trattatistica* insiste sur l'adaptabilité du ton, selon le destinataire et l'objectif de la lettre. Ces pratiques visent surtout à construire son propre réseau, en faisant de l'interlocuteur son patron – que la chose soit fictive importe peu –, par le biais de demandes de faveur, si possible répétées sur le temps long³⁵. En l'espèce, la fréquence de ces lettres augmente à partir de 1540. De plus, les requêtes placent la dauphine dans une forme de patronage. Le duc de Florence détient le pouvoir d'honorer ces recommandations et de venir en aide aux clients florentins de Catherine de Médicis. Les réponses de Côme, conservées sous forme de billets pour certaines lettres – non policés, ils reflètent directement sa pensée – montrent d'ailleurs qu'il se permet de refuser un certain nombre de demandes³⁶. Ces refus soulignent la position dans laquelle il se trouve par rapport à sa cousine: lui est au pouvoir; elle, non. Catherine de Médicis agit en patronne lorsqu'elle tente d'intercéder en faveur de ses serviteurs; elle n'a en revanche pas le dernier mot et dépend du bon vouloir de Côme. La réciproque n'est d'ailleurs pas vraie. Les lettres de Côme félicitent, saluent, font état de sa propre santé et de celle de ses proches ou répondent, mais elles ne requièrent ni ne recommandent rien ni personne³⁷. Leur relation se construit sur la base de ces rapports dissymétriques.

Après 1547, cette dissymétrie s'inverse en faveur de Catherine, devenue reine. Sa montée sur le trône change peu à peu la nature de sa correspondance florentine. Elle accroît la cadence de ses lettres à Côme et Éléonore entre 1548 et 1552. Aussi, la typologie change: la part des recommandations augmente (de la moitié aux deux tiers du corpus); deux nouveaux types apparaissent, à savoir une proposition spontanée d'aide et une lettre destinée au suivi d'une affaire. Les lettres d'état

³³ MCLEAN, Paul – *The Art of the Network*, p. 42.

³⁴ VAILLANCOURT, Luc – *La lettre familière au XVI^e siècle: rhétorique humaniste de l'épistolaire*. Paris: Honoré Champion, 2003.

³⁵ MCLEAN, Paul – *The Art of the Network*, p. 53.

³⁶ Billet sur une lettre de Catherine à Côme de Médicis, s. l., 17 fév. 1546 (ASFi, MdP 618, fol. 351r).

³⁷ Côme à Catherine de Médicis, s. l., 3 mars 1544 (ASFi, MdP 323, fol. 2v); le même à la même, Empoli, 8 juillet 1544 (ASFi, MdP 3, fol. 382r); le même à la même, Florence, 18 janvier 1545 (fol. 546).

disparaissent. Cette croissance relative des recommandations par rapport aux réquisitions pourrait être expliquée par le changement de statut de Catherine de Médicis, davantage en mesure de “placer” des serviteurs, et/ou leurs proches, à Florence que lors de la période delphinale. L'évolution ainsi émanerait de la mutation des relations entre les deux cousins. De même, la disparition des lettres d'état, et l'abandon de toute information sur l'état de santé de la reine, dépersonnalise leurs rapports. Cette dépersonnalisation marque le passage d'une correspondance familiale à une correspondance utilitaire, politique.

Que retenir de ces premiers éléments? Les rapports entretenus par Catherine de Médicis avec Côme de Médicis évoluent au fil du temps, vers une place moindre des aspects les plus “personnels” d'une part, vers la mutation des rapports de force entre eux de l'autre. Sans que la documentation permette de dire qu'il ne l'ait pas fait avant, Côme se met lui aussi à recommander après 1547 des serviteurs à sa cousine³⁸. Cette évolution montre combien ce type de relations internationales dépend autant du statut des interlocuteurs que de la construction de relations interpersonnelles, y compris – surtout? – au sein de la société des princes³⁹. En somme, la diplomatie des héritiers serait subalterne, conditionnée à un état de domination.

Reste toutefois à questionner les objectifs plus profonds de l'établissement de cette relation. Alors qu'elle n'est que dauphine, tenir correspondance revient pour Catherine de Médicis à s'affirmer sur la scène européenne comme membre à part entière de la société des princes. À la cour de France, dans un contexte d'inexistence des relations épistolaires entre le duc de Florence et le roi de France, les lettres de Catherine de Médicis pourraient aussi lui octroyer un rôle dans la structure de l'État et de la cour. La princesse écrirait parce qu'il s'agirait d'un moyen de forger et maintenir son rang⁴⁰. Du point de vue du duc de Florence, si l'on tient compte des idées de Matthieu Gellard sur la construction volontaire d'une hiérarchie politique, ces lettres serait un moyen de s'arroger un rôle qui n'est pas forcément le sien, mais

³⁸ Côme à Catherine de Médicis, Poggio, 10 sept. 1547 (ASFi, MdP 9, fol. 9r); Florence, 25 août 1549 (ASFi, MdP 14, fol. 213r); s. l., 7 juin 1551 (ASFi, MdP 17, fol. 245).

³⁹ BÉLY, Lucien – *La société des princes*, pp. 18-24.

⁴⁰ GELLARD, Matthieu – *Une reine épistolaire*, pp. 115-116.

qu'elle afficherait comme tel: celui de correspondante privilégiée du duc de Florence puis, par extension, de ses agents sur le terrain. Ces lettres, en apparence mondaines, auraient ainsi un sens politique plus large, une fois comprises comme un ensemble cohérent et évolutif et replacées dans un contexte particulier de rupture des relations entre les deux souverains et de besoin, pour la princesse, de s'affirmer à la cour de France en se trouvant un rôle spécifique.

Domestiques et relations internationales, aux marges de la négociation

Des Florentins pour une diplomatie française

Les relations entre Côme et Catherine de Médicis, qui se construisent d'abord par l'épistolaire, ne tardent pas à être incarnées. Le texte des lettres permet d'isoler plusieurs envois d'agents à Florence. Ils ne représentent pas le roi de France, mais bien la dauphine et, par extension, le dauphin. Ces agents sont choisis au sein de la maison de Catherine et Henri. Ils sont les vecteurs d'une diplomatie para-royale, qui court le long d'un canal familial, entre deux membres des Médicis. Ils sont les vecteurs d'un dialogue parallèle à la correspondance entre les deux cousins, essentiellement oral et, par nature, en grande partie perdu. Au-delà de ce qui a pu se dire à travers ce canal, l'identité de ces agents permet de comprendre la nature et la qualité des relations avant 1547.

Ces serviteurs peuvent être choisis en fonction des circonstances, lorsqu'ils effectuent un voyage en Italie, en Toscane bien sûr, mais aussi à Rome, ce qui leur permet de passer par Florence. C'est le cas par exemple d'un certain "Antoine Melun", dont le voyage "par-delà" vient aux oreilles de Catherine de Médicis en octobre 1541, et à qui elle confie la tâche de rencontrer Côme de Médicis pour lui "faire entendre de [s]es nouvelles et disposition"⁴¹. Cette pratique est courante à la Renaissance, dans la mesure où les envois postaux sont chers, lents ou peu sûrs⁴². Un agent peut aussi être expressément dépêché. C'est ainsi le cas lorsque Catherine de Médicis envoie à Florence un serviteur "pour de ma part vous visiter à savoir de voz bonnes nouvelles, et aussi pour vous faire entendre des myennes, qui sont très

⁴¹ Catherine à Côme de Médicis, Dijon, 28 oct. 1541 (ASFi, MdP 4726, fol. 9r).

⁴² TESSIER, Alexandre (éd.) – *La Poste, servante et actrice des relations internationales (XVI^e – XIX^e siècle)*. Bruxelles: Peter Lang, 2016, pp. 9-18.

bonnes, estans monseigneur et moy en bonne santé”⁴³. En l’espèce, elle pourrait se contenter de donner de ses nouvelles par écrit. Mais l’envoi d’un agent personnalise les rapports et leur donne de l’importance. Ces missions passent souvent inaperçues *a posteriori*, parce qu’elles ne donnent lieu à aucun envoi de lettres, comme ce serait le cas d’une mission d’ambassadeur.

Au sein de la correspondance entre les deux cousins sont mentionnés 7 de ces envois, pour 4 porteurs⁴⁴. Tous ces envois ont lieu entre 1540 et 1544. Ces agents sont des hommes, membres de la maison de la dauphine, florentins de naissance, ayant suivi Catherine de Médicis en France. C’est ainsi le cas de Giovan Battista Seghizzo, maître d’hôtel, auparavant gouverneur de Maria Salviati, et qui s’était occupé, en ses années italiennes, du jeune Côme⁴⁵. En 1544, Seghizzo est envoyé à Florence pour annoncer la naissance du premier enfant de Catherine de Médicis⁴⁶. C’est aussi le cas du plus cité de ces serviteurs, Pandolfo Della Stufa. Né en 1500 dans une famille influente de la société florentine, passée au service des Médicis au temps de Laurent le Magnifique et restée fidèle lors des épisodes républicains de 1494-1512, puis de 1527-1530⁴⁷, Pandolfo assiste au mariage de Catherine avec Henri de Valois en 1533 puis reste en France. Il sert dans les infanteries italiennes de l’armée française lors de la guerre de Provence⁴⁸. Après être repassé par Florence, où il est vu à la cour des Médicis, proche de la famille régnante, il retourne en France⁴⁹. En 1540, il est fait chevalier par François I^{er} et obtient des lettres de naturalité: s’il est

⁴³ Catherine à Côme de Médicis, Falaise, 16 juin 1545 (ASFi, MdP 4726, fol. 29r).

⁴⁴ La même au même, La Fère, 22 janv. 1540 (ASFi, MdP 343, fol. 116, Pandolfo Della Stufa [désormais PDS]); Saint-Germain-en-Laye, 27 sept. 1540 (ASFi, MdP 4726, fol. 5r, PDS); Vaulx, 27 sept. 1541 (fol. 4r, PDS); Paris, 20 janv. 1542 (fol. 6, Vincenzo Ridolfi); s. l., mai 1542 (fol. 12r, Ottaviano Acciaiuoli); Béziers, 21 oct. 1542 (fol. 14r, PDS); Fontainebleau, 1^{er} fév. 1544 (fol. 20r, Giovan Battista Seghizzo [désormais Seghizzo]).

⁴⁵ Seghizzo à Maria Salviati, Bologne, 9 déc. 1532; Gênes, 5 avril 1533 (ASFi, Mediceo Avanti il Principato [MAP] 140, doc. 150).

⁴⁶ Côme à Catherine de Médicis, s. l., 3 mars 1544 (ASFi, MdP 323, fol. 2v); le même à la même, s. l., 1^{er} nov. 1544 (ASFi, MdP 3, fol. 464).

⁴⁷ VIVOLI, Carlo – “Della Stufa, Luigi”. *Dizionario biografico degli Italiani [DBI]*. T. 37. Rome: Istituto della Enciclopedia italiana, 1989, pp. 502-505.

⁴⁸ ARRIGHI, Vanna – “Della Stufa, Pandolfo”. *DBI*. T. 37. Rome: Istituto della Enciclopedia italiana, 1989, pp. 505-506.

⁴⁹ PDS à Lorenzo de’ Medici, Lyon, 20 déc. 1537 (ASFi, Misc. med. 308, ins. 78, fol. 7r); Maria Salviati à Côme de Médicis, Florence, 5 mars 1539 (ASFi, MdP 5926, fol. 7r); comptes de PDS gérés par Agnolo Della Stufa (ASFi, Guicciardini Corsi Salviati [GCS], fondo Della Stufa 91, ins. 5, n. n.).

un citoyen florentin, il est aussi, dès lors, un sujet du roi de France⁵⁰. Dans les années qui suivent, il effectue au moins trois missions à Florence pour Catherine de Médicis, deux dans le but de négocier le mariage de client(e)s, une autre pour donner des nouvelles de la dauphine et proposer au duc, en son nom, ses services si besoin était⁵¹.

Ces individus font partie de la domesticité de premier rang de la dauphine. En revanche, ils ne font pas partie du personnel administratif de la cour, qui se développe à la fin du Moyen Âge et au début de l'époque moderne⁵². Ils n'ont pas accès au conseil du roi, ni ne participent à la bureaucratie de l'État. L'un des enjeux actuels des études sur les milieux de cour est de révéler les acteurs et les actrices aux "marges" des sociétés politiques, derrière les princes, princesses et leurs conseillers⁵³. Les agents de Catherine sont issus de ce second rang de la cour, derrière les "grands", mais devant le reste de la domesticité. Ils évoluent à un autre niveau de la vie politique, invisible s'il n'est pas abordé par le biais d'autres sources (en l'espèce, pour Pandolfo, les archives familiales). Leur monde s'ancre dans ces marges de la décision politique. Mais leur usage par Catherine de Médicis les réintègre dans le champ des relations internationales, au-delà des suites diplomatiques, dont ils peuvent être membres⁵⁴. Ils tiennent un rôle de premier plan dans des relations de seconde ligne, hors des rapports entre souverains. À quelques occasions, ils deviennent même les correspondants directs de Côme de Médicis. C'est par exemple Jacopo Torsoli, l'aumônier de la dauphine, qui prend la plume

⁵⁰ Lettres de chevalerie de PDS (ASFi, GCS, pergamenas 111).

⁵¹ Voir supra, n. 44.

⁵² Sur l'essor de cette cour administrative, MICHON, Cédric – "All the King's Men". Les hommes du prince à la Renaissance". In BOUNEAU, Christine; COSTE, Laurent (éd.) – *Les conseillers du pouvoir en Europe du XVI^e siècle à nos jours. Acteurs, cercles et pratiques*. Berne: Peter Lang, 2018, p. 110 et suivantes; FONTVIEILLE, Damien – *Le clan Bochetel. Au service de la couronne de France (XV^e-XVII^e siècle)*. Paris: École des chartes, 2022; FERRER-BARTOMEU, Jérémie – *L'État à la lettre. Écrit politique et société administrative en France au temps des guerres de religion (vers 1560 - vers 1620)*. Ceyzérieu: Champ Vallon, 2022.

⁵³ Voir le modèle proposé par GOMES, Rita Costa – "The Court Galaxy". In MOLHO, Anthony; CURTO, Diogo Ramada (éd.) – *Finding Europe: Discourses on Margins, Communities, Images ca. 13th - ca. 18th centuries*. New York: Berghahn, 2007, pp. 185-204.

⁵⁴ MORI, Jennifer – "Diplomatic Households". In MARTEL, Gordon (éd.) – *Encyclopedia of Diplomacy*. Wiley-Blackwell, 2018 [consulté le 31 août 2023]. En ligne: <https://doi.org/10.1002/9781118885154.dipl0082>

pour annoncer la première grossesse de la dauphine, en 1543⁵⁵. Sa lettre comble un silence de la dauphine à ce sujet. Elle dit l'imminence d'un événement clé, qui rétablit la position de la princesse à la cour de France en anéantissant les accusations de stérilité à son égard⁵⁶. Surtout, l'aumônier s'y positionne à la fois en tant que serviteur de la dauphine et comme ancien serviteur de Côme de Médicis. Cet auto-positionnement touche d'abord à son parcours, serviteur de l'un, puis de l'autre des deux membres de la même famille⁵⁷. Il ressort ensuite de la dimension englobante du service d'une "maison" dans son ensemble. Il n'est pas exceptionnel que les serviteurs des différents membres d'une même maison soient en contact avec d'autres serviteurs ou les autres membres de la maison⁵⁸. Giovan Battista Seghizzo, le maître d'hôtel, prévient d'ailleurs le duc de Florence de la naissance du fils de Catherine, futur François II, avant d'être lui-même envoyé à Florence pour annoncer plus officiellement la nouvelle⁵⁹. D'un point de vue politique, Jacopo Torsoli complète les relations entre le prince et la princesse avec une strate supplémentaire. Comme l'autre, cette strate donne des indices sur la proximité de certaines personnes à la dauphine, leur place dans l'appareil domestique (et donc politique) et leur capacité à s'y montrer "utiles".

Des "personnes privées" au service d'une diplomatie delphinale

Une fois cet appareil domestique repéré, il devient un atout pour la projection diplomatique de Côme de Médicis à la cour de France. En 1544, après la signature de la paix de Crépy entre François I^{er} et Charles Quint, ce dernier donne l'autorisation à Côme de déployer un ambassadeur à la cour de France. À partir de cette date, des agents diplomatiques florentins s'y succèdent avec plus ou moins de

⁵⁵ Jacopo Torsoli à Côme de Médicis, Villers-Cotterêts, 2 juillet 1543 (ASFi, 361, fol. 377r): "Sapendo quanto V. Ecc.tia harà piacer intendere il bene essere di madama et la sua contentezza, volentieri ho preso ardire come minimo servitore di quella di scriverle qualmente sua Ecc.tia si trova in grande speranza di essere gravida, et di maggior che fussi mai. A Dio piaccia havere exaudito il suo iusto desiderio che in verità tutto il mondo desidera Sua Ecc.tia sia exaudita. Et di già ognuno se ne comincia a rallegrare con quella. Per non fastidire in altro V. Ecc.tia, farò fine, supplicando quella si degni tener memoria di me come minimo servitore li fui, et sarò sempre".

⁵⁶ WANEGFFELEN, Thierry – *Catherine de Médicis*, pp. 117-120.

⁵⁷ Florence, Biblioteca Nazionale Centrale [BNCF], *Poligrafo Gargani* 2035, fol. 105; ASFi, MdP 4590, fols. 120-121; ASFi, MdP 4726, fol. 34r.

⁵⁸ SCHAPIRA, Nicolas – *Maîtres et secrétaires (XVI^e - XVIII^e siècles). L'exercice du pouvoir dans la France d'Ancien Régime*. Paris: Albin Michel, 2020, p. 132.

⁵⁹ Côme à Catherine de Médicis, s. l., 3 mars 1544 (ASFi, MdP 323, fol. 2v).

succès et selon une continuité parfois relative. Envoyés depuis Florence, ces agents trouvent en la dauphine une interlocutrice privilégiée. Ils s'appuient également sur les domestiques de Catherine, ceux-là même qui avaient été les agents de sa diplomatie héritière. Par la suite, ces domestiques sont nommés agents de Côme de Médicis en France, pour y résider. Or, la question du statut qu'ils endossent lors de ces missions est essentielle pour comprendre les fondements juridiques sur lesquels s'appuie celle diplomatie des héritiers.

Une fois en France, les ambassadeurs florentins emploient les membres de la maison de Catherine de Médicis, révélés par la correspondance avec Côme dans les années 1540-1544. Seghizzo appuie leur action à la cour en facilitant leurs entrées et leur accès à l'information – ce qui relève de ses fonctions de maître d'hôtel –. Dès son arrivée, le premier ambassadeur, Bernardo de' Medici, souligne l'utilité d'un tel atout pour son propre travail. En 1548, Jacopo Torsoli, l'aumônier, transmet et lit les lettres d'un ambassadeur à Catherine de Médicis, devenue reine⁶⁰. Il reçoit la correspondance italienne, qu'il redistribue à l'ambassadeur⁶¹. Il gère enfin le rassemblement des paquets de lettres avant envoi par la poste⁶². Cette aide est d'autant plus cruciale pour ces agents qu'ils sont très marginaux à la cour: ils ne voient presque jamais le roi et peinent à obtenir des audiences avec ses conseillers. Catherine de Médicis, dans ce contexte, constitue leur seule porte d'entrée dans le monde de la cour.

À partir de 1545, des domestiques de Catherine de Médicis finissent par être utilisés par Côme de Médicis comme ses agents en France, tout en n'endossant jamais d'autre statut que celui de leur charge à la cour de France. Autrement dit, c'est en tant que courtisans français qu'ils deviennent les agents diplomatiques du duc de Florence. Cette subtilité les relègue aux marges du droit public, puisqu'ils agissent en tant que personnes privées. De même, elle les cantonne à la part des relations internationales qui n'implique aucune négociation, puisqu'ils ne sont pas accrédités à ce titre. Ils représentent, assurent une présence. Ces envois sont théorisés, voire

⁶⁰ J. Torsoli à G. B. Ricasoli, Fontainebleau, 21 nov. 1547 (ASFi, MdP 4592, fol. 370).

⁶¹ G. B. Ricasoli à Côme de Médicis, Melun, 8 déc. 1547 (ASFi, MdP 4592, fols. 390-391).

⁶² J. Torsoli à Leonardo Spina, Fontainebleau, 11 nov. 1547 (ASFi, MdP 4592, fol. 354r).

même annoncés, comme l'est celui d'un "homme", destiné à "commander en cas de besoin", en 1545⁶³. Or, en 1545, c'est Pandolfo Della Stufa, l'échanson de la dauphine, qui est choisi pour la mission. Coïncé à Florence depuis 1543 sur décision de Côme, alors qu'il souhaitait rentrer en France, il y fait ainsi son retour avec une double casquette, celle d'échanson et d'agent résident du duc de Florence. Il arrive en France en novembre, avec des lettres de créance de Côme pour le dauphin et la dauphine⁶⁴. Quel est son statut pour autant? La réponse est donnée par Vincenzo Fedeli, un ambassadeur de la république de Venise, qui, de retour d'une mission à Florence en 1561, explique dans sa relation devant le Sénat que

Tous les princes se servent de plusieurs sortes et qualités d'hommes pour la négociation des affaires publiques: les rois [se servent] de seigneurs titrés ou de gentilshommes privés de leur cour ou de leur chambre; les autres princes, ou de prélats, ou de notables de la ville, ou de secrétaires; **et ceux-ci, lorsque ce sont des personnes privées, on ne leur donne jamais le titre d'ambassadeurs, mais celui de leur prélature ou d'une autre dignité qu'ils tiennent de la cour** (et il en existe de nos jours d'innombrables exemples). Et pour autant les uns ou les autres n'ont jamais agi différemment pour soutenir la personne de leur prince, et la question n'a jamais causé de difficultés⁶⁵.

Ce texte révèle la nature et les usages des agents sur le plan statutaire. Le substantif *privati* révèle leur ancrage juridique: ils dépendent du droit civil et sont envoyés avec leur statut "courtisan", sans charge diplomatique. Il s'agit d'un contournement des règles juridiques en matière d'envois diplomatiques, qui permet un jeu sur les statuts des acteurs (parfois agents diplomatiques, d'autres fois courtisans). En

⁶³ Côme de Médicis à Bernardo de' Medici, Florence, 30 mai 1545 (ASFi, MdP 4591, fol. 64); le même à Catherine de Médicis, Florence, sept. 1545 (ASFi, MdP 323, fol. 20r).

⁶⁴ PDS à Côme de Médicis, Compiègne, 11 nov. 1545 (ASFi, MdP 372, fol. 20r).

⁶⁵ Relation de Vincenzo Fedeli devant le Sénat de Venise, 1561 (*Relazioni degli ambasciatori veneti al Senato*. Éd. Eugenio Albèri. s. II. vol. 1. Florence: Società editrice fiorentina, 1839-1863, pp. 377-378): "Tutti li principi si servono di più sorte e qualità d'uomini nella trattazione delli negozi pubblici: li re dei signori titolati, o gentiluomini privati della loro corte o della loro camera; gli altri principi o de' prelati o dei principali della città, o de' secretari; e questi se sono privati non si chiamano mai con titolo d'ambasciatori, ma con quello della loro prelatura, o d'altra dignità che tengano dalla corte (di che a' miei dì vi sono esempi infiniti) né però sono stati mai differenti l'un dall'altro in sostenere la persona del loro principe, né del luogo è nata mai difficoltà".

somme, ces agents destinés au couple héritier se situent aux marges de la négociation, mais aussi du droit international.

Ce texte de Fedeli éclaire de récents débats sur la diversité des agents diplomatiques, en le resserrant sur la question juridique, dans la suite des travaux de Dante Fedele⁶⁶. Il conforte l'idée que l'exercice de fonctions diplomatiques n'est pas forcément lié à la détention d'un statut de droit public⁶⁷. La dissociation entre personnes privées (*privati* dans le texte italien) et le "titre d'ambassadeur" confirme que cette dissociation existe au XVI^e siècle. Le cas de Pandolfo Della Stufa, qui dispose de lettres de créance et ne semble pas agir dans le secret, complète cette réalité en réfutant l'idée que ces formes de relations internationales aient pu relever d'une dimension cachée ou secrète. En l'espèce, la diplomatie des héritiers utilise ces chemins détournés de la diplomatie pour exister, sans avoir pour autant à se cacher d'exister: il s'agit d'autres voies de la diplomatie officielle plutôt que d'une diplomatie officieuse⁶⁸. Il demeure alors une question: quelle est la position de cette diplomatie delphinale par rapport à la ligne dictée par le roi?

⁶⁶ FEDELE, Dante – *Naissance de la diplomatie moderne (XIII^e – XVII^e siècles): l'ambassadeur au croisement du droit, de l'éthique et de la politique*. Baden-Baden: Nomos, 2017.

⁶⁷ FEDELE, Dante – "Plurality of Diplomatic Agents in Premodern Literature on the Ambassador". In EBBEN, Maurits; SICKING, Louis (éd.) – *Beyond Ambassadors: Consuls, Missionaries, and Spies in Premodern Diplomacy*. Leyde: Brill, 2021, pp. 38-61, ici p. 47.

⁶⁸ Sur ces questions, POHLIG, Matthias – "Formalität und Informalität. Zur Bedeutung und Reichweite einer diplomatiehistorischen Unterscheidung". In KÜHNEL, Florian; VOGEL, Christine (éd.) – *Zwischen Domestik und Staatsdiener: Botschaftssekretäre in den frühneuzeitlichen Außenbeziehungen*. Cologne, Weimar, Vienne: Böhlau, 2021, pp. 29-46.

Une ligne concurrentielle?

La génération des enfants de François I^{er} constitue un bon poste d'observation pour étudier la place politique des héritiers en France, parce qu'elle est la première à parvenir à l'âge adulte du vivant de leur père depuis le milieu du XV^e siècle. Sous Louis XI, Charles VIII, puis Louis XII, les héritiers du trône sont soit en bas-âge, soit des cousins du roi. Après eux, la mort accidentelle d'Henri II en 1559, puis les problèmes de fécondité de ses fils, empêchent de réitérer l'expérience. Ainsi, les Enfants de France sous François I^{er} sont les seuls, en près de deux siècles, à être simultanément adultes et héritiers.

Florence et les discordes entre François I^{er} et ses héritiers

Durant la décennie 1530, qui correspond à l'adolescence des Enfants de France, la multiplication des rencontres princières permet d'initier les enfants de François I^{er} à l'activité diplomatique⁶⁹. Pendant les rencontres de Marseille en 1533 (mariage d'Henri et Catherine), puis de Nice et d'Aigues-Mortes (1538) et, enfin, durant la traversée du royaume par Charles Quint (1539-1540), ils sont présents, mais sans voix aux négociations. À Nice, en 1538, les fils de François I^{er} sont ainsi logés hors de Villeneuve-sur-Mer⁷⁰. Mais ils ne sont pas non plus ignorés des délégations. Ainsi, le cardinal Ippolito d'Este, frère du duc de Ferrare, s'entretient plusieurs fois avec eux à propos d'un don d'armes d'apparat et tente de placer ses clients à leur service⁷¹.

Catherine de Médicis est présente lors de ces rencontres⁷². Au quotidien, elle reçoit les envoyés étrangers. En 1537, le nonce, qui vient d'arriver et enchaîne les remises de lettres de créance, la voit après la reine et avant le roi⁷³. Encore en novembre

⁶⁹ CLOULAS, Ivan – *Henri II*. Paris: Fayard, 1985, pp. 89-90, 100-104. Sur les rencontres princières, voir LE GALL, Jean-Marie; MICHAUD, Claude – *Comment la confiance vient aux princes: les rencontres princières en Europe (1494-1788)*. Paris: Presses universitaires de France, 2023.

⁷⁰ Ippolito II d'Este à Ercole II d'Este, Lyon, 30 juillet 1538 (*Carteggio d'arte degli ambasciatori estensi in Francia (1536-1552)*). Éd. Carmelo Occhipinti. Pise: Scuola Normale Superiore di Pisa, 2001, p. 26).

⁷¹ Ippolito d'Este à Ercole II d'Este, Villeneuve, 12 juin 1538 (Modène, Archivio di Stato [ASMo], Casa e stato, Carteggio fra principi estensi, 142, n. n.).

⁷² NEVEJANS, Pierre – *Les diplomaties plurielles de Côte I^{er} de Médicis. Les agents florentins et la France à la fin des guerres d'Italie (1537-1559)*, thèse de doctorat soutenue à l'ENS de Lyon le 25 novembre 2022, n. p., pp. 70-71.

⁷³ Filiberto Ferrerio à Ambrogio Ricalcato, Melun, 8 juillet 1537 (*Correspondance des nonces en France, Carpi et Ferrerio, 1535-1540, et légations de Carpi et de Farnèse*. Éd. Jean Lestocquoy. Paris: de Boccard / Rome: Presses de l'Université grégorienne, 1961, p. 285).

1540, un Mantouan s'entretient avec Henri et Catherine, l'un après l'autre⁷⁴. Cette place n'a rien d'exceptionnel: comme membre de la famille royale, la dauphine reçoit des lettres de créance des diplomates à leur arrivée. Par ailleurs, elle devient l'interlocutrice privilégiée des agents florentins à la cour de France, où, comme on l'a vu, ces agents ne bénéficient pas d'autre point d'entrée. Dans la première moitié des années 1540, son rôle à ce titre s'accélère, du fait de son volontarisme en la matière.

Cette accélération répond aussi à une dégradation des liens entre François I^{er} et son dauphin. Henri, emprisonné en Espagne pour être l'otage de la liberté de son père, n'aurait jamais pardonné à ce dernier ses années de captivité. Cadet, il n'était de plus pas destiné à régner⁷⁵. S'ajoutent des considérations politiques⁷⁶. En 1541, la disgrâce du connétable Anne de Montmorency plonge le dauphin dans une semi-opposition: il perd son mentor et ne cache pas, notamment auprès d'ambassadeurs, qu'il le ferait revenir dès que possible. En 1542, après une dispute à propos de la duchesse d'Étampes, maîtresse du roi, le dauphin va même jusqu'à imaginer avec l'ambassadeur impérial les conditions qui lui permettraient de prendre le pouvoir des mains de son père⁷⁷. Or, leur opposition porte principalement sur la politique extérieure: alors que François I^{er} opte pour la paix, son fils veut la guerre, autant contre l'Angleterre que contre Charles Quint. Après la paix de Crépy (sept. 1544), il proteste devant notaire contre le traité. La santé déclinante de François I^{er} lui permet aussi de prendre plus d'espace. À l'été 1545, la reprise de la guerre contre l'Angleterre oblige les conseillers de son père, signataires de la paix de Crépy, à se concentrer sur la campagne militaire. Henri manigance alors un coup de force à la cour⁷⁸.

⁷⁴ Giovan Battista Gambarà à Ercole Gonzaga et Margherita Paleologa, Paris, 9 nov. 1540 (Mantoue, Archivio di Stato [ASMa], Archivio Gonzaga 639).

⁷⁵ CLOULAS, Ivan – *Henri II*.

⁷⁶ MICHON, Cédric (dir.) – *Les conseillers de François I^{er}*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2011, pp. 591-599.

⁷⁷ POTTER, David – "Politics and faction at the Court of Francis I: the Duchesse d'Étampes, Montmorency and the Dauphin Henri". *French History* 21 (2007/2), pp. 127-146, ici pp. 140-141.

⁷⁸ MICHON, Cédric – *Les conseillers de François I^{er}*, pp. 594-595.

Dans ce climat, l'origine florentine de Catherine de Médicis et les relations cordiales qu'elle entretient avec son cousin sont un point d'appui idéal. La dauphine est aussi plus proche de son mari depuis que Diane de Poitiers, maîtresse d'Henri II, a été chassée de la cour sur conseil de la duchesse d'Étampes, maîtresse royale⁷⁹. En juillet 1545, Henri contredit son père quant au désaveu des Florentins dans le cadre d'une querelle de préséance avec Ferrare, désaveu qui avait été à l'origine du départ de l'ambassadeur⁸⁰. C'est dans ce contexte que Côme envoie Pandolfo della Stufa comme *privato* pour résider auprès de Catherine et Henri en lieu et place de l'ambassadeur attaché auprès de François I^{er}. Le couple héritier tisse alors une ligne concurrente à celle du roi, en utilisant les liens de Catherine avec son cousin. Leur diplomatie deviendrait conjugale, concurrente de celle du roi dans la mesure où elle rompt avec des décisions de ce dernier, complémentaire aussi, puisque les liens directs entre François I^{er} et les agents de Côme de Médicis sont alors irréguliers, voire inexistants.

Pandolfo n'est toutefois pas envoyé comme florentin mais comme courtisan français, puisqu'il retrouve son office d'échanson. Autrement dit, non seulement il ne bénéficie pas d'un statut diplomatique – et donc de l'immunité qui lui est liée –, mais il ne dépend pas non plus du droit des gens, c'est-à-dire du droit applicable aux étrangers. Ce manque de protection ne manque pas de lui nuire: en janvier 1546, il est arrêté et embastillé pour avoir transmis des informations militaires à des agents anglais et impériaux⁸¹. Or, des éléments montrent qu'il est un dommage collatéral du conflit entre le roi et le dauphin. L'arrestation a lieu alors qu'Henri tente de déstabiliser les favoris de son père et que d'autres de ses partisans sont déjà en prison pour des faits similaires⁸². Le manque de protection dont il souffrait en tant

⁷⁹ CLOULAS, Ivan – *Henri II*, pp. 122-124.

⁸⁰ Bernardo de' Medici à Côme de Médicis, Montivilliers, 13 juillet 1545 (ASFi, MdP 4590, fols. 378-380); sur cette querelle de préséance, VOLPINI, Paola – “Linguaggio e cultura politica di Cosimo I de' Medici nelle contese per la precedenza”. In PLEBANI, Eleonora; VALERI, Elena; VOLPINI, Paola (éd.) – *Diplomazie. Linguaggi, negoziati e ambasciatori fra XV e XVI secolo*. Milan: Franco Angeli, 2017, pp. 185-199, ainsi que CHIOCCI, Delphine; NEVEJANS, Pierre – “Politesse et cordialité, révélateurs de la nature des relations franco-florentines à la fin du règne de François I^{er}”. In ALONGE, Guillaume; RUGGIERRO, Raffaele (dir.) – *Relations diplomatiques franco-italiennes dans l'Europe de la première modernité. Communication politique et circulation des savoirs*. Lecce: Pensa multimedia, 2020, pp. 293-322.

⁸¹ Lettre de rémission en faveur de PDS, mars 1549 (Paris, AN, JJ//259, fols. 5v-6r).

⁸² POTTER, David – “Politics and faction”, p. 144.

que *privato* limite les dommages liés à son arrestation, puisque ce n'est pas en tant qu'agent diplomatique qu'il est arrêté mais en tant que domestique de la dauphine. Côme lui-même qualifie cette arrestation de "chose utile", qui évite qu'un autre de ses agents ne subisse un sort similaire⁸³. Si Catherine de Médicis l'enjoint à renouveler l'expérience, il n'en fait rien avant l'avènement d'Henri II en avril 1547. Pandolfo, lui, reste embastillé jusqu'à sa rémission en mars 1549. Voilà l'une des leçons de cette diplomatie des héritiers: pour des raisons de manque de souveraineté, mais aussi en raison d'assises juridiques plus fragiles, ses agents sont plus sujets aux aléas de la vie politique et des conflits entre les "grands" de la cour.

Le dauphin contrôle-t-il les relations conduites par la dauphine?

Il reste à déterminer le rôle du dauphin Henri dans ces relations entre Catherine et Côme de Médicis. Dans l'historiographie récente sur Henri de Valois, la ligne concurrentielle menée par le dauphin dans les années 1540 a bien été étudiée, notamment dans les mots que le dauphin utilise pour dire son opposition à son père, sans aller jamais jusqu'à entamer des négociations qui mettraient à mal la ligne du roi (ce n'est pas une "diplomatie rebelle"⁸⁴). Catherine de Médicis est elle-même à l'origine d'une ligne diplomatique parallèle; sa ligne médicéenne pourrait intéresser le dauphin, dans la mesure où Florence est un adversaire collatéral du roi de France. Les expériences liées à cette ligne, dont la mission de Pandolfo Della Stufa est un épiphénomène, vont dans ce sens, puisqu'il est bien attaché au couple delphinal, et pas uniquement à la dauphine. Alors quel est le degré d'implication du dauphin dans les relations de la dauphine avec son cousin? Le couple héritier tient-il une ligne en tant que couple, ou bien chacun dispose-t-il de son autonomie diplomatique? Et, puisque les relations directes entre François I^{er} et Côme de Médicis sont quasi inexistantes, leur diplomatie est-elle concurrente de celle du roi, ou bien plutôt complémentaire?

Faute de sources, il n'est pas possible d'émettre autre chose que des hypothèses. En effet, il ne reste quasiment rien de la correspondance passive de Catherine et

⁸³ Côme à Catherine de Médicis, s. l., 1^{er} mars 1546 (ASFi, MdP 323, fol. 3r).

⁸⁴ GELLARD, Matthieu; MICALLEF, Fabrice (éd.) – *Diplomaties rebelles. Huguenots, Malcontents et ligueurs sur la scène internationale (1562-1629)*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2022.

Henri avant 1547; certaines lettres de Côme subsistent sous forme de minutes, ce qui permet d'en étudier le texte, mais pas d'en produire une analyse paléographique. Une lettre toutefois, conservée sous forme de minute, bien que trop tardive pour constituer une preuve efficace pour la période delphinale, permet d'envisager une piste. En août 1553, Catherine de Médicis, alors régente pendant la campagne militaire de son époux à Metz, demande au connétable de Montmorency de lui confirmer ce qu'elle doit répondre à une lettre de Côme, qui la félicite de la naissance d'un nouvel enfant, sans pouvoir accompagner ces réjouissances d'un agent en raison de la situation militaire tendue entre les deux pays⁸⁵. Français et Florentins multiplient alors les escarmouches pour la possession de Sienne⁸⁶. Ainsi, la reine demande au roi son avis sur la manière de soigner les relations avec Côme, parce que la chose est politique et que la ligne entre elle et le duc de Florence implique, de fait, la royauté française. Pourquoi ne serait-ce pas le cas pour la période delphinale?

Une des rares pistes pour le démontrer tient à l'étude des secrétaires impliqués dans l'écriture des lettres du dauphin et de la dauphine au duc et à la duchesse de Florence. Il faut trouver des moments comparables, au cours desquels le secrétaire aurait pu être le même, ce qui peut être déterminé en comparant les écritures. Dans le corpus, seul le mois de septembre 1546 le permet, alors que le dauphin et la dauphine envoient chacun, depuis Argilly, une lettre au duc et une autre à la duchesse de Florence⁸⁷. Mais la graphie des deux paires de lettres, y compris sur des marqueurs forts, est trop différente: le secrétaire n'est pas le même. Dans ces conditions, difficile de dire si le dauphin et la dauphine pensent leurs rapports au duc de Florence ensemble...

⁸⁵ Catherine de Médicis à Anne de Montmorency, s. l., août 1553 (*Lettres de Catherine de Médicis*, vol. 1, p. 78; Paris, BnF, ms fr 3147, fol. 7): "Je vous prie me tenyr tousjour an la bonne grase deu Roy et an la vostre et me mander set que je doys répondre au duc de Floranse, car y me samble qu'yl seret byen à propos come vous mande plulx au long monsieur le cardynal de Tournon, qui seré cause que fayré fin, priant Dieu vous donner bonne santé".

⁸⁶ Côme à Catherine de Médicis, Florence, 10 juin 1553 (ASFi, MdP 27, fol. 12).

⁸⁷ Catherine de Médicis à Éléonore de Tolède (ASFi, MdP 4726, fol. 53r) et à Côme de Médicis (fol. 54r), Argilly, 28 sept. 1546; Henri de Valois à Côme de Médicis, Argilly, 28 sept. 1546 (fol. 519r).

Conclusion. La marginalité utile du couple héritier

En conclusion, que nous apprend la diplomatie menée par Catherine de Médicis à l'encontre du duc de Florence? Qu'il s'agit pour l'un et l'autre des cousins d'assurer les conditions de leur existence sur un terrain étranger, dans lequel leur place est difficile ou remise en question. Pour Catherine de Médicis, assurer la place de ses clients à Florence est une manière d'y maintenir une influence, malgré son mariage en France et la prise de pouvoir d'une autre branche de la famille. Pour Côme de Médicis, les liens avec sa cousine sont une manière de réunir les conditions d'une projection diplomatique à la cour de France, puis de maintenir cette projection. Mais, dans ce cas-ci, cette diplomatie des héritiers se construit aussi comme une diplomatie concurrente de la ligne voulue par le roi. Intégrer le dauphin dans l'équation permet de saisir les enjeux français de cette diplomatie delphinale, à l'échelle de la cour de France. Or, ces enjeux expliquent que les agents de cette diplomatie concurrente soient nommés sans dépendre du droit international, avec ce statut de *privati*, qui a ses avantages – ces agents ne doivent pas appliquer le cérémonial, ce qui pose problème aux ambassadeurs en titre – mais aussi ses inconvénients – la diplomatie delphinale est beaucoup plus fragile que la diplomatie royale, parce que son existence relève du droit privé. Ainsi, le dauphin et les conflits qui l'opposent au roi achèvent le tableau de cette diplomatie concurrentielle, mais aussi, du point de vue florentin cette fois, complémentaire et palliative, ou, plus exactement, complémentaire parce que palliative.

Références bibliographiques

Sources manuscrites

Florence, Archivio di Stato di Firenze [ASFi]

- *Mediceo del Principato (MdP)*

- 1-52: minutes de la chancellerie médicéenne (1537-1560).
- 323: registres des lettres autographes de Côme I^{er} de Médicis (1542-1552).

- 330 à 490a: correspondance universelle de Côme I^{er} de Médicis (1537-1561).
- 618: mémoires pour Côme I^{er} de Médicis, avec les billets autographes du duc (1540-1550)
- 4590, 4591, 4592: correspondance des ambassadeurs florentins en France (1544-1548).
- 4726: lettres des princes(ses) de France aux ducs de Florence (1537-1589).

- *Mediceo Avanti il Principato (MAP)*

- 140: lettres de Maria Salviati (1523-1539).

- *Miscellanea Medicea (Misc. med.)*

- 308, ins. 78: Lettere a Lorenzo di Galeotto de' Medici (1530-1561).

- *Guicciardini Corsi Salviati (GCS)*

- Perg. 111: diplôme de chevalerie accordé par François I^{er} à Pandolfo Della Stufa (1540).

- 91: documents pour la gestion du patrimoine de Pandolfo Della Stufa.

Florence, Biblioteca Nazionale Centrale di Firenze [BNCF].

- *Poligrafo Gargani*

- 2035: famille Torsoli.

Mantoue, Archivio di Stato di Mantova [ASMa].

- *Archivio Gonzaga*

- 639: correspondance des diplomates mantouans en France.

Paris, Archives nationales de France [AN].

- JJ//259: registres de la chancellerie du roi de France (1549).

Paris, Bibliothèque nationale de France [BnF].

- *Manuscrits français (ms fr)*

- 3147: recueil de lettres et pièces originales (XVI^e siècle).

Sources éditées

Carteggio d'arte degli ambasciatori estensi in Francia (1536-1552). Éd. Carmelo Occhipinti. Pise: Scuola Normale Superiore di Pisa, 2001.

Correspondance des nonces de France Dandino, della Torre et Trivultio 1546-1551, avec des documents relatifs à la rupture des relations diplomatiques, 1551-1552. Éd. Jean Lestocquoy. Paris: de Boccard / Rome: Presses de l'Université grégorienne, 1966.

Correspondance des nonces en France, Carpi et Ferrerio, 1535-1540, et légations de Carpi et de Farnèse. Éd. Jean Lestocquoy. Paris: de Boccard / Rome: Presses de l'Université grégorienne, 1961.

Lettres de Catherine de Médicis. Éd. Hector de la Ferrière, Gustave Baguenault de Puchesse, André Lesort, 11 vols. Paris: Imprimerie nationale, 1880-1943.

Relazioni degli ambasciatori veneti al Senato. Éd. Eugenio Albèri. 15 vols. Florence: Società editrice fiorentina, 1839-1863.

Bibliographie

ASSONITIS, Alessio; VAN VEEN, Henk Th. (éd.) – *A Companion to Cosimo I de' Medici*. Leyde: Brill, 2022.

ARRIGHI, Vanna – “Della Stufa, Pandolfo”. *Dizionario biografico degli Italiani [DBI]*. T. 37. Rome: Istituto della Enciclopedia italiana, 1989, pp. 505-506.

BÉLY, Lucien – *La société des princes, XVI^e – XVIII^e siècles*. Paris: Fayard, 1999.

BONORA, Elena – *Aspettando l'imperatore: principi italiani tra il papa e Carlo V*. Turin: Einaudi, 2014.

BORELLO, Céline – *Catherine de Médicis*. Paris: Presses universitaires de France, 2021.

BOUSMAR, É., et al. (éd.) – *Femmes de pouvoir, femmes politique durant les derniers siècles du Moyen Âge et au cours de la première Renaissance*. Bruxelles: De Boeck Supérieur, 2012.

BOUTIER, Jean; LANDI, Sandro; ROUCHON, Olivier (dir.) – *Florence et la Toscane: XIV^e-XIX^e siècles: les dynamiques d'un État italien*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2004.

BROOMHALL, Susan – *The Identities of Catherine de' Medici*. Leyde, Boston: Brill, 2021.

CHIOCCI, Delphine; NEVEJANS, Pierre – “Politesse et cordialité, révélateurs de la nature des relations franco-florentines à la fin du règne de François I^{er}”. In ALONGE, Guillaume; RUGGIERRO, Raffaele (dir.) – *Relations diplomatiques franco-italiennes dans l'Europe de la première modernité. Communication politique et circulation des savoirs*. Lecce: Pensa multimedia, 2020, pp. 293-322.

CLOULAS, Ivan – *Catherine de Médicis*. Paris: Fayard, 1979.

CLOULAS, Ivan – *Henri II*. Paris: Fayard, 1985.

COSANDEY, Fanny – *Reines et mères. Famille et politique dans la France d'Ancien régime*. Paris: Fayard, 2022.

CROUZET, Denis – *Le haut cœur de Catherine de Médicis. Une raison politique aux temps de la Saint-Barthélemy*. Paris: Albin Michel, 2005.

DUMÉZIL, Bruno; VISSIÈRE, Laurent (dir.) – *Épistolaire politique*. 2 vols. Paris: Presses de l'Université Paris-Sorbonne, 2014-2016.

FEDELE, Dante – *Naissance de la diplomatie moderne (XIII^e – XVII^e siècles): l'ambassadeur au croisement du droit, de l'éthique et de la politique*. Baden-Baden: Nomos, 2017.

FEDELE, Dante – “Plurality of Diplomatic Agents in Premodern Literature on the Ambassador”. In EBBEN, Maurits; SICKING, Louis (éd.) – *Beyond Ambassadors: Consuls, Missionaries, and Spies in Premodern Diplomacy*. Leyde: Brill, 2021, pp. 38-61.

FERRER-BARTOMEU, Jérémie – *L'État à la lettre. Écrit politique et société administrative en France au temps des guerres de religion (vers 1560 - vers 1620)*. Ceyzérieu: Champ Vallon, 2022.

FONTVIEILLE, Damien – *Le clan Bochetel. Au service de la couronne de France (XV^e-XVII^e siècle)*. Paris: École des chartes, 2022.

GELLARD, Matthieu – “Commentaire critique de l'édition des *Lettres de Catherine de Médicis*”. *Cour de France*, 2013 [consulté le 31 août 2023]. Disponible en ligne: <https://cour-de-france.fr/individus-familles-groupes/famille-royale/ouvrages-avant-1800/article/commentaire-critique-de-l-edition-des-lettres-de-catherine>.

GELLARD, Matthieu – *Une reine épistolaire: lettres et pouvoir au temps de Catherine de Médicis*. Paris: Classiques Garnier, 2014.

GELLARD, Matthieu; MICALLEF, Fabrice (éd.) – *Diplomaties rebelles. Huguenots, Malcontents et ligueurs sur la scène internationale (1562-1629)*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2022.

GOMES, Rita Costa – “The Court Galaxy”. In MOLHO, Anthony; CURTO, Diogo Ramada (éd.) – *Finding Europe: Discourses on Margins, Communities, Images c. 13th - c. 18th centuries*. New York: Berghahn, 2007, pp. 185-204.

GRECO, Gaetano – *Storia del Granducato di Toscana*. Brescia: Morcelliana, 2020.

HEINEMANN, Julia – “La reine mère comme figure de parenté. La correspondance de Catherine de Médicis avec Charles-Emmanuel de Savoie”. In FONKENELL, Guillaume; ZUM KOLK, Caroline (dir.) – *Catherine de Médicis. Art et pouvoir dans la France de la Renaissance*. Paris: Le Passage, 2022, pp. 105-115.

LAZZARINI, Isabella – “À propos de diplomatie médiévale: pratiques, modèles et langages de la négociation en Italie (XIV^e – XV^e siècles)”. *Médiévales* 74 (2018), pp. 133-154.

LE GALL, Jean-Marie; MICHAUD, Claude – *Comment la confiance vient aux princes: les rencontres princières en Europe (1494-1788)*. Paris: Presses universitaires de France, 2023.

MAXSON, Brian Jeffrey – “Les chanceliers entre privé et public. Les réponses adressées par Leonardo Bruni à Lucques en 1431”. In CROUZET, Denis, et al. (éd.) – *L’humanisme au pouvoir? Figures de chanceliers dans l’Europe de la Renaissance*. Paris: Classiques Garnier, 2020, pp. 153-176.

MCLEAN, Paul D. – *The Art of the Network: Strategic interaction and patronage in Renaissance Florence*. Durham: Duke University Press, 2007.

MICHON, Cédric (dir.) – *Les conseillers de François I^{er}*. Rennes: Presses universitaires de Rennes, 2011.

MICHON, Cédric – “‘All the King’s Men’. Les hommes du prince à la Renaissance”. In BOUNEAU, Christine; COSTE, Laurent (éd.) – *Les conseillers du pouvoir en Europe du XVI^e siècle à nos jours. Acteurs, cercles et pratiques*. Berne: Peter Lang, 2018, pp. 101-114.

MÖGLIN, Jean-Marie (dir.); PÉQUIGNOT, Stéphane – *Diplomatie et “relations internationales” au Moyen Âge (IX^e – XV^e siècle)*. Paris: Presses universitaires de France, 2017.

MORI, Jennifer – “Diplomatic Households”. In MARTEL, Gordon (éd.) - *Encyclopedia of Diplomacy*. Wiley-Blackwell, 2018 [consulté le 31 août 2023]. En ligne: <https://doi.org/10.1002/9781118885154.dipl0082>.

NAWROCKI, François – *L’amiral Claude d’Annebault, conseiller favori de François I^{er}*. Paris: Classiques Garnier, 2015.

NAYT-DUBOIS, Armel; SANTINELLI-FOLTZ, Emmanuelle (dir.) – *Femmes de pouvoir et pouvoir des femmes dans l’Occident médiéval et moderne*. Valenciennes: Presses universitaires de Valenciennes, 2009.

NEVEJANS, Pierre – *Les diplomaties plurielles de Côme I^{er} de Médicis. Les agents florentins et la France à la fin des guerres d'Italie (1537-1559)*, thèse de doctorat soutenue à l'ENS de Lyon le 25 novembre 2022, n. p..

PALANDRI, Eletto – *Les négociations politiques et religieuses entre la Toscane et la France à l'époque de Cosme I^{er} et de Catherine de Médicis (1544-1580), d'après les documents des archives de l'État à Florence et à Paris*. Bruxelles: A. Dewit, 1908.

PÉQUIGNOT, Stéphane; SCHAUB, Marie-Karine – “Gender Matters? Genre et histoire de la négociation”. *Revue historique* 702/2 (2022), pp. 431-456.

POHLIG, Matthias – “Formalität und Informalität. Zur Bedeutung und Reichweite einer diplomatiehistorischen Unterscheidung”. In KÜHNEL, Florian; VOGEL, Christine (éd.) – *Zwischen Domestik und Staatsdiener: Botschaftssekretäre in den frühneuzeitlichen Außenbeziehungen*. Cologne, Weimar, Vienne: Böhlau, 2021, pp. 29-46.

POTTER, David – “Politics and faction at the Court of Francis I: the Duchesse d'Étampes, Montmorency and the Dauphin Henri”. *French History* 21 (2007/2), pp. 127-146.

POUTRIN, Isabelle; SCHAUB, Marie-Karine (éd.) – *Femmes & pouvoir politique. Les princesses d'Europe, XV^e-XVIII^e siècle*. Paris: Bréal, 2007.

SCHAPIRA, Nicolas – *Maîtres et secrétaires (XVI^e - XVIII^e siècles). L'exercice du pouvoir dans la France d'Ancien Régime*. Paris: Albin Michel, 2020.

SIMONETTA, Marcello – *Caterina de' Medici: storia segreta di una faida familiare*. Milan: Rizzoli, 2018.

SMITH, Marc – “Les Médicis et la France de 1450 à 1600”, intervention au colloque *Les Médicis et la France*, château de Blois, 25 sept. 1999, n. p., Disponible en ligne: [https://www.academia.edu/1112813/Les M%C3%A9dicis et la France de 1450 %C3%A0 1600](https://www.academia.edu/1112813/Les_M%C3%A9dicis_et_la_France_de_1450_%C3%A0_1600)

TESSIER, Alexandre (éd.) – *La Poste, servante et actrice des relations internationales (XVI^e – XIX^e siècle)*. Bruxelles: Peter Lang, 2016.

TURCHETTI, Mario – “Catherine de Médicis, de la légende à l'histoire. Une question historique mal posée?”. *Histoire, Économie & Société* 41 (2022/3), pp. 24-39.

VAILLANCOURT, Luc – *La lettre familière au XVI^e siècle: rhétorique humaniste de l'épistolaire*. Paris: Honoré Champion, 2003.

VIVOLI, Carlo – “Della Stufa, Luigi”. *Dizionario biografico degli Italiani [DBI]*. t. 37. Rome: Istituto della Enciclopedia italiana, 1989, pp. 502-505.

VOLPINI, Paola – “Linguaggio e cultura politica di Cosimo I de’ Medici nelle contese per la precedenza”. In PLEBANI, Eleonora; VALERI, Elena; VOLPINI, Paola (éd.) – *Diplomazie. Linguaggi, negoziati e ambasciatori fra XV e XVI secolo*. Milan: Franco Angeli, 2017, pp. 185-199.

WANEGFFELEN, Thierry – *Catherine de Médicis: le pouvoir au féminin*. Paris: Payot, 2005.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

NEVEJANS, Pierre – “Catherine de Médicis avant Catherine de Médicis: la diplomatie, espace politique d’une princesse héritière (1533-1547)”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 337-366. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

OUTROS ARTIGOS

OTHER ARTICLES



MEDIEVALISTA

N.º 36 | Julho – Dezembro 2024

ISSN 1646-740X

**Os Ducas e a recompensa dificilmente dividida: a busca
(fracassada) por poder partilhado no governo de Aleixo I
(1081-1118)**

**The Doukai and the hardly apportioned reward: the (failed) quest
for shared power under Alexios I (1081-1118)**

*João Vicente de Medeiros Publio Dias**

Universidade Nacional Autónoma do México, Instituto de Investigaciones Filológicas
04510 Cidade do México, México

joaov.dias@daad-alumni.de
<https://orcid.org/0000-0002-2846-0143>

Data recepção do artigo / Received for publication: 25 de Agosto de 2023

Data aceitação do artigo / Accepted in revised form: 19 de Abril de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8392>

* Bolseiro do Programa de Bolsas de Pós-doutorado na UNAM, Instituto de Investigaciones Filológicas, Assessorado pelo Dr. José Ricardo Francisco Martínez Lacy

RESUMO

A rebelião que levou os Comnenos ao poder, em 1081, foi bem-sucedida e resultante de vários apoios, o mais importante dos quais foi dado pelos Ducas, uma linhagem que já havia controlado o poder imperial e com a qual Aleixo era ligado por matrimônio. A posição tradicional da historiografia é de que esse foi o início de um governo aristocrático no qual os parentes do imperador desfrutavam de uma parcela do poder. Entretanto, estudos mais recentes contestam a extensão da distribuição de poder sob os Comnenos (1081-1118), alegando que esses imperadores eram mais centralizadores e tradicionais do que se pensava anteriormente. No entanto, de fato, os imperadores distribuíram o poder, principalmente Aleixo I (1081-1118), mas de forma mais restrita e pontual. Assim, em função do papel dos Ducas na rebelião, esperava-se que Aleixo I compartilhasse o poder com essa família, mas preferiu fazê-lo com sua mãe e seu irmão. Os Ducas, sentindo-se melindrados, não pouparam esforços para buscar espaço no regime, resultando em uma série de crises internas que contrapuseram diversos membros desse consorcio familiar que havia tomado o poder. Por fim, não foram bem-sucedidos. Contudo, essa reivindicação por poder partilhado produziu uma identidade paralela dos Ducas e discursos correspondentes, os quais perduraram após a morte de Aleixo I e continuaram existindo durante o reinado de João II (1118-1143). Esta identidade enfatizava o papel desta família na tomada do poder e na legitimação do novo imperador, assim como demandava espaço e poder. Este artigo tratará destes temas.

Palavras-chave: Partilha de poder, Império Bizantino, Aleixo I, Comneno, Ducas

ABSTRACT

The rebellion that brought the Komnenoi to power in 1081 was successful because it had many supporters, the most important of which was the Doukai, a lineage that had already controlled imperial power and with which Alexios was linked by marriage. The traditional position of historiography is that this was the beginning of an aristocratic government in which the emperor's relatives enjoyed a share of power. However, more recent studies dispute the extent of the distribution of power under the Komnenoi (1081-1118), claiming that these emperors were more centralizing and traditional than previously thought. However, in fact, the emperors did distribute power, especially Alexios I (1081-1118), but in a more restricted and ad hoc way. Thus, given the Doukas' role in the rebellion, it was expected that Alexios I would share power with this family, but he preferred to do so with his mother and brother. The Doukas, feeling aggrieved, spared no effort to gain a foothold in the regime, resulting in a series of internal crises that pitted various members of the family consortium that had seized power against each other. In the end, they were unsuccessful. However, this claim for shared power produced a parallel identity for the Doukas and corresponding discourses, which lasted after the death of Alexios I and continued to exist during the reign of John II (1118-1143). This identity emphasized the role of this family in seizure of power and the legitimization of the new emperor, as well as demanded space and power. This article will deal with these issues.

Keywords: Power-sharing, Byzantine Empire, Alexios I, Komnenos, Doukas



Introdução: A rebelião de 1081 como um projeto coletivo

O relato vivo e detalhado da tomada de poder por Aleixo I (1081-1118) em abril de 1081, apresentado por sua filha Ana Comnena, chama a atenção por retratar este evento como uma empreitada coletiva que somente teve êxito em função do apoio ativo de diversos grupos e indivíduos¹. É interessante que, no momento da deflagração da rebelião, ainda não estava claro quem seria o imperador: Aleixo ou Isaac, seu irmão mais velho. Isaac tinha todas as condições para ser aclamado: superava Aleixo em idade, tinha tanta ou mais experiência e dispunha de partidários. No entanto, Aleixo foi feito imperador pelos soldados de seu exército durante a assembleia em Chiza, perto de Adrianopla, na Trácia, sendo reconhecido como tal por seu irmão. Segundo Ana Comnena, a escolha por Aleixo deveu-se ao esforço conjunto da família de sua esposa, Irene, liderado pelo avô daquela, João Ducas, o *kaisar*². Essa contribuição-chave da família Ducas para o sucesso da rebelião e da ascensão de Aleixo é um tema central no relato de Ana Comnena sobre o episódio, servindo de ponto de referência para o futuro relacionamento entre as duas linhagens.

¹ ANA COMNENA – *Alexiada*. Ed. Diether R. Reinsch e Athanasios Kambylis, *Annae Comnenae Alexias. Pars Prior Prolegomena et Textus*. Corpus Fontium Historiae Byzantinae 40, 1. (doravante ed.). Berlim, Nova York: De Gruyter, 2001, pp. 111-119. Trad. Diether R. Reinsch, *Alexias Anna Komnene*. Colônia: Dumont, 1996, (doravante Trad. Reinsch). pp. 25-141. Além desse relato, há outro significativamente mais curto por João Zonaras, e o *Material de História*, obra do marido de Ana Comnena, Nicéforo Briênio, que é essencialmente um prelúdio de 1081, pois narra os feitos das duas famílias que organizaram e conduziram a usurpação, os Comnenos e os Ducas, e como elas se relacionavam uma com a outra. Cf. JOÃO ZONARAS – *Epítome de Histórias*, ed. Theodor Büttner-Wobst, *Ioannis Zonarae epitomae historiarum libri xviii*. Vol. 3. Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae 45. 3. Bonn: Weber, 1897. Trad. Erich Trapp, *Militärs und Höflinge im Ringe um das Kaisertum. Byzantinische Geschichte von 969 bis 1118 nach der Chronik des Johannes Zonaras* (Byzantinische Geschichtsschreiber 16), Graz, Viena, Colônia: Styria, 1986. NICÉFORO BRIÊNIO - *Material de História*. Ed. e Trad. Paul Gautier, *Nicephori Bryenni Historiarum Libri Quattuor*. Bruxelas: Byzantion, 1975.

² ANA COMNENA – *Alexiada*, ed., vii, pp. 72-75, Trad. Reinsch, pp. 89-92. A obra de referência sobre a prosopografia da família Ducas é o estudo de Demetrios Polemis, a qual iremos utilizar ao longo do presente artigo, cf. POLEMIS, Demetrios – *The Doukai. A Contribution to Byzantine Prosopography*. University of London Historical Studies 22. Londres: Athlone, 1968. Já sua correspondente para a família Comneno é o estudo prosopográfico de Konstantinos Varzos, a qual também será aqui sistematicamente citado, VARZOS, Konstantinos – *Η γενεαλογία τών Κομνηνών*, Vol. 1. Tessalônica: Κέντρον Βυζαντινών Ερευνών, 1984.

Em função disso, era esperado o reconhecimento tácito desse apoio pelo novo imperador na forma de participação dos Ducas no governo ou mesmo de partilha de poder entre eles e os Comnenos. Porém, Aleixo tinha outras dívidas, em particular com os membros de sua própria família, especialmente com seu irmão, Isaac, que havia abdicado de sua candidatura imperial em favor de Aleixo, de forma que teve que incluí-los no governo, dando-lhes a posição ambicionada pelos Ducas. Este artigo, então, demonstrará que havia um choque de expectativas entre o novo imperador e os parentes de sua esposa. Esse desequilíbrio entre a demanda por espaço pelos diversos apoiadores da usurpação e a oferta de parcela de poder teria gerado descontentamentos por parte dos Ducas, assim como crises e a sensação entre aqueles de urgência em proteger o espaço conquistado. Esta instabilidade também teria resultado no surgimento de uma identidade paralela dos Ducas dentro do regime imperial patrimonial fundado por Aleixo I, a qual teria perdurado após sua morte e continuado a existir durante o reinado de João II (1118-1143). Esta identidade enfatizaria o papel desta família na tomada do poder e na legitimação do novo imperador, assim como demandaria espaço e poder.

Relação Comneno-Ducas na historiografia

Até recentemente, a relação entre Comnenos e Ducas não havia sido problematizada a fundo. Paul Magdalino foi o primeiro a questionar o discurso de unidade familiar, apontando as primeiras fragilidades do que ele denominou “consórcio familiar” que tomou o poder em 1081. Contudo, Magdalino afirma que Aleixo teria demonstrado respeito suficiente aos Ducas e que estes ficaram satisfeitos com o quinhão recebido de participação no governo³. Peter Frankopan se aprofundou nas divisões e crises internas do reinado de Aleixo I. Embora ele questione a lealdade de alguns familiares do imperador, como Adriano Comneno⁴, seu irmão, e Nicéforo Melisseno⁵, seu cunhado, não vê problemas na relação com os Ducas, afirmando somente, num trabalho mais recente, que, embora o casamento entre Aleixo e Irene tenha sido

³ MAGDALINO, Paul – *The Empire of Manuel I Komnenos, 1143–1180*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993, pp. 202-203.

⁴ FRANKOPAN, Peter – “Kinship and the Distribution of Power in Komnenian Byzantium”. *English Historical Review* 123 (2007), pp. 1–34, em especial, p. 19.

⁵ FRANKOPAN, Peter – “The Fall of Nicaea and the Towns of Western Asia Minor to the Turks in the Later 11th Century: The Curious Case of Nikephoros Melissenos”. *Byzantion* 76 (2006), pp. 153-184, em especial, p. 172.

chave para sua escolha em vez de Isaac, os Ducas ainda poderiam manter ambições imperiais. Segundo o autor, Miguel VII Ducas (1071-1078), apesar de deposto por Nicéforo III Botaniates (1078-1081), poderia ter tentado retomar o trono. João Ducas poderia ter também mantido ambições. Logo, nomear Constantino Ducas, filho de Miguel VII, como coimperador e noivá-lo com Ana Comnena teriam sido tentativas de aplacar essas aspirações⁶. Isso, porém, seria entender todos os Ducas como um bloco familiar. Veremos à frente que a linhagem Ducas estava dividida em duas facções com objetivos diferentes e contraditórios. Tal divisão foi plenamente reconhecida no estudo de Larisa Vilimonović sobre a *Alexíada* de Ana Comnena, no qual, partindo de análises anteriores por Vlada Stanković⁷, a obra é tratada como uma manifestação de autoridade intelectual e política da autora como herdeira de ambas as ramificações da família Ducas. Segundo Vilimonović, Ana Comnena estaria, em sua obra, reagindo às apropriações da imagem e do reinado de seu pai feitas pela linha imperial da Dinastia Comneno, representada por seu filho mais velho, João II, e por seu neto, Manuel I (1143-1180)⁸.

Os Comnenos e os Ducas: as origens de uma colaboração conturbada

As famílias Ducas e Comneno entraram definitivamente na história política bizantina em 1057, quando uma rebelião militar liderada por Isaac Comneno depôs Miguel VI (1056-1057). Isaac era apoiado por um grupo de chefes militares insatisfeitos com o tratamento diferenciado dado aos funcionários civis, que, ao contrário dos militares, recebiam promoções. Isaac tentou implementar uma série de reformas econômicas e administrativas, mas sua posição foi enfraquecida em função de frustrações no campo de batalha. Uma doença relativamente grave lhe deu o pretexto para abdicar do trono e adotar a vida monástica. Em vez de passar o poder

⁶ FRANKOPAN, Peter – “Re-interpreting the Role of the Family in Comnenian Byzantium: Where Blood is not Thicker than Water”. In LAUXTERMANN, Marc D.; WHITTOW, Mark (eds.) – *Byzantium in the Eleventh Century: Being in Between. Papers from the 45th Spring Symposium of Byzantine Studies, Exeter College, Oxford, 24–6 March 2012*. Londres; Nova York: Routledge, 2017, pp. 181-196, especialmente, p. 186.

⁷ STANKOVIC, Vlada – *Komnini u Carigradu (1057 – 1185). Evolucija jedne vladarske porodice*. Belgrado: Vizantološki in-t SANU, 2006, sumário em inglês, pp. 299-314.

⁸ VILIMONOVIĆ, Larisa Orlov – *Structure and Features of Anna Komnene’s Alexiad: Emergence of a Personal History*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2019.

para um familiar, Isaac I nomeou como seu sucessor Constantino X Ducas (1059-1067), um dos chefes militares que haviam apoiado a rebelião que o levou ao poder⁹.

Seu irmão, João Comneno, foi apontado por Isaac I ao posto de *domestikos* das *scholai* do ocidente, que era oficialmente o comandante supremo das forças militares ocidentais¹⁰. Apesar disso, ele não foi considerado para suceder ao irmão, aceitando a decisão sem resistências. No entanto esposa, Ana Dalassena, não admitiu a marginalização de seu marido¹¹. Este evento deu início ao seu antagonismo em relação aos Ducas, cujas consequências políticas reverberaram por décadas. A morte de Constantino X, em 1067, gerou uma crise relacionada à regência que resultou na tomada de poder por Romano IV Diógenes (1068-1071), oficialmente como protetor dos filhos de Constantino X. A consequência foi a emergência de duas facções na corte: a dos apoiadores dos Ducas e a dos apoiadores de Romano IV. Embora supostamente com o mesmo objetivo – proteger os direitos sucessórios dos porfirogênitos – ambos os grupos agiam como adversários e conspiravam uns contra os outros. Ana Dalassena, chefe da família Comnena desde o falecimento de seu marido em 1068, se aproximou de Romano IV através de uma aliança matrimonial entre sua filha Teodora Comnena e Constantino Diógenes, filho de Romano IV¹². Como parte da aliança, Manuel Comneno, o filho mais velho de Ana Dalassena, também se casou com uma parente do imperador e recebeu um alto comando militar, mas faleceu pouco tempo depois¹³. A sorte dos Comnenos sofreu uma outra reviravolta com a derrota militar em Manzikert em 1071, frente aos turcos seljúcidas, e a guerra civil entre Romano IV e os Ducas que se seguiu. Romano IV foi

⁹ KALDELLIS, Anthony – *Streams of Gold, Rivers of Blood. The Rise and Fall of Byzantium, 955 A.D. to the First Crusade*. Nova York: Oxford University Press, 2017, pp. 216-223; POLEMIS, Demetrios – *The Doukai*, pp. 28-30; VARZOS, Konstantinos – *Η γενεαλογία τών Κομνηνών*, pp. 41-47.

¹⁰ VARZOS, Konstantinos – *Η γενεαλογία τών Κομνηνών*, pp. 49-57.

¹¹ CHEYNET, Jean-Claude – “Les Dalassènoi”. in CHEYNET, Jean-Claude; VANNIER, Jean-François (eds.) – *Études Prosopographiques*. Byzantina Sorbonnensia 5. Paris: Publications de la Sorbonne, 1986, pp. 75-115, especialmente, pp. 95-100 [reimpr. in: CHEYNET, Jean-Claude (ed.) – *La société byzantine. L'apport des sceaux*, Vol. 2, Paris: Association des amis du Centre d'histoire et civilisation de Byzance, 2008, pp. 413-471, especialmente 438-447]. A agência de Ana Dalassena no contexto das disputas por poder é parte de um momento bastante específico na história política bizantina ao longo do século XI, na qual mulheres puderam ter influência a partir de seu papel de mães de imperadores e, por vezes, portadoras da legitimidade dinástica, cf. HILL, Barbara – *Imperial Women in Byzantium, 1025-1204. Power, Patronage and Ideology*. Londres; Nova York: Routledge, 1989; GARLAND, Lynda – *Byzantine Empresses. Women and Power in Byzantium, 527-1204*, Londres: Routledge, 1999.

¹² VARZOS, Konstantinos – *Η γενεαλογία τών Κομνηνών*, pp. 85-86.

¹³ VARZOS, Konstantinos – *Η γενεαλογία τών Κομνηνών*, pp. 61-64.

derrotado, cegado e deposto¹⁴. Em seu lugar foi entronado Miguel VII Ducas (1071-1078), filho de Constantino X. Acusada de manter correspondência com Romano IV durante a guerra civil, Ana Dalassena foi exilada junto de sua família para Ilha de Prinkipos, no Bósforo, mas acabaram sendo chamados de volta à corte pelo imperador, em busca de uma reaproximação. De acordo com as práticas políticas da época, isso se deu através de alianças matrimoniais. O filho sobrevivente mais velho de Ana Dalassena, Isaac Comneno, casou-se com Irene, prima da imperatriz Maria da Alânia, e Aleixo, o segundo mais velho, casou-se com Irene Ducas, filha do *kaisar* João Ducas¹⁵.

Os Comnenos, então, se ligaram às duas ramificações da linhagem Ducas. A origem dessa divisão está no período conturbado da sucessão de Constantino X. Ao tomar o poder, este imperador nomeou seu irmão, João, *kaisar*, inicialmente um título imperial, mas que passou a ser cedido a herdeiros presumidos¹⁶. Essa concessão simbolizava o *status* elevado do irmão do imperador na corte e no governo. Com a morte de Constantino X, João Ducas tentou controlar a regência, mas acabou sendo marginalizado com a ascensão de Romano IV. João Ducas se converteu, desse modo, no líder da facção Ducas. O historiador Miguel Ataliates, que era um admirador de Romano IV e crítico dos Ducas, acusa esta família de constantemente conspirar contra o imperador, deixando implícito que a derrota de Manzikert em 1071 foi resultado da traição de Andrônico Ducas, filho do *kaisar*¹⁷. O Continuador Skylitzes dá mais detalhes sobre os membros deste grupo que, de acordo com ele, “preferiam ver o imperador morto”. Estes eram Nicéforo Paleólogo, Miguel Pselo e João Ducas¹⁸.

¹⁴ KALDELLIS, Anthony – *Streams of Gold, Rivers of Blood*, pp. 246-251.

¹⁵ NICÉFORO BRIÊNIO – *Material de História*, pp. 128-131, 142-143; 218-223.

¹⁶ POLEMIS, Demetrios – *The Doukai*, pp. 35-36; sobre o título *kaisar*, GUILLAND, Rodolph – *Recherches sur les institutions byzantines*. Vol. 2. Berlin: Akademie-Verlag, 1967, pp. 25-43.

¹⁷ MIGUEL ATALIATES – *História*, ed. Eudoxos Th. Tsolakis, *Michaelis Attaliatae Historia*. Corpus Fontium Historiae Byzantinae 50. Atenas: Κέντρον Ἑρεύνης τῆς Ἑλληνικῆς καὶ Λατινικῆς Γραμματείας, 2011, pp. 124-124. Trad. Anthony Kaldellis e Dimitris Krallis, *The History. Michael Attaleiates*. Dumbarton Oaks Medieval Library 16. Cambridge, EUA; Londres: Harvard University Press, 2012, p. 293.

¹⁸ SKYLITZES CONTINUATUS, ed. Eudoxos Th. Tsolakis, *Ἡ συνέχεια τῆς χρονολογραφίας τοῦ Ἰωάννου Σκυλίτση*, Tessalônica: Εταιρεία Μακεδονικῶν Σπουδῶν, 1968, p. 141. Trad. Eric McGeer, *Byzantium in the Time of Troubles: The Continuation of the Chronicle of John Skylitzes (1057-1079)*. The Medieval Mediterranean. Peoples, Economies and Cultures, 400-1500 120. Leiden, Boston: Brill, 2020, p. 109.

Ao se desfazerem de seu adversário, os Ducas entraram em divisões internas. Miguel VII Ducas era jovem e, de acordo com relatos contemporâneos a ele, incapaz¹⁹. Em função disso, João Ducas provavelmente acreditou que se tornaria a eminência parda por trás do trono de seu sobrinho, mas o imperador demonstrou preferência por outra pessoa: o eunuco Nicéforo, o *logotheta* do *dromos*²⁰. O afastamento definitivo de João Ducas se deu em função de um episódio confuso no qual, - ao ser enviado para enfrentar o chefe normando rebelde Roussel de Bailleul, ser derrotado e tomado como prisioneiro por ele - , foi aclamado imperador pelas tropas fiéis a Roussel. No entanto, a rebelião foi rapidamente debelada por forças turcas enviadas pelo imperador, e João Ducas adotou o hábito monástico antes de retornar a Constantinopla, a fim de evitar uma punição mais severa.²¹ Esse episódio marcou o fim de qualquer tentativa de João Ducas de conquistar influência junto ao seu sobrinho. Quando Miguel VII, por sua vez, foi deposto por uma rebelião, João Ducas convenceu o usurpador, o octogenário Nicéforo III Botaniates (1078-1081), a se casar com a imperatriz Maria da Alânia²².

Os Ducas em busca de espaço no novo regime

Na iminência da tomada de poder pelos Comnenos em 1081, observamos que seus principais atores, embora ligados por parentesco e laços de casamento, tinham um histórico de desavenças, ressentimentos e antagonismos. Logo, não surpreende que desentendimentos surgiram desde o primeiro dia do novo regime²³. Segundo Ana

¹⁹ POLEMIS, Demetrios – *The Doukai*, pp. 42-46.

²⁰ BECK, Hans-Georg – “Der byzantinische »Ministerpräsident“. *Byzantinische Zeitschrift* 48 (1955) [reimpr. in: *Ideen und Realitäten in Byzanz. Gesammelte Aufsätze*, London 1972, Art. no. 13], pp. 309-338, sobre a participação do eunuco Nicéforo no governo de Miguel VII, pp. 329-330.

²¹ POLEMIS, Demetrios – *The Doukai*, pp. 37-39; KALDELLIS, Anthony – *Streams of Gold, Rivers of Blood*, pp. 258-259.

²² NICÉFORO BRIÊNIO – *Material de História*, pp. 252-255.

²³ Os argumentos apresentados ao longo do trabalho destoarão da afirmação feita por Vlada Stanković e Albrecht Berger de que “a confusão das primeiras semanas após a coroação de Aleixo, marcadas principalmente por tentativas da mãe do imperador, Ana Dalassena, de frustrar a influência da família Ducas que os permitiria dominar o novo regime foram rapidamente esquecidas” (*The confusion of the first weeks after Alexios’ coronation, chiefly marked by the attempts of the emperor’s mother Anna Dalassene to thwart the influence of the Doukas family that would allow them to dominate the new regime was swiftly forgotten*), STANKOVIĆ, Vlada; BERGER, Albrecht – “The Komnenoi and Constantinople before the Building of the Pantokrator Complex”. In KOTZABASSI, Sofia (ed.) – *The Pantokrator Monastery in Constantinople*. Byzantisches Archiv 27. Boston; Berlim: De Gruyter, 2013, 3-32, para citação p. 18. Veremos que os eventos conturbados do início do reinado de Aleixo moldaram a relação entre os Comnenos e os Ducas nas décadas seguintes, mesmo depois da morte desse imperador.

Comnena, houve uma separação física entre os Ducas e os Comnenos, pois, ao tomarem o poder, todos os Comnenos foram morar no “palácio alto”, enquanto a família de João Ducas, inclusive Irene, a esposa de Aleixo, foi morar no “palácio baixo”. Se isso não bastasse para alienar ambas as famílias, Ana Comnena informa que Maria da Alânia e seu filho Constantino Ducas foram morar junto dos Comnenos, dando início a um boato segundo o qual Aleixo planejava divorciar-se de Irene para casar-se com a imperatriz Maria. Ana Comnena afirma que teria sido um boato mentiroso²⁴. Ainda assim, muitos dentro do consórcio familiar que tomou o poder em abril de 1081 levaram essa possibilidade muito a sério. Uma delas foi Ana Dalassena, que provavelmente viu nesse plano uma possibilidade de se desvincular de João Ducas e sua família.

Os Ducas naturalmente se preocuparam e agiram em dois *fronts*. No primeiro, Jorge Paleólogo, um parente por casamento dos Ducas, tentou incitar os marinheiros da frota a aclamar Irene Ducas como imperatriz, mas os partidários dos Comnenos (*hoi peri tous Komnenous*) tentaram abafar as aclamações. Paleólogo, então, deixou claro que não foi pelos Comnenos que ele se ligou à rebelião, mas por Irene²⁵. No segundo *front*, João Ducas abordou Cosma, o Patriarca de Constantinopla – apontado ao cargo por Miguel VII, logo, conectado aos Ducas – para convencê-lo a não dar ouvidos a Ana Dalassena. Ele também convenceu Maria da Alânia a abandonar o palácio em troca da coroação de seu filho e outros benefícios²⁶. Ana Comnena não esclarece a que Cosmas não deveria dar ouvidos, mas, ao ficar sabendo que Aleixo queria substituí-lo por Eustrácio Garida, um monge do séquito de sua mãe, o patriarca deixou claro que não abdicaria antes de coroar Irene. Assim, fica evidente que João Ducas o abordou sobre seus temores de que sua neta seria substituída. Os movimentos dos Ducas colocaram os Comnenos em cheque, e, por fim, Irene foi coroada dias depois de Aleixo²⁷.

²⁴ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. pp. 87-89. Trad. pp. 105-108.

²⁵ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. p. 89. Trad. p. 108.

²⁶ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. p. 90. Trad. p. 109. Franz Dölger datou este édito em 8 de abril de 1081, cf. DÖLGER, Franz – *Regesten der Kaiserurkunden des oströmischen Reiches von 565–1453, 2: Regesten von 1025–1204. Zweite, erweiterte und verbesserte Auflage bearbeitet von Peter Wirth mit Nachträgen zu Regesten Faszikel 3*. Munique: C. H. Beck, 1995, nr. 1064

²⁷ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. p. 92-93. Trad. pp. 111-112.

Essas agitações evidenciam que ambas as famílias tinham concepções destoantes ou mesmo conflitantes sobre a distribuição de espaço e poder no regime recém-estabelecido. Representantes da família da imperatriz receberam posições, principalmente militares, nas províncias, mas na corte a situação era diferente. Os movimentos realizados pelo patriarca da família, o *kaisar* João Ducas, e o ultimato dado por Jorge Paleólogo ao observar que os partidários dos Comnenos não queriam aclamar sua cunhada eram prova de que esta família teria que ser assertiva na busca por espaço no novo governo. As primeiras decisões de Aleixo como imperador confirmaram essa percepção, uma vez que, ao partir para conduzir campanhas militares contra os normandos, ignorou os Ducas, deixando sua mãe e seu irmão, Isaac, como regentes em Constantinopla. Por ter adotado o hábito monástico, Dalassena não pôde portar nenhum título cortesão, mas sua posição como corregente é definida pelo fato de ser mãe do imperador²⁸. Ela se representa como tal nos selos de chumbo por ela emitidos²⁹. Ana Comnena transcreve na *Alexíada* um crisóbulo – um edito imperial – em que Aleixo dá poderes amplos e autônomos à mãe³⁰. Já Isaac recebeu o grandioso título de *sebastokrator* criado por Aleixo especificamente para ele, sendo uma fusão de dois títulos até recentemente reservados ao imperador: *autokrator* e *sebastos*³¹.

Não é difícil imaginar como essas medidas podem ter irritado e preocupado os Ducas. A usurpação de 1081 foi, como apontado, uma iniciativa com a participação de diversos atores, e, se formos dar crédito ao relato de Ana Comnena, os Ducas tiveram um papel chave para o sucesso da empreitada. Dessa forma, todos os envolvidos imaginaram que ganhariam uma porção de poder correspondente ao seu papel. De fato, as primeiras determinações de Aleixo I deixaram claro a todos que ele estava disposto a partilhar poder. Essa era também uma decisão muito prática, pois o Império Bizantino enfrentava diversos desafios internos e externos e ceder poder autônomo a alguns de seus parentes revelou-se uma estratégia inteligente. Contudo,

²⁸ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. p. 100-105. Trad. p. 120-125; TEOFILACTO DE OCRIDA – *Discurso ao autokrator senhor Aleixo Comneno*. ed. e trad. Paul Gautier, *Theophylacti Achridensis Orationes, Tractatus, Carmina*. Tessalônica: Association de recherches byzantines, 1980, p. 213-243, sobre Ana Dalassena, pp. 236-241.

²⁹ CHEYNET, Jean-Claude – “Les Dalassènoi”, reimpr. pp. 443-447.

³⁰ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. pp. 101-103. Trad. pp. 121-123. DÖLGER, FRANZ – *Regesten*, nr. 1073.

³¹ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. p. 95. Trad. pp. 114-115.

fica igualmente evidente que o imperador somente confiava num círculo muito restrito de familiares próximos para tal, o qual não incluía os Ducas.

A importância de Ana Dalassena como a principal figura feminina na corte, a quem um nível de poder autônomo foi cedido, acrescentava uma camada extra de preocupação devido à animosidade mútua entre ela e os Ducas. Ana Dalassena manteve essa posição até, pelo menos, 1094, quando ordenou o cegamento de um pretendente a porfirogênito que havia se ligado a um exército invasor cumano³². Segundo João Zonaras, Aleixo teria se cansado de ter que partilhar poder com a mãe, e ela, percebendo a impaciência do filho, se retirou ao Monastério de Pantepoptes, onde faleceu alguns anos depois³³. A década de 1090 foi particularmente conturbada para Aleixo, uma vez que ele enfrentou uma série de conspirações de assassinato contra ele, que o levou a uma reestruturação do seu círculo mais próximo de colaboradores³⁴. A remoção de Ana Dalassena parece ter sido parte deste processo. A controvérsia relacionada a Leão, o Arcebispo de Calcedônia, pode ser compreendida dentro deste contexto. Esse episódio com anos de duração é bastante complexo envolvendo aspectos políticos, teológicos e eclesiásticos³⁵. Aqui trataremos somente dos aspectos políticos, em especial no que tange o relacionamento entre Aleixo I e os Ducas.

Após tomar o poder em 1081, Aleixo I teve que lidar imediatamente com uma invasão normanda, ainda que sem recursos para recrutar um novo exército. A primeira iniciativa foi tentar arrecadar fundos entre seus parentes. Porém, quando isso não se mostrou suficiente, Ana Dalassena e Isaac Comneno, na época regentes em Constantinopla, sugeriram a apropriação de bens eclesiásticos de acordo com antigas leis canônicas da época de Heráclio I (610-641) que autorizavam tal iniciativa com o objetivo de resgatar cristãos que estavam em cativeiro. De acordo com a interpretação criativa dos Comnenos, os bizantinos sob jugo de invasores se

³² ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. pp. 292-293. Trad. p. 330.

³³ JOÃO ZONARAS – *Epítome de História*. Ed. p. 746. Trad. p. 170.

³⁴ FRANKOPAN, Peter – “Challenges to Imperial Authority in the Reign of Alexios I Komnenos. The Conspiracy of Nikephoros Diogenes”. *Byzantinoslavica* 64 (2006), pp. 257-274, especialmente, p. 258.

³⁵ Para uma abordagem mais ampla desse episódio e bibliografia correspondente, cf. DIAS, João Vicente de Medeiros Publio – *The Political Opposition to Alexios I Komnenos (1081-1118)*. Mainz: Universidade Johannes Gutenberg de Mainz, 2020. Tese de doutorado, pp. 125-131.

enquadrariam nesta definição. Isaac, então, conclamou o *synodos endemousa*, a assembleia de oficiais do Patriarcado de Constantinopla e bispos presentes na capital, para ratificar a decisão. A maior parte da assembleia subalternamente aceitou a proposta, com a exceção de um pequeno número de clérigos liderado por Leão de Calcedônia. Essa resistência não foi somente apoiada por homens da igreja, mas também por leigos. Ana Comnena afirma que membros da burocracia instigavam Leão a resistir³⁶. Há também sinais de proximidade entre o arcebispo de Calcedônia e os Ducas. Em uma carta de Teofilacto de Acrida, ele cumpre uma solicitação de Maria da Bulgária, a mãe da imperatriz, e pede ao diácono Nicetas, um sobrinho de Leão, que este intervenha junto a imperatriz em favor de Miguel Ducas, seu irmão, que havia desrespeitado um cânone³⁷. Além disso, há um episódio curioso na *Alexíada* em que Jorge Paleólogo, ao retirar-se do campo de batalha durante a derrota em Dristra contra os petchenegos em 1087, encontra Leão de Calcedônia que lhe cede um cavalo para a fuga³⁸. O episódio tem um tom hagiográfico, uma vez que naquele momento Leão estava exilado em Sozópole, logo teria sido uma visão. Ana Comnena afirma que essa visão era resultado da profunda devoção que Paleólogo tinha por Leão.

Ao analisar a controvérsia em torno de Leão de Calcedônia e o papel dos Ducas, Victoria Gerhold chega à conclusão de que seria uma manifestação de oposição a Aleixo, a qual também encontrou expressão nos conturbados primeiros dias de seu governo e nas tensões relacionadas com a sucessão deste imperador, que teria contraposto João Comneno a sua mãe e a sua irmã³⁹. Contudo, faz mais sentido observar este episódio como uma forma encontrada pelos Ducas de demandar mais espaço no governo, atacando Ana Dalassena e Isaac, os quais ocupavam a posição de corregentes ambicionada pelos parentes da imperatriz. A primeira evidência disso é que o “Partido Calcedoniano” atacou uma política concebida por Isaac e Ana Dalassena; segundo, porque uma das exigências era a deposição do patriarca

³⁶ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. pp. 143-146. Trad. pp. 166-177.

³⁷ TEOFILACTO DE OCRIDA – *Cartas*. Ed. e trad. Paul Gautier, *Theophylacti Achridensis Epistulae*. Corpus Fontium Historiae Byzantinae 16, 2. Tessalônica: Association de recherches byzantines, 1986. no. 84, pp. 440–443.

³⁸ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. p. 215. Trad. p. 246.

³⁹ GERHOLD, Victoria Casamiquela – “Le ‘mouvement chalcédonien’. Opposition ecclésiastique et aristocratique sous le règne d’Alexis Comnène (1081–1094)”. *Erytheia* 33 (2012), pp. 87-104.

Eustrácio Garida e o retorno de Cosma⁴⁰. Eustrácio, de acordo com a *Alexíada*, era um monge pouco sofisticado que ganhara a posição de liderança da Igreja Bizantina por gozar do favor de Dalassena, e Cosma foi seu antecessor apontado por Miguel VII que havia se comportado de forma tão leal aos seus benfeitores quando insistiu em coroar Irene antes de abdicar de seu posto⁴¹. No mais, ao associar a política de apropriação de bens a heresias como Iconoclasmo e Messalianismo, Leão de Calcedônia estava claramente tentando manchar a reputação daqueles que o sugeriram⁴².

Eustrácio acabou caindo em 1084, mas Cosma não foi trazido de volta. Em vez disso, Nicolau Gramático foi escolhido. Essa solução não satisfez Leão de Calcedônia que rechaçou o novo patriarca e se pôs em cisma com a Igreja, para, por fim, ser exilado em Sozópole em 1086⁴³. Ainda assim, o assunto não se resolveu: Leão ainda tinha muitos apoiadores, dentre os quais membros da família Ducas, e a cisão interna da Igreja permanecia. Isso era um problema sério para Aleixo, já que garantir a unidade dentro dela era uma das funções primárias de um imperador. A controvérsia foi somente resolvida em algum momento entre o fim de 1094 e início de 1095 durante o Sínodo de Blaquernes, quando membros da família imperial, outros membros da administração e da Igreja se reuniram para conciliar Leão de Calcedônia com o imperador⁴⁴.

Irene Ducas e as questões sucessórias

Esse evento foi provavelmente também uma conciliação entre os Ducas e o imperador, que resultou no afastamento de Ana Dalassena e no reconhecimento da

⁴⁰ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. p. 215. Trad. p. 246.

⁴¹ GRUMEL, Venance – “Les documents athonites concernant l'affaire de Léon de Chalcedoine”. *Studi e Testi* 123 (1946), pp. 116–135, sobre a demanda, p. 126.

⁴² RYDER, Judith – “Leo of Chalcedon. Conflicting ecclesiastical models in the Byzantine eleventh century”. In LAUXTERMANN, Marc D.; WHITTOW, Mark (eds.) – *Byzantium in the Eleventh Century: Being in Between. Papers from the 45th Spring Symposium of Byzantine Studies, Exeter College, Oxford, 24–6 March 2012*. Society of the Promotion of Byzantine Studies Publications 19. Londres; Nova York: Routledge, 2017, pp. 169-180.

⁴³ GERHOLD, Victoria Casamiquela – “Le ‘mouvement chalcédonien’”, pp. 89-91.

⁴⁴ “Decretum editum circa unionem synodi cum Leone Chalcedonensi, et circa piam sententiam de adoratione sanctorum imaginum, ab optimo et sancto imperatore nostro domino Alexio Comneno, qui per Dei gratiam pietate conspicuus fuit”, ed. Jacques Paul Migne. *Patrologia Graeca* 127. Paris: Migne, 1864, pp. 971–984; GAUTIER, Paul – “Le synode des Blachernes (fin 1094). Étude prosopographique” *Revue des études byzantines* 29 (1971), pp. 213–284.

posição de Irene como a principal figura feminina na corte. Não é à toa que, a partir dessa data, ela começa a ter mais destaque no relato de sua filha. Irene passou a acompanhar Aleixo em campanhas militares, embora fosse incomum que imperatrizes bizantinas o fizessem e, por pelo menos uma ocasião, houve uma manifestação clara contra sua presença⁴⁵.

Quando uma conspiração de assassinato foi descoberta no final da década de 1090, Aleixo decidiu poupar seus líderes, os irmãos Anemas, de serem cegados após a imperatriz e sua filha mais velha, Ana Comnena, intervirem pedindo misericórdia⁴⁶. Mesmo que o episódio tenha sido uma encenação, é relevante que tanto Irene Ducas quanto Ana Comnena tenham participado dela, pois demonstra reconhecimento público de sua relevância e influência, semelhante ao mini panegírico imperial a Ana Dalassena incluído no encômio a Aleixo, composto por Teofilacto de Acrida⁴⁷.

Zonaras também afirma que o papel de Irene Ducas cresceu no final do reinado de Aleixo. Segundo o autor, Aleixo não dava muita atenção à sua esposa no início do casamento, dedicando-se a casos extraconjugais, mas, com o tempo, a união entre os dois se fortaleceu e Irene findou por ganhar um espaço significativo no governo⁴⁸. Zonaras assevera que a imperatriz favorecia Nicéforo Briênio, o marido de Ana Comnena, que já exercia um papel de regente no final do reinado de Aleixo, assim como tentava marginalizar João Comneno. Contudo, João garantiu o trono através de juramentos e assegurando o controle do palácio imperial enquanto seu pai estava no leito de morte⁴⁹. Nicetas Coniates reporta os mesmos eventos que Zonaras, complementando com uma narrativa sobre uma conspiração de assassinato contra João II quando já era imperador em favor de Nicéforo Briênio e Ana Comnena, que não foi bem-sucedida devido à hesitação do primeiro⁵⁰.

⁴⁵ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. p. 215. Trad. pp. 385-387.

⁴⁶ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. pp. 372-376. Trad. pp. 414-420.

⁴⁷ Cf. nota 28.

⁴⁸ JOÃO ZONARAS – *Epítome de História*. Ed. p. 747. Trad. p. 171.

⁴⁹ JOÃO ZONARAS – *Epítome de História*. Ed. pp. 748, 754. Trad. pp. 171-172, 175.

⁵⁰ NICETAS CONIATES – *Narrativa cronológica*. Ed. Jan-Louis Van Dieten, *Nicetae Choniatae Historia*. Vol. 1. Corpus Fontium Historiae Byzantinae 11. Berlim: De Gruyter, 1975, pp. 4-8, 10-12. Trad. Franz Grabler, *Die Krone der Komnenen. Die Regierungszeit der Kaiser Joannes und Manuel Komnenos (1118 – 1180) aus dem Geschichtswerk des Niketas Choniates*. Byzantinische Geschichtsschreiber 7. Graz, Viena, Colônia: Styria, 1958, pp. 36-40, 42-44.

Leonora Neville interpreta esse relato como uma crítica de ambos os autores aos imperadores da Dinastia Comneno⁵¹. Ambos desaprovavam o regime por razões distintas e, assim, teriam caracterizado os protagonistas de forma negativa através da reversão de papéis de gênero. Aleixo, cuja masculinidade já havia sido comprometida pela deferência exagerada a sua mãe, teria sua hombridade ainda mais diminuída aos olhos do potencial leitor ao não ser capaz de controlar sua esposa, forçando-a a aceitar sua decisão de nomear João Comneno como seu sucessor. Já a conspiração em favor de Ana Comnena contra seu irmão seria também outro exemplo de uma reversão de papéis de gênero, pois, segundo Coniates, a conjuração não foi bem-sucedida porque Nicéforo Briênio teria hesitado num momento crucial. Mais à frente, Coniates afirma que Ana teria se lamentado que era ela que havia nascido com genitália feminina e seu marido com a masculina, e não o oposto⁵².

Neville não chega a questionar abertamente a historicidade do evento, mas ao apresentar, baseada no panegírico a Ana Comnena por Jorge Torniques, a relação dos irmãos como harmoniosa e Ana Comnena como desinteressada em política e completamente dedicada à família, ao seu trabalho intelectual e ao patrocínio literário, deixa claro a sua opinião quanto ao assunto⁵³. Embora não discorde da interpretação dada por Neville de que as disputas internas da família imperial pela sucessão tenham sido negativamente caracterizadas por ambos os autores, Zonaras e Coniates, com objetivo de difamar os Comnenos, aqui concordo com Alicia Simpson, ela própria autora de diversos estudos sobre Coniates e sua obra, quando afirma que “Coniates não concebia eventos ficcionais em sua História; ele embelezava eventos muito reais”⁵⁴.

⁵¹ NEVILLE, Leonora – *Anna Komnene. The Life and Work of a Medieval Historian*. Oxford: Oxford University Press, 2016, pp. 93-112, 141-151.

⁵² NICETAS CONIATES – *Narrativa cronológica*. Ed. p. 10. Trad. p. 43.

⁵³ NEVILLE, Leonora – *Anna Komnene*, p. 151

⁵⁴ SIMPSON, Alicia Josephine – “Book Review: Leonora NEVILLE, Anna Komnene: *The Life and Work of a Medieval Historian*”, Oxford: Oxford University Press, 2016. *Byzantina Symmeikta* 28 (2018), pp. 381 - 383: *Choniatas did not conceive of fictitious events in his History; he embellished very real ones*, p. 382.

Há diversos aspectos, dentro e fora da *Alexíada*, que evidenciam tanto uma relação problemática entre os irmãos, quanto a proximidade entre Ana Comnena e Irene Ducas. A *Alexíada* não é uma obra dedicada à crítica, mas à construção da imagem de Aleixo como imperador e à ênfase no relacionamento de Ana Comnena com seus pais, principalmente sua mãe. Ainda assim, percebe-se que a forma como Ana Comnena trata os sucessores diretos de seu pai – seu irmão e seu sobrinho – é longe de ser elogiosa. O nascimento de João é relatado com muito menos fanfarra e celebração do que o nascimento da própria autora⁵⁵. Em certo ponto, ela critica a estupidez dos sucessores diretos de Aleixo – João II e Manuel I – por desfazer a política externa de seu pai⁵⁶. Neville diz que essa é uma crítica política pontual que não diz muito sobre a relação entre os irmãos⁵⁷. Se fosse somente isso, com certeza ela poderia ter encontrado formulações mais amenas, ou mesmo subliminares, para expressar este desacordo. A ênfase na estupidez dos sucessores (ἀβελτηρία τῶν διαδεξαμένων τὰ σκῆπτρα) manifesta uma desaprovação mais ampla e profunda. Em outra passagem, Ana Comnena expressa seu amplo desprezo (legitimado pelo de seu pai) pela astrologia, que estava bastante em voga no reinado de Manuel I e possivelmente já no de João II⁵⁸. Ana Comnena lamenta por não ter acesso a muitos dos amigos de seu pai ainda vivos devido “à mudança da fortuna” e à ridícula posição na qual ela não era mais visível⁵⁹. Neville afirma que a passagem é confusa e ambígua, interpretando-a como uma tentativa da autora de gerar pena e se afastar do reinado de seu pai ao afirmar que suas fontes eram soldados simples e não pessoas ligadas ao seu governo⁶⁰. Contudo, se essa fosse a intenção, Ana Comnena poderia ter encontrado outras formas de apresentar a si e as suas fontes sem a

⁵⁵ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. pp. 183-186. Trad. pp. 211-213.

⁵⁶ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. p. 438. Trad. p. 489.

⁵⁷ NEVILLE, Leonora – *Anna Komnene*, p. 146.

⁵⁸ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. pp. 181-183. Trad. pp. 208-210. Os interesses de Manuel I Comneno (1143-1180) em astrologia são amplamente conhecidos, mas a presença de um horóscopo no piso da igreja do Monastério de Pantokrator, fundado e construído por João II, permite conjecturar que esse imperador, cuja personalidade é menos conhecida do que as de seu pai e de seu filho, também se interessaria no assunto. OUSTERHOUT, Robert – “Architecture, Art and Komnenian Ideology at the Pantokrator Monastery”. In NECIPOĞLU, Nevra – *Byzantine Constantinople. Monuments, Topography and Everyday Life. The Medieval Mediterranean. Peoples, Economies and Cultures, 400-1500* 33. Leiden; Boston; Colônia: Brill, 2001, pp. 133-150, especialmente, pp. 144-148; MAGDALINO, Paul – “Occult Science and Imperial Power in Byzantine History and Historiography (9th–12th Centuries)”. In MAGDALINO, Paul; MAVROUDI, Maria – *The Occult Sciences in Byzantium*. Genebra: Le Pomme d’or, 2006, pp. 119-162, sobre os interesses dos Comnenos em astrologia e outras artes ocultas, pp. 140-151.

⁵⁹ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. p. 452. Trad. pp. 502-503.

⁶⁰ NEVILLE, Leonora – *Anna Komnene*, p. 151.

evidente conotação política de sua afirmação. Neville está certa quando afirma que Ana Comnena não foi condenada ao encarceramento pelo resto de sua vida, mas essa passagem indica que suas ambições políticas possivelmente a tornaram uma *persona non grata* na corte de seu irmão e sobrinho. Por fim, em sua narração sobre a morte de Aleixo, infelizmente comprometida por diversas lacunas no texto, Ana Comnena confirma tanto Zonaras quanto Coniates afirmando que João II havia partido para o Grande Palácio, ou seja, abandonado seu pai e sua família nesse momento de profunda tristeza. Enquanto isso, sua mãe, irmãs e o resto família teriam cuidado do imperador moribundo e, após sua morte, manifestado o luto apropriado⁶¹.

A oração fúnebre a Ana Comnena por Jorge Torniques, composta pouco depois de sua morte em 1153, repete alguns temas da *Alexíada*⁶². Esta obra tem dois objetivos: primeiro, elogiar e justificar Ana Comnena como intelectual, não somente apreciadora das letras clássicas e patrona de intelectuais, mas também como autora; segundo, apresentá-la como boa filha e boa esposa. Segundo Neville, a caracterização de Ana Comnena por Torniques seria um contraponto à narrativa de Coniates, pois ele enfatiza em diversos pontos que ela não teria tido ambições políticas, mas havia dedicado sua vida integralmente à família e às letras⁶³.

Curiosamente, Neville não aplica a Torniques o mesmo aparato crítico dirigido a Zonaras e Coniates. O elogio fúnebre de Ana Comnena é uma obra de natureza retórica, de modo que seu objetivo é retratar o objeto do elogio da forma mais positiva possível. Aspectos negativos de sua vida devem ser ignorados ou, se não for possível, justificados⁶⁴. A própria Neville percebe que a ênfase dada por Torniques à

⁶¹ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. pp. 501-505. Trad. pp. 555-559.

⁶² JORGE TORNIQUES – *Elogio a Ana Comnena*. Ed. e Trad. DARROUZÈS, Jean. *Georges et Dèmètrios Tornikès. Lettres et Discours*. Paris: Éditions du centre national de la recherche scientifique, 1970, pp. 220-323.

⁶³ NEVILLE, Leonora – *Anna Komnene*, pp. 113-131.

⁶⁴ De acordo com Miguel Pselo, intelectual e retórico do século XI que exerceu grande influência em períodos posteriores, “o autor de um encômio rejeita as coisas baixas que pertencem ao elogiado(a) e concebe um elogio a ele (ou a ela) dos aspectos mais excelentes; se não há muito do oposto, basta para o retórico então um assunto, que seja um feito excelente, para um elogio satisfatório, mesmo que lidando com coisas baixas retoricamente, ele as torne em uma fonte para material de elogio. (ὁ μὲν γὰρ ἐγκωμιάζων, ὅσα πρόσεστι φαῦλα τῷ ἐγκωμιαζομένῳ παραιτούμενος, ἐκ τῶν σπουδαιοτέρων ἐκείνῳ πλέκει τὸν ἔπαινον· κἂν πλεῖστα τάναντία ἦ, ἀρκεῖ τῷ ῥήτορι καὶ μία ὑπόθεσις, σπουδαίαν

humildade de Ana Comnena parece forçada, como uma tentativa de contrabalançar seus feitos intelectuais, que não seriam adequados para uma mulher na sociedade bizantina⁶⁵. Uma reflexão semelhante não é feita para as afirmações por Torniques de que Ana Comnena não teria tido aspirações imperiais. Ele afirma que a morte de Constantino Ducas, o primeiro noivo de Ana Comnena, teria sido obra da Providência Divina, pois ela não nutria ambições políticas. Portanto, o casamento com Nicéforo Briênio teria permitido que ela se dedicasse às letras, a sua real vocação⁶⁶. Essa afirmação contradiz a própria Ana Comnena que, na *Alexíada*, narra com orgulho a sua ligação com o jovem imperador e o fato de ambos terem sido aclamados juntos⁶⁷. Mais importante, contudo, é que, ao narrar o leito de morte de Aleixo, Torniques rejeita rumores de que ela seria rival de seu irmão⁶⁸. Essa inclusão, que está solta no texto e poderia perfeitamente ser tirada sem que isso comprometesse o argumento apresentado, é evidentemente apologética, demonstrando que tal rivalidade ou o boato sobre uma relação disfuncional entre os irmãos já circulava por volta de 1150, ou seja, quase cinquenta anos antes da composição da história de Coniates e era suficientemente conhecido para que o retórico sentisse a necessidade de rechaçá-lo em seu elogio. É importante recordar que essas obras eram escritas primariamente para um público contemporâneo e muito restrito, a elite letrada envolvida com o governo do império. Um círculo de pessoas muito pequeno, composta por não mais de algumas dezenas de pessoas, que se conhecia e estava familiarizado com os eventos relatados, tendo mesmo os testemunhado. Portanto, panegíricos e histórias primariamente ofereciam uma versão para fatos já conhecidos⁶⁹. Isso dificulta muito a hipótese de que as disputas interfamiliares dos Comnenos tenham sido invenções completas dos historiadores, pois uma invenção seria imediatamente percebida e teria comprometido sua credibilidade⁷⁰.

τὴν πρᾶξιν ἔχουσα, εἰς εὐφημίαν ἀρκοῦσαν, ὁπότε καὶ τὰ φαῦλα σοφιστικῶς μεταχειρισάμενος εἰς εὐφημίας καταβιάσαιτο ἀφορμὴν-), MIGUEL PSELO – *Cronografia*. Ed. Diether R. Reinsch, *Michaelis Pselli Chronographia*. Millenium Studies, 51, Berlim, Boston: De Gruyter, 2014, p. 190.

⁶⁵ NEVILLE, Leonora – *Anna Komnene*, p. 124.

⁶⁶ JORGE TORNIQUES – *Elogio a Ana Comnena*, pp. 252-253.

⁶⁷ Cf. nota 55.

⁶⁸ JORGE TORNIQUES – *Elogio a Ana Comnena*, pp. 268-269.

⁶⁹ DENNIS, George T. – “Imperial Panegyric: Rhetoric and Reality”. In MAGUIRE, Henry (ed.) – *Byzantine Court Culture from 829 to 1204*. Washington D.C: Dumbarton Oaks, 1997, pp. 131-140, especialmente, p. 137.

⁷⁰ O autor do prefácio de *Material de História*, que não era Briênio, ao exculpar Aleixo do casamento do rebelde Basilaques, afirma que “*todos conhecem esses fatos e estão na boca de todos as coisas*”

Também dispomos de uma fonte independente e externa à Bizâncio do final do século XII, que corrobora o relato de Zonaras e Coniates: Miguel, o Sírio. Em sua entrada sobre o início do reinado de João II, o cronista afirma que o novo imperador sofreu um complô organizado por seu irmão, irmã e mãe. Provavelmente, ele se enganou, confundindo o cunhado do imperador, Nicéforo Briênio, com um de seus irmãos, uma vez que não temos outra evidência de que João II teve qualquer problema com algum irmão no início de seu reinado⁷¹. Considerando a sua distância física e cultural de Constantinopla e o fato de que Miguel, o Sírio, muito provavelmente não lia grego, é improvável que tenha sido influenciado por Zonaras ou tido acesso a uma redação anterior da obra de Coniates⁷². Seu conhecimento sobre os distúrbios conectados à sucessão de Aleixo são certamente ecos distantes de histórias que já há muito circulavam na capital bizantina.

Ana Comnena provavelmente não odiava seu irmão, logo Neville está correta em tirar esse suposto sentimento do foco da sua interpretação da *Alexíada*. Porém, a ausência de rancores pessoais não exclui a existência de ambições políticas em conflito. Todas as fontes do período parecem confirmar isso e, ademais, que havia uma proximidade muito grande entre Ana Comnena, Nicéforo Briênio e Irene Ducas, assim como com o resto da família Ducas. Em função disso, Michael Angold sugere que Ana e Nicéforo fossem representantes dos interesses desta linhagem⁷³. Neville discorda dizendo não haver razões para afirmar que Ana Comnena seria mais representante dos Ducas do que João II⁷⁴. Contudo, ao analisarmos as obras e feitos dos três indivíduos acima mencionados – Ana, Nicéforo e Irene – veremos que todos

referentes a estes eventos; não há ninguém dos que tem bom-senso que não os conheça (Οἶδασι πάντες ταῦτα καὶ ἐν χεῖλεσι πάντων κείται τὰ περὶ τούτων καὶ οὐκ ἔστιν ὅστις τῶν εὖ φρονούντων ἠγγόησε ταῦτα). NICÉFORO BRIÊNIO – *Material de História*, p. 63.

⁷¹ MIGUEL, O SÍRIO – *Crônica*, Ed. e trans. J.-B. Chabot, *Chronique de Michel le Syrien, patriarche Jacobite d'Antioche (1166 – 1199)*, vol. 3. Bruxelas: Ernest Leroux, 1905, p. 204.

⁷² WITAKOWSKI, Witold – “Syriac Historiographical Sources”. In WHITBY, Mary (ed.) – *Byzantines and Crusaders in Non-Greek Sources, 1025-1204*. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 253-282, sobre Miguel, o Sírio, pp. 255-261.

⁷³ ANGOLD, Michael – “Alexios I Komnenos. An Afterword”. In MULLETT, Margaret; SMYTHE, Dion (eds.) – *Alexios I Komnenos. Papers of the Second Belfast Byzantine International Colloquium, 14–16 April 1989*. Belfast Byzantine Texts and Translations 4,1. Belfast: Priory, pp. 398–417, especialmente, p. 406.

⁷⁴ NEVILLE, Leonora – *Anna Komnene*, p. 149.

se conectavam e compartilhavam discursos semelhantes, os quais enfatizavam o papel da família Ducas no governo do império.

O Monastério da Virgem Cheia-de-Graça (*Kecharitomene*)

Quando Aleixo I ainda estava vivo, Irene fundou dois monastérios para monges, o de Cristo Filantropo, onde Aleixo foi enterrado, e o da Virgem Cheia-de-Graça (*Kecharitomene*) para freiras⁷⁵. Seguindo as tendências de patrocínio monástico de sua época, Irene determinou que o Monastério de *Kecharitomene*, o único dos dois cujo documento de fundação (*typikon*) sobrevive, seria independente e livre de influências de qualquer autoridade, da própria Irene, do imperador, do patriarca ou de pessoas privadas⁷⁶. Ainda assim, ela conecta a instituição a sua família ao determinar uma protetora (*ephoros, antilambanomene*) cuja função era defender os interesses do convento e garantir que as regras estabelecidas pela fundadora fossem seguidas⁷⁷. Além das obrigações, a protetora do monastério teria direito de habitar apartamentos imperiais construídos de forma anexa à instituição e não seria obrigada a viver de acordo com o regime monástico. A primeira protetora apontada por Irene foi sua filha Eudócia Comnena. Quando esta faleceu prematuramente, Irene aponta Ana Comnena como a protetora da instituição⁷⁸. Eudócia provavelmente foi escolhida por ser a filha desamparada. Ela havia se casado com o filho de Constantino Iasites, mas a união foi rompida, e Eudócia havia se tornado freira⁷⁹. Com sua morte, Irene passou os direitos e deveres de protetora a Ana, provavelmente a filha com que teria maior conexão e identificação⁸⁰, estabelecendo que sua neta e filha de Ana, chamada de Irene Ducas como a avó, seria a herdeira do cargo de protetora. Após sua morte, os apartamentos deveriam ser transmitidos para sua descendência feminina, sendo aberto aos descendentes masculinos caso a

⁷⁵ *Typikon de Kecharitomene*, ed. e trad. Paul Gautier, “Le typikon de la Théotokos Kécharitôméné”, *Revue des études byzantines* 43 (1985), pp. 5–165. Trad. Robert Jordan, “Typikon of Empress Irene Doukaina Komnene for the Convent of the Mother of God Kecharitomene in Constantinople”. In THOMAS, John; HERO, Angela Constantinides (eds.) – *Byzantine Monastic Foundation Documents. A Complete Translation of the Surviving Founders’ Typika and Testaments*. Washington: Dumbarton Oaks, 2000, pp. 649–724.

⁷⁶ *Typikon de Kecharitomene*. Ed. e trad. Paul Gautier, pp. 28–29. Trad. Robert Jordan, p. 667.

⁷⁷ *Typikon de Kecharitomene*. Ed. e trad. Paul Gautier, pp. 32–33. Trad. Robert Jordan, p. 669.

⁷⁸ *Typikon de Kecharitomene*. Ed. e trad. Paul Gautier, pp. 136–139. Trad. Robert Jordan, pp. 706–707.

⁷⁹ JOÃO ZONARAS – *Epítome de História*. Ed. p. 739. Trad. p. 166; VARZOS, Konstantinos – *Ἡ γενεαλογία τῶν Κομνηνῶν*, pp. 254–259.

⁸⁰ Aspecto já percebido em VILIMONOVÍČ, Larisa Orlov – *Structure and Features of Anna Komnene’s Alexiad*, p. 267.

feminina se extinguisse⁸¹. Vemos aqui Irene querendo assegurar que Ana Comnena e sua descendência possam gozar de conforto e uma alta posição social – protetores de um monastério imperial em Constantinopla – após a sua morte.

Esse gesto deixa clara a decisão da imperatriz de que Ana Comnena seria a herdeira de seu legado, que era da família Ducas⁸². Isso fica ainda mais evidente ao observar a lista de pessoas cuja memória deveria ser eternamente celebrada no monastério. Monastérios não eram somente monumentos ao prestígio social e riqueza de seus fundadores. Eram também manifestações de piedade individual e temores ligados à salvação da própria alma⁸³. Assim, além de alguns trabalhos caritativos, os monges ou freiras deveriam rezar pela alma do fundador e de sua família para toda a eternidade. Dessa forma, os fundadores concediam parte significativa de seu patrimônio para assegurar o sustento material desses monastérios. A lista de comemorações do monastério da imperatriz diz muito sobre quem ela considerava sua família. Os primeiros na lista são Aleixo I e Irene, depois seu filho João II e sua nora, a também imperatriz Irene, em seguida e em ordem, filhos e genros, filhas e noras, seus pais e os pais de Aleixo e, por fim, os irmãos de Irene⁸⁴. Ao observarmos a hierarquia e as presenças, assim como as ausências, percebe-se que, na concepção da fundadora, sua família era composta somente de seus filhos, filhas, genros e noras,

⁸¹ *Typikon de Kecharitomene*. Ed. e trad. Paul Gautier, pp. 144-145. Trad. Robert Jordan, p. 709; NEVILLE, Leonora – *Anna Komnene*, pp. 133-139.

⁸² Aqui discordamos da opinião de Margaret Mullett, que afirma que o Monastério de Kecharitomene era uma “casa de repouso para membros constrangedores da família imperial (*a retirement home for embarrassing members of the imperial family*)”, MULLETT, Margaret – “Founders, refounders, second founders, patrons”. In MULLETT, Margaret (ed.) – *Founders and refounders of Byzantine monasteries*. Belfast Byzantine Texts and Translations, 6.3. Belfast: Pryory, 2007, pp. 1-27, citação está na p. 7.

⁸³ As motivações terrenas e preocupações espirituais que levaram os representantes da aristocracia bizantina a fundarem monastérios já foram extensamente discutidas em diversos estudos. Então, podemos aqui indicar uma lista representativa, mas não completa: MORRIS, Rosemary – “The Byzantine Aristocracy and the Monasteries”. In ANGOLD, Michael (ed.) – *The Byzantine Aristocracy: IX to XII Centuries*. Oxford: B.A.R, 1984, pp. 112-137; THOMAS, John Philip – *Private Religious Foundations in the Byzantine Empire*. Dumbarton Oaks Studies 24. Washington: Dumbarton Oaks, 1984, passim; HILL, Barbara – *Imperial Women in Byzantium*, pp. 153-180; MORRIS, Rosemary – *Monks and Layman in Byzantium, 886-1118*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp. 64-89; STANKOVIĆ, Vlada – “Comnenian Monastic Foundations in Constantinople: Questions of Method and Historical Context”. *Belgrade Historical Review* 2 (2011), pp. 47-73. A coletânea MULLETT, Margaret (ed.) – *Founders and refounders of Byzantine monasteries* contém diversos estudos relevantes sobre o assunto, em especial MULLETT, Margaret – “Founders, refounders, second founders, patrons”, pp. 1-27; KAPLAN, Michel – “Why were monasteries founded?”, pp. 28-42; DIMITROPOULOU, Vassiliki – “Imperial women founders and refounders in Komnenian Constantinople”, pp. 87-106.

⁸⁴ *Typikon de Kecharitomene*. Ed. e trad. Paul Gautier, pp. 120-125. Trad. Robert Jordan, pp. 701-702.

seus pais e seus irmãos. Dos familiares de Aleixo somente seus pais são mencionados, seus irmãos e irmãs, cunhados e noras, tirando os Ducas, foram excluídos; Ana Dalassena não é citada pelo nome mas somente como “minha sogra”, dando a impressão que Irene parece ter querido excluí-la da lista, mas não pôde.

Defendendo o legado dos Ducas

Com a morte de Aleixo I e o início do reinado de seu filho, João II, em 1118, entramos num período com menos informações sobre os eventos políticos internos em Bizâncio. Se, por um lado, a política externa deste imperador pode ser analisada através das fontes não bizantinas e a vigorosa produção literária composta durante o seu reinado nos permita estudar os gostos e tendências estéticas na corte imperial, João II não teve sua Ana Comnena, ou seja, um relato histórico focado em seu governo que nos permita analisar outras fontes, algumas delas sem datação definida, dentro de um quadro cronológico claro. Os relatos de João Cínamo e Coniates começam com o reinado de João II, mas o tratando como um prelúdio de reinados posteriores aos quais é dada maior ênfase⁸⁵. Apesar dessa escassez, foi durante o governo de João II que obras exprimindo o ponto de vista dos Ducas foram compostas. Elas nos permitem esclarecer as ações tomadas e estratégias adotadas no período em que foram escritas e em épocas anteriores, apresentando-nos como esta família imaginava qual deveria ter sido seu papel no governo de Aleixo.

O século XI foi um período de inovações literárias em Bizâncio. Até esse ponto, a historiografia bizantina era composta por monges ou por membros da administração imperial⁸⁶. Contudo, neste século observamos o surgimento de narrativas aristocráticas, isto é, relatos de eventos políticos compostos por representantes das famílias que aos poucos estavam monopolizando as principais posições de poder no Império. Esse gênero atingiu o seu ápice no século XII, pois, entre os principais historiadores do período, estão uma filha e o cunhado do imperador. Contudo, houve relatos anteriores a esses, mas, com a exceção do

⁸⁵ Sobre as fontes para o reinado de João II, STATHAKOPOULOS, Dionysios – “John II Komnenos: a Historiographical Essay”. In BUCOSSO, Alessandra; SUAREZ, Alex Rodriguez (eds) – *John II Komnenos, Emperor of Byzantium: In the Shadow of Father and Son*. Farnham: Ashgate, 2016, pp. 1-10.

⁸⁶ TREADGOLD, Warren – *The Middle Byzantine Historians*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2013, pp. 457-459

chamado *Strategikon* de Cecaumeno, não sobreviveram em sua maioria. Alguns, porém, foram incorporados a outras obras historiográficas⁸⁷. Leonora Neville sugere que há um relato desse tipo de autoria de João Ducas, o *kaisar* e avô de Irene, que Nicéforo Briênio incorporou ao seu *Material de História*, obra resultante de uma encomenda da própria Irene, a qual, após a morte de Aleixo, pediu ao genro que compusesse uma história do reinado de seu marido. Neville afirma que as passagens nas quais João Ducas aparece são blocos autônomos que oferecem muitos detalhes sobre suas ações, muitos dos quais não são de grande relevância no quadro geral da obra de Briênio. Além do mais, tais trechos possuem características estilísticas, como uma nomenclatura mais arcaizante, que os distinguem do resto do texto. Esses elementos convencem a autora de que estas passagens não foram compostas originalmente por Briênio baseado em relatos orais, mas foram apropriações de um texto mais antigo de autoria de João Ducas ou encomendado por ele⁸⁸.

Curiosamente, em seu estudo sobre a *Alexíada*, obra composta por Ana Comnena a partir do trabalho encomendado por Irene Ducas a seu marido, mas nunca terminado, Neville não questiona se o relato apologético sobre João Ducas não pode ter ido além do ponto onde Briênio termina – um pouco antes da rebelião que leva os Comnenos ao poder em 1081 – e continuado até depois da coroação de Aleixo, servindo, assim, também de fonte para Ana Comnena⁸⁹. Larissa Vilimonović, porém,

⁸⁷ SYNCLAIR, Kyle James – *War Writing in Middle Byzantine Historiography. Sources, Influences and Trends*. Birmingham: Universidade de Birmingham, 2012. Tese de doutoramento, pp. 268-278.

⁸⁸ NEVILLE, Leonora – “A history of the caesar John Doukas in Nikephoros Bryennios’ *Material for History?*”. *Byzantine and Modern Greek Studies* 32 (2008), pp. 168-188; NEVILLE, Leonora – *Heroes and Romans in Twelfth-Century Byzantium. The Material for History of Nikephoros Bryennios*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012, pp. 49-58. Warren Treadgold discorda dessa hipótese afirmando que não havia razões para escrever histórias sobre João Ducas depois de sua morte. O atual estudo diverge dessa conclusão, cf. TREADGOLD, Warren – *The Middle Byzantine Historians*, p. 350 e nota 41 na mesma página.

⁸⁹ Contudo, a autora considera, em seu estudo sobre Nicéforo Briênio e seu *Material de História*, a possibilidade de que Briênio tenha usado uma fonte originada de Jorge Paleólogo, o qual também foi uma das fontes de Ana Comnena, para a composição da *Alexíada*. Essa hipótese criaria a possibilidade da existência de um material compartilhado e usado tanto por Briênio quanto por Ana Comnena. Cf. NEVILLE, Leonora – *Heroes and Romans in Twelfth-Century Byzantium*, pp. 47-48. Em outro estudo, considero a possibilidade de existir um relato pro-Ducas de onde ambos os autores podem ter tirado os episódios nos quais os integrantes dessa família eram protagonistas, tratando de eventos bem anteriores a 1081 até os primeiros anos do reinado de Aleixo I. Cf. DIAS, João Vicente de Medeiros Publio – “Isaac and Alexios I Komnenos (1081-1118): A Reassessment of a Unique Power-Sharing Arrangement between Brothers”. In BOSSELMANN-RUICKBIE, Antje; CHITWOOD, Zachary; PAHLITZSCH, Johannes; VUČETIĆ, Martin Marko (eds.) – *Byzanz am Rhein: Festschrift für Günter Prinzing anlässlich seines 80. Geburtstags*. Wiesbaden: Harrassowitz, 2024, pp. 43-64, particularmente em pp. 45-47.

lança essa possibilidade em seu estudo sobre a *Alexíada*, que em muitos pontos discorda das conclusões de Neville sobre a mesma obra⁹⁰.

De fato, os Comnenos não causam boa impressão no relato da *Alexíada* sobre a rebelião de 1081 e os eventos que se seguiram. O mencionado rumor de que Aleixo planejava divorciar-se de Irene Ducas para casar-se com Maria da Alânia logo após tomar o poder, com amplo suporte dos parentes da primeira, cria a óbvia impressão de que Aleixo e sua família seriam ingratos. Essa impressão fica ainda mais forte quando observa-se que João Ducas e sua família não somente apoiaram Aleixo, mas foram o fator decisivo para o sucesso de sua rebelião e para sua aclamação em vez de seu irmão Isaac: Jorge Paleólogo cede parte de sua fortuna para financiar a insurreição⁹¹; João Ducas se apropria dos recursos recolhidos por um coletor de impostos⁹² e recruta tropas turcas que encontrou;⁹³ e, durante o cerco, é ele que sugere subornar a unidade de mercenários germânicos que guardavam um setor da muralha⁹⁴. Quando as tropas rebeldes haviam entrado na cidade, os Comnenos aparecem como indecisos e tomando decisões equivocadas, como querendo visitar sua mãe e iniciando negociações com o imperador Nicéforo III. É pela ação decisiva de João Ducas que os Comnenos tomam as decisões corretas e, por fim, conseguem depor o imperador⁹⁵. A imagem transmitida é bastante clara: os Comnenos seriam iniciantes na política, por isso os Ducas, uma família com larga tradição política, tendo coroado dois imperadores, deveriam governar conjuntamente.

O fato de que tanto Nicéforo Briênio quanto Ana Comnena incorporaram essa versão, ou mesmo o relato propriamente dito, favorável aos Ducas em suas obras, sinaliza que eles estavam ao menos parcialmente de acordo com essa opinião⁹⁶. Essa era provavelmente a visão da imperatriz Irene Ducas, que originalmente incumbiu a história do reinado de Aleixo a Nicéforo Briênio. Apesar das motivações das obras expressas em seu prefácio sigam o lugar-comum historiográfico de não deixar que

⁹⁰ VILIMONOVÍĆ, Larisa Orlov – *Structure and Features of Anna Komnene's Alexiad*, pp. 18.

⁹¹ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. pp. 69-70. Trad. pp. 85-86.

⁹² ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. pp. 71-72. Trad. pp. 87-88.

⁹³ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. p. 72. Trad. pp. 88-89.

⁹⁴ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. pp. 77-79. Trad. pp. 94-96.

⁹⁵ ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. pp. 84-85. Trad. pp. 101-102.

⁹⁶ VILIMONOVÍĆ, Larisa Orlov – *Structure and Features of Anna Komnene's Alexiad*, pp. 180-182

eventos relevantes e edificadores não caíam no esquecimento, a intenção de todos os envolvidos nesse projeto de longo prazo que tomou provavelmente mais de uma década para ser terminado foi além da preservação da memória familiar dos Ducas dentro da perspectiva mais ampla da história política recente do império⁹⁷. Eles queriam sublinhar a importância que essa família teve para o sucesso da rebelião que levou os Comnenos ao poder em 1081, para escolha de Aleixo como imperador e para a estabilização do regime nos complicados primeiros anos de governo.

Conclusão

A linhagem Ducas foi uma dinastia imperial, a primeira a produzir um porfirogênito depois de décadas. Contudo, pela situação política interna e externa da época, acabaram sendo removidos do poder por Nicéforo III em 1078. Sem conseguir produzir um candidato forte para retomar o poder, João Ducas, o líder da família, se associou com Aleixo Comneno, na época um jovem comandante militar com grande potencial e já vitorioso no campo de batalha. O peso do apoio dos Ducas em sua ascensão ao trono é difícil de medir com exatidão, pois a principal fonte para o evento, a *Alexíada*, adota conscientemente um discurso cujo objetivo é destacar o papel dessa família no desenrolar dos eventos. Ainda assim, é possível assumir que os Ducas tiveram grande importância e que o novo imperador teria tido uma dívida para com eles. A expectativa era que Aleixo partilhasse poder com os familiares da sua esposa, mas ele preferiu fazê-lo com sua mãe e seu irmão. Os Ducas ficaram insatisfeitos. Contudo, não se viraram contra o imperador que ajudaram a entronar, provavelmente porque perceberam que tinham mais a perder com isso do que ganhar. Focaram os seus esforços em atacar indiretamente o irmão e a mãe de Aleixo, apoiando a resistência de Leão, o arcebispo de Calcedônia, contra as apropriações de bens eclesiásticos, política concebida por Isaac Comneno e Ana Dalassena, criando um cisma na Igreja e associando ambos a doutrinas heréticas. Embora um acordo tenha sido arranjado e o cisma entre Leão de Calcedônia e o imperador

⁹⁷ A encomenda de Irene a Briênio foi feita em algum ponto entre a morte de Aleixo I em 1118 e dela própria antes de 1136 (GAUTIER, Paul – “L’obituaire du typikon du Pantokrator”. *Revue des études byzantines* 27 (1969), pp. 235-262, sobre a datação da morte de Irene, pp. 245-247) e Ana Comnena só terminaria a última redação da *Alexíada* entre o início do reinado de seu sobrinho, Manuel I (1143-1180) e seu falecimento em 1153, MAGDALINO, Paul – “The Pen of the Aunt. Echoes of the Mid-twelfth Century in the *Alexiad*”. In GOUMA-PETERSON, Thalia (ed.) – *Anna Komnene and Her Times*. Nova York, Londres: Garland, 2000, pp. 14-43, sobre a datação p. 15.

resolvido em 1095, os Ducas não conseguiram a partilha de poder que esperavam ter recebido em 1081. Contudo, as aspirações imperiais dos Ducas sobreviveram com Nicéforo Briênio e Ana Comnena. Não está claro em que medida ambos tentaram concretizar suas reivindicações. Provavelmente tentaram tomar o poder, visto por eles como parte do legado dos Ducas. Há sinais claros de que Irene Ducas tinha uma ideia clara do papel de sua família no governo do império e de que Nicéforo e Ana eram seus representantes. João II Comneno saiu, contudo, vencedor da disputa, e sua mãe, irmã e genro acabaram por aceitar o *status quo*, focando seus esforços em empreitadas literárias cujo objetivo era eternizar as memórias familiares e um projeto de poder abortado.

Referências bibliográficas

Fontes

ANA COMNENA – *Alexíada*. Ed. Diether R. Reinsch e Athanasios Kambylis, *Annae Comnenae Alexias: Pars Prior Prolegomena et Textus*. Corpus Fontium Historiae Byzantinae 40. Berlim, Nova York: de Gruyter, 2001. Diether R. Reinsch, *Alexias Anna Komnene*. Colônia: Dumont, 1996.

Decretum editum circa unionem synodi cum Leone Chalcedonensi, et circa piam sententiam de adoratione sanctorum imaginum, ab optimo et sancto imperatore nostro domino Alexio Comneno, qui per Dei gratiam pietate conspicuus fuit, ed. Jacques Paul Migne. Patrologia Graeca 127. Paris: Migne, 1864, 971–984.

JOÃO ZONARAS – *Epítome de Histórias*, ed. Theodor Büttner-Wobst, *Ioannis Zonarae epitomae historiarum libri xviii*. Vol. 3. Corpus Scriptorum Historiae Byzantinae 45. 3. Bonn: Weber, 1897. Trad. Erich Trapp, *Militärs und Höflinge im Ringe um das Kaisertum. Byzantinische Geschichte von 969 bis 1118 nach der Chronik des Johannes Zonaras* (Byzantinische Geschichtsschreiber 16), Graz, Viena, Colônia: Styria, 1986.

JORGE TORNIQUES – *Elogio a Ana Comnena*. Ed. e Trad. DARROUZÈS, Jean. *Georges et Démétrios Tornikès. Lettres et Discours*. Paris: Éditions du centre national de la recherche scientifique, 1970, pp. 220-323.

MIGUEL ATALIATES - *História*, ed. Eudoxos Th. Tsolakis, *Michaelis Attaliatae Historia*. Corpus Fontium Historiae Byzantinae 50. Atenas: Κέντρον Ευρέυνης τῆς Ελληνικῆς καὶ Λατινικῆς Γραμματείας, 2011. Tr. Anthony Kaldellis e Dimitris Krallis, *The History. Michael Attaleiates*. Dumbarton Oaks Medieval Library 16. Cambridge, EUA; Londres: Harvard University Press, 2012.

MIGUEL, O SÍRIO – *Crônica*, Ed. e trans. J.-B. Chabot, *Chronique de Michel le Syrien, patriarche Jacobite d'Antioche (1166 – 1199)*. Vol. 3. Bruxelas: Ernest Leroux, 1905.

MIGUEL PSELO – *Cronografia*. Ed. Diether R. Reinsch, Michaelis Pselli *Chronographia*. Millenium Studies, 51, Berlim, Boston: De Gruyter, 2014.

NICÉFORO BRIÊNIO - *Material de História*. Ed. e tr. Paul Gautier, *Nicephori Bryenni Historiarum Libri Quattuor*. Bruxelas: Byzantion, 1975.

NICETAS CONIATES – *Narrativa cronológica*. Ed. Jan-Louis Van Dieten, *Nicetae Choniatae Historia*. Vol. 1. Corpus Fontium Historiae Byzantinae 11. Berlim: De Gruyter, 1975. Trad. Franz Grabler, *Die Krone der Komnenen. Die Regierungszeit der Kaiser Joannes und Manuel Komnenos (1118 – 1180) aus dem Geschichtswerk des Niketas Choniates*. Byzantinische Geschichtsschreiber 7. Graz, Viena, Colônia: Styria, 1958.

SKYLITZES CONTINUATUS, ed. ed. Eudoxos Th. Tsolakis, *Η συνέχεια της χρονογραφίας του Ιωάννου Σκυλίτση*, Tessalônica: Εταιρεία Μακεδονικών Σπουδών, 1968. Tr. Eric McGeer, *Byzantium in the Time of Troubles: The Continuation of the Chronicle of John Skylitzes (1057–1079)*. The Medieval Mediterranean. Peoples, Economies and Cultures, 400-1500 120. Leiden, Boston: Brill, 2020.

TEOFILACTO DE OCRIDA, *Discurso ao autokrator senhor Aleixo Comneno*. ed. e trad. Paul Gautier, *Theophylacti Achridensis Orationes, Tractatus, Carmina*. Tessalônica: Association de recherches byzantines, 1980, p. 213-243.

TEOFILACTO DE OCRIDA – *Cartas*. Ed. e trad. Paul Gautier, *Theophylacti Achridensis Epistulae*. Corpus Fontium Historiae Byzantinae 16, 2. Tessalônica: Association de recherches byzantines, 1986. no. 84, pp. 440–443.

Typikon de Kecharitomene. Ed. e trad. Paul Gautier, “Le typikon de la Théotokos Kécharitôméné”, *Revue des études byzantines* 43 (1985), pp. 5–165. Trad. Robert Jordan, “Typikon of Empress Irene Doukaina Komnene for the Convent of the Mother of God Kecharitomene in Constantinople”. In THOMAS, John; HERO, Angela Constantinides (eds.) – *Byzantine Monastic Foundation Documents. A Complete Translation of the Surviving Founders' Typika and Testaments*, Washington: Dumbarton Oaks, 2000, pp. 649–724.

Estudos

BECK, Hans-Georg – “Der byzantinische “Ministerpräsident””. *Byzantinische Zeitschrift* 48 (1955) [reimpr. in: *Ideen und Realitäten in Byzanz. Gesammelte Aufsätze*, London 1972, Art. no. 13], pp. 309–338.

CHEYNET, Jean-Claude – “Les Dalassènoi”. In CHEYNET, Jean-Claude; VANNIER, Jean-François (eds.) – *Études Prosopographiques*. Byzantina Sorbonnensia 5. Paris: Publications de la Sorbonne, 1986, pp. 75-115, [reimpr. in: CHEYNET, Jean-Claude (ed.) – *La société byzantine. L'apport des sceaux*. Vol. 2. Paris: Association des amis du Centre d'histoire et civilisation de Byzance, 2008, pp. 413–471].

DIAS, João Vicente de Medeiros Publio – *The Political Opposition to Alexios I Komnenos (1081-1118)*. Mainz: Universidade Johannes Gutenberg de Mainz, 2020. Tese de doutorado.

DIAS, João Vicente de Medeiros Publio – “Isaac and Alexios I Komnenos (1081-1118): A Reassessment of a Unique Power-Sharing Arrangement between Brothers”. In BOSSELMANN-RUICKBIE, Antje; CHITWOOD, Zachary; PAHLITZSCH, Johannes; VUČETIĆ, Martin Marko (eds.) – *Byzanz am Rhein: Festschrift für Günter Prinzing anlässlich seines 80. Geburtstags*. Wiesbaden: Harrassowitz, 2024, p. 43–64.

DENNIS, George T. – “Imperial Panegyric: Rhetoric and Reality”. In MAGUIRE, Henry (ed.) – *Byzantine Court Culture from 829 to 1204*. Washington D.C: Dumbarton Oaks, 1997, pp. 131-140.

DIMITROPOULOU, Vassiliki – “Imperial women founders and refounders in Komnenian Constantinople”. In MULLETT, Margaret (ed.) – *Founders and refounders of Byzantine monasteries*. Belfast Byzantine Texts and Translations, 6.3. Belfast: Pryory, 2007, pp. 87-106.

DÖLGER, Franz – *Regesten der Kaiserurkunden des oströmischen Reiches von 565–1453, 2: Regesten von 1025–1204. Zweite, erweiterte und verbesserte Auflage bearbeitet von Peter Wirth mit Nachträgen zu Regesten Faszikel 3*, Munique: C. H. Beck, 1995

FRANKOPAN, Peter – “Challenges to Imperial Authority in the Reign of Alexios I Komnenos. The Conspiracy of Nikephoros Diogenes”. *Byzantinoslavica* 64 (2006), pp. 257–274.

FRANKOPAN, Peter – “The Fall of Nicaea and the Towns of Western Asia Minor to the Turks in the Later 11th Century: The Curious Case of Nikephoros Melissenos”. *Byzantion* 76 (2006), pp. 153-184.

FRANKOPAN, Peter – “Kinship and the Distribution of Power in Komnenian Byzantium”. *English Historical Review* 123 (2007), pp. 1–34.

FRANKOPAN, Peter – “Re-interpreting the Role of the Family in Comnenian Byzantium: Where Blood is not Thicker than Water”. In LAUXTERMANN, Marc D.; WHITTOW, Mark (eds.) – *Byzantium in the Eleventh Century: Being in Between. Papers from the 45th Spring Symposium of Byzantine Studies, Exeter College, Oxford, 24–6 March 2012*. Londres; Nova York: Routledge, 2017, pp. 181-196.

GARLAND, Lynda – *Byzantine Empresses. Women and Power in Byzantium, 527-1204*, Londres: Routledge, 1999.

GAUTIER Paul – “L'obituaire du typikon du Pantokrator”. *Revue des études byzantines* 27 (1969), pp. 235-262.

GAUTIER, Paul – “Le synode des Blachernes (fin 1094). Étude prosopographique”. *Revue des études byzantines* 29 (1971), pp. 213 - 284.

GERHOLD, Victoria Casamiquela – “Le “mouvement chalcédonien”. Opposition ecclésiastique et aristocratique sous le règne d’Alexis Comnène (1081–1094)”. *Erytheia* 33 (2012), pp. 87-104.

GRUMEL, Venance – “Les documents athonites concernant l’affaire de Léon de Chalcédoine”. *Studi e Testi* 123 (1946), pp. 116–135.

GUILLAND, Rodolph – *Recherches sur les institutions byzantines*. Vol. 2. Berlin: Akademie-Verlag, 1967.

HILL, Barbara – *Imperial Women in Byzantium, 1025–1204. Power, Patronage and Ideology*. Londres; Nova York: Routledge, 1989.

KALDELLIS, Anthony – *Streams of Gold, Rivers of Blood. The Rise and Fall of Byzantium, 955 A.D. to the First Crusade*. Nova York: Oxford University Press, 2017.

KAPLAN, Michel – “Why were monasteries founded?”. In MULLETT, Margaret (ed.) – *Founders and refounders of Byzantine monasteries*. Belfast Byzantine Texts and Translations, 6.3. Belfast: Pryory, 2007, pp. 28-42.

MAGDALINO, Paul – *The Empire of Manuel I Komnenos, 1143–1180*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MAGDALINO, Paul – “The Pen of the Aunt. Echoes of the Mid-twelfth Century in the Alexiad”. In GOUMA-PETERSON, Thalia (ed.) – *Anna Komnene and Her Times*. Nova York, Londres: Garland, 2000, pp. 14–43.

MAGDALINO, Paul – “Occult Science and Imperial Power in Byzantine History and Historiography (9th–12th Centuries)”. In MAGDALINO, Paul; MAVROUDI, Maria – *The Occult Sciences in Byzantium*. Genebra: Le Pomme d’or, 2006, pp. 119-162

MORRIS, Rosemary – *Monks and Layman in Byzantium, 886–1118*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

MORRIS, Rosemary – “The Byzantine Aristocracy and the Monasteries”. In ANGOLD, Michael (ed.) – *The Byzantine Aristocracy: IX to XII Centuries*. Oxford: B.A.R, 1984, pp. 112-137.

MULLETT, Margaret – “Founders, refounders, second founders, patrons”. In MULLETT, Margaret (ed.) – *Founders and refounders of Byzantine monasteries*. Belfast Byzantine Texts and Translations, 6.3. Belfast: Pryory, 2007, pp. 1-27.

NEVILLE, Leonora – “A history of the caesar John Doukas in Nikephoros Bryennios’ Material for History?”. *Byzantine and Modern Greek Studies* 32 (2008), pp. 168-188.

NEVILLE, Leonora – *Heroes and Romans in Twelfth-Century Byzantium. The Material for History of Nikephoros Bryennios*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

NEVILLE, Leonora – *Anna Komnene. the Life and Work of a Medieval Historian*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

OUSTERHOUT, Robert – “Architecture, Art and Komnenian Ideology at the Pantokrator Monastery”. In NECIPOĞLU, Nevra – *Byzantine Constantinople. Monuments, Topography and Everyday Life*. The Medieval Mediterranean. Peoples, Economies and Cultures, 400-1500 33. Leiden; Boston; Colônia: Brill, 2001, pp. 133-150.

POLEMIS, Demetrios – *The Doukai. A Contribution to Byzantine Prosopography*. University of London Historical Studies 22. Londres: Athlone, 1968.

RYDER, Judith – “Leo of Chalcedon. Conflicting ecclesiastical models in the Byzantine eleventh century”. In LAUXTERMANN, Marc D.; WHITTOW, Mark (eds.) – *Byzantium in the Eleventh Century: Being in Between. Papers from the 45th Spring Symposium of Byzantine Studies, Exeter College, Oxford, 24–6 March 2012*. Society of the Promotion of Byzantine Studies Publications 19. Londres; Nova York: Routledge, 2017, pp. 169-180.

SIMPSON, Alicia Josephine – “Book Review: Leonora NEVILLE, Anna Komnene: *The Life and Work of a Medieval Historian*. Oxford: Oxford University Press, 2016”. *Byzantina Symmeikta* 28 (2018), pp. 381–383.

STANKOVIC, Vlada – *Komnini u Carigradu (1057 – 1185). Evolucija jedne vladarske porodice*. Belgrado: Vizantološki in-t SANU, 2006.

STANKOVIĆ, Vlada – “Comnenian Monastic Foundations in Constantinople: Questions of Method and Historical Context”. *Belgrade Historical Review* 2 (2011), pp. 47-73.

STANKOVIĆ, Vlada; BERGER, Albrecht – “The Komnenoi and Constantinople before the Building of the Pantokrator Complex”. In KOTZABASSI, Sofia (ed.) – *The Pantokrator Monastery in Constantinople*. Byzantinisches Archiv 27. Boston; Berlim: De Gruyter, 2013, pp. 3–32.

STATHAKOPOULOS, Dionysios – “John II Komnenos: a Historiographical Essay”. In BUCOSSI, Alessandra; SUÁREZ, Alex Rodriguez (eds) – *John II Komnenos, Emperor of Byzantium: In the Shadow of Father and Son*. Farnham: Ashgate, 2016, pp. 1-10.

SYNCLAIR, Kyle James – *War Writing in Middle Byzantine Historiography. Sources, Influences and Trends*. Birmingham: Universidade de Birmingham, 2012. Tese de doutoramento.

THOMAS, John Philip – *Private Religious Foundations in the Byzantine Empire*. Dumbarton Oaks Studies 24. Washington: Dumbarton Oaks, 1984.

VARZOS, Konstantinos – *Η γενεαλογία τών Κομνηνών*. Vol. 1. Tessalônica: Κέντρον Βυζαντινών Ερευνών, 1984.

VILIMONOVIĆ, Larisa Orlov – *Structure and Features of Anna Komnene’s Alexiad: Emergence of a Personal History*. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2019.

WITAKOWSKI, Witold – “Syriac Historiographical Sources”. In WHITBY, Mary (ed.) – *Byzantines and Crusaders in Non-Greek Sources, 1025-1204*. Oxford: Oxford University Press, 2007, pp. 253-282.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

DIAS, João Vicente de Medeiros Publio – “Os Ducas e a recompensa dificilmente dividida: a busca (fracassada) por poder partilhado no Governo de Aleixo I (1081-1118)”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 369-399. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

RECENSÕES

BOOK REVIEWS



Recensão / Review :

BAUDIN, Arnaud; JOSSERAND, Philippe (eds.) – *D’Orient en Occident: Les Templiers des origines à la fin du XIIe siècle: Actas du colloque international Troyes-Abbaye de Clairvaux, 3-5 novembre 2021.* [Gent]: Snoeck, 2023.

(a) Almudena Bouzón Custodio (b) Luis Manuel Ibáñez Beltrán

(a) Universidade de Santiago de Compostela, Facultade de Xeografía e Historia
Departamento de Historia da Arte
15782 Santiago de Compostela, España

almudenabouzoncustodio@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-3363-1066>

(b) Universidade de Santiago de Compostela, Facultade de Xeografía e Historia
Departamento de Historia da Arte
15782 Santiago de Compostela, España

luis.m.ibanezbeltran@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0003-4846-6144>

Data recepción do artigo / Received for publication: 24 de Abril de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8400>



Esta monografía es el resultado del *Colloque International Neuvième centenaire de l'Ordre du Temple* celebrado en la ciudad francesa de Troyes (Aube, Grand-Est), en el Centre de Congrès de l'Aube, del 3 al 5 de noviembre de 2021¹. Un evento que reunió a investigadores de instituciones académicas de siete países diferentes, quienes presentaron trabajos de diversas ramas relacionados con la fundación de la Orden del Temple y sus primeros años de existencia².

El libro comienza con la presentación de una breve biografía de los autores de los artículos que se presentan. A continuación, tras un prefacio de Philippe Pichery, presidente del consejo departamental del Aube, nos encontramos con una introducción, escrita por los directores de este volumen Arnaud Baudin y Philippe Josserand. Un prólogo en el que abordan los objetivos últimos del encuentro y de su consecuente publicación: profundizar en las incertidumbres que aún rodean los orígenes del Temple y situar las preguntas en las que trabajar hacia el futuro.

El núcleo de la obra está estructurado en cuatro bloques, el primero, *Écrire les origines de l'ordre du Temple*, está dedicado a cuestiones relacionadas con la tradición, representación e imaginario sobre los comienzos del Temple, desde sus contemporáneos hasta la actualidad. Y es que, por ejemplo, no hace falta irse al proceso de la Orden para encontrarse con uno de sus grandes detractores. Al contrario, un siglo antes debemos detenernos en la visión nada proclive del obispo Guillermo de Tiro, como hace Pierre-Vincent Claverie en *Les représentations des origines du Temple dans la chronique de Guillaume de Tyr*. Claverie exhorta a repensar la perspectiva desde la que escribe el prelado³, así como la de su antítesis, la *Historia Orientalis* de Jacques de Vitry⁴. Frente a ambos, señala, como muchos

¹ El encuentro estuvo vinculado con la *Federación Europea Ruta Templaria* (TREF). Véase: <https://www.templars-route.eu/es/>. [Consultado: 09/04/2024]

² Para más información del evento véase: <https://www.archives-aube.fr/actualites-1/les-actualites-de-lannee-2021/colloque-du-neuvieme-centenaire-de-lordre-du-temple>[Consultado: 09/04/2024].

³ HUYGENS, Robert (ed.) – *Willelmi Tyrensis archiepiscopi Chronicon*. Turnhout: Brepols, 2 vols., 1986.

⁴ DONNADIEU, Jean (ed.) – *Historia orientalis*. Turnhout: Brepols, 2008.

otros harán en esta obra, la importancia de la *Crónica de Ernoul*⁵. Más allá de algunos matices u olvidos llamativos, como la ausencia del Concilio de Nablouse en el texto de Guillermo de Tiro, las tres versiones coinciden en señalar a unos caballeros puestos bajo la obediencia del prior del Santo Sepulcro y tributarios del Hospital. Hacia 1118 pasarían a vincularse al Patriarca de Jerusalén, siendo éste el momento en que recibirían del rey un espacio junto al templo de Salomón o al templo del Señor. A partir de ahí, el autor analiza fantásticamente las finas diferencias entre un relato más “clericalizante” y los enfoques distintos de la *Estoire de Éracles* y la *Crónica de Ernoul*.

La imaginación suele ocupar el espacio dejado cuando carecemos de fuentes más o menos coetáneas. En *Hugonis de Paens Memoria. Une mémoire en images (XII^e -XXI^e siècles)*, Thierry Leroy se adentra en las imágenes del fundador de los templarios a lo largo de los siglos. Plantea cómo el desconocimiento sobre su biografía ha hecho que haya sido visto, hasta la actualidad, como personaje de cómic, de novela, héroe romántico, fundador de la francmasonería e, incluso padre de la Orden del Hospital. Frente a todo ello, el autor contrapone las dos únicas imágenes medievales conservadas del fundador templario: una miniatura de 1250 y una descripción de un busto-relicario en el que habría sido conservada y adorada su cabeza tras su muerte. Finaliza con una interesante reflexión sobre la incapacidad de los templarios para glosar su propia historia, lo que habría llevado a su fundador a permanecer entre el desconocimiento y la imaginación.

No en vano, la Edad Media continúa construyéndose hasta nuestros días. Así nos lo muestra Pierre Mollier en «*Les Templiers sont parmi nous*»: *franc-maçonnerie, imaginaire chevaleresque et légende templière*. El imaginario colectivo ha ligado la masonería al exilio templario, que huido a Escocia, habría guardado allí los saberes ocultos responsables de su proscripción. Esta ligazón, de la que tenemos testimonio desde 1740, inspiró a las logias masónicas de toda Europa, en donde el autor rastrea distintos grados de inspiración caballeresca y templaria. Para Mollier el origen de todo radica en el espíritu prerromántico del hombre del siglo de las luces, fascinado

⁵ MAS-LATRIE, Louis de (ed.) – *Chronique d’Ernoul et de Bernard le Trésorier*. Paris: Renouard, 1871.

por la ciencia, pero también por la heterodoxia y la ruptura con los poderes tradicionales. Los templarios unirían así la persecución y los conocimientos esotéricos a un componente caballeresco que, seguramente, seguía muy vivo entre las sociedades burguesas urbanas y por el que sentían una fuerte atracción.

El misterio ha sido una clave fundamental en el ocultismo atribuido a los templarios. Habitualmente las incógnitas se proyectan hacia el final de la Orden, pero lo cierto es que las mayores dudas se concentran en sus orígenes. Ahí se adentra Philippe Josserand con *Aux origines de l'ordre du Temple: histoire, écriture et historiographie*. En este repaso a las escasas fuentes que arrojan luz sobre el periodo, el autor realiza una reivindicación de la *Crónica de Ernoul* frente al nada positivo relato de Guillermo de Tiro y a la *Historia Orientalis* de Jacques de Vitry. Este tercer relato posiciona a los prototemplarios como unos caballeros que se liberan hacia 1120 de una doble tutela original, la espiritual de manos de los canónigos del Santo Sepulcro y la material del Hospital, para dedicarse a su plena vocación de defender al reino de Jerusalén. Es aquí donde el autor lanza su propia apuesta: la de unos caballeros iniciales que pretendían proteger no sólo a los peregrinos sino, sobre todo, al propio reino latino, sin renunciar para ello a su estado laico ni a su condición guerrera. Esa voluntad diferiría claramente del resultado final, mediado por una rápida clericalización con el concilio de Troyes.

Sobre este mismo asunto viene a terciar, *grosso modo*, Simonetta Cerrini en *Hugues de Payns, les «proto-Templiers» et l'incipit du Temple*. Pese a la continuidad temática, este texto supone el primer artículo del segundo bloque, llamado *Au berceau du Temple*, centrado en el contexto en que nace la Orden y en la identidad y motivaciones de varios personajes clave de estos primeros momentos. Cerrini coincide nuevamente en la importancia angular de la *Crónica de Ernoul* para entender los orígenes de la Orden aunque, a diferencia de Josserand, confía más en el carácter devoto y volcado a la protección de los peregrinos de los primeros prototemplarios. La autora organiza la infancia del Temple en tres grandes periodos:

- la caballería de Cristo, que arranca en algún momento posterior a la conquista de Jerusalén (1099) y llega al concilio de Naplouse (1120), cuando

unos caballeros laicos llegados a Tierra Santa deciden establecerse en la ciudad y entregarse al prior del Santo Sepulcro, recibiendo limosna del Hospital para su sustento material.

- La caballería del Temple, fruto de una crisis de identidad de estos caballeros, que encuentran su vocación entre lo religioso y lo militar en la defensa de los peregrinos, y que, como consecuencia de este giro de guion, se desembarazan de su inicial tutela del prior sepulcrista.
- Finalmente, los Pobres compañeros de Cristo y el Templo de Salomón, cuando el encaje de una realidad devota y militar desata una nueva crisis al pasar de proteger peregrinos a guerrear. Entra aquí en la ecuación el concilio de Troyes y la forma auspiciada por San Bernardo de Claraval para ensamblar todas las piezas.

La motivación que llevaría a estos primeros caballeros a entregarse al prior del Santo Sepulcro puede entreverse en *Il pellegrinaggio in Terrasanta fra XI^e -XII^e secolo*, Sonia Merli señala aquí la importancia de la peregrinación a Jerusalén desde los tiempos paleocristianos⁶, pero también la popularización de la práctica, particularmente en su forma expiatoria, hacia el siglo XI, extremo que alcanza igualmente a Roma y Santiago de Compostela⁷. El incendio de la Anástasis en el 966 y, sobre todo, la destrucción del Santo Sepulcro en el 1009 remueve las conciencias del cristianismo occidental, que acude en forma cada vez más numerosa al calor de la reconstrucción del templo. La conquista de Jerusalén abre, en este sentido, una nueva era en la que la pretensión largamente anhelada de peregrinar a la ciudad santa se hace más fácil. No obstante, ello no se traduce en un camino exento de peligros, particularmente en el trecho entre la costa mediterránea y la propia urbe,

⁶ La autora menciona, por ejemplo, el viaje de la monja Egeria desde el noroeste de la península Ibérica. Véase LÓPEZ PEREIRA, José Eduardo - "Egeria, primera escritora y peregrina a Tierra Santa". In GONZÁLEZ PAZ, Carlos Andrés - *Mujeres y peregrinación en la Galicia medieval*. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Instituto de Estudios Gallegos "Padre Sarmiento", 2010, pp. 39-53.

⁷ Sobre el fuerte vínculo de la peregrinación a Santiago de Compostela, netamente medieval, con Roma y Jerusalén, véase LÓPEZ ALSINA, Fernando - *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago-Universidad de Santiago de Compostela, 2013 (2^a Ed.), pp. 193-203. De hecho, en la ciudad de Santiago ya existía una iglesia dedicada al Santo Sepulcro en el año 1102, donde el obispo Diego Gelmírez decide dejar los restos de Santa Susana de Braga, tal y como recoge la *Historia Compostelana*. Véase en FLÓREZ, Henrique - *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España*. Vol. 20. Madrid: Imprenta de la viuda de Eliseo Sanchez, 1765, pp. 41-42.

donde la inseguridad es una queja constante en los relatos de peregrinos. Es aquí donde cabe imaginar la necesidad vista por esos primeros caballeros que decidieron someterse al prior sepulcrista. En este sentido, esta relación (y consecuentemente la justificación del texto en esta parte del libro), queda en manos del lector, pues sorprendentemente ni la autora ni los editores acaban nunca de explicitarla con claridad.

Continúa el bloque Arnaud Baudin con *Hugues de Blois et l'Orient: du comté de Troyes à l'ordre du Temple*. El autor realiza una detallada biografía del noble francés y de su progresivo interés por los prototemplarios. El autor sitúa las primeras inquietudes espirituales del conde tras su peregrinación a Tierra Santa en 1114, donde entraría en contacto con la “caballería evangélica de Dios” según las palabras que le dedica Yves de Chartres en una misiva. Desalentado por este mismo de abandonar a su esposa, lo hará finalmente en la década siguiente, cuando San Bernardo se lamenta de haberlo perdido para el Císter. El descubrimiento hacia 1123 de que su único hijo no era en realidad suyo, habría sido el elemento desencadenante para que el conde entregara sus estados a su sobrino y partiera a Tierra Santa. El autor cuestiona esta idea (al menos en la forma casi literaria en que se nos ha transmitido), que juzga claramente interesada para asegurar la legitimidad del sobrino, y en su lugar presenta una serie de hipótesis sobre los motivos últimos que habrían animado al cambio de vida de Hugo de Blois. En nuestra opinión, este último esfuerzo es, en ocasiones, innecesariamente complicado, buscando siempre unos intereses ocultos y complejos mientras no se valora el más básico y obvio: la vocación religiosa del conde, que solo consigue llevar adelante una vez desembarazado de las cargas familiares y dinásticas.

La temática nobiliaria se proyecta al siguiente trabajo, realizado por Bruno Lemesle bajo el título *Foulques V, de l'Occident à l'Orient: les réseaux du comte d'Anjou*, centrado en el conde Fulco de Anjou, rey de Jerusalén por su matrimonio con la reina Melisenda. El autor se cuestiona la imagen tradicional, recogida por Guillermo de Tiro u Orderic Vital, según la cual el conde habría llegado a Tierra Santa rodeado de un gran número de nobles franceses. Su principal conclusión, dejando de lado las fuentes cronísticas y mucho más apegado a las documentales, es que si bien Fulco

era capaz de arrastrar multitudes en su oscilante política entre las coronas inglesa y francesa (caso, por ejemplo, del sitio de Alençon, 1118-1119) muy pocos de estos nobles le siguieron en realidad en su aventura oriental. Antes bien, solo un nombre sobresale de verdad: el del señor de Amboise, Hugo. De su relación con el Temple destaca su temprana toma de contacto, durante su peregrinación a la ciudad santa en 1120 (nueve años antes de su matrimonio con Melisenda), y su decisión de hacerse tributario del mismo, entregando 30 libras angevinas anuales a la protoorden.

La contradicción de la Orden entre lo guerrero y lo religioso vuelve a ser recogida por Annie Noblesse-Rocher a propósito de la figura de San Bernardo en *Bernard de Clairvaux et l'ordre du Temple*. La autora realiza en lo sustantivo un balance historiográfico sobre el santo cisterciense, su relación con los templarios y su intención última en la escritura de *De laude novae militiae*. Repasa de este modo lo que califica de historiografía confesional, destacando por un lado a Cousin, que enfatizaba las dudas de conciencia de Bernardo sobre los frailes-guerreros, y De Valous, que percibía un mayor peso de lo benedictino en la regla, en claro detrimento de la aportación genuina de Bernardo. Frente a ellos, presenta la autora las grandes aportaciones de las últimas décadas: Demurger, Flori y Cerrini. Coinciden sustantivamente en la desconfianza original del de Claraval, que precisó hasta tres visitas de Hugo de Payns para cambiar de posición, y en su capacidad para encontrar una solución original a los problemas de encaje del Temple en la Iglesia, intentando finalmente redirigir la caballería desde los fines más mundanos a otros más píos, ofreciendo así un modelo de santidad para los laicos. No obstante, la preferencia de San Bernardo siempre sería el mundo plenamente monacal, y así, para Noblesse-Rocher, la redacción de *De Laude* sería una peregrinación mental a los lugares santos, una oportunidad para la contemplación y meditación para los caballeros devenidos en monjes en Cîteaux.

De los momentos más iniciales, Florian Besson nos lleva a la que pudo ser una crisis mortal para los templarios en 1172 en *Les Templiers et la ruine du royaume de Jérusalem: une fable politique de Guillaume de Tyr*. Se hace eco aquí de un “acontecimiento detestable” apenas recogido por el cronista arzobispo de Tiro: un

emisario del pueblo nizarí arriba ante el rey de Jerusalén, Amalarico I, con una oferta extraordinaria, la conversión de 70.000 almas al cristianismo (y la consecuente entrada en obediencia a la corona jerosolimitana) con apenas una exigencia, que los templarios les entreguen las 2.000 monedas de oro que, a modo de tributo, este pueblo estaría pagándoles anualmente. El monarca suscribe el acuerdo, pero los templarios deciden no observarlo y asesinan al emisario en su regreso a su pueblo. El sentimiento de traición por parte de Amalarico sería tan grande que estaría dispuesto a combatir hasta la extinción a la Orden, iniciativa apenas frenada por su pronta enfermedad y muerte. El autor llama durante este trabajo a la prudencia al tomar por válido un relato exclusivamente recogido por un detractor declarado de la Orden del Temple como era Guillermo de Tiro, aunque sin negar la posible veracidad de las partes sustantivas del mismo. Con todo, en su opinión, la alusión a elementos como la *ira regis*, la medida y justicia regia, o el concepto mismo de majestad, hacen de esta narración una fábula para la educación del príncipe, en la que los templarios han asumido el papel antagonista como consecuencia de la poca simpatía que su autor les profesaba.

Finalmente, Marie-Adélaïde Nielen se adentra en los sellos de la nobleza de los reinos orientales en *Le baronnage de Terre sainte au miroir de ses sceaux*. Su objetivo es mostrar el desarrollo de elementos de representación entre lo occidental y lo bizantino entre los grandes barones orientales, particularmente a través de los sellos. Repara la autora en la temprana iniciativa del rey Balduino, que empieza a sellar en 1106 (o 1115 como muy tarde), extendiendo rápidamente la práctica entre la nobleza. El monarca fija igualmente un modelo para sus barones, graba en el reverso de su sello una imagen idealizada pero reconocible de su ciudad, Jerusalén. Nielen repasa así los sellos nobiliarios conservados, descubriendo la práctica común de situar en el anverso un caballero y en el reverso una imagen de su ciudad bastión. Las excepciones son apenas Antioquía (San Pedro y San Pablo), Galilea (San Pedro y San Andrés), y dos sellos femeninos, en los que la representación de la urbe sustituye a la de la propia dama. Pese a su indudable interés, la justificación de este artículo en esta obra y en este bloque no queda demasiado clara, y ni la autora ni los editores parecen intentar arreglarlo.

Ya en el tercer apartado, *Un nouvel ordre de l'Église latine*, los estudios se centran en la primera etapa del Temple, una compleja adolescencia en la que la Orden se estableció como institución, consiguió la aprobación papal y se expandió a Occidente. Este bloque lo abre el artículo de Wolf Zöllner, *The Other Augustinian Consortium. The Templars and the Smaller Communities of Regular Canons of the Crusader States*. El autor analiza el entorno en el que surgen los templarios y su relación con las comunidades regulares agustinas del oriente latino durante estas primeras décadas de su existencia, particularmente a través de la primera regla que toma la Orden: la propia de San Agustín. Para Zöllner esta primera normativa dejó huella en la posterior regla y en los *retrais* del Temple. Nos parece particularmente destacable de este estudio el conocimiento del autor sobre los fondos conservados en los Archivos Departamentales del Aube, donde se conservan un volumen generoso de donaciones de la nobleza medieval del entorno a una pléyade de monasterios en Tierra Santa. Continuando la exhortación que realiza Philippe Josserand en su propio artículo a continuar descubriendo las potencialidades de los archivos en Occidente, creemos que esta comprensión global de la Orden del Temple, aterrizada sobre la documentación más local, es una de las grandes vías que abre este volumen.

Avanza la obra con el trabajo de Florent Cygler, *Au regard du Temple: la notion d'«ordre» et ses mutations au XII^e siècle*, que profundiza en el significado del término “ordo” durante el período de nacimiento de los templarios. Un concepto que manifestaba una forma de vida religiosa y que prácticamente era sinónimo de disciplina o incluso de una regla. En el siglo XII, la noción se amplifica, pues también pasa a denominar una nueva forma de organización dentro de la Iglesia, abarcando todas las comunidades donde se seguía este modelo de vida. El uso de la palabra “ordo” con este significado no aparece en la documentación hasta las décadas finales de la decimotercera centuria, momento en el que la orden religiosa se había convertido en una de las principales formas de organización dentro de la Iglesia. En una segunda parte del estudio, el autor analiza el uso de este término en las fuentes escritas del Temple y su grado de institucionalización en el siglo XII.

Este último tema continúa siendo analizado en el siguiente artículo *Processes of Institutionalisation in the Order of the Temple*, escrito por Jochen Schenk, quien nos desgana los distintos elementos de los que se dota progresivamente la organización interna de la nueva Orden en su camino a la madurez institucional: el capítulo general, las visitaciones y la legislación, compuesta por la regla y los *retrais*. Por lo demás, Schenk pone particular énfasis en dos puntos de interés: alfabetización, donde plantea la posibilidad de una transmisión oral del conocimiento institucional generalmente obtenido mediante documentos normativos y oficiales; y la comunicación simbólica, el uso y exhibición de signos y símbolos propios del Temple y cuyo empleo se encontraba estrictamente regulado. En un caso y otro el autor deja la puerta abierta a futuros análisis, particularmente en la utilización de lo simbólico como mecanismo de institucionalización de todas las órdenes militares.

Los siguientes dos estudios analizan diferentes referencias documentales sobre los templarios. El primer trabajo es el de Helen Nicholson, *The Reception of the ordo novus of the Temple, 1120-1150*, en donde se nos presenta un análisis de las fuentes escritas antes del año 1150 sobre los primeros templarios, con el objetivo de determinar cómo fue recibida la Orden por sus contemporáneos. Tras un pequeño apartado dedicado a las exiguas noticias sobre nuestros caballeros en la documentación musulmana, el artículo se centra en las primeras reacciones de los propios cristianos. La elite eclesiástica acogió con agrado a la nueva institución, pero entendiendo su función de forma desigual, para un sector tenía mayor preeminencia su papel de monjes, y para el otro el de caballeros. También hubo críticas negativas, que cuestionaban su vocación religiosa y estilo de vida, aunque la autora no profundiza en estas referencias. La reacción de la nobleza laica fue igualmente positiva, lo que se traduciría en un generoso volumen de donaciones en favor de la Orden. En esta parte, Nicholson nos presenta un interesante planteamiento sobre el momento en que el Temple se habría hecho conocido en Europa Occidental, y, sobre todo, en el reino de Francia.

Continúa con esta cuestión el trabajo de Marie-Anna Chevalier, *Regards croisés de chrétiens non latins sur les Templiers en Méditerranée orientale*. En este caso las referencias documentales pertenecen a cristianos de diferentes denominaciones,

como los armenios, siriacos, maronitas, o griegos. Los miembros de las iglesias orientales escriben sobre el Temple por diversas razones, como dar testimonio, reconocimiento o expresar su desconfianza hacia la nueva Orden. El estudio está organizado en cuatro partes, en la primera nos presenta las noticias y visiones positivas sobre esta institución, en el siguiente se analizan las alusiones desfavorables a la misma, en el tercero se trata la visión más negativa y crítica de la Orden, y en el último se realiza una comparativa entre las referencias dedicadas al Temple y a las otras órdenes militares. Chevalier llama a la prudencia en torno a la opinión expresada por los autores de estos textos, señalando que ésta depende en muchas ocasiones del poder político y militar que los templarios tuviesen en su zona de procedencia o residencia, lo que hace que estemos ante referencias subjetivas.

El capítulo finaliza con artículos centrados en la presencia territorial de la Orden del Temple en Occidente. Comienza esta senda el trabajo de Karl Borchardt, *The Templars in Central Europe during the Twelfth Century*, focalizándose en un territorio con una limitada implantación templaria: Centroeuropa. Esta escasa presencia se relacionaría con los cismas papales y con la barrera idiomática entre el habla germana y el lenguaje romance empleado por la mayoría de los templarios. El autor menciona los bienes de la Orden en Lorena, Brabante, Baviera y Sajonia, puntualizando cuando es necesario las distintas coyunturas políticas que les afectaron y con las que tuvieron que enfrentarse. Más al norte, Borchardt valora una posible incursión templaria en busca de limosnas para sus empresas, pero reconoce que, por verosímil que esta opción resulte, carece por ahora de evidencias escritas. Proseguimos con los lugares más alejados de Tierra Santa, Luís Filipe de Oliveira nos lleva a la península Ibérica con su trabajo *L'ordre du Temple au Portugal (XII^e-XIII^e siècles)*, en el que analiza la presencia de los templarios en el reino luso. Pese a una muy temprana llegada al reino (1128), su implantación no cobró importancia hasta mediados del siglo XII, cuando constituyen las primeras encomiendas, y la designación de un dignatario superior asociado a este territorio cobra cierta fluidez. Oliveira analiza la nomenclatura con la que solían ser designados estos dirigentes –maestre o procurador– indicando que para el Temple, en su opinión, el término más correcto era el de procurador. Las últimas páginas de este estudio se centran en el interesante análisis de la presencia de templarios de origen extranjero en el

gobierno de las distintas entidades organizativas portuguesas. El autor juzga que el concurso de caballeros externos al reino luso demuestra que no estamos ante una estructura autónoma, sino frente a una institución más amplia, con un carácter internacional y dirigida desde Jerusalén.

Los estudios del cuarto y último apartado, *Traces matérielles de la présence templière*, giran en torno a los vestigios que, procedentes de las primeras décadas de la Orden, se han conservado en Oriente y en Occidente. El primer artículo es de Jean Mesqui, *Les fortifications de l'ordre du Temple au XII^e siècle: état des connaissances*, cuyo tema central son las fortificaciones templarias de la decimosegunda centuria, realizando una cierta comparativa entre los dos espacios de frontera con el islam, Tierra Santa y la península Ibérica. Así, el autor relaciona una serie de bastiones en Oriente Medio, diferenciando entre los construidos por los templarios y los remodelados en base a una fábrica previa, y seguidamente realiza lo mismo en el mundo ibérico, pero centrándose exclusivamente en la corona de Aragón y el reino de Portugal. El estudio finaliza con una pequeña comparativa entre las fortificaciones mencionadas, y con unas conclusiones en las que Mesqui se centra en el exiguuo conocimiento que hay sobre la vida cotidiana en estas construcciones y sus dependencias anejas. Por nuestra parte, creemos poco justificado y, sobre todo, contrario a los intereses de este artículo, la omisión de las fortificaciones de los reinos de León y Castilla. Somos conscientes de que en la referida zona peninsular los vestigios materiales de estas edificaciones son nimios en comparación con los otros territorios mencionados, sin embargo, creemos que habría sido correcto una pequeña alusión a los castillos que eran propiedad de la Orden militar en el siglo XII, destacando aquellos en los que aún se conserven restos frente a los desaparecidos⁸. Los siguientes dos trabajos retornan a Tierra Santa. Por un lado, François Gilet en *La Tour de Détroit et les débuts de l'ordre du Temple*, nos introduce en los restos de esta torre y la información que ella aporta sobre el estilo de vida de los que podríamos llamar prototemplarios. Este lugar está íntimamente ligado a los

⁸ En el artículo de FUGUET SANS, Joan – “La historiografía sobre arquitectura templaria en la Península Ibérica”. *Anuario de Estudios Medievales* 37:1 (en.-jun. 2007), pp. 367-386, ya se destaca el hecho del desigual estudio entre las edificaciones templarias conservadas en los reinos de Castilla y León, frente a los diversos trabajos sobre los inmuebles de la Orden en la corona de Aragón y el reino de Portugal.

orígenes mismos de la Orden, pues el rey Balduino II habría solicitado, sobre el año 1114, a Hugo de Payns y sus compañeros la protección de los peregrinos que habían de cruzar el peligroso paso de Atlit en su último tramo hacia Jerusalén. Estos caballeros se habrían establecido en la zona construyendo la Torre de Détroit, albergue de su función protectora y de su vida religiosa, fuere ésta a la sazón la que fuere. La posterior llamada del monarca a acudir a Jerusalén iniciaría el proceso de fundación de la nueva Orden, que combinaría precisamente el ámbito religioso y militar. Este estudio nos ha parecido muy interesante pues probablemente esta experiencia en la Torre de Détroit fue clave en el encuentro de un equilibrio entre sus dos mundos de acción, así como una práctica para esbozar la organización de sus distintas entidades administrativas tanto en Europa como en los Tierra Santa.

Siguiendo esta línea, Vardit R. Shotten-Hallel presenta su estudio *Le site archéologique de Château-Pèlerin*, que trata sobre una fortificación muy próxima a la Torre de Détroit y que se cuenta entre las más destacadas del Temple en Tierra Santa: el *Château-Pèlerin*, propiedad de la Orden desde las primeras décadas del siglo XIII. En primer lugar, Shotten-Hallel realiza un balance historiográfico sobre las excavaciones arqueológicas realizadas en este bastión en los años 1920, 1930-1934 y la década de los 60. Estos trabajos se centraron en la limpieza, en la expropiación y desalojo de las personas que residían en las ruinas de la otrora edificación militar, y en ciertas reparaciones para su conservación. En una segunda parte del artículo, realiza un análisis de los distintos sistemas de defensa de la fortificación, centrándose sobre todo en la parte denominada la “muralla de las dos torres”. Tras la creación del estado de Israel, en la zona en la que se localiza el castillo se estableció una base militar naval, por lo que éste se encuentra cerrado al público. Este último bloque temático finaliza con el artículo de Vincent Marchaisseau, Cédric Moulis, Cédric Roms y Pierre Testard, *Entre fondation et construction: essai de chronologie sur quelques commanderies du quart nord-est de la France*, que se centra de manera específica en el estudio de una serie de encomiendas situadas en la zona de las regiones de Champagne y Lorraine. Todas ellas conservan restos de las construcciones erigidas por los templarios en el siglo XII y comienzos del XIII o, al menos, existen razones fundadas para pensar que lo harían. El análisis conjunto de las diferentes encomiendas permite a los autores comparar sus particularidades y,

sobre todo, sus elementos comunes, particularmente la capilla, el edificio principal y un cillero o una bodega, junto a otros edificios menores, propios de la vida cotidiana y que, en general, no han llegado hasta la actualidad. En este balance, se destaca la discrepancia temporal de 30-50 años entre las primeras referencias documentales sobre estas encomiendas y la realidad material de los edificios conservados, donde los autores ahondan en las distintas posibilidades de este hecho y presentan comparativas con otras órdenes religiosas.

La monografía se cierra con las conclusiones de Julien Thery, *Conclusion. Des origines au procès d'État: mystique nobiliaire des Lieux saints et vicariat christique*, quién lejos de un simple resumen, realiza una evaluación de las principales líneas presentadas e incide en algunos caminos que, a su juicio, se abren para la investigación en este ámbito. Thery alaba la variedad de cuestiones y enfoques a lo largo del volumen, y hace algunas reflexiones de los temas tratados, particularmente sobre el momento del nacimiento de la Orden del Temple y el contexto social, religioso y eclesiástico que lo propicia. Retoma con particular interés las etapas fundacionales de la institución y el debate sobre el peso de lo caballeresco y lo religioso en su primera infancia. El autor se felicita igualmente por el rigor en el tratamiento de una temática a menudo muy popular, pero no siempre bien tratada, particularmente en las realidades del mundo académico actual y en la necesidad perenne de publicar y conseguir un gran impacto en cada uno de los trabajos. Opina igualmente, que ante los investigadores de las Órdenes Militares se abre ahora un momento de gran vitalidad que permitirá arrullar una auténtica cornucopia de trabajos de calidad. Finalmente, Thery señala la necesidad de seguir colmatando nichos de estudio que hasta el momento han sido descuidados por la historiografía. Cita entre estos últimos los efectos que tuvo entre la nobleza, en Francia en particular, las acusaciones y el juicio contra los templarios. Se dedica así, por el final en este libro de principios, a animar a los investigadores a recorrer las sendas inexploradas y a evitar la fragmentación de los estudios entre comienzo y final. Así se suma a una llamada general en todo el volumen: la de repensar las ideas preconcebidas o asentadas, visitar las crónicas y los archivos, integrar la arqueología y, sobre todo, continuar trabajando en una perspectiva totalizadora.

En conjunto, consideramos que la obra consigue su objetivo: estudiar los orígenes de la Orden del Temple desde distintos puntos de vista y analizar el contexto histórico en el que tuvo lugar su fundación, para así comprender las diversas circunstancias que propiciaron su constitución. El trágico final del Temple no debería opacar el hecho de que la Orden fue la primera institución militar dentro de la Iglesia, y que su nacimiento y su razón de ser surgieron de una coyuntura específica que la explica, sin que ello sea óbice para que, quizás, la aparición de un personaje capaz de ejercer el liderazgo preciso, fuera un elemento catalizador de su nacimiento.

Referências bibliográficas

Fontes impressas

DONNADIEU, Jean (ed.) – *Historia orientalis*. Turnhout: Brepols, 2008.

HUYGENS, Robert (ed.) – *Willelmi Tyrensis archiepiscopi Chronicon*. Turnhout: Brepols, 2 vols., 1986.

MAS-LATRIE, Louis de (ed.) – *Chronique d'Ernoult et de Bernard le Trésorier*. Paris: Renouard, 1871.

Estudos

FLÓREZ, Henrique – *España Sagrada. Theatro Geographico-Historico de la Iglesia de España*. Vol. 20. Madrid: Imprenta de la viuda de Eliseo Sanchez, 1765.

FUGUET SANS, Joan – “La historiografía sobre arquitectura templaria en la Península Ibérica”. *Anuario de Estudios Medievales* 37:1 (en.-jun. 2007), pp. 367-386.

LÓPEZ ALSINA, Fernando – *La ciudad de Santiago de Compostela en la Alta Edad Media*. 2ª ed. Santiago de Compostela: Consorcio de Santiago-Universidade de Santiago de Compostela, 2013.

LÓPEZ PEREIRA, José Eduardo – “Egeria, primera escritora y peregrina a Tierra Santa”. In GONZÁLEZ PAZ, Carlos Andrés – *Mujeres y peregrinación en la Galicia medieval*. Santiago de Compostela: Consejo Superior de Investigaciones Científicas - Instituto de Estudios Gallegos "Padre Sarmiento", 2010.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

BOUZÓN CUSTODIO, Almudena & IBÁÑEZ BELTRÁN, Luis Manuel – “BAUDIN, Arnaud; JOSSERAND, Philippe (eds.) – *D’Orient en Occident: Les Templiers des origines à la fin du XIIe siècle: Actas du colloque international Troyes-Abbaye de Clairvaux, 3-5 novembre 2021*. [Gent]: Snoeck, 2023”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 403-418. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Recensão / Review:

HAWKE, Ethan – *Rules for a Knight. The Last Letter of Sir Thomas Lemuel Hawke.* [London:] Penguin Books, 2015

Miguel Alarcão

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Centre for
English, Translation and Anglo-Portuguese Studies
1069-061 Lisboa, Portugal

miguel.alarcao@fcsb.unl.pt
<https://orcid.org/0000-0002-0831-1941>

Data recepção do artigo / Received for publication: 5 de Fevereiro de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8412>



Aos Doutores Maria João Branco, João Luís Fontes
e Tiago Viúla de Faria (NOVA FCSH/IEM)

Esta recensão, inspirada pela homofonia com uma das canções mais icónicas da banda britânica “The Moody Blues” (1967)¹, tem por objecto uma obra de Ethan Hawke, *Rules for a Knight. The Last Letter of Sir Thomas Lemuel Hawke*, originalmente publicada em 2015².

Nascido em 1970, Ethan Hawke é, além de autor, um conhecido actor, director e produtor norte-americano, tendo merecido quatro nomeações para os Óscares da Academia de Hollywood, entre outras distinções, e figurando em dezenas de filmes e séries televisivas desde a década de 1980, incluindo o emblemático *Dead Poets Society* (1989). Hawke foi também o primeiro marido (1998-2005) da actriz Uma Thurman (n.1970) e, curiosamente, a obra em apreço é ilustrada pela sua segunda mulher, Ryan, numa materialização, por assim dizer, da própria complementaridade ‘conjugal’ entre a palavra e a imagem, tão profundamente característica da cultura, civilização e literacia medievais.

Antecedendo a apresentação de *Rules for a Knight*, cremos ser relevante reflectir, ainda que rapidamente, sobre o(s) sentido(s) do termo “medievalismo”, desde logo pela natureza e pelo âmbito da presente publicação. Um desses sentidos – porventura mesmo o principal – passa pela investigação e reflexão críticas e

¹ THE MOODY BLUES – “Nights in White Satin”. *YouTube*. TheMoodyBluesVEVO. 14 de Junho de 2018. [Consultado a 5 Fevereiro 2024]. Disponível em <https://www.bing.com/videos/riverview/relatedvideo?q=the+moody+blues+nights+in+white+satin&&mid=C65957314F50952E1901C65957314F50952E1901&&FORM=VRDGAR> (4:29).

² HAWKE, Ethan – *Rules for a Knight. The Last Letter of Sir Thomas Lemuel Hawke*. [London:] Penguin Books, 2015.

especializadas sobre o longo período medieval no quadro das diferentes ciências sociais e humanas (históricas, arqueológicas, literárias, linguísticas, artísticas, filosóficas, antropológicas...) e dos seus respectivos métodos, abordagens e objectivos. Contudo, há também que reconhecer que, na esteira da ‘demanda’ romântica pelas origens ou raízes identitário-culturais das nações e dos povos, uma Idade Média não raro retrospectivamente idealizada e objecto de revivalismos e nostalgias surge, a partir sobretudo do século XIX, como um referente e um ponto de ancoragem estéticos, simbólicos e ideológicos, podendo mesmo perfilar-se como uma norma ou forma de vida e assumir iniludíveis dimensões e contornos éticos, morais e comportamentais.

No caso britânico – aquele que nos interessa particularmente –, mercê da acção e dos escritos, entre outros, de Thomas Carlyle (1795-1881), A. W. N. Pugin (1812-1852), John Ruskin (1819-1900) e William Morris (1834-1896), as conceptualizações e representações oitocentistas do período medieval surgem frequentemente como um contraponto positivo de realidades sociais e laborais decorrentes da industrialização; das migrações internas do(s) campo(s) para a(s) cidade(s), dando origem às primeiras grandes metrópoles da era moderna e a problemas urbanísticos e ambientais que continuam connosco; da conseqüente massificação, despersonalização e alienação das populações citadinas; do crescimento do agnosticismo, do ateísmo, do materialismo, do utilitarismo e do individualismo; da evolução arquitectónica e artística; do capitalismo e da mecanização da produção comercial, etc.

Finalmente, no campo ficcional, artístico e lúdico da(s) cultura(s) popular(es) de massas e independentemente de meios e plataformas, personagens, acontecimentos e ambiências, mais ou menos mi(s)tificados, de cariz ou aparência ‘medieval’ têm servido de ponte e pretexto para cruzamentos e sincretismos de (sub)géneros como o terror, o gótico, o fantástico, o maravilhoso, a ficção científica, etc³. Por sua vez, as

³ Consultem-se, por exemplo, PUGH, Tison; WEISL, Angela Jane – *Medievalisms. Making the Past in the Present*. London and New York: Routledge, 2013; MARSHALL, David E. (ed.) – *Mass Market Medieval. Essays on the Middle Ages in Popular Culture*. Jefferson, North Carolina, and London: McFarland & Co. Inc., Publishers, 2007; e STURTEVANT, Paul B. – *The Middle Ages in Popular Imagination. Memory, Film and Medievalism*. London/New York/Oxford/New Delhi/Sydney: Bloomsbury Academic, 2019 (I. B. Tauris & Co., 2018).

delicadas (porqu)e complexas relações epistemológicas entre os estudos medievais e os estudos medievalistas são abordadas, entre outros, por David Matthews e Louise D’Arcens nas respectivas introduções⁴.

A exploração alargada de todos estes pontos não é, evidentemente, compaginável com uma simples recensão, razão pela qual começaremos por sublinhar apenas o jogo de máscaras e papéis entre autor e editor, patente na invenção de uma (pseudo) fonte histórica. Assim, na nota *editorial* (e não *autoral*) de abertura, assinada pelo próprio Ethan Hawke, pode ler-se:

“This letter was discovered in the early 1970s in the basement of our family farm [...], following my great-grandmother’s funeral. How it came to be there and its authenticity have been sources of much inconclusive debate. Our family does, however, lay claim to a direct lineage to the noble Hawkes of Cornwall, and Sir Thomas Lemuel Hawke was [...] killed at the Battle of Slaughter Bridge in the winter of 1483. [...] The Hawkes were originally Hawkers and worked with hawks, falcons, and other birds. We are a family with a long history of ornithology”⁵.

Além da relação homofónica entre Hawke e *hawk*, remissível de imediato para a arte da falcoaria medieval, a referência a uma batalha – imaginária – de 1483, bem como ao Conde de Warwick⁶, evoca o contexto da chamada “Guerra das Rosas” (1455-1485, na datação convencional), não excluindo figuras e factos históricos quatrocentistas anteriores, como Henry V (1413-1422) e Agincourt (1415)⁷, para além da referência genérica a “[...] the tremendous amount of political upheaval in England [...]”⁸.

⁴ MATTHEWS, David – *Medievalism. A Critical History*. Cambridge: D. S. Brewer, 2015, pp. 1-10 e D’ARCENS, Louise (ed.) – *The Cambridge Companion to Medievalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016, pp. 1-13.

⁵ HAWKE – *Rules for a Knight*, pp. 3-4.

⁶ HAWKE – *Rules for a Knight*, pp. 45-46. Trata-se de Richard Neville (1428-1471), cognominado *the Kingmaker*, pelo seu protagonismo na entronização e deposição de Henry VI (1422-1461 e 1470-1471) e Edward IV (1461-1470 e 1471-1483).

⁷ Nomeados em HAWKE – *Rules for a Knight*, p. 8 e p. 145.

⁸ HAWKE – *Rules for a Knight*, pp. 75-76.

O tempo diegético é a véspera da própria batalha e o pressentimento – ou a iminência – da morte justifica que *Sir Thomas*, o narrador, se dirija epistolarmente aos seus quatro filhos (Mary-Rose, Lemuel, Cvenild e Idamay, todos eles de tenra idade), procurando transmitir-lhes, em guisa de testamento e despedida, as lições e os ensinamentos recebidos, enquanto jovem escudeiro e já após armado cavaleiro, do seu próprio avô⁹. Neste contexto, não resistimos a evocar a abertura, ortograficamente adaptada para o efeito, da canção dos “The Moody Blues”:

“[K]nights in white satin,
never reaching the end.
Letters I’ve written,
never meaning to send.
(...)
Cause I love you,
Yes, I love you
Oh, how I love you oh”¹⁰

Em entrevista concedida a Eric Lach, jornalista de *The New Yorker*, Ethan Hawke revela: “‘I’ve just always loved the idea of knighthood.’ [...] It makes being a good person cool. Or, aspiring to be a good person cool”¹¹. O mesmo Lach descreve a obra, imediatamente a seguir, como “[...] a hybrid parenting guide and self-help book, on horseback.” No final, distribuídos por diferentes esferas de actividade, da religião à política, da música à literatura e ao desporto, são mencionadas algumas dezenas de ‘cavaleiros’, muitos dos quais personalidades contemporâneas¹², pois, como se lê no introito ao penúltimo capítulo (“Love”), “The magnificent knights and ladies of this

⁹ “A dark wind murmurs secrets into my ear as I write to you this evening. Perhaps this whisper is only the deceitful voice of fear, but [...] I am afraid I will never see you again.

[...]

If I return safely home from tomorrow’s battle, all the better; but should I not, [...] turn to these pages whenever you might look for my voice in guidance. I do not want you children to use my untimely death, or any setback that life may deliver, as an excuse not to take [...] responsibility for yourselves.” (HAWKE, Ethan – *Rules for a Knight*, pp. 5-6)

¹⁰ THE MOODY BLUES – “Nights in White Satin”. *YouTube*.

¹¹ LACH, Eric – “Ethan Hawke explains his thing for knights”. *The New Yorker*, November 9, 2015 [Consultado a 5 Fevereiro 2024]. Disponível em <https://www.newyorker.com/culture/culture-desk/ethan-hawke-explains-his-thing-for-knights>.

¹² Citemos apenas, a título de exemplo, os Padres do Deserto, Victor Hugo, Martin Luther King Jr., Nelson Mandela, Madre Teresa de Calcutá e Simone Weil.

world have been great leaders and warriors, but also healers. They fight with love, lead with love, and heal with love”¹³.

Do ponto de vista de uma tipologia ou gen(ea)ologia textual, *Rules for a Knight* cruza convenções e registos discursivos da parábola, da alegoria e do exemplo (*exemplum*), sendo cada uma das vinte regras que compõem a (e correspondem à) estrutura capitular da obra¹⁴ apresentada de forma aforística, associada a uma ave e desenvolvida através da evocação de episódios e/ou de diálogos entre o narrador, enquanto jovem, e o seu sábio avô. Em nossa opinião, a norma mais significativa será talvez a segunda – “Never announce that you are a knight; simply behave as one.”¹⁵ –, mas, mais extensas ou mais breves, todas elas consubstanciam, com sabedoria, profundidade e beleza¹⁶, uma tradição gnómica bem patente na literatura inglesa desde o período anglo-saxónico.

Rules for a Knight justifica e mereceria uma articulação específica não só com os tratados e manuais de conduta medievais¹⁷ e renascentistas¹⁸, mas também com obras como *The Broad Stone of Honour*¹⁹, de Kenelm Henry Digby (1797 ou 1800, consoante as fontes-1880), entre outras mencionadas por Mark Girouard²⁰. Transcrevemos, a este propósito, palavras de Digby citadas no capítulo que Girouard lhe dedica:

¹³ HAWKE, Ethan – *Rules for a Knight*, p. 130.

¹⁴ Em tradução aproximada, Solidão; Humildade/Modéstia; Gratidão; Orgulho; Cooperação; Amizade; Perdão; Honestidade/Honradez; Coragem; Bondade; Paciência; Justiça; Generosidade; Disciplina; Dedicção; Fala; Fé; Igualdade/Equidade; Amor; Morte.

¹⁵ HAWKE, Ethan – *Rules for a Knight*, p. 17.

¹⁶ Logo na apresentação da primeira regra (Solidão), pode ler-se: “In silence, we can sense eternity sleeping inside us.” (HAWKE, Ethan – *Rules for a Knight*, p. 13)

¹⁷ Cf., por exemplo, o *Livro da Ordem de Cavalaria* (c.1274-1276), de Ramon Llull (c.1232-1315 ou 1316), ou *A Knight's Own Book of Chivalry* (1350 ou 1351), de Geoffroi de Charny, nascido algures entre 1300 e 1306, porta-estandarte real de França e falecido na batalha anglo-francesa de Poitiers (1356).

¹⁸ Cf. *Il Libro del Cortegiano* (1528), de Baldassare Castiglione (1478-1529).

¹⁹ A edição original, publicada anonimamente, tinha por título *The Broad Stone of Honour, or Rules for the Gentlemen of England* (1822). Esta obra foi posteriormente dividida e publicada em quatro volumes, sob o título de *The Broad Stone of Honour: Or, the True Sense and Practice of Chivalry* (1828-1829 e 1844-1848).

²⁰ GIROUARD, Mark – *The Return to Camelot. Chivalry and the English Gentleman*. New Haven and London: Yale University Press, 1981.

“Chivalry is only a name for that general spirit or state of mind which disposes men to heroic and generous actions, and keeps them conversant with all that is beautiful and sublime in the intellectual and moral world. [...] this spirit more generally prevails in youth than in the later periods of men’s lives; and, as the heroic is always the earliest age in the history of nations, so youth, the first period of human life, may be considered as the heroic or chivalrous age of each separate man”²¹.

Esta ênfase na juventude marca igualmente as palavras do autor trecentista Geoffroi de Charny:

“[...] there are some whom everyone should consider to be wise. It is those who, *from their youth*, strive diligently to learn what is best to do, to distinguish good from evil, and to know what is reasonable to do; and because they recognize what course of action would be against reason, they endeavor to behave loyally, confidently, and according to what is right”²².

A dimensão e a intemporalidade – ou mesmo transtemporalidade – do ideal da cavalaria, das mensagens e dos códigos adjacentes e, em suma, da formação ético-moral do cavaleiro, incluindo as sobrevivências, os investimentos e as codificações caval(h)eirescas do século XIX²³ e contemporâneas²⁴, são temáticas vastíssimas (e,

²¹ GIROUARD, Mark – *The Return to Camelot*, p. 62.

²² CHARNY, Geoffroi de – *A Knight’s Own Book of Chivalry*, p. 81.

²³ “A obra em questão [*The Broad Stone of Honour*] foi efectivamente lida por uma boa parte da ‘élite’ intelectual da década de 1820, tendo tido uma grande influência na recuperação do ideal de cavalaria entre os jovens no século XIX. Nas chamadas escolas públicas (“public schools”), o tipo de educação e a disciplina têm a marca [...] de Digby, não só na afirmação de [...] valores como a generosidade, a honra, a lealdade, a franqueza, as boas maneiras, a modéstia, a cortesia para com as senhoras, a crença em Deus, como a grande importância atribuída à preparação física [...] através do desporto como exercício de aprendizagem de um comportamento cívico.” (RAPOSO, Mário – “Cavaleiro/cavalheiro – a demanda da perfeição”. *Anglo-Saxónica. Revista do Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa*, série II, 10-11 (1999), pp. 257-270).

²⁴ O quarto e último capítulo de CLINCHAMPS, Philippe du Puy de – *História Breve da Cavalaria*. Tradução de Maria Luísa Anahory. Lisboa: Editorial Verbo, Lda., 1965, tem precisamente por título “A Pseudo-Cavalaria Contemporânea” (pp. 113-135). Confrontem-se as vinte virtudes glosadas por Ethan Hawke (*supra*, n.14) com as seis seleccionadas em GEORGE OF CAPPADOCIA – *Chivalry. An Ideal Whose Time Has Come Again*. New Asturias: The Chivalry Guild, 2024, a saber: Destreza, Cortesia, Honra, Generosidade, Lealdade/Lisura e Fé.

nessa medida, inspiradoras de bibliografias praticamente inesgotáveis)²⁵, pelo que concluiremos, fazendo nossas as palavras finais do narrador:

“I love all of you and know you older children wish you could ride with me today, but I am grateful [...] that you are all safe at home. If we do not meet again in this life, know that, as each new year passes, I will be in the autumn wind that rustles the leaves at your feet, the winter snowflakes that freeze your cheeks, the rains of spring that drench your hair, and the hot summer sun that burns your arms. I will be with you always”²⁶.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes impressas

HAWKE, Ethan – *Rules for a Knight. The Last Letter of Sir Thomas Lemuel Hawke*. S.l.: Penguin Books, 2022 (Alfred P. Knopf, 2015).

Estudos

BARBER, Richard – *The Knight and Chivalry*. London: Sphere Books Ltd., “Cardinal”, 1974 (Longman Group Ltd., 1970).

CASTIGLIONE, Baldassare – *The Book of the Courtier*. Translated by Sir Thomas Hoby. London: J. M. Dent Sons Ltd/New York: E. P. Dutton Co. Inc, “Everyman’s Library”, 807, 1959 (1928; ed. orig. 1528).

CHARNY, Geoffroi de – *A Knight’s Own Book of Chivalry*. Introduction by Richard W. Kaeuper. Translation by Elspeth Kennedy. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, “The Middle Age Series”, 2005.

CLINCHAMPS, Philippe du Puy de – *História Breve da Cavalaria*. Tradução de Maria Luísa Anahory. Lisboa: Editorial Verbo, Lda., 1965 (*La Chevalerie*. S.l.: Presses Universitaires de France, s.d.).

D’ARCENS, Louise (ed.) – *The Cambridge Companion to Medievalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

²⁵ Nos planos histórico-militar e literário-cultural, sugerimos, por exemplo, a consulta de BARBER, Richard – *The Knight and Chivalry*. London: Sphere Books Ltd., “Cardinal”, 1974 (Longman Group Ltd., 1970); FOSS, Michael – *Chivalry*. London: Book Club Associates, 1975; KEEN, Maurice – *Chivalry*. New Haven and London: Yale University Press, 1984; e HOPKINS, Andrea – *Knights*. Hoo, nr. Rochester: Grange Books Ltd., 1998 (1990)

²⁶ HAWKE, Ethan – *Rules for a Knight*, p. 149.

DIGBY, Kenelm Henry – *The Broad Stone of Honour Or Rules for the Gentlemen of England*. S.l.: Forgotten Books, “Classic Reprint Series”, 2012.

FOSS, Michael – *Chivalry*. London: Book Club Associates, 1975.

GEORGE OF CAPPADOCIA – *Chivalry. An Ideal Whose Time Has Come Again*. New Asturias: The Chivalry Guild, 2024.

GIROUARD, Mark – *The Return to Camelot. Chivalry and the English Gentleman*. New Haven and London: Yale University Press, 1981.

HOPKINS, Andrea – *Knights*. Hoo, nr. Rochester: Grange Books Ltd., 1998 (1990).

KEEN, Maurice – *Chivalry*. New Haven and London: Yale University Press, 1984.

LACH, Eric – “Ethan Hawke explains his thing for knights”. *The New Yorker*, November 9, 2015 [Consultado a 5 Fevereiro 2024]. Disponível em <https://www.newyorker.com/culture/culture-desk/ethan-hawke-explains-his-thing-for-knights>.

LLULL, Raymond – *Livro da Ordem de Cavalaria*. Tradução de Artur Guerra. Lisboa: Assírio e Alvim, col. “Amadis”, 7, 1992.

MARSHALL, David E. (ed.) – *Mass Market Medieval. Essays on the Middle Ages in Popular Culture*. Jefferson, North Carolina, and London: McFarland & Co. Inc., Publishers, 2007.

MATTHEWS, David – *Medievalism. A Critical History*. Cambridge: D. S. Brewer, 2015.

PUGH, Tison; WEISL, Angela Jane – *Medievalisms. Making the Past in the Present*. London and New York: Routledge, 2013.

RAPOSO, Mário – “Cavaleiro/cavalheiro – a demanda da perfeição”. *Anglo-Saxónica. Revista do Centro de Estudos Anglísticos da Universidade de Lisboa*. Série II, 10-11 (1999), pp. 257-270.

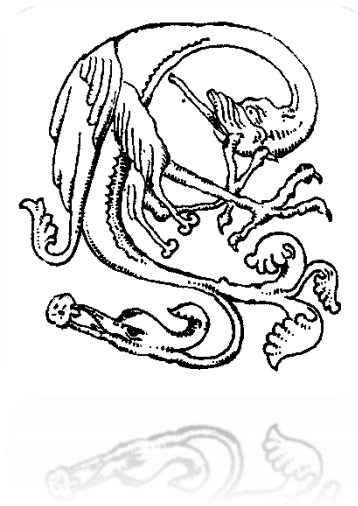
STURTEVANT, Paul B. – *The Middle Ages in Popular Imagination. Memory, Film and Medievalism*. London/New York/Oxford/New Delhi/Sydney: Bloomsbury Academic, 2019 (I. B. Tauris & Co., 2018).

Documentos áudio e vídeo

THE MOODY BLUES – “Nights in White Satin”. *YouTube*. TheMoodyBluesVEVO. 14 de Junho de 2018. [Consultado a 5 Fevereiro 2024]. Disponível em <https://www.bing.com/videos/riverview/relatedvideo?&q=the+moody+blues+nights+in+white+satin&&mid=C65957314F50952E1901C65957314F50952E1901&FORM=VRDGAR> (4:29).

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

ALARCÃO, Miguel – “HAWKE, Ethan – *Rules for a Knight. The Last Letter of Sir Thomas Lemuel Hawke*. [London:] Penguin Books, 2015”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 419-428. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**CORRAL DÍAZ, Esther e VIEIRA, Yara Frateschi (coord.) -
*Mulleres medievais. Textos e imaxes na lírica galego-
portuguesa. Con dous apêndices sobre antecedentes e
supervivências na lírica peninsular. Santiago de
Compostela: Universidade de Santiago de Compostela /
Xunta de Galicia, 2023, 323 pp.***

Isabel Barros Dias

Universidade Aberta, Departamento de Humanidades
1250-100 – Lisboa – Portugal

IELT -Instituto de Estudos de Literatura e Tradição
IEM –Instituto de Estudos Medievais
1070-312 – Lisboa – Portugal

Isabel.Dias@uab.pt

<https://orcid.org/0000-0003-3479-6660>

Data recepção do artigo / Received for publication: 17 de Abril de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8417>



O livro *Mulleres medievais. Textos e imaxes na lírica galego-portuguesa*, coordenado por Esther Corral Díaz e Yara Frateschi Vieira é uma obra simultaneamente singela e erudita. Singela, por um lado, porque se apresenta como uma antologia anotada que consegue divulgar um amplo conjunto de poemas da lírica galego-portuguesa a um público amplo, facilitando a respetiva compreensão graças a diferentes estratos explicativos (enquadramentos histórico-sociais e traduções, no caso de textos latinos, ou paráfrases e explicações em galego atual, no caso dos poemas em galego-português). Por outro lado, a erudição da obra transparece na escolha dos temas, nas perspetivas de abordagem e no seu carácter rigoroso e cabal, possível só a quem, depois de muitos anos de estudo de um determinado domínio, consegue transmitir o que é complexo e profundo de forma aparentemente simples. Incidindo sobre um conjunto de aspetos que, na sua confluência, pretendem trazer-nos um retrato poliédrico de mulheres medievais representadas na poesia galego-portuguesa, o livro abre com três breves introduções que destacam múltiplas vertentes do livro, desde a sua atualidade social e científica à sua função social e divulgativa, sem esquecer a vertente pluridisciplinar e a justificação de algumas opções.

O primeiro ponto, sobre “mulheres com poder”, desdobra-se em subpontos sobre rainhas e infantas (como Teresa de Portugal, Berengária de Barcelona ou Beatriz de Suábia), mulheres nobres e abadessas. A secção inclui documentação e textos historiográficos ilustrativos da personalidade e ação das rainhas e infantas selecionadas, acrescentando ainda, quando existentes, textos líricos a elas dedicados e representações iconográficas. No subponto dedicado a mulheres nobres, dada a maior escassez documental, os poemas são enquadrados mediante breves biografias que incluem informações linhagísticas e relativas aos seus percursos de vida, mais ou menos aventureiros, salientando-se as páginas dedicadas a Maria Pais, cuja identificação com Maria Paez da Ribeira, a “Ribeirinha”, amante de Sancho I, é discutida. Considerando a regra do amor cortês que preconiza que o nome da dama

a quem a poesia é dedicada seja mantido em segredo¹, os poemas transcritos nesta secção são ou menos convencionais, ou cantigas de maldizer. Isto implica que, para além de informações acerca de aristocratas relativamente pouco conhecidas (como Teresa Lopez de Ulhoa, Urraca Goterrez Mocha, Dordia Gil de Soversosa, Guiomar Gil de Riba de Vizela...), o leitor possa também saborear passagens satíricas e vislumbrar algumas dinâmicas sociais da época. Já no caso das representações de abadessas, predomina o silêncio quanto à identificação da visada, cuja vida sexual é frequentemente o objeto da crítica.

O segundo ponto, “Mulheres na sociedade medieval” dá-nos uma perspetiva mais funcional e diversificada, trazendo-nos imagens de peregrinas, religiosas, amas, pastoras, soldadeiras, judias e feiticeiras. Tratando-se de grupos considerados positivamente uns e negativamente outros, as composições acompanham esta diversidade também em termos tipológicos (cantigas de amigo e de amor, de escárnio e maldizer, tenção, cantiga de romaria, pastorela). O capítulo é complementado com imagens ilustrativas, escultóricas e pictóricas, destacando-se aqui, como em outros pontos do livro, diversas representações do “Códice Rico” das *Cantigas de Santa Maria*, da biblioteca de El Escorial². A terceira secção, igualmente ilustrada por composições diversificadas, ultrapassa a dimensão das imagens mais hieráticas do ponto anterior. Intitula-se “esfera privada e relações sociais” e incide sobre matérias relacionais, tanto em quadros amorosos (casamento, concubinato e adultério, relações hetero e homoeróticas), como de parentesco (caso dos diálogos entre irmãs) e de amizade, abordando ainda situações mais extremas, como a violência, os maus-tratos e o rapto. Já o ponto quatro traz-nos uma das dimensões mais conhecidas e mais convencionais da lírica trovadoresca, o amor cortês, subdividindo-se de acordo com as diferentes fases retratadas pela poesia: o namoro, a declaração, o encontro, as alegrias do amor correspondido, o amor consumado, a separação, as zangas. A particularidade aqui patente é o destaque dado à perspetiva

¹ Sobre as características e preceitos do amor cortês veja-se a obra de finais do séc. XII, de ANDRE LE CHAPELAIN - *Traité de l'amour courtois*. Trad. de Claude Buridant. Paris: Klincksieck, 1974. Veja-se ainda o estudo fundamental de ROUGEMONT, Denis de - *L'amour et l'occident*. Paris, Plon, 1939.

² Este códice foi objeto da seguinte edição fac-similada: *Cantigas de Santa María. Edición facsimil del Codice T.I.1 de la Biblioteca de San Lorenzo de El Escorial siglo XIII*. Madrid: Edilan, 1979. O códice também pode ser visto no sítio web da biblioteca de El Escorial [consultado a 16 de abril de 2024]. Disponível em: <https://rbme.patrimoniacionacional.es/s/rbme/item/11337#?xywh=-4953%2C-312%2C13649%2C6239>.

feminina destes processos, em coerência com o teor do livro e fugindo à linha dominante desta expressão poética, maioritariamente centrada em sujeitos líricos masculinos.

A partir da quinta secção, o livro incide sobre representações mais periféricas. Primeiro, aborda um conjunto reduzido e muito específico de composições, os lais de bretanha, e as mulheres aí retratadas. A inspiração em fontes narrativas francesas implica que os perfis femininos destas composições se articulem com o carácter destas heroínas, registando-se referências a Isolda e à rainha Genebra. Seguidamente, o ponto sexto, detalhadamente ilustrado, debruça-se sobre as informações que as miniaturas do Cancioneiro da Ajuda transmitem, entendidas como elementos comunicacionais adicionais³. No domínio iconográfico são observadas a disposição, os gestos e os movimentos corporais das figuras, destacando-se cenografias recorrentes, posturas que permitem identificar figuras de autoridade e posição social superior, os trovadores, bem como atributos de executantes, músicos e bailarinas. Na iconografia feminina destaca-se a sua associação à possibilidade de canto e dança, bem como a instrumentos de percussão, sendo os de corda associados a figuras masculinas.

O volume encerra com dois apêndices sobre antecedentes e sobrevida da poesia trovadoresca galego-portuguesa. O primeiro, intitulado “Carjas e muachahas andalusís”, consiste num estudo sobre a poesia árabe do Al-Andaluz, ainda tão carente de estudos que a valorizem. O segundo (“A propósito de sobrevivências e intertextualidades no *Cancioneiro Geral*”) remete para a permanência de temas e imagens da poesia trovadoresca em composições palacianas posteriores, recolhidas no *Cancioneiro geral* de Garcia de Resende⁴, que retomam tópicos, tanto do amor cortês, como de erotismo obsceno, como de sátiras. Sendo este um livro editado no

³ O códice pode ser visto na seguinte edição fac-similada: *Cancioneiro da Ajuda. Fragmento do Nobiliário do Conde Dom Pedro*. Lisboa: Távola Redonda / IPPAA / Biblioteca da Ajuda, 1994. As iluminuras também podem ser vistas no sítio web do Projeto *Littera*: LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro, et alii – *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas* [base de dados online], Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA, 2011- [consultado a 16 de abril de 2024]. Disponível em: <https://cantigas.fcsb.unl.pt/iluminuras.asp>.

⁴ *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Ed. de Aida Fernanda Dias. Lisboa: IN-CM, 1993-2003 (6 vols.).

quadro de um projeto de investigação⁵, compreende-se a opção tomada por uma autoria coletiva⁶. No entanto, os estudos do capítulo final e dos dois anexos, dada a sua especificidade, ganhariam com a identificação dos respetivos autores, até para facilitar posteriores citações.

Tratando-se de um livro feito a pensar nos leitores, incluindo os menos conhecedores e especializados, o volume encerra com um índice onomástico e úteis notas biográficas de trovadores⁷. Tal como salientado no texto introdutório “Limiar”, da autoria de Mercedes Brea, este livro é uma antologia enquadrável na missão universitária de “transferência do conhecimento”. Cumpre este desígnio de forma competente e original, dada a sua perspetiva interdisciplinar e multifacetada, que lhe permite, não só chegar a um público amplo, uma vez que eventuais barreiras linguísticas e culturais são ultrapassadas (graças a breves enquadramentos e paráfrases explicativas dos poemas transcritos), mas também entrever uma ampla diversidade de imagens femininas, tal como estas são representadas no *corpus* poético específico da poesia galego-portuguesa.

⁵ Projeto “Voces, espácios, representaciones femininas em la lírica galego-portuguesa” (PID2019-108910GB-C22), financiado pelo Ministerio de Ciencia, Innovación e Universidades.

⁶ Para além das coordenadoras, são indicados, genericamente, como autores: Mariña Bermúdez Beloso, Miguel García-Fernández, Isabel Morán Cabanas, Maria Ana Ramos, Michel Sleiman, José António Souto Cabo, Tania Vázquez García; sendo imagens e comentários de: Javier Castiñeiras López e Victoriano Nodar Fernández.

⁷ Notas estas que, conforme é dito, se articulam com as biografias disponibilizadas nas bases de dados Littera: LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro, *et alii* – *Cantigas medievais Galego-Portuguesas...* e MedDB: *Base de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa*. [base de dados online], Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades [consultado a 16 de abril de 2024]. Disponível em: <http://www.cirp.gal/meddb>

Referências bibliográficas

Fontes manuscritas

Cantigas de Santa María, Códice rico – Madrid, Biblioteca de El Escorial, RBMECat T-I-1 [consultado a 16 de abril de 2024]. Disponível em: <https://rbme.patrimonionacional.es/s/rbme/item/11337#?xywh=-4953%2C-312%2C13649%2C6239>.

Fontes impressas

ANDRE LE CHAPELAIN - *Traité de l'amour courtois*. Trad. de Claude Buridant. Paris: Klincksieck, 1974.

Cancioneiro da Ajuda. Fragmento do Nobiliário do Conde Dom Pedro. Lisboa: Távola Redonda / IPPAA / Biblioteca da Ajuda, 1994.

Cancioneiro Geral de Garcia de Resende. Ed. de Aida Fernanda Dias. Lisboa: IN-CM, 1993-2003 (6 vols.).

Cantigas de Santa María. Edición facsimil del Codice T.I.1 de la Biblioteca de San Lorenzo de El Escorial siglo XIII. Madrid: Edilan, 1979.

Estudos

ROUGEMONT, Denis de – *L'amour et l'occident*. Paris, Plon, 1939.

Bases de dados

Base de datos da Lírica Profana Galego-Portuguesa [base de dados online]. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro para a Investigación en Humanidades [consultado a 16 de abril de 2024]. Disponível em: <http://www.cirp.gal/meddb>

LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro, *et alii* – *Cantigas Medievais Galego-Portuguesas* [base de dados online], Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA, 2011- [consultado a 16 de abril de 2024]. Disponível em: <http://cantigas.fcsh.unl.pt>

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

DIAS, Isabel Barros – “CORRAL DÍAZ, Esther e VIEIRA, Yara Frateschi (coord.) – *Mulleres medievais. Textos e imaxes na lírica galego-portuguesa. Con dous apêndices sobre antecedentes e supervivências na lírica peninsular*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela / Xunta de Galicia, 2023, 323 pp.”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 429-435. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



Recensão / Review:

OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media: relaciones, contactos, influencias (siglos XII-XV)*. Madrid: Editorial Dykinson, 2023 (572 pp.)

David Nogales Rincón

Universidad Autónoma de Madrid, Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de
Historia Antigua, Medieval, Paleografía y Diplomática
28049. Madrid, España

david.nogales@uam.es

<https://orcid.org/0000-0001-8921-837X>

Data recepção do artigo / Received for publication: 15 de Maio de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8420>



El estudio de las relaciones entre los reinos ibéricos constituye un tema clásico dentro de la historiografía española, que en las últimas décadas ha transitado desde los estudios sobre tratados internacionales, enlaces matrimoniales o la publicación de colecciones documentales a perspectivas enmarcadas en la Nueva Historia Política, la Historia comparada o la Historia cultural, que en el caso de las relaciones castellano-portuguesas han venido protagonizadas –a partir del camino abierto por figuras como Luis Suárez Fernández¹ o José Marques²– de la mano de investigadores como Isabel Beceiro Pita³, César Olivera Serrano⁴, Manuel García Fernández⁵, José

¹ SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del infante Don Enrique: (1393-1460)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960; con TORRE, Antonio de la – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*. 3 vols. Valladolid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Patronato Menéndez Pelayo, 1959-1963; o TORRE, Antonio de la – “Capitulaciones matrimoniales entre Castilla y Portugal en el siglo XIV (1373-1383)”. *Hispania. Revista Española de Historia* 8 (1948), pp. 531-561.

² MARQUES, José – *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994; o MARQUES, José – “Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela, no século XV”. *Bracara Augusta* 32 (1978), pp. 3-52.

³ BECEIRO PITA, Isabel – “La recepción de la cultura aristocrática castellana en el Portugal de los Avís”. In *Notas Diplomáticas. Estudos em Homenagem Ao Professor Doutor José Marques*. Oporto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 221-236; BECEIRO PITA, Isabel – “Notas sobre la influencia de *Las Siete Partidas* en el reino portugués”. In SANTOS, Maria Fernandes Mendes Ferreira; AMARAL, Luis Carlos Correia Ferreira do; FONSECA, Luís Adão da (eds.) – *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Vol. I. Oporto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp. 487-492.

⁴ OLIVERA SERRANO, César – “*Pax in bello*: la difícil paz entre Castilla y Portugal (1369-1431)”. *Vínculos de Historia* 7 (2018), pp. 46-60; OLIVERA SERRANO, César – “Los exiliados portugueses en la Castilla de los Trastámara: cultura contractual y conflicto dinástico”. In FORONDA, François; CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel (coords.) – *El contrato político en la Corona de Castilla*. Madrid: Dykinson, 2008, pp. 323-353; o OLIVERA SERRANO, César – *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avís-Trastámara*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos “Padre Sarmiento”, 2005.

⁵ GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel – *Los poderes y los hombres del reino de Castilla en los conflictos fronterizos con el reino de Portugal (1250-1350)*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, CSIC, Centro de Ciencias Humanas y Sociales; Murcia: Editum, Ediciones de la Universidad de Murcia, 2020; o GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel – “Don Dionís de Portugal y la minoría de Alfonso XI de Castilla (1312-1325)”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2ª série, 9 (1992), pp. 25-51.

Augusto de Sottomayor-Pizarro⁶, Manuel González Jiménez⁷, Luis Krus⁸ o Humberto Carlos Baquero Moreno⁹ y, de forma más reciente, por Violeta Medrano Fernández¹⁰, Isabel Vaz de Freitas¹¹, Julieta Maria Aires de Almeida Araújo¹², Inés Calderón Medina¹³ o Ruth Martínez Alcorlo¹⁴, por solo citar algunos nombres.

Dentro de estas líneas renovadoras, en las que lo cultural y lo político sirven como elementos centrales del análisis, cabe englobar la monografía colectiva *Castilla y Portugal en la Edad Media: relaciones, contactos, influencias (siglos XII-XV)*, coordinado por César Olivera Serrano, que surge como uno de los resultados del proyecto de investigación I+D+I PID2020-114722GB-I00, financiado por el Ministerio de Ciencia, Innovación y Universidades.

El libro da respuesta a algunas de las claves que marcan estas relaciones castellano-portuguesas, que basculan entre el origen común y el deseo de configurar por parte de Portugal una identidad propia a través de procesos de individualización en el plano institucional y cultural. Todo ello bajo el predominio de la Corona de Castilla,

⁶ SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “A circulação de nobres entre Portugal e Castela. Trajectórias políticas, familiares e culturais (séculos XIII-XIV)”. In *Estudios de lírica gallego-portuguesa y poesía castellana. Orígenes y pervivencias*. Kassel: Reichenberger, 2023, pp. 25-63; o SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “Relações político-nobiliárquicas entre Portugal e Castela: o Tratado de Escalona (1328) ou dos 80 fidalgos”. *Revista da Faculdade de Letras. História*. 2ª série, 15 (1998), pp. 1255-1277.

⁷ GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Las relaciones entre Portugal y Castilla durante el siglo XIII”. In GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Estudios alfonsíes*. Granada: Editorial Universidad de Granada; Murcia: Universidad de Murcia, 2009, pp. 105-124; o GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Alfonso X y Portugal”. *Alcanate* 4 (2004), pp. 19-34.

⁸ KRUS, Luis – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

⁹ MORENO, Humberto Carlos Baquero – “Portugal e a Fronteira com Castela no Século XIV”. In *III Jornadas de Estado Norte de Portugal-Aquitânia. Actas. O Poder Regional: Mitos, Realidades*. Oporto: Publicações Universidade do Porto, 1997, pp. 195-200; o MORENO, Humberto Carlos Baquero – “Exilados Portugueses em Castela durante a Crise dos Finais do Século XIV (1384-1388)”. In *Exilados, maignais e contestatarios na sociedade portuguesa medieval. Estudos de Historia*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, pp. 26-56.

¹⁰ MEDRANO FERNÁNDEZ, Violeta – *Un mercado entre fronteras: las relaciones comerciales entre Castilla y Portugal al final de la Edad Media*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010, entre otros.

¹¹ VAZ DE FREITAS, Isabel – *Mercadores entre Portugal e Castela na Idade Média*. Gijón: Trea, 2006, entre otros.

¹² ARAÚJO, Julieta Maria Aires de Almeida – *Portugal e Castela (1431-1475): ritmos de uma paz vigilante*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2003, entre otros.

¹³ CALDERÓN MEDINA, Inés – “La solidaridad familiar. La participación de la nobleza leonesa en la guerra civil de Portugal (1245-1247)”. *Hispania. Revista Española de Historia* 73 (2013), pp. 617-646, entre otros.

¹⁴ MARTÍNEZ ALCORLO, Ruth – *Isabel de Castilla y Aragón: princesa y reina de Portugal, 1470-1498*. Madrid: Sílex, 2021, entre otros.

capaz no solo de presentarse simbólicamente como raíz común de ambos reinos y heredera del desaparecido reino visigodo de Toledo, sino también de desplegar, gracias a su peso demográfico y económico, su capacidad de influencia sobre el reino vecino a través de la proyección tanto de un *poder duro* como especialmente de un *poder blando*, siguiendo la distinción de Joseph S. Nye¹⁵. Si la coerción tiene su mejor muestra en el proyecto de Juan I de Castilla de conquistar el trono portugués, la capacidad de Castilla de ejercer ese *poder blando* sobre Portugal se manifiesta en una diversidad de facetas, gracias a su capacidad de influencia política, artística o lingüística¹⁶.

Dos anécdotas sobre la corte portuguesa que transita de la Edad Media a la modernidad nos dan cuenta de la percepción ambivalente de lo castellano en Portugal, que bascula entre la adhesión a los modelos castellanos y su rechazo, en la búsqueda de una identidad propia. La primera de ellas nos sitúa en la cámara regia de Juan II de Portugal, cuando, según nos relata el poeta García de Resende, el rey le preguntó si conocía las “trovas” que comenzaban con los versos “Recorde el anima dormida”, en alusión a las *Coplas a la muerte de su padre* de Jorge Manrique. Tras confirmar que las conocía, el rey le pidió que se las recitase de memoria, tras lo cual el monarca afirmó, como muestra de su admiración por el poeta castellano, que “tam necessario era a hum homem sabê-las como saber o pater noster”¹⁷. En el reverso, el cronista Damião de Góis nos da cuenta de las fricciones entre los embajadores castellanos y portugueses en una anécdota que cabe situar en Roma en 1514, cuando, tras dirigirse el embajador de Castilla en castellano al embajador portugués Tristão da Cunha, este, viendo en ello una pretensión de dominio, “pela entender

¹⁵ NYE, Joseph S. – *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nueva York: Public Affairs, 2004.

¹⁶ BECEIRO PITA, Isabel – “La Recepción”.; PEREDA, Felipe – “Magnificencia, también propaganda. Las capillas funerarias en la Península Ibérica durante la Baja Edad Media”. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Á. (ed.) – *Jornadas de Cultura Hispano-portuguesa*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1999, pp. 313-324; DIAS, Pedro – “A viagem de D. Manuel a Espanha e o surto mudejar na arquitectura portuguesa”. In *Relaciones artísticas entre España y Portugal*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1986, pp. 111-128; BUESCU, Ana Isabel – “Aspectos do bilinguismo Português-Castelhano na época moderna”. *Hispania. Revista Española de Historia* 64 (2004), pp. 13- 38.

¹⁷ RESENDE, García de – *Vida e feitos d’El-Rey Dom João Segundo*. Ed. de Evelina Verdelho. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007, cap. CCI, p. 264 [en línea]. Disponible en <https://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc/textosempdf/01vidaeifeitos>

mui bem [la lengua castellana], respondeo na portuguesa, pola saber melhor, quomo sua natural”¹⁸.

De todo ello da cuenta esta obra colectiva, que se articula en torno a cuatro grandes bloques temáticos. El primero, con la denominación de *Textos, crónicas, obras literarias*, que incluye los trabajos “Dependencia y emancipación de los diplomas regios portugueses respecto de la tradición leonesa durante el *largo siglo XII*: los preámbulos como ejemplo” de Pablo Martín Prieto, quien parte de los preámbulos de los diplomas portugueses para poner de relieve la transición desde la influencia leonesa en los momentos que siguen a la independencia hacia una progresiva emancipación con respecto a estos, paralela a la consolidación de Portugal como reino; “Imagens cronísticas de Urraca, princesa de Castela e rainha de Portugal” de Isabel Barros Días, centrado en la figura de Urraca de Castilla, hija de Alfonso VIII de Castilla y mujer de Alfonso II de Portugal, con quien se materializará la primera alianza matrimonial castellano-portuguesa, cuya figura es dibujada a través de una diversidad de fuentes (crónicas reales, monásticas, etc. de época medieval y moderna); “Entre propaganda, memória e história: a problemática da refundição do *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro e os conflitos Luso-Castelhanos de finais do século XIV” de João Paulo Martins Ferreira, quien aborda, en el marco del ascenso de la figura del condestable Nuno Álvares Pereira, las distintas variantes del *Livro de Linhagens* del Conde de Barcelos a lo largo de la segunda mitad del siglo XIV; “Los vínculos de la cultura castellana con las reinas de Portugal (1481- 1521)” de Isabel Beceiro Pita, el cual analiza la influencia de la cultura castellana en el ámbito cortesano portugués en el contexto de los pactos matrimoniales entre ambas monarquías a fines del siglo XV e inicios del siglo XVI; “Lidiando con la transgresión: mecanismos de adaptación de la belicosidad episcopal al discurso historiográfico eclesiástico galaicoportugués de los siglos XI-XIV” de Iván Curto Agradados, que centra su atención en el encaje de la figura del obispo guerrero en el *Chronicon Iriense*, la *Historia Compostellana*, el *Liber de uita sancti Rudesindi episcopis et confessoris*, la *Vita Sancti Geraldii* y la *Gesta Berengarii de Landoria*.

¹⁸ GÓIS, Damião de – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1954, parte III, cap. LV, pp. 208-209.

Un segundo bloque, *Reyes y cortesanos*, comprende los trabajos “Una mujer entre reyes: la percepción de María de Portugal fuera de la corte castellana” de Ana Arranz Guzmán, que ofrece un detallado recorrido a través de la historiografía y de las fuentes sobre la esposa de Alfonso XI de Castilla, para determinar los perfiles políticos de la reina; “Sobre documentos perdidos y amistades peligrosas: Leonor López de Córdoba y Fadrique Enríquez de Castilla y Castro, duque de Arjona” de Óscar Perea Rodríguez, que busca reconstruir, a partir del legajo del Archivo Histórico Provincial de Córdoba 7088P, la relación mantenida entre Leonor López de Córdoba, privada de la reina Catalina de Lancaster, y el duque de Arjona en torno a la compraventa efectuada en 1410 de un juro situado en las rentas de las salinas de Muros y Padrón; “Aproximación a la Casa de un rey *intruso*: el Condestable don Pedro de Portugal en Cataluña, (1464-1466)” de Santiago González Sánchez, que se aproxima a la casa del condestable-rey don Pedro, quien asumiría el gobierno de Cataluña durante el periodo 1464-1466, rescatando el nombre de más de trescientos servidores y oficiales, abordando su inserción dentro de las distintas redes de poder y analizando el itinerario de don Pedro, sus intervenciones artísticas en el palacio real de Barcelona y la imagen del rey y su corte; y “Juan de Merlo: un modelo caballeresco portugués en la corte de Juan II de Castilla” de César Olivera Serrano, quien busca estudiar la figura de este caballero y justador de origen portugués en el marco del exilio de algunos linajes portugueses en Castilla como resultado de la crisis dinástica de 1384-1385, en un intento por aproximarse al proceso de inserción de estos linajes lusos en la nueva realidad castellana, junto a otras vicisitudes biográficas del personaje y el estudio de la construcción de su memoria.

Un tercer bloque, bajo la denominación de *En tierras de frontera*, incorpora los trabajos “Los obispos extremeños entre el siglo XIII y XIV: confluencias de intereses y conflictos en un espacio fronterizo” de Enrique Asenjo Travesí, que aborda la organización eclesiástica de este territorio de la Transierra leonesa, integrado por las diócesis de Coria, Ciudad Rodrigo, Plasencia y Badajoz, analizando el papel desempeñado por este espacio en los distintos conflictos y paces entre Portugal y Castilla; y “Los testamentos del monasterio de Santa María de Oya y su proyección en Portugal” de Margarita Cantera Montenegro, donde se analiza el caso particular

del monasterio de Oya (Pontevedra), caracterizado por disponer de numerosas propiedades en el norte de Portugal y que, a su vez, será beneficiario de distintas donaciones y de la ocupación del cargo abacial por parte de distintas figuras procedentes del vecino reino portugués.

Y, finalmente, un último bloque, *La estética cortesana*, integrado por el trabajo único “¿Una reina en la sombra? Arte, política y persuasión al servicio de Juana de Avís (†1475)” de María Teresa Chicote Pompanin y Ángel Fuentes Ortiz, que aborda el mecenazgo de la reina Juana de Portugal, segunda esposa de Enrique IV, quien buscará promocionar en los primeros años de reinado una imagen conjunta con el rey como pareja real, siendo fundamentales en este proceso el universo de la caballería, la arquitectura palatina o las iniciativas devocionales.

En su conjunto, el libro, que comprende una amplia cronología que va del siglo XII a la primera parte del siglo XVI, y en el que confluyen perspectivas históricas, literarias y artísticas, transita, por un lado, entre las individualidades (Leonor de Viseo, María de Portugal, don Pedro de Portugal, Juan de Merlo o Juana de Portugal), que sirven como vehículo para acercarse al estudio de los acuerdos diplomáticos, las alianzas políticas, la movilidad de los exiliados o el intercambio cultural entre reinos, y, por otro lado, aproximaciones más globales a grupos familiares, espacios o instituciones, con el análisis de las diócesis extremeñas o el monasterio pontevedrés de Santa María de Oya.

Entre las realidades que emergen a lo largo de la monografía se encuentra la presencia de las manifestaciones transfronterizas, como manifiesta la idea de una nobleza gallego-portuguesa unida con intereses compartidos frente a los “impulsos expansionistas de Castela”¹⁹, la “creación de espacios asociados a instituciones o familias entre ambas fronteras”, del que contamos con buenos ejemplos con relación a la nobleza (los Alburquerque o los Cerveira), las órdenes militares o el episcopado

¹⁹ FERREIRA, João Paulo Martins – “Entre propaganda, memória e história: a problemática da refundição do *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro e os conflitos Luso-Castelhanos de finais do século XIV”. In OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media*, pp. 85-144, p. 110.

(diócesis de Ciudad Rodrigo, Badajoz o Tuy)²⁰, los vínculos devocionales de los monarcas con distintos centros religiosos del reino vecino²¹ o la dispersión de las propiedades monásticas, situadas en ocasiones a uno y otro lado de la raya (monasterio portugués de Fiães o el gallego de Oya²²). Casos todos ellos que, más allá de demostrar la existencia de una frontera “permeable”²³, revelan la capacidad de ciertas manifestaciones sociales o religiosas de escapar a los estrechos límites políticos impuestos por las monarquías a través de la delimitación de unas fronteras convertidas paulatinamente, a lo largo del período bajomedieval, en el marco preferente para pensar y organizar el territorio²⁴.

También se presentan como fundamentales las dinámicas relacionales establecidas entre Portugal y Castilla tanto de convergencia en torno a las nociones de *tradicón* y de *influencia* como de diferenciación entre uno y otro territorio; procesos que perfilan la historia comparada como una de las vías preferentes para entender el medievo ibérico, no solo por su capacidad para aproximarnos al estudio de las interinfluencias entre territorios, sino sobre todo para comprender la definición y cristalización de modelos de representación comunes a las monarquías ibéricas, como pone de relieve el hecho de que “mientras las tierras portuguesas estuvieron bajo la autoridad indiscutida de los monarcas leoneses, las donaciones y otros diplomas de que eran objeto sus iglesias y monasterios fueron conformando una suerte de depósito de memoria vinculado a las formas de representación de la monarquía leonesa y en este contexto los modelos de una tradición bien asentada no podían por menos de estar presentes en esos primeros *diplomas portugueses*”²⁵; los modelos narrativos del *Cantar de Mío Cid* y las *Mocedades de Rodrigo* sobre los que el linaje de los Pereira moldeará su imagen en la década de 1380²⁶; o la

²⁰ ASENJO TRAVESÍ, Enrique – “Los obispos extremeños entre el siglo XIII y XIV: confluencias de intereses y conflictos en un espacio fronterizo”. In OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media*, pp. 467-496, pp. 476, 489; CANTERA MONTENEGRO, Margarita – “Los testamentos del monasterio de Santa María de Oya y su proyección en Portugal”. In OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media*, pp. 497-524, pp. 497, 519.

²¹ CANTERA MONTENEGRO, Margarita – “Los testamentos”, p. 497.

²² CANTERA MONTENEGRO, Margarita – “Los testamentos”, p. 498.

²³ CANTERA MONTENEGRO, Margarita – “Los testamentos”, p. 503.

²⁴ ASENJO TRAVESÍ, Enrique – “Los obispos”, p. 477.

²⁵ MARTÍN PRIETO, Pablo – “Dependencia y emancipación de los diplomas regios portugueses respecto de la tradición leonesa durante el *largo siglo XII*: los preámbulos como ejemplo”. In OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media*, pp. 13-58, p. 52.

²⁶ FERREIRA, João Paulo Martins – “Entre propaganda”, p. 118.

perfilación de la cultura letrada aristocrática castellana como modelo de las bibliotecas cortesanas portuguesas del cuatrocientos²⁷.

También se presenta en este recorrido como una idea fundamental la instrumentalización de la memoria al servicio de la construcción de las relaciones políticas castellano-portuguesas: desde la memoria de la colaboración conjunta de los reinos peninsulares en la lucha frente al islam, que permite articular en las narrativas medievales imágenes de signo iberista²⁸, hasta aquellas otras que manifiestan una vocación de diferenciación, como muestra el linaje de Juan de Merlo, donde la mutación del apellido *Merlo* por parte de los exiliados en Castilla frente a la forma previa *Melo*, propia de la rama portuguesa, actúa como “una posible forma de distinción en relación con los parientes que se habían decantado por el régimen de los Avís”²⁹.

Es igualmente interesante, dentro de las ideas que articulan la monografía, el papel desempeñado por la lengua como elemento articulador de la identidad, especialmente en los momentos finales de la Edad Media, que discurre, en el caso de la corte portuguesa, entre un impulso al castellano en el marco del horizonte de unión ibérica y la reivindicación del portugués como expresión de la identidad lusa en el contexto de la exaltación de la monarquía y del reino de Portugal al calor de la expansión ultramarina³⁰.

Una última idea que es posible destacar es la circulación, en el marco de las alianzas matrimoniales castellano-portuguesas, de objetos suntuarios (como muestran los enlaces hispanoportugueses impulsados a partir de la década de 1490³¹) o la difusión de devociones (como pone de relieve la devoción a san Antonio, quizá difundida en Castilla por Juana de Portugal, por tratarse de “un asunto prioritario

²⁷ BECEIRO PITA, Isabel – “Los vínculos de la cultura castellana con las reinas de Portugal (1481-1521)”. In OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media*, pp. 149-168, pp. 151-152.

²⁸ FERREIRA, João Paulo Martins – “Entre propaganda”, p. 102.

²⁹ OLIVERA SERRANO, César – “Juan de Merlo: un modelo caballeresco portugués en la corte de Juan II de Castilla”. In OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media*, pp. 413-465, p. 418.

³⁰ BECEIRO PITA, Isabel – “Los vínculos”, pp. 153-154, 163.

³¹ BECEIRO PITA, Isabel – “Los vínculos”, p. 163.

por la dinastía de Avís”³²). Esta circulación de bienes o ideas se produce en un contexto que insiste en la relevancia de la política matrimonial para articular las relaciones entre reinos, como muestran los casos de la reina Urraca de Castilla, de María de Portugal, de Juana de Portugal o de las hijas de los Reyes Católicos, Isabel y María.

En su conjunto, nos encontramos ante una aportación que permite abrir nuevos caminos sobre el papel que la ideología, la memoria, los vínculos familiares o las instituciones tienen en el moldeamiento de las relaciones entre los reinos ibéricos a partir del caso castellano-portugués. Los distintos trabajos permiten poner de relieve la imposibilidad de trazar historias encerradas sobre los territorios, especialmente a la hora de abordar la historia de la aristocracia o de la Iglesia, y la necesidad, en línea con la propuesta abierta en las tres últimas décadas por la Historia global³³, de ofrecer interpretaciones más omnicomprendivas, capaces de subrayar el marco de referencia ibérico como un nivel fundamental de análisis para entender la evolución medieval de la Corona de Castilla y del reino de Portugal más allá de visiones limitadas por perspectivas exclusivamente nacionales.

Referências bibliográficas

Fontes impressas

GÓIS, Damião de – *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1954.

RESENDE, García de – *Vida e feitos d’El-Rey Dom João Segundo*. Ed. de Evelina Verdelho. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007 [en línea]. Disponible en <https://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/cecppc/textosempdf/01vidaefeitos>.

Estudos

ARAÚJO, Julieta Maria Aires de Almeida – *Portugal e Castela (1431-1475): ritmos de uma paz vigilante*. Lisboa: Universidad de Lisboa, 2003.

³² CHICOTE POMPANIN, María Teresa; FUENTES ORTIZ, Ángel – “¿Una reina en la sombra?: Arte, política y persuasión al servicio de Juana de Avís (†1475)”. In OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media*, pp. 525-572, p. 536.

³³ CONRAD, Sebastian – *Historia global: una nueva visión para el mundo actual*. Barcelona: Crítica, 2017.

ASENJO TRAVESÍ, Enrique – “Los obispos extremeños entre el siglo XIII y XIV: confluencias de intereses y conflictos en un espacio fronterizo”. In OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media: relaciones, contactos, influencias (siglos XII-XV)*. Madrid: Editorial Dykinson, 2023, pp. 467-496.

BECEIRO PITA, Isabel – “Notas sobre la influencia de *Las Siete Partidas* en el reino portugués”. In SANTOS, Maria Femandes Mendes Ferreira; AMARAL, Luis Carlos Correia Ferreira do; FONSECA, Luís Adão da (eds.) – *Os reinos ibéricos na Idade Média: livro de homenagem ao Professor Doutor Humberto Carlos Baquero Moreno*. Vol. I. Oporto: Livraria Civilização Editora, 2003, pp.

BECEIRO PITA, Isabel – “La recepción de la cultura aristocrática castellana en el Portugal de los Avís”. In *Notas Diplomáticas. Estudos em Homenagem Ao Professor Doutor José Marques*. Vol. II. Oporto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, pp. 221-236.

BECEIRO PITA, Isabel – “Los vínculos de la cultura castellana con las reinas de Portugal (1481-1521)”. In OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media: relaciones, contactos, influencias (siglos XII-XV)*. Madrid: Editorial Dykinson, 2023, pp. 149-168.

BUESCU, Ana Isabel – “Aspectos do bilinguismo Português-Castelhano na época moderna”. *Hispania. Revista Española de Historia* 64 (2004), pp. 13-38.

CALDERÓN MEDINA, Inés – “La solidaridad familiar. La participación de la nobleza leonesa en la guerra civil de Portugal (1245-1247)”. *Hispania. Revista Española de Historia* 73 (2013), pp. 617-646.

CANTERA MONTENEGRO, Margarita – “Los testamentos del monasterio de Santa María de Oya y su proyección en Portugal”. In OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media: relaciones, contactos, influencias (siglos XII-XV)*. Madrid: Editorial Dykinson, 2023, pp. 497-524.

CHICOTE POMPANIN, María Teresa; FUENTES ORTIZ, Ángel – “¿Una reina en la sombra?: Arte, política y persuasión al servicio de Juana de Avís (†1475)”. In OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media: relaciones, contactos, influencias (siglos XII-XV)*. Madrid: Editorial Dykinson, 2023, pp. 525-572.

CONRAD, Sebastian – *Historia global: una nueva visión para el mundo actual*. Barcelona: Crítica, 2017.

DIAS, Pedro – “A viagem de D. Manuel a Espanha e o surto mudejar na arquitectura portuguesa”. In *Relaciones artísticas entre España y Portugal*. Valladolid: Junta de Castilla y León, 1986, pp. 111-128.

FERREIRA, João Paulo Martins – “Entre propaganda, memória e história: a problemática da refundição do *Livro de Linhagens* do conde D. Pedro e os conflitos Luso-Castelhanos de finais do século XIV”. In OLIVERA SERRANO, César (coord.) –

Castilla y Portugal en la Edad Media: relaciones, contactos, influencias (siglos XII-XV). Madrid: Editorial Dykinson, 2023, pp. 85-144.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel – “Don Dionís de Portugal y la minoría de Alfonso XI de Castilla (1312-1325)”. *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2ª série, 9 (1992), pp. 25-51.

GARCÍA FERNÁNDEZ, Manuel – *Los poderes y los hombres del reino de Castilla en los conflictos fronterizos con el reino de Portugal (1250-1350)*. Madrid: Sociedad Española de Estudios Medievales, CSIC, Centro de Ciencias Humanas y Sociales; Murcia: Editum, Ediciones de la Universidad de Murcia, 2020.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Alfonso X y Portugal”. *Alcanate* 4 (2004), pp. 19-34.

GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – “Las relaciones entre Portugal y Castilla durante el siglo XIII”. In GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Estudios alfonsíes*. Granada: Editorial Universidad de Granada; Murcia: Universidad de Murcia, 2009, pp. 105-124.

KRUS, Luis – *A concepção nobiliárquica do espaço ibérico (1280-1380)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

MARQUES, José – “Relações económicas do norte de Portugal com o reino de Castela, no século XV”. *Bracara Augusta* 32 (1978), pp. 3-52.

MARQUES, José – *Relações entre Portugal e Castela nos finais da Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1994.

MARTÍN PRIETO, Pablo – “Dependencia y emancipación de los diplomas regios portugueses respecto de la tradición leonesa durante el *largo siglo XII*: los preámbulos como ejemplo”. In OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media: relaciones, contactos, influencias (siglos XII-XV)*. Madrid: Editorial Dykinson, 2023, pp. 13-58.

MEDRANO FERNÁNDEZ, Violeta – *Un mercado entre fronteras: las relaciones comerciales entre Castilla y Portugal al final de la Edad Media*. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2010.

MORENO, Humberto Carlos Baquero – “Exilados Portugueses em Castela durante a Crise dos Finais do Século XIV (1384-1388)”. In *Exilados, marginais e contestatarios na sociedade portuguesa medieval. Estudos de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, pp. 26-56.

MORENO, Humberto Carlos Baquero – “Portugal e a Fronteira com Castela no Século XIV”. In *III Jornadas de Estado Norte de Portugal-Aquitânia. Actas. O Poder Regional: Mitos, Realidades*. Oporto: Publicações Universidade do Porto, 1997, pp. 195-200.

NYE, Joseph S. – *Soft Power: The Means to Success in World Politics*. Nueva York: Public Affairs, 2004.

OLIVERA SERRANO, César – *Beatriz de Portugal. La pugna dinástica Avís-Trastámara*. Santiago de Compostela: Instituto de Estudios Gallegos "Padre Sarmiento", 2005.

OLIVERA SERRANO, César – “Los exiliados portugueses en la Castilla de los Trastámara: cultura contractual y conflicto dinástico”. In FORONDA, François; CARRASCO MANCHADO, Ana Isabel (coords.) – *El contrato político en la Corona de Castilla*. Madrid: Dykinson, 2008, pp. 323-353.

OLIVERA SERRANO, César – “*Pax in bello*: la difícil paz entre Castilla y Portugal (1369-1431)”. *Vínculos de Historia* 7 (2018), pp. 46-60.

OLIVERA SERRANO, César – “Juan de Merlo: un modelo caballeresco portugués en la corte de Juan II de Castilla”. In OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media: relaciones, contactos, influencias (siglos XII-XV)*. Madrid: Editorial Dykinson, 2023, pp. 413-465.

PEREDA, Felipe – “Magnificencia, también propaganda. Las capillas funerarias en la Península Ibérica durante la Baja Edad Media”. In ÁLVAREZ PALENZUELA – Vicente Á. (ed.), *Jornadas de Cultura Hispano-portuguesa*. Madrid: Universidad Autónoma de Madrid, 1999, pp. 313-324.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “Relações político-nobiliárquicas entre Portugal e Castela: o Tratado de Escalona (1328) ou dos *80 fidalgos*”. *Revista da Faculdade de Letras. História*. 2ª série, 15 (1998), pp. 1255-1277.

SOTTOMAYOR-PIZARRO, José Augusto de – “A circulação de nobres entre Portugal e Castela. Trajectórias políticas, familiares e culturais (séculos XIII-XIV)”. In *Estudios de lírica gallego-portuguesa y poesía castellana. Orígenes y pervivencias*. Kassel: Reichenberger, 2023, pp. 25-63.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – “Capitulaciones matrimoniales entre Castilla y Portugal en el siglo XIV (1373-1383)”. *Hispania. Revista Española de Historia* 8 (1948), pp. 531-561.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis – *Relaciones entre Portugal y Castilla en la época del infante Don Enrique (1393-1460)*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis; TORRE, Antonio de la – *Documentos referentes a las relaciones con Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*. 3 vols. Valladolid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas. Patronato Menéndez Pelayo, 1959-1963.

VAZ DE FREITAS, Isabel – *Mercadores entre Portugal e Castela na Idade Média*. Gijón: Trea, 2006.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

NOGALES RINCÓN, David – “OLIVERA SERRANO, César (coord.) – *Castilla y Portugal en la Edad Media: relaciones, contactos, influencias (siglos XII-XV)*. Madrid: Editorial Dykinson, 2023 (572 pp.)”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 437-450. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

NOTAS DE INVESTIGAÇÃO

RESEARCH NOTES



**Cerâmica, povoamento e formações sociais entre Tejo e
Mondego, nos séculos VI a XIV**

**Pottery, settlement and social formations between Tejo and
Mondego rivers, VI to XIV centuries**

Marco Liberato

Centro de Estudos em Arqueologia, Arte e Ciências do Património
Universidade de Coimbra
3000-395 Coimbra, Portugal

marcoliberato@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7477-6210>

Data recepção do artigo / Received for publication: 6 de Junho de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8435>



Este texto apresenta uma síntese de: LIBERATO, Marco - *Entre Tejo e Mondego, nos séculos VI-XIV: povoamento e cultura material num espaço disputado*. Faro: Universidade do Algarve, 2024. Tese de Doutoramento. A investigação foi realizada sob orientação dos professores Doutor João Pedro Bernardes e Doutora Susana Gómez Martinez e financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/99597/2014).

Problemáticas, periodização e metodologia analítica

A investigação desenvolvida teve como objetivo principal identificar os processos históricos que determinaram a ocorrência, anteriormente constatada, de dois universos técnico-culturais totalmente distintos no que à produção cerâmica diz respeito, especialmente distinguíveis no registo arqueológico do século X em diante e que revelam a implantação de formações sociais igualmente diversas. Um deles, vulgarmente nomeado como islâmico, caracteriza-se, sinteticamente, pela difusão progressiva de novas morfologias e técnicas ornamentais com origem primeva nas latitudes meridionais da antiga Hispânia, dinâmica que consideramos mais útil do ponto de vista interpretativo que a utilização de designações que remetem para âmbitos religiosos ou étnicos. Enquanto o segundo, por vezes adjetivado como cristão, apresenta igualmente traços distintivos, de onde se destaca uma manifesta impermeabilidade a influxos exógenos à sua área de ocorrência, em geral localizada a norte do Tejo, pelo que preferimos nomeá-lo como fundo autóctone-setentrional.



Fig. 1 – Um espaço, dois universos tecnológicos: asa puncionada (Leiria, séculos XII-XIII) e produção local de corda seca (Santarém, século XII).

Na impossibilidade de analisar o problema no âmbito geográfico ideal, que seria a Península Ibérica no seu conjunto, foi necessário definir um espaço mais reduzido. Pelo acima exposto, o rio Tejo constituiu-se como o óbvio limite meridional. Já a Norte, a inclusão da bacia do Mondego também se afirmava como um imperativo, por aí se reconhecerem fenómenos de hibridismo em várias peças já publicadas que apresentam, simultaneamente, caracteres geralmente atribuídos a cada um dos universos técnico-culturais em análise¹. Já a opção de traçar o limite Leste pelos enrugamentos da Serra da Gardunha e pelo curso do Zêzere, decorreu essencialmente de informações documentais: ao longo da Idade Média, todas as divisões administrativas, sejam elas *kuras*, dioceses ou comarcas², respeitaram uma assim intuída alteridade dos processos históricos ocorridos na atual Beira Baixa face aos âmbitos “litorais”.

No que respeita à periodização, a constatação de que “el 711 no significa demasiado desde un punto de vista material”³, veio a comprovar-se uma realidade válida para todos os âmbitos cronológicos, verificando-se uma escassa reatividade do universo artefactual aos *Acontecimentos*. Foi assim necessário, de acordo com os dados recolhidos, adaptar a mesma, de forma a que coincidissem mais fielmente com as alterações económico-sociais reveladas pela cultura material. Neste apartado, assinala-se ainda a relevância das discrepâncias entre centros e periferias, que parece ser muitas vezes desconsiderada na abordagem arqueológica ao processo histórico: o que foi verdade na bacia do Guadalquivir em determinado momento, não o seria obrigatoriamente nas margens do rio Nabão, colocando mesmo algumas

¹ A Península de Lisboa ficou excluída deste polígono por duas razões: em primeiro lugar, porque a mole de informação disponível dificilmente seria articulável no âmbito temporal de uma bolsa de doutoramento mas sobretudo por se verificar que não são detetáveis no registo arqueológico conhecido, dissimelhanças assinaláveis com a restante área do Baixo Tejo. No entanto, a informação disponível concentra-se nos momentos finais da janela cronológica analisada tendo-se perspectivado, durante o processo de investigação, que a maior resiliência das funções urbanas na antiga *Olisipo* pode ter determinado fenómenos diferenciados ou, pelo menos, uma periodização distinta para os mesmos, hipótese que deve merecer atenção em abordagens futuras.

² MARQUES, A. H. de Oliveira e SERRÃO, Joel (dir.) – *Nova História de Portugal*. Vol. III. *Portugal em definição de fronteiras*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

³ GUTIÉRREZ LLORET, Sonia – “De Teodomiro a Tudmír. Los primeros tiempos desde la arqueología (s. VII-IX)”, In *De Mahoma a Carlomagno. Los primeros tiempos (siglos VII-IX)*. XXXIX *Semana de Estudios Medievales, Estella, 17-20 de julio de 2012*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Cultura, Turismo y Relaciones Institucionales, 2013, p. 235.

questões em torno da assertividade da “datação por paralelo” da denominada cerâmica comum. Em síntese, de acordo com os dados recolhidos, podemos assinalar quatro períodos em que o registo arqueológico revelou evoluções partilhadas na generalidade da área estudada: a transição entre os séculos V-VI; o período compreendido entre o século VI e os finais do VIII; as alterações ocorridas entre os séculos IX e XI e um novo realinhamento estrutural que se observou para os séculos XII-XIV.

O outro eixo estruturante da investigação correspondeu à tentativa de articular o universo cerâmico identificado em cada sítio com a classificação tipológica das fórmulas de povoamento. É este exercício que permite elevar o registo arqueológico a uma dimensão histórica, ilustrando as estratégias dos diversos grupos sociais para dominar e/ou explorar os territórios onde decorreu a sua ação, bem como a sua evolução na diacronia. No entanto, foram várias as dificuldades sentidas neste objetivo⁴ e as expectativas tiveram de ser moderadas, restringindo-se o mesmo à tentativa de identificação de hierarquias relativas, tendo como um dos critérios de análise a posição geográfica e topográfica de cada assentamento, uma vez que estes elementos podem, por exemplo, denunciar intencionalidades castrenses e, conseqüentemente, proximidade aos poderes.

Foram ainda tidas em conta outras variáveis, como a “qualidade estrutural” do registo arquitetónico ou a intensidade das relações supralocais assinaladas. Assim, a sobreposição de fossas detríticas medievais às estruturas romanas de Conimbriga, torna indiscutível a alteração do lugar-estatuto desta povoação ao longo do tempo. Parece também inegável que a percentagem relativa de cerâmica importada recuperada em cada povoação constitui um indicador fiável da sua dinâmica económica e política em cada conjuntura, bem como da sua estrutura produtiva e

⁴ Desde logo decorrentes da escassa amostra disponível, na medida em que as escavações em Portugal raramente revelam grandes parcelas dos sítios intervencionados. Acresce ainda que a gestão da informação decorrente da chamada Arqueologia Preventiva, a “arqueologia realmente existente” em termos quantitativos, se assume altamente problemática. São demasiado comuns as situações de caos metodológico, inviabilizando a utilização do registo das intervenções, enquanto no que diz respeito à redação dos relatórios técnicos, em teoria obrigatórios, a situação é verdadeiramente catastrófica. Esta afirmação é também verdadeira para o apartado da gestão dos espólios recuperados, que inúmeras vezes se encontram em paradeiro desconhecido.

aquisitiva revelando, por inerência, a formação social que articulou o seu povoamento em determinado momento.

Séculos V-VI: os momentos finais da formação social tardo-antiga.

O capítulo dedicado à transição entre os séculos V-VI teve um carácter iminentemente introdutório, relacionando-se com o objetivo de sinalizar na diacronia o momento em se que iniciou a afirmação dos universos tecnológicos distintos. Este seria obrigatoriamente posterior à desagregação definitiva da formação social tardo-antiga, tendo-se verificado que esse processo não se apresentava concluído antes do primeiro quartel do século VI. Embora a quebra de volume de cerâmicas importadas tenha sido relevante, continuavam a aportar à região *sigillatas* focenses e africanas demonstrando a sobrevivência, embora parcial e decadente, das redes de intercâmbios suprarregionais.

Mas, mais significativa para as perguntas colocadas pela investigação, foi a constatação de que à escassez dessas importações, a estrutura produtiva respondeu prontamente, observando-se uma generalizada distribuição das denominadas *Cerâmicas de Imitação de Sigillata*⁵.

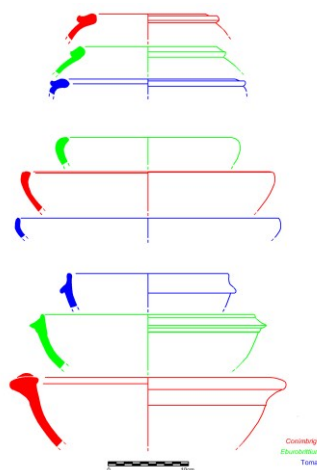


Fig. 2 – Coerências morfológicas numa rede urbana decadente: materiais de Conimbriga, Eburobrittium e Tomar (séculos V-VI).

⁵ Uma série pintada a branco que muito embora conceptualmente não possa ser inserida nesta categoria, teria o mesmo significado social: oferecer algum tipo de consumo restrito às comunidades da época.

As flagrantes semelhanças verificadas nos perfis da denominada cerâmica comum, confirmam a impressão já intuída a partir das produções mencionadas: uma mesma formação social, cujos traços de continuidade com o mundo romano eram amplamente majoritários, ainda se articulava em toda a região estudada.

A atomização do povoamento e a quebra da especialização produtiva durante os séculos VI a VIII

As grandes mutações verificar-se-iam ao longo do século VI. Tornou-se então patente um duplo afunilamento, quer espacial, quer social, da componente artefactual que sinaliza algum nível de integração cultural supralocal, restringindo-se esta à escassa escultura arquitetónica, a cunhagens dos monarcas visigodos ou a objetos em metal, como fechos de cinturão, de incontestável origem forânea⁶.

No que diz respeito à cerâmica, a produção que ilustra as vivências da esmagadora maioria dos contingentes sociais, afirmou-se o que denominamos por *horizonte manual*, que constitui uma clara evidência de regressão da especialização produtiva, pela ausência do recurso a modelações com *torno alto*. Presente tanto em âmbitos rurais, como nos centros urbanos⁷, verificou-se ainda que fornecia apenas um lote muito reduzido de formas: aquelas que não podiam, devido à sua função, ser substituídas por recipientes em matéria-prima distinta⁸. Revelando-se assim uma sociedade onde a maioria da população se dedicava a atividades produtivas tendencialmente autárquicas, sem dinamizar consumos mais específicos e requintados.

⁶ Constituindo-se estes como evidentes atributos de representação de elites, demograficamente residuais, comparecendo apenas em *civitas* e na posição de antigas *villae* romanas, neste caso sempre em decréscimo ao longo da diacronia. Ou na área de influência de eventuais *castella*, forma de povoamento que só indiretamente foi revelada pelo registo arqueológico, nomeadamente pelo uso funerário de cavidades cársicas das Serras de Aire e Candeeiros.

⁷ Esta problemática carece de estudos mais aprofundados, na medida em que se verificam percentagens diferentes da sua comparência no registo arqueológico. Como exemplo, se o fundo manual foi amplamente majoritário na Tomar dos séculos VI-VIII, nos sítios mais próximos da cidade de Lisboa nunca foi tão expressivo, denunciando eventualmente gradações relevantes no processo de desarticulação de centros ordenadores. No entanto, sem um absoluto rigor no processo de escavação, estes materiais podem ser misturados com componentes de maior “identidade cronológica”, dificultando a sua identificação e interpretação histórica.

⁸ Como panelas, obrigatoriamente expostas ao fogo, jarros pela sua utilização no armazenamento de líquidos ou alguidares, necessariamente impermeáveis.



Fig. 3 – A cultura material de uma sociedade tendencialmente autárquica: jarro modelado manualmente de Penedo, Torres Vedras.

Consideramos que esta realidade decorreu de profundas alterações nos esquemas de povoamento. A maioria das cidades tinha sido abandonada ou encontrava-se muito desurbanizada, enquanto a generalidade das posições das *villae* se foram desocupando ao longo do século VI, afirmando-se então como padrão de assentamento pequenas explorações agrícolas que, a julgar pelas dimensões mínimas das estruturas reveladas, acolheriam demografias muito reduzidas.

Cumulativamente, outros indicadores parecem demonstrar que nelas ocorriam etapas ocupacionais muito curtas: o abandono de telhados até à sua derrocada, soterrando sob a mesma instrumentos agrícolas em ferro, pode mesmo significar a extinção geracional dos seus ocupantes⁹. Também os pequenos núcleos de enterramentos que frequentemente margeavam estes casais em agrupamentos distintos, apontam no mesmo sentido: teriam sido habitados por pouca gente, deixados desmoronar, reocupando-se por vezes a sua posição após um período de abandono. Aparentemente sempre em ciclos de curta duração, testemunhados pelas escassas inumações presentes em cada uma dessas diminutas necrópoles.

⁹ Consideramos que o abandono desta componente artefactual é um processo bastante significativo, num momento histórico em que o acesso a produtos transformados se rarefazia e os fenómenos de reutilização eram uma constante.

Sinteticamente, podemos esquematizar a evolução das produções cerâmicas neste período da seguinte forma: o recuo cada vez mais acentuado dos poderes com ambições centralizadoras na região¹⁰ determinou a rarefação de centros ordenadores, encontrando-se estes geralmente em articulação com as vias de comunicação entre cidades episcopais, deixando amplas áreas do território estudado sem mecanismos hierarquizantes. Assim, o povoamento camponês atomizou-se em unidades pouco expressivas demograficamente, desenvolveram-se lógicas de autossubsistência e, conseqüentemente, as cadeias operatórias especializadas colapsaram por inexistência de procura, originando o surgimento do mencionado *horizonte manual*, uma resposta localista às necessidades de abastecimento cerâmico. Ter-se-ia estabelecido à época um “high level equilibrium system(s) [...] without any pressing need to change their fundamental economic structure(s)”¹¹.

Séculos IX-XI: a afirmação das sociedades de fronteira

De facto, só durante o século IX se verificou uma inversão dessa tendência, assinalada pelo ressurgimento generalizado das modelações com torno alto. Aplica-se a este fenómeno a mesma grelha interpretativa, embora em sentido inverso: um processo de gregarização camponesa teria estabilizado o mercado cerâmico e impelido à especialização da produção. Consideramos altamente provável que a implantação na região de um sistema tributário, coordenado pelas elites islâmicas, tenha sido o catalisador dessa alteração e que a concentração de braços para trabalhar a terra¹² tenha tido como objetivo primeiro a obtenção de excedentes para fazer face a essa pressão fiscal. Confere com esta leitura a presença no sítio Quinta

¹⁰ Verificado, por exemplo, pela escassez de moeda visigoda cunhada em Coimbra ou Lisboa. BARBOSA, Pedro Gomes e MIRANDA, José António Godinho - *Marcas de Poder. Moedas visigodas em território português*. Lisboa: Banco de Portugal, 2006, p. 69.

¹¹ WICKHAM, Chris - “Memories of Underdevelopment: What Has Marxism Done for Medieval History, and What Can It Still Do?”, In WICKHAM, Chris - *Marxist History-Writing for the Twenty-First Century*. Oxford: Oxford University Press for the British Academy, 2007, p. 44.

¹² Sobre esta questão, assinala-se a relação progressiva verificada nas necrópoles “visigodas” rurais: quanto maior o número de inumações - revelando provavelmente comunidades mais extensas - maior a diversidade de objetos de produção exógena em metal, vidro ou resinas fósseis. Assim, a concentração relativa de camponeses poderia ser empiricamente reconhecida como a forma mais eficiente de conseguir algum excedente na produção.

da Granja 1, Alcobaça, de novos perfis com origem meridional¹³ demonstrando conexões indiscutíveis com o universo cultural, mas também certamente administrativo, dos conquistadores. Já a profusão de silos - que não foram identificados em nenhum dos assentamentos cronologicamente anteriores - parece comprovar o aumento da produtividade dessas comunidades aldeãs.

A este propósito assinala-se, como nota analítica e interpretativa, que fizemos corresponder o conceito de islamização das materialidades nesta “periferia da periferia”¹⁴ com um processo de alastramento dos contactos entre núcleos de povoamento, em detrimento de uma interpretação que tende a enfatizar a penetração de componentes culturais com origem oriental. As cerâmicas pintadas a vermelho - em vários locais, as primeiras importações verificadas desde a Antiguidade Tardia - constituem um argumento incontornável nesse sentido, uma vez que os seus protótipos já eram produzidos antes de 711¹⁵ e o que parece ter mudado foi a escala da sua distribuição, que aumentou exponencialmente.

No entanto, se ao longo do século IX se assinalam alterações significativas no que à exploração do território diz respeito, esse processo não parece ter tido equivalência no apartado do seu domínio e proteção. Detetou-se uma implantação dos poderes restrita a pré-existências à conquista: sem surpresa, em Coimbra, cidade episcopal, surgem das primeiras evidências de introdução de perfis meridionais, como candis. Também Conimbriga, escorada que estava a sua vocação militar na muralha tardorromana, parece ter acolhido uma relativamente pujante ocupação emiral, que determinou alterações na pauta morfológica e ornamental das suas cerâmicas. E mesmo *Mont Salut*, a fortaleza referida com maior frequência nas crónicas islâmicas, dificilmente corresponderia a um assentamento promovido *ex-nihilo* por Córdova, tendo como objetivo adaptar a malha defensiva aos seus propósitos, dada a

¹³ GONZÁLEZ, Cristina - “Quinta da Granja 1 (Maiorga, Alcobaça): novos dados sobre o povoamento da Estremadura na Alta Idade Média”. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coord.) - *Arqueologia em Portugal - 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, figura 7.

¹⁴ FERNANDES, Hermenegildo - “Em torno de Santarém: posição e funções”. In ARRUDA, Ana Margarida; ALMEIDA, Maria José; VIEGAS, Catarina (coord.) - *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2002, p. 52.

¹⁵ FUERTES SANTOS, Maria del Camino - *La cerámica medieval de Cercadilla, Córdoba. Tipología, decoración y función*. Córdoba: Junta de Andalucía - Consejería de Cultura, 2010, p. 121.

facilidade com que foi ocupado por elementos rebeldes antes e durante a primeira *fitna* peninsular¹⁶. Consideramos bastante mais verosímil que se trate de um castelo de primeira geração¹⁷, que continuava a manter um valor estratégico relevante no século IX, sendo disputado entre o poder central e os líderes com aspirações autonómicas.

Apenas o castro de Santa Olaia, Figueira da Foz, se habilita como eventual adição às pré-existências durante o período emiral, a julgar por alguns perfis recuperados no sítio que, no entanto, enfermam de descontextualização estratigráfica. Mesmo que se confirme esta leitura, tratar-se-ia de uma intervenção numa escala muito reduzida, tendo como objetivo reforçar a defesa do imediato de Coimbra, um verdadeiro imperativo estratégico à época, dada a pressão cristã em crescendo de organização. Relacionamos essa incapacidade revelada pelo emirado em dinamizar novos pontos de apoio da sua malha administrativa com a hipótese teorizada por vários autores, que consideraram a escassez de recursos humanos como uma fragilidade estrutural dos poderes islâmicos¹⁸, impedindo-os de acionar mecanismos mais coerentes de controlo territorial nesta periferia.

Certo é que Coimbra foi integrada na órbita da monarquia asturiana em 878, tendo sido recolhidas informações que permitem perspetivar um avanço territorial bastante mais extenso do que é costumeiramente admitido, tendo este atingido a encosta norte do Maciço Calcário Estremenho e o vale do Tejo, com a exceção de *Balata*. Assim sugere a dispersão geográfica de elementos arquitetónicos com iconografia cristã, esculpidos entre os séculos IX-X. No mesmo sentido, parece ser mais coerente admitir que a igreja de S. Gião da Nazaré se trate de uma “célula de colonização” da formação social asturiana¹⁹ do que uma edificação moçárabe, no

¹⁶ MANZANO MORENO, Eduardo – *La frontera de Al-Andaluz en la época de los Omeyas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991.

¹⁷ QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; BENGOTXEA REMENTERIA, Belén – *Arqueología III: Arqueología medieval y posmedieval*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia 2010, p. 154.

¹⁸ PICARD, Christophe – *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle): l'Occident d'al- Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve e Larose, 2000, p. 24.

¹⁹ ARCE SAINZ, Fernando; MORENO MARTÍN, Francisco José – “La construcción de iglesias como herramienta para el conocimiento del territorio tardoantiguo y altomedieval en la Meseta Norte”. In CABALLERO ZOREDA, Luís; MATEOS CRUZ, Pedro; CORDERO RUIZ, Tomas (coord.) – *Visigodos y*

sentido jurídico deste conceito, dada a mimética perfeita com as suas congéneres que estavam a ser construídas no norte peninsular no mesmo âmbito temporal²⁰.

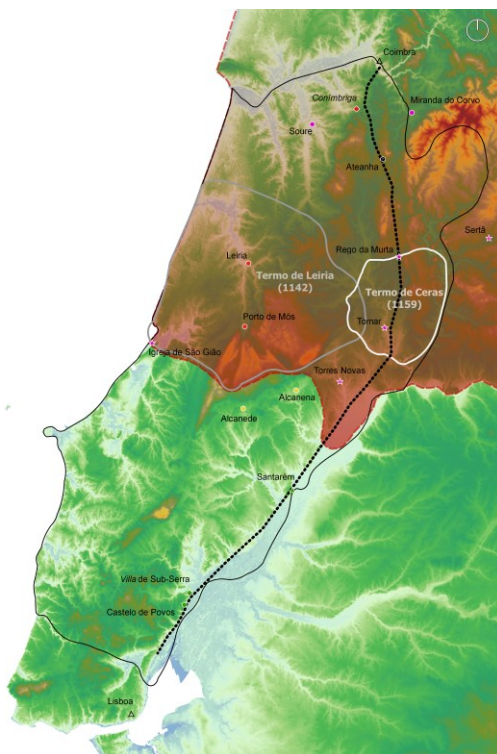


Fig. 4 – A “fronteira” até aos finais do século X: área subtraída ao controlo islâmico após a presúria de Coimbra (a vermelho).

Surgem indícios no registo arqueológico que permitem incluso classificar o âmbito cristão como o verdadeiro *fazedor de cidade* no espaço em apreço, entre os séculos X e XII. As semelhanças morfológicas, estilísticas e técnicas entre cerâmicas recuperadas em Leiria e Porto de Mós e as suas congéneres de Viseu - esta uma reconhecida plataforma de expansão asturiana durante o século X - revelam que as tentativas de controlo territorial das novas possessões cristãs assentaram na promoção de sítios proto-urbanos, verdadeiros microcosmos socioeconómicos que albergariam gente suficiente para assegurarem, *per sí*, funções defensivas. As escassas fontes documentais reforçam esta linha interpretativa informando, por exemplo, que Montemor-o-Velho nos finais dessa centúria acolhia presumivelmente

Omeyas. El territorio. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas \Junta de Extremadura-Consortio de Mérida, 2012, p. 112.

²⁰ CABALLERO, Luís; ARCE, Fernando; UTRERO, Maria de los Ángeles – “São Gião de Nazaré (Portugal). Un tipo original de iglesia”. *Arqueología de la Arquitectura* 2 (2003), pp. 75-79.

duas igrejas²¹ o que, à escala da região, é revelador de contingentes demográficos razoáveis.

Nessa conjuntura de acosso, em que os poderes cristãos se aproximavam das planuras do Sul, onde a velocidade de deslocação aumentava exponencialmente e o assédio às grandes cidades meridionais se afiguraria como eminente, Córdova encetou um programa de defesa do vale do Tejo, como se comprova pela campanha de obras realizadas em Lisboa durante o ano de 985²². No entanto, a ação mais exuberante desse processo parece ter sido a revalorização da vocação militar de Santarém, antiga cidade romana que o registo arqueológico conhecido indicia como amplamente desarticulada em 711. Em escassas dezenas de anos, uma estrutura produtiva dificilmente diferenciável face a um qualquer assentamento rural, alterou-se radicalmente e, para a transição entre o século IX-X, observa-se uma acentuada “islamização” das cerâmicas que circulavam na cidade, pela comparência de novas morfologias e opções ornamentais, que se substituíram totalmente às tradições oleiras anteriores. Outros elementos, como a dimensão das suas necrópoles que acolheram indivíduos depositados em decúbito lateral logo na transição entre os séculos VIII e IX, a identificação de inscrições em árabe sobre material ósseo ou a ausência de porco nas assembleias faunísticas dessa cidade ao longo dos séculos X e XI, demonstram o alcance desse processo de controlo territorial e aculturação ²³.

São igualmente recenseáveis esforços progressivos no sentido de apertar a malha defensiva de *Balata*, sendo exemplo o surgimento do castelo de Povos. A cultura material dos séculos X-XI recuperada neste sítio permite ainda estabelecer um primeiro nível de diferenciação entre o universo cerâmico meridional e o autóctone-













²¹ BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*. Vol. 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian\Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000, p. 39.

²² BARCELÓ, Carmen – “Lisboa y Almanzor (374 H. / 985 d. C.)”. *Conímbriga* LII (2013), p. 173.

²³ Assinala-se aqui novo exemplo de como as fontes históricas podem ser lidas noutra sentida, quando articuladas com o registo arqueológico. Aos autores coevos, este empreendimento constitui um verdadeiro momento (re)fundacional da fortaleza do Tejo. Assim interpretamos a registo de Ibn Hawqal, fixado durante a segunda metade do século X, que não hesitou em considerar Santarém uma povoação “recente”, equiparando-a mesmo com o peculiar caso de Pechina. REI, António – *O Gharb al-Andalus Al-Aqsâ na geografia árabe (séculos III h. / IX d.C. - XI h. / XVII d.C.)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2012, p. 172. Mas que parece ter passado despercebido nas obras historiográficas que se basearam exclusivamente em documentação escrita.

setentrional, que se foram distinguindo de forma cada vez mais evidente a partir do século IX: a ocorrência, no âmbito islâmico, de vastas áreas geográficas onde as coerências morfológicas, estilísticas e ornamentais se foram tornando quase absolutas.

Assim, uma estrutura produtiva classificável como “proto-industrial” e uma rede de contactos à escala do Mediterrâneo difundiu na bacia do Tejo uma pauta morfológica que incorporou sucessivamente novas formas cerâmicas, muito adaptadas a funções específicas - daí a sua ampla diversidade morfológica – característica que não colide com uma grande uniformidade estilística e cultural, sempre complementada com a profusa circulação de materiais importados.

PARALELOS		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L	M	REFERÊNCIA
LOCAL	CRONOLOGIA													
Lisboa	Séc. XI - XII		7	4		4		7	3					(Gomes, et al., 2001)
Lisboa	Séc. XI - XII	3	4	4			3	6			3			(Bugalhão e Folgado, 2001)
Lisboa	Séc. XI - XII	2		4							2			(Amaro, 2001)
Lisboa	Séc. XI - XII										2			(Calado e Leitão, 2005)
Palmela	Séc. X - XII	1				4			3		2			(Fernandes, 2004)
Moura	Séc. X - XII		4											(Macias, 1993)
Alcácer do Sal	Séc. IX - X						3							(Paixão, Faria e Carvalho, 2001)
Mértola	Séc. XI - XII	3									3			(Gómez, 2004)
Vale do Boto	Séc. X - XI		2											(Catarino, 1997/1998)

NOTA METODOLÓGICA: Na elaboração desta tabela fizemos corresponder algarismos, de 1 a 7, ao grau de semelhança da decoração de peças exumadas noutros locais com as recuperadas em Santarém. Assim, os mesmos correspondem a:

- 7 - decoração igual;
- 6 - mesmos motivos e organização, mas com adição ou subtração de uma linha numa associação;
- 5 - mesmos motivos, mas com organização diferente;
- 4 - exclusão de um motivo, mas com organização igual;
- 3 - correspondência apenas na decoração do colo;
- 2 - correspondência apenas na decoração do corpo;
- 1 - dois motivos partilhados, independentemente da sua localização.

Fig. 5 – Coerências morfológicas no âmbito da formação social Islâmica: a forma jarra.

Já no âmbito territorial onde a implantação da formação social islâmica foi interrompida pelas presúrias asturianas, sobreviveram lógicas produtivas estruturalmente descentralizadas que continuaram a oferecer evidentes referentes morfológicos para com a cerâmica alto-medieval em cronologias tardias,

assinalando-se também uma elevada ocorrência de particularismos estilísticos²⁴ e uma pauta formal muito reduzida, especialmente no que diz respeito às peças abertas. Esta situação seria certamente uma consequência direta da ruralização da economia, da incipiente divisão e especialização do trabalho e do isolamento da sua estrutura produtiva, preposição indiscutivelmente demonstrada pela ausência de importações.

Considerando estas características distintivas, a organização social decorrente da expansão do domínio político islâmico até ao vale do Mondego após as campanhas de Almansor, foi classificada a partir do conceito de *sociedades compartimentadas*. Na falta de melhor definição, que ilustrasse uma evidente estagnação técnico-cultural entre os consumos de conquistados e conquistadores, pretendeu-se dar ênfase a uma diferença estrutural entre as realidades vivenciadas nas novas possessões islâmicas, quando o termo de comparação foi o vale do Tejo, muito embora ambas as sub-regiões se encontrassem então unificadas em termos político-administrativos.

Comparecem no registo arqueológico de Coimbra do século XI algumas importações “prestigiantes”, mas que não influenciaram a produção local no seu conjunto, tendo esta, apesar de pontuais incorporações de soluções morfológicas meridionais, continuado a oferecer perfis associáveis ao fundo autóctone-setentrional em percentagens absolutamente dominantes. Cumulativamente, a dispersão espacial dessas importações coincide com os espaços do poder, estando sistematicamente ausentes dos arrabaldes. O que permite perspetivar que a conquista islâmica se saldou por uma adição de grupos dirigentes à sociedade local tendo esta, no essencial, continuado com as suas práticas e técnicas artefactuais, que não foram permeadas por novos influxos culturais. Esta leitura reforça-se com o registo arqueológico daqueles sítios que não interessariam ao controlo direto dos conquistadores como Conimbriga transmutada definitivamente, à época, numa

²⁴ Consideramos que esta particularidade se deve à organização da produção: o mundo meridional estaria dotado de oficinas profissionalizadas, moldando grandes volumes de peças e abastecendo mercados alargados. Já no universo senhorial, cada povoado seria abastecido por vários oleiros, que eventualmente se dedicavam a essa atividade apenas ciclicamente, imprimindo pormenores morfológicos nas suas peças, em absoluto contraste com a standardização verificada nas formas islâmicas.

aldeia. Neste caso, toda a produção cerâmica conhecida para os séculos X-XI é filiável nos ambientes autóctone-setentrionais.

Seria esta a realidade na generalidade dos novos territórios islâmicos após as campanhas de finais do século X e, independentemente dos mapas políticos, pensamos que a busca por sinais materiais de islamização na maioria do espaço compreendido entre o Maciço Calcário Estremenho e as fortificações do vale do Mondego não se revelarão frutíferas.

Esses são detetáveis exclusivamente nos sítios diretamente relacionados com o poder, nomeadamente os de cariz castrense. No entanto, quer a posição destes assentamentos, quer as realidades estruturais identificadas, como no caso do Paço da Ega, Condeixa-a-Nova denunciam que o poder califal/taifa pouco mais apetrechado estava para defender esta periferia que o Emirado. Essa tarefa seria essencialmente confiada às cidade-capital, coadjuvadas por pequeníssimas fortificações distribuídas ao longo das principais vias de comunicação, com uma função de vigilância mais que de defesa ativa, num esquema de povoamento que definimos como em “pele de tigre”²⁵. O que explica o colapso do controlo islâmico até ao paralelo de Leiria, pouco tempo passado após a conquista de Coimbra de 1065, com excepção do troço melhor protegido da via *Olisipo-Bracara* que corria ao longo do rio Nabão.

O irreversível avanço para Sul da formação social senhorial nos séculos XII-XIV: tempos de osmose cultural

A conjuntura acima referida demonstra, incluso retrospectivamente, a diferenciada implantação da formação social islâmica nas bacias do Mondego e do Tejo. No primeiro caso, após a sua desconexão definitiva com o mundo mediterrâneo, o fundo autóctone-setentrional passou a seguir, em poucas décadas e de forma exclusiva, as suas pautas evolutivas próprias. Já na fortaleza de Santarém, mesmo sob acosso do beligerante, as osmose com o mundo meridional atingiram o auge no século XII,

²⁵ Adaptando uma adjetivação já estabelecida para as realidades alto-medievais e conhecida como em “pele de leopardo”. WICKHAM, Chris – *Una historia nueva de la Alta Edad Media: Europa y el mundo mediterráneo, 400-800*. Barcelona: Crítica, 2016, p. 774.

como nos revela a produção local de corda seca. Os poderes almorávidas parecem, inclusive, ter sido capazes de articular uma derradeira tentativa de defender as áreas de contacto com *Balata*, como nos revelam alguns materiais de Óbidos ou de Sertã, que indiciam a edificação de fortificações de “última hora”.

No entanto, a vantagem demográfica do mundo cristão revelar-se-ia definitivamente e a progressão do mapa político assinalada para o século XII foi sistematicamente acompanhada pelo fomento de unidades de povoamento com vocação urbana, que acolhiam contingentes populacionais suficientes para enfrentar um exército inimigo com recursos próprios, como aconteceu com as incursões almorávidas a Soure ou almóadas a Tomar²⁶.

O registo arqueológico dessas novas vilas-concelho deixa poucas dúvidas: o fundo autóctone-setentrional passou a conhecer uma muito maior dispersão no território considerado, denunciando a formação social responsável pela sua fundação. A precaridade física e estrutural dos ambientes domésticos desses assentamentos que vem sendo registada para os séculos XII-XIII, destacando-se a frequência de *sunken featured buildings*²⁷, também se afirma pouco consonante com uma vetusta vivência urbana denunciando, novamente, o seu momento genésico.

No entanto, se o fundo autóctone-setentrional revela as suas pautas evolutivas próprias durante largas dezenas de anos no antigo “deserto urbano” que ocorria entre Santarém e Coimbra até à definitiva conquista cristã, no *core* da área onde a formação islâmica se tinha desenvolvido na plenitude, as realidades continuaram a ser amplamente diferentes. Para esse âmbito territorial observa-se uma evidente resiliência dos protótipos meridionais, sejam eles soluções de continuidade, como

²⁶ Essa diferente capacidade de articulação do território surge igualmente evidenciada pelas referências documentais. Assim, a transferência das tarefas defensivas de pequenos assentamentos como o Alvorge da Toxe para Torres Novas ou de Ceras para Tomar, teria como objetivo acautelar o acesso a melhores potencialidades agrícolas, necessários para o abastecimento de numerosas populações adventícias. Leitura comprovada, no segundo caso, pela aproximação aos recursos naturais que tinham sido suficientes para abastecer uma antiga cidade romana.

²⁷ LIBERATO, Marco; SANTOS, Helena; SANTOS, Nuno – “A evolução da malha urbana de um povoado de fronteira: Torres Novas, séculos XII a XV. Um contributo arqueológico acerca dos “momentos fundacionais” dos concelhos medievais portugueses, entre Tejo e Mondego”. In *Atas del VII Congresso de Arqueologia Peninsular*, no prelo.

as patenteadas nas jarras de colo cilíndrico, seja mesmo pela introdução de perfis que se difundiram primeiramente nas cidades ainda sob domínio almóada.

A unicidade cultural também não sofreu abalos significativos nessa sub-região, verificando-se uma absoluta concordância na evolução formal das cerâmicas de Lisboa e de Santarém, entre os séculos XIII-XIV, ainda que com pontuais divergências cronológicas na divulgação de algumas “inovações”, de que são exemplo as panelas com asas no bojo. Podemos, portanto, falar do triunfo do que ficou definido na tese como *capacidade instalada*. Ou seja, a estrutura produtiva herdada de período islâmico sobreviveu, ainda que com algumas mutações – sendo a mais exuberante a abrupta queda da produção de cerâmicas com revestimento – e continuou a apresentar uma oferta estandardizada de perfis em toda a área sob influência direta das cidades portuárias do Baixo Tejo.

Resiliência de tal forma estrutural que se observa, a partir dos séculos XIII-XIV, a ocorrência sistemática de pormenores estilísticos genesticamente meridionais, como os fundos anelares ou as tigelas carenadas, cada vez mais a norte. Verifica-se, no entanto, uma divergência cronológica relevante entre a comparência desses novos perfis nos denominados *contextos de síntese*²⁸ e a sua divulgação primeva no vale do Tejo. Tomemos como exemplo os fundos em bolacha, que só se tornariam comuns em Coimbra ao longo do século XV, constatação que deve servir de alerta para os riscos de propostas de datação baseadas exclusivamente em paralelos morfológicos, desconsiderando a origem estratigráfica das peças.

No fundo, estes *contextos de síntese* constituem o registo arqueológico de um novo tempo, em que os ritmos agrícolas já não determinavam em absoluto o devir social do reino português no seu conjunto. Aproximando as suas realidades materiais, mesmo em latitudes setentrionais, de algumas características como a estandardização formal em áreas alargadas que, durante séculos, tinham sido exclusivas da formação social islâmica.

²⁸ Assim foram nomeadas as assembleias artefactuais, presentes a norte de *Balata*, que continuaram a oferecer elementos de origem setentrional como alguidares de fundo em disco, em percentagens muito elevadas, mas onde as formas meridionais se foram divulgando, crescentemente, ao longo da diacronia.

Referências bibliográficas

ARCE SAINZ, Fernando; MORENO MARTÍN, Francisco Jose – “La construcción de iglesias como herramienta para el conocimiento del territorio tardoantiguo y altomedieval en la Meseta Norte”. In CABALLERO ZOREDA, Luís; MATEOS CRUZ, Pedro e CORDERO RUIZ, Tomas (coord.) – *Visigodos y Omeyas. El territorio*. Mérida: Consejo Superior de Investigaciones Científicas\Junta de Extremadura-Consorcio de Mérida, 2012, pp. 97-122.

BARBOSA, Pedro Gomes; MIRANDA, José António Godinho – *Marcas de Poder. Moedas visigodas em território português*. Lisboa: Banco de Portugal, 2006.

BARCELÓ, Carmen – “Lisboa y Almanzor (374 H. / 985 d. C.)”. *Conímbriga LII* (2013), pp.165-194.

BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, 5 volumes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian\Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2000.

CABALLERO, Luís; ARCE, Fernando e UTRERO, Maria de los Ángeles – “São Gião de Nazaré (Portugal). Un tipo original de igreja”. *Arqueología de la Arquitectura 2* (2003), pp. 75-79.

FERNANDES, Hermenegildo – “Em torno de Santarém: posição e funções”. In ARRUDA, Ana Margarida; ALMEIDA, Maria José; VIEGAS, Catarina (coord.) – *De Scallabis a Santarém*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2002, pp. 47-58.

FUERTES SANTOS, Maria del Camino – *La cerámica medieval de Cercadilla, Córdoba. Tipología, decoración y función*. Córdoba: Junta de Andalucía - Consejería de Cultura, 2010.

GONZÁLEZ, Cristina – “Quinta da Granja 1 (Maiorga, Alcobaça): novos dados sobre o povoamento da Estremadura na Alta Idade Média”. In ARNAUD, José Morais; MARTINS, Andrea; NEVES, César (coord.) – *Arqueologia em Portugal - 150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013, pp. 913 – 921.

GUTIÉRREZ LLORET, Sonia - “De Teodomiro a Tudmīr. Los primeros tiempos desde la arqueología (s. VII-IX)”. In *De Mahoma a Carlomagno. Los primeros tiempos (siglos VII-IX). XXXIX Semana de Estudios Medievales, Estella, 17-20 de julio de 2012*. Pamplona: Gobierno de Navarra, Departamento de Cultura, Turismo y Relaciones Institucionales, 2013, pp. 229- 283.

LIBERATO, Marco; SANTOS, Helena; SANTOS, Nuno – “A evolução da malha urbana de um povoado de fronteira: Torres Novas, séculos XII a XV. Um contributo arqueológico acerca dos “momentos fundacionais” dos concelhos medievais portugueses, entre Tejo e Mondego”. In *Atas del VII Congreso de Arqueologia Peninsular*, no prelo.

MANZANO MORENO, Eduardo – *La frontera de Al-Andaluz en la época de los Omeyas*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1991.

MARQUES, A. H. de Oliveira; SERRÃO, Joel (dir.) – *Nova História de Portugal*. Vol. III – *Portugal em definição de fronteiras*. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

PICARD, Christophe – *Le Portugal musulman (VIIIe-XIIIe siècle): l'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve e Larose, 2000.

QUIRÓS CASTILLO, Juan Antonio; BENGOTXEA REMENTERIA, Belén – *Arqueología III: Arqueología medieval y posmedieval*. Madrid: Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2010.

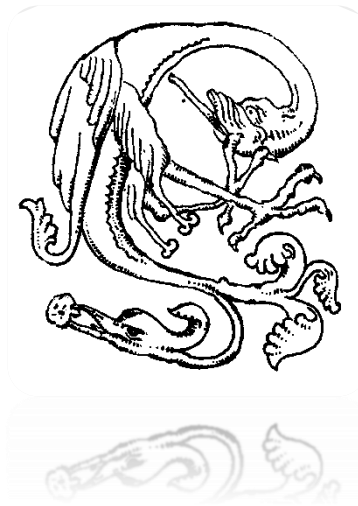
REI, António - *O Gharb al-Andalus Al-Aqsâ na geografia árabe (séculos III h. / IX d.C. - XI h. / XVII d.C.)*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2012.

WICKHAM, Chris – “Memories of Underdevelopment: What Has Marxism Done for Medieval History, and What Can It Still Do?” . In WICKHAM, Chris - *Marxist History-Writing for the Twenty-First Century*. Oxford: Oxford University Press for the British Academy, 2007, pp. 32-48.

WICKHAM, Chris – *Una historia nueva de la Alta Edad Media: Europa y el mundo mediterráneo, 400-800*. Barcelona: Crítica, 2016.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

LIBERATO, Marco – “Cerâmica, povoamento e formações sociais entre Tejo e Mondego, nos séculos VI a XIV”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 453-472. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 36 | Julho – Dezembro 2024

ISSN 1646-740X

**Las residencias regias del reino de Mallorca (ss. XIII-XV).
Un estudio de la arquitectura medieval en contexto.**

**Royal residences in the Kingdom of Majorca (13th-15th centuries).
A study of mediaeval architecture in context.**

Marta Fernández Siria

Universitat de les Illes Balears
Departament de Ciències Històriques i Teoria de les Arts
Grup de Recerca Estudis Medievals (GRESMED)
07600; Palma (Islas Baleares); España

m.fernandez@uib.es

<https://orcid.org/0000-0001-6541-0236>

Data recepção do artigo / Received for publication: 24 de Maio de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8437>



La creación de la Corona de Mallorca en 1276 dio lugar al nacimiento de una nueva entidad -territorial y política- y de una nueva dinastía. Jaime II, Sanç y Jaime III de Mallorca dominaron un territorio híbrido formado por el reino insular de Mallorca, el condado del Rosellón, Cerdaña, Vallespir, Capcir, Conflent, los vizcondados de Omeladés y Carladés y el señorío de Montpellier. Las dificultades a las que tuvieron que hacer frente los reyes de Mallorca -entre ellas, el tratado de vasallaje a la Corona de Aragón (1279), la ocupación insular (1285-1298) o la anexión definitiva de los territorios por parte de Pedro IV de Aragón (1343-1344)- concluyeron en la desaparición de la efímera corona apenas 60 años después de su formación. A pesar de esta realidad, los programas artísticos promovidos por la dinastía de Mallorca dan cuenta del esplendor de este breve periodo histórico y de la alta capacidad de sus promotores. Las residencias regias (re)construidas entre finales del siglo XIII y principios del siglo XIV son parte del patrimonio gótico monumental impulsado por los reyes de Mallorca en sus territorios.

Introducción

La tesis doctoral defendida en la Universitat de les Illes Balears analiza la arquitectura palatina del reino de Mallorca en época medieval a través de sus elementos constructivos y decorativos y desde la funcionalidad y usos de los espacios¹. La investigación se ha centrado en tres residencias localizadas en territorio continental -los castillos reales de Perpiñán, Montpellier y Collioure- y en los grandes castillos y palacios rurales de Mallorca -el castillo real de la Ciutat de Mallorca (Almudaina), el castillo de Bellver y los palacios de Sineu, Manacor y

¹ FERNÁNDEZ SIRIA, Marta – *Las residencias regias del reino de Mallorca en época medieval (ss. XIII-XV). Una aproximación a sus elementos y a la función y uso de los espacios*. Palma: Universitat de les Illes Balears, 2023. Tesis Doctoral Inédita. Directora de tesis: Dra. Sebastiana M. Sabater Rebassa. La tesis doctoral se ha realizado gracias a la concesión de una beca de Formación del Personal Investigador (FPI-CAIB 2018) “Ajut de la Vicepresidència i Conselleria d’Innovació, Recerca i Turisme del Govern de les Illes Balears i del Fons Social Europeu. Programa Operatiu del Fons Social Europeu 2014-2020 de les Illes Balears” y se ha vinculado al proyecto de investigación I+D “La casa medieval. Materiales para su estudio en Mallorca (HAR2016-77032-P)” (2016-2020) del Programa Estatal de Fomento de la Investigación Científica y Técnica de Excelencia (MINECO/AEI/FEDER,UE) adscrito al Departament de Ciències Històriques i Teoria de les Arts de la Universitat de les Illes Balears y dirigido por la Dra. Sebastiana M. Sabater Rebassa.

Valldemossa. Desde la década de 1960, los castillos y palacios del reino de Mallorca no habían sido objeto de un estudio de conjunto². Además, la producción historiográfica dejaba sin cubrir sectores fundamentales en la comprensión de las arquitecturas desde finales del siglo XIII hasta principios del siglo XV. En este sentido, el periodo privativo (1276-1349) ha sido el marco cronológico central de la tesis. No obstante, se ha tomado como punto de partida la conquista de Mallorca (1229) con el objetivo de analizar la etapa previa a la formación institucional de la corona. Asimismo, el estudio se ha extendido, en determinados aspectos, hasta inicios del siglo XV, pues era preciso comprender las consecuencias del cambio de dinastía en los aspectos formales, funcionales y simbólicos de las residencias regias.

Los objetivos propuestos han atendido a diferentes niveles de lectura y a la voluntad de comprender las residencias regias más allá de sus características formales e insertarlas en su propio contexto. Así pues, ha sido indispensable actualizar el tema añadiendo el corpus de datos arqueológicos y documentales conocidos en las últimas décadas e introduciendo nuevas perspectivas y métodos de investigación. Concretamente, se ha integrado la funcionalidad como un parámetro esencial en la comprensión de este patrimonio monumental medieval. En consecuencia, el corpus de fuentes utilizadas ha sido heterogéneo, destacando la propia arquitectura como principal documento a través del trabajo de campo.

La definición metodológica de la tesis ha sido fundamental en la consecución de resultados. En su aplicación al estudio de la arquitectura medieval, la metodología utilizada dirige sus intereses hacia la funcionalidad, los usos de los espacios y la restitución de los contextos inmediatos a su creación, así como sus transformaciones. Recientemente, esta línea de investigación -si bien aplicada al edificio religioso- ha sido descrita sosteniendo “una aproximación al edificio histórico desde su uso” y planteando “la perspectiva funcional, aquella que Émile Mâle invocaba como básica a la hora de trabajar sobre el Medievo y que, desde entonces, quedó suspendida en una tierra de nadie entre la historia del arte y los

² DURLIAT, Marcel – *L’art en el Regne de Mallorca*. Mallorca: Moll, 1989 (1964).

documentos”³. Efectivamente, esta metodología es de actualidad en el ámbito de la Historia del Arte, aunque sus fundamentos teóricos se advierten desde hace algunas décadas⁴. En definitiva, a través de los estudios histórico-artísticos, los estudios históricos, la historia social del arte y la historia de las mentalidades se pretende entender la historia del arte y sus manifestaciones en su contexto.

El testimonio de la itinerancia regia

Después de una primera parte introductoria, el segundo bloque de la tesis ha analizado la ubicación y los entornos de las residencias regias y la consideración de estas por parte de los monarcas. Esta aproximación se ha hecho, principalmente, a partir de los itinerarios regios, una tipología documental que hasta ahora no se había aplicado al estudio de la arquitectura palatina del reino de Mallorca.

Tras la conquista de Madina Mayurqa, Jaime I de Aragón ocupó el antiguo alcázar islámico e instauró allí la nueva sede de poder cristiano. La toma del *regne dins en mar* no llevó consigo el establecimiento del monarca en Mallorca, exceptuando los momentos inmediatos a la conquista. De hecho, en su itinerancia destacan las estancias en Perpiñán y Montpellier, con una especial atención al castillo real de esta última ciudad⁵. Sin embargo, la revisión documental ha demostrado la adecuación de algunos espacios en el castillo real de la Ciutat de Mallorca en tiempos de Jaime I el Conquistador⁶. Posteriormente, ciertas órdenes de arreglo dirigidas a la Almudaina a finales del siglo XIII, durante el reinado de Jaime II de Aragón,

³ CARRERO, Eduardo – *La catedral habitada. Historia viva de un espacio arquitectónico*. Barcelona: UAB, 2019, pp. 11-18.

⁴ En ámbito internacional destacan los estudios de Carol Heitz, Alain Erlande-Brandenburg, Éric Palazzo, Paolo Piva y Giovanna Valenzano, entre otros. En el panorama nacional, además de los trabajos de Eduardo Carrero, deben mencionarse los de Gerardo Boto, Amadeo Serra y Francesca Español, entre otros.

⁵ MIRET I SANS, Joaquim – *Itinerari de Jaume I el Conqueridor*. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, 2007 (1918); *Les quatre grans Cròniques. I. Llibre dels feits del rei En Jaume*. Ed. Ferran Soldevila, rev. filològica de J. Bruguera, rev. històrica de M. T. Ferrer i Mallol. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, 2007.

⁶ CABANES PECOURT, María Desamparados; HUICI MIRANDA, Ambrosio – *Documentos de Jaime I de Aragón (1216-1236)*. Valencia: Anubar, 1976, pp. 278-282, doc. 155; PÉREZ, Lorenzo – “Corpus documental balear (I). Reinado de Jaime I”. *Fontes Rerum Balearium* 1 (1977), pp. 83-86, doc. 74; MAÍZ, Jorge – *Los judíos de Baleares en la Baja Edad Media. Economía y política*. La Coruña: Netbiblo, 2010, p. 26, nota 59; FERNÁNDEZ SIRIA, Marta – “Las residencias reales del reino de Mallorca y la construcción ex novo de un reino”. In *Construir para perdurar. Riqueza petrificada e identidad social. Siglos XI-XIV. XLVII Semana Internacional de Estudios Medievales de Estella-Lizarra*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2022, p. 428.

mostrarían que la residencia subsistiría mediante atenciones puntuales hasta su importante (re)construcción a inicios del siglo XIV⁷.

Respecto al itinerario de los reyes de Mallorca, los datos conocidos han sido interpretados y valorados dentro y fuera de sus dominios territoriales⁸. Por una parte, se ha reafirmado que Jaime II de Mallorca dedicó todos sus esfuerzos a la construcción del castillo real de Perpiñán durante el último cuarto del siglo XIII, mientras se encontraba privado de las islas. Por otra parte, la devolución del territorio insular (1298) supuso un antes y un después en el programa residencial en Mallorca. A la (re)construcción monumental del castillo real de la Ciutat de Mallorca le siguieron la edificación *ex novo* del castillo de Bellver y la reforma de los palacios rurales. Si bien residían habitualmente en el continente, la presencia de Jaime II, Sanç y Jaime III de Mallorca en la isla fue mucho más que anecdótica, constatándose el uso de toda la red residencial insular, incluidos los palacios rurales. Fuera de sus fronteras, las estancias y contactos de los reyes de Mallorca con la Corona de Aragón, el reino de Francia y la corte papal de Aviñón han sido imprescindibles para insertar a la dinastía privativa en los círculos de poder coetáneos e insistir en el conocimiento directo de otras realidades.

A partir de 1343 y a raíz del cambio de dinastía, la posición de los territorios de la antigua Corona de Mallorca -y de sus residencias regias- en el itinerario regio sufrió una transformación⁹. Las estancias de los reyes de la Corona de Aragón comenzaron

⁷ ESTAL, Juan Manuel del – *Itinerario de Jaime II de Aragón (1291-1327)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2009; TRENCHS, Josep – *Documents de cancelleria i de mestre racional sobre la cultura catalana medieval*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2011, p. 100, doc. 134 y p. 102, doc. 144; FERNÁNDEZ SIRIA, Marta – “Sala, tinell y palau. Espacios y elementos representativos en la arquitectura regia y señorial mallorquina”. In SABATER, Tina (coord.) – *La casa medieval en Mallorca y el Mediterráneo: elementos constructivos y decorativos*. Gijón: Trea, 2021, pp. 232-233; FERNÁNDEZ SIRIA, Marta – “Las residencias reales del reino de Mallorca”, p. 428.

⁸ FIGUÈRES, Roger – *Les rois de Majorque. Résidence et déplacements*. Montpellier: Université Paul Valéry Montpellier 3, 2006. Mémoire de Master 2. Sous la direction de D. Le Blevec. Trabajo Inédito; FIGUÈRES, Roger – “La résidence des rois de Majorque”. *e-Spania. Revue interdisciplinaire d'études hispaniques médiévales et modernes* [Em linha] 28 (2017) [Consultado a 9 abril 2024]. Disponible em <https://doi.org/10.4000/e-spania.27179>

⁹ Los datos sobre la movilidad de Pedro IV de Aragón han sido extraídos de estudios específicos, noticias documentales y de su crónica. *Les quatre grans Cròniques. IV. Crònica de Pere III el Cerimoniós*. Ed. Ferran Soldevila, rev. filològica de J. Bruguera, rev. històrica de M. T. Ferrer i Mallol. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2014. Para Juan I y Martín I de Aragón: GIRONA I LLAGOSTERA, Daniel – “Itinerari del rey en Martí (1396-1402)”. *Anuari de l'Institut d'Estudis Catalans* 4 (1911), pp. 81-184;

a menguar progresivamente, especialmente en el caso de Mallorca. El castillo de Perpiñán fue una excepción y se impuso como un triunfo para Pedro el Ceremonioso, quien ordenó continuas reformas y reparaciones en esta residencia.

La tesis doctoral ha incluido el estudio de la presencialidad y uso de las residencias regias por parte de las reinas. La argumentación ha permitido destacar las figuras de Esclarmonda de Foix y María d'Anjou, reinas de la dinastía mallorquina. Por un lado, la existencia de apartamentos femeninos en las residencias regias de Perpiñán y de la Ciutat de Mallorca ya a principios del siglo XIV es una muestra inequívoca de la consideración de las reinas en el espacio palatino y un indicio evidente de su utilización¹⁰. Por otro lado, los estudios previos y las noticias documentales dispersas han sido utilizados como fuente para trazar un primer itinerario de María d'Anjou, localizándola numerosas ocasiones en Perpiñán y puntualmente en Mallorca, Montpellier y Aviñón¹¹.

Una definición de los castillos y palacios del reino de Mallorca

En el tercer bloque de la tesis se ha realizado un exhaustivo estudio de las residencias a partir de sus elementos arquitectónicos, decorativos y muebles¹².

GIRONA I LLAGOSTERA, Daniel – “Itinerari del rey en Martí (1403-1410)”. *Anuari de l’Institut d’Estudis Catalans* 5 (1914), pp. 515-654; GIRONA I LLAGOSTERA, Daniel – “Itinerari del rey en Joan I (1387-1396)”. *Estudis Universitaris Catalans* XIII-XV (1928-1930).

¹⁰ En el libro de obras de 1309 del castillo real de la Ciutat de Mallorca se menciona el *palau de les dones*. AGUILÓ, Estanislao – “Notes d’un llibre de l’obre del Castell de l’Almudayna. 1309”. *Bolletí de la Societat Arqueològica Lul·liana* 8 (1900), p. 262; SASTRE, Jaume – *Els llibres d’obra del Palau Reial de l’Almudaina: 1309-1314*. Palma: UIB, 2001, pp. 83-85.

¹¹ Véase, especialmente: PÉQUIGNOT, Stéphane – “La correspondencia de María de Anjou, reina de Mallorca. Entre conformismo y precariedad, discreción y escándalo”. In LAZZARINI, Isabella; NIETO SORIA, José Manuel; ROCHWERT-ZUILLI, Patricia (dirs.) – *Correspondances de femmes et diplomatie (Espagne, France, Italie, IXe-XVe s.)* [Em linha]. París: e-Spania Books, 2021. [Consultado a 9 abril 2024]. Disponible em <https://books.openedition.org/esb/3927>

¹² Ofrecemos una síntesis de las fuentes y estudios de referencia del conjunto de residencias. ESTABÉN, Francisco – *La Almudaina. Castillo real de la Ciudad de Mallorca*. Palma de Mallorca: Asociación Española de Amigos de los Castillos, 1975; SASTRE, Jaume – “El alcázar de Manacor (Mallorca). Datos para su estudio”. *Estudis Baleàrics* 14 (1984), pp. 75-81; MUT, Antonio – “Inventarios de los castillos de Alaró, Bellver y Pollensa y del palacio de Valldemossa, de mediados del siglo XIV”. *Bolletí de la Societat Arqueològica Lul·liana* 51 (1985), pp. 57-78; SASTRE, Jaume – “El castillo de Bellver bajo la dinastía de los Reyes de Mallorca, 1300-1343”. *Estudis Baleàrics* 36 (1990), pp. 51-62; *Bellver 1300-2000. 700 anys del castell*. Palma: Ajuntament de Palma, 2001; SASTRE, Jaume – *Els llibres d’obra del Palau Reial de l’Almudaina: 1309-1314*. Palma: UIB, 2001; SASTRE, Jaume – *Els llibres d’obra del Palau Reial de l’Almudaina: 1309-1314*; SASTRE, Jaume – “Palas rurals a Mallorca: la reestructuració del Palau de Sineu (1309)”. *Bolletí de la Societat Arqueològica Lul·liana* 60 (2004), pp. 63-100; MARIN, Agnès (dir.) – *Le palais des rois de Majorque, Perpignan (Pyrenées-Orientales). Rapport d’étude archéologique du bâti*. HADÈS, Bureau d’Investigation Archéologique, Conseil

La arquitectura palatina del reino de Mallorca, y concretamente los castillos de Perpiñán y de la Almudaina, seguía unos parámetros similares en la inclusión de determinados espacios representativos, residenciales y religiosos. La gran sala representativa (*aula*), las capillas palatinas o los apartamentos privados de los monarcas expresan esta idea, bien por su configuración interior/ exterior, bien a través de su ubicación/ visuales, bien por su capacidad simbólica. También se han constatado paralelismos y singularidades en los elementos decorativos que permiten –igual que el estudio arquitectónico- comprender el grado de unidad del proyecto residencial y la voluntad de singularizar ciertas zonas.

En términos generales, los análisis comparativos han constatado una relación entre los proyectos residenciales de Jaime II de Mallorca con aquellos del ámbito francés. El trabajo en paralelo con las residencias regias francesas coetáneas ha puesto de relieve una aplicación de soluciones espaciales y arquitectónicas similares. Sin embargo, la arquitectura palatina del reino de Mallorca incorpora particularidades estructurales y decorativas que se asimilan a otros contextos y que responden a una voluntad de distinguirse de sus contemporáneos. La epigrafía árabe en la decoración parietal del castillo de Perpiñán o la excepcional planta circular del castillo de Bellver son algunos de los testimonios materiales que expresan la permeabilidad y originalidad de la red residencial de la dinastía privativa.

Si los paralelismos -arquitectónicos, decorativos, muebles y, también, funcionales- entre residencias sirvieron a la identificación de la dinastía privativa a través de un programa visual propio, las particularidades distinguían y enaltecían los edificios y la capacidad de la dinastía mallorquina de crear su propia representatividad.

Général des Pyrénées-Orientales. Vols. I-IX. 2007. Trabajo Inédito; SASTRE, Jaume – “El Llibre d’obra del Castell de Bellver (1309-1310)”. *Bolletí de la Societat Arqueològica Lul·liana* 63 (2007), pp. 165-202; BAUÇÀ DE MIRABÒ, Concepció – *La Real Cartuja de Jesús de Nazaret de Valldemossa: formació y evolución de su patrimonio histórico-artístico*. Palma: J. J. de Olañeta, 2008; PASSARRIUS, Olivier; CATAFAU, Aymat (dirs.) – *Un palais dans la ville*. Vol. 1-2. Canet: Trabucaire, 2014.

El uso de los espacios áulicos

Los usos de las residencias regias y el contexto ideológico son el eje del cuarto bloque de la tesis, en el que destaca la aplicación a la investigación y la revalorización de las fuentes literarias, cronísticas y ceremoniales¹³.

La polivalencia es una de las características principales de los ámbitos palatinos analizados, en correspondencia con la realidad de las residencias regias en otros contextos. Los espacios abiertos como jardines, huertos o prados han de considerarse desde la doble vertiente de deleite y representación. Además de ser uno de los espacios predilectos para el disfrute visual y sensorial de los monarcas, los jardines fueron escenario de actos representativos. Asimismo, las grandes salas de aparato de los castillos de Perpiñán y de la Almudaina fueron el marco de embajadas y homenajes, actos religiosos o piadosos, sesiones de cortes, audiencias públicas y exequias regias. Los banquetes y convites también formaron parte de esta esfera representativa, tal y como certifican las *Leges Palatinae* y los testimonios literarios coetáneos.

El ámbito religioso participó de este carácter versátil, pues las capillas palatinas sirvieron a otros propósitos más allá de los espirituales. A su vez, los actos religiosos pudieron salir de las capillas y ocupar otros espacios de las residencias. Además, se ha destacado la importancia arquitectónica y simbólica de las capillas de las residencias de Perpiñán y de la Almudaina, las cuales tuvieron un papel fundamental en la construcción de la identidad religiosa de la dinastía privativa. En este sentido, en la tesis se ahonda en la figura de la reina Esclarmonda de Foix como parte activa

¹³ Además de las cuatro grandes crónicas catalanas, se han analizado las *Leges Palatinae* de Jaime III de Mallorca (1337) y las *Ordinacions de Cort* de Pedro IV de Aragón (1344). PÉREZ MARTÍNEZ, Lorenzo; LLOMPART, Gabriel; DURLIAT, Marcel – *Jaume III rei de Mallorca. Lles Palatines*. 2 vols. Palma de Mallorca: J. J. de Olañeta, 1991; GIMENO, Francisco M.; GOZALBO, Daniel; TRENCHS, Josep (eds.) – *Ordinacions de la Casa i Cort de Pere el Cerimoniós*. València: Universitat de València, Acadèmia Valenciana de la Llengua, 2009. Entre las fuentes literarias utilizadas, destacan: JOANOT MARTORELL, MARTÍ JOAN DE GALBA – *Tirant lo Blanc*. Ed. Martí de Riquer. Barcelona: Seix Barral, 1969; *Libro del caballero Zifar*. Ed. J. González Muela. Madrid: Castalia, 1982; ANSELM TURMEDA – *Llibre de Bons Amonestaments i altres obres*. Ed. Mikel de Epalza. Palma: Moll, 1987; CHRÉTIEN DE TROYES – *Li contes del Graal. El cuento del Grial*. Ed. Martín de Riquer. Madrid: Sirmio, 1989; CHRISTINE DE PIZAN – *Le Livre des Faits et Bonnes Moeurs du roi Charles V le Sage*. Traduction, avec introduction, chronologie et index par Eric Hicks et Thérèse Moreau. París: Éd. Stock, 1997.

en la construcción dinástica desde la vertiente religiosa. El espacio religioso también formó parte del proceso de apropiación material, visual y simbólica llevado a cabo por Pedro IV de Aragón. De hecho, de los primeros encargos que hizo el monarca al ocupar los territorios de la Corona de Mallorca deben destacarse los retablos que ordenó realizar para las capillas de Perpiñán y de la Ciutat de Mallorca.

De la construcción de la identidad representativa, residencial y religiosa de los reyes privativos también surgió una determinada imagen del poder. Así, también se han analizado las representaciones de los reyes privativos conservadas, esencialmente, en los manuscritos iluminados¹⁴. Las miniaturas tienen tal valor que se ha revalorizado su consideración como fuente para el conocimiento de los ambientes regios medievales. Entre ellas, destacan las incluidas en el manuscrito de las *Leges Palatinae* -de promoción regia y surgido de la corte de Jaime III de Mallorca-, puesto que texto e imagen recogen, codifican y evocan elementos y usos que, efectivamente, formaban parte de los ámbitos palatinos. El cotejo de los datos procedentes de las *Leges Palatinae* con aquellos extraídos de la documentación y de los propios vestigios materiales da plena licencia para acreditar y reivindicar el manuscrito como fuente documental e iconográfica de primer orden.

El proyecto de (re)construcción de las residencias regias iniciado por Jaime II de Mallorca sirvió a la creación de un patrimonio residencial propio, indispensable para una dinastía de nueva creación. Además, la tesis ha suscrito que esta red residencial -resaltando el territorio insular- fue utilizada como una herramienta de prestigio dinástico¹⁵. Uno de los casos más paradigmáticos es el castillo de Bellver, el cual hemos considerado como un símbolo identificativo de la Ciutat de Mallorca y, también, del primer monarca privativo.

¹⁴ Además de las *Leges Palatinae*, véanse: URGELL, Ricard (dir.) – *Llibre dels Reis. Llibre de franqueses i privilegis del regne de Mallorca. Còdex número 1 de l'Arxiu del Regne de Mallorca. Estudis i transcripcions*. Palma: J. J. de Olañeta, UIB, 2010; TRÉTON, Rodrigue (ed.); CATAFAU, Aymat; VERDON, Laure (col.) – *Les capbreus du roi Jacques II de Majorque (1292-1294)*. 2 vols. París: CTHS, 2011.

¹⁵ DURLIAT, Marcel – *L'art en el Regne de Mallorca*; ESPAÑOL, Francesca – *Els escenaris del rei. Art i monarquia a la Corona d'Aragó*. Barcelona: Angle, 2001; SABATER, Tina – “El renacimiento de las artes en los inicios de un reino. Mallorca 1298-1317”. *Hortus Artium Medievalium* 16 (2010), pp. 171-178; DOMENGE, Joan – “Arquitectura palatina del reino de Mallorca. Símbolos de poder para una efímera dinastía”. *Anales de Historia del Arte* 23-Núm. Esp. II (2013), pp. 79-106.

La imagen del poder materializada en las residencias regias -la imagen arquitectónica del poder- es un agente más en la construcción y en el establecimiento de la dinastía privativa. Asimismo, dentro de la voluntad de construcción dinástica también se incluye el proyecto funerario de los reyes privativos, para el cual la tesis ha aportado nuevas consideraciones. En definitiva, tanto en la (re)construcción de residencias regias como en la creación del proyecto funerario convergen las necesidades patrimoniales y de espacios áulicos. A este propósito debe añadirse la necesidad de Jaime II de Mallorca como primer monarca privativo de expresar su autoridad, su legitimidad y su dignidad como rey, unos conceptos que se materializaron a través de la definición arquitectónica, funcional e ideológica del proyecto residencial.

La arquitectura palatina y las casas medievales mallorquinas

Los resultados obtenidos por el proyecto I+D «La casa medieval. Materiales para su estudio en Mallorca (HAR2016-77032-P)» (2016-2020) -entre ellos, la base de datos en acceso abierto disponible en la Biblioteca Digital de les Illes Balears¹⁶- han permitido incorporar en la tesis un epílogo sobre las relaciones entre la arquitectura palatina y la señorial mallorquina. En un ámbito cronológico y geográfico común, los análisis han determinado la interrelación entre algunos elementos de ambas tipologías arquitectónicas, tanto en sus características formales como en sus estrategias representativas.

En definitiva, la tesis doctoral pretende contribuir al conocimiento de un patrimonio arquitectónico relevante del arte medieval europeo desde la Historia del Arte e incorporar nuevas perspectivas de investigación con el objetivo de comprender la arquitectura medieval en su contexto.

¹⁶ Base de datos y catalogación digital “La casa medieval. Materiales para su estudio en Mallorca” (HAR2016-77032-P). Magdalena Cerdà, Tina Sabater, Antònia Juan, José Morata, Miquel Àngel Capellà (amb la col·laboració de Marta Fernández). Biblioteca Digital de les Illes Balears. Universitat de les Illes Balears [Em linha]. [Consultado a 20 abril 2024]. Disponível em <https://ibdigital.uib.es/greenstone/library/collection/casaMedieval/page/about>

Referencias bibliográficas

Fuentes

AGUILÓ, Estanislao – “Notes d’un llibre de l’obre del Castell de l’Almudayna. 1309”. *Bolletí de la Societat Arqueològica Lul·liana* 8 (1900), pp. 262-263 y 269.

ANSELM TURMEDA – *Llibre de Bons Amonestaments i altres obres*. Ed. Mikel de Epalza. Palma: Moll, 1987.

CABANES PECOURT, María Desamparados; HUICI MIRANDA, Ambrosio – *Documentos de Jaime I de Aragón (1216-1236)*, Valencia: Anubar, 1976.

CHRÉTIEN DE TROYES – *Li contes del Graal. El cuento del Grial*. Ed. Martín de Riquer. Madrid: Sirmio, 1989.

CHRISTINE DE PIZAN – *Le Livre des Faits et Bonnes Moeurs du roi Charles V le Sage*. Traduction, avec introduction, chronologie et index par Eric Hicks et Thérèse Moreau. París: Éd. Stock, 1997.

ESTAL, Juan Manuel del – *Itinerario de Jaime II de Aragón (1291-1327)*. Zaragoza: Institución Fernando el Católico, 2009.

GIMENO, Francisco M.; GOZALBO, Daniel; TRENCHS, Josep (eds.) – *Ordinacions de la Casa i Cort de Pere el Cerimoniós*. València: Universitat de València, Acadèmia Valenciana de la Llengua, 2009.

GIRONA I LLAGOSTERA, Daniel – “Itinerari del rey en Martí (1396-1402)”. *Anuari de l’Institut d’Estudis Catalans* 4 (1911), pp. 81-184.

GIRONA I LLAGOSTERA, Daniel – “Itinerari del rey en Martí (1403-1410)”. *Anuari de l’Institut d’Estudis Catalans* 5 (1914), pp. 515-654.

GIRONA I LLAGOSTERA, Daniel – “Itinerari del rey en Joan I (1387-1396)”. *Estudis Universitaris Catalans XIII-XV* (1928-1930).

JOANOT MARTORELL, MARTÍ JOAN DE GALBA – *Tirant lo Blanc*. Ed. Martí de Riquer. Barcelona: Seix Barral, 1969.

Les quatre grans Cròniques. I. Llibre dels feits del rei En Jaume. Ed. Ferran Soldevila, rev. filològica de J. Bruguera, rev. històrica de M. T. Ferrer i Mallol. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, 2007.

Les quatre grans Cròniques. II. Crònica de Bernat Desclot. Ed. Ferran Soldevila, rev. filològica de J. Bruguera, rev. històrica de M. T. Ferrer i Mallol. Barcelona: Institut d’Estudis Catalans, 2008.

Les quatre grans Cròniques. III. Crònica de Ramon Muntaner. Ed. Ferran Soldevila, rev. filològica de J. Bruguera, rev. històrica de M. T. Ferrer i Mallol. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2011.

Les quatre grans Cròniques. IV. Crònica de Pere III el Cerimoniós. Ed. Ferran Soldevila, rev. filològica de J. Bruguera, rev. històrica de M. T. Ferrer i Mallol. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2014.

Libro del caballero Zifar. Ed. J. González Muela. Madrid: Castalia, 1982.

MIRET I SANS, Joaquim – *Itinerari de Jaume I el Conqueridor*, Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2007 (1918).

MUT, Antonio – “Inventarios de los castillos de Alaró, Bellver y Pollensa y del palacio de Valldemossa, de mediados del siglo XIV”. *Bolletí de la Societat Arqueològica Lul·liana* 51 (1985), pp. 57-78.

PÉREZ, Lorenzo – “Corpus documental balear (I). Reinado de Jaime I”. *Fontes Rerum Balearium* 1 (1977), pp. 1-112.

PÉREZ MARTÍNEZ, Lorenzo; LLOMPART, Gabriel; DURLIAT, Marcel – *Jaume III rei de Mallorca. Lleis Palatines*. 2 vols. Palma de Mallorca: J. J. de Olañeta, 1991.

SASTRE, Jaume – “El alcázar de Manacor (Mallorca). Datos para su estudio”. *Estudis Baleàrics* 14 (1984), pp. 75-81.

SASTRE, Jaume – “El castillo de Bellver bajo la dinastía de los Reyes de Mallorca, 1300-1343”. *Estudis Baleàrics* 36 (1990), pp. 51-62.

SASTRE, Jaume – *Els llibres d'obra del Palau Reial de l'Almudaina: 1309-1314*. Palma: UIB, 2001.

SASTRE, Jaume – “Palaus rurals a Mallorca: la reestructuració del Palau de Sineu (1309)”. *Bolletí de la Societat Arqueològica Lul·liana* 60 (2004), pp. 63-100.

SASTRE, Jaume – “El Llibre d'obra del Castell de Bellver (1309-1310)”. *Bolletí de la Societat Arqueològica Lul·liana* 63 (2007), pp. 165-202.

TRENCHS, Josep – *Documents de cancelleria i de mestre racional sobre la cultura catalana medieval*. Barcelona: Institut d'Estudis Catalans, 2011.

TRÉTON, Rodrigue (ed.); CATAFAU, Aymat; VERDON, Laure (col.) – *Les capbreus du roi Jacques II de Majorque (1292-1294)*. 2 vols. París: CTHS, 2011.

URGELL, Ricard (dir.) – *Llibre dels Reis. Llibre de franqueses i privilegis del regne de Mallorca. Còdex número 1 de l'Arxiu del Regne de Mallorca. Estudis i transcripcions*. Palma: J. J. de Olañeta, UIB, 2010.

Estudios

BAUÇÀ DE MIRABÒ, Concepció – *La Real Cartuja de Jesús de Nazaret de Valldemossa: formación y evolución de su patrimonio histórico-artístico*. Palma: J. J. de Olañeta, 2008.

Bellver 1300-2000. 700 anys del castell. Palma: Ajuntament de Palma, 2001.

CARRERO, Eduardo – *La catedral habitada. Historia viva de un espacio arquitectónico*. Barcelona: UAB, 2019.

DOMENGE, Joan – “Arquitectura palatina del reino de Mallorca. Símbolos de poder para una efímera dinastía”. *Anales de Historia del Arte* 23-Núm. Esp. II (2013), pp. 79-106.

DURLIAT, Marcel – *L’art en el Regne de Mallorca*, Mallorca: Moll, 1989 (1964).

ESPAÑOL, Francesca – *Els escenaris del rei. Art i monarquia a la Corona d’Aragó*. Barcelona: Angle, 2001.

ESTABÉN, Francisco – *La Almudaina. Castillo real de la Ciudad de Mallorca*. Palma de Mallorca: Asociación Española de Amigos de los Castillos, 1975.

FERNÁNDEZ SIRIA, Marta – “Sala, tinell y palau. Espacios y elementos representativos en la arquitectura regia y señorial mallorquina”. In SABATER, Tina (coord.) – *La casa medieval en Mallorca y el Mediterráneo: elementos constructivos y decorativos*. Gijón: Trea, 2021, pp. 221-249.

FERNÁNDEZ SIRIA, Marta – “Las residencias reales del reino de Mallorca y la construcción ex novo de un reino”. In *Construir para perdurar. Riqueza petrificada e identidad social. Siglos XI-XIV. XLVII Semana Internacional de Estudios Medievales de Estella-Lizarra*. Pamplona: Gobierno de Navarra, 2022, pp. 425-433.

FERNÁNDEZ SIRIA, Marta – *Las residencias regias del reino de Mallorca en época medieval (ss. XIII-XV). Una aproximación a sus elementos y a la función y uso de los espacios*. Palma: Universitat de les Illes Balears, 2023. Tesis Doctoral Inédita.

FIGUÈRES, Roger – *Les rois de Majorque. Résidence et déplacements*. Montpellier: Université Paul Valéry Montpellier 3, 2006. Mémoire de Master 2. Sous la direction de D. Le Blevec. Trabajo Inédito.

FIGUÈRES, Roger – “La résidence des rois de Majorque”. *e-Spania. Revue interdisciplinaire d’études hispaniques médiévales et modernes* [Em linha] 28 (2017) [Consultado a 9 abril 2024]. Disponível em <https://doi.org/10.4000/e-spania.27179>

MAÍZ, Jorge – *Los judíos de Baleares en la Baja Edad Media. Economía y política*. La Coruña: Netbiblo, 2010.

MARIN, Agnès (dir.) – *Le palais des rois de Majorque, Perpignan (Pyrénées-Orientales). Rapport d'étude archéologique du bâti*. HADÈS, Bureau d'Investigation Archéologique, Conseil Général des Pyrénées-Orientales. Vols. I-IX. 2007. Trabajo Inédito.

PASSARRIUS, Olivier; CATAFAU, Aymat (dirs.) – *Un palais dans la ville*. Vol. 1-2. Canet: Trabucaire, 2014.

PÉQUIGNOT, Stéphane – “La correspondencia de María de Anjou, reina de Mallorca. Entre conformismo y precariedad, discreción y escándalo”. In LAZZARINI, Isabella; NIETO SORIA, José Manuel; ROCHWERT-ZUILI, Patricia (dirs.) – *Correspondances de femmes et diplomatie (Espagne, France, Italie, IXe-XVe s.)* [Em linha]. París: e-Spania Books, 2021. [Consultado a 9 abril 2024]. Disponível em <https://books.openedition.org/esb/3927>

SABATER, Tina – “El renacimiento de las artes en los inicios de un reino. Mallorca 1298-1317”. *Hortus Artium Medievalium* 16 (2010), pp. 171-178.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

FERNÁNDEZ SIRIA, Marta – “Las residencias regias del reino de Mallorca (ss. XIII-XV). Un estudio de la arquitectura medieval en contexto”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 473-486. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 36 | Julho – Dezembro 2024

ISSN 1646-740X

Estudar a caça régia segundo os seus espaços e oficiais

Studying royal hunting through its spaces and its officials

Afonso Soares de Sousa

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Instituto de Estudos Medievais
1069-061 Lisboa, Portugal

Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras
3000-370 Coimbra, Portugal

afonso.sousa1@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7634-7559>

Data recepção do artigo / Received for publication: 19 de Abril de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8447>



A caça sempre pressupôs, por definição, uma demonstração de superioridade. Através dela o Homem impôs-se sobre o mundo natural, perseguindo-o ainda antes de o conseguir domesticar. Embora, nos primórdios da humanidade, a captura de presas tenha sido uma necessidade absoluta do Homem, no período medieval ultrapassou-se esse propósito, sendo perseguidos outros objetivos, ainda que sem deixar cair os pressupostos antropológicos mais primitivos desta atividade¹.

No contexto medieval português, enquanto muitos continuavam a praticá-la por motivos de subsistência, ou até pela procura de algum lucro², os monarcas (enquanto nobres que também eram) chamavam-lhe “folganças e desenfadamentos de montes e caças”³, numa clara demonstração da forte conotação lúdica que estas assumiam⁴. A falcoaria, por exemplo, constituía um verdadeiro espetáculo visual que excitava os ânimos de quem a praticava ou presenciava⁵. Era uma atividade

¹ Sobre a caça, enquanto atividade de afirmação humana, veja-se: ALMEIDA, Jayme Duarte de – “A caça em Portugal através dos tempos”. In COSTA, Carlos Eurico da (dir.) – *A Caça em Portugal*. Vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p. 45.

² Veja-se, por exemplo, a caça com furão que, no contexto medieval português, esteve, aparentemente, totalmente arredada do panorama áulico e relegada às camadas sociais menos abastadas. Este assunto foi apresentado com o título “A relação Homem-animal na caça medieval: o caso do furão” ao VII Congresso Internacional “O Camiño do Medievalista”: *Chronicon Mundi* (2024) e prepara-se para publicação.

³ *História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: chancelarias reais*. Vol. I. Ed. Carlos Baeta Neves. Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas Direção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980, pp. 270-272.

⁴ Sobre o estudo da caça, no contexto medieval português, há textos que constituem um ponto de partida incontornável, ainda que as suas datas de produção possam ser já algo distantes: BARROS, Henrique Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. t. VI. Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editora, 1950, pp. 37-92; BARROS, Henrique Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Tomo IX. Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editora, 1953, pp. 141-69; MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, pp. 28, 64-68, 96, 136, 216-217, 224-228; COELHO, Maria H. da Cruz; RILEY, Carlos Guilherme – “Sobre a Caça Medieval”. *Estudos Medievais* 9 (1988), pp. 221-267; SOUSA, Afonso Soares de; MARTINS, Diana – “Royal Hunting Household: a study of the Portuguese Medieval reality”. In SEQUEIRA, Joana (ed.) – *Domestic interiors and household consumption in Europe, 1000-1500*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2025 (em preparação).

⁵ Na Corte portuguesa procuravam-se as aves mais espetaculares, privilegiando-se as “prima” (fêmeas) e, sobretudo, as de maior exotismo. Equipavam-nas com luxuosos caparões e ensinavam-nas a caçar animais de maior porte (como garças e grous), pouco próprios para a sua natureza, com o objetivo de estabelecer duelos de grande espetacularidade. A cetraria na Idade Média é um assunto pouco desenvolvido na historiografia portuguesa, ainda que existam alguns contributos de grande relevância: NEVES, Carlos Baeta – “Subsídios para a História da Falcoaria em Portugal”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 101/1-6 (1983), pp. 21-46; CRESPO, Carlos – *A arte de falcoaria*. Lisboa: INAPA, 1999; CRESPO, Carlos - *Falcoaria: Arte Real/ Falconry: a Royal Art*. Lisboa: Clube do

própria de quem tinha muitas posses, justificada pelo prazer que proporcionava aos seus praticantes, já que estava longe de ser minimamente lucrativa⁶.

A cinegética era um treino para a guerra por excelência e, neste aspeto, a montaria assumiu um claro protagonismo. Primava por ser uma modalidade praticada a cavalo que privilegiava o uso da força. Constituíam-se, em linhas gerais, por velozes e, potencialmente, arriscadas perseguições a cavalo que culminavam com a morte da presa, mediante um golpe de lança, ascuma ou espada. Estando também longe de ser a caça mais lucrativa, acabava por, à semelhança da falcoaria, não despertar grande interesse dos menos abastados⁷. Por esse motivo os monarcas consideravam necessários os espaços coutados, onde reprimiam a utilização de técnicas de caça mais fáceis (e eficazes) que o povo preferia, mas os monarcas condenavam.

Multiplicaram-se por todo o reino, sobretudo nos séculos XIV e XV, coutadas cinegéticas impostas pelos monarcas, constituindo um claro símbolo da forte autoridade da Coroa sobre os “espaços naturais”⁸. Esta atitude de domínio sobre recursos selvagens ficou em boa parte espelhada na famosa “Coutada Velha”

Colecionador dos Correios, 2013; FARIA, Tiago Viúla de; MARTINS, Diana; SOUSA, Afonso Soares de – “Correspondência entre pares: a falcoaria como elo entre Aragão e Portugal no século XIV”. In BARBERINI, Fabio; RAGUIN, Marjolaine – *“Cantar quer’eu dos Aragón e dos de Catalunha”*. *La Couronne d’Aragon à la croisée des cultures*. Paris: Classiques Garnier, 2024 (em preparação).

⁶ ABEELE, Baudouin van den – “Le faucon sur la main : un parcours iconographique médiéval”. In BAGLIANI, Agostino Paravicini; ABEELE, Baudouin van den (ed.) – *La chasse au Moyen Âge. Société, traités, symboles*. Florença: SISMELE-Edizioni del Galluzzo, 2000, p. 96. O projeto FALCO tem assumido um papel determinante para o estudo da falcoaria no contexto medieval português. O seu desenvolvimento, que primou por uma grande proximidade com outras áreas do saber e entidades que ainda preservam os conhecimentos práticos das atividades cetreiras em Portugal (Falcoaria Real de Salvaterra de Magos; Falcões no Oeste), propiciou a criação de um conjunto de perspetivas de estudo que, futuramente, serão desenvolvidas.

⁷ O conhecimento produzido acerca da montaria no Portugal medieval tem sido feito, sobretudo, através do estudo do *Livro da Montaria* de D. João I, destacando-se autores como: GOMES, Maria de Almeida – *O Homem, o animal e a floresta - uma abordagem ao Livro de Montaria de D. João I de Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 1997. Dissertação de Mestrado; MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998, pp. 416-419; MARTINS, Miguel Gomes – *Para Bellum: organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média: 1245-1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, pp. 303-308; RODRIGUES, Ana Maria – “Hunting, Jousting, and Fighting on Horseback according to King João I and King Duarte of Portugal”. In ROPA, Anastasija; DAWSON, Timothy (eds.) – *Echoing Hooves: Studies on Horses and Their Effects on Medieval Societies*. Leiden/Boston: Brill, 2022, pp. 204-222.

⁸ SOUSA, Afonso Soares de – “Salvaguardar as florestas régias: os oficiais periféricos e a gestão dos recursos naturais no Portugal medieval”. *Revista Territórios e Fronteiras* 16/2 (2023), pp. 23-36.

descrita nas *Ordenações Afonsinas*⁹ – embora já reporte para reinados anteriores – que compreendia importantes benefícios para os monarcas, mas pesadas perdas para todos os restantes¹⁰.

Para a vontade dos monarcas ser cumprida impunham-se, sobre as comunidades e instituições, diferentes tipos de coutadas com os respetivos oficiais régios periféricos que se espalharam progressivamente por diversas regiões do reino¹¹. De entre eles, encontramos monteiros, couteiros e guardas ou guardadores. Com o aproximar dos finais do medievo, tendiam a organizar-se e hierarquizar-se progressivamente – um processo que a produção historiográfica teve algumas dificuldades em definir, sobretudo pelos problemas propiciados pela própria denominação destes oficialatos.

O desenvolvimento das redes de oficiais periféricos subia, hierarquicamente, até à Corte, onde o monteiro-mor do reino detinha o poder de fazer cumprir a vontade do soberano. Além dele, outros profissionais da caça permaneciam no espaço áulico,

⁹ Veja-se o Título LXVII: “Do Monteiro Moor, e cousas, que a seu officio pertencem” In *Ordenações Afonsinas: Livro I*. Ed. Mário de Almeida Costa; Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 398-405.

¹⁰ Seguindo o Corpus documental levantado nos primeiros volumes da *História Florestal Aquícola e Cinegética* de C. Baeta Neves, publicados entre 1980-1993, revelaram-se especialmente importantes os aportes trazidos por Nicole Devy-Vareta (1985 e 1986), Maria do Rosário Morujão e, mais recentemente, Koldo Trápaga Monchet (2017 e 2022) – embora este último se debruce, maioritariamente, sobre cronologias posteriores aos finais da Idade Média: DEVY-VARETA, Nicole – “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa: as matas medievais e a “coutada velha” do Rei”. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia 1ª série 1* (1985), pp. 47-67; DEVY-VARETA, Nicole – “Para uma geografia histórica da floresta: do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (XV-XVI)”. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia 1ª série 2* (1986), pp. 5-37; MORUJÃO, Maria do Rosário – “A floresta e o fogo em Portugal até ao século XVI”. In *Actas do II Encontro Pedagógico sobre Risco de Incêndio Florestal*. Coimbra: Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, 1994, pp. 41-62; TRÁPAGA MONCHET, Koldo – “El estudio de los bosques reales de Portugal a través de la legislación forestal en las dinastías Avis, Habsburgo y Braganza (ca. 1435-1650)”. *Philostrato. Revista de Historia y Arte 1* (2017), pp. 5-27; TRÁPAGA MONCHET, Koldo – “Las políticas forestales en los reinos de Castilla y Portugal (siglos XV-XVII)”. In DATTERO, Alessandra (ed.) – *Il bosco: Biodiversità, diritti e culture dal medioevo al nostro tempo*. Roma: Viella, 2022, pp. 85-103; TRÁPAGA MONCHET, Koldo; ROMERO-CALCERRADA, Raúl – “Forest policies, administration, and management of the Leiria pinewood in Portugal (13th – 18th centuries)”. *Management & Organizational History 17/3-4* (2022), pp. 138-165.

¹¹ Um assunto desenvolvido, para algumas regiões, segundo estudos de história local, entre os quais se destacam: SILVA, Manuela Santos – *Óbidos Medieval: Estruturas Urbanas e Administração Concelhia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1987. Dissertação de Mestrado; SILVA, Manuela Santos – *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1997. Tese de Doutoramento; GOMES, Saul António – “Leiria: Crescimento e Consolidação”. In GOMES, Saul António (ed.) – *Forais de Leiria*. Leiria: Textiverso, 2017, pp. 35-104.

encarregues da manutenção e tratamento de equipamentos e animais predadores e, ainda, da preparação das caçadas¹². Era um “departamento” que, através da crescente burocratização, ganhava cada vez mais relevância no âmbito de extenso aparelho da administração régia¹³. Estes contributos, de maior ou menor profundidade, deixaram patente a necessidade de se estudar tanto os oficiais cinegéticos como os espaços onde atuavam. Estes eram um reflexo da relação que o soberano estabelecia com o meio natural, enquanto definidor de quem (e como) podia aceder aos seus recursos.

Não é possível compreender na plenitude a sociedade medieval portuguesa sem estudar os recursos naturais do reino e a relação que o Homem daquele tempo estabeleceu com o meio natural. Nesse sentido, foi levada a cabo uma análise, focada no estudo de um destes grupos de oficiais (os monteiros) que permitiu colmatar importantes lacunas que subsistiam na historiografia portuguesa¹⁴.

Desde logo, ficou clarificada a distinção entre as diferentes aceções do termo “monteiro”, no âmbito da documentação medieval, bem como o seu enquadramento no seio de outros oficialatos ligados à fauna e flora. A compreensão de todos estes grupos era essencial não só para o estudo da ação destes “agentes” da Coroa, mas também para a distinção dos diferentes tipos de espaços coutados ao encargo de parte deles.

Assim, foi possível discernir: monteiros de foro; monteiros da Corte; monteiro nobre (aquele que faz caça de montaria); e monteiros-oficiais.

¹² É difícil precisar com certeza desde quando os monarcas portugueses se fizeram rodear de pessoal cinegético, embora seja crível que tal tenha sucedido já desde o primeiro reinado. Sobre as identificações de oficiais cinegéticos da Corte de D. Afonso III (e anteriores): VENTURA, Leontina Domingos – *A Nobreza de Corte de D. Afonso III*. 2 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992. Tese de Doutoramento.

¹³ Sobre o impacto que o “mundo cinegético” tinha no quotidiano dos monarcas medievais portugueses, vejam-se os contributos de Rita Costa Gomes que estudou, entre muitos outros aspetos, a relação entre as coutadas de caça e os principais paços régios: GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995; GOMES, Rita Costa – “Monarquia e território: residências reais portuguesas, séculos XIV a XVI”. In SABATIER, Gérard; GOMES, Rita Costa (eds.) – *Lugares de Poder. Europa séculos XV a XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 84-105.

¹⁴ SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023. Dissertação de Mestrado. Trabalho executado sobre a orientação de Saul António Gomes.

No caso dos monteiros de foro, tantas vezes erroneamente equiparados aos monteiros-oficiais, foi clarificado que eram indivíduos que exploravam os espaços silvestres, através da caça, mas também da recolha, e cuja condição socioprofissional estava prevista na tributação da época. O foro que lhes era atribuído e os encargos que dele advinham terão, aparentemente, caído em desuso com a aproximação ao final do século XIII, embora não tenham desaparecido¹⁵. Bastante distintos, embora facilmente confundíveis com os anteriores, eram os monteiros da Corte que acompanhavam os monarcas portugueses, talvez, desde o reinado de D. Afonso Henriques¹⁶. Estes eram auxiliares das caçadas régias que permaneciam no espaço cortês, estando arredados das funções de vigilância de coutadas.

Verificou-se, também, a frequente utilização do termo “monteiro” para aludir àquele(s) que, momentaneamente, praticava(m) a caça de montaria ou era(m) reconhecido(s) por fazê-lo de forma frequente – designação muito utilizada, por exemplo, no contexto cronístico ou tratadístico. Assim, pude constatar que era comum apelidar um determinado nobre (ou até um rei) de monteiro, para destacar as suas qualidades no domínio do cavalo, das armas e, claro, do rude e imprevisível mundo selvagem. Porém, estes distinguiam-se, evidentemente, dos que, continuamente, guardavam os espaços coutados ao serviço de um monarca.

Os primeiros vestígios escritos que confirmam a existência de monteiros-oficiais, com a incumbência de guardar áreas coutadas por um monarca, datam do ano de 1280 e são referentes à coutada do Botão. Contudo, o contexto em que surgem não esconde que a sua presença já vinha, pelo menos, desde o reinado de D. Afonso III¹⁷. O espaço (enquanto coutada de caça) já viria, segundo uma testemunha de finais do

¹⁵ O seu declínio antecedeu o período de maior crescimento do oficialato dos monteiros-oficiais. Porém esses dois processos não estavam diretamente relacionados. SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias*, p. 18; SOUSA, Afonso Soares de; Martins, Diana – “Royal Hunting Household” (em preparação).

¹⁶ SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias*, pp. 20, 33, 35.

¹⁷ Um aspeto que já tinha sido destacado: NEVES, Carlos Baeta – “Alguns dos Principais Aspectos da Política Florestal em Portugal até ao Século XVII”. *Boletim do Instituto dos Produtos Florestais* (1980), pp. 1-6.

século XIII, do tempo dos Condes D. Henrique e D. Teresa¹⁸. Por estes primeiros registos compreende-se que as coutadas de caça e os seus oficiais, em finais do século XIII, tinham aparentemente uma estrutura local e organização muito primária, dispondo de uma larga autonomia em relação ao poder central, embora estivessem ao seu serviço¹⁹.

Apesar desta antiguidade, até ao reinado de D. João I os oficiais régios da montaria não se encontravam plenamente definidos, estruturados e hierarquizados. Isto é reforçado pelo facto de a primeira nomeação para o cargo de monteiro-mor do reino, até hoje conhecida, datar de 1385. Entre eles estavam outros, afastados do “mundo” da montaria, mas também ligados à fauna e flora e ao serviço dos monarcas (couteiros, falcoeiros e açoreiros, caçadores e guardas/guardadores). Dois desses grupos (couteiros e guardadores) tinham também ao seu encargo espaços coutados, cujas proibições não coincidiam com as que se aplicavam aos espaços da montaria. Existia, portanto, não só uma distinção entre as coutadas particulares e régias, como as segundas ainda se desdobravam, genericamente, em três tipologias afetas a diferentes oficialatos: monteiros, couteiros e guardadores. Esta clarificação permitiu, por exemplo, reequacionar a questão da “Coutada Velha” que, segundo o estudo de Nicole Devy-Vareta, incluía espaços que, na verdade, não surgem na descrição da mesma, contida nas *Ordenações Afonsinas*²⁰.

De entre estes grupos, o que se encontra mais bem estudado, até à data, é o dos oficiais periféricos da montaria, que beneficiou de uma análise de base prosopográfica, partindo de 726 indivíduos que desempenharam estas funções, entre finais do século XIII e o término do reinado de D. Afonso V.

No topo hierárquico dos monteiros (periféricos e da Corte) o primeiro que está inequivocamente documentado é o monteiro-mor do reino Gil Martins de Outel.

¹⁸ SOUSA, Afonso Soares de – “Salvaguardar as florestas”, pp. 24; 27.

¹⁹ Isto pode explicar, em parte, os poucos vestígios documentais, nas chancelarias do século XIII, acerca das coutadas de caça dos monarcas. Muitas outras, documentadas para os séculos XIV e XV, podiam já existir, embora a documentação não as refira. SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias*, p. 24.

²⁰ Este foi um problema propiciado, sobretudo, pela falta de clarificação entre diferentes tipos de monteiros à data que a autora tratou esta problemática. Para a discussão deste assunto veja-se: SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias*, p. 44-45.

Nomeado em 1385, foi rapidamente afastado (cerca de 3 meses), por ter fugido da Batalha de Aljubarrota. Depois deste ainda surge Estêvão Gonçalves, que terá ocupado o cargo, pelo menos, entre 1407 e 1412. Contudo, ao longo de praticamente todo o século XV, verificou-se uma clara hegemonia dos Vasques de Castelo Branco que assumiram o cargo de forma hereditária.

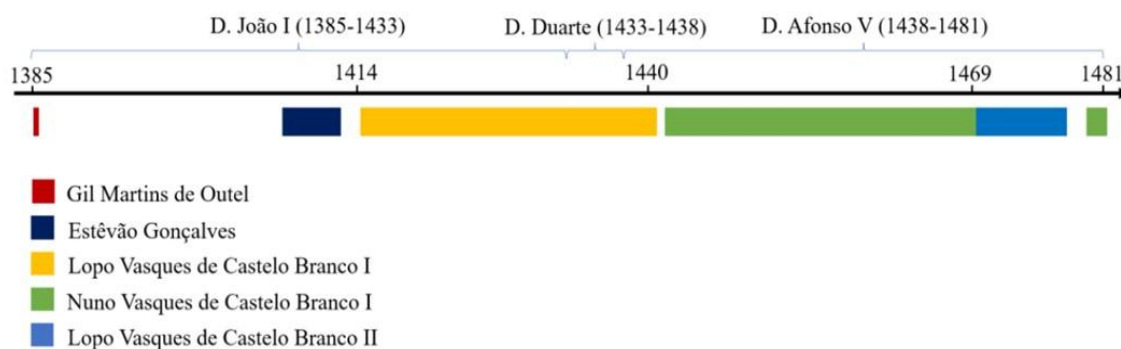


Fig. 1. Cronologia com os indivíduos que ocuparam o cargo de monteiro-mor do reino entre 1385 e 1481 (SOUSA, Afonso Soares de - *Monteiros e Montarias*, p. 56).

Embora diversos autores tenham destacado muitos outros nomes de indivíduos que ocuparam este cargo, os dados por nós recolhidos permitiram distinguir aqueles que realmente estiveram na posse do cargo de monteiro-mor do reino, de outros que apenas os representaram momentaneamente, interpretados como interinos²¹. Eram, na sua maioria, familiares próximos e, certamente, pessoas da sua confiança²².

Espalhados pelo reino estavam os monteiros-mores das montarias (ou locais). Estes pertenciam, por norma, às camadas mais elevadas do terceiro estado, ou até à

²¹ Acerca destas redes de ligações familiares, entre os vários monteiros-mores do reino e indivíduos que os representaram, veja-se a genealogia disposta na figura presente em: SOUSA, Afonso Soares de - *Monteiros e Montarias*, p. 62.

²² A presença de Rui Gomes de Azevedo no exercício de funções deste cargo foi apresentada como indício da quebra da hegemonia dos Castelo Branco (CARVALHO, António Eduardo Teixeira de - *A chancelaria régia e os seus oficiais em 1468*. Porto: Universidade do Porto, 2001, p. 38. Dissertação de mestrado. Argumento já rebatido. Os Azevedo relacionaram-se com os Castelo Branco - por intermédio do casamento de Gonçalo Gomes de Azevedo, filho de Rui Gomes de Azevedo, com Isabel Vasques de Castelo Branco, primeira filha de Lopo Vasques de Castelo Branco (monteiro-mor do reino). Assim, a presença de Gonçalo Gomes de Azevedo, Rui Gomes de Azevedo e do seu filho (com Isabel Vasques de Castelo Branco) Lopo Vaz de Azevedo, como interinos no cargo de monteiro-mor do reino, demonstra uma continuidade da cedência momentânea dos poderes que os monteiros-mores do reino a indivíduos da sua confiança. SOUSA, Afonso Soares de - *Monteiros e Montarias*, p. 59.

nobreza. Muitos deles estavam relacionados com a Casa Real, ou dos Infantes, existindo uma evidente diferenciação social em relação aos monteiros (menores). O cargo que desempenhavam garantia-lhes um conjunto de privilégios, sendo que, entre eles, se destacava o “mantimento e vestir”, que lhes garantia um rendimento regular.

Um dos maiores resultados, que adveio do conhecimento dos monteiros-mores locais, foi a nova leitura das divisões das montarias régias que cada um deles encabeçava. De acordo com esta nova proposta, contabilizam-se agora 12 montarias, contrariando as 22 que Nicole Devy-Vareta identificara. Estas ficaram expressas na cartografia abaixo replicada, onde figuram os locais de residência dos monteiros (menores), obrigados a residir próximo das coutadas que guardavam. Contudo, verifica-se a falta da montaria do Soajo, que não surge representada por falta de evidência documental que reporte o local de morada de um monteiro para aquela geografia, embora constituísse uma montaria régia.

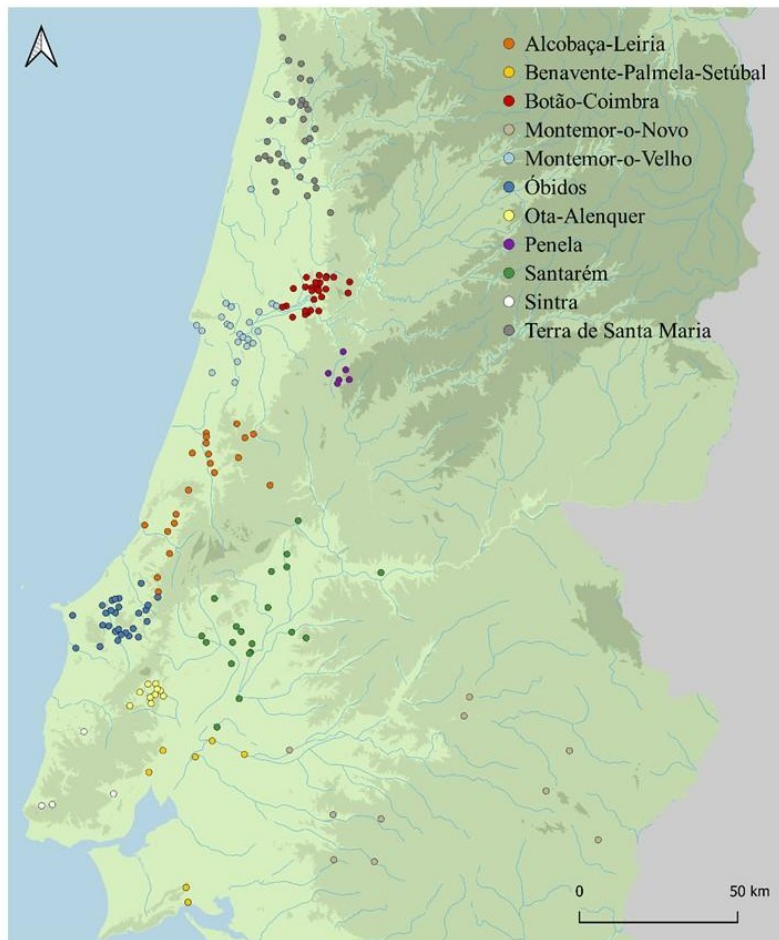


Fig. 2. Mapeamento dos lugares de residência dos monteiros, nos séculos XIV e XV. (SOUSA, Afonso Soares de - *Monteiros e Montarias*, p. 93).

No fundo da hierarquia estava o grupo dos monteiros (menores). Eram indivíduos comuns, recrutados de entre o povo, sempre em idade adulta e, de entre aqueles que tinham outras atividades socioprofissionais, ressalta a banalidade e diversidade das funções. Através desta posição, tornavam-se privilegiados no seio das comunidades em que viviam. Alguns deles acabavam por ascender, por exemplo, a vassalos régios – um dos motivos que os levava ao término de funções, enquanto monteiros. Nos casos em que não se verificava qualquer tipo de ascensão social, desempenhavam o seu ofício, comumente, até atingirem os 70 anos de idade ou, mais frequentemente, até falecerem²³. Eram, na sua maioria, indivíduos que habitavam

²³ A elevada mortalidade entre estes oficiais, que aparentemente não se justificava pela velhice, parece demonstrar os perigos das funções que desempenhavam, tanto como “guardas-florestais” no policiamento que acabavam por fazer nas matas, como também por serem auxiliares na caça de animais selvagens de grande porte, como o javali ou o urso. SOUSA, Afonso Soares de - *Monteiros e Montarias*, pp. 83-84.

comunidades intimamente conectadas com o meio natural e o contexto em que nasciam seria determinante para saberem desempenhar as suas funções, não sendo poucos os casos em que o herdavam dos seus pais, com quem, muito provavelmente, aprendiam os “segredos do ofício”.

Não foi produzida, até agora, uma profunda caracterização do meio natural de cada um destes espaços, ainda que se tenham dado importantes passos para se compreenderem as fronteiras artificiais que Homem lhes impôs que, invariavelmente, foram influenciadas pelos traços “permanentes” da paisagem.

Considera-se que a dispersão das montarias régias se definiu, em boa medida, segundo três fatores principais: 1) a forte presença senhorial a norte do Douro, que parece ter afastado a criação de coutadas régias e dos seus oficiais (embora existisse a exceção do Soajo); 2) a orografia de cada região, cujas características influenciavam a prática da caça de montaria, num notório afastamento das áreas mais montanhosas e uma maior concentração em zonas de planície e paus de rios como o Vouga, o Mondego, o Lis e o Tejo; 3) as áreas de maior permanência dos monarcas e da sua corte. Contudo, impera, neste campo, uma necessidade de compreender as delimitações destes espaços coutados, descritos pela documentação medieval de forma bastante pormenorizada, mas até agora pouco exploradas. Além disso, os dados retirados das fontes escritas poderão beneficiar de um cruzamento com o conhecimento das características naturais de cada paisagem.

Entende-se que não estão supridas as carências historiográficas no estudo da caça régia, mas que está traçado um caminho para o seu desenvolvimento. Em reforço disso, no âmbito dos trabalhos desenvolvidos no projeto *FALCO - Hypothesising Human-Animal Relations in Medieval Portugal*²⁴, ficaram expostas novas perspetivas de abordagem – em linha com vertentes inovadoras da história animal²⁵ – que permitem trazer leituras mais completas relativamente às que, até agora, têm sido

²⁴ Projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia: FCT EXPL/HAR-HIS/1135/2021.

²⁵ Acerca deste assunto vejam-se as considerações deixada em: FARIA, Tiago Viúla de – “Para uma abordagem multi-e interdisciplinar à zooantropologia histórica: primeiras reflexões a partir do Projecto FALCO”. *Medievalista* 34 (2023), pp. 543-544.

feitas sobre o mundo da cinegética medieval, da qual a relação Homem-animal é indissociável. No mesmo sentido, a rede *NEMUS - Network for the Environment in Medieval Usages & Societies* tem reunido um conjunto interdisciplinar de investigadores, cada vez mais despertos para a importância dos estudos animais e ambientais, e promovido o debate e partilha entre investigadores²⁶. Entre os membros desta rede, podemos encontrar projetos doutorais de investigação, em curso, como o de Andreia Fontenete Louro (*“Animal feroz, astuto, carnívoro e muito daninho”: a relação entre o imaginário cultural do lobo e a conservação da espécie*)²⁷, Sónia Gomes (*Entre a Corte e a Peleja: o livro da Montaria de D. João I*) e Afonso Soares de Sousa (*A caça régia e os seus oficiais no Portugal medieval*)²⁸.

O projeto por nós desenvolvido parte de conceitos mais claros e definidos, mas nunca estanques, com um espectro alargado a toda a caça régia, replicando a análise, aplicada ao oficialato da montaria, a todos os restantes oficiais que, de alguma forma, se relacionaram com a cinegética dos monarcas portugueses ao longo do período medieval. O principal desafio é aprofundar o conhecimento da caça régia, segundo o estudo dos seus oficiais, com o propósito de estabelecer uma nova e atualizada conceptualização da caça no mundo medieval. A principal questão: era a caça régia medieval portuguesa uma mera distração e treino para a guerra?

Retomando as palavras com que iniciámos este texto: a caça foi, desde sempre, uma forma de imposição do Homem sobre o mundo natural. Estando, portanto, impregnada com uma pesada carga simbólica. A isto, os monarcas portugueses acrescentaram a utilização de animais exóticos, ou que estavam fora das possibilidades do “Homem comum”; um enorme aparato de oficiais e animais

²⁶ Destacamos, por exemplo, a sessão promovida pela rede NEMUS no *International Medieval Congress*, em Leeds (Inglaterra), em 2023, e o *I Medieval Hunting Meeting*, dedicado à relação entre Homens e *canis*, que terá lugar no Colégio Almada Negreiros (NOVA/FCSH), em Lisboa, nos dias 18 e 19 de julho de 2024.

²⁷ Projeto de investigação desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e CH-ULisboa, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (2021.04831.BD). Veja-se também o contributo desta autora em: LOURO, Andreia Fontenete – “Wolf hunting in Portugal in the Middle Ages (12th-15th Centuries)”. *Cuadernos del CEMyR* 31 (2023), pp. 115-137.

²⁸ Projeto de investigação sob a orientação de Saul António Gomes (orientador) e Tiago Viúla de Faria (coorientador), desenvolvido na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Instituto de Estudos Medievais, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (2023.01596.BD).

ricamente vestidos e aparelhados; a exibição da virilidade física no domínio das armas que usavam sobre animais selvagens e imprevisíveis; e ainda reservavam enormes áreas para um acesso exclusivo aos seus recursos, vedado mesmo aos habitantes daquelas regiões. Parece-nos, portanto, impossível dissociar desta atividade uma forte expressão de afirmação e até de confirmação de uma autoridade que se via legitimada para se colocar física e psicologicamente acima de todos aqueles que a rodeavam. Mas procuramos perceber de que forma e em que medida isto sucedeu. Para seguir estas questões parece-nos redutor que apenas se assumia uma perspetiva que olhe para o monarca, em primeiro plano, e veja todos os restantes intervenientes como seus auxiliares, privilegiados ou lesados pela sua ação.

É um facto que a caça régia se expressou nas modalidades cinegéticas que, comumente, apelidamos de desportivas (ou lúdicas). Estas eram, efetivamente, praticadas pelos monarcas e nobres da época por “desenfadamento” e não com um objetivo económico – de consumo doméstico ou propósito lucrativo. Contudo, quando classificamos estas atividades como uma prática lúdica estamos, forçosamente, a adotar a perspetiva do rei e dos homens nobres que o acompanhavam. Se alterarmos esta perspetiva, podemos perceber que na mesma atividade existiam muitos outros intervenientes, em número bastante superior, que atuavam nesta “caça lúdica” por obrigação ou dever laboral. Para essas, grande maioria, a caça era um divertimento?

Está por percorrer um longo caminho no estudo da cinegética medieval portuguesa. Tanto na que era praticada pelos monarcas, como em todas as outras vertentes – protagonizadas por agentes históricos muitas vezes secundarizados – mais difíceis de auscultar na documentação, mas que aconteciam, certamente, muito mais frequentemente. O estudo da caça reúne, em seu torno, uma indissociável análise de indivíduos, animais e espaços (mais ou menos domesticados), sobre os quais o conhecimento até agora produzido apenas espelha as fragilidades daquilo que sabemos.

Referências bibliográficas

Fontes

Fontes impressas

História florestal, aquícola e cinegética: colectânea de documentos existentes no Arquivo Nacional da Torre do Tombo: chancelarias reais. Vol. I-IV. Ed. Carlos Baeta Neves. Lisboa: Ministério da Agricultura e Pescas Direcção-Geral do Ordenamento e Gestão Florestal, 1980-1983.

Ordenações Afonsinas: Livro I. Ed. Mário de Almeida Costa; Eduardo Borges Nunes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

Estudos

ABEELE, Baudouin van den – “Le faucon sur la main : un parcours iconographique médiéval”. In BAGLIANI, Agostino Paravicini; ABEELE, Baudouin van den (ed.) – *La chasse au Moyen Âge. Sociétés, traités, symboles*. Florença: SISMEL-Edizioni del Galluzzo, 2000, pp. 87-109.

ALMEIDA, Jayme Duarte de – “A caça em Portugal através dos tempos”. In COSTA, Carlos Eurico da (dir.) – *A Caça em Portugal*. vol. I. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, pp. 41-70.

BARROS, Henrique Gama – *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*. Tomos VI e IX. Lisboa: Livraria Sá da Costa - Editora, 1950-1953.

CARVALHO, António Eduardo Teixeira de – *A chancelaria régia e os seus oficiais em 1468*. Porto: Universidade do Porto, 2001. Dissertação de Mestrado.

COELHO, Maria Helena da Cruz; RILEY, Carlos Guilherme – “Sobre a Caça Medieval”. *Estudos Medievais* 9 (1988), pp. 221-267.

CRESPO, Carlos – *A arte de falcoaria*. Lisboa: INAPA, 1999.

CRESPO, Carlos – *Falcoaria: Arte Real/ Falconry: a Royal Art*. Lisboa: Clube do Colecionador dos Correios, 2013.

DEVY-VARETA, Nicole – “Para uma geografia histórica da floresta portuguesa: as matas medievais e a “coutada velha” do Rei”. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia 1ª série* 1 (1985), pp. 47-67.

DEVY-VARETA, Nicole – “Para uma geografia histórica da floresta: do declínio das matas medievais à política florestal do Renascimento (XV-XVI)”. *Revista da Faculdade de Letras-Geografia 1ª série* 2 (1986), pp. 5-37;

FARIA, Tiago Viúla de – “Para uma abordagem multi- e interdisciplinar à zootropologia histórica: primeiras reflexões a partir do Projecto FALCO”. *Medievalista* 34 (2023), pp. 543-544.

FARIA, Tiago Viúla de; MARTINS, Diana; SOUSA, Afonso Soares de – “Correspondência entre pares: a falcoaria como elo entre Aragão e Portugal no século XIV”. In BARBERINI, Fabio; RAGUIN, Marjolaine – *“Cantar quer’eu dos Aragón e dos de Catalunha”*. *La Couronne d’Aragon à la croisée des cultures*. Paris: Classiques Garnier, 2024 (em preparação).

GOMES, Maria de Almeida – *O Homem, o animal e a floresta – uma abordagem ao Livro de Montaria de D. João I de Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 1997. Dissertação de Mestrado.

GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995.

GOMES, Rita Costa – “Monarquia e território: residências reais portuguesas, séculos XIV a XVI”. In SABATIER, Gérard; GOMES, Rita Costa (eds.) - *Lugares de Poder. Europa séculos XV a XX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 84-105.

GOMES, Saul António – “Leiria: Crescimento e Consolidação”. In GOMES, Saul António (ed.) - *Forais de Leiria*. Leiria: Textiverso, 2017, pp. 35-104.

LOURO, Andreia Fontenete – “Wolf hunting in Portugal in the Middle Ages (12th-15th Centuries)”. *Cuadernos del CEMyR* 31 (2023), pp. 115-137.

MARQUES, A. H. de Oliveira – *A Sociedade Medieval Portuguesa*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

MARTINS, Miguel Gomes – *Para Bellum: organização e prática da guerra em Portugal durante a Idade Média: 1245-1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

MONTEIRO, João Gouveia – *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998.

MORUJÃO, Maria do Rosário – “A floresta e o fogo em Portugal até ao século XVI”. In *Actas do II Encontro Pedagógico sobre Risco de Incêndio Florestal*. Coimbra: Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais, 1994, pp. 41-62.

NEVES, Carlos Baeta – “Alguns dos Principais Aspectos da Política Florestal em Portugal até ao Século XVII”. *Boletim do Instituto dos Produtos Florestais* (1980), pp. 1-6.

NEVES, Carlos Baeta – “Subsídios para a História da Falcoaria em Portugal”. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* 101/1-6 (1983), pp. 21-46.

RODRIGUES, Ana Maria – “Hunting, Jousting, and Fighting on Horseback according to King João I and King Duarte of Portugal”. In ROPA, Anastasija; DAWSON, Timothy (eds.) - *Echoing Hooves: Studies on Horses and Their Effects on Medieval Societies*. Leiden/Boston: Brill, 2022, pp. 204-222.

SILVA, Manuela Santos – *Óbidos Medieval: Estruturas Urbanas e Administração Concelhia*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1987. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Manuela Santos – *Óbidos e a sua região na Baixa Idade Média*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1997. Tese de Doutoramento.

SOUSA, Afonso Soares de – *Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2023. Dissertação de Mestrado.

SOUSA, Afonso Soares de – “Salvaguardar as florestas régias: os oficiais periféricos e a gestão dos recursos naturais no Portugal medieval”. *Revista Territórios e Fronteiras* 16/2 (2023), pp. 23-36.

SOUSA, Afonso Soares de; MARTINS, Diana – “Royal Hunting Household: a study of the Portuguese Medieval reality”. In SEQUEIRA, Joana (ed.) – *Domestic interiors and household consumption in Europe, 1000-1500*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2025 (em preparação).

TRÁPAGA MONCHET, Koldo – “El estudio de los bosques reales de Portugal a través de la legislación forestal en las dinastías Avis, Habsburgo y Braganza (ca. 1435-1650)”. *Philostrato. Revista de Historia y Arte* 1 (2017), pp. 5-27.

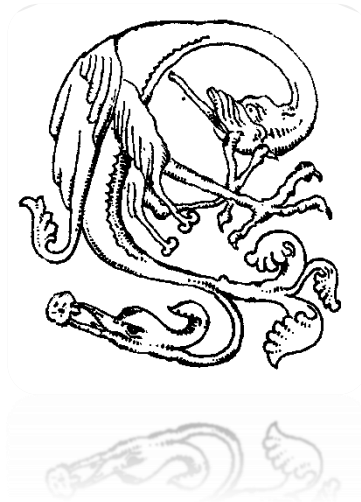
TRÁPAGA MONCHET, Koldo – “Las políticas forestales en los reinos de Castilla y Portugal (siglos XV-XVII)”. In DATTERO, Alessandra (ed.) – *Il bosco: Biodiversità, diritti e culture dal medioevo al nostro tempo*. Roma: Viella, 2022, pp. 85-103.

TRÁPAGA MONCHET, Koldo; ROMERO-CALCERRADA, Raúl – “Forest policies, administration, and management of the Leiria pinewood in Portugal (13th – 18th centuries)”. *Management & Organizational History* 17/3-4 (2022), pp. 138-165.

VENTURA, Leontina Domingos – *A Nobreza de Corte de D. Afonso III*. 2 vols. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1992. Tese de Doutoramento.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SOUSA, Afonso Soares de – “Estudar a caça régia segundo os seus espaços e oficiais”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 487-503. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 36 | Julho – Dezembro 2024

ISSN 1646-740X

**The hospital renaissance in the Iberian Peninsula
(14th-16th centuries)**

**O renascimento hospitalar na Península Ibérica
(séculos XIV-XVI)**

Raúl Villagrasa-Elías

Spain

raulvillagrasaelias@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-9564-9392>

Data recepção do artigo / Received for publication: 26 de Abril de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8452>



Initial reflections¹

In December 2022 I defended at the University of Zaragoza the doctoral dissertation *The hospital renaissance in the Iberian Peninsula: a proposal from the written culture (1374-1549)*² within the Doctoral Program in Heritage, Societies and Border Spaces of the Campus Iberus³. This educational framework has been fundamental for the development of a comparative history essay that has analyzed the hospital transformations between chronological borders – the Middle Ages and the Early Modern Age – and geographical ones – the Crown of Aragon and the Crown of Castile. In turn, this effort has been nourished by my experience as an FPI predoctoral researcher at the Spanish National Research Council (IH-CCHS-CSIC, Madrid) and my membership in the *Scripta manent* project and the interdisciplinary platform MEDhis (Social and Cultural History of the Mediterranean. Local contexts, Global dynamics).

From a historiographical point of view, the main characteristic of the production of the last five decades in the Iberian Peninsula, since the Annales School deepened in a social history and of mentalities that included the humblest of the population, has been the relationship of hospital history with each locality. The increase in research and publications in recent years has sharpened this hospital-local history binomial in which broad historical coordinates are scarcely covered and case studies are compared. However, the reflections of Laurinda Abreu, Joana Balsa da Pinho, Luis Martínez, Jon Arrizabalaga, José García Oro with María José Portela Silva, Antoni Conejo, Salvatore Marino or Carmel Ferragud⁴ stand out in the Iberian panorama.

¹ This article is part of the research project “*Scripta manent* III: From private records to public texts. An online medieval archive” (PID2020-116104RB-I00) (PI: Cristina Jular Pérez-Alfaro), from the Spanish government’s “*Convocatoria Orientada a los Retos de la Sociedad*”, funded by the Ministry of Science and Innovation and the Spanish State Research Agency (MICIU/AEI/10.13039/501100011034), online at www.scriptament.info.

² VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl – *El renacimiento hospitalario en la península ibérica: una propuesta desde la cultura escrita (1374-1549)*. Saragossa: University of Zaragoza, 2022. PhD dissertation, co-directed by Concepción Villanueva Morte and Cristina Jular Pérez-Alfaro and evaluated by a panel composed of Germán Navarro Espinach, Jon Arrizabalaga Valbuena and Maria Lurdes Rosa. I would like to thank them all for their contributions.

³ Campus of International Excellence of the Ebro Valley promoted by the Public University of Navarra, the University of La Rioja, the University of Lérida and the University of Zaragoza.

⁴ For a selection of works by these authors see the final section.

What rarely breaks down is the separation between the territories of the Crown of Aragon, more interested in Mediterranean connections, with those of the Crown of Castile, more connected to the Atlantic world and, therefore, with the Portuguese territory.

In this Spanish bipolarity, certain regions –or rather cities– have monopolized the debate, leaving others on the sidelines. Little attention has been paid to the kingdom of Aragon excluding its capital, the kingdom of Navarre, La Mancha excluding Toledo, Extremadura, Murcia, Galicia and the Cantabrian coast beyond the *Camino* and Santiago de Compostela. In addition, the studies are eminently urban, following a current and not so much historical conception. Small towns and villages are relegated even though, in many cases, their documentary collections and architectural-artistic heritage are just as rich. Let alone the omnipresence of Christian institutions as opposed to Jewish and Muslim ones.

To overcome all these pitfalls, I have selected a varied set of edited and unedited writings:

- I have compiled more than 50 ordinances of Iberian hospitals ranging from the 1223 statutes of the *hospital São Lázaro* in Santarém to 1562 with the *hospital de la Asunción & santos Juanes* in Toro.
- I have searched for documentation in municipal and ecclesiastical archives of the kingdom of Aragon from cities such as Zaragoza, Borja, Teruel and Barbastro and *villas* such as Monzón, Puertomingalvo and Rubielos de Mora, as well as family archives of the Crown of Castile such as the Fernández de Velasco –for their domains north of the city of Burgos–, the Pimentel –count-dukes of Benavente– and the Téllez Girón –lords of Osuna and Peñafiel–. Their archives correspond today with the Frías and Osuna collections of the *Archivo Histórico de la Nobleza* located in Toledo.

This doctoral dissertation has been divided into three blocks, each with separate objectives. The first –Hospitals and institutional history– consists of a theoretical and practical approach to three heuristic concepts such as *hospital networks*, *hospital reforms* and *hospital models*. These elements have been defined and

characterized according to the historical characteristics of the Iberian Peninsula and their relationship with other areas of southern Europe. Each concept has its own chapter with theoretical reflection. The implementation has been carried out with three successive chapters for its application in the kingdom of Aragon, the seigniorial state of the Fernández de Velasco family – Medina de Pomar and Briviesca – and its connection with Burgos –north of Castile –, and the city of Toledo and the towns of Osuna and Peñafiel – south of Castile and Andalusia.

The second section –Hospitals and written culture– argues how writings transformed these institutions at all levels: economics, administration, devotion, medicine, nursing, etc. The chapters analyze the importance of knowing the history of (non) hospital archives, the development of archival strategies and the production of theoretical writings – mainly ordinances – and practical writings – *écritures grises*, in general –, the importance of books and libraries, and the petrification of writing in monumental inscriptions, most of the time as identifying and propagandistic elements.

Finally, the third block –Economy, health, and sociology beyond the *domus*– gathers the hospital transformations from its domestic organization to larger entities. *Hospital reforms* can be measured in aspects such as expenses –in medicines, construction, development of writings–, labor transformations –hierarchical and specialized teams–, a greater concern for health and disease –which can be measured lexicometrically– and the interest in excluding the false poor and assisting the real poor –elderly, orphaned children, the insane–.

Results: case studies

The various case studies have made it possible to achieve some partial objectives and to reflect the concepts analyzed in section 1. These are some of the historical examples already published that the reader can easily find.

1. The Fernández de Velasco family accumulated a large patrimony since the end of the 14th century and reached the highest levels of power among the Castilian nobility at the end of the 15th century. This upward trajectory

can also be seen in the promotion of different hospitals in their manorial estate, mainly in Medina de Pomar and Briviesca. Thus, it has been possible to certify that Pedro Fernández de Velasco, the Count of Haro, used the Royal hospital of Burgos as an administrative model in the middle of the 15th century. He included his hospital of the *Vera Cruz* in a larger complex, placed a community of nuns in charge of the administration and imitated the community of poor noblemen who resided in Burgos. In turn, his granddaughter, Mencía de Velasco, reproduced this same model within the family when she donated her wealth for the construction of the hospital of the Rosary in Briviesca. This whole process is evidence of the interest in Castile in the application of hospital reforms before and after the Catholic Monarchs⁵.

2. A comparison of the expenses of the hospitals under the patronage of the Fernández de Velasco family has also demonstrated this reform process. The hospital of *Vera Cruz* in Medina de Pomar and the hospital of the Rosary in Briviesca have more resources and financial allocations for specialized professionals in charge of religion, medicine, and writing. Likewise, it has been certified that the Briviesca hospital follows the same economic pattern as its predecessor in Medina de Pomar. Moreover, the founder, Mencía de Velasco, developed a complete devotional program of religious festivities and alms representing the ritualization of charity. This last aspect indicates that the arrival of the Early Modern Age did not necessarily imply a decline in religiosity in these hospital centers, a devotion that did not conflict with corporal medicine⁶.
3. The economic analysis has also been positive when comparing the rural hospitals of Rubielos de Mora and Puertomingalvo in the south of the kingdom of Aragon. This first town had a hospital with a markedly domestic character from an economic point of view at the end of the 14th century. However, in the mid-15th century, the marriage of Pero Poma and Margarita Nadal founded a rural hospital in Puertomingalvo that was

⁵ VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl – “Reform and hospital models in Castile: the case of the Fernández de Velasco family (1374-1517)”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 16:2 (2024), pp. 264-283.

⁶ VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl – “Mutación económica-hospitalaria en el estado señorial de los Fernández de Velasco (1380-1517)”. *Studia Historica: Historia Medieval* 41.2 (2023), pp. 183-203.

clearly committed to its inclusion in a market economy, as evidenced by its economic capacity, administration, debt issuance and hiring of professionals⁷.

4. Traditionally, it has been considered that the city of Toledo underwent a process of charitable reform well into the 16th century. However, I have argued that the foundation of the hospital of the Holy Cross by Pedro González de Mendoza is clearly an example of “reform before reform”. And it is possible to measure the interest of the archbishop and cardinal in the search for health, the care of abandoned children, the creation of a very complete professional team, the imitation of Iberian and Italian hospitals, and tremendously rich hospital ordinances, as could be the later ones of Saragossa, Santiago de Compostela and Lisbon⁸.
5. It is not by chance that a copy of the statutes and indulgences of the hospital of Toledo have been preserved in the Osuna collection of the *Archivo Histórico de la Nobleza*. Their presence there served to make known a Documentary Unit that kept diplomas from hospitals in Burgos, Seville, Toledo, Palma del Río and Rome. It was Juan Téllez Girón himself, Count of Ureña and Lord of Osuna, who requested these diplomas and then read them, annotated them in the margins and used that written experience in his foundations of Osuna and Peñafiel. This is an excellent example of imitation of the statutes and privileges of previous hospitals⁹.

Results in theorizing

The historiographic production for the hospital field generally lacks theoretical reflection. In fact, I consider that certain concepts have been used indiscriminately and with little prior reflection. Despite the limitation of these pages, these are my

⁷ VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl – “El hospital rural como centro económico en el sur de Aragón (Rubielos de Mora y Puertomingalvo en los siglos XIV-XV)”. *Edad Media. Revista de Historia* 24 (2023), pp. 663-698.

⁸ VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl – “La reforma antes de la reforma. Toledo y el hospital de la Santa Cruz (1494-1517)”. In BARBERO, Paula; BARRENA, Ana; LIZARDO, Rich (eds.) – *Hospitales durante el Antiguo Régimen. Instituciones benéfico-asistenciales, siglos XV-XIX*. Palermo: Palermo University Press, 2022, pp. 123-147.

⁹ VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl – “El viaje de lo escrito para el gobierno de la caridad: nobleza y modelos hospitalarios en la Corona de Castilla de los siglos XV y XVI”. *Cuadernos de Historia Moderna* 48.1 (2023), pp. 9-36.

definitions of the three concepts already used by historians and a fourth one that I have created:

1. *Hospital networks*: set of human and institutional relationships that link hospitals with other hospitals and institutions through time and space. Would it be convenient to use the singular form? I think so, if at least the connections and dimensions analyzed are defined and delimited. However, if we are dealing with a broad institutional framework, a large region and several centuries, it would be appropriate to use the concept in the plural. In itself, *hospital networks* is closely related to space, a concept that does not have a single definition. Finally, the analysis of these human or institutional relationships will allow us to observe the historical evolution of hospitals in quantitative terms. For example, how were they financed? Through alms collected by the hospital staff from the neighbors –human connection– or by the maintenance exercised by a higher institution –a municipality or the State? Or, in what way were the health staff linked to the hospitals? By an occasional contract between the administrator and the doctor or by a prior agreement between the hospital and a medical professional association like a brotherhood or guild?
2. *Hospital reforms*. This concept must be understood from its lexical root –re-form–, that is, to reshape something: to propose, project, execute, innovate, and improve what already exists. Therefore, it is not a heuristic concept in which Modernity breaks with medieval tradition. *Hospital reforms* are qualitative changes undertaken at the level of care that involved major differences in terms of intensity and magnitude –hospitals with greater resources, monumental buildings, larger and more complex professional staffs, etc.–. Therefore, I define *hospital reform(s)* as those processes of reorganization of hospital systems in a town or city from the 14th century onwards in the face of increasing pauperism, and in which both the authorities –lay and ecclesiastical– and private individuals were able to intervene. The application of this reform can be analyzed, rather than using the foundation or merger of certain hospitals, through the incorporation of multiple transversal criteria –perhaps not all of which

follow– in the new institutional projects: a) introduction and development of multiple writings, especially of a bureaucratic nature; b) insertion of the hospital in bigger urbanistic projects; c) hierarchization among health centers; d) circulation of hospital models at regional and international level; e) growing concern for health; f) constructive and architectural reconditioning tending towards monumentalization; g) greater economic solidity; h) valorization of various reform strategies; i) creation of complex work teams.

3. *Hospital models.* The historiographical problem with respect to this concept is the use of political-geographical labels. Thus, authors such as Bianchi and Słon speak of “Florentine” and “Milanese” models or López Terrada of “Aragonese” and “Castilian”.¹⁰ In this way, the focus is placed on large establishments without valuing the variety of hospital systems in large territories. Aragon, by extension the Crown of Aragon, was a sufficiently varied space for the hospital institution to adapt to multiple realities. I propose the study of hospital models based on the emulation of certain elements –administrative, architectural, prerogative, artistic– thanks, in large part, to the fame acquired by certain institutions. Thus, what prevails is a great process of cultural transfer that often surpassed the borders of the States, causing the geographic labels to be diluted. And in this process of institutional imitation, the relationship between the Iberian Peninsula and the Italian and other islands in the Mediterranean Sea is fundamental.

4. *Hospital renaissance.* I define this concept as the combined study of the slow and progressive transformations that took place between the 14th and 16th centuries both in *hospital networks* and *hospital reforms* – quantitative and qualitative changes in hospital systems, respectively– and the diffusion of *hospital models* –the latter being a basic characteristic of the reforms and a type of connection of nodes in hospital networks–.

¹⁰ BIANCHI, Francesco; SŁÓN, Marek – “Le riforme ospedaliere del Quattrocento in Italia e nell’Europa Centrale”. *Ricerche di Storia Sociale e Religiosa* 69 (2006), pp. 7-45; LÓPEZ TERRADA, María Luz – “Health Care and Poor Relief in the Crown of Aragón”. In GRELL, Ole P.; CUNNINGHAM, Andrew; ARRIZABALAGA, Jon (eds.) – *Health Care and Poor Relief in Counter-Reformation Europe*. London: Routledge, 1999, pp. 177-200.

“Renaissance”, but in lower case –renaissance–, because governments and urban and rural elites did not invent a new institution. On the contrary, they took one that already existed, the hospital, and endowed it with an increasingly sophisticated technology: writing. I propose *hospital renaissance* in opposition to terms used by historiography and which I consider ineffective such as *medieval hospital*, *medieval hospital in transition*, *Renaissance hospital*, *modern hospital*, etc. In short, it is an effort to overcome generalized local history and to advocate for a global and comparative history in which the Iberian kingdoms are situated as a hinge between the Mediterranean Sea and the Atlantic Ocean¹¹.

Results in digital transfer

As a complement to the academic publications and as a fundamental part of this doctoral dissertation I have developed the web page *Rethos: Retia Hospitalium* (<https://rethos.scriptamanent.info/>), a Digital Humanities tool with database and cartographic viewer that allows hosting historical information.

On the one hand, the database collects information on hospitals from the Middle Ages and the Modern Age. It is worth mentioning that part of the complexity in the design of this first tool is that these data are tremendously disparate and do not come from a single source –a catalog, inventory, or an existing systematized registry–. On the contrary, the web draws from a multitude of archives and libraries and, therefore, from an infinite number of documents and bibliographies. It also contains archaeological, architectural, and artistic information¹².

¹¹ These theoretical reflections have been further developed in a book that has been accepted for the *Biblioteca de Historia* collection of the CSIC *Instituto de Historia*: VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl, – *Pensar los hospitales del mundo ibérico (ss. XIV-XVI)*. Madrid: CSIC, in press.

¹² See the entry of a rural hospital. The first news of which dates back to the 14th century: the hospital of *Santa María* in Mosqueruela (1380): <<https://rethos.scriptamanent.info/hospitales/hospital-de-santa-maria-mosqueruela/>>.



Fig. 1. Georeferenced *Rethos* hospitals in the first section of the Cinca river (Aragón, Spain). Image adapted for publication.

On the other hand, *Rethos* has a cartographic viewer that identifies and geolocates hospital networks from a diachronic perspective, reflecting the extent of the phenomenon. The visualization of the nodes can be complemented by three base layers, each with a type of geographic information that dialogues with the hospital network: a physical one that allows to follow the fluvial paths, a satellite image that clearly reflects the colors and shapes of the landscape, and a more updated cartography with the current communication routes. The fact of having fixed the coordinates of these establishments allows the user to work with Geographic Information Systems (GIS) in the future.

In a first impulse (2021-2022) *Rethos* has a variety of information on 357 hospitals from medieval and modern times, belonging to Christians, Muslims or Jews who inhabited the ancient kingdom of Aragón.¹³ In a second phase, data relating to the kingdom of Portugal, compiled by Joana Balsa da Pinho (University of Lisbon), is being uploaded to *Rethos* thanks to the project *Hospitalis. Arquitetura hospitalar em*

¹³ *Rethos* is the digital evolution of a previous book: VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl – *La red de hospitales del Aragón medieval (ss. XII-XV)*. Saragossa: IFC-CSIC, 2016.

*Portugal nos alvares da Modernidade: identificação, caracterização e contextualização*¹⁴.

Finally, most of the analyzed diplomas have been edited and uploaded to the *Scripta manent* diploma database and can be consulted and downloaded. The aim is to increase the dialogue of the Digital Humanities with the firm intention of making data and documents more accessible. A selection of the edited documentation:

- 1384, foundation of the hospital of Rubielos de Mora (Aragon): http://www.scriptamanent.info/diplomas/sm_1384_amrm_i-7_d331/.
- 1402, foundation of the hospital of Alquézar (Aragon): http://www.scriptamanent.info/diplomas/sm_1402_ahn_clero_car604_n3/.
- 1433, increase in the financial endowment of the hospital of Medina de Pomar (Castile) by the Counts of Haro: http://www.scriptamanent.info/diplomas/sm_1433_frias_c238_d37-40_d37/.
- 1436, the community of the royal hospital of Burgos (Castile) is entrusted under the protection of the Count of Haro: http://www.scriptamanent.info/diplomas/sm_1436_frias_c386_d39/.
- 1455, ordinances of the hospital of St. Hermenegildo of Seville (Andalusia): http://www.scriptamanent.info/diplomas/sm_1455_osuna_c3_d23/.
- 1499, ordinances of the hospital of the Holy Cross of Toledo (Castile-La Mancha): http://www.scriptamanent.info/diplomas/sm_1499_osuna_c3_d23/.
- 1507-1511, accounting of the hospital Sancti Spiritus of Borja (Aragon): http://www.scriptamanent.info/diplomas/sm_1507-1511_ambo_334_1/.
- 1517, foundation of the hospital of Briviesca (Castile): http://www.scriptamanent.info/diplomas/sm_1517_frias_c373_d1/.
- 1533, foundation of the hospital of Almazán (Castile): http://www.scriptamanent.info/diplomas/sm_1533_ama_c46-1/.

¹⁴ For the *Hospitalis* project see <<https://projecthospitalis.net/pt/>>. As an example, see the database entry of *Hospital de Abrantes* (1483) <<https://rethos.scriptamanent.info/hospitales/hospital-de-abrantes/>>.

- first half of the 16th century, ordinances of the hospital of San Sebastián of Palma del Río (Andalusia): http://www.scriptamanent.info/diplomas/sm_xvi_osuna_c3_d23/.
- 1552, ordinances of the hospital of La Misericordia of Marchena (Andalusia): http://www.scriptamanent.info/diplomas/sm_1552_osuna_c170_d15_17_d15/.
- 1556, foundation of the hospital de la Concepción of Peñafiel (Castile): http://www.scriptamanent.info/diplomas/sm_1556_osuna_c97_d86-87_d87/.
- 1572, accounting of the general hospital of Teruel (Aragon): http://www.scriptamanent.info/diplomas/sm_1572_ahpt_concejo_18_6/.

Bibliographical references

Studies

ABREU, Laurinda – “O que ensinam os regimentos hospitalares? Um estudo comparativo entre os Hospitais das Misericórdias de Lisboa e do Porto (séculos XVI e XVII), a partir do Regimento do Hospital de Santa Maria Nuova de Florença”. In *A solidariedade nos séculos: a confraternidade e as obras. Actas do I Congresso de História da Santa Casa de Misericórdia do Porto (Casa Diocesana de Vilar, 2 e 3 de Julho de 2009)*. Lisboa: Aletheia, 2009, pp. 267-285.

ABREU, Laurinda – *The Political and Social Dynamics of Poverty, Poor Relief and Health Care in Early-Modern Portugal*. New York: Routledge, 2016.

ARRIZABALAGA, Jon – “Poor Relief in Counter-Reformation Castile: an overview”. In GRELL, Ole P.; CUNNINGHAM, Andrew; ARRIZABALAGA, Jon (eds.) – *Health Care and Poor Relief in Counter-Reformation Europe*. London: Routledge, 1999, pp. 151-176.

ARRIZABALAGA, Jon – “Asistencia, caridad y nueva ética de la responsabilidad colectiva ante la salud y la pobreza en el espacio urbano occidental del Antiguo Régimen”. In HUGUET-TERMES, Teresa *et al.* (eds.) – *Ciudad y hospital en el Occidente europeo (1300-1700)*. Lérida: Milenio, 2014, pp. 27-47.

BIANCHI, Francesco; SŁOŃ, Marek – “Le riforme ospedaliere del Quattrocento in Italia e nell’Europa Centrale”. *Ricerche di Storia Sociale e Religiosa* 69 (2006), pp. 7-45.

CONEJO, Antoni – *Domus seu hospitale: espais d’assistència i de salut a l’edat mitjana*. University of Barcelona, Barcelona, 2013.

CONEJO, Antoni – “L’estudi dels hospitals a l’Edat Mitjana: una història sense punt i a banda”. *SVMMA: Revista de Cultures Medievales* 2 (2013), pp. 135-136.

FERRAGUD, Carmel – *L'hospital, la dona y el capellà. L'hospital de Sant Andreu de Mallorca (1230-1445)*. Catarroja: Afers, 2022.

GARCÍA ORO, José; PORTELA SILVA, María José – *Las reformas hospitalarias del Renacimiento en la corona de Castilla: del Gran Hospital de Santiago a los hospitales generales*. Santiago de Compostela: El Eco Franciscano, 2005.

LÓPEZ TERRADA, María Luz – “Health Care and Poor Relief in the Crown of Aragón”. In GRELL, Ole P.; CUNNINGHAM, Andrew; ARRIZABALAGA, Jon (eds.) – *Health Care and Poor Relief in Counter-Reformation Europe*. London: Routledge, 1999, pp. 177-200.

MARINO, Salvatore – *Ospedali e città nel Regno di Napoli. Le Annunziate: istituzioni, archivi e fonti (secc. XIV-XIX)*. Florencia: Leo S. Olschki Editore, 2014.

MARINO, Salvatore – “Economía y hospitales en el siglo XV. Aproximación comparativa entre los gastos de los hospitales de Barcelona, Milán y Nápoles”. In VILLANUEVA, Concepción; CONEJO, Antoni; VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl (eds.) – *Redes hospitalarias: historia, economía y sociología de la sanidad*. Zaragoza: IFC, 2018, pp. 71-84.

MARINO, Salvatore – “Trabajo y aprendizaje en los hospitales de la Baja Edad Media. Aproximación comparativa entre Barcelona, Milán, Nápoles y Siena”. *Reti Medievali Rivista* 19.2 (2018), pp. 171-205.

MARTÍNEZ GARCÍA, Luis – *El hospital del Rey de Burgos. Un señorío medieval en la expansión y en la crisis (siglos XIII y XIV)*. J. M. Garrido Garrido, Burgos, 1986.

MARTÍNEZ GARCÍA, Luis – “Pobres, pobreza y asistencia en la Edad Media hispana: balance y perspectivas”. *Medievalismo* 18 (2008), pp. 67-108.

DE PINHO, Joana B. – “Antecedentes e componentes da reforma da assistência em Portugal nos alvares da Modernidade”. In *O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2021, pp. 221-237.

DE PINHO, Joana B. – “Portugal e a Europa: as dimensões da reforma da assistência (séculos XIV-XVI)”. In *O Hospital Real de Todos-os-Santos: Lisboa e a saúde*. Câmara Municipal de Lisboa: Lisboa, 2021, pp. 239-253.

VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl – *La red de hospitales del Aragón medieval (ss. XII-XV)*. Saragossa: IFC-CSIC, 2016.

VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl – “La reforma antes de la reforma. Toledo y el hospital de la Santa Cruz (1494-1517)”. In BARBERO, Paula; BARRENA, Ana; LIZARDO, Rich (eds.) – *Hospitales durante el Antiguo Régimen. Instituciones benéfico-asistenciales, siglos XV-XIX*. Palermo: Palermo University Press, 2022, pp. 123-147.

VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl – *El renacimiento hospitalario en la península ibérica: una propuesta desde la cultura escrita (1374-1549)*. Saragossa: University of Zaragoza, 2022. PhD dissertation.

VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl – “El hospital rural como centro económico en el sur de Aragón (Rubielos de Mora y Puertomingalvo en los siglos XIV-XV)”. *Edad Media. Revista de Historia* 24 (2023), pp. 663-698.

VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl – “El viaje de lo escrito para el gobierno de la caridad: nobleza y modelos hospitalarios en la Corona de Castilla de los siglos XV y XVI”. *Cuadernos de Historia Moderna* 48.1 (2023), pp. 9-36.

VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl – “Mutación económica-hospitalaria en el estado señorial de los Fernández de Velasco (1380-1517)”. *Studia Historica: Historia Medieval* 41.2 (2023), pp. 183-203.

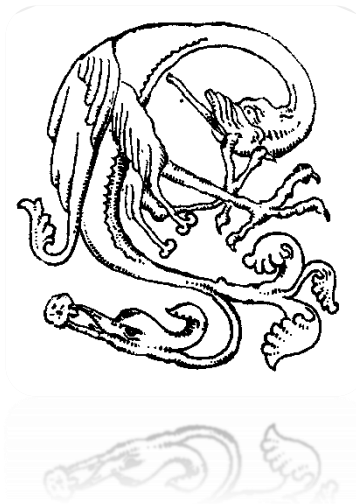
VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl – “Reform and hospital models in Castile: the case of the Fernández de Velasco family (1374–1517)”. *Journal of Medieval Iberian Studies* 16:2 (2024), pp. 264-283.

VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl – *Rethos: Retia Hospitalium*. Web page <https://rethos.scriptamanent.info/>.

VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl, – *Pensar los hospitales del mundo ibérico (ss. XIV-XVI)*. Madrid: CSIC, in press.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

VILLAGRASA-ELÍAS, Raúl - "The hospital renaissance in the Iberian Peninsula (14th-16th centuries)". *Medievalista* 36 (Julho - Dezembro 2024), pp. 505-519. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

VARIA

VARIA



MEDIEVALISTA

N.º 36 | Julho – Dezembro 2024

ISSN 1646-740X

**“To my surprise, I discovered...”: Harvey Sharrer e a
Literatura Portuguesa**

**“To my surprise, I discovered...”: Harvey Sharrer and Portuguese
Literature**

Cristina Sobral

Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras
Departamento de Literaturas Românicas
1600-214 Lisboa, Portugal

csobral@campus.ul.pt

<https://orcid.org/0000-0002-0097-3959>

Data recepção do artigo / Received for publication: 3 de Junho de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8463>



Mais do que uma publicação de Harvey L. Sharrer no campo da Literatura Portuguesa começa com uma narrativa:

In July of 2002, in a visit to the Biblioteca Pública in Évora (...) I examined Cód. (...) for two texts entered in Bitagap (...). To my surprise, I discovered...¹

Se juntarmos todas as pequenas histórias que nos foi contando ao longo de décadas, obtemos duas lições: a primeira é que a Literatura Portuguesa deve a Harvey L. Sharrer um inestimável contributo para o seu conhecimento, no que se refere tanto à interpretação dos textos como ao alargamento do seu *corpus* e da sua *recensio*. A segunda diz-nos que devemos rephrasear um ditado muito conhecido: é que só quem procura, activa e diligentemente, acha, e não só o que procurava mas também o que os arquivos e bibliotecas portuguesas guardam silenciosamente. A história da investigação de Sharrer em Portugal é repleta de novidades: novos textos que desconhecíamos, novos testemunhos exumados, novas perspectivas de interpretação.

Harvey L. Sharrer foi recentemente homenageado pelos medievalistas portugueses, que se juntaram para lhe oferecer um volume de estudos intitulado “*Tenh’eu que mi fez el i mui gran ben*”. *Estudos sobre cultura escrita medieval dedicados a Harvey L. Sharrer*². Trata-se de um reconhecido tributo a uma carreira de investigação de que a Literatura Portuguesa, particularmente a medieval, muito recebeu. O volume inclui uma relação bibliográfica que enumera todas as publicações (escritas e orais) que H. Sharrer fez ao longo de 51 anos de fecunda investigação. Destacarei em seguida alguns dos seus mais importantes contributos.

¹ SHARRER, Harvey L.; FERREIRA, Manuel Pedro – “A late fifteenth-century portuguese plainchant treatise”. *Revista Portuguesa de Musicologia*, 14-15 (2004-2005), p. 101.

² Editado por Ricardo Pichel (Madrid: Sílex, 2022).

Boa parte do seu labor científico foi dedicado à Literatura Medieval em castelhano, em particular à literatura novelística, de matéria arturiana e não só. O tema também o interessou no âmbito da Literatura Portuguesa. Veja-se, por exemplo, o seu artigo³ sobre o uso, no século XV, do nome Briolanja, prova de transmissão manuscrita do Amadis de Gaula (texid 6301)⁴ anterior à *editio princeps* (Saragoça, Jorge Coci, 1508). Veja-se ainda o estudo⁵ sobre a data da tradução para português dos romances do ciclo arturiano a partir da presença de vestígios na lírica galego-portuguesa, no qual defende o bom conhecimento de Lancelot do Lago na corte de Afonso III, corroborando a atribuição por Ivo Castro ao rei Bolonhês da iniciativa de divulgação em Portugal dos romances em prosa, trazidos da França em meados de duzentos. O trabalho mereceu a boa recepção crítica de Elsa Gonçalves, que aproveita e reforça as deduções de Sharrer⁶.

Ainda no mesmo ano, a matéria novelística tocou outro género: a hagiografia. Num trabalho sobre a Vida de Santo Estáquio (texid 3616) no *Flos Sanctorum* de 1513 (manid 1021)⁷, Sharrer fez a primeira revisão crítica dos estudos de Mário Martins sobre a formação deste legendário⁸, pondo em causa a sua dependência directa da *Leyenda de los santos* (Burgos, Juan de Burgos, 1500), com argumentos filológicos pertinentes. Editou a Vida de Santo Eustáquio, registando em aparato as lições do

³ SHARRER, Harvey L. – “Briolanja as a name in early fifteenth-century Portugal: echo of a reworked portuguese Amadis de Gaula?”. *La Corónica* 19 (1990), pp. 112-118.

⁴ Neste artigo serei sucinta em informação bibliográfica que não seja da autoria de Harvey Sharrer. Bibliografia exaustiva sobre todas as obras da Literatura Portuguesa referidas pode ser consultada na base de dados BITAGAP. Para isso, indicarei sempre os *texid* (n.º de referência de texto) dos textos referidos e, quando pertinente, também os *manid* (n.º de referência de testemunho).

⁵ SHARRER, Harvey L. – “La materia de Bretaña en la poesía gallego-portuguesa”. In BELTRÁN, Vicente (ed.) – *Actas del I Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval (Santiago de Compostela, 2 al 6 de Diciembre de 1985)*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1988, pp. 561-569.

⁶ GONÇALVES, Elsa – “...nunca veerá... a face de Deus... A propósito de duas cantigas de D. Denis (B 1533-1534)”. In *De Roma a Lixboa*. A Coruña: Real Academia Galega, 2016, pp. 323-338 [1.ª ed. 1997], p. 327. Veja-se ainda SHARRER, Harvey L. – “The Acclimatization of the Lancelot-Grail Cycle in Spain and Portugal”. In KIBLER, William W. (coord.) – *The Lancelot-Graal Cycle: Text and Transformations*. Austin: University of Texas Press, 1994, pp. 175-190.

⁷ SHARRER, Harvey L. – “The Life of St. Eustace in *Ho flos sanctorum em lingoagem português* (Lisbon, 1513)”. In CONNOLLY J. E.; DEYERMOND, A. D., DUTTON, B. (eds.). – *Saints and their Authors: Studies in Medieval Hispanic Hagiography in Honor of John K. Walsh*. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies, 1990, pp. 181-196.

⁸ MARTINS, Mário – “O livro e legenda dos santos mártires e o *Flos Sanctorum* de 1513”. In *Estudos de cultura medieval*. Vol. I, Lisboa: Verbo, 1969, 269-280; MARTINS, Mário – “O original em castelhano do *Flos Sanctorum* de 1513”. In *Estudos de cultura medieval*. Vol. I, Lisboa: Verbo, 1969, pp. 255-267.

incunábulo de Burgos e as do texto latino na edição de Graesse⁹, observando pela primeira vez que algumas lições do texto português se aproximam mais do texto latino do que do de Burgos¹⁰ e deduzindo que não houve dependência entre os dois legendários ibéricos, como de facto pude, mais tarde, amplamente confirmar¹¹.

Na última década do século passado, Sharrer encontrava-se já a trabalhar em pleno no projecto BITAGAP, em cuja equipa militavam também Arthur L.-F. Askins, Martha Schaffer e Aida F. Dias († 2014), e que pode ser considerado hoje o mais importante recurso para o estudo da Literatura Medieval Portuguesa e Galega. Aqui se registam todos os textos escritos em português até 1500 (por vezes um pouco mais), com um critério de inclusão tipológica que tem sido cada vez mais generoso. Inventaria-se, para cada texto, todos os testemunhos conhecidos, com sumária descrição codicológica e abundante informação bibliográfica. A amplitude deste projecto tem como consequência a sua infinitude mas o seu valor como ferramenta de trabalho para medievalistas de qualquer área (historiadores, críticos literários, filólogos, etc.) resulta do incansável e sistemático trabalho de pesquisa dos investigadores Askins, Sharrer e Schaffer ao longo de 36 anos.

Foi no âmbito da investigação para a BITAGAP que se produziram os felizes frutos de muitos trabalhos que Sharrer publicou a partir da década de 1990, cujos relatos evoquei no início deste texto. São descobertas felizes que resultam de uma sistemática verificação, em arquivos e bibliotecas, de muitas caixas e capilhas de manuscritos, passadas a pente fino durante muitas horas de trabalho, por vezes seguindo pistas (como as fornecidas pelo relatório de Avelino de Jesus da Costa

⁹ Note-se que, à data da publicação deste trabalho, ainda não existia a edição de Maggioni da *Legenda Aurea*. Confrontadas as duas edições (VORAGINE, Jacobus de – *Legenda aurea: vulgo historia Lombardica dicta ad optimorum librorum fidem*. Edita a Theodor Graesse. Lipsiae: Librariae Arnoldianae, 1846, pp. 712-718; VARAZZE, Iacopo da – *Legenda Aurea*. Edizione critica a cura di Giovanni Paolo Maggioni, seconda edizione rivista dall'autore. Firenze: Sismel-Edizioni del Galluzzo, 2000, pp. 1090-1098), constata-se que as variantes são mínimas e não afectam em nada a validade das conclusões de Sharrer.

¹⁰ SHARRER, Harvey L. – “The Life of St. Eustace”, p. 188.

¹¹ SOBRAL, Cristina – *Adições portuguesas no Flos Sanctorum de 1513*, Lisboa: Universidade de Lisboa, 2000. Tese de doutoramento; SOBRAL, Cristina – “Eremitas orientais na *Leyenda de los Santos* (Burgos, 1500) e no *Flos Sanctorum* (Lisboa, 1513)”. In *Medievalismo en Extremadura. Estudios sobre Literatura y Cultura Hispánicas de la Edad Media*. Coord. Jesús Cañas Murillo, Francisco Javier Grande Quejigo, José Roso Díaz. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2009, pp. 589-601.

sobre fragmentos de pergaminhos antigos¹², por vezes conferindo catálogos antigos, outras vezes ainda seguindo pistas bibliográficas¹³ e mantendo sob vigilância catálogos de leilões¹⁴.

Foi assim que, em 2 de Julho de 1990, aconteceu a descoberta provavelmente de maior impacto no universo medievalista. Como ele mesmo narra¹⁵, Sharrer encontrava-se na Torre do Tombo (ainda nas antigas instalações de S. Bento) inspeccionando coberturas de encadernação de livros notariais para recolher informação para a BITAGAP, quando deparou com um fólio de grandes dimensões, usado como capa dum livro do cartório notarial de Lisboa, que continha poesia musicada. Ainda não disponibilizado na internet, já então se revelava a utilidade daquilo que Sharrer definiu como “um catálogo de fontes primárias para o estudo da cultura e língua vernácula em Portugal e na Galiza durante a Idade Média”¹⁶. Instalada no seu computador portátil, a BITAGAP incluía um incipitário da poesia lírica galego-portuguesa e assim pôde confirmar a sua suspeita: o pergaminho – hoje conhecido como pergaminho Sharrer (*manid* 1817) – continha sete cantigas de amor musicadas de D. Dinis. A descoberta era de extraordinária importância: das cantigas dos trovadores galego-portugueses apenas se conhecia até então a música de seis cantigas de amigo do trovador galego Martim Codax, registadas no Pergaminho Vindel (descoberto pelo livreiro Pedro Vindel em 1914, *manid* 1014). Com esta nova descoberta eram muitas as questões que se colocavam e os horizontes de análise que se abriam. No primeiro artigo publicado¹⁷, Sharrer não pôde ainda fazer mais do que enunciá-los: qual a relação da música das cantigas de

¹² COSTA, Avelino de Jesus da – “Fragmentos preciosos de códices medievais”, *Boletim do Arquivo Municipal de Braga* 1 (1949), pp. 421-434 (1ª parte); *Bracara Augusta* 2 (1950), p. 44-63. Cf. SHARRER, Harvey L. – “The discovery of seven cantigas d’amor by Dom Dinis with musical *notatio*”. *Hispania* 74 (1991), pp. 459-461.

¹³ SHARRER, Harvey L.; PINTO, Pedro – “Os fragmentos da *Historia Scholastica* de Pedro Comestor da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa”. In *Optimo magistro sodalium et amicorum munus. Homenagem a Aires A. Nascimento pelo seu 80º aniversário*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos, 2022, p. 523.

¹⁴ SHARRER, Harvey L. – “Translation, adaptation and ‘plagiarism’ in the *Tratado geral de nobreza*, attributed to António Rodrigues, Portugal King of Arms (Part 1)”. *eHumanista* 31 (2015), pp. 233-254.

¹⁵ SHARRER, Harvey L. – “The discovery of seven cantigas”.

¹⁶ SHARRER, Harvey L. – “Fragmentos de sete cantigas d’amor de D.Dinis, musicadas - uma descoberta”. In *Actas do Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Vol. I. Lisboa: Cosmos, 1991, p. 13.

¹⁷ SHARRER, Harvey L. – “The discovery of seven cantigas”.

amor com as de amigo conhecidas e com a das *Cantigas de Santa Maria*? Qual a relação entre a poesia (de temática diferente) e a música? O que revela o pergaminho quanto à língua de D. Dinis por comparação com a lição que transmitem os apógrafos italianos (Cancioneiro da Biblioteca Nacional, B; e Cancioneiro da Biblioteca Vaticana, V), ambas cópias do século XVI? Qual o estatuto do códice a que pertenceu o fólio encontrado? Era um cancioneiro individual (o *Livro das trovas de el-Rey Dom Dinis* referido no inventário da livraria de D. Duarte?) ou um cancioneiro colectivo como o antígrafo dos cancioneiros copiados em Itália? O que nos dizem as dimensões invulgares do fólio e a empaginação a três colunas? Anunciava-se uma edição do Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval para Lisboa e é para aí que são remetidas estas perguntas.

Na conferência feita em Lisboa e depois publicada¹⁸, o pergaminho é descrito codicologicamente e analisada a sua raridade enquanto manuscrito musicado a três colunas, em comparação com códices congéneres. A análise paleográfica confirma uma datação contemporânea de D. Dinis e ganha peso a hipótese de se tratar de um fólio de um códice proveniente do *scriptorium* dionisino. Nenhuma das hipóteses acerca do estatuto do códice é definitivamente arredada mas Sharrer argumenta, com pertinência, que, dadas as dimensões do fólio e o *corpus* dionisino conhecido, se fosse um cancioneiro individual não teria mais de 20 folhas, pelo que a hipótese do cancioneiro colectivo parece mais aceitável¹⁹.

As sete cantigas são transcritas e colacionadas com B e V, conduzindo Sharrer à confirmação do *stemma codicum* proposto por Ana Ferrari e Elsa Gonçalves para a lírica galego-portuguesa, segundo o qual B e V descendem directamente do mesmo antígrafo, contra a proposta de Tavani, que defendeu a existência de *codices interpositi*²⁰. Outras observações úteis para a compreensão do processo de transmissão das cantigas são a confirmação da sugestão de Ernesto Monaci de que

¹⁸ SHARRER, Harvey L. – “Fragmentos de sete cantigas”.

¹⁹ SHARRER, Harvey L. – “Fragmentos de sete cantigas”, p. 17.

²⁰ SHARRER, Harvey L. – “Fragmentos de sete cantigas”, p. 25.

o arquétipo da tradição era em escrita contínua²¹ e a observação de que V tende a ser mais fiel ao antecedente do que B²².

Em 1993, no *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (Lisboa: Caminho), no verbete “Pergaminho Sharrer” (pp. 523-536), o autor recolhe de novo as conclusões acerca do pergaminho²³ que foi baptizado com o seu nome e que tiveram a melhor recepção crítica por parte dos especialistas em lírica galego-portuguesa. Assim Elsa Gonçalves sublinhou a importância da descoberta deste manuscrito:

Antes da descoberta do fólio de pergaminho com fragmentos de sete cantigas de amor de D. Denis, acompanhadas da respectiva notação musical, o editor das cantigas do Rei Trovador [...] colocado perante um erro comum aos dois códices, conjecturava que a alteração da mensagem se teria produzido no antecedente do qual ambos os testemunhos derivam, directamente, segundo uns, através de códices intermediários, segundo outros. Mal imaginaria esse editor poder vir a verificar materialmente o acerto da sua conjectura.²⁴

Aponta alguns casos em que o novo testemunho pode contribuir para a revisão do estabelecimento do texto²⁵ e consagra no verbete “Tradição manuscrita da poesia lírica”²⁶ a maior probabilidade da proveniência do fólio de um cancionero colectivo. As conclusões de Sharrer são tidas em conta, pela sua validade, nos anos subsequentes: veja-se, em 1995, Elsa Gonçalves, sobre a importância do testemunho, a preferência pela hipótese do cancionero colectivo e a reafirmação da

²¹ SHARRER, Harvey L. – “Fragmentos de sete cantigas”, p. 22.

²² SHARRER, Harvey L. – “Fragmentos de sete cantigas”, p.25.

²³ Entretanto divulgadas também oralmente, em 1990, em Londres, no Medieval Hispanic Seminar, Queen Mary and Westfield College, University of London, numa comunicação intitulada “Seven cantigas de amor by king Dinis with musical notation”; em Buenos Aires no Seminario de Edición y Crítica Textual, Centro Argentino de Estudios Históricos Dr. Claudio Sanchez Albornoz e ainda em Mendoza (Argentina), na Asociación de Estudios Medievales da Universidad Nacional de Cuyo, com uma comunicação intitulada “Un nuevo códice medieval fe la obra de don Dinís, con anotación musical”.

²⁴ GONÇALVES, Elsa – *Poesia de rei*. Lisboa: Cosmos, 1991, p. 19.

²⁵ V. por exemplo GONÇALVES, Elsa – *Poesia de rei*, p. 30, comentário ao verso 5.

²⁶ GONÇALVES, Elsa – “Tradição manuscrita da poesia lírica”. In TAVANI, Giuseppe; LANCIANI, Giulia (eds.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, p. 630.

dependência de BV e T (pergaminho Sharrer) do mesmo antecedente²⁷. Veja-se ainda, em 2007, o comentário sobre a transcrição de Sharrer: “reconheço ser a de Sharrer perfeita e a minha não isenta de imperfeições”²⁸.

Em 2005, Manuel Pedro Ferreira já não questiona a proveniência do pergaminho, dando como facto que é um fólio sobrevivente de um cancionero colectivo²⁹. Neste trabalho, em que publica o seu estudo musicológico do fragmento, notável pela “sua notação musical”³⁰, narra o autor a série de vicissitudes que fizeram abortar o projecto anunciado por Sharrer em 1991 de uma publicação conjunta, que aliaria ao estudo musicológico de Ferreira um estudo de Sharrer que incluiria um esboço biográfico de D. Dinis, uma descrição paleográfica completa, uma transcrição diplomática, uma reflexão sobre o tipo de cancionero a que terá pertencido e a edição dos poemas, com traduções para o inglês e aparato crítico exaustivo. Dessas vicissitudes fazem parte o desastroso “restauro” do fragmento, feito na Torre do Tombo, o qual apagou parte do conteúdo³¹ e uma doença do investigador estadunidense. Desejava então Manuel Pedro Ferreira que este pudesse ainda publicar o estudo anunciado em 1991.

Pela familiaridade adquirida com os testemunhos da lírica galego-portuguesa foi Sharrer convidado a participar, em 2004, no Congresso *O Cancioneiro da Ajuda cen anos depois*, realizado pola Dirección Xeral de Promoción Cultural en Santiago de Compostela e na Ilha de San Simón os días 25-28 de maio, com uma conferência sobre o estado actual dos estudos sobre o Cancioneiro da Ajuda³². Neste balanço do estado da arte, Sharrer percorre o campo bibliográfico do Cancioneiro da Ajuda, desde a edição de D. Carolina Michäelis de Vasconcelos até às respectivas

²⁷ GONÇALVES, Elsa – “Tradição manuscrita e edição de textos: experiências ecdóticas no campo da lírica galego-portuguesa”. *De Roma a Lixboa*. A Coruña: Real Academia Galega, 2016, p. 288.

²⁸ GONÇALVES, Elsa – “Sobre edições da lírica galego-portuguesa: uma reflexão”. In *De Roma a Lixboa*. A Coruña: Real Academia Galega, 2016, p. 470.

²⁹ FERREIRA, Manuel Pedro – *Cantus Coronatus: Sete Cantigas de Amor D’el-Rei Dom Dinis*. Kassel: Reichenberger, 2005, p. 9.

³⁰ FERREIRA, Manuel Pedro – *Cantus Coronatus*, p. 9.

³¹ FERREIRA, Manuel Pedro – *Cantus Coronatus*, p. 54.

³² SHARRER, Harvey L. – “Estado actual de los estudios sobre el Cancioneiro da Ajuda”. In ARBOR ALDEA, Mariña (ed.) – *O Cancioneiro da Ajuda cen anos depois. Actas do Congreso realizado pola Dirección Xeral de Promoción Cultural en Santiago de Compostela e na Illa de San Simón os días 25-28 de maio de 2004*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo, 2004, pp. 41-54.

reimpressões. Identifica, além disso, claramente, as cópias parciais feitas no século XIX, fornecendo todos os detalhes sobre quem as fez e o percurso que seguiram, informação nova que resulta das pesquisas para a BITAGAP. Analisa as várias posições acerca da data de confecção do Cancioneiro, chamando a atenção para as dificuldades colocadas pela cronologia proposta por Resende de Oliveira à atribuição da iniciativa a Afonso X (Tavani). Dá conta do contributo das análises paleográfica, linguística, gráfica e estética para o esclarecimento de uma questão que continua em aberto.

Mais recentemente, em 2016, Sharrer foi de novo chamado a escrever algumas palavras sobre a lírica galego-portuguesa, desta vez para prefaciar um livro dedicado a Martim Codax e ao Pergaminho Vindel³³ que reúne colaborações históricas, codicológicas, paleográficas, musicológicas e filológicas. Para além do que compete a um prefácio, que é a apresentação dos estudos reunidos, Sharrer narra a descoberta do pergaminho por Pedro Vindel, sublinhando a importância única que a presença da música lhe confere, e – como não poderia deixar de ser – evoca a sua experiência com o pergaminho de D. Dinis, em tudo paralela a esta.

Também o contributo para o conhecimento dos géneros em prosa decorre, a partir do início deste século, da laboriosa pesquisa para a BITAGAP. Os membros da equipa sempre procuram ver directamente os manuscritos que registam, para a sumária descrição codicológica, para a transcrição de *incipit* e *explicit* e ainda para a observação cuidadosa de detalhes do testemunho que possam prestar informações úteis. Foi assim que entraram em contacto com um fragmento da *General Historia* de Afonso X encontrado em 1991 no Arquivo Distrital de Castelo Branco por Maria Clara Beato, aluna de Saúl António Gomes. Em 2002, Askins, Dias e Sharrer publicam na revista *Santa Barbara Studies* um artigo³⁴ sobre este testemunho que pode ser considerado um modelo de estudo de fragmento. Temos, em primeiro lugar, a história do conhecimento em Portugal da *General Estoria* de Afonso X (*texid* 1244),

³³ SHARRER, Harvey L. – “Limiar”. In ARBOR ALDEA, Mariña – *Martim Codax. Cantigas de amigo. Peramino Vindel*. Barcelona: Moleiro, 2016, 11-14.

³⁴ ASKINS, A. L.-F.; DIAS, Aida F.; SHARRER, Harvey L. – “Um novo fragmento da *General Historia* de Afonso X em português medieval”. *Santa Barbara Studies*, first serie 6 (2002), pp. 134-156. O artigo foi republicado em ASKINS, A. L.-F.; DIAS, Aida F.; SHARRER, Harvey L. – “Um novo fragmento da *General Estoria* de Afonso X em português medieval”. *Biblos*, 2ª série, 4 (2006), pp. 93-124.

história que começa com a descoberta, em 1945, por Avelino de Jesus da Costa, de um fragmento (quatro fólhos) não identificado mas inventariado no seu relatório como “Comentário em português ao Génesis”³⁵. A publicação do relatório³⁶ permitiu a Mário Martins³⁷ identificar o fragmento como parte de um grande manuscrito da *General estoria* de Afonso X. Na sequência desta publicação pôde Luís Filipe Lindley Cintra rever a fortuna da obra historiográfica de Afonso X em Portugal³⁸.

Até aqui, apenas se conheciam fragmentos da primeira parte da *General Estoria* (capítulos dos Livros 1, 5, 7 e 9), que “apontam para o facto de esta haver sido traduzida integralmente”³⁹. Comentários feitos por Fernão de Oliveira (*Grammatica da Linguagem Portuguesa*. Lisboa: Germão Galharde, 1536) permitiam supor que também as outras partes tinham sido traduzidas na mesma época, ou seja, no reinado de D. João I. Mas provas concretas não havia. A descoberta do fragmento de Castelo Branco forneceu-as.

A equipa da BITAGAP solicitou o restauro do fragmento na Torre do Tombo, o que veio a acontecer e proporcionou o estudo feito por Askins, Dias e Sharrer. Fez-se a descrição codicológica e paleográfica e a letra foi datada do final do século XIV ou início do XV. Confirmou-se a identificação do texto, mas só a colação levada a cabo pelos três autores permitiu saber que este tem uma proveniência diferente daquela de onde vinham os fragmentos da primeira parte. Traduz um manuscrito espanhol que se afasta da primitiva redacção e que pertence à família do segundo estado do original⁴⁰, levando à conclusão de que se fizeram duas traduções da *General Estoria* para português, atestando um interesse notório em Portugal pela obra de Afonso X. Por fim, o artigo inclui uma edição do texto, com normas de transcrição conservadoras, como é devido em casos semelhantes de antiguidade do testemunho único, com explicação de erros e outros comportamentos do copista.

³⁵ ASKINS, A. L.-F.; DIAS, Aida F.; SHARRER, Harvey L. – “Um novo fragmento”, p. 134.

³⁶ COSTA, Avelino de Jesus da – “Fragmentos preciosos”.

³⁷ MARTINS, Mário – “Fragmentos medievais portugueses”. *Brotéria* 50 (1950), pp. 403-414.

³⁸ CINTRA, Luís Filipe Lindley – “Sobre uma tradução portuguesa da *General Estoria* de Afonso X”. *Boletim de Filologia* 12 (1951), pp. 184-191.

³⁹ ASKINS, A. L.-F.; DIAS, Aida F.; SHARRER, Harvey L. – “Um novo fragmento” p. 136.

⁴⁰ ASKINS, A. L.-F.; DIAS, Aida F.; SHARRER, Harvey L. – “Um novo fragmento”, p. 139.

No mesmo ano em que colaborou no estudo do manuscrito de Castelo Branco da *General Estoria*, H. Sharrer esteve na Biblioteca Pública Municipal de Évora, onde foi surpreendido pela descoberta de dois tratados musicais, *Toões das antifonas* (texid 10144) e *Arte do canto chaão* (texid 10145), incluídos no cod. CXIII/1-40 e que, juntos, formam “the earliest known manual on plainchant in the Portuguese vernacular language”⁴¹, do final do século XV (1494-1497). Os mais antigos tratados do género, em português, eram dos séculos XVI (1560, de Fr. João Rodrigues) e XVII (1618, de Pedro Thalesio), enquanto o mais antigo em espanhol remonta a 1436. A cronologia do novo tratado, só por si, sublinha a importância da descoberta. H. Sharrer descreve codicologicamente o códice e recenseia os textos (além dos tratados musicais) que contém, entre os quais se destacam dois outros textos pouco comuns e com grande interesse cultural: o *Regimento do trintário ençarrado* (texid 10724) e o *Regimento do trintário de Santo Amador*. O artigo de 2004-2005 oferece ainda a edição do tratado musical, seguida da edição destes dois outros textos, que são, assim, disponibilizados para o estudo de um público de especialistas mais amplo do que o da Literatura Portuguesa. A edição, feita com critérios conservadores, inclui um aparato crítico⁴², e anotação explicativa do conteúdo, com notas musicológicas de Manuel Pedro Ferreira⁴³.

O mesmo rigor filológico caracteriza todos os trabalhos de H. Sharrer. Em 2015 comprou em leilão um manuscrito de mão do fim do século XVI-início do XVII que continha uma cópia do *Tratado geral de nobreza* (texid 12072), compêndio de heráldica e de teoria sobre a nobreza atribuído a António Rodrigues, Rei de Armas de Portugal. O texto traduz e refunde fontes espanholas e francesas do início do século XV e deve ser considerado “Um exemplo de movimento através das fronteiras no fim da Idade Média e início do Renascimento, que introduziu nos círculos cortesãos portugueses uma série de preceitos políticos e ideológicos que estavam sob discussão na Europa há várias décadas”⁴⁴. Conhecia-se através de um

⁴¹ SHARRER, Harvey L.; FERREIRA, Manuel Pedro – “A late fifteenth-century portuguese plainchant treatise”. *Revista Portuguesa de Musicologia* 14-15 (2004-2005), p. 102.

⁴² “Notas à edição”, SHARRER, Harvey L.; FERREIRA, Manuel Pedro – “A late fifteenth-century portuguese plainchant treatise”, p. 128.

⁴³ “Notas ao conteúdo”, SHARRER, Harvey L.; FERREIRA, Manuel Pedro – “A late fifteenth-century portuguese plainchant treatise”, pp. 128-129.

⁴⁴ SHARRER, Harvey L. – “Translation, adaptation”, p. 233.

manuscrito guardado na Biblioteca Pública Municipal do Porto (*manid* 3158), que Sharrer analisa e que colaciona com o testemunho recém-encontrado, chegando à conclusão de que este possui algumas lições melhores do que as do manuscrito do Porto, de onde conclui que são cópias independentes de um antecedente comum⁴⁵. Contesta o estatuto autógrafo do manuscrito do Porto e também discute a autoria do texto, à qual João Rodrigues (irmão de António Rodrigues) e João de Cró são bons candidatos. Por fim, propõe uma datação para a tradução portuguesa: 1508-1559⁴⁶. Em 2018, este tratado proporciona ainda um estudo⁴⁷ sobre uma tradução desconhecida de uma versão do conto do golfinho que salva o filho do rei de França e que explica etiologicamente o título (*dauphin*) dos herdeiros do trono francês, estudo este onde a colação dos dois testemunhos confirma as conclusões tiradas em 2015.

As surpreendentes descobertas não têm cessado nos últimos anos. Em 2014, estando na Biblioteca da Ajuda para conferir, para a BITAGAP, informações sobre os textos contidos num certo códice miscelâneo setecentista, H. Sharrer deparou-se com um texto intitulado “Historia que trata dos amores de Naseo e Amperadonia a qual dizem que fez Luiz da Sylveira Conde de Sortelha”⁴⁸. Tratava-se da novela sentimental conhecida por um manuscrito do século XVI (manuscrito Asensio, Cod. 11353 da Biblioteca Nacional, *manid* 3517), de autor desconhecido, sem título e truncada no final (*texid* 18953). O manuscrito identificado por Sharrer na Biblioteca da Ajuda oferece uma versão mais completa, com final, adiciona uma poesia ao conjunto que o ms. Asensio já tinha e atribui a novela a um poeta do *Cancioneiro Geral*, Luís da Silveira (1481-1533). Esta atribuição permite recuar o *terminus ad quem* da composição da novela, colocado por E. Asensio em 1543-1546, para 1516-1517, contemporânea, portanto, da impressão do *Cancioneiro Geral*. Além destes novos dados, Sharrer analisou temática e formalmente alguns dos poemas incluídos

⁴⁵ SHARRER, Harvey L. – “Translation, adaptation”, p. 236.

⁴⁶ SHARRER, Harvey L. – “Translation, adaptation”, pp. 237-244.

⁴⁷ SHARRER, Harvey L. – “Tres versiones peninsulares del cuento del delfín servicial”. In *Actas de las XII Jornadas Internacionales de Literatura Española Medieval “La Celestina” y lo celestinesco. Homenaje al Profesor Joseph Thomas Snow*. Vol. I. Buenos Aires: Pontificia Universidad Católica Argentina Santa María de los Buenos Aires - Facultad de Filosofía y Letras, 2018, pp. 175-86.

⁴⁸ SHARRER, Harvey L. – “Um poeta do *Cancioneiro Geral* e as poesias intercaladas na novela sentimental *Naseo e Amperidónia*”. In ZINATO, Andrea; BELLONI, Paola (eds.) – *Poesía, poéticas y cultura literaria*. Como, Pavia: Ibis, 2018, p. 414.

na novela, comparando-os com a poética dos autores do *Cancioneiro* de Garcia de Resende, o que lhe permitiu reforçar a probabilidade de Luís da Silveira ser, de facto, o autor da novela. Outro aspecto digno de nota – e de estudo – que falta no testemunho do manuscrito Asensio é o “desenlace feliz de amor adúltero (um tema pouco frequente na ficção sentimental dos séculos XV e XVI), cuja história é deixada em aberto para uma possível continuação (ff. 228v-231r)”. Assim o enunciou Sharrer na sua muito recente colaboração na Exposição *Descubra as Diferenças*, cujas notas explicativas se reuniram em livro⁴⁹.

Em 2022 publica-se o fruto de uma descoberta feita em 2009, mais uma vez no âmbito das pesquisas para a BITAGAP. Com Pedro Pinto, Sharrer identifica na Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa “vários fragmentos em papel de traduções portuguesas da *Historia Scholastica*, a mais antiga do século XV, e as demais do início do século XVI” (*texid* 1048)⁵⁰. O conjunto de manuscritos provém da biblioteca de João José de Mendonça Cortês (1836-1912), antigo Par do Reino, que o terá adquirido a Francisco Joaquim Pereira e Sousa (†1851)⁵¹. Da obra de Pedro Comestor traduzida para português conhecia-se, até então, a existência de um manuscrito alcobacense (Alc. 349), perdido mas editado por Fr. Fortunato de São Boaventura, um fragmento do século XVIII conservado na Biblioteca Pública de Évora (Cod. CXXX/1-8) e um testemunho na chamada Bíblia de Lamego (cópia *ad quem* 1552). Na Faculdade de Direito, Sharrer e Pinto identificaram: um testemunho (Fragmento A) em papel, letra gótica cursiva de meados e finais século XV, que contém capítulos do Génesis, com epígrafes coincidentes com as do Alc. 349, mas que não é uma sua cópia; outro testemunho (Fragmentos B), em papel, letra cursiva de 1501-1520, que moderniza a língua e a grafia, mas que preserva alguns traços linguísticos antigos. Este segundo testemunho tem relação estreita com o Alc. 349, com o fragmento A e com a Bíblia de Lamego. Ambos os fragmentos A e B fornecem, em vários lugares, texto ausente ou ilegível no Alc. 349⁵², contribuindo, portanto,

⁴⁹ SHARRER, Harvey L. – “Nota explicativa 8”. In *Descubra as diferenças. Variação na literatura portuguesa desde a Idade Média até antontem*. Org. J. Dionísio, C. Pimenta, C. Defenu. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2023, p. 14. [Consultado a 28 Maio 2024]. Disponível em <https://variacao.tobeunlikely.pt/luis-da-silveira/>.

⁵⁰ SHARRER, Harvey L.; PINTO, Pedro – “Os fragmentos da *Historia Scholastica*”, p. 524.

⁵¹ SHARRER, Harvey L.; PINTO, Pedro – “Os fragmentos da *Historia Scholastica*”, pp. 524-525.

⁵² SHARRER, Harvey L.; PINTO, Pedro – “Os fragmentos da *Historia Scholastica*”, pp. 527, 530.

decisivamente para uma reconstituição do arquétipo. Os dois autores do artigo descrevem o conteúdo dos fragmentos e propõem uma revisão do *stemma codicum* avançado por Mariana Leite com base numa análise externa dos testemunhos⁵³. O *stemma* alternativo de Sharrer e Pinto fundamenta-se numa colação mais exaustiva dos testemunhos, embora os dados da colação ainda não se apresentem. Espera-se por uma futura edição crítica do texto.

As chamadas "Cartas de Itália" (*texid* 31022) são outro conjunto de textos, de grande relevo cultural e histórico, que têm beneficiado do persistente labor inquisitivo da equipa BITAGAP. Trata-se de um conjunto de cartas enviadas de Itália em 1452, a Afonso V, pelos embaixadores que acompanharam a princesa Leonor de Portugal no seu casamento com Frederico III da Alemanha. Em 1935, conhecia-se um conjunto de quatro cartas remetidas por Lopo de Almeida e uma carta remetida por Luís Gonçalves Malafaia, com testemunhos dos sécs. XVII e XVIII conservados nas Bibliotecas do Porto, de Évora e Nacional, além da cópia impressa por Caetano de Sousa nas *Provas Genealógicas da Casa Real Portuguesa*. É nestes testemunhos que se fundamenta a edição de Lapa de 1935⁵⁴, tomando como testemunho-base o manuscrito do Porto, alegadamente cópia de originais da Torre do Tombo⁵⁵. Em 1965, Andrée Crabée Rocha localizou outro testemunho das quatro cartas de Almeida na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra⁵⁶.

No final dos anos 80, a equipa BITAGAP identificou mais três conjuntos de testemunhos: um conjunto na Torre do Tombo (ms. do fim do século XVII ou início do XVIII); um conjunto proveniente da Casa de Fronteira, hoje na Torre do Tombo (fim do século XVI); e um terceiro conjunto mencionado no catálogo de Carlos Silva

⁵³ LEITE, Mariana – "Os testemunhos da tradução portuguesa da *Historia Scholastica* de Pedro Comestor: consequências ideológicas da selecção de fontes". *Cahiers d'études hispaniques médiévales* 33 (2010), p. 187.

⁵⁴ LAPA, Manuel Rodrigues (ed.) – *Cartas de Itália*. Lisboa: Imprensa Nacional, Centro de Estudos Filológicos, 1935.

⁵⁵ ASKINS, A. L.-F.; SCHAFFER, Martha E.; SHARRER, Harvey L. – "A new set of *Cartas de Itália* to Afonso V of Portugal from Lopo de Almeida and Luís Gonçalves Malafaia". *Romance Philology* 57 Fall (2003), pp. 74-75.

⁵⁶ ASKINS, A. L.-F.; SCHAFFER, Martha E.; SHARRER, Harvey L. – "A new set of *Cartas de Itália*", p. 75.

Tarouca da biblioteca dos Duques de Cadaval que estava desaparecido e que seria o testemunho mais antigo (do século XVII, segundo Tarouca).

A equipa da BITAGAP sabia que em 1885 fora leiloadada em Londres a livraria de Carlos Stuart, Barão de Rothesay (1779-1845), diplomata em Portugal, Espanha e Brasil. O catálogo do leilão anunciava um volume manuscrito que, entre outras cartas, continha as quatro de Lopo de Almeida, vendidas a um "Guerra". Vêm elas a aparecer em 1980 num catálogo de manuscritos portugueses da Biblioteca do Congresso. Trata-se de uma cópia do século XIX, talvez cópia da edição impressa de Caetano de Sousa. No mesmo catálogo do leilão da livraria de Carlos Stuart menciona-se outro códice manuscrito, comprado pela British Library. Em 1932, o *Catálogo dos Manuscritos Portugueses... existentes no Museu Britânico*, publicado pelo Conde de Tovar, indica a presença de cartas de Lopo de Almeida, dando-as como copiadas em 1635. Os *bitagapers* assumem então que se tratava apenas de mais uma cópia das quatro cartas conhecidas. Porém, a obrigação que se impõem de verificar toda a informação e de descrever os testemunhos para a base de dados compeliu-os, como habitualmente, a uma visita presencial. E foi assim que A. Askins, Martha Schaffer e H. Sharrer descobriram, num códice miscelâneo do século XVII conservado na British Library, uma nova cópia destas cartas, acrescentadas de uma nova carta de Lopo de Almeida, até então totalmente desconhecida. Acresce que três das cartas já conhecidas têm neste códice uma versão mais completa⁵⁷.

No artigo publicado na *Romance Philology*, os três autores fazem o estado da arte no que se refere ao conhecimento desta importante fonte histórica, que alguns consideram também fonte literária⁵⁸, oferecem uma breve descrição material dos testemunhos da British Library e a descrição do conteúdo, com destaque para as diferenças relativamente aos testemunhos anteriormente conhecidos⁵⁹.

⁵⁷ ASKINS, A. L.-F.; SCHAFFER, Martha E.; SHARRER, Harvey L. – "A new set of *Cartas de Itália*", p. 71.

⁵⁸ Como Andréa Crabée Rocha, cf. ASKINS, A. L.-F.; SCHAFFER, Martha E.; SHARRER, Harvey L. – "A new set of *Cartas de Itália*", p. 74.

⁵⁹ ASKINS, A. L.-F.; SCHAFFER, Martha E.; SHARRER, Harvey L. – "A new set of *Cartas de Itália*", pp. 80, 83-84, 85.

A importância dos textos recomenda uma nova edição crítica, que tome na devida conta os testemunhos encontrados depois da edição de Lapa, por isso os três autores anunciam que “An edition of all this new material is in progress, under the direction of Harvey L. Sharrer”⁶⁰. Referem-se apenas a uma edição das cartas segundo a versão do manuscrito da British Library mas, ainda assim, este é um conjunto de textos que não pode ser editado com pressa, não só porque a edição não poderia dispensar a outra versão dos textos e a dimensão das variantes exige trabalho atento e esforçado, como sobretudo porque o número dos testemunhos não para de crescer. Em 2003, conheciam-se oito testemunhos da versão breve (versão B) das cartas e tinha-se notícia da existência de mais um testemunho em Muge, proveniente da biblioteca da Casa Cadaval. Em 2021, Askins e Sharrer fazem uma actualização do estado da questão⁶¹ e contam mais oito testemunhos da versão B, encontrados de novo, entre os quais o testemunho de Muge⁶².

Nesta actualização inclui-se ainda uma recensão da bibliografia recente que usa as cartas de Itália como fonte. Dos 11 trabalhos recenseados conclui-se que as cartas continuam a ser consideradas de grande interesse e usadas sobretudo em trabalhos de historiografia, mas também se conclui que é usado sobretudo o conjunto de cartas na versão B, na edição de Lapa. Ainda que vários autores conheçam, através do artigo de 2003, a existência da versão A e a carta adicional de Malafaia, nenhum tomou a iniciativa de procurar ver em Londres os manuscritos, com excepção de Diogo Faria⁶³, que transcreve as duas cartas, embora, segundo Askins e Sharrer, e sem razão que se entenda, use no seu trabalho sobretudo a versão B na edição Lapa. Este estado de coisas mostra bem como a edição crítica das duas versões continua a ser muito necessária.

Chegados a este ponto, fica evidente que uma revisitação do trabalho de Harvey L. Sharrer ao longo das últimas décadas é indissociável da história do projecto

⁶⁰ ASKINS, A. L.-F.; SCHAFFER, Martha E.; SHARRER, Harvey L. – “A new set of *Cartas de Itália*”, p. 79.

⁶¹ ASKINS, Arthur L.-F., SHARRER, Harvey L. – “The *Cartas de Itália* to Afonso V of Portugal (versions A and B): review and update”. *Romance Philology* 75 (Fall 2021), pp. 209-217.

⁶² ASKINS, Arthur L.-F., SHARRER, Harvey L. – “The *Cartas de Itália*”, pp. 211-212.

⁶³ FARIA, Diogo Nuno Machado Pinto – *A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495)*, Porto: Universidade do Porto, 2021. Tese de doutoramento.

BITAGAP. Muito do seu trabalho foi feito em equipa (como se vê pela co-autoria dos textos que acabo de descrever), para cuja produtividade contribuiu abundantemente. Em 2002, nos *Fragmentos de textos medievais portugueses na Torre do Tombo*, livro assinado com A. Askins e A. Dias⁶⁴, os três dão conta de 15 novos fragmentos recuperados, entre os quais de textos tão importantes como o *Orto do Esposo* (*textid* 1082), as *Colações* de João Cassiano (*textid* 1174) ou as *Partidas de Afonso X* (*textid* 1214, 1132, 16131, 1133, 1215). Na descrição destes 15 fragmentos⁶⁵ encontra-se sete vezes a menção “encontrado e transcrito por Harvey Sharrer” ou expressão equivalente. O livro regista também seis fragmentos já divulgados⁶⁶ mas que estavam perdidos há muitos anos, entre eles o pergaminho Sharrer.

Regista ainda cinco novos códices manuscritos, que estavam perdidos na Torre do Tombo e de cuja existência não se suspeitava⁶⁷. Contêm testemunhos de cinco textos, um dos quais totalmente novo, *O Novo memorial do estado apostólico* (Crónica dos Lóios), de Paulo de Portalegre (*textid* 9570), e outro de cuja tradução para português também não tínhamos conhecimento, o *Inventário ou recolhimento em a parte cirurgical da física* (*textid* 9791, tradução da primeira metade do séc.XV de *Chirurgia vel inventarium seu collectorium in parte chirurgicali medicinae*, de Guy de Chauliac, c. 1289-1368). O primeiro, já editado criticamente, tem prestado útil contributo aos estudos históricos sobre a Congregação de São João Evangelista (Lóios)⁶⁸. É de sublinhar também um novo ms. da tradução dos *Diálogos de São Gregório* (*textid* 1109, *manid* 1840), que pode agora ser chamado à colação, com os restantes três testemunhos conhecidos, permitindo uma reavaliação do *stemma codicum* proposto por Rosa Virgínia Mattos e Silva⁶⁹ e uma nova edição crítica da tradução portuguesa desta obra fundamental do monaquismo ocidental.

⁶⁴ASKINS, A. L.-F.; DIAS, Aida F.; SHARRER, Harvey L. – *Fragmentos de textos medievais portugueses na Torre do Tombo*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002.

⁶⁵ASKINS, A. L.-F.; DIAS, Aida F.; SHARRER, Harvey L. – *Fragmentos de textos medievais portugueses*, pp. 8-14.

⁶⁶ASKINS, A. L.-F.; DIAS, Aida F.; SHARRER, Harvey L. – *Fragmentos de textos medievais*, pp. 15-16.

⁶⁷ASKINS, A. L.-F.; DIAS, Aida F.; SHARRER, Harvey L. – *Fragmentos de textos medievais*, pp. 16-18.

⁶⁸A bibliografia pertinente pode ser consultada na BITAGAP, seguindo o *textid* do texto.

⁶⁹SILVA, Rosa Virgínia Mattos e, “As versões medievais portuguesas dos *Diálogos de S. Gregório* (Relações entre os mss.)”. *Bolletim de Filologia* 22 (1971), p. 27.

Os três códices em tão boa hora reaparecidos devem a sua nova fortuna à luz do dia e a sua entrega à ciência a Harvey Sharrer, que os encontrou aos três na Torre do Tombo. Mas o trabalho deste “bilio-arqueólogo” não se reduz a fazer exumar da Caixa Forte da Torre do Tombo ou das bibliotecas e arquivos nacionais espécies preciosas de antigos manuscritos. A recompensa por uma minuciosa perseguição de pistas e uma consistente prática de registo e descrição sempre baseada em visão directa dos testemunhos foi muitas vezes a feliz descoberta de novidades. Mas as etapas seguintes incluem investigar para identificar os textos, situar a redacção e/ou tradução, atribuindo-a ao seu autor, discutir problemas colocados pela novidade do que foi encontrado e que frequentemente questiona o que até então se sabia, contextualizar circunstâncias de escrita ou de cópia, descrever codicologicamente o manuscrito e, muitas vezes, definir critérios de edição e normas de transcrição, sempre cuidadosamente conservadoras, editar e propor interpretações, anotando e carregando informações úteis à leitura dos textos. Sempre fiel a este irrepreensível método filológico, Harvey Sharrer, ao longo das últimas décadas, além do que conseguiu entregar-nos, abriu caminho para muitos outros trabalhos, levados a cabo por investigadores que seguiram as suas pistas e que pegaram no fio da meada que ele deixou bem dobrada e pronta para ser tecida. No seu caminho esteve a BITAGAP, “armazém ou inventário da memória colectiva do património cultural escrito das línguas vernáculas galega e portuguesa durante a Idade Média”⁷⁰.

⁷⁰ SHARRER, Harvey L. – “Bitagap (Bibliografia de textos antigos galegos e portugueses): um armazém da memória histórica”. In PICHEL, Ricardo (ed.) – *“Tenh’eu que mi fez el mui gram ”em”*. *Estudos sobre cultura escrita medieval dedicados a Harvey L. Sharrer*. Madrid: Sílex, 2022, p. 39.

Referências bibliográficas

Estudos de Harvey L. Sharrer

SHARRER, Harvey L. – “La materia de Bretaña en la poesía gallego-portuguesa”. In BELTRÁN, Vicente (ed.) – *Actas del I Congreso de la Asociación Hispánica de Literatura Medieval (Santiago de Compostela, 2 al 6 de Diciembre de 1985)*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1988, pp. 561-569.

SHARRER, Harvey L. – “Briolanja as a name in early fifteenth-century Portugal: echo of a reworked portuguese Amadis de Gaula?”. *La Corónica* 19 (1990), pp. 112-118.

SHARRER, Harvey L. – “The Life of St. Eustace in *Ho flos sanctorum em lingoagem português* (Lisbon, 1513)”. In CONNOLLY, J. E.; DEYERMOND, A. D., DUTTON, B. (eds.) – *Saints and their Authors: Studies in Medieval Hispanic Hagiography in Honor of John K. Walsh*. Madison: Hispanic Seminary of Medieval Studies, 1990, pp. 181-196.

SHARRER, Harvey L. – “The discovery of seven *cantigas d’amor* by Dom Dinis with musical *notatio*”. *Hispania* 74 (1991), pp. 459-461.

SHARRER, Harvey L. – “Fragmentos de sete cantigas d’amor de D.Dinis, musicadas – uma descoberta”. In *Actas do Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Vol. I. Lisboa: Cosmos, 1991, pp. 13-29.

SHARRER, Harvey L. – “Pergaminho Sharrer”. In TAVANI, Giuseppe; LANCIANI, Giulia (eds.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, pp. 534-536.

SHARRER, Harvey L. – “The Acclimatization of the Lancelot-Grail Cycle in Spain and Portugal”. In KIBLER, William W. (coord.) – *The Lancelot-Graal Cycle: Text and Transformations*. Austin: University of Texas Press, 1994, pp. 175-190.

ASKINS, A. L.-F.; DIAS, Aida F.; SHARRER, Harvey L. – *Fragmentos de textos medievais portugueses na Torre do Tombo*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2002.

ASKINS, A. L.-F.; DIAS, Aida F.; SHARRER, Harvey L. – “Um novo fragmento da *General Historia* de Afonso X em português medieval”. *Santa Barbara Studies*, first serie 6 (2002), pp. 134-156.

ASKINS, A. L.-F.; SCHAFFER, Martha E.; SHARRER, Harvey L. – “A new set of *Cartas de Itália* to Afonso V of Portugal from Lopo de Almeida and Luís Gonçalves Malafaia”. *Romance Philology* 57 (Fall 2003), pp. 71-88.

SHARRER, Harvey L. – “Estado actual de los estudios sobre el Cancioneiro da Ajuda”. In ARBOR ALDEA, Mariña (ed.) – *O Cancioneiro da Ajuda cen anos depois. Actas do Congresso realizado pola Dirección Xeral de Promoción Cultural en Santiago de Compostela e na Illa de San Simón os días 25-28 de maio de 2004*. Santiago de

Compostela: Xunta de Galicia, Consellería de Cultura, Comunicación Social e Turismo, 2004, pp. 41-54.

SHARRER, Harvey L.; FERREIRA, Manuel Pedro – “A late fifteenth-century portuguese plainchant treatise”. *Revista Portuguesa de Musicologia*, 14-15 (2004-2005), pp. 101-130.

ASKINS, A. L.-F.; DIAS, Aida F.; SHARRER, Harvey L. - “Um novo fragmento da *General Estoria* de Afonso X em português medieval”. *Biblos*, 2ª série, 4 (2006), pp. 93-124.

SHARRER, Harvey L. – “Translation, adaptation and ‘plagiarism’ in the *Tratado geral de nobreza*, attributed to António Rodrigues, Portugal King of Arms (Part 1)”, *eHumanista* 31 (2015), pp. 233-254.

SHARRER, Harvey L. – “Limiar”. In ARBOR ALDEA, Mariña – *Martim Codax. Cantigas de amigo. Peramino Vindel*. Barcelona: Moleiro, 2016, pp. 11-14.

SHARRER, Harvey L. – “Tres versiones peninsulares del cuento del delfín servicial”. In *Actas de las XII Jornadas Internacionales de Literatura Española Medieval “La Celestina” y lo celestinesco. Homenaje al Profesor Joseph Thomas Snow*. Vol. I. Buenos Aires: Pontificia Universidad Católica Argentina Santa María de los Buenos Aires – Facultad de Filosofía y Letras, 2018, pp. 175-86.

SHARRER, Harvey L. – “Um poeta do *Cancioneiro Geral* e as poesias intercaladas na novela sentimental *Naceo e Amperidónia*”. In ZINATO, Andrea; BELLOMI, Paola (eds.) – *Poesía, poéticas y cultura literaria*. Como, Pavia: Ibis, 2018, pp. 413-426.

ASKINS, Arthur L.-F.; SHARRER, Harvey L. – “The *Cartas de Itália* to Afonso V of Portugal (versions A and B): review and update”. *Romance Philology* 75 (Fall 2021), pp. 209-217.

SHARRER, Harvey L. – “Bitagap (Bibliografia de textos antigos galegos e portugueses): um armazém da memória histórica”. In PICHEL, Ricardo (ed.) – “*Tenh’eu que mi fez el mui gram ”em*”. *Estudos sobre cultura escrita medieval dedicados a Harvey L. Sharrer*. Madrid: Sílex, 2022, pp. 39-67.

SHARRER, Harvey L.; PINTO, Pedro – “Os fragmentos da *Historia Scholastica* de Pedro Comestor da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa”. In *Optimo magistro sodalium et amicorum munus. Homenagem a Aires A. Nascimento pelo seu 80º aniversário*. Lisboa: Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Centro de Estudos Clássicos, 2022, pp. 515-534.

SHARRER, Harvey L. – “Nota explicativa 8”. In *Descubra as diferenças. Variação na literatura portuguesa desde a Idade Média até anteontem*. Org. J. Dionísio, C. Pimenta, C. Defenu. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 2023, p. 14. [Consultado a 28 Maio 2024]. Disponível em <https://variacao.tobeunlikely.pt/luis-da-silveira/>.

Outros estudos

ASKINS, Arthur L.-F. (dir.). – *Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses* (BITAGAP). Berkeley: The Bancroft Library, University of California, 1997. [Consultado a 28 Maio 2024]. Disponível em https://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/bitagap_po.html

COSTA, Avelino de Jesus da – “Fragmentos preciosos de códices medievais”. *Boletim do Arquivo Municipal de Braga* 1 (1949), pp. 421-434 (1ª parte); *Bracara Augusta* 2 (1950), pp. 44-63.

FARIA, Diogo Nuno Machado Pinto – *A diplomacia dos reis de Portugal no final da Idade Média (1433-1495)*, Porto: Universidade do Porto, 2021. Tese de doutoramento.

FERREIRA, Manuel Pedro – *Cantus Coronatus: Sete Cantigas de Amor D’el-Rei Dom Dinis*. Kassel: Reichenberger, 2005.

GONÇALVES, Elsa – *Poesia de rei*. Lisboa: Cosmos, 1991.

GONÇALVES, Elsa – “Tradição manuscrita da poesia lírica”. In TAVANI, Giuseppe; LANCIANI, Giulia (eds.) – *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 1993, pp. 627-632.

GONÇALVES, Elsa – *De Roma ata Lixboa. Estudos sobre os cancioneiros galego-portugueses*, ed., João Dionísio, Henrique Monteagudo, Maria Ana Ramos. A Coruña: Real Academia Galega, 2016.

GONÇALVES, Elsa – “Tradição manuscrita e edição de textos: experiências ecdóticas no campo da lírica galego-portuguesa”. In *De Roma a Lixboa*. A Coruña: Real Academia Galega, 2016, pp. 283-301 [1ª ed. 1995].

GONÇALVES, Elsa – “...nunca veerá... a face de Deus... A propósito de duas cantigas de D. Denis (B 1533-1534)”. In *De Roma a Lixboa*. A Coruña: Real Academia Galega, 2016, pp. 323-338 [1ª ed. 1997].

GONÇALVES, Elsa – “Sobre edições da lírica galego-portuguesa: uma reflexão”. In *De Roma a Lixboa*. A Coruña: Real Academia Galega, 2016, pp. 455-500 [1ª ed. 2007].

LAPA, Manuel Rodrigues (ed.) – *Cartas de Itália*. Lisboa: Imprensa Nacional, Centro de Estudos Filológicos, 1935.

LEITE, Mariana – “Os testemunhos da tradução portuguesa da *Historia Scholastica* de Pedro Comestor: consequências ideológicas da selecção de fontes”. *Cahiers d’études hispaniques médiévales* 33 (2010), pp. 183-194 [Consultado a 28 Maio 2024]. Disponível em https://www.persee.fr/doc/cehm_1779-4684_2010_num_33_1_2240.

MARTINS, Mário – “Fragmentos medievais portugueses”. *Brotéria* 50 (1950), pp. 403-414.

MARTINS, Mário – “O livro e legenda dos santos mártires e o *Flos Sanctorum* de 1513”. In *Estudos de cultura medieval*. Vol. I, Lisboa: Verbo, 1969, pp. 269-280.

MARTINS, Mário – “O original em castelhano do *Flos Sanctorum* de 1513”. In *Estudos de cultura medieval*. Vol. I. Lisboa: Verbo, 1969, pp. 255-267.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e – “As versões medievais portuguesas dos *Diálogos de S. Gregório* (Relações entre os mss.)”. *Bolletim de Filologia* 22 (1971), pp. 17-32.

SOBRAL, Cristina – *Adições portuguesas no Flos Sanctorum de 1513*. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2000. Tese de doutoramento.

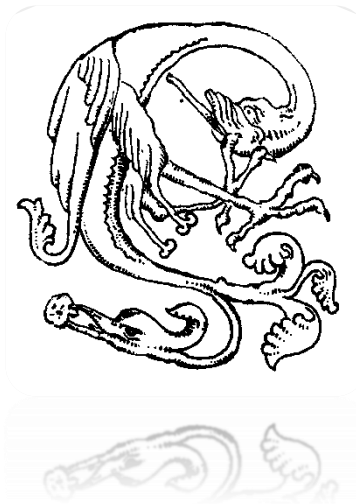
SOBRAL, Cristina – “Eremitas orientais na *Leyenda de los Santos* (Burgos, 1500) e no *Flos Sanctorum* (Lisboa, 1513)”. In *Medievalismo en Extremadura. Estudios sobre Literatura y Cultura Hispánicas de la Edad Media*. Coord. Jesús Cañas Murillo, Francisco Javier Grande Quejigo, José Roso Díaz. Cáceres: Universidad de Extremadura, 2009, pp. 589-601.

VARAZZE, Iacopo da – *Legenda Aurea*. Edizione critica a cura di Giovanni Paolo Maggioni, seconda edizione rivista dall'autore. Firenze: Sismel-Edizioni del Galluzzo, 2000.

VORAGINE, Jacobus de – *Legenda aurea: vulgo historia Lombardica dicta ad optimorum librorum fidem*. Edita a Theodor Graesse. Lipsiae: Librariae Arnoldianae, 1846.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SOBRAL, Cristina – ““To my surprise, I discovered...”: Harvey Sharrer e a Literatura Portuguesa”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 523-545. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsh.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



**Hoje há História da Cultura, amanhã não sabemos*
(nos 20 anos do IEM)**

**Today there is History of Culture, tomorrow who knows?
(in the 20 years of the IEM)**

António Resende de Oliveira

Prof. Aposentado da FLUC

Universidade de Coimbra - Centro de Histórias da Sociedade e da Cultura

aresendeo@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0009-5965-7510>

Data recepção do artigo / Received for publication: 26 de Fevereiro de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8467>

* Este texto partiu de alguns tópicos pensados para uma breve apresentação do tema numa mesa redonda organizada pelo Instituto de Estudos Medievais a 22 de janeiro de 2024. Não tendo podido deslocar-me a Lisboa na altura, agradeço ao Bernardo Vasconcelos e Sousa a sua disponibilidade para a leitura do mesmo no evento referido. Para efeitos da sua publicação sofreu alterações pontuais e foi acrescentado com uma bibliografia final.



Dados os limites de tempo, optei pela referência às instituições e grupos de investigação mais activos no âmbito da História da Cultura medieval, cingindo-me ao essencial e com a consciência de que esquecerei, inevitavelmente, contributos que deveriam constar.

No caso da História, nas universidades portuguesas, a História da Cultura adquiriu uma maior visibilidade a partir da reforma do plano de estudos da História nos finais dos anos setenta do século passado, que levou ao aparecimento, para a abordagem de cada período histórico, das disciplinas de ‘História económica e social’, ‘História institucional e política’ e ‘História cultural e das mentalidades’. A obra *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010* dá conta dos seus inícios titubeantes e dos avanços registados a partir de então —quer no que toca à cultura latina, quer à que se exprimia já em galego-português—, na geração seguinte de historiadores, activos nas últimas décadas do século passado e na primeira do actual. Apesar da alteração das condições do trabalho historiográfico verificada a partir dos inícios deste século, na qual me deterei a seu tempo, as transformações de finais do século XX, suportadas pelo crescimento de mestrados e de doutoramentos que acompanhou o desenvolvimento da disciplina, puderam continuar a dar os seus frutos ainda na última década. Passo a sinalizar as instituições e grupos mais activos, com as áreas e temas sobre os quais incidiu a investigação efectuada, deixando de parte quer a edição de fontes, quer a obra dos colegas estrangeiros que participaram neste percurso pela História Cultural.

No Porto merece destaque, no âmbito da cultura latina, o projecto sediado no Instituto de Filosofia, que se propõe editar e estudar as obras atribuídas a Pedro Hispano com o objectivo de aprofundar o seu estudo bem como clarificar a biografia do autor ou autores que se escondem sob o nome a que essas obras aparecem associadas. Afigura-se como trajecto decisivo para o conhecimento de uma das personalidades maiores da cultura medieval. Um dos grupos do mesmo centro de investigação, o Seminário Medieval de Literatura, Pensamento e Sociedade, tem continuado a desbravar o conhecimento da cultura laica com incursões de relevo

nas áreas do romance arturiano, da historiografia senhorial, com destaque para a figura do Conde D. Pedro, e ainda da canção trovadoresca. Os ensaios compilados nos dois volumes *Seminário Medieval* e, a partir de 2016, a revista *Guarecer* permitem o acesso à actividade desenvolvida pelos seus membros na maior parte do período em análise.

Em Coimbra, os estudos sobre os instrumentos e práticas culturais estiveram presentes graças ao legado do antigo Instituto de Paleografia e Diplomática. E a cultura adquiriu igualmente visibilidade na sua ligação à mulher, quer no âmbito laico, quer mais recentemente em círculos monásticos, já no período tardo-medieval. Se as explorações da cultura clerical foram menos sistemáticas, a formação do clero, a universidade, as livrarias e o livro, nomeadamente científico, não foram descurados. No meio laico, a actividade dos trovadores continuou a ser abordada no tratamento de algumas cortes, como as de D. Afonso III e de D. Afonso X, e em outros estudos sobre diferentes autores, personagens satirizadas ou outros temas, salientando-se os que incidiram sobre a produção em galego-português de um dos maiores representantes da cultura medieval, o agora mencionado D. Afonso X, o Sábio. Por sua vez, o Centro de Literatura Portuguesa avançou no conhecimento da cronística peninsular e fez um importante balanço sobre a historiografia portuguesa anterior ao século XV.

Na Universidade de Lisboa, a obra *Universidade Medieval em Lisboa, séculos XIII-XVI*, mostrou um grupo de investigadores que abordou diferentes aspectos da sua história, desde a presença na cidade, passando pela análise da comunidade universitária e sua institucionalização, as redes sociais e políticas ou a questão das sucessivas sedes, concluindo, finalmente, com o estudo das pinturas do paço que o infante D. Henrique lhe doou em 1431. E no mesmo ano de 2013 um desses investigadores defendia a sua tese de doutoramento onde radiografava o mundo dos letrados portugueses dos séculos XII e XIII, efectuando recentemente um percurso pelo meio intelectual português ao longo do período medieval. Do lado do Centro de Linguística deve lembrar-se o balanço feito à produção hagiográfica, e respectivo discurso, bem como os estudos sobre a canção trovadoresca, e celebrar-se a edição na Galiza do conjunto da obra da sua principal filóloga de finais do século passado e

inícios deste. Os *scriptoria* de Alcobaça e Lorvão, e o livro medieval hebraico completam a diversidade dos enfoques do mundo cultural.

Na mesma geografia, mas um pouco mais a sul, entro na Universidade Nova pelo CESEM, a quem se deve muita da renovação do conhecimento sobre o percurso da música ao longo do período medieval. Não apenas no contexto trovadoresco, apesar dos livros já publicados sobre a obra de vários autores (e mesmo registos sonoros) ou de estudos mais específicos sobre a sua produção, mas também no âmbito da música eclesiástica, em múltiplos estudos dos quais destacámos a feitura de uma antologia sobre a música medieval portuguesa (2 vols. e 2 CD) e uma síntese mais recente sobre o mesmo período. Alarga-se a perspectiva entrando no IEM, com estudos sobre historiografia (incluindo a hagiografia), em diferentes abordagens, a canção trovadoresca, com alguns estudos e um projecto meritório de divulgação de autores e cantigas, e ensaios culturais mais abrangentes. Realce ainda para a *Medievalista*, insubstituível placa giratória da produção portuguesa e não só, modelar na interdisciplinaridade, abertura ao exterior e diversidade de temáticas escolhidas —onde entra, naturalmente, a História cultural— e uma janela para a apresentação e divulgação de trabalhos de uma nova geração de historiadores com menos possibilidades de conjugar o desejo da investigação com um enquadramento adequado à sua efectivação. Sem dúvida um bom memorial para o Luís Krus, um dos seus arquitectos.

Naturalmente, fora das instituições e grupos mencionados, há historiadores e historiadores da literatura, da filosofia, da arte ou de outras áreas, portugueses ou não, que deixaram igualmente contributos de relevo nas áreas exploradas, quer da cultura latina quer da cultura portuguesa, nos âmbitos musical ou artístico (este menos contemplado nesta resenha) ou noutros campos culturais, e que não poderão ser esquecidos em qualquer balanço destes vinte anos.

Em 2011, no balanço então editado, concluí que uma das conquistas dos avanços verificados a partir dos anos oitenta do século XX na produção literária e historiográfica tinha sido, para além de uma presença mais efectiva da História na área da História cultural, a reavaliação do contexto da produção de muitos textos e

sua integração nas estratégias culturais de meios ou instituições responsáveis pela sua feitura. Podemos talvez dizer que a última década aproveitou de algum modo o impulso anterior para se projectar até à actualidade, embora seja difícil de prever o percurso da História da Cultura nos próximos tempos.

Na verdade, ainda durante a primeira década deste século, iniciou-se um processo de retracção das estruturas universitárias reforçadas nos anos setenta do século anterior, e que a prazo poderão pôr em causa os progressos verificados desde então. Refiro-me à não substituição dos docentes que atingiam a idade da jubilação. As restrições financeiras mantiveram-se até à actualidade, diminuindo drasticamente o número de docentes e afastando do ensino universitário a última geração de alunos nela formados. Atente-se no exemplo coimbrão, que conheço melhor. Da dezena de medievalistas necessários, desde os anos oitenta, para leccionar as cadeiras de história medieval (e tomando apenas em consideração historiadores, e não colegas de Arqueologia ou História de Arte, por exemplo), permanecem a cem por cento apenas 3 deles —dois na realidade, pois o terceiro encontra-se em licença sem vencimento— tendo o serviço remanescente de ser assegurado através da contratação de 4/5 bolseiros para as disciplinas sem docentes disponíveis. Acresce que já este ano os três passarão a dois por aposentação de um deles. Agravando a situação, neste percurso foi a própria secção de História, como as restantes áreas da Faculdade de Letras, que foi posta em causa com o processo de departamentalização que criou, entre outros, o Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes. Na voragem do aperto financeiro, desapareceram os diferentes institutos em que a secção de História se tinha organizado até então: os de História Económica e Social, Paleografia e Diplomática, História da Expansão e História e Teoria das Ideias, que implicavam custos de manutenção, funcionários, etc.

Neste contexto, e apesar de as universidades poderem ter resolvido a demissão do Estado de diferentes modos, será difícil aventar uma qualquer projecção sobre o futuro da História da Cultura quando o que está em causa é, antes de mais, o futuro da própria História. Uma História dependente das conjunturas, progredindo com avanços e recuos, com quebra de gerações e dos dinamismos associados a cada uma

delas e sobrevivendo cada vez mais, na componente da docência, à custa de bolsas destinadas à investigação.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Miguel – “As crónicas de Zurara: a corte, a aristocracia e a ideologia cavaleiresca em Portugal no século XV”. *Medievalista* [on line] 23 (jan-jun. 2018).

AILENII, Simona – *A Tradução Galego-Portuguesa do Romance Arturiano. Os primeiros testemunhos*. Porto: Estratégias Criativas, 2019.

BARREIRA, Catarina Fernandes – “Manuscritos universitários para o estudo da Teologia na livraria do Mosteiro de Alcobaça”. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 33 (jan.-jun. 2016), pp. 99-128.

BARREIRA, Catarina Fernandes; SEIXAS, Miguel Metelo de (coord.) – *D. Duarte e a sua Época. Arte, cultura, poder e espiritualidade*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2014.

CARVALHO, Helena Avelar de – ‘*Vir sapiens dominabitur astris*’. *Astrological knowledge and practices in the portuguese medieval court (king John I to king Afonso V)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa-FCSH, 2011. Tese de mestrado.

CORREIA, Ângela – *Ama. A importância de um nome no conhecimento sobre os trovadores medievais galego-portugueses*. Lisboa: Bibliotrónica Portuguesa, 2016.

CORREIA, Carla Sofia dos Santos – “A Razón de amor con los denuestos del agua y el vino e a poesia galego-portuguesa”. In *Seminário Medieval 2009-2011*. Porto: Estratégias criativas, 2011, pp. 95-155.

CORREIA, Carla Sofia dos Santos – *A Difusão Ibérica da Linguagem dos Trovadores Galego-Portugueses*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2016. Tese de doutoramento.

CORREIA, Isabel Sofia Calvário – *Do Lancelot ao Lançarote de Lago: tradição textual e difusão ibérica do romance arturiano contido no ms 9611 da Biblioteca Nacional de Espanha*. Porto: Estratégias Criativas, 2015.

DIAS, Isabel de Barros – *Metamorfoses de Babel. A historiografia ibérica (sécs. XIII-XIV): construções e estratégias textuais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian-Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2003.

FERNANDES, Hermenegildo (org.) – *A Universidade Medieval em Lisboa (séculos XII-XIII)*. Lisboa: Tinta da China, 2013.

FERNANDES, Ricardo Jorge Cunha – *A Representação da Realeza e da Nobreza na Crónica de 1419*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa-FCSH, 2012. Tese de mestrado.

FERREIRA, Manuel Pedro – *Antologia de Música em Portugal na Idade Média e no Renascimento*. 2 vols, 2 CD. Lisboa: Arte das Musas, 2009.

FERREIRA, Manuel Pedro – *Aspectos da Música Medieval no Ocidente Peninsular*, 2 vols. Lisboa: INCM-FCG, 2009-2010.

FERREIRA, Manuel Pedro – “Antes de 1500: mil anos de música em Portugal”. In COSTA, Jorge Alexandre (coord.) – *Olhares sobre a História da Música em Portugal*. Coord. de Jorge Alexandre Costa. Vila do Conde: Verso da História, 2015, pp. 17-82.

FERREIRA, Maria do Rosário – *A Lenda dos Sete Infantes. Arqueologia de um destino épico medieval*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2006. Tese de doutoramento.

FERREIRA, Maria do Rosário – *O Contexto Hispânico da Historiografia Portuguesa nos Séculos XIII e XIV*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

FERREIRA, Maria do Rosário – *Pedro de Barcelos e a Escrita da História*. Porto: Estratégias Criativas, 2019.

FIGUEIREDO, Albano – *A Crónica medieval Portuguesa: génese e evolução de um género (sécs. XIV-XV)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2005. Tese de doutoramento.

FONSECA, Luís Adão da – “Política e cultura nas relações luso-castelhanas no século XV”. *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, nº 0 (2003), pp. 53-61.

GIURGEVICH, Luana; LEITÃO, Henrique – *Clavis Bibliothecarum. Catálogos e inventários de livrarias e instituições religiosas em Portugal até 1834*. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016.

GOMES, Rita Costa – “Zurara and the Empire: Reconsidering fifteenth-century Portuguese Historiography”. *Storia della Storiografia* 47 (2005), pp. 56-89.

GOMES, Saul António – “La formation intellectuelle du clergé séculier portugais du XIIe au XIVE siècle”. In *Carreiras Eclesiásticas no ocidente cristão: séc. XII-XIV*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa/CEHR, 2007, pp. 101-120.

GOMES, Saul António – “Livros de ciência em bibliotecas medievais portuguesas”. *Ágora. Estudos clássicos em debate* 14.1 (2012), pp. 13-26.

GOMES, Saul António – “Testemunhos de exercícios abaciais e de autografia em mosteiros cistercienses femininos portugueses na Baixa Idade Média”. In ESPÍRITO SANTO, Arnaldo; PIMENTEL, Maria Cristina; FARMHOUSE, Paulo; FURTADO, Rodrigo (coord.) – *Optimo Magistro Sodalivm et Amicorum Mvnvs. Homenagem a*

Aires A. Nascimento pelo seu 80º aniversário. Coord. de Arnaldo Espírito Santo, Maria Cristina Pimentel, Paulo Farmhouse e Rodrigo Furtado. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2022, pp. 575-596.

GONÇALVES, Elsa – *De Roma ata Lixboa. Estudos sobre os cancioneiros galego-portugueses*. Corunha: Real Academia Galega, 2016.

GOUVEIA, Mário de – *O Limiar da Tradição no Moçarabismo Conimbricense: os 'Anais de Lorvão' e a memória monástica do território de fronteira*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa-FCSH, 2008. Tese de mestrado.

KRUS, Luís – *A Construção do Passado Medieval. Textos inéditos e publicados*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011.

LARANJINHA, Ana Sofia – *Artur, Tristão e o Graal*. Porto: Estratégias Criativas, 2010.

LOPES, Graça Videira; FERREIRA, Manuel Pedro *et al.* (2011-) – *Cantigas Medievais Galego Portuguesas [base de dados online]*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. [Consulta em 19 de janeiro de 2024] Disponível em: <http://cantigas.fcs.unl.pt>.

LIMA, Mariana Ramos de – *As Cantigas de Santa Maria de Terena–Milagres portuguesas medievais*. Lisboa: CESEM, 2021.

MARTIN, Georges; MIRANDA, José Carlos Ribeiro – *Legitimação e Linhagem na Idade Média Peninsular. Homenagem a D. Pedro, conde de Barcelos*. Porto: Estratégias Criativas, 2011.

MEIRINHOS, José Francisco – *Estudos de Filosofia Medieval. Autores e temas portugueses*. Porto Alegre: EST edições, 2007.

MEIRINHOS, José Francisco – “Intellectual history and the scholars”. In MATTOSO, José (Dir.) – *The Historiography of Medieval Portugal c. 1950-2010*, dir. de José Mattoso. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, 2011, pp. 349-379.

MEIRINHOS, José – “A Project on Petrus Hispanus: Editions and study of the attributed works”. *Mediaevalia. Textos e estudos* 35 (2016), pp. 149-166.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro – *Aurs Mesclatz ab Argen. Sobre a primeira geração de trovadores galego-portugueses*. Porto: Edições Guarecer, 2004.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro – “A Introdução à versão galego-portuguesa da Crónica de Castela (A2a): fontes e estratégias”. In FERREIRA, Maria do Rosário; LARANJINHA, Ana Sofia; MIRANDA, José Carlos Ribeiro (Org.) – *Seminário Medieval 2007-2008*. Org. de Maria do Rosário Ferreira, Ana Sofia Laranjinha e José Carlos Ribeiro Miranda. Porto: Estratégias Criativas, 2009, pp. 61-99.

MIRANDA, José Carlos Ribeiro – *Os Trovadores e o Rapto de Elvira Anes da Maia*. Porto: Estratégias Criativas, 2016.

MOITA, Tiago Alexandre Asseiceira – *O Livro Hebraico Português na Idade Média: do Sefer He-Aruk de Seia (1284-85) aos manuscritos iluminados tardo medievais da Escola de Lisboa e aos primeiros incunábulos*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2017. Tese de doutoramento.

MONTEIRO, João Gouveia – “La culture militaire de la noblesse portugaise à la fin du Moyen Âge”. In *Quatre Études d'Histoire Militaire Médiévale Portugaise*, Coimbra: Palimage, 2007, pp. 111-142.

MOREIRA, Filipe Alves – *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa*. Porto: Estratégias Criativas, 2008.

MOREIRA, Filipe Alves – “Um novo fragmento da *Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342 e suas relações com a historiografia alfonsina*”. In FERREIRA, Maria do Rosário; LARANJINHA, Ana Sofia; MIRANDA, José Carlos Ribeiro (Org.) – *Seminário Medieval 2009-2011*. Org. de Maria do Rosário Ferreira, Ana Sofia Laranjinha e José Carlos Ribeiro Miranda. Porto: Estratégias Criativas, 2011, pp. 289-321.

MOREIRA, Filipe A. – *A Crónica de Portugal de 1419. Fontes, estratégias e posteridade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013.

NASCIMENTO, Aires A. – *O Scriptorium de Alcobaça: o longo percurso do livro manuscrito português*. Alcobaça: Direcção-Geral do Património Cultural–Mosteiro de Alcobaça, 2018.

NASCIMENTO, Aires A. – *Os Antigos Códices de Lorvão. Balanço de pesquisa e recuperação de tradições*. Penacova: Município de Penacova, 2016.

NETO, Claudio André Conceição do Nascimento – *As Ordens Militares na Cultura Escrita da Nobreza (1240-1350). Representações nas cantigas de escárnio e maldizer*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa-FCSH, 2012. Tese de mestrado.

NORTE, Armando José Gomes – *Letrados e Cultura Letrada em Portugal (sécs. XII e XIII)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2013. Tese de doutoramento.

NORTE, Armando – *Os Intelectuais em Portugal na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2020.

NORTE, Armando; OLIVEIRA-LEITÃO, André – “A mobilidade dos escolares portugueses: a *peregrinatio academica* entre os séculos XII e XV”. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 33 (jan.-jul. 2016), pp. 43-98.

OLIVEIRA, Ana Maria Santos - *Charamelas e Trombetas: Em torno da música na cronística portuguesa de finais da Idade Média*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2019. Tese de mestrado.

OLIVEIRA, António Resende – “[A corte:] distrações e cultura”. In VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Lisboa: Temas e Debates, 2009, pp. 270-317.

OLIVEIRA, António Resende de – “D. Afonso X, infante e trovador 2. A produção trovadoresca”. *La Parola del Testo* XIV/1 (2010), pp. 7-19.

OLIVEIRA, António Resende – “Na casa de Afonso X. O rei, a corte e os trovadores”. *Revista de História das Ideias* 31 (2010), pp. 53-76.

OLIVEIRA, António Resende de – “A produção trovadoresca de Afonso X. 2. Entre trovadores e jograis galego-portugueses”. *La corónica* 43.2 (Spring 2015), pp. 5-27.

PEDRO, Susana – *O Género Diplomático ‘Notícia’ na Documentação Medieval Portuguesa (séculos X-XIII)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. Tese de doutoramento.

PONTES, Luís Filipe Matança da Costa Monteiro – *Do Mundo da Corte ao Mundo da Memória. Subsídios para o estudo da mentalidade cavaleiresca da nobreza portuguesa (1400-1521)*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa-FCSH, 2008. Tese de mestrado.

REI, António José da Silva Botas – *O Louvor da Hispânia na Cultura Letrada Medieval Peninsular. Das suas origens discursivas ao apartado geográfico da Crónica de 1344*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa-FCSH, 2007. Tese de doutoramento

RÊPAS, Luís Miguel; BARREIRA, Catarina Fernandes – “La cultura escrita em los monasterios femeninos del Císter em Portugal (siglos XIII-XV): balance y perspectivas”. *Lusitania Sacra* 45 (janeiro-junho 2022), pp. 33-51.

ROSA, Maria de Lurdes – “A santidade no Portugal medieval: narrativas e trajectos de vida”. In *Santos e Demónios no Portugal Medieval*. Porto: Fio da Palavra, 2010, pp. 15-67.

ROSA, Maria de Lurdes – “Espiritualidade(s) na corte (Portugal, c.1450-c.1520): que leituras, que sentidos?”. *Anuario de Historia de la Iglesia* 26 (2007), pp. 217-258.

SANTOS, Maria José de Azevedo – *O Valor da Escrita em Tempos de Inês de Castro*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal, 2005.

SEIXAS, Miguel Metelo; ROSA, Maria de Lurdes (coord.) – *Estudos de Heráldica Medieval*. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais e Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos, 2012.

SILVA, André Filipe Oliveira da – “Ensinar e aprender na Évora medieval”. *Medievalista* [Em linha] 24 (jul.-dez. 2018). Disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista/MEDIEVALISTA24/silva2403.html>

SILVA, Tiago João Queimada e – *As Metamorfoses de um Guerreiro: Afonso Henriques na cronística medieval*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2011. Tese de mestrado.

SILVA, Tiago Queimada e – *The Good Noblemen Who Conquered the Kingdom. Islam, Historiography, and Aristocratic Legitimation in Late-Medieval Portugal*. Turku: Faculty of Humanities of the University of Turku, 2022.

SILVÉRIO, Carla Serapicos – *Representações da Realeza na Cronística Medieval Portuguesa. A dinastia de Borgonha*. Lisboa: Colibri, 2004.

SIMÕES, José Manuel – *Representar o Saber. Os letrados na cronística medieval portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri, 2021.

SOBRAL, Cristina – “O modelo discursivo hagiográfico”. In LARANJINHA, Ana Sofia; MIRANDA, José Carlos Ribeiro (eds.) - *Modelo. Actas do V Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 97-107.

SOBRAL, Cristina – “Hagiografia em Portugal: balanço e perspectivas”. *Medievalista on line*, ano 3, nº 3 (2007).

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “A construção da memória sobre a batalha do Salado em Portugal”. In GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel; ROMERO-CAMACHO, Isabel Montes (dir.) – *La Península Ibérica entre el Mediterráneo y el Atlántico. Siglos XIII-XIV*. Cádiz: Sociedad Española de Estudios Medievales – Diputación de Cádiz, 2006, pp. 341-350.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “Medieval portuguese royal chronicles. Topics in a discourse of identity and power”. *e-journal of Portuguese History* 5/2 (2007).

TIBÚRCIO, Catarina – “A *Crónica Geral de Espanha de 1344* entre os séculos XIV e XV. A génese de um *scriptorium* de Corte?”. In COELHO, André Madruga; SOUSA, Silvana R. Vieira de (dir.) - *Juvenes—the Middle Ages seen by young researchers*. Évora: Cidehus, 2020.

VITÓRIA, André Miguel da Cunha – *The Legal Culture in Portugal from the Twelfth to the Fourteenth Centuries*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013. Tese de doutoramento.

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

OLIVEIRA, António Resende de – “Hoje há História da Cultura, amanhã não sabemos (nos 20 anos do IEM)”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024), pp. 547-558. Disponível em <https://medievalista.iem.fcs.unl.pt>.



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).



MEDIEVALISTA

N.º 36 | Julho – Dezembro 2024

ISSN 1646-740X

O IEM e os estudos medievais em Portugal: passado, presente e futuro. *In memoriam* José Mattoso e Luís Krus

The IEM and medieval studies in Portugal: past, present and future. *In memoriam* José Mattoso and Luís Krus

Gonçalo Melo da Silva

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,
Instituto de Estudos Medievais
1070-312 Lisboa, Portugal

gmsilva@fesh.unl.pt

<https://orcid.org/0000-0003-4880-094X>

Data recepção do artigo / Received for publication: 3 de Junho de 2024

DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.8470>



Nos dias 22 e 23 de janeiro de 2024, o Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa organizou o encontro “O IEM e os estudos medievais em Portugal: passado, presente e futuro. *In memoriam* José Mattoso e Luís Krus”. A evocação da celebração recente dos 20 anos do IEM e a consciência do muito que deve aos legados de Luís Krus e de José Mattoso, aliás já celebrados noutras iniciativas do Instituto¹, foi sobretudo a ocasião para o debate científico e um diálogo profícuo em torno dos estudos medievais, valorizando uma reflexão problematizante sobre os caminhos trilhados e a (pro)seguir. Nesse sentido, o programa delineado visou apresentar o trabalho desenvolvido no IEM desde a sua fundação e refletir sobre os desafios e potencialidades que o medievalismo em Portugal enfrenta, atendendo tanto aos condicionalismos vividos em termos da academia e das políticas científicas, como os desafios decorrentes dos contextos historiográficos internacionais.

O Colóquio abriu com a intervenção de Catarina Tente, a atual Diretora do IEM, propondo uma visão global sobre o percurso do Instituto nos últimos 22 anos, desde os tempos iniciais com o Núcleo Científico de Estudos Medievais, pautados por uma forte presença da História, da Literatura e da História de Arte, ao alargamento e consolidação de novas áreas científicas, como a Arqueologia, a Arquivística Histórica ou a Heráldica. Colocou-se em evidência, ao largo das duas décadas, o crescimento significativo do número de investigadores, atualmente nos 155 investigadores integrados, o caminho e a consolidação dos grupos de trabalho (dois desde 2014: *Territórios e Poderes: uma perspetiva «glocal»* e *Imagens, Textos e Representações*), o desenvolvimento de múltiplos projetos de investigação e o aumento da capacidade de obter financiamento em programas competitivos. Os investigadores do IEM promoveram tanto a título individual, como no âmbito de equipas e redes, a análise de escalas de observação e temáticas muito diversificadas, conseguindo o apoio de várias entidades financiadoras, desde o âmbito local ao internacional. Integraram-

¹ Vejam-se os *Seminários Internacionais José Mattoso*, iniciados ainda em vida deste historiador, ou o *Colóquio Internacional “Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (séculos XII-XIV) – Tributo a Luís Krus”*, realizado no *terminus* do projecto *Regnum Regis* sobre as Inquirições de Afonso II, por ele dirigido até ao seu falecimento e continuado sob a liderança de Amélia Aguiar Andrade.

se ainda em redes de investigação nacionais e internacionais e promoveram a crescente visibilidade e o prestígio do trabalho desenvolvidos no Instituto, também ele traduzido no aumento exponencial de publicações, inclusive nas coleções do IEM – estudos, coletâneas documentais, instrumentos de trabalho -, na disponibilização de bases de dados e portais e no assegurar, de forma regular e com um crescente grau de internacionalização, de uma revista online, a *Medievalista*, a única em Portugal exclusivamente dedicada aos estudos medievais e hoje com 36 números publicados.

Foram evocados os encontros científicos organizados pelo IEM, que superam já os 500, muitos ligados aos temas de investigação desenvolvidos pelos seus membros e outros que se afirmaram como marca do Instituto e polos congregadores das suas diferentes áreas científicas, como uma importante participação internacional, como sejam os Colóquios *Medieval Europe in Motion*, *Nova Lisboa Medieval*, as *Jornadas Internacionais da Idade Média*, as *Arquiteturas da Alma*, ou ainda os *Seminários Internacionais José Mattoso*. Outros eventos procuraram, de forma particular, divulgar e partilhar o saber alcançado junto de outros sectores da sociedade. Foram disso exemplo as exposições organizadas na Biblioteca Nacional sobre manuscritos iluminados, na Torre do Tombo em torno das inquirições e do abastecimento de Lisboa e em vários municípios, como Viseu e Idanha, bem como o ciclo de cinema em torno das Representações da Idade Média. A par destas iniciativas, o IEM promoveu diversas atividades de formação, como as celebradas na Batalha, Alcobaca e Castelo de Vide. Os públicos-alvo a que se dirigiram foram bem variados. Estes englobaram desde a comunidade escolar aos alunos de Licenciatura, Mestrado e Doutoramento, passando pelos docentes do Ensino Básico e Secundário, sem esquecer os profissionais ligados ao património, indústrias criativas e turismo.

Como foi salientado, este percurso não teria sido possível sem a colaboração de instituições parceiras (de âmbito nacional e regional, municípios, museus, órgãos de comunicação social, fundações e associações, entre outros), tendo sido realizados até ao momento mais de 70 protocolos de cooperação entre o IEM e vários organismos. Na verdade, a promoção da ligação à comunidade e a consciência do seu dever de retribuir à sociedade que o financia, marcas identitárias do IEM desde a sua génese, levaram o instituto a criar uma marca própria, a *Medieval*. Os seus

objetivos são a transferência de conhecimento, a criação de valor e impacto societal e divulgação da Idade Média Portuguesa. A diretora terminou com a apresentação do [novo site do IEM](#).

Ao longo dos dois dias, os trabalhos prosseguiram com outras reflexões sobre a investigação realizada pelos membros do IEM, sendo cada uma dirigida e centrada em áreas e campos mais específicos. Na sessão *Lugares de Inovação*, Rita Sampaio da Nóvoa, Sara Prata, Adelaide Miranda e Maria Alessandra Billota traçaram, respetivamente, um panorama sobre a Arquivística Histórica, a Arqueologia e os estudos sobre a Iluminura. Seguiu-se, no painel dedicado aos *Lugares de Convergência e Divergência*, um balanço proposto por Maria João Branco e Amélia Aguiar Andrade sobre campos tidos, com frequência, por “tradicionais”, mas efetivamente lugares de profundo questionamento e renovação, tais como a História dos Poderes, a História Urbana e a História Económica. Por sua vez, na manhã do dia seguinte, numa abordagem às *Áreas Emergentes*, Miguel Metelo de Seixas, João Luís Fontes, Catarina Barreira, Tiago Viúla Faria, Tomás Cordero, Paulo Catarino Lopes e Adelaide Millán da Costa forneceram contribuições, respetivamente, sobre a Heráldica, a Espiritualidade e formas de vida religiosa, o Ambiente e a Paisagem, as Viagens e Diplomacia e as Pequenas Cidades.

O teor e a riqueza das aporções de todos os intervenientes e do debate a que deram origem torna-se difícil de plasmar por escrito. Todavia, quando equacionamos os conteúdos no seu conjunto, emergem um grupo de linhas comuns a reter. À cabeça, todos ou quase todos os investigadores responderam a um desafio da comissão organizadora. Começaram por se interrogar e desconstruir as designações dos painéis: *lugares de inovação*, *lugares de convergência e divergência* e *áreas emergentes*. Todas um pouco provocadoras. Cedo ficou visível que a inovação não se encontrava apenas acantonada em algumas áreas e temáticas, sobretudo naquelas onde os meios digitais oferecem novos horizontes, possibilidades e compreensão visual mais imediata e apelativa. Depressa se salientou que os campos ditos como emergentes são, com frequência, clássicos em constante renovação. Não significou isso que não ficasse expresso e reconhecido o crescimento e consolidação de novas áreas no IEM, pouco expressivas (Arqueologia) e, até mesmo, inexistentes (Arquivística Histórica e a Heráldica) na sua génese.

As contribuições continuaram reiterando a necessidade e importância de realizar uma exigente crítica documental, bem como uma boa e sólida hermenêutica. Esta última, aliás, como foi notado, uma palavra que tende a ser, por vezes, esquecida. Os intervenientes frisaram a utilização de novas metodologias e práticas (como as Humanidades Digitais), a abertura e incorporação do saber de outras ciências, como a Botânica, a Física e a Modelação Matemática, e a aplicação, cada vez frequente, de abordagens multi e interdisciplinares. Somaram-se a estes elementos o cuidado na construção dos questionários de investigação e a sua inserção em debates historiográficos mais amplos e transfronteiriços, revistando velhas interrogações e adicionando novas problemáticas. O mesmo se verificou no que toca aos objetos de estudo e conceitos. O trabalho efetuado permitiu que alguns assumissem um papel mais central, como os arquivos, os viajantes, os diplomatas e os animais, outro pudessem ser revisitados, como as comunidades monásticas e os seus testemunhos materiais, e problematizados, como as *pequenas cidades* e as *vilas fracassadas*.

Todo este percurso não foi construído no vazio. Na viragem do século XX e nos primeiros anos da nova centúria, aquando do nascimento do IEM, a estratégia da FCT de constituir unidades de investigação e de financiar projetos doutorais, pós-doutorais e de equipas interuniversitárias reforçou uma tendência progressiva de trabalho em equipa. Mais tarde, de forma cada vez mais notória, os investigadores portugueses integraram associações internacionais e, até mesmo, promoveram a criação de redes temáticas, sendo disso exemplo no IEM, respetivamente, as ligadas ao programa COST², a *International Network Small Cities in Time* e a NEMUS³. O trabalho colaborativo entre investigadores provenientes de diferentes universidades e centros de investigação, mas também em distintas fases de carreira, desde os jovens aos mais experientes, propiciou os tempos e espaços necessários para inovar, pensar e repensar temas, questões e práticas de investigação. Elementos que potenciaram a discussão e o enriquecimento dos resultados alcançados, a sua disseminação e a possibilidade de inscrevê-los em cenários e debates mais alargados. Mais acresce, como todos procuraram contextualizar, que o

² Podem ser consultadas em: <https://iem.fcsh.unl.pt/projetos/europeus/>

³ Sobre as redes em que o IEM participada, consulte-se: <https://iem.fcsh.unl.pt/investigacao/redes/>

IEM não foi o único a calcorrear este caminho nem o fez sozinho, o que ficou ainda mais evidente no programa que se seguiu.

Com efeito, no decorrer dos dois dias, as sessões com balanços sobre o trabalho realizado pelo IEM foram articuladas com outras para refletir sobre o futuro dos estudos medievais em Portugal. Na primeira, intitulada *Os estudos medievais em Portugal: por que caminhos virá o futuro?*, participaram António Resende de Oliveira, Amélia Aguiar Andrade, Hermenegildo Fernandes, Hermínia Vasconcelos Vilar, José Meirinhos, Luís Filipe Oliveira, Manuel Pedro Ferreira e Maria Helena da Cruz Coelho. A simples enumeração dos nomes releva o cuidado da organização em reunir medievalistas de quase todas as universidades do país (Algarve, Coimbra, Évora, Lisboa, Porto), ligados a diferentes áreas (História, Arqueologia, História de Arte, Literatura e Musicologia) e representativos de diferentes escolas. As suas contribuições e a partilha das suas experiências permitiram desenhar uma síntese dos desafios e oportunidades que os estudos medievais enfrentam na atualidade.

Desde logo, os intervenientes começaram por denunciar a crescente pressão – exercida sobre todo o mundo académico – de publicar, de apresentar resultados imediatos e de gerar impacto. Este último, como foi reconhecido, nem sempre claro e transparente na forma de perceber, medir e conhecer a sua real utilidade. O imediatismo forçado reduz o tempo necessário de reflexão e condiciona a capacidade de recolher, analisar e repensar as fontes. Força ainda a publicação de textos e reflexões inacabadas, bem como a aposta em artigos face a outros formatos, como livros e ensaios. O mesmo se verifica na recusa de realizar outros trabalhos não menos exigentes e muito necessários, como a edição de fontes e de roteiros documentais.

Simultaneamente, os investigadores, em particular os mais jovens, selecionam, por vezes, os estudos utilizados nos seus trabalhos em função da data de publicação e acessibilidade, privilegiando obras recentes a antigas e circunscrevendo-se às que se encontram online, o que contribui para fomentar o esquecimento e pouca utilização de estudos anteriores, mais adequados e pertinentes para os temas em análise. À constante procura do acessível e, sobretudo, do *novo* soma-se, não raras vezes, uma internacionalização apressada, tendo o painel destacado dois dos seus

efeitos mais notórios. Por um lado, a incorporação acrítica ou pouco refletida de conceitos ou propostas teóricas provenientes de outras historiografias, em particular da anglo-saxónica. Por outro lado, na publicação de textos, o detrimento da língua portuguesa a favor do inglês ou *ingleses*. Enquanto algumas traduções são competentes, a qualidade da revisão de outros textos deixa-nos a adivinhar o que perceberá o falante nativo da realidade portuguesa, se não mesmo da capacidade de escrita do autor.

Assim, a conjugação de todos estes elementos favorece o empobrecimento de alguns dos resultados alcançados, demonstra que o aumento do número de publicações não significa necessariamente uma melhoria da qualidade da investigação realizada e, por conseguinte, que o saldo obtido nem sempre permitiu um avanço mais sólido e decisivo em determinados campos.

Noutro âmbito, os membros do painel expuseram também a precaridade dos regimes de contratação, a escassa clareza das políticas científicas governamentais e a reduzida transparência e utilidade dos critérios de avaliação, como a intensidade laboratorial, das entidades financiadoras, sobretudo a FCT. Reconheceram o peso excessivo e difícil de contrabalançar deste órgão no financiamento da investigação em Portugal. Este contexto dificulta a constituição de equipas estáveis e, assim, favorece o desaparecimento de linhas, escolas e, inclusive, de áreas de investigação. Neste leque figuram na linha da frente, por exemplo, a paleografia, a diplomática e a sigilografia. As contribuições não deixaram de salientar a concorrência das *ciências duras*, cujos critérios de avaliação se tendem a impor, desfavorecendo-as, às Humanidades e das Ciências Sociais. A conjugação de todos estes elementos contribui, em parte, para justificar outro problema detetado. Nas últimas décadas, ao contrário do registado nos séculos XIX e XX, a presença dos historiadores nos meios políticos e de comunicação social tende a diminuir, sendo privilegiados especialistas em outros campos. Desafio, aliás, comungado por outras áreas das Ciências Sociais e Humanas.

Embora as análises realizadas se tenham centrado, sobretudo, nos desafios que ameaçam o presente e os anos vindouros, não deixaram de frisar alguns aspetos positivos. Desde logo, o crescimento, robustez e força dos estudos medievais, a

capacidade de diálogo e colaboração com outras ciências e o reforço do trabalho em equipa e de internacionalização dos resultados. Estas linhas ajudam a explicar, em parte, a crescente capacidade dos medievalistas de obter financiamento competitivo para desenvolver projetos com diferentes finalidades. Além disso, os intervenientes frisaram o constante interesse da sociedade e de várias instituições, como, por exemplo, fundações e municípios, pela época medieval, o qual supera, por vezes, o registado para outras cronologias mais ou menos recuadas. É disso exemplo o contínuo recrutamento de novos interessados em (re)descobrir a Idade Média Portuguesa. Foi a estes que a última sessão tentou dar voz.

Com efeito, no painel *O futuro dos estudos medievais na perspetiva dos jovens investigadores*, participaram André Madruga Coelho, Catarina Rosa, Inês Abreu, Gonçalo Ramos, João Luís Veloso, Joana Gonçalves, Paulo Cunha e Paulo M. Dias. Procurou-se que espelhassem diferentes etapas académicas e fases de carreira, uma diversidade de temáticas de estudo e de instituições universitárias de origem e a atenção a novas formas de transmissão do conhecimento, tais como *podcasts* e páginas em redes sociais. A comissão organizadora propôs que refletissem, entre outros aspetos, sobre o que os levou a prosseguir a investigação na Idade Média, os desafios e apoios que foram encontrando nas suas investigações, o seu enquadramento nas unidades de investigação e o que esperam delas no futuro. Embora baseadas em testemunhos sobretudo individuais, as várias contribuições desenharam uma visão mais coletiva e transversal.

Enquanto para alguns a escolha da Idade Média não resultou de um motivo claro, para outros veio de um interesse constante pela época, do carisma de um docente da área e/ou da oportunidade de trabalhar numa equipa. A fase entre o final da licenciatura e o primeiro ano de mestrado parece ter sido um dos momentos mais nublados, onde o caminho a seguir foi pouco claro, levando alguns dos seus colegas a desistirem dos estudos medievais. Esta realidade não é exclusiva dos medievalistas, facto que foi, aliás, reforçado no debate, tendo alguns docentes referido as elevadas taxas de desistência verificadas no primeiro ano de cursos de mestrados em História. Mas mais do que isso, os problemas encontrados parecem partir de um outro, antigo e cada vez mais evidente: a precariedade. Os membros do painel, tal como na sessão dos séniores, recordam que a precariedade condiciona e

limita a investigação, dando, como exemplo, a dificuldade que historiadores consagrados, como José Mattoso, teriam atualmente para produzir obras que redigiram e marcaram e continuarão a influenciar gerações, como a *Identificação de um País*. Indo mais longe, as intervenções salientaram os efeitos da precariedade laboral no adiamento da vida pessoal e, inclusive, na saúde, onde só agora se começa a falar com maior profundidade dos casos de *burnout*.

No que toca aos centros de investigação, mais do que tentar adivinhar um futuro incerto, todos salientaram as oportunidades e os apoios que receberam: organizar e frequentar workshops de discussão de teses e projetos (como o *Workshop de Estudos Medievais*); promover encontros de jovens investigadores (como o *Juvenes - The Middle Ages Seen by Young Researchers*); participar em projetos de equipa; frequentar cursos de formação complementar sobre Latim, bases de dados, GIS, Wordpress e escolas para mestrandos e doutorandos (como a *Escola de Outono de Estudos Medievais*); criar conteúdos para alimentar redes sociais; realizar estâncias de investigação em centros e universidades estrangeiras; adquirir novas competências e qualificações para enfrentar o mercado de trabalho. Apesar disso, os membros do painel frisaram as dificuldades de organizar e manter de forma continuada algumas destas atividades, advogando a necessidade de uma maior cooperação entre as unidades de investigação. Esta, como os próprios reconheceram, nem sempre possível, seja pelos critérios de avaliação da FCT, seja pelas limitações impostas pelas universidades, seja ainda pelos *bairrismos*.

Terminadas as intervenções a diretora entregou os Prémios do IEM. O prémio de Melhor Tese de Doutoramento foi conferido *ex aequo* a Ana Cláudia Silveira⁴ e Catarina Barradas Meira⁵. O de Melhor Tese de Mestrado foi outorgado a Afonso Manuel Lopes Soares de Sousa⁶ e o Prémio Luís Krus a António Conduto Oliveira

⁴ SILVEIRA, Ana Cláudia – *Setúbal, um Pólo de Poder da Ordem Militar de Santiago no final da Idade Média*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2022. Tese de Doutoramento. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/151446> [Consultado a 1.05.2024].

⁵ MEIRA, Catarina Barradas – *Da Cidade Imperial à Cidade Episcopal. As transformações urbanas de Viseu entre os séculos VI a XI*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/134921> [Consultado a 1.05.2024].

⁶ SOUSA, Afonso Manuel Lopes Soares de – *Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2022. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/108508> [Consultado a 1.05.2024].

pelo melhor artigo na revista *Medievalista*⁷. Por fim, os prémios de financiamento exploratório para projetos internacionais foram atribuídos a Luís Miguel Rêpas e Tomás Cordero.

Concluída a entrega, a diretora traçou, então, as principais conclusões do encontro, recordando que o novo site conta com uma página dedicada aos [20 anos do IEM](#). Nela podem ser lidos testemunhos de investigadores ligados a outras universidades e centros de investigação portugueses (Maria Helena da Cruz Coelho, Susana Gómez Martínez) e estrangeiros (Eduardo Carrero Santamaría, José António Couto Cabo, Philippe Josserand, Simon R. Doubleday), a museus (Joaquim Caetano), empresas ligadas ao sector cultural (Catarina Valença Gonçalves) e profissionais de órgãos de comunicação social (Pedro Olavo Simões) sobre a UI e os trabalhos nela desenvolvidos. Seguem-se duas secções com os cartazes e fotografias de algumas das principais atividades realizadas pelo IEM e dos momentos vividos desde a fundação.

Todos estes materiais demonstram uma unidade de investigação com uma forte identidade própria, multi e interdisciplinar, sendo ainda a única em Portugal exclusivamente dedicada aos Estudos Medievais. Realçam uma forte tradição do IEM de apoio à internacionalização e à formação de estudantes e jovens investigadores. Retratam uma estreita ligação a instituições políticas e culturais que permite que os frutos da investigação aí desenvolvida possam chegar à comunidade. Por fim, o cruzamento dos testemunhos e das fotografias faz ressaltar um aspeto importante e, tanto quanto foi referido, raro no contexto europeu: o predomínio claro das mulheres na liderança do IEM, assumido de forma ininterrupta desde os finais da década 2000. Também aqui se assinala a diferença, no contributo para uma academia e sociedade mais igualitárias e inclusivas.

⁷ OLIVEIRA, António Conduto, “Uma peça muito preciosa de significado ainda desconhecido”, *Medievalista* [Online], 31 | 2022, posto online no dia 01 janeiro 2022, consultado o 30 maio 2024. URL: <http://journals.openedition.org/medievalista/5155>; DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5155>

Referências bibliográficas

MEIRA, Catarina Barradas – *Da Cidade Imperial à Cidade Episcopal. As transformações urbanas de Viseu entre os séculos VI a XI*, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2022. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/134921> [Consultado a 1.05.2024].

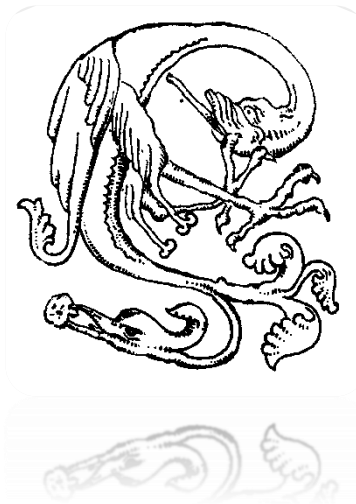
OLIVEIRA, António Conduto – “Uma peça muito preciosa de significado ainda desconhecido”», *Medievalista* [Online], 31 (2022), Consultado a 30 maio 2024. URL: <http://journals.openedition.org/medievalista/5155>; DOI: <https://doi.org/10.4000/medievalista.5155>

SILVEIRA, Ana Cláudia – *Setúbal, um Pólo de Poder da Ordem Militar de Santiago no final da Idade Média*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2022. Tese de Doutoramento. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/151446> [Consultado a 1.05.2024].

SOUSA, Afonso Manuel Lopes Soares de – *Monteiros e Montarias em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2022. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10316/108508> [Consultado a 1.05.2024].

COMO CITAR ESTE ARTIGO | HOW TO QUOTE THIS ARTICLE:

SILVA, Gonçalo Melo da – “O IEM e os estudos medievais em Portugal: passado, presente e futuro. In memoriam José Mattoso e Luís Krus”. *Medievalista* 36 (Julho – Dezembro 2024*), pp. 559-570. Disponível em <https://medievalista.iem.fcsb.unl.pt>



Esta revista tem uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

